PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1552 - ECONOMIA

Professor(es): EDUARDO ERIVELTON CAMPOS

Período: 2º	Ano/Sem.: 2013 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 30 (36 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 30 (36 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 2

OBJETIVO GERAL

Conhecer e analisar conceitos básicos de formação econômica aplicados ao direito

EMENTA

Elementos de economia: escolas e pensadores. Noções gerais de micro e macroeconomia. Fundamentos da Economia Internacional. Conceitos de Direito econômico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 26 h.a. + Total C.H. Avaliações: 10 h.a. = 36 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conhecer e analisar a importância das escolas e pensadores econômicos	UNIDADE 1 - Elementos de economia: escolas e pensadores 1. principais escolas econômicas e seus pensadores	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada; Aula prática para elaboração de modelo de escola econômica.	M1: Trabalho em Grupo - Outros Instrumentos (Peso: 1,00)	(1)
Analisar a distribuição de renda em uma economia; Conhecer os problemas econômicos; Distinguir a diferença entre a micro e macroeconomia; Compreender a evolução da economia brasileira. Analisar e entender o funcionamento de um sistema econômico, os fatores produtivos; entender as leis de oferta e procura; Conhecer o conceito da moeda e suas funções; Diferenciar as principais estruturas de mercado; Conceituar inflação e conhecer as causas; Definir e conhecer o produto interno bruto.	UNIDADE 2 - Noções gerais de micro e macroeconomia 1. Economia positiva e Normativa 2. Setores da economia 3. Fatores de produção 4. Oferta e procura 5. Moeda 6. Mercado 7. Inflação 8. Produto interno Bruto	11 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada; Leitura dirigida recomendada	M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(1)
Conhecer e analisar a econo-mia e o comércio internacional, bem como a formação de blocos econômicos.	UNIDADE 3 - Fundamentos da Economia Internacional 1. Restrições ao comércio internacional 2. Taxa de câmbio 3. Balanço de pagamentos 4. Sistema financeiro	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva-dialogada.	M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00) escrito M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00) avaliação M3: prova escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00) avaliação	(1)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
	internacioanl 5. Blocos econômicos e a economia mundial				
Conhecer o Direito Econômico e estabelecer relações entre suas implicações sobre a inflação e o desemprego. Sintetizar a conceitos e normas jurídicas aplicados à teoria de mercados. Conhecer o Direito Econômico e estabelecer relações entre suas implicações,A sociedade e o Estado. Sintetizar a conceitos e normas jurídicas aplicados à teoria de mercados. Aplicar conceitos e dados estudados na Avaliação de Aprendizagem.	UNIDADE 4 - Conceitos de Direito econômico 1. Distribuição da renda no Brasil 2. Economia brasileira	3 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada; Leitura dirigida recomendada	M3: prova escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00) avaliação	(1)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia: livro de exercícios. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2004. 387 p. ISBN 8522438129.

(2) ALMEIDA, Amador Paes de. Teoria e prática dos títulos de crédito. 27. ed., rev. atual. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2008 xv, 606 p. ISBN 9788502068865.

(3) CAGGIANO, Monica Herman Salem. Reflexoes em direito politico e economico. São Paulo, SP: Mackenzie, 2002. 411 p ISBN 8587739328 (broch.).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick; PINHO, Diva Benevides. Manual de introdução à economia. 1. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2006. xvii, 397 p. ISBN 8502046624.

(5) VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick; PINHO, Diva Benevides. Manual de introdução à economia. 1. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2006. xvii, 397 p. ISBN 8502046624.

(6) MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro, RJ: Campus, c1999. xxxii, 805 p. ISBN 8535203931 : (Broch.).

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As Médias serão compostas da seguinte maneira : Trabalho em Grupo : Peso 1,0 e Prova Escrita :
Peso 1,0.
As avaliações estão programadas para o 2º, 3º, 5º, 6º, 8º e 9º encontros.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Nas atividades desenvolvidas os acadêmicos deverão obedecer as regras elementares da norma

culta e da metodologia científica.
"Semana de Iniciação Científica" como atividade de ensino/pesquisa/extensão, será realizada de 11 a 14 de novembro de 2013.
A 2ª chamada de qualquer das atividades constantes deste plano de ensino (M1, M2 ou M3), sera efetuada no último encontro, desde que requerida tempestivamente junto a Secretaria Acadêmica.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS
MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Trabalho em Grupo * 1,00 + Prova Escrita * 1,00) / 2,00
M2 = (Prova Escrita * 1,00 + Prova Escrita * 1,00) / 2,00
M3 = (Prova Escrita * 1,00 + prova escrita * 1,00) / 2,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1682 - DIREITO CIVIL - PARTE GERAL I

Professor(es): TATIANE HELOISA MARTINS CAVALCANTI

Período: 2º	Ano/Sem.: 2013 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (30 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Conhecer as noções básicas da parte geral do direito civil, a interpretação e aplicação do direito no tempo e no espaço, priorizando a apreensão de conceitos operacionais das principais categorias que constituem a parte introdutória do direito civil.

EMENTA

Aplicação da Lei no tempo e no espaço. Introdução ao Direito Civil. Das Pessoas. Dos Bens.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 52 h.a. (0 h.ext.) + Total C.H. Avaliações: 18 h.a. (0 h.ext.) = 70 h.a. (0h.ext.))

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
- Conhecer a Lei Complementar 95/98, alterada pela Lei Complementar 107/01, visando comprrender a forma de elaboração e estrutura das leis. - Estudar a LICC - Lei de Introdução ao Código Civil. - Verificar as regras de aplicação da lei no tempo. - Compreender a distinção entre validade, vigência e eficácia da norma. - Verificar as hipóteses de início e cessação da vigência. - Estudar as hipóteses de revogação da norma.	UNIDADE 1 - Aplicação da Lei no tempo e no espaço 1. Jornada Introdutória 2. LC 95, LC 107 3. Validade, Vigência e Eficácia da lei 4. Irretroatividade da lei	10 h/a 0 h/ext	- Aulas expositivas dialogadas com leitura da LICC e utilização de recursos visuais para proporcionar maior apreensão e acompanhamento do conteúdo. - Utilização de textos específicos para aprofundamento e discussão do conteúdo	M1: Trabalho - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M1: Prova - Prova Escrita (Peso: 2,00)	(2)
- Estudar as formas de integração da lei. - Compreender os conceitos de analogia, costumes, princípios gerais do direito, equidade. - Estudar a aplicação da lei. - Estudar as Técnicas de Interpretação da lei.	UNIDADE 2 - Introdução ao Direito Civil 1. Integração da lei 2. Hermeneutica e Interpretação da lei 3. Codificação e Princípios norteadores do Código Civil	6 h/a 0 h/ext	- Aulas expositivas dialogadas - Análise de casos concretos para aplicação prática da matéria abordada	M1: Prova - Prova Escrita (Peso: 2,00)	(1) (2)
- compreender as noções gerais das pessoas físicas. - analisar as hipóteses de capacidade absoluta e relativa. - conhecer os direitos de personalidade. - compreender as noções gerais das pessoas jurídicas.	UNIDADE 3 - Das Pessoas 1. Pessoa Natural: Personalidade, Capacidade Jurídica, Capacidade de Fato 2. Incapacidades e Emancipação 3. Direitos de Personalidade: Noções	20 h/a 0 h/ext	- Aula expositiva dialogada coma leitura do Código Civil e utilização de recurso visual para melhor compreensão - Exposição de exemplos práticos e textos dirigidos relacionados ao tema	M2: Trabalho - Atividade Curricular (Peso: 1,00) Leitura e análise de acórdão com apresentação. M2: Prova - Prova Escrita (Peso: 2,00)	(1) (3) (4) (5)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
- analisar as fundações e associações. - conhecer as regras de domicílio.	Gerais 4. Direitos de Personalidade Específicos 6. Pessoa Jurídica - Noções Gerais 7. Pessoas Jurídicas de Direito Privado 8. Domicílio				
- Conhecer as noções gerais e os principais conceitos sobre os bens. - Identificar a classificação dos bens. - Distinguir as diversas espécies de bens.	UNIDADE 4 - Dos Bens 1. Bens - Considerados em si mesmos 2. Bens Reciprocamente Considerados 3. Bens - Quanto ao Domínio 4. Ausência	16 h/a 0 h/ext	- Aula expositiva dialogada com acompanhamento do Código Civil e exemplos práticos	M3: Trabalho - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: prova - Prova Escrita (Peso: 2,00)	(1) (2) (3) (4) (5) (6)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil 1: parte geral. 12. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 547 p. ISBN 9788502043336 (obra comp

(2) DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro 1: teoria geral do direito civil. 27. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. xii, 596 p. ISBN 9788502082212 (v. 1).

(3) VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil 1: parte geral. 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. xxii, 632 p. (Direito civil (Saraiva) ; 1) ISBN 9788522457311.

(7) GONÇALVES, Carlos Roberto; LENZA, Pedro. Direito civil esquematizado 1: parte geral, obrigações, contratos. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 869 p.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) MONTEIRO, Washington de Barros; PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro França. Curso de direito civil 1: parte geral. 44. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 393 p. ISBN 9788502155497 (v.1).

(5) GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro 1: parte geral. 9. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 561 p. ISBN 9788502044104 (obra completa).

(6) COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil 1: parte geral. 4. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 409 p. ISBN 9788502089686 (v. 1).

(8) DINIZ, Maria Helena. Código civil anotado. 14. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. xxiv, 1429 p. ISBN 9788502074095.

(9) DINIZ, Maria Helena. Dicionário jurídico, volume 2. São Paulo, SP: Saraiva, 1988. 916 p. ISBN 8502027484.

(10) DINIZ, Maria Helena. Dicionário jurídico, volume 4. São Paulo, SP: Saraiva, 1998. 781 p. ISBN 8502027506.

(11) DINIZ, Maria Helena. Dicionário jurídico, volume 3. São Paulo, SP: Saraiva, 1988. 869 p. ISBN 8502027492.

(12) DINIZ, Maria Helena. Dicionario juridico, volume 1. São Paulo, SP: Saraiva, 1988. 980 p. ISBN

8502027476.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Assiduidade, Atenção e participação em aula;
- Raciocínio lógico na descrição de idéias e viabilidade dos estudos realizados;
- Riqueza e clareza na argumentação escrita e oral, bem como capacidade de síntese das idéias;
- Frequência;
- Participação na Semana de Iniciação Científica que se realizará no período de 11 a 14 de novembro de 2013.

OBSERVAÇÕES GERAIS

- A referida disciplina possui 60 h (72 h/a);
- No primeiro dia de aula será discutido o presente plano de ensino, que poderá ser modificado, a qualquer tempo, no curso da disciplina;
- Durante o desenvolvimento da disciplina poderão ser realizadas outras atividades a critério da professora;
- Os exercícios feitos em sala de aula deverão ser entregues à professora na data da realização do mesmo;
- As notas dos exercícios e avaliações serão em escala de 0-zero a 10-dez;
- As avaliações realizadas para a M1, M2 e M3 serão formuladas com o conteúdo da matéria cumulativa da disciplina, com questões objetivas e discursivas, a critério da professora;
- Durante a realização das provas não será admitida a utilização de aparelhos eletrônicos e os celulares deverão permanecer desligados e guardados.
- A segunda avaliação de cada uma das médias (M1, M2 e M3) será realizada através de uma prova constituída de 30 (trinta) questões, sendo 27 objetivas e 03 discursivas, podendo incluir questões de conhecimentos gerais relacionados à matéria.
- Durante o semestre serão desenvolvidos exercícios de fixação realizados ao final de cada aula expositiva.
- Os acadêmicos deverão comparecer às aulas munidos do Código Civil - Lei 10.406/2002, disponível no site http://planalto.gov.br
- A participação dos acadêmicos em aula será sempre exigida e estimulada;
- As justificativas de faltas serão aceitas somente mediante o prévio processo administrativo deferido;
- A 2ª chamada de prova será realizada sempre em data a combinar com o aluno, não devendo ultrapassar duas semanas, mediante processo administrativo deferido pela coordenação;
- Em caso de ausência na data prevista para atividade em sala, uma vez deferido pela Coordenação do Curso o processo de justificativa de falta, o acadêmico poderá desenvolvê-lo em data e forma a serem definidas com a professora;
- Os alunos deverão participar efetivamente da Semana de Iniciação Científica que se realizará no mês de novembro, nos dias 11 a 14, inclusive para fins de frequência;
- A participação discente na Semana de Iniciação Científica, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório.
- Caso a professora componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pela professora.
- Outros casos de participação serão acordados com o professor da aula que coincide com a referida banca.
- Durante o período letivo a professora poderá sugerir outras referências bibliográficas.

- O último encontro ficará reservado para resolução de pendências, especialmente realização de 2a chamada das provas, mediante requerimento deferido pela Coordenação do Curso.

- Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3

M1 = (Trabalho * 1,00 + Prova * 2,00) / 3,00

M2 = (Trabalho * 1,00 + Prova * 2,00 + Trabalho em grupo * 1,00) / 4,00

M3 = (Trabalho * 1,00 + prova * 2,00) / 3,00

Média Final = 6,00

Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1683 - DIREITO PENAL - PARTE GERAL I

Professor(es): ADRIANA MARIA GOMES DE SOUZA SPENGL

Período: 2º	Ano/Sem.: 2013 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

1) Interpretar e aplicar a Parte Geral do Código Penal com uma visão crítica

EMENTA

Introdução ao Direito Penal. Norma Penal: Aplicação no tempo e no espaço. Teorias do crime: ação, tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade. Concurso de agentes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 54 h.a. + Total C.H. Avaliações: 18 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Entender o conceito de Direito Penal bem como a sua importância para avida em sociedade. Compreender a função reservada ao direito penal bem como a sua limitação constitucional. Conhecer as fontes e princípios fundamentais do Direito Penal. Realizar a contagem dos prazos em direito penal e em direito processual penal.	UNIDADE 1 - Introdução ao Direito Penal 1. Aula introdutória e apresentação do Plano de Ensino 2. Noções preliminares sobre o Direito Penal	12 h/a 0 h/ext	Aula expositiva do professor; Distribuição de roteiros para auxílio nos estudos complementares; Utilização de recursos audiovisuais; Debate em sala de aula acerca de entendimentos contrários sobre o assunto; Atividades avaliativas em sala de aula visando a preparação do profissional do direito penal; Correção e discussão das respostas apresentadas pelos alunos nas atividades por eles desenvolvidas.	M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova escrita e individual. Consulta apenas aos artigos do Código Penal entregues em fotocópias, os quais deverão ser devolvidos sem qualquer escrito ou rasura. M1: Trabalho em sala - Prova Prática (Peso: 1,00) Trabalho em sala, individual e manuscrito. Será entregue um texto com perguntas anexadas. O(a) acadêmico(a) devolverá apenas as respostas numa folha de caderno. O texto ficará na posse do(a) acadêmico(a). M2: Trabalho em sala - Prova Prática (Peso: 1,00) Trabalho em sala, individual e manuscrito. Aplicam-se os mesmos critérios relativos ao trabalho da M2. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova individual e escrita. Aplicam-se os mesmos critérios da prova relativa a M1. M3: Trabalho em sala - Prova Prática (Peso: 1,00) Trabalho individual e manuscrito. Aplicam-se os mesmos critérios dos trabalhos relativos às M1 e M2. M3: Prova escrita - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova individual e escrita. Aplicam-se os mesmos critérios relativos às M1 e M2.	(1) (3) (8) (9)
Abordar com profundidade os principais pontos relacionados a norma penal e sua aplicação no tempo e no espaço, analisando exemplos em sala de aula, visando esclarecer ao	UNIDADE 2 - Norma Penal: Aplicação no tempo e no espaço 1. Vigência temporal da norma e extraterritorialidade	10 h/a 0 h/ext	Aula expositiva do professor; Distribuição de roteiros para auxílio nos estudos complementares; Utilização de recursos	M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova escrita e individual. Consulta apenas aos artigos do Código Penal entregues em fotocópias, os quais deverão ser devolvidos sem qualquer escrito ou rasura.	(3) (8) (9)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
acadêmico a aplicabilidade destes tipos penais em questões vivenciadas.			audiovisuais; Debate em sala de aula acerca de entendimentos contrários sobre o assunto; Atividades avaliativas em sala de aula visando a preparação do profissional do direito penal; Correção e discussão das respostas apresentadas pelos alunos nas atividades por eles desenvolvidas.	M1: Trabalho em sala - Prova Prática (Peso: 1,00) Trabalho em sala, individual e manuscrito. Será entregue um texto com perguntas anexadas. O(a) acadêmico(a) devolverá apenas as respostas numa folha de caderno. O texto ficará na posse do(a) acadêmico(a). M2: Trabalho em sala - Prova Prática (Peso: 1,00) Trabalho em sala, individual e manuscrito. Aplicam-se os mesmos critérios relativos ao trabalho da M2. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova individual e escrita. Aplicam-se os mesmos critérios da prova relativa a M1. M3: Trabalho em sala - Prova Prática (Peso: 1,00) Trabalho individual e manuscrito. Aplicam-se os mesmos critérios dos trabalhos relativos às M1 e M2. M3: Prova escrita - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova individual e escrita. Aplicam-se os mesmos critérios relativos às M1 e M2.	
Conhecer e entender o conceito de crime, examinar e aprender sua teoria geral com suas excludentes e sua aplicação dentro do contexto social e jurídico.	UNIDADE 3 - Teorias do crime: ação, tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade 1. Crime e elementos componentes: Tipicidade; 2. Antijuridicidade; 3. Culpabilidade;	24 h/a 0 h/ext	ula expositiva do professor; Distribuição de roteiros para auxílio nos estudos complementares; Utilização de recursos audiovisuais; Debate em sala de aula acerca de entendimentos contrários sobre o assunto; Atividades avaliativas em sala de aula visando a preparação do profissional do direito penal; Correção e discussão das respostas apresentadas pelos alunos nas atividades por eles desenvolvidas.	M2: Trabalho em sala - Prova Prática (Peso: 1,00) Trabalho em sala, individual e manuscrito. Aplicam-se os mesmos critérios relativos ao trabalho da M2. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova individual e escrita. Aplicam-se os mesmos critérios da prova relativa a M1. M3: Trabalho em sala - Prova Prática (Peso: 1,00) Trabalho individual e manuscrito. Aplicam-se os mesmos critérios dos trabalhos relativos às M1 e M2. M3: Prova escrita - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova individual e escrita. Aplicam-se os mesmos critérios relativos às M1 e M2.	(1) (3) (5) (6) (8) (9)
Compreender os principais pontos relacionados ao concurso de agentes no Direito Penal, analisando suas ocorrências, e principalmente exemplificando as situações vivenciadas, para que o acadêmico entenda a aplicação deste tópico no contexto social e jurídico.	UNIDADE 4 - Concurso de agentes 1. Autores e co-autores; 2. Partícipes e cúmplices	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva do professor; Distribuição de roteiros para auxílio nos estudos complementares; Utilização de recursos audiovisuais; Debate em sala de aula acerca de entendimentos contrários sobre o assunto; Atividades avaliativas em sala de aula visando a	M3: Prova escrita - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova individual e escrita. Aplicam-se os mesmos critérios relativos às M1 e M2.	(1) (3) (5) (6) (7) (8) (9)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
			preparação do profissional do direito penal; Correção e discussão das respostas apresentadas pelos alunos nas atividades por eles desenvolvidas.		

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(3) PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro. Volume 1: parte geral : arts. 1 a 120. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2011. 718 p. ISBN 978852038308 (V. 1).

(8) GRECO, Rogério. Curso de direito penal 1: parte geral : (arts. 1. a 120 do CP). 14. ed., rev. ampl. e atual. até 1º de janeiro de 2012. Niterói, RJ: Impetus, 2012. 784 p. ISBN 9788576265603.

(9) BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal 1: parte geral. 19. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. 950 p. ISBN 9788502196797 (V.1).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(1)

(5) ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Da tentativa: doutrina e jurisprudência. 8. ed. rev. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2008. 204 p. ISBN 9788520333228.

(6) ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Da tentativa: doutrina e jurisprudência. 8. ed. rev. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2008. 204 p. ISBN 9788520333228.

(7) GRECO, Rogério. Código penal comentado. 7. ed. rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, c2013. 1173 p. ISBN 9788576266693.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Nos dias de prova não será permitida a saída antes de passados 40 minutos do início da prova, bem como, não será permitido o ingresso do(a) acadêmico(a) após esse tempo. O conteúdo para as provas escritas será sempre cumulativo, ou seja, até a matéria dada na última aula. A consulta será apenas aos artigos do Código Penal entregues pela professora naquele momento. Não é permitido durante a prova compartilhá-los. O acadêmico(a) surpreendido colando, terá a prova retirada e ser-lhe-á atribuída a nota zero.Durante a realização da prova todos os telefones celulares e tablets deverão estar desligados e guardados.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1)Outras referências bibliográficas poderão ser indicadas pelo Professor, conforme a evolução da matéria e necessidade de aprofundamento dos estudos.

2)Os trabalhos e atividades solicitadas pelo Professor deverão obedecer as regras e metodologias adotadas pela Universidade.

3) No período de 11 a 14 de novembro de 2013 será realizada a semana de iniciação científica. Entretanto, haverá aula normal no dia 13 com avaliação designada para esse dia.

4) A segunda chamada de avaliação ocorrerá na modalidade escrita, obrigatoriamente no 18º encontro, sem necessidade de requerimento autorizado pela coordenação. A justificativa da falta, entretanto, deverá ocorrer mediante processo e elaboração de trabalho cuja nota não poderá ser inferior a 6,0 (seis)

5) No decorrer do semestre este plano de ensino poderá sofrer alterações, mediante prévio aviso aos acadêmicos.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova Escrita * 2,00 + Trabalho em sala * 1,00) / 3,00
M2 = (Trabalho em sala * 1,00 + Prova Escrita * 2,00) / 3,00
M3 = (Trabalho em sala * 1,00 + Prova escrita * 2,00) / 3,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 8738 - ANTROPOLOGIA

Professor(es): EDUARDO GUERINI

Período: 2º	Ano/Sem.: 2013 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 30 (36 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 30 (36 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 2

OBJETIVO GERAL

Introduzir o aluno ao estudo da Antropologia, à constituição dos campos de estudo e pesquisa da antropologia jurídica e à compreensão das diferentes dimensões do ser humano e suas relações com o mundo físico, o biológico e o cultural, fazendo com que o aluno possa conhecer as diferentes abordagens da antropologia e sua relação com a área jurídica.

EMENTA

Conceito de Antropologia e Cultura. História da Antropologia e suas classificações. Etnocentrismo. Alteridade. A leitura antropológica do Direito. A produção da verdade e as formas jurídicas. Antropologia no Brasil. Raízes culturais do patrimonialismo e clientelismo. Imaginário e representações sociais sobre a diversidade cultural - religião, identidade, família, gênero, exclusão social e violência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 30 h.a. + Total C.H. Avaliações: 6 h.a. = 36 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Compreender a Antropologia como a ciência que estuda e analisa as características biológicas, sociológicas e culturais do ser humano, levando-se em consideração os grupos sociais nos quais ele está inserido.	UNIDADE 1 - Conceito de Antropologia e Cultura 1. O conceito de antropologia e cultura	4 h/a 0 h/ext	Aulas expositivo dialogadas; leitura de textos; discussões.	M1: Produção de texto - Resenha (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado. M2: Análise de texto - Atividade Curricular (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado M2: Avaliação dissertativa - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado M3: Auto Avaliação - Auto-Avaliação (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado	(1) (2) (3) (4) (9) (10) (13) (15) (18) (19) (25) (26)
Conhecer o processo de surgimento da Antropologia como ciência e os pólos teóricos do pensamento antropológico contemporâneo.	UNIDADE 2 - História da Antropologia e suas classificações 1. A antropologia e suas classificações	4 h/a 0 h/ext	Leitura de textos, aula expositiva e dialogada, com dinâmicas práticas.	M1: Produção de texto - Resenha (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado. M2: Análise de texto - Atividade Curricular (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado M2: Avaliação dissertativa - Estudo de	(1) (2) (3) (4) (9) (10) (13) (15) (18) (19) (25) (26)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				Caso (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado M3: Auto Avaliação - Auto-Avaliação (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado	
Relativização das diferenças, respeito e tolerância.	UNIDADE 3 - Etnocentrismo 1. O etnocentrismo	2 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada, com dinâmicas práticas.	M1: Produção de texto - Resenha (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado. M2: Análise de texto - Atividade Curricular (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado M2: Avaliação dissertativa - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado M3: Auto Avaliação - Auto-Avaliação (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado	(1) (2) (3) (4) (14) (15) (19) (20) (21) (24) (26)
Avaliar que tudo aquilo que consideramos óbvio em nossa cultura, observado sob a ótica de outra cultura, também pode ser visto como estranho e exótico.	UNIDADE 4 - Alteridade 1. Alteridade: a relação com o outro	2 h/a 0 h/ext	Preleções expositivas dialógicas e explicativas, com a utilização de recursos audiovisuais, quadro negro e giz. Realização de dinâmicas de grupo.	M1: Produção de texto - Resenha (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado. M2: Análise de texto - Atividade Curricular (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado M2: Avaliação dissertativa - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado M3: Auto Avaliação - Auto-Avaliação (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado	(1) (2) (3) (4) (5) (7) (10) (13) (14) (15) (18) (20) (26) (27)
Sintetizar as relações entre Justiça, lei e costume nas sociedades exóticas e modernas.	UNIDADE 5 - A leitura antropológica do Direito 1. Leitura sócio-antropológica do Direito	4 h/a 0 h/ext	Preleções expositivas dialógicas e explicativas, com a utilização de recursos audiovisuais, quadro	M3: Auto Avaliação - Auto-Avaliação (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado	(1) (2) (3) (4) (6) (8) (9) (18)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
			negro e giz. Realização de dinâmicas de grupo.		(20) (21) (27) (28) (29) (30)
Compreender o processo de produção da verdade nas sociedades exóticas e modernas.	UNIDADE 6 - A produção da verdade e as formas jurídicas 1. As formas jurídicas e a produção de 'verdade(s)'	4 h/a 0 h/ext	Preleções expositivas dialógicas e explicativas, com a utilização de recursos audiovisuais, quadro negro e giz. Realização de dinâmicas de grupo.	M3: Auto Avaliação - Auto-Avaliação (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado	(1) (2) (3) (4) (6) (8) (9) (18) (20) (21) (27) (28) (29) (30)
Conhecer o desenvolvimento da Antropologia no Brasil e a análise de aspectos marcantes de nossa cultura.	UNIDADE 7 - Antropologia no Brasil 1. A antropologia brasileira	4 h/a 0 h/ext	Preleções expositivas dialógicas e explicativas, com a utilização de recursos audiovisuais, quadro negro e giz. Realização de dinâmicas de grupo.	M2: Análise de texto - Atividade Curricular (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado M2: Avaliação dissertativa - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado	(1) (2) (4) (7) (8) (10) (11) (12) (13) (16) (17) (19) (21) (22) (23) (25)
Compreender as origens culturais de fenômenos políticos que caracterizam a sociedade brasileira.	UNIDADE 8 - Raízes culturais do patrimonialismo e clientelismo 1. Fundamentos sócio-culturais do patrimonialismo e do clientelismo brasileiro	4 h/a 0 h/ext	Preleções expositivas dialógicas e explicativas, com a utilização de recursos audiovisuais, quadro negro e giz. Realização de dinâmicas de grupo.	M2: Análise de texto - Atividade Curricular (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado M2: Avaliação dissertativa - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado	(1) (2) (3) (4) (8) (10) (11) (12) (13) (16) (17) (19) (21) (22) (23) (25)
Entender a construção cultural das identidades a partir da gestão de gênero.	UNIDADE 9 - Imaginário e representações sociais sobre a diversidade cultural - religião, identidade, família, gênero, exclusão social e violência 1. O imaginário e as representações sociais na	2 h/a 0 h/ext	Preleções expositivas dialógicas e explicativas, com a utilização de recursos audiovisuais, quadro negro e giz. Realização de dinâmicas de grupo.	M2: Análise de texto - Atividade Curricular (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado M2: Avaliação dissertativa - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Conceitos claros, relações justificadas, riqueza de idéias, criatividade e lógica na organização,	(1) (2) (3) (4) (8) (10) (11) (12) (13) (16) (17)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
	cultura brasileira			representatividade do conteúdo trabalhado	(19) (21) (22) (23) (25)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. Antropologia: uma introdução. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008. xxiv, 331 p. ISBN 9788522452170.

(2) GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 366p ISBN 85-326-1932-0, (broch.).

(3) LAPLANTINE, Francois. Aprender antropologia. São Paulo, SP: Brasiliense, 1988. 205 p. ISBN 8511070303.

(9) COLAÇO, Thais Luzia. Elementos de antropologia jurídica. 2. ed. São Paulo, SP: Conceito, 2011. 298 p. ISBN 9788578741877.

(10) DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução a antropologia social. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1997. 246 p. ISBN 8532501540.

(14) ROCHA, Everardo P. Guimaraes. O que e etnocentrismo. 11. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2000. 95 p. (Coleção Primeiros passos ; 124) ISBN 8511011242.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) GEERTZ, Clifford. Nova luz sobre a antropologia. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, c2001. 247 p. (Coleção Antropologia social) ISBN 9788571105881.

(5) GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, c1989. 323p ISBN 8521610807.

(6) LEVI-STRAUSS, Claude. As estruturas elementares do parentesco. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982. 537p (Coleção Antropologia).

(7) SAHLINS, Marshall David. Ilhas de historia. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, 1990. 218p (Etnologia) ISBN 85-7110-127-2, (broch.).

(8) DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Guanabara, c1990. 287 p. ISBN 85-277-0152-9, (broch.).

(11) DAMATTA, Roberto. A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2000. 163 p ISBN 853250759X.

(12) DAMATTA, Roberto. O que faz o brasil, Brasil. 12.ed. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2001. 126 p ISBN - 8532502016 (broch.).

(15) CUCHE, Denys. A nocao de cultura nas ciencias sociais. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coracao, 1999. 258 p (Verbum) ISBN 8586259594 (broch.).

(16) CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil: mito, historia, etnicidade. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.

(17) CUNHA, Manuela Carneiro da. Os direitos do indio: ensaios e documentos. São Paulo, SP:

Brasiliense, 1987. 230p

(18) GOMES, Mercio Pereira. Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura . São Paulo, SP: Contexto, c2008. 237, [1] p. ISBN 9788572443838.

(19) GRUPIONI, Luís Donisete Benzi.; SILVA, Aracy Lopes da.; MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva. A tematica indigena na escola: novos subsidios para professores de 1º e 2º graus. 3.ed. São Paulo, SP: Global, 2000. 575p ISBN 8526006142 (broch.).

(22) OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Sobre o pensamento antropologico. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1988. 201p ((Biblioteca Tempo Universitário))

(23) OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo. São Paulo, SP: UNESP, 1998. 221 p.

(24) QUEIROZ, Renato da Silva. Nao vi e nao gostei: o fenomeno do preconceito. 6. ed. São Paulo, SP: Moderna, 1997. 102p (Qual e o grilo?) ISBN 8516014088 (broch.).

(25) RODRIGUES, José Carlos. Antropologia e comunicação: principios radicais. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2003. 211 p. ISBN 8515026511.

(27) TURNER, Jonathan H. Sociologia: conceitos e aplicações. São Paulo, SP: Makron Books, c2000, 2005. xv, 253 p. ISBN 8534611629.

(28) VELHO, Gilberto; SOUZA, Marcos Alvito Pereira de FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Cidadania e violência. 2. ed. rev. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. 368 p. ISBN 8571081816.

(29) VELHO, Gilberto (Org). Desvio e divergência: uma crítica da patologia social. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: ZAHAR, c2003. 144 p (Etnologia) ISBN 8571104883.

(30) CHAUÍ, Marilena de Sousa. Convite à filosofia. 13. ed. São Paulo, SP: Ática, 2004. 424 p. ISBN 850808935X.

(13) DAMATTA, Roberto. Explorações: ensaios de sociologia interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

(20) HAVILAND, William A. et al. Princípios de antropologia. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

(21) MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006.

(26) SANTOS, Rafael José dos. Antropologia para quem não vai ser antropólogo. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2005.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Avaliação da Aprendizagem - o aproveitamento da aprendizagem será avaliado da seguinte forma:

a)através de prova escrita;
b)através de atividades curriculares (trabalhos individuais e grupais) e
c)da participação individual nas discussões em sala (Obs.: mediante enunciação nominal por parte do aluno interveniente).

A avaliação será contínua em todo o processo de ensino-aprendizagem, com foco no aspecto qualitativo, destacando-se a participação nas aulas, as leituras programadas dos conteúdos, os trabalhos e dinâmicas em grupo, o interesse do aluno pelos assuntos abordados, a assiduidade nas aulas e a pontualidade nas entregas das atividades.

Critérios de avaliação:

Produção individual (ou em dupla) de análise textual (a partir vídeos documentários, filmes e excertos de textos) e avaliação escrita: domínio conceitual, objetividade, clareza e concisão.

Obs.: Os trabalhos solicitados deverão ser manuscritos e com um grau adequado de legibilidade.

As datas de provas e trabalhos serão marcados em sala.

Ainda sempre que mostrarem-se pertinentes e viáveis, serão acrescidos atividades em aula como leituras, exercícios, vídeos e dinâmicas.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.

Os alunos que faltarem qualquer atividade ou prova ou aula, deverão proceder ao requerimento de justificativa de faltas e segunda chamada de prova junto à Secretaria, no prazo institucional.
No período de 11 a 14 de Novembro de 2013 , as atividades curriculares serão de acompanhamento nas apresentações de TIC - Trabalhos de Iniciação Científica dos acadêmicos do curso de graduação.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Produção de texto * 1,00) / 1,00
M2 = (Análise de texto * 1,00 + Avaliação dissertativa * 1,00) / 2,00
M3 = (Auto Avaliação * 1,00) / 1,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 8740 - DIREITO CONSTITUCIONAL I

Professor(es): THAIS VANDRESEN

Período: 2º	Ano/Sem.: 2013 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Compreender de forma global a Teoria do Direito Constitucional, tendo em vista o conhecimento, a identificação e a significação contextualizada dos elementos formadores do Direito Constitucional Pátrio e do Poder Constituinte. Conhecer e identificar os princípios fundamentais que regem o Direito Constitucional Brasileiro, bem como os princípios que regem a organização estatal, percebendo diferenças em sua estrutura, seus órgãos, competências e poderes.

EMENTA

O Direito Constitucional do Estado Moderno ao Contemporâneo. A Constituição. Poder Constituinte. História das Constituições Brasileiras. Tipologia das normas constitucionais. Interpretação e aplicação constitucional. Os Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Organização do Estado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conhecer o programa da disciplina, ressaltando sua importância no contexto do curso e para a formação acadêmica e profissional. Compreender a relação Estado/Direito Constitucional através de uma análise do desenvolvimento histórico do Estado.	UNIDADE 1 - O Direito Constitucional do Estado Moderno ao Contemporâneo 1. O Estado como condição prévia ao Direito Constitucional 2. O Estado Moderno e seus elementos constitutivos 3. Antecedentes históricos: Independência dos Estados Unidos 4. O Estado Contemporâneo e seus elementos constitutivos 5. A idéia de Constituição e do Estado como ordenamento jurídico 6. O Direito Constitucional	6 h/a 0 h/ext	1. Aula expositiva e dialogada. 2. Leitura dirigida de texto para desenvolvimento das habilidades de reconhecimento, compreensão, síntese, análise e aplicação dos principais conceitos de categorias nucleares da disciplina.	M1: atividade - Atividade Curricular (Peso: 3,00) M1: prova - Prova Escrita (Peso: 7,00)	(2) (4) (5) (6) (7) (8)
Conhecer os principais conceitos, concepções e classificações das constituições. Compreender os aspectos e categorias fundamentais das constituições, a partir de autores e paradigmas doutrinários.	UNIDADE 2 - A Constituição 1. Conceitos de constituição 2. Objeto e conteúdo das constituições 3. Classificação das constituições	4 h/a 0 h/ext	1. Aula expositiva e dialogada. 2. Leitura dirigida de texto para desenvolvimento das habilidades de reconhecimento, compreensão e síntese.	M1: atividade - Atividade Curricular (Peso: 3,00) M1: prova - Prova Escrita (Peso: 7,00)	(2) (4) (5) (6) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Identificar a relação Estado/Direito Constitucional através da compreensão do Poder Constituinte. Conhecer e identificar os tipos de Poderes Constituintes e seus limites.	UNIDADE 3 - Poder Constituinte 1. Teoria do Poder Constituinte; 2. Abordagem Conceitual do Poder Constituinte; 3. Titularidade do Poder Constituinte; 4. Tipos de Poder Constituinte: Originário e Derivado; 5. Limites do Poder Constituinte.	7 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada.	M1: atividade - Atividade Curricular (Peso: 3,00) M1: prova - Prova Escrita (Peso: 7,00)	(2) (4) (5) (6) (7) (8)
Conhecer o desenvolvimento histórico do Brasil e aspectos destacados das constituições brasileiras.	UNIDADE 4 - História das Constituições Brasileiras 1. Evolução Constitucional do Brasil 3. Fase Republicana 4. Aspectos destacados das constituições de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967/69 e 1988.	6 h/a 0 h/ext	1. Aula expositiva e dialogada. 2. Leitura de texto/resumo elaborado pelo professor sobre as características das constituições brasileiras, objetivando o desenvolvimento acadêmico das habilidades de reconhecimento, compreensão e análise das principais diferenças da história política e constitucional brasileira.	M2: atividade - Atividade Curricular (Peso: 3,00) M2: prova - Prova Escrita (Peso: 7,00)	(1)
Identificar e analisar os tipos de normas constitucionais e seus critérios classificatórios.	UNIDADE 5 - Tipologia das normas constitucionais 1. Conceito de norma 2. Constituição como sistema de regras e princípios 3. Normas de organização política 4. Normas de direitos fundamentais e garantias constitucionais 5. Normas constitucionais e distintos critérios 6. Colisão de princípios e conflito de regras	9 h/a 0 h/ext	1. Aula expositiva e dialogada. 2. Leitura dirigida de texto para desenvolvimento das habilidades de reconhecimento, compreensão, síntese, análise e aplicação.	M2: atividade - Atividade Curricular (Peso: 3,00) M2: prova - Prova Escrita (Peso: 7,00)	(2) (8) (9) (11) (12) (13)
Analisar os aspectos da interpretação e da aplicação das normas constitucionais e compreender criticamente o contexto brasileiro.	UNIDADE 6 - Interpretação e aplicação constitucional 1. Interpretação e métodos 3. Catálogo tópico dos	4 h/a 0 h/ext	1.Aula expositiva e dialogada. 2. Leitura de texto de referência. Estudo/Pesquisa jurisprudencial e /ou de	M2: atividade - Atividade Curricular (Peso: 3,00) M2: prova - Prova Escrita (Peso: 7,00)	(2) (8) (9) (10) (11) (12) (13)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
	princípios de interpretação constitucional. 4. A aplicação das normas constitucionais 5. Eficácia das normas constitucionais		periódicos (revistas e jornais) para desenvolvimento das habilidades de reconhecimento, compreensão, aplicação e análise crítica da realidade factual e a base teórica.		
Conhecer, identificar e analisar os princípios que norteiam o Direito Constitucional Brasileiro, bem como sua função no contexto sistemático do Direito.	UNIDADE 7 - Os Princípios Fundamentais 1. Conceito e características de Princípios Constitucionais; 2. Classificação dos Princípios Constitucionais; 3. Função dos Princípios Fundamentais e Objetivos fundamentais do Direito Constitucional Brasileiro; 4. Princípio da Proporcionalidade.	7 h/a 0 h/ext	1. Aula expositiva e dialogada. 2. Leitura dos direitos fundamentais na própria Constituição para identificação dos mesmos, bem como relacioná-los com os demais princípios constitucionais, para desenvolvimento das habilidade de reconhecimento, compreensão, síntese e análise.	M3: questões de concurso - Atividade Curricular (Peso: 3,00) M3: prova - Prova Escrita (Peso: 7,00)	(2) (8) (9) (10) (11) (12) (13)
Conhecer, identificar e analisar os direitos fundamentais e as garantias que norteiam o Direito Constitucional Brasileiro, bem como sua função no contexto sistemático do Direito.	UNIDADE 8 - Direitos e Garantias Fundamentais 1. Distinções conceituais entre direitos do homem, humanos, fundamentais e garantias constitucionais; 2. Histórico e evolução dos direitos fundamentais; 3. Classificação dos direitos fundamentais brasileiros; 4. Restrições dos Direitos Fundamentais; 5. Aplicabilidade e eficácia dos direitos fundamentais.	6 h/a 0 h/ext	1. Aula expositiva e dialogada.	M3: questões de concurso - Atividade Curricular (Peso: 3,00) M3: prova - Prova Escrita (Peso: 7,00)	(2) (8) (9) (11) (12) (13)
Identificar as principais características da Federação e conhecer a organização político-administrativa do Estado Brasileiro.	UNIDADE 9 - Organização do Estado 1. Estrutura básica da Federação; 2. Conceito de Estado Federativo; 3. Evolução histórica da forma federativa de Estado; 4. Funcionamento dos entes federativos;	11 h/a 0 h/ext	1. Aula expositiva e dialogada. 2. Leitura dos artigos da CRFB/1988 referentes ao assunto para desenvolvimento das habilidades de reconhecimento, compreensão, análise e aplicação.	M3: questões de concurso - Atividade Curricular (Peso: 3,00) M3: prova - Prova Escrita (Peso: 7,00)	(2) (3) (7)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
	5. Reparticação de competências dos entes federados brasileiros;				

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. Historia constitucional do Brasil. 8. ed. Brasília, DF: OAB/SC Editora, [2006]. 949 p. ISBN 8587260219.

(2) BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 21. ed. atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2007. 809 p. ISBN 9788574208145.

(3) MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional. 7. ed. atual. São Paulo, SP: Atlas, 2007. lxx, 2976 p. + 1 CD-ROM ISBN 9788522448777.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) MIRANDA, Jorge. Teoria do estado e da constituição. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2002. viii, 546p. ISBN 8530916794.

(5) MIRANDA, Jorge. Manual de direito constitucional. Tomo I: preliminares : o Estado e os sistemas constitucionais. 7. ed., rev. e atual. Lisboa [Portugal]: Coimbra, 2003. 443 p. ISBN 9723204193 (obra complet

(6) BESTER, Gisela Maria. Direito constitucional: volume 1 : fundamentos teóricos. São Paulo, SP: Manole, 2005. xxxi, 639 p. ISBN 8520420664 (v. 1).

(7) MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 4. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. xli, 1486 p. ISBN 9788502078192.

(8) CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 7. ed. Coimbra [Portugal]: Almedina, [2003]. 1522 p. ISBN 9724021068.

(9) CANOTILHO, J. J. Gomes. Estudos sobre direitos fundamentais. Coimbra [Portugal]: Coimbra, 2004. 232 p. ISBN 9723212153.

(10) MORAIS, José Luis Bolzan de; SARLET, Ingo Wolfgang. A constituicao concretizada: construindo pontes com o publico e o privado. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2000. 319 p ISBN 8573481625 (broch.).

(11) SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituiçao Federal de 1988. 5. ed. rev. atual. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2007. 163 p. ISBN 8573484012.

(12) SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 9. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2007, 2008. 499 p. ISBN 9788573485516.

(13) KRETZ, Andrietta. Autonomia da vontade e eficácia horizontal dos direitos fundamentais. Florianópolis, SC: Momento Atual, 2005. 129 p. ISBN 858868134X.

(14) TEMER, Michel. Elementos de direito constitucional. 9. ed. rev., de acordo com a C. São Paulo, SP: Malheiros, 1992. 206 p ISBN - (Broch.).

(15) TEMER, Michel. Elementos de direito constitucional. 15. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 1999. 222p ISBN 85-7420-113-8, (broch.).

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1.Participação em aula;
2. Utilização de material complementar descrito no plano de ensino, principalmente o uso da Constituição Federal de 1988 atualizada até as últimas emendas constitucionais;
3. Postura ética, pontualidade, comportamento e respeito mútuo;
4. Construção de resenha crítica sobre os textos e mapa conceitual, e resolução de questões de concurso.
5. Avaliações escritas ou orais individuais.

OBSERVAÇÕES GERAIS

a) Serão realizadas 02 avaliações (uma atividade e uma prova) para cada Média Parcial durante o semestre letivo;
b) As avaliações com caráter de atividade poderão ser individuais ou em dupla;
c) As avaliações com caráter de prova poderão ser escritas ou orais, e sempre individuais;
d) Na M1 a atividade terá peso 3 e a prova peso 7;
e) Na M2 a atividade terá peso 3 e a prova escrita terá peso 7;
f) Na M3 a atividade terá peso 3 e a prova que será a última avaliação individual escrita terá peso 7;
g) As datas de todas as provas serão relembradas com antecedência;
h) As atividades realizadas em sala de aula não terão a data divulgada previamente. No caso da ausência do acadêmico na data da realização da atividade em sala de aula, este realizará atividade complementar com grau de complexidade superior ao da atividade ministrada em aula, extra sala, INDIVIDUAL, a ser entregue na data da prova da Média Parcial correspondente ao trabalho perdido.
i) Algumas horas da carga horária desta disciplina poderão ser destinadas a prática e participação de oficinas, seminários, palestras e demais atividades fornecidas pelo Cejurps;
l) Na semana determinada pela coordenação para realização de bancas de defesa de monografia, ou seja, de Iniciação Científica, (11 a 14 de novembro) haverá aula normalmente, no entanto, os acadêmicos participarão como ouvintes das bancas de defesa de monografias realizadas no horário desta disciplina e nas quais esta docente é presidente ou membro da banca.
m) Como recurso auxiliar de ensino e aprendizagem será utilizado nesta disciplina o ambiente Sophia.
n) o presente plano de ensino poderá ser alterado em razão de situação fática vivenciada em sala de aula.

IMPORTANTE: O êxito nos estudos é fruto de empenho mútuo, tanto do professor quanto do acadêmico, por isto, necessário se faz que numa sala de aula todos adotemos uma postura de responsabilidade, ética e respeito, só assim que efetivamente alcançar-se-á a excelência que tanto aspiramos.
MISSÃO DO CURSO DE DIREITO: O Curso de Direito tem por missão produzir e socializar o conhecimento jurídico pelo ensino, pesquisa e extensão, formando pessoas com condições para criar qualidade de vida pessoal, profissional e coletiva, com solidariedade e eficiência.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3

M1 = (atividade * 3,00 + prova * 7,00) / 10,00

M2 = (atividade * 3,00 + prova * 7,00) / 10,00

M3 = (questões de concurso * 3,00 + prova * 7,00) / 10,00

Média Final = 6,00

Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 9936 - PSICOLOGIA

Professor(es): ILDO MIGUEL WERLE

Período: 2º	Ano/Sem.: 2013 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 30 (36 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 30 (36 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 2

OBJETIVO GERAL

Conhecer os fundamentos teóricos, a dinâmica e as técnicas relacionadas à psicologia para uma melhor compreensão do comportamento humano na sociedade e suas implicações na perspectiva jurídica.

EMENTA

Comportamento Humano. Teoria da Personalidade. Funcionamento e Desenvolvimento de grupos e liderança. Conflitos e Aprendizagem. Psicologia Aplicada à Operação Jurídica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 30 h.a. + Total C.H. Avaliações: 6 h.a. = 36 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conhecer os fundamentos teóricos da Psicologia. Identificar os fatores psicológicos que envolvem os indivíduos nas diversas situações da profissão do operador do Direito.	UNIDADE 1 - Comportamen Humano 1. O comportamento humano: características 2. Motivação 3. Emoção, sensação e percepção	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada, estudos de casos e discussões.	M1: Prova - Prova Escrita (Peso: 10,00) Clareza, objetividade e coerência com o conteúdo estudado. M2: Dinâmica de Grupo - Outros Instrumentos (Peso: 10,00) Clareza, objetividade e coerência com o conteúdo estudado. M3: Relatório - Relatório (Peso: 10,00) Clareza, objetividade e coerência com o conteúdo estudado.	(3) (4) (5) (11) (12) (15)
Compreender os fenômenos envolvidos na formação da personalidade do ser humano. Verificar os aspectos que envolvem os transtornos de comportamento sob a ótica de diferentes escolas da psicologia.	UNIDADE 2 - Teoria da Personalidade 1. Personalidade: formação e características 2. Teorias da personalidade 3. Transtornos de personalidade	6 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada, estudos de casos e discussões.	M1: Prova - Prova Escrita (Peso: 10,00) Clareza, objetividade e coerência com o conteúdo estudado. M2: Dinâmica de Grupo - Outros Instrumentos (Peso: 10,00) Clareza, objetividade e coerência com o conteúdo estudado. M3: Relatório - Relatório (Peso: 10,00) Clareza, objetividade e coerência com o conteúdo estudado.	(3) (4) (5) (6) (7) (14)
Identificar as características do comportamento grupal. Refletir sobre os aspectos da liderança na formação de grupos.	UNIDADE 3 - Funcionament e Desenvolvimento de grupos e liderança 1. Grupo: formação e delinquência 2. Modelos de liderança	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada, estudos de casos e discussões.	M2: Dinâmica de Grupo - Outros Instrumentos (Peso: 10,00) Clareza, objetividade e coerência com o conteúdo estudado. M3: Relatório - Relatório (Peso: 10,00) Clareza, objetividade e coerência com o conteúdo estudado.	(5) (8) (9) (10)
Compreender o processo de aprendizagem do ser humano. Verificar os fatores geradores de conflitos nos diferentes momentos evolutivos do indivíduo.	UNIDADE 4 - Conflitos e Aprendizagem 1. Fatores que influenciam os conflitos 2. Conflito e poder	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada, estudos de casos e discussões.	M2: Dinâmica de Grupo - Outros Instrumentos (Peso: 10,00) Clareza, objetividade e coerência com o conteúdo estudado. M3: Relatório - Relatório (Peso: 10,00) Clareza, objetividade e coerência com o conteúdo estudado.	(1) (5) (9) (10)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Refletir sobre a inserção da psicologia nas questões aplicadas ao direito. Desenvolver habilidades para elaborar novos paradigmas norteadores da prática jurídica.	UNIDADE 5 - Psicologia Aplicada à Operação Jurídica 2. Documentos em psicologia para o direito 3. Instrumentos de avaliação psicológica 4. Psicologia nas aplicações jurídicas	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada, estudos de casos e discussões.	M3: Relatório - Relatório (Peso: 10,00) Clareza, objetividade e coerência com o conteúdo estudado.	(2) (3) (5)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(2) FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. Psicologia jurídica. São Paulo, SP: Atlas, 2009. xii, 422 p. ISBN 9788522452231.

(3) FREUD, Sigmund. Cinco lições de psicanálise: A história do movimento psicanalítico ; O futuro de uma ilusão ; O mal-estar na civilização : Esboço de psicanálise. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1974. 307 p

(5) BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 12. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 1999. 319 p.

(13) BRITO, Leila Maria Torraca de. Temas de psicologia juridica. 3.ed. Rio de Janeiro, RJ: Relume - Dumará, 2002. 212 p ISBN 8573161795 (broch.).

(14) BRITO, Leila Maria Torraca de. Temas de psicologia juridica. 3.ed. Rio de Janeiro, RJ: Relume - Dumará, 2002. 212 p ISBN 8573161795 (broch.).

(15) RAPPAPORT, Clara Regina. Psicologia do desenvolvimento:. São Paulo, SP: EPU, 1981-198.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(1) FIORELLI, José Osmir; FIORELLI, Maria Rosa; MALHADAS JUNIOR, Marcos Julio Olivé. Assédio moral: uma visão multidisciplinar. São Paulo, SP: LTr, 2007. 200 p. ISBN 9788536110646.

(4) FREUD, Sigmund. Freud: vida e pensamentos. São Paulo, SP: M. Claret, 1996. 112 p. (Vida e pensamentos). ISBN 8572320946.

(6) JUNG, C. G. O desenvolvimento da personalidade. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 223 p. (Obras completas de C. G. Jung ; 17). ISBN 8532607411.

(7) HALL, Calvin S.; CAMPBELL, John B.; LINDZEY, Gardner. Teorias da personalidade. 4. ed. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 2000. 591 p. (Biblioteca Artmed). ISBN 8573076550.

(8) KERNBERG, Otto F. Ideologia, conflito e liderança em grupos e organizações. Porto Alegre, RS: Artmed, 2000. 315 p. (Biblioteca Artmed : psiquiatria) ISBN 8573076453.

(9) GONÇALVES, Ana Maria; PERPETUO, Susan Chiode. Dinâmica de grupos na formação de lideranças. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2007. 152 p. ISBN 9788574904031.

(10) GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 182 p. ISBN 8532630189.

(11) BIAGGIO, Angela M. Brasil. Psicologia do desenvolvimento. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 343p (Nova psicologia 7) ISBN 8532606326 (broch.).

(12) COLINVAUX, Dominique; LEITE, Luci Banks; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Psicologia do desenvolvimento: reflexões e práticas atuais. 1. ed. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, c2006. 272 p. (Psicologia e educação) ISBN 8573964723.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua em todo o processo de ensino-aprendizagem, com foco no aspecto qualitativo, destacando-se pela participação nas aulas, nas leituras programadas dos conteúdos, nos trabalhos e dinâmicas em grupo, no interesse do aluno pelos assuntos abordados, pela assiduidade nas aulas e pela pontualidade nas entregas das atividades.

Também serão serão avaliados os seguintes aspectos:

-Capacidade de compreender os conteúdos e conceitos, de relacionar os aspectos teóricos com as situações práticas, de analisar criticamente e formular idéias, de expressar-se com clareza de forma escrita e falada.

-Respeito à norma culta da língua portuguesa.

-Identificação dos pressupostos fundamentais à temática e coerência entre as respostas das atividades com os temas da unidade abordada.

-Pontualidade, assiduidade, permanência e comprometimento em sala de aula.

-Ética na discussão e desfecho de casos práticos.

-Postura acadêmica que compreende: não usar celular dentro da sala e durante as aulas; não interromper os momentos de estudos e de concentração com conversas paralelas, saídas e entradas desnecessárias durante as aulas.

Nas atividades de grupo só serão avaliados os acadêmicos que estiverem presentes.

Observância das orientações formais dos exercícios/atividades propostos, de forma que receberão nota 0 (zero), os acadêmicos cujos trabalhos e provas apresentarem sinais de cópia de outros acadêmicos, contiverem evidências de materiais retirados de meio digital, copiados de livros ou outras fontes de pesquisa sem a indicação bibliográfica, ou ainda o acadêmico que realizar consulta não autorizada ao material, em atividade de avaliação.

Após o início do semestre, poderão ser estabelecidos outros critérios de avaliação, sem prejuízo ao amplo e prévio conhecimento por parte dos acadêmicos.

OBSERVAÇÕES GERAIS

No primeiro dia de aula será discutido o presente plano de ensino, que poderá ser modificado, a qualquer tempo, no curso da disciplina. Caso isso ocorra, os acadêmicos serão comunicados.¿Para que o(a) acadêmico(a) atinja os objetivos propostos, é importante que: acompanhe as atividades da disciplina através das aulas e da realização da leitura dos textos correspondentes aos temas tratados, fazendo o respectivo fichamento e anotando as dúvidas para discuti-las em sala de aula; esteja atualizado com as atividades de sala de aula; exponha suas dificuldades ao professor e busque fontes suplementares de pesquisa; realize as leituras e as atividades didáticas de acordo com as técnicas e os métodos de elaboração científica, cujo conteúdo é objeto de disciplina específica.

Justificativas de Faltas e 2ª chamada de prova obedecem o Regimento Geral da UNIVALI.

Não é permitido qualquer tipo de gravação (de imagem ou som) das aulas ministradas.¿

Não havendo, eventualmente, aula em alguma data estabelecida no referido plano, a atividade passará para o dia de aula da disciplina imediatamente posterior.¿

A bibliografia indicada não exaure a gama de obras (livros, trabalhos acadêmicos, artigos, periódicos, etc.) que tratam sobre a matéria, servindo como mero referencial a(o) acadêmico(a), que pode (e deve) ser complementado.¿Outras referências bibliográficas poderão ser indicadas

pelo professor, conforme a evolução do conteúdo e necessidade de aprofundamento dos estudos. Além disso, os acadêmicos deverão ter a diligência necessária para aprofundar seus estudos com obras e legislação atualizadas.¿Será indispensável ao acadêmico o manuseio da legislação pertinente durante as aulas e a leitura prévia dos conteúdos e/ou textos indicados.¿Considerando que o direito não é estático e sim dinâmico, o acadêmico deverá estar atento às constantes alterações da legislação.
Não será permitido o uso de computador/ tablet / celulares e/ou similares durante a realização das avaliações, salvo nos casos de orientação expressa do professor.

TIC: 11 a 14/11 será realizada a Semana de Iniciação Científica. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso o professor componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pelo professor. Outros casos de participação serão acordados com o professor da aula que coincide com a referida banca.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova * 10,00) / 10,00
M2 = (Dinâmica de Grupo * 10,00) / 10,00
M3 = (Relatório * 10,00) / 10,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 17267 - HERMENÊUTICA JURÍDICA

Professor(es): LUCAS DE MELO PRADO

Período: 2º	Ano/Sem.: 2013 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 30 (36 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 30 (36 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 2

OBJETIVO GERAL

Desenvolver uma visão integrada dos princípios de interpretação/aplicação do Direito e dos principais tópicos de discussão da hermenêutica filosófica.

EMENTA

Compreensão Jurídica. Pré-compreensão e Interpretação Juridica. Espécies de Interpretação. Lógica e Interpretação. Integração e Antinomia. Problemas, questões e temas contemporâneos da interpretação jurídica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 24 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 36 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Identificar os aspectos da compreensão jurídica. Familiarizar-se com os principais aspectos da interpretação à luz do positivismo jurídico.	UNIDADE 1 - Compreensão Jurídica. 1. Hermenêutica, interpretação e aplicação do direito 2. Ciência jurídica e interpretação 3. Moldura hermenêutica, textura aberta do direito e discricionariedade	6 h/a 0 h/ext	Aula expositiva. Estudo dirigido. Fichamento e comentário de texto relacionado ao tópico trabalhado.	M1: Avaliação escrita - Prova Escrita (Peso: 8,00) São critérios para a avaliação escrita: a demonstração de formação de competências nos objetivos de aprendizagem, a legibilidade, o uso adequado do vernáculo, a capacidade argumentativa, a clareza, a coerência e a objetividade. M2: Mapa conceitual - Mapa Conceitual (Peso: 3,00) M2: Avaliação escrita - Prova Escrita (Peso: 5,00) São critérios para a avaliação escrita: a demonstração de formação de competências nos objetivos de aprendizagem, a legibilidade, o uso adequado do vernáculo, a capacidade argumentativa, a clareza, a coerência e a objetividade. M3: Avaliação escrita - Prova Escrita (Peso: 4,00) São critérios para a avaliação escrita: a demonstração de formação de competências nos objetivos de aprendizagem, a legibilidade, o uso adequado do vernáculo, a capacidade argumentativa, a clareza, a coerência e a objetividade.	(1) (3) (6) (11) (15) (16) (17) (19) (20) (24) (25) (28)
Conhecer a sistemática da pré-compreensão jurídica. Familiariza-se com os principais aspectos da hermenêutica filosófica.	UNIDADE 2 - Pré-compreensão e Interpretação Juridica. 1. Debate Hart vs. Dworkin e o sistema de regras e princípios 2. Jürgen Habermas e a co-originalidade de	6 h/a 0 h/ext	Aula expositiva. Estudo de texto com ficha resumo. Mapa conceitual	M1: Ficha resumo - Fichamento (Peso: 2,00) M1: Avaliação escrita - Prova Escrita (Peso: 8,00) São critérios para a avaliação escrita: a demonstração de formação de competências nos objetivos de aprendizagem, a legibilidade, o uso adequado do vernáculo, a capacidade	(2) (7) (8) (9) (10) (12) (13) (14) (18)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
	direito e moral 3. Heidegger, Gadamer e o círculo hermenêutico			argumentativa, a clareza, a coerência e a objetividade. M2: Mapa conceitual - Mapa Conceitual (Peso: 3,00) M2: Avaliação escrita - Prova Escrita (Peso: 5,00) São critérios para a avaliação escrita: a demonstração de formação de competências nos objetivos de aprendizagem, a legibilidade, o uso adequado do vernáculo, a capacidade argumentativa, a clareza, a coerência e a objetividade. M3: Avaliação escrita - Prova Escrita (Peso: 4,00) São critérios para a avaliação escrita: a demonstração de formação de competências nos objetivos de aprendizagem, a legibilidade, o uso adequado do vernáculo, a capacidade argumentativa, a clareza, a coerência e a objetividade.	
Conseguir identificar e diferenciar as diferentes escolas hermenêuticas e os diversos métodos de interpretação.	UNIDADE 3 - Espécies de Interpretação. 1. Escolas hermenêuticas 2. Métodos interpretativos	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva. Estudo de texto com ficha de conceitos.	M2: Ficha de conceitos - Fichamento (Peso: 2,00) M2: Avaliação escrita - Prova Escrita (Peso: 5,00) São critérios para a avaliação escrita: a demonstração de formação de competências nos objetivos de aprendizagem, a legibilidade, o uso adequado do vernáculo, a capacidade argumentativa, a clareza, a coerência e a objetividade. M3: Avaliação escrita - Prova Escrita (Peso: 4,00) São critérios para a avaliação escrita: a demonstração de formação de competências nos objetivos de aprendizagem, a legibilidade, o uso adequado do vernáculo, a capacidade argumentativa, a clareza, a coerência e a objetividade.	(2) (7) (21) (26)
Definir a forma de utilização da lógica para a interpretação jurídica.	UNIDADE 4 - Lógica e Interpretação. 1. Lógica, pseudológica e o silogismo jurídico	2 h/a 0 h/ext	Aula expositiva.	M2: Avaliação escrita - Prova Escrita (Peso: 5,00) São critérios para a avaliação escrita: a demonstração de formação de competências nos objetivos de aprendizagem, a legibilidade, o uso adequado do vernáculo, a capacidade argumentativa, a clareza, a coerência e a objetividade. M3: Avaliação escrita - Prova Escrita (Peso: 4,00) São critérios para a avaliação escrita: a demonstração de formação de competências nos objetivos de aprendizagem, a legibilidade, o uso adequado do vernáculo, a capacidade argumentativa, a clareza, a coerência e a objetividade.	(27)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conhecer os métodos de integração do ordenamento jurídico e os critérios de solução de antinomias.	UNIDADE 5 - Integração e Antinomia. 1. As lacunas do ordenamento jurídico e os métodos de integração 2. Critérios de solução de antinomias	2 h/a 0 h/ext	Aula expositiva. Estudo dirigido.	M3: Estudo dirigido - Fichamento (Peso: 3,00) M3: Avaliação escrita - Prova Escrita (Peso: 4,00) São critérios para a avaliação escrita: a demonstração de formação de competências nos objetivos de aprendizagem, a legibilidade, o uso adequado do vernáculo, a capacidade argumentativa, a clareza, a coerência e a objetividade.	(6) (24) (25)
Conhecer os principais pontos do debate contemporâneo entre a hermenêutica metodológica e a hermenêutica filosófica.	UNIDADE 6 - Problemas, questões e temas contemporâneos da interpretação jurídica. 1. Críticas à hermenêutica metodológica a partir do prisma da hermenêutica filosófica	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva. Estudo de texto com fichamento.	M3: Ficha crítica - Fichamento (Peso: 3,00) M3: Avaliação escrita - Prova Escrita (Peso: 4,00) São critérios para a avaliação escrita: a demonstração de formação de competências nos objetivos de aprendizagem, a legibilidade, o uso adequado do vernáculo, a capacidade argumentativa, a clareza, a coerência e a objetividade.	(1) (2) (3) (8) (9) (10) (11) (12) (13) (28)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. 6. ed. Coimbra [Portugal]: Arménio Amado, 1984. 484 p. (Coleção Stvdivm. Temas filosóficos, jurídicos e sociais).

(2) STRECK, Lenio Luiz. O que é isto: decido conforme minha consciência? 4. ed. rev. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2013. 120 p. (Coleção o que é isto ; 1) ISBN 9788573488388.

(3) GRAU, Eros Roberto. Ensaio e discurso sobre a interpretação: aplicação do direito. 3. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2005. 279 p. ISBN 8574206237 (broch.).

(6) BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. 5.ed. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1994. 184 p. ISBN 8523002766.

(26) REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2002. xxv, 391 p. ISBN 8502041266.

(27) COELHO, Fábio Ulhoa. Roteiro de lógica jurídica. 4. ed., rev. e aum. São Paulo, SP: Saraiva, 2001. 113 p. ISBN 8502032933.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(7) GADAMER, Hans-Georg. Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Braganca Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2005. 631 p. (Coleção pensamento humano) ISBN 8532617875 (Vozes).

(8) DWORKIN, Ronald; BOEIRA, Nelson. Levando os direitos a sério. 3. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, c2010. xxi, 568 p. (Biblioteca jurídica WMF) ISBN 9788578272517.

(9) HÄBERLE, Peter. Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da constituição: contribuição para a interpretação pluralista e "procedimental" da constituição. Porto Alegre, RS: Sergio Antonio Fabris, 1997. 55 p.

(10) DWORKIN, Ronald. O império do direito. 1. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999. xv, 513 p. (Coleção justiça e direito) ISBN 8533610122.

(11) HART, H. L. A. O conceito de direito. 4. ed. Lisboa [Portugal]: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. x, 348 p. ISBN 9723106922.

(12) HABERMAS, Jurgen; SIEBENEICHLER, Flavio Beno. Direito e democracia 1: entre facticidade e validade. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 2003. 354 p. ((Biblioteca Tempo Universitário)) ISBN 8528200914.

(13) HABERMAS, Jurgen; SIEBENEICHLER, Flavio Beno. Direito e democracia 2: entre facticidade e validade. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 2003. 352 p. ((Biblioteca Tempo Universitário)) ISBN 8528200957.

(14) HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo, SP: Universidade São Francisco, 2004. 2 v. (Coleção pensamento humano) ISBN 853260224x (obra complet

(15) RIGAUX, Francois. A lei dos juizes. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2000. 386 p. (Coleção justiça e direito) ISBN 8533612273.

(16) COSTA, Dilvanir Jose da. Curso de hermenêutica juridica. Belo Horizonte, MG: Del Rey, 1997. 159 p. ISBN 8573081953 (broch.).

(17) FRIEDE, Roy Reis. Ciência do direito, norma, interpretação e hermenêutica jurídica. 8. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2011. xv, 238 p. ISBN 9788530934606.

(18) GRONDIN, Jean. Introducao a hermeneutica filosofica. São Leopoldo, RS: Unisinos, c1991. 335 p (Focus 2) ISBN 85743102004 (broch.).

(19) MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. 20. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2011. 335 p. ISBN 9788530934477.

(20) FRANÇA, R. Limongi. Hermenêutica jurídica. 6. ed. rev. e aum. São Paulo, SP: Saraiva, 1997. 183 p. ISBN 850202132X (broch.).

(21) FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação. 6. ed. rev. e amp. São Paulo, SP: Atlas, 2008. 346 p ISBN 9788522451685.

(24) BOBBIO, Norberto. O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito. São Paulo, SP: Ícone, 2006. 239 p. (Coleção Elementos de Direito). ISBN 8527403285.

(25) BOBBIO, Norberto; ALVES, Alaor Caffé; BAPTISTA, Fernando Pavan; SUDATTI, Ariani Bueno. Teoria da norma jurídica. 3. ed. rev. Bauru, SP: EDIPRO, 2005. 192 p. ISBN 8572834818 (broch.).

(28) STRECK, Lenio Luiz. Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito. 3. ed. rev. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, c2001. 319 p. ISBN 8573481846 (broch.).

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A média mínima para aprovação na disciplina é 6,0.

A composição das médias (M1, M2, M3) dá-se do seguinte modo. Nota obtida da avaliação 1 (N1) multiplicada pelo respectivo peso (P) + nota da avaliação 2 (N2) multiplicada pelo respectivo peso (P') + nota da avaliação 3 (N3) multiplicada pelo respectivo peso (P'') divido por 10.

Equacionalmente: (N1 x P + N2 x P' + N3 x P'') / 10.
A avaliação dos fichamentos levará em consideração se o acadêmico foi capaz de identificar os principais pontos do texto fichado, bem como sua participação nos debates acerca do texto em sala de aula. Também são critérios de avaliação: a legibilidade, o uso adequado do vernáculo, a clareza, a coerência e a objetividade.
Fichamentos iguais receberão nota 0 (zero).
A avaliação dos seminários será individual e terá como critérios: a participação do acadêmico, sua eloquência e o domínio do conteúdo.
Ao final de cada duas unidades (dias 19/08 (M1), 09/09 (M2) e 30/09 (M3)) será aplicada uma avaliação escrita, de conteúdo cumulativo até a data da avaliação.
São critérios para a avaliação escrita: a demonstração de formação de competências nos objetivos de aprendizagem, a legibilidade, o uso adequado do vernáculo, a capacidade argumentativa, a clareza, a coerência e a objetividade.
As avaliações escritas terão duração mínima de 40 minutos. Antes deste período, não será permitida a saída de nenhum acadêmico. Após este período, não será´ permitida a entrada de nenhum acadêmico.
O uso de equipamentos como celulares, notebooks, tablets e similares não serão permitidos nos dias de prova, mesmo quando realizada com consulta.
A troca de informações entre acadêmicos através de quaisquer meios durante a prova acarreta a atribuição de 0 (zero) na avaliação.
A segunda chamada deve ser formalmente requerida três dias antes ou depois da avaliação, nos termos do Guia Acadêmico.
A ausência não justificada no dia de aplicação de quaisquer dos instrumentos de avaliação não gera direito à segunda chamada.
O instrumento da segunda chamada pode ser diferente do escolhido para a primeira.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.
No primeiro dia de aula será discutido o presente plano de ensino, que poderá ser modificado, a qualquer tempo, no curso da disciplina. Caso isso ocorra, os acadêmicos serão comunicados.
A chamada é realizada no início da aula e após o intervalo, cada uma equivalendo a duas presenças. Alunos que chegarem atrasados deverão esperar até o intervalo ou até o final da aula para registrar a presença.
A bibliografia indicada não exaure a gama de obras que tratam sobre a matéria, servindo como mero referencial ao acadêmico, que pode (e deve) ser complementado.
Outras referências bibliográficas poderão ser indicadas pelo professor, conforme a evolução do conteúdo e necessidade de aprofundamento dos estudos.
Eventual material de apoio disponibilizado ao acadêmico será considerado como conteúdo para fins de avaliação.
O abono das faltas justificadas dar-se-á de acordo com as instruções do Guia Acadêmico.
Nenhum aluno está autorizado a gravar as aulas por qualquer meio.
É responsabilidade do aluno a consulta semanal de atividades e materiais junto ao Ambiente Sophia.
Email para contato: lucasmprado@icloud.com

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Ficha resumo * 2,00 + Avaliação escrita * 8,00) / 10,00

M2 = (Ficha de conceitos * 2,00 + Mapa conceitual * 3,00 + Avaliação escrita * 5,00) / 10,00

M3 = (Estudo dirigido * 3,00 + Ficha crítica * 3,00 + Avaliação escrita * 4,00) / 10,00

Média Final = 6,00

Limite de Falta = 25%

Digitally signed by FATIMA CATARINA BARBI:06110548928
Date: 2024.05.13 18:11:21 -03:00

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
www.univali.br/validadoc
Para isso, informe o código do documento digital: 835636 e a chave de acesso: 5122368.

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1683 - DIREITO PENAL - PARTE GERAL I

Professor(es): ADRIANA MARIA GOMES DE SOUZA SPENGL

Período: 2º	Ano/Sem.: 2014 / 1 Classe: 1
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Interpretar e aplicar a Parte Geral do Código Penal com uma visão crítica

EMENTA

Introdução ao Direito Penal. Norma Penal: Aplicação no tempo e no espaço. Teorias do crime: ação, tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade. Concurso de agentes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 52 h.a. + Total C.H. Avaliações: 20 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Entender o conceito de Direito Penal bem como a sua importância para avida em sociedade. Compreender a função reservada ao direito penal bem como a sua limitação constitucional. Conhecer as fontes e princípios fundamentais do Direito Penal. Realizar a contagem dos prazos em direito penal e em direito processual penal.	UNIDADE 1 - Introdução ao Direito Penal 1. Aula introdutória e apresentação do Plano de Ensino 2. Noções preliminares sobre o Direito Penal	12 h/a 0 h/ext	Aula expositiva do professor; Distribuição de roteiros para auxílio nos estudos complementares; Utilização de recursos audiovisuais; Debate em sala de aula acerca de entendimentos contrários sobre o assunto; Atividades avaliativas em sala de aula visando a preparação do profissional do direito penal; Correção e discussão das respostas apresentadas pelos alunos nas atividades por eles desenvolvidas.	M1: Trabalho em sala - Prova Prática (Peso: 1,00) Trabalho realizado em dupla com consulta ao texto que será entregue naquela oportunidade. Sem consulta a apostila e "vade mecum" M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00) Prova individual e escrita. Sem consulta ao "vade mecum", apenas aos artigos do Código Penal que eventualmente sejam necessários e serão entregues em fotocópia pela professora durante a realização da prova. M2: Trabalho em sala - Prova Prática (Peso: 1,00) Mesmos critérios do trabalho da M1 M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00) Mesmos critérios da prova da M1 M3: Trabalho em sala - Prova Prática (Peso: 1,00) Mesmos critérios dos trabalhos da M1 e M2 M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00) Mesmos critérios das provas escritas da M1 e M2	(7)
Abordar com profundidade os principais pontos relacionados a norma penal e sua aplicação no tempo e no espaço, analisando exemplos em sala de aula, visando esclarecer ao acadêmico a aplicabilidade destes tipos penais em questões vivenciadas.	UNIDADE 2 - Norma Penal: Aplicação no tempo e no espaço 1. Vigência temporal da norma e extraterritorialidade	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva do professor; Distribuição de roteiros para auxílio nos estudos complementares; Utilização de recursos audiovisuais; Debate em sala de aula acerca de entendimentos contrários sobre o assunto; Atividades avaliativas em sala de aula visando a	M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00) Prova individual e escrita. Sem consulta ao "vade mecum", apenas aos artigos do Código Penal que eventualmente sejam necessários e serão entregues em fotocópia pela professora durante a realização da prova. M2: Trabalho em sala - Prova Prática (Peso: 1,00) Mesmos critérios do trabalho da M1 M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00) Mesmos critérios da prova da M1	(7)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
			preparação do profissional do direito penal; Correção e discussão das respostas apresentadas pelos alunos nas atividades por eles desenvolvidas.	M3: Trabalho em sala - Prova Prática (Peso: 1,00) Mesmos critérios dos trabalhos da M1 e M2 M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00) Mesmos critérios das provas escritas da M1 e M2	
Conhecer e entender o conceito de crime, examinar e aprender sua teoria geral com suas excludentes e sua aplicação dentro do contexto social e jurídico.	UNIDADE 3 - Teorias do crime: ação, tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade 1. Crime e elementos componentes: Tipicidade; 2. Antijuridicidade; 3. Culpabilidade;	24 h/a 0 h/ext	ula expositiva do professor; Distribuição de roteiros para auxílio nos estudos complementares; Utilização de recursos audiovisuais; Debate em sala de aula acerca de entendimentos contrários sobre o assunto; Atividades avaliativas em sala de aula visando a preparação do profissional do direito penal; Correção e discussão das respostas apresentadas pelos alunos nas atividades por eles desenvolvidas.	M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00) Mesmos critérios da prova da M1 M3: Trabalho em sala - Prova Prática (Peso: 1,00) Mesmos critérios dos trabalhos da M1 e M2 M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00) Mesmos critérios das provas escritas da M1 e M2	(5) (7)
Compreender os principais pontos relacionados ao concurso de agentes no Direito Penal, analisando suas ocorrências, e principalmente exemplificando as situações vivenciadas, para que o acadêmico entenda a aplicação deste tópico no contexto social e jurídico.	UNIDADE 4 - Concurso de agentes 1. Autores e co-autores; 2. Partícipes e cúmplices	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva do professor; Distribuição de roteiros para auxílio nos estudos complementares; Utilização de recursos audiovisuais; Debate em sala de aula acerca de entendimentos contrários sobre o assunto; Atividades avaliativas em sala de aula visando a preparação do profissional do direito penal; Correção e discussão das respostas apresentadas pelos alunos nas atividades por eles desenvolvidas.	M3: Trabalho em sala - Prova Prática (Peso: 1,00) Mesmos critérios dos trabalhos da M1 e M2 M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00) Mesmos critérios das provas escritas da M1 e M2	(1) (5) (7)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(7) BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal 1: parte geral. 19. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. 950 p. ISBN 9788502196797 (V.1).

(10) GRECO, Rogério. Curso de direito penal 1: parte geral : (arts. 1. a 120 do CP). 13. ed., rev. ampl. e atual. até 1º de janeiro de 2011. Niterói, RJ: Impetus, 2011. 775 p. ISBN 9788576264590.

(11) PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro 1: parte geral : arts. 1 a 120. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2007. 796 p. ISBN 9788520330333 (V. 1).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(1)

(5) GRECO, Rogério. Código penal comentado. 7. ed. rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, c2013. 1173 p. ISBN 9788576266693.

(8) BITENCOURT, Cezar Roberto. Código penal comentado. 8. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 1624 p. ISBN 978850208728.

(9) BUSATO, Paulo César. O conceito jurídico-penal de ação: uma análise da função negativa do conceito significativo de ação. 2004. 209 f. Dissertação, Universidade do Vale do Itajai, 2004.

(12) BUSATO, Paulo César. Direito penal: parte geral. São Paulo: Atlas, 2013.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Nos dias de prova não será permitida a saída antes de passados 40 minutos do início da prova, bem como, não será permitido o ingresso do(a) acadêmico(a) após esse tempo. O conteúdo para as provas escritas será sempre cumulativo, ou seja, até a matéria dada na última aula. Caso haja necessidade haverá consulta de artigos do Código Penal entregues pela professora naquela oportunidade em fotocópia. Não é permitido durante a prova compartilhá-los. O acadêmico(a) surpreendido colando, terá a prova retirada e ser-lhe-á atribuída a nota zero. Durante a realização de qualquer avaliação (prova ou trabalho), todos os telefones celulares e tablets deverão estar desligados e devidamente guardados.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1)Outras referências bibliográficas poderão ser indicadas pelo Professor, conforme a evolução da matéria e necessidade de aprofundamento dos estudos.

2)Os trabalhos e atividades solicitadas pelo Professor deverão obedecer as regras e metodologias adotadas pela Universidade.

3) Durante o período de 05 a 11 de junho de 2014 será realizada a semana de iniciação científica.

4) A segunda chamada de avaliação (para quem perdeu prova ou trabalho) ocorrerá na modalidade prova escrita, obrigatoriamente no 18º encontro, sem necessidade de requerimento autorizado pela coordenação. A justificativa da falta, entretanto, deverá ocorrer mediante processo e elaboração de trabalho cuja nota não poderá ser inferior a 6,0 (seis)

5) No decorrer do semestre este plano de ensino poderá sofrer alterações, mediante prévio aviso aos acadêmicos.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Trabalho em sala * 1,00 + Prova Escrita * 1,00) / 2,00
M2 = (Trabalho em sala * 1,00 + Prova Escrita * 1,00) / 2,00
M3 = (Trabalho em sala * 1,00 + Prova Escrita * 1,00) / 2,00

Média Final = 6,00

Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1687 - DIREITO CIVIL - PARTE GERAL II

Professor(es): LUCIANA DE CARVALHO PAULO COELHO

Período: 3º	Ano/Sem.: 2014 / 1 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Conhecer e aplicar a parte geral do Código Civil, notadamente no que diz respeito aos fatos e negócios jurídicos, suas formas e modalidades.

EMENTA

Teoria Geral do Fato Jurídico. Negócio Jurídico: Plano da Existência, Validação e Eficácia. Ato Ilícito e sua Conseqüência. Prescrição e Decadência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 58 h.a. + Total C.H. Avaliações: 14 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
- Analisar e distinguir fato jurídico do fato natural. - Conhcer a teoria geral dos fatos jurídicos. - estudar a classificação dos fatos jurídicos.	UNIDADE 1 - Teoria Geral do Fato Jurídico 1. Disposições preliminares 2. Fato jurídico lato senso 3. Fato jurídico estrito senso 4. Fato puramente natural	16 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas, com resolução de casos hipotéticos	M1: Prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M1: Prova - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(3) (7) (8)
- Conheceros planos de existência, validade e eficácia dos negócios jurídicos. - Estudar os requisitos do negócio jurídico. - Verificar os critérios de interpretação dos negócios jurídicos. - Analisar os defeitos dos negócios jurídicos.	UNIDADE 2 - Negócio Jurídico: Plano da Existência, Validação e Eficácia 2. Plano da existência, validade e eficácia 3. Requisitos do negócio jurídico 4. Classificação, interpretação e causas do negócio jurídico 6. Defeitos dos negócios jurídicos	28 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada, com resolução de casos hipotéticos.	M2: Trabalho - Resumo (Peso: 1,00) M2: Prova - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(3) (4) (7)
- Analisar os requisitos para configuração do ato ilícito. - Diferenciar dolo e culpa. - Compreender as causas excludentes da responsabilidade civil. - Estudar a responsabilidade civil e a obrigação de indenizar.	UNIDADE 3 - Ato Ilícito e sua Conseqüência 2. Conceito, dolo, culpa, caso fortuito e força maior 3. Responsabilidade civil e obrigação de indenizar	10 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada, com resolução de casos hipotéticos.	M3: Prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: Prova - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(3) (4) (5) (6) (7)
- Conhecer os institutos da prescrição e decadência. - Estudar os prazos de	UNIDADE 4 - Prescrição e Decadência 1. Conceitos e prazos	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada, com resolução de casos hipotéticos.	M3: Prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: Prova - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(3) (4) (5) (6)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
prescrição e decadência. - Compreender as causas de suspensão e interrupção da prescrição.					

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(3) DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro 1: teoria geral do direito civil. 27. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. xii, 596 p. ISBN 9788502082212 (v. 1).

(7) GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil 1: parte geral . 15. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. 543 p. ISBN 9788502043336 (obra completa).

(8) VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil 1: parte geral. 13. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013. xxii, 644 p. (Coleção Direito Civil ; 1) ISBN 9788522475513 (v. 1).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro 1: parte geral. 10. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 561 p. ISBN 9788502044104 (obra completa).

(5) MONTEIRO, Washington de Barros; PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro França. Curso de direito civil 1: parte geral. 44. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 393 p. ISBN 9788502155497 (v.1).

(6) COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil 1: parte geral. 3. ed. rev. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. xiii, 395 p. ISBN 9788502063136 (v. 1).

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Poderão ser realizadas atividades práticas de fixação em sala de aula, às quais serão atribuídas notas de participação, sem prejuízo para os acadêmicos ausentes.
- Frequência, pontualidade, assiduidade do acadêmico, bem como participação oral com intervenções, questionamentos e observações pertinentes ao tema.
- Posse e utilização, em sala de aula, do material solicitado para desenvolvimento dos conteúdos.
- Na avaliação dos trabalhos escritos e provas discursivas será avaliado pelo professor a capacidade de expressão do conteúdo, clareza na ordenação e exposição de idéias, lógica e coerência.
- Postura acadêmica que compreende: não usar celular dentro da sala e durante as aulas; não interromper os momentos de estudos e de concentração com conversas paralelas, saídas e entradas desnecessárias durante as aulas.
- Observância das orientações formais dos exercícios/atividades propostos, de forma que receberão nota 0 (zero), os acadêmicos cujos trabalhos e provas apresentarem sinais de cópia de outros acadêmicos, contiverem evidências de materiais retirados de meio digital, copiados de livros ou outras fontes de pesquisa sem a indicação bibliográfica, ou ainda o acadêmico que realizar consulta não autorizada ao material, em atividade de avaliação.

OBSERVAÇÕES GERAIS

- Recomenda-se a leitura do Guia Acadêmico e da Legislação Institucional.
- No 1° (primeiro) dia de aula será discutido o presente plano de ensino, que poderá ser modificado, a qualquer tempo, no curso da disciplina. Caso isso ocorra, os acadêmicos serão

comunicados.
- Para que o(a) acadêmico(a) atinja os objetivos propostos, é importante que: acompanhe as atividades da disciplina através das aulas e da realização da leitura dos textos correspondentes aos temas tratados, fazendo o respectivo fichamento e anotando as dúvidas para discuti-las em sala de aula; esteja atualizado com as atividades de sala de aula; exponha suas dificuldades ao professor e busque fontes suplementares de pesquisa; realize as leituras e as atividades didáticas de acordo com as técnicas e os métodos de elaboração científica, cujo conteúdo é objeto de disciplina específica.
- As justificativas de faltas serão aceitas somente mediante prévio processo administrativo deferido.
- A 2.ª chamada (exercícios e avaliações) - desde que efetuado e deferido o processo de justificativa - será realizada através de prova discursiva escrita no dia do último encontro.
- A bibliografia indicada não exaure a gama de obras (livros, trabalhos acadêmicos, artigos, periódicos, etc.) que tratam sobre a matéria, servindo como mero referencial a(o) acadêmico(a), que pode (e deve) ser complementado.
- Outras referências bibliográficas poderão ser indicadas pelo professor, conforme a evolução do conteúdo e necessidade de aprofundamento dos estudos. Além disso, os acadêmicos deverão ter a diligência necessária para aprofundar seus estudos com obras e legislação atualizadas.
- Será disponibilizado ao acadêmico material abordando o conteúdo ministrado, contudo, referido material não substitui a leitura e pesquisa dos assuntos nas doutrinas indicadas, servindo apenas de orientação prática para as aulas.
- Será indispensável ao acadêmico o manuseio da legislação pertinente durante as aulas e a leitura prévia dos conteúdos e/ou textos indicados.
- De 05 a 11 de junho de 2014 será realizada a Semana de Iniciação Científica. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso o professor componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pelo professor. Outros casos de participação serão acordados com o professor da aula que coincide com a referida banca.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova * 1,00 + Prova * 1,00) / 2,00
M2 = (Trabalho * 1,00 + Prova * 1,00) / 2,00
M3 = (Prova * 1,00 + Prova * 1,00) / 2,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1688 - DIREITO PENAL - PARTE GERAL II

Professor(es): POLLYANNA MARIA DA SILVA

Período: 3º	Ano/Sem.: 2014 / 1 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Analisar a parte geral do Código Penal (arts. 32 a 120), articulando o discurso dogmático e sua operacionalidade a fim de resolver casos jurídico-penais.

EMENTA

Introdução ao Estudo das Penas. Circunstâncias do Crime. Concurso de Crimes. Aplicação da Pena. Suspensão e Livramento Condicional. Efeitos da Sentença Condenatória, Reabilitação e Medidas de Segurança. Ação Penal e Extinção da Punibilidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 52 h.a. + Total C.H. Avaliações: 20 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conhecer e compreender as penas privativas de liberdade, restritivas de direito e a multa, suas previsões e forma de cumprimento.	UNIDADE 1 - Introdução ao Estudo das Penas 1. Princípios fundamentais 2. Limites das penas	3 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas acerca do tema apresentação de exemplos práticos e resolução de casos hipotéticos	M1: Questões discursivas - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M1: Prova escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: Questões discursivas - Atividade Curricular (Peso: 1,00) Clareza, coerência e fundamentação tecnica adequad nas respostas. M2: Questões objetivas - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(2) (4) (12)
Conhecer e analisar as circunstâncias do crime, notadamente estabelecendo a distinção entre circunstâncias elementares e as demais	UNIDADE 2 - Circunstâncias do Crime 1. Circunstâncias judiciais 2. Circunstâncias legais 3. A agravante da reincidência	8 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas acerca do tema apresentação de exemplos práticos e resolução de casos hipotéticos	M1: Questões discursivas - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M1: Prova escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: Questões discursivas - Atividade Curricular (Peso: 1,00) Clareza, coerência e fundamentação tecnica adequad nas respostas. M2: Questões objetivas - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(2) (14) (15) (16)
Conhecer compreender as variadas hipóteses de concurso de crimes e a maneira reguladora da aplicação da pena em sua incidência	UNIDADE 3 - Concurso de Crimes 1. Concurso Material 2. Concurso Formal 3. Crime Continuado 4. Erro na execução 5. Resultado diverso do pretendido	10 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas acerca do tema apresentação de exemplos práticos e resolução de casos hipotéticos	M2: Questões discursivas - Atividade Curricular (Peso: 1,00) Clareza, coerência e fundamentação tecnica adequad nas respostas. M2: Questões objetivas - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(5) (14) (15)
Conhecer e compreender o sistema trifásico da aplicação e individualização da pena privativa de liberdade adotado pelo Código Penal, bem como os critérios técnicos de	UNIDADE 4 - Aplicação da Pena 1. Cálculo da pena privativa de liberdade - sistema trifásico 2. Regimes de cumprimento	17 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas acerca do tema apresentação de exemplos práticos e resolução de casos hipotéticos	M1: Questões discursivas - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M1: Prova escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: Questões discursivas - Atividade Curricular (Peso: 1,00) Clareza,	(5) (12)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
substituição pela pena restritiva de direitos. Entender o sistema bifásico para imposição da pena de multa.	da pena privativa de liberdade 3. Substituição da pena privativa de liberdade 4. Penas restritivas de direitos 5. Pena de multa - sistema bifásico 6. Direitos do preso, trabalho do preso, Legislação especial 7. Superveniência de doença mental 8. Detração			coerência e fundamentação tecnica adequad nas respostas. M2: Questões objetivas - Prova Escrita (Peso: 1,00)	
Identificar e compreender os institutos da suspensão condicional da pena, suspensão condicional do processo e livramento condicional, como instrumentos de despenalização e recuperação do infrator.	UNIDADE 5 - Suspensão e Livramento Condicional 1. Suspensão Condicional da Pena 2. Livramento Condicional	4 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas acerca do tema apresentação de exemplos práticos e resolução de casos hipotéticos	M3: Prova escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: Questões discursivas - Atividade Curricular (Peso: 1,00)	(2) (5) (16)
Analisar e aplicar a legislação quanto aos institutos jurídicos objeto do título.	UNIDADE 6 - Efeitos da Sentença Condenatória, Reabilitação e Medidas de Segurança 1. Principais aspectos	2 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas acerca do tema apresentação de exemplos práticos e resolução de casos hipotéticos	M3: Seminário - Seminário (Peso: 1,00) M3: Prova escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: Questões discursivas - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M3: Seminário - Seminário (Peso: 1,00)	(2) (14) (15) (16)
Analisar a legitimidade e iniciativa para propositura da ação penal. Conhecer e analisar as causas que extinguem o direito de punir do Estado, ou executar a pena, com maio ênfase à prescrição.	UNIDADE 7 - Ação Penal e Extinção da Punibilidade 1. Ação Penal Pública Incondicionada, Condicionada e Ação Penal Privada 2. Causas extintivas da punibilidade	8 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas acerca do tema apresentação de exemplos práticos e resolução de casos hipotéticos	M3: Prova escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: Questões discursivas - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M3: Seminário - Seminário (Peso: 1,00)	

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(14) BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal 1: parte geral. 19. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. 950 p. ISBN 9788502196797 (V.1).

(15) ESTEFAM, André; BONFIM, Edilson Mougenot. Direito penal 1: parte geral. 6. ed. ref. São Paulo, SP: Saraiva, 2010 207 p. (Coleção Curso & concurso ; 13) ISBN 9788502074989.

(16) GRECO, Rogério. Curso de direito penal 1: parte geral : (arts. 1. a 120 do CP). 13. ed., rev. ampl. e atual. até 1º de janeiro de 2011. Niterói, RJ: Impetus, 2011. 775 p. ISBN 9788576264590.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(1) VARELLA, Drauzio. Estação Carandiru. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1999, 2000. 297p., [64]p. de estampas ISBN 8571648972.

(2) ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro 1:

parte geral. 9. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2011. 768 p. ISBN 9788520339633.

(4) BECCARIA, Cesare, marchesi di. Dos delitos e das penas: texto integral . São Paulo, SP: M. Claret, c2003. 128 p. (A obra-prima de cada autor (M. Claret) ; 48). ISBN 8572324259.

(5) LEAL, João José. Direito penal geral: propedêutica penal, teoria da norma penal, teoria do crime, teoria da pena, questões jurídicopenais complementares. 3. ed., rev. e atual. Florianópolis, SC: OAB/SC Editora, 2004. 621 p. ISBN 8598304093.

(6) CARVALHO, Salo de (Coord). Crítica à execução penal. 2. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2007. 629 p. ISBN 8573879815.

(7) CARVALHO, Salo de. Pena e garantias. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2008. xxxi, 307 p. ISBN 9788537502082.

(10) CARVALHO, Salo de. Pena e garantias. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2008. xxxi, 307 p. ISBN 9788537502082.

(13) NUCCI, Guilherme de Souza. Individualização da pena. 2. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2007. 399 p. ISBN 9788520331170.

(11) CARVALHO, Salo de. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Pena mínima. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

(12) CARVALHO, Salo de. Penas e medidas de segurança no direito penal brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2013.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Critérios de avaliação:

Habilidade na interpretação e aplicação da legislação nacional, assim como, na solução de problemas jurídico-penais;
Percepção dos conflitos doutrinários e jurisprudenciais envolvendo o assunto;
Raciocínio lógico e interpretação coerente nas exposições escritas ou verbais.

OBSERVAÇÕES GERAIS

PROCESSO DE APRENDIZAGEM: Será pautado por uma relação de respeito, cumplicidade e companheirismo entre os alunos e destes com a professora. Com isso, objetiva-se fazer da sala de aula um ambiente de aprendizagem saudável, alegre, de cooperação e questionamentos.

COMPORTAMENTO DO ACADÊMICO (1): É vedado o uso de celulares, e-books, smartphones e afins durante as avaliações. Nas provas em que se permite consulta à legislação, esta será oferecida em forma impressa pela professora, não sendo permitido empréstimos e trocas entre acadêmicos durante ou após a avaliação. Será permitido apenas consulta à legislação fornecida pela professora. Após o primeiro aluno da turma entregar a prova, nenhum outro que porventura chegue atrasado poderá iniciá-la, tendo que requerer segunda chamada. Ao aluno que utilizar qualquer meio fraudulento nas avaliações será atribuída a nota zero.

COMPORTAMENTO DO ACADÊMICO (2): Não é autorizado qualquer tipo de gravação de imagem e/ou som das aulas.

SEGUNDA CHAMADA DE AVALIAÇÃO (1): No caso de eventual necessidade de teste de reposição devido à ausência na data previamente agendada para a realização da prova, o(a) acadêmico(a) deverá dirigir-se à secretaria acadêmica e requisitar a reposição da avaliação conforme procedimento institucional. Ficará a critério da professora estabelecer tanto a data quanto a forma de realização da segunda chamada que abrangerá o conteúdo correspondente ao da prova perdida.

SEGUNDA CHAMADA DE AVALIAÇÃO (2): A realização de segunda chamada de avaliação não abona falta. Para tanto, o acadêmico deverá realizar processo de justificativa de falta na secretaria acadêmica.

FREQUÊNCIA (1): Abono de faltas somente mediante processo na secretaria acadêmica.

FREQUÊNCIA (2): A chamada será feita on-line em todos os encontros, no(s) horário(s) que a professora considerar adequado(s). O acadêmico pode solicitar correção de possível erro no lançamento da frequência até a semana seguinte ao ocorrido. Por isso, indica-se que haja acompanhamento semanal na central do aluno.

FREQUÊNCIA (3) TIC: 05 a 11/06/2014 - aula normal e chamada.

***Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Questões discursivas * 1,00 + Prova escrita * 1,00) / 2,00
M2 = (Questões discursivas * 1,00 + Questões objetivas * 1,00) / 2,00
M3 = (Seminário * 1,00 + Prova escrita * 1,00 + Questões discursivas * 1,00 + Seminário * 1,00) / 4,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 6189 - DIREITO AMBIENTAL

Professor(es): RICARDO STANZIOLA VIEIRA

Período: 3º	Ano/Sem.: 2014 / 1 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Analisar os aspectos jurídicos estruturantes do Direito Ambiental Nacional e Internacional.

EMENTA

Teoria geral do Direito Ambiental. Legislação Ambiental brasileira. Proteção Ambiental: meios administrativos e judiciais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 59 h.a. + Total C.H. Avaliações: 13 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Identificar o surgimento da preocupação com o meio ambiente no bojo das transformações sociais que põem em xeque a égide da modernidade. Conhecer o panorama histórico da relação entre ser humano e ambiente como forma de contextualizar a necessidade do surgimento do Direito Ambiental. Listar as fontes do direito ambiental, bem como seus princípios e conceitos fundamentais necessários ao balizamento dos demais conteúdos da disciplina. Analisar as transformações legislativas na ordem jurídica brasileira. Averiguar a importância da ascensão do Direito Ambiental à Carta Fundamental de 1988. Refletir acerca das vantagens e limitações na adoção do conceito de Estado de Direito Ambiental para o desenvolvimento de um sistema integrado de proteção ambiental. Analisar o direito e dever fundamental adotado pela Constituição Federal de 1988 e as competências ambientais nela consagradas.	UNIDADE 1 - Teoria geral do Direito Ambiental 1. Crise ecológica e responsabilidade comum e solidária pela proteção do meio ambiente: a noosfera e a necessária mudança do paradigma científico 2. O papel das instituições e do Direito no contexto de crise ecológica e de governança global: a importância da transdisciplinaridade 3. Evolução histórica da legislação brasileira em matéria ambiental 4. Princípios estruturantes do Direito Ambiental 5. Estado de Direito Ambiental: tutela constitucional do meio ambiente	20 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada, estudo de caso e filme relacionado ao conteúdo.	M1: Atividade em Grupo - Estudo de Caso (Peso: 3,00) Critérios: Domínio e/ou identificação de conceitos científicos. Raciocínio lógico na descrição de ideias. Capacidade de aplicar conceitos científicos estudados. Argumentação e concisão nas respostas. Observância da norma padrão da língua portuguesa. Capacidade de cooperação em grupo. M1: Prova - Prova Escrita (Peso: 7,00) Prova individual e sem consulta M2: Prova - Prova Escrita (Peso: 7,00) Critérios: Domínio e/ou identificação de conceitos científicos. Raciocínio lógico na descrição de ideias. Domínio do tempo na resolução da prova Prova preparatória para questões da Ordem dos Advogados do Brasil M2: estudo de casao - Estudo de Caso (Peso: 3,00) Leitura do livro Admirável Mundo Novo - Aldous Huxley. Critérios: Capacidade de entendimento e interpretação da obra, relação da obra com a disciplina, senso crítico do aluno e capacidade de síntese das principais ideias. M3: Trabalho praticas ambientais - Trabalho de Campo (Peso: 5,00) Critérios: Síntese e objetividade Abordagem das principais ideias Fidelidade ao conteúdo e a Legislação Evidência de redação própria	(1) (2) (4) (11) (12)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				Aplicação dos conceitos estudados em sala de aula. Coerência e viabilidade na apresentação das soluções. Riqueza na argumentação. Capacidade de elaboração de síntese. Capacidade de falar em público Organização e cooperação em grupo M3: particpação dos alunos - Outros Instrumentos (Peso: 1,00)	
Conhecer a política nacional do meio ambiente, o sistema nacional do meio ambiente e os principais instrumentos de preservação contemplados pela Lei 6938/81. Compreender o Regime de responsabilidade Administrativa pelo dano ambiental, a definição e configuração de infração administrativa, os agentes responsáveis, o processo administrativo e suas sanções; Ressaltar as dimensões materiais e extrapatrimoniais dos danos que atingem o meio ambiente e os mecanismos de restauração e reparação, o regime de responsabilidade civil objetiva e suas modalidades de risco;. Analisar as repercussões jurídico-penais relacionadas com a problemática ambiental, compreender e analisar criticamente os crimes ambientais, especialmente daqueles previstos na legislação brasileira Conhecer os temas atuais e polêmicos do direito ambiental como: segurança ambiental, águas e saneamento ambiental,resíduos sólidos, florestas e unidades de conservação, gerenciamento costeiro, mudanças climáticas, educação ambiental e o respeito pela biodiversidade e conhecimentos tradicionais, o desenvolvimento das cidades e o desenvolvimento industrial e tecnológico e os conflitos com	UNIDADE 2 - Legislação Ambiental brasileira 1. A tutela preventiva do meio ambiente: principais orgãos criados pela Lei 6938/81 2. Instrumentos da Política Nacional do Meio ambiente: Licenciamento Ambiental, Estudo de Impacto ambiental e Zoneamento Ambiental 3. Responsabilidade acerca dos danos ambientais: Responsabilidade Administrativa, Penal e Civil. 4. Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH e Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico 5. Florestas, Gerenciamento Costeiro e Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC 7. Política Nacional dos Resíduos Sólidos 8. Mudanças Climáticas e desenvolvimento econômico 9. Biodiversidade, Conhecimento tradicional e educação ambiental	27 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada Estudo e resolução de Casos Filmes, músicas Resenhas	M2: Prova - Prova Escrita (Peso: 7,00) Critérios: Domínio e/ou identificação de conceitos científicos. Raciocínio lógico na descrição de ideias. Domínio do tempo na resolução da prova Prova preparatória para questões da Ordem dos Advogados do Brasil M2: estudo de casao - Estudo de Caso (Peso: 3,00) Leitura do livro Admirável Mundo Novo - Aldous Huxley. Critérios: Capacidade de entendimento e interpretação da obra, relação da obra com a disciplina, senso crítico do aluno e capacidade de síntese das principais ideias. M3: Trabalho praticas ambientais - Trabalho de Campo (Peso: 5,00) Critérios: Síntese e objetividade Abordagem das principais ideias Fidelidade ao conteúdo e a Legislação Evidência de redação própria Aplicação dos conceitos estudados em sala de aula. Coerência e viabilidade na apresentação das soluções. Riqueza na argumentação. Capacidade de elaboração de síntese. Capacidade de falar em público Organização e cooperação em grupo M3: prova - Prova Escrita (Peso: 4,00) Critérios: M3: particpação dos alunos - Outros Instrumentos (Peso: 1,00)	(3) (8) (11) (12) (13) (14)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
a legislação e proteção ambiental.					
Analisar casos concretos de danos ambinetais e as medidas judiciais e adminitrativas.	UNIDADE 3 - Proteção Ambiental: meios administrativos e judiciais. 1. Meios administrativos 2. Meios Judiciais	12 h/a 0 h/ext	Discutir casos concretos em sala, formentando a participação dos alunos.	M3: particpação dos alunos - Outros Instrumentos (Peso: 1,00)	(11) (12) (13) (14) (15) (17) (18)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(8) MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 20. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Malheiros, 2012. 1280 p. ISBN 9788539201105.

(11) MILARÉ, Édis. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco : doutrina, jurisprudência, glossário. 7. ed. rev., atual. e reform. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2011. 1647 p. ISBN 9788520339183.

(12) ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 13. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2011. xxix, 1179 p. ISBN 9788537509791.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(1) BECK, Ulrich. La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad. Barcelona [Espanha]: Paidós, 2006. 393 p. (Colección Surcos ; 25). ISBN 8449318920.

(2) BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo, SP: UNESP, c1995. 264 p. (Biblioteca básica). ISBN 8571391432.

(3) DERANI, Cristiane. Direito ambiental econômico. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2008 xxv, 290 p. ISBN 8586300071.

(4) RUSCHEL, Caroline Vieira. Parceria ambiental: o dever fundamental de proteção ambiental como pressuposto para a concretização do estado de direito ambiental. Curitiba, PR: Juruá Ed., 2010. 216 p. ISBN 9788536231594.

(5) MARTIN MATEO, Ramon. Tratado de derecho ambiental, volumen II. Madri [Espanha]: Trivium, 1992. 772 p. ISBN 8478559485 (vol. 2).

(6) MARTIN MATEO, Ramon. Tratado de derecho ambiental, volumen III: recursos naturales. Madri [Espanha]: Trivium, 1997. 586 p. ISBN 8478557970 (vol. 2).

(7) MARTIN MATEO, Ramon. Tratado de derecho ambiental, tomo IV: actualización. Madri [Espanha]: EDISOFER, S. L., 2003. 364 p. ISBN 8489493871 (vol. 4).

(9) LEITE, José Rubens Morato; DANTAS, Marcelo Buzaglo; MIRRA, Álvaro Luiz Valery. Aspectos processuais do direito ambiental. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2010. xvi, 309 p. ISBN 9788521804635.

(10) STEIGLEDER, Annelise Monteiro. Responsabilidade civil ambiental: as dimensões do dano ambiental no direito brasileiro . 2. ed., rev., atual. e ampl. Porto Alegre, RS: Livraria do

Advogado, c2011. 277 p. ISBN 9788573487350.

(15) MILARÉ, Édis; GRINOVER, Ada Pellegrini. Direito do ambiente. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, c2014. 1680 p. ISBN 9788520352649.

(13) FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2011.

(14) MACHADO, Paulo Affonso Leme. Doutrinas essenciais: direito ambiental. 7 Volumes. São Paulo, SP: Revistas dos Tribunais, 2011.

(16) DANTAS, Marcelo Buzaglo. Legislação Brasileira de Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

(17) DANTAS, Marcelo Buzaglo. Legislação Brasileira de Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

(18) DANTAS, Marcelo Buzaglo. LEITE, José Rubens (orgs.). Aspectos processuais do direito ambiental. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Pontualidade, assiduidade e permanência em sala de aula.
Participação oral com intervenções, questionamentos, observações pertinentes ao tema.
Posse e utilização, em sala de aula, do material solicitado para desenvolvimento dos conteúdos.
Cumprimento das leituras recomendadas, com antecedência.
Domínio, identificação e aplicação dos conceitos científicos estudados em situações concretas.
Capacidade de raciocínio do acadêmico na aplicação do Direito, no caso de ausência ou lacuna da norma jurídica.
Raciocínio lógico na descrição de ideias e viabilidade dos estudos realizados.
Riqueza e clareza na argumentação escrita e oral, bem como capacidade de síntese das ideias.
Observância da norma padrão da língua portuguesa.
Identificação dos pressupostos fundamentais à temática.
Ética no desfecho do(s) caso(s) prático(s).
Comportamento ético condizente com o estágio já alcançado dentro da grade do curso, e o nível de maturidade desejável dos acadêmicos.
Postura acadêmica que compreende: não usar celular dentro da sala e durante as aulas; não interromper os momentos de estudos e de concentração com conversas paralelas, saídas e entradas desnecessárias durante as aulas.
Observância das orientações formais dos exercícios/atividades propostos, de forma que receberão nota 0 (zero), os acadêmicos cujos trabalhos e provas apresentarem sinais de cópia de outros acadêmicos, contiverem evidências de materiais retirados de meio digital, copiados de livros ou outras fontes de pesquisa sem a indicação bibliográfica, ou ainda o acadêmico que realizar consulta não autorizada ao material, em atividade de avaliação.
Após o início do semestre, poderão ser estabelecidos outros critérios de avaliação, sem prejuízo ao amplo e prévio conhecimento por parte dos acadêmicos.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Recomenda-se a leitura do Guia Acadêmico e da Legislação Institucional.
No 1° (primeiro) dia de aula será discutido o presente plano de ensino, que poderá ser modificado, a qualquer tempo, no curso da disciplina. Caso isso ocorra, os acadêmicos serão comunicados.

Para que o(a) acadêmico(a) atinja os objetivos propostos, é importante que: acompanhe as atividades da disciplina através das aulas e da realização da leitura dos textos correspondentes aos temas tratados, fazendo o respectivo fichamento e anotando as dúvidas para discuti-las em sala de aula; esteja atualizado com as atividades de sala de aula; exponha suas dificuldades ao professor e busque fontes suplementares de pesquisa; realize as leituras e as atividades didáticas de acordo com as técnicas e os métodos de elaboração científica, cujo conteúdo é objeto de disciplina específica.
As chamadas (frequência) serão feitas sempre 20 (vinte) minutos após o início das aulas. O acadêmico que ingressar na sala de aula após a chamada, deverá aguardar o término da aula para requisitar, quando for o caso, sua presença parcial.
As justificativas de faltas serão aceitas somente mediante prévio processo administrativo deferido.
A 2.ª chamada (exercícios e avaliações) - desde que efetuado e deferido o processo de justificativa - poderá ser realizada de forma escrita ou oral, a critério do professor.
Não é permitido qualquer tipo de gravação (de imagem ou som) das aulas ministradas.
Não havendo, eventualmente, aula em alguma data estabelecida no referido plano, a atividade passará para o dia de aula da disciplina imediatamente posterior.
A bibliografia indicada não exaure a gama de obras (livros, trabalhos acadêmicos, artigos, periódicos, etc.) que tratam sobre a matéria, servindo como mero referencial a(o) acadêmico(a), que pode (e deve) ser complementado.
Outras referências bibliográficas poderão ser indicadas pelo professor, conforme a evolução do conteúdo e necessidade de aprofundamento dos estudos. Além disso, os acadêmicos deverão ter a diligência necessária para aprofundar seus estudos com obras e legislação atualizadas.
Será indispensável ao acadêmico o manuseio da legislação pertinente durante as aulas e a leitura prévia dos conteúdos e/ou textos indicados.
Considerando que o direito não é estático e sim dinâmico, o acadêmico deverá estar atento às constantes alterações da legislação.
Eventual material de apoio disponibilizado será considerado como conteúdo para fins de avaliação.
De 05/06 à 11/06/2014 será realizada a Semana de Iniciação Científica. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso o professor componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pelo professor. Outros casos de participação serão acordados com o professor da aula que coincide com a referida banca."

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Atividade em Grupo * 3,00 + Prova * 7,00) / 10,00
M2 = (Prova * 7,00 + estudo de casao * 3,00) / 10,00
M3 = (Trabalho praticas ambientais * 5,00 + prova * 4,00 + particpação dos alunos * 1,00) / 10,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 8741 - DIREITO CONSTITUCIONAL II

Professor(es): THAIS VANDRESEN

Período: 3º	Ano/Sem.: 2014 / 1 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Analisar dogmática e criticamente a legislação relativa à disciplina, em seus aspectos teóricos, formais e práticos;
Exercitar a crítica axiológica da norma constitucional, visando permanente aperfeiçoamento do sistema jurídico nacional.

EMENTA

Organização política do Estado brasileiro. Organização Tributária. Organização Econômica. Organização Social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Analisar a organização política do Estado brasileiro, identificando as peculiaridades da estrutura legislativa nacional. Compreendeer a distribuição de competência dentro das esferas de governo.	UNIDADE 1 - Organização política do Estado brasileiro 1. Organização política do Estado brasileiro. Conceito de organização política. Sistemas políticos. 2. Organização e divisão dos poderes. 3. Estado federal. Repartição de competência. 4. Organização política e administrativa do Estado brasileiro.	28 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada, com utilização de recursos visuais, resolução de problemas e exercícios de fixação.	M1: Trabalho em sala - Atividade Curricular (Peso: 3,00) Domínio e/ou identificação de conceitos; capacidade de relacionar conceitos; capacidade de aplicar os conceitos a situações concretas; raciocínio lógico; coerência com o tempo estipulado para a resolução da prova; raciocínio lógico na descrição de ideias; argumentação e concisão nas respostas. M1: Prova escrita - Prova Prática (Peso: 7,00) Domínio e/ou identificação de conceitos; capacidade de relacionar conceitos; capacidade de aplicar os conceitos a situações concretas; raciocínio lógico; coerência com o tempo estipulado para a resolução da prova; raciocínio lógico na descrição de ideias; argumentação e concisão nas respostas.	(1) (6) (9) (10) (11) (12) (13) (14)
Identificar e compreender o sistema tributário e as finanças públicas brasileira.	UNIDADE 2 - Organização Tributária 1. Conceito. Espécie de tributos. Princípios tributários constitucional. 2. Estrutura do sistema tributário nacional, em face a Constituição da República Federativa do Brasil. Limitações ao poder de tributar. 3. Normas jurídicas tributárias. Organização das finanças públicas brasileira.	12 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada, com a resolução de problemas e exercícios de fixação.	M2: Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 3,00) Domínio e/ou identificação de conceitos; capacidade de relacionar conceitos; capacidade de aplicar os conceitos a situações concretas; raciocínio lógico; coerência com o tempo estipulado para a resolução da prova; raciocínio lógico na descrição de ideias; argumentação e concisão nas respostas. M2: Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 7,00) Domínio e/ou identificação de conceitos; capacidade de relacionar conceitos; capacidade de aplicar os conceitos a situações concretas; raciocínio lógico; coerência com o tempo estipulado para a resolução da prova;	(1) (6) (9) (10) (11) (12) (13) (14)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				raciocínio lógico na descrição de ideias; argumentação e concisão nas respostas.	
Analisar e compreender o sistema da ordem econômica estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Identificar suas peculiaridades e a importância para manter o equilíbrio dentro do sistema brasileiro.	UNIDADE 3 - Organização Econômica 1. Conceito. Princípios da ordem econômica. Empresas brasileiras e de capital estrangeiro. 2. Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Participação e intervenção do Estado na ordem econômica.	8 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas dialogadas, com resolução de exercícios de fixação.	M3: atividade em sala - Atividade Curricular (Peso: 3,00) Domínio e/ou identificação de conceitos; capacidade de relacionar conceitos; capacidade de aplicar os conceitos a situações concretas; raciocínio lógico; coerência com o tempo estipulado para a resolução da prova; raciocínio lógico na descrição de ideias; argumentação e concisão nas respostas. M3: Prova Individual - Prova Prática (Peso: 7,00) Domínio e/ou identificação de conceitos; capacidade de relacionar conceitos; capacidade de aplicar os conceitos a situações concretas; raciocínio lógico; coerência com o tempo estipulado para a resolução da prova; raciocínio lógico na descrição de ideias; argumentação e concisão nas respostas.	(1) (6) (9) (10) (11) (12) (13) (14)
Identificar e compreender a organização social estabelecida no Estado brasileiro.	UNIDADE 4 - Organização Social 1. Conceito. Propriedade na Constituição da República Federativa do Brasil. Política e Propriedade Urbana. 2. Propriedade Rural e Reforma Agrária. Política Agrícola. Usucapião. 3. A primazia da Ordem Social. Objetivos da Ordem Social. Seguridade Social. Saúde.	12 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada, com resolução de problemas e exercícios de fixação.	M3: atividade em sala - Atividade Curricular (Peso: 3,00) Domínio e/ou identificação de conceitos; capacidade de relacionar conceitos; capacidade de aplicar os conceitos a situações concretas; raciocínio lógico; coerência com o tempo estipulado para a resolução da prova; raciocínio lógico na descrição de ideias; argumentação e concisão nas respostas. M3: Prova Individual - Prova Prática (Peso: 7,00) Domínio e/ou identificação de conceitos; capacidade de relacionar conceitos; capacidade de aplicar os conceitos a situações concretas; raciocínio lógico; coerência com o tempo estipulado para a resolução da prova; raciocínio lógico na descrição de ideias; argumentação e concisão nas respostas.	(1) (6) (9) (10) (11) (12) (13) (14)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(6) BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional. 6. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 1667 p. ISBN 9788502118850.

(10) MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 7. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 1592 p. + 1 CD-ROM ISBN 9788502155060.

(11) MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 29. ed. rev e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2013. xxvii, 940 p. ISBN 9788522476527.

(13) SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 34. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2011. 928 p. ISBN 978853920059.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(1) BRASIL; MORAES, Alexandre de. Constituição (1988). de 5 de outubro de 1988. 29. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008. xiii, 444 p. (Manuais de legislação atlas) ISBN 9788522449323.

(2) BARCELLOS, Ana Paula de; BARROSO, Luís Roberto. A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2003. 419 p. ISBN 8571474095 (enc.).

(3) CHIMENTI, Ricardo Cunha. Curso de direito constitucional. 5. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2008. xxxii, 580 p. ISBN 8502054864.

(4) CRUZ, Paulo Márcio. Fundamentos do direito constitucional. Curitiba, PR: Juruá Ed., 2001. 273 p. ISBN 857394918X.

(5) FERREIRA, Pinto. Curso de direito constitucional. 11.ed. ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2001. 652p ISBN (Enc.).

(7) SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 12. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2015. 512 p. ISBN 9788573489354.

(9) SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel Francisco. Curso de direito constitucional. 3. ed. rev., atual., e ampl. São Paulo, SP. R. dos Tribunais, 2014. 1407 p ISBN 9788520351871.

(12) LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 17. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. 1408 p. ISBN 9788502200371.

(14) TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 10. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 1426 p. ISBN 9788502151635.

(16) MORAES, Guilherme Braga Peña de. Curso de direito constitucional. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Impetus, 2008. 805 p. ISBN 9788576263104.

(17) CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 7. ed. Coimbra [Portugal]: Almedina, [2003]. 1522 p. ISBN 9724021068.

(18) PEREIRA, Rodolfo Viana; CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional democrático: controle e participação como elementos fundantes e garantidores da constitucionalidade . Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2008. x, 328 p. ISBN 9788537502273.

(19) MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira. Controle concentrado de constitucionalidade: comentários à lei n. 9.868, de 10-11-1999. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2005. xxiv, 583 p. ISBN 8502050753.

(8) SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Direito constitucional ambiental: constituição, direitos fundamentais e proteção do ambiente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

(15) BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. São Paulo: Saraiva, 2013.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1.Participação em aula;

2. Utilização de material complementar descrito no plano de ensino, principalmente o uso da

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 atualizada até as últimas emendas constitucionais;
3. Postura ética, pontualidade, comportamento e respeito mútuo;
4. Construção de resenha crítica sobre os textos e mapa conceitual, e resolução de questões de concurso.
5. Avaliações escritas ou orais individuais.

OBSERVAÇÕES GERAIS

a) Serão realizadas 02 avaliações (uma atividade e uma prova) para cada Média Parcial durante o semestre letivo;
b) As avaliações com caráter de atividade poderão ser individuais ou em dupla;
c) As avaliações com caráter de prova poderão ser escritas ou orais e sempre individuais;
d) Na M1 a atividade terá peso 3 e a prova peso 7;
e) Na M2 a atividade terá peso 3 e a prova escrita terá peso 7;
f) Na M3 a atividade terá peso 3 e a prova que será a última avaliação individual escrita terá peso 7;
g) As datas de todas as provas serão relembradas com antecedência;
h) As atividades realizadas em sala de aula terão a data divulgada previamente. No caso da ausência do acadêmico na data da realização da atividade em sala de aula, este realizará atividade complementar com grau de complexidade superior ao da atividade ministrada em aula, extra sala, INDIVIDUAL, a ser entregue na data da prova da Média Parcial correspondente ao trabalho perdido.
i) Algumas horas da carga horária desta disciplina poderão ser destinadas a prática e participação de oficinas, seminários, palestras e demais atividades fornecidas pelo Cejurps;
j) Na semana determinada pela coordenação para realização de bancas de defesa de monografia, ou seja, de Iniciação Científica, (05 e 06 e 09 a 11 de junho) haverá aula normal, no entanto os acadêmicos participarão como ouvintes das bancas de defesa de monografias realizadas no horário desta disciplina e nas quais esta docente é presidente ou membro da banca.
k) Como recurso auxiliar de ensino e aprendizagem será utilizado nesta disciplina o ambiente Sophia.
l) o presente plano de ensino poderá ser alterado em razão de situação fática vivenciada em sala de aula.

IMPORTANTE: O êxito nos estudos é fruto de emprenho mútuo, tanto do professor quanto do acadêmico, por isto, necessário se faz que numa sala de aula todos adotemos uma postura de responsabilidade, ética e respeito, só assim que efetivamente alcançar-se-á a excelência que tanto aspiramos.
MISSÃO DO CURSO DE DIREITO: O Curso de Direito tem por missão produzir e socializar o conhecimento jurídico pelo ensino, pesquisa e extensão, formando pessoas com condições para criar qualidade de vida pessoal, profissional e coletiva, com solidariedade e eficiência.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Trabalho em sala * 3,00 + Prova escrita * 7,00) / 10,00
M2 = (Prova Individual * 3,00 + Prova Individual * 7,00) / 10,00
M3 = (atividade em sala * 3,00 + Prova Individual * 7,00) / 10,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 8742 - DIREITO INTERNACIONAL

Professor(es): MÁRCIA SARUBBI LIPPMANN

Período: 3º	Ano/Sem.: 2014 / 1 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Conhecer e operacionalizar de forma crítica o Direito Internacional no cenário contemporâneo.

EMENTA

Estado. Organizações Internacionais e Indivíduo. Fontes. Solução de Controvérsias na esfera pública e privada internacional. A dupla nacionalidade e a situação jurídica do estrangeiro. Temas globais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 57 h.a. + Total C.H. Avaliações: 9 h.a. = 66 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Discutir as origens históricas do Direito Internacional. Analisar os caracteres essenciais do Direito Internacional. Compreender o papel do Estado como principal ator do cenário internacional.	UNIDADE 1 - Estado 1. Aula introdutória. Apresentação e discussão do Plano de Ensino 2. Noções introdutórias acerca do Direito Internacional Público e Privado 4. Apresentação os sujeitos de Direito Internacional Público: O Estado 5. Elementos Constitutivos e Imunidade à Jurisdição Estatal	18 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada com uso de projetor multimídia. Discussão em classe.Leitura e discussão de textos. Debate	M1: Princípios do DIP - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 0,00) M2: Paper OI's - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) M2: seminário - Seminário (Peso: 1,00) M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 2,00) M3: Conflitos internacionais - Atividade Curricular (Peso: 1,00)	(1) (3) (4) (5) (6)
Analisar o funcionamento das Organizações internacionais. Estudar as principais Organizações Internacionais. Compreender as competências principais das Organizações Internacionais.	UNIDADE 2 - Organizações Internacionais e Indivíduo 1. Teoria geral das Organizações Internacionais 2. Principais organizações internacionais 3. O Indivíduo no Cenário Internacional	12 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada com uso de projetor multimídia. Discussão em classe.Atividade de pesquisa sobre as principais OI's com apresentação em classe.	M1: Princípios do DIP - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) M2: Paper OI's - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) M2: seminário - Seminário (Peso: 1,00) M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 2,00) M3: Conflitos internacionais - Atividade Curricular (Peso: 1,00)	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)
Conhecer os fundamentos do Direito Internacional. Determinar as fontes do Direito Internacional. Discutir a aplicabilidade das fontes do Direito Internacional.	UNIDADE 3 - Fontes 1. Rol de fontes do artigo 38 do Estatuto da Corte de Haia	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada com uso do projetor multimídia. Discussão em classe.	M2: Paper OI's - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) M2: seminário - Seminário (Peso: 1,00) M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 2,00) M3: Conflitos internacionais - Atividade Curricular (Peso: 1,00)	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)
Conhecer as formas de solução	UNIDADE 4 - Solução de	4 h/a	Aula expositiva dialogada	M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso:	(1) (2)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
de controvérias na esfera pública e privada internacional. Situar os sujeitos aptos à solução de controvérsias no Direito Internacional. Identificar os instrumentos de solução de controvérsias.	Controvérsias na esfera pública e privada internacional 2. Solução Pacífica na esfera pública internacional 3. Solução Pacífica na esfera privada internacional	0 h/ext	com uso de projetor multimídia. Discussão em classe de textos atualizados sobre o tema.	2,00) M3: Conflitos internacionais - Atividade Curricular (Peso: 1,00)	(8)
Interpretar as questões pertinentes a dupla nacionalidade. Conhecer da tutela nacional ao estrangeiro.Estudar a situação jurídica do estrangeiro.	UNIDADE 5 - A dupla nacionalidade e a situação jurídica do estrangeiro 1. A dupla nacionalidade. Nacionalidade em direito internacional enquanto direito humano 2. Tópicos destacados da nacionalidade no direito brasileiro: nascimento de brasileiros no exterior, naturalizações. 3. Situação jurídica do estrangeiro: admissão 4. Formas de retirada forçada do estrangeiro do território nacional: repatriação, deportação, extradição e expulsão	15 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada com uso de projetor multimídia. Discussão em classe de textos e vídeos sobre o tema. Acessar e operacionar sites governamentais (www.mj.gov.br; www.dpf.gov.br;www.mre.gov.br;www.mte.gov.br)sobre o tema.	M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 2,00) M3: Conflitos internacionais - Atividade Curricular (Peso: 1,00)	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)
Conhecer e refletir acerca dos principais eventos do cenário internacional em curso durante o semestre.	UNIDADE 6 - Temas globais 1. Globalização	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada com uso de projetor multimídia. Discussão em classe de textos e vídeos atualizados sobre o tema.	M2: Paper OI's - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) M2: seminário - Seminário (Peso: 1,00) M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 2,00) M3: Conflitos internacionais - Atividade Curricular (Peso: 1,00)	(1) (2) (8)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de direito internacional público 1. 15. ed., rev., aum. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2004. 2 v. ISBN 8571474168.

(2) MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de direito internacional público 2. 15. ed., rev. e aum. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2004. 2 v. ISBN 8571474176.

(4) REZEK, José Francisco. Direito internacional público: curso elementar. 10. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2005. xxii, 415 p. ISBN 850205158x.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(3) DAL RI JÚNIOR, Arno. História do direito internacional: comércio e moeda, cidadania e nacionalidade. Florianópolis, SC: Fundação Boiteux, 2004. 315 p. ISBN 8587995383.

(5) RECHSTEINER, Beat. Direito internacional privado: teoria e prática. 8. ed., rev.amp.e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2005. xxi, 396 p. ISBN 8502021512.

(6) BARRAL, Welber. Direito internacional: normas e práticas. Florianópolis, SC: Fundação Boiteux, 2006. 453 p. ISBN 8587995618.

(7) LUPI, Andre Lipp Pinto Basto. Os métodos no direito internacional. São Paulo, SP: Lex, 2007. 296 p. ISBN 9788577210145.

(8) STELZER, Joana; GONÇALVES, Everton das Neves. Direito internacional sob novos paradigmas: os Estados, as pessoas e as controvérsias . Florianópolis, SC: Conceito, 2009. 171 p. ISBN 9788578740139.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Participação e comprometimento na realização das atividades.

Todas as avaliações deverão ser entregues na data aprazada, em sala de aula, não sendo admitida a entrega via e-mail ou via escaninho do professor.

Conforme estabelece o Regimento desta Instituição, as atividades perdidas somente serão refeitas mediante apresentação de requerimento, devidamente deferido pelo Coordenador do Curso

OBSERVAÇÕES GERAIS

No primeiro dia de aula será realizada a apresentação e discussão do Plano de Ensino.

Semana de Iniciação Científica que ocorrerá nos seguintes dias 05/06/09/10/11 de junho de 2014.

Durante o semestre serão realizadas atividades interdisciplinares com o objetivo de fomentar a discussão sobre o direito internacional e sua interface com disciplinas afins.

Temas globais - Este tópico é destinado a discussão de temas da atualidade que irão surgir durante o semestre e com repercussão no cenário internacional.

Solicita-se que todos os alunos baixem o Caderno de Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos, disponível no site da Biblioteca da UNIVALI, para seguirem o padrão metodológico de nossa Instituição na realização das atividades da disciplina.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Princípios do DIP * 1,00 + Prova Escrita * 0,00) / 1,00
M2 = (Paper OI's * 1,00 + seminário * 1,00) / 2,00
M3 = (Prova Escrita * 2,00 + Conflitos internacionais * 1,00) / 3,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

Digitally signed by FATIMA CATARINA BARBI:06110548928
Date: 2024.05.13 18:11:41 -03:00

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
www.univali.br/validadoc
Para isso, informe o código do documento digital: 835638 e a chave de acesso: 5122368.

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1691 - DIREITO CIVIL - FAMÍLIA

Professor(es): GEOVANA DA CONCEICAO

Período: 4º	Ano/Sem.: 2014 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (15 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Identificar, analisar e distinguir os institutos do atual Direito de Família brasileiro com base nos Princípios Fundamentais do Direito de Família previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

EMENTA

Introdução ao Direito de Família. Parentesco. Sociedades familiares. Dissolução e bem de família. Alimentos. Filiação, adoção e guarda. Poder familiar, tutela e curatela.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 58 h.a. (0 h.ext.) + Total C.H. Avaliações: 14 h.a. (0 h.ext.) = 72 h.a. (0h.ext.))

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
- Compreender e diferenciar as noções gerais sobre o instituto da Família e do Direito de Família; - Identificar, analisar e determinar a legislação em torno do Direito de Família a partir da CRFB/88 e do Código Civil;	UNIDADE 1 - Introdução ao Direito de Família. 1. Questões Introdutória: apresentação do plano de ensino; esclarecimentos sobre o desenvolvimento da disciplina 2. Da Família: origem e evolução 3. Do Direito de Família: conceito, princípios, ligações com os demais ramos da Ciência Jurídica	4 h/a 0 h/ext	- Apresentar e discutir o plano de ensino e os critérios de avaliação. - Aula expositiva dialogada.	M1: Exercícios em sala - Atividade Curricular (Peso: 3,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica. M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 7,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica.	(3) (9) (10)
- Conceituar o parentesco e classificar as relações de parentesco e aplicar os conceitos em situaões fáticas.	UNIDADE 2 - Parentesco. 1. Conceituação de parentesco, linhas e graus 2. Contagem dos graus	2 h/a 0 h/ext	- Aula expositiva e dialogada - Estudo de texto - Dinâmicas de grupo	M1: Exercícios em sala - Atividade Curricular (Peso: 3,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica. M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 7,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do	(1) (3) (7)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica.	
* Analisar os vários tipos de constituição familiar, trazidos pela CRFB/88; *Observar o instituto do Casamento sob a ótica da CRFB/88 e do Código Civil de 2002; * Classificar e diferenciar as formas de celebração do Casamento; * Identificar e classificar os impedimentos matrimoniais; * Conhecer e classificar os efeitos jurídicos do Casamento, nos âmbitos: social, pessoal e patrimonial; * Obter dados gerais sobre a outorga conjugal; * Enunciar e comparar os regimes matrimoniais de bens; * Sintetizar os principais aspectos da União Estável, diferenciando-a do Casamento; * Verificar os principais aspectos da Família Monoparental.	UNIDADE 3 - Sociedades familiares. 1. CASAMENTO: breve histórico, conceituação, finalidade, natureza jurídica, caracteres, princípios 2. CASAMENTO: Impedimentos matrimoniais e causas suspensivas 3. CASAMENTO: celebração Casamento em caso de moléstia grave, Casamento em iminente risco de vida, Casamento por procuração. 4. CASAMENTO: Casament religioso com efeitos civis, Casamento Irregular, Casamento Inexistente, Nulo e Anulável, Casamento Putativo 5. CASAMENTO: Efeitos jurídicos sociais, pessoais e patrimoniais 6. CASAMENTO: Pacto antenupcial e regimes de bens 7. UNIÃO ESTÁVEL: breve histórico, conceituação, pressupostos caracterizadores, efeitos jurídicos, contrato de convivência. 8. FAMÍLIA MONOPARENTA conceituação, tipos, efeitos jurídicos.	23 h/a 0 h/ext	- Aula expositiva e dialogada e exercícios individuais e/ou em grupo (aplicação de técnicas de pesquisa), com correção e debate em sala de aula.	M1: Exercícios em sala - Atividade Curricular (Peso: 3,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica. M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 7,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica. M2: Exercício em sala - Atividade Curricular (Peso: 3,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica. M2: Prova escrita - Prova Escrita (Peso: 7,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica.	(1) (3)
* Enumerar e diferenciar as formas de dissolução da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial; * Verificar as formas de dissolução da União Estável; * Relacionar a dissolução do casamento e da união estável	UNIDADE 4 - Dissolução e bem de família. 1. Término da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial. Separação Consensual: Judicial e Extrajuduicial 2. Separação Judicial	6 h/a 0 h/ext	- Aula expositiva dialogada, debates e atividades de pesquisa.	M2: Exercício em sala - Atividade Curricular (Peso: 3,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de	(4) (5) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
com a proteção dos filhos menores, o Princípio do Melhor Interesse e os diversos tipos de guarda; * Observar o instituto do Bem de Família, distinguindo o Bem de Família legal do Bem de Família voluntário.	Litigiosa. Divórcio Judicial e Extrajudicial. Divórcio Direto e Indireto 4. Bem de Família: breve histórico, conceituação, espécies, requisitos, extinção.			realizar interpretação jurídica. M2: Prova escrita - Prova Escrita (Peso: 7,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica. M3: Debates - Outros Instrumentos (Peso: 7,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica.	
* Compreender o conceito, espécies de obrigação de alimentar; características, pressupostos do dever de alimentar decorrente de dissolução de sociedade conjugal e da união estável. * Avaliar qual a solutção para questões simuladas, interpretando e aplicando a legislação correspondente.	UNIDADE 5 - Alimentos. 1. Conceituação, classificação, requisitos legais. 2. Caracteres, garantias para a adimplência, alimentos gravídicos, extinção da obrigação alimentar.	8 h/a 0 h/ext	- Aula expositiva dialogada; - Pesquisa; - Seminários.	M2: Prova escrita - Prova Escrita (Peso: 7,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica. M3: Debates - Outros Instrumentos (Peso: 7,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica.	(1) (4) (6) (9)
* Distinguir a filiação e proteção destinada aos filhos, o reconhecimento dos filhos. * Compreender, elaborar e sintetizar a legislação, doutrina e jurisprudência pertinente à adoção e investigação de paternidade. * Conceituar guarda. * Avaliar qual a solutção para questões simuladas, interpretando e aplicando a	UNIDADE 6 - Filiação, adoção e guarda. 1. Filiação matrimonial e extramatrimonial 2. Adoção: histórico, conceituação, requisitos legais, princípios, efeitos jurídicos. 3. Guarda civil e estatutária	7 h/a 0 h/ext	- Aula expositiva dialogada; - Pesquisa. - Seminários	M3: Debates - Outros Instrumentos (Peso: 7,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica. M3: Prova Final - Prova Escrita (Peso: 3,00) a) Raciocínio lógico, clareza e	(1) (4) (5)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
legislação correspondente.				objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica.	
*Analisar os pressupostos do instituto do poder familiar no CC; * Identificar e distinguir os institutos jurídicos da tutela e curatela; * Refletir sobre as atuais questões jurídicas que pincelam as linhas do horizonte da Disciplina Direito de Família como: homossexualidade, transexualidade, guarda compartilhada, mediação em Direito de Família, dentre outras.	UNIDADE 7 - Poder familiar, tutela e curatela. 1. Poder Familiar 2. Tutela e Curatela 3. Homossexualidade e Transexualidade 4. Guarda Compartilhada e Alienação Parental 6. Outorga Conjugal: art. 1.647 do CC.	8 h/a 0 h/ext	- Aula expositiva dialogada; - Pesquisa; - Seminário.	M3: Debates - Outros Instrumentos (Peso: 7,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica. M3: Prova Final - Prova Escrita (Peso: 3,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica.	(1) (6) (7) (10)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil 6: direito de família: as famílias em perspectiva constitucional. 1. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 763 p. ISBN 9788502096431 (v.6).

(3) GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro 6: direito de família. 8. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 728 p. ISBN 9788502107908(v.6).

(10) VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil 6: direito de família. 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008. xviii, 475 p. (Direito civil (Saraiva)) ISBN 9788522449644 (v.6).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) CAHALI, Yussef Said. Dos alimentos. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2012. 839 p. ISBN 9788520342909.

(5) DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 8. ed. rev., atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2011. 688 p. ISBN 9788520340431.

(6) MONTEIRO, Washington de Barros; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Curso de direito civil 2: direito de família. 41. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 621 p. ISBN 9788502105270 (v.2).

(7) RIZZARDO, Arnaldo. Direito de família. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2011. xxiii, 946 p. ISBN 9788530934507.

(8) FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil 6: direito das famílias. 6. ed. rev., ampl. e atual. Salvador, BA: Editora Juspodivm, 2014. 968 p. ISBN 9788577618972.

(9) PEREIRA, Caio Mário da Silva; PEREIRA, Tania da Silva. Instituições de direito civil 5: direito de família. 19. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2011. xi, 621 p. ISBN 9788530934576 (v. 5).

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO:
M1 = Prova 1 (Peso 7) + Exercícios em sala de aula (Peso 3)
M2 = Prova 2 (Peso 7) + Exercícios em sala de aula (Peso 3)
M3= Prova 3 (Peso 7) + Debates (Peso 3)

A Média Final se comporá da seguinte maneira: (M1 + M2 + M3) : 3 = MF

* PROVAS ESCRITAS: Durante o semestre, serão realizadas 3 (três) Provas Escritas, INDIVIDUAIS E SEM CONSULTA a qualquer tipo de material.

As provas escritas serão realizadas nos seguintes encontros:

Sexto (6°) - contará para a M1 - Com até 30 questões, a qual deverá conter questões objetivas e/ou subjetivas, de Concursos (OAB, Magistratura, MP, etc.), além de outras elaboradas pelo(a) próprio(a) professor(a).
Décimo segundo ou terceiro (12°) - contará para a M2 - Com até 30 questões, a qual deverá conter questões objetivas e/ou subjetivas, de Concursos (OAB, Magistratura, MP, etc.), além de outras elaboradas pelo(a) próprio(a) professor(a).
Décimo sétimo o (17°) - contará para a M3 - Com até 30 questões, a qual deverá conter questões objetivas e/ou subjetivas, de Concursos (OAB, Magistratura, MP, etc.), além de outras elaboradas pelo(a) próprio(a) professor(a).
As provas escritas terão peso 7 (sete).

* Constitui conteúdo para ser cobrado nas provas escritas: 1) a matéria trabalhada em sala de aula; 2) leituras de obras literárias clássicas indicadas pela professora; 3) doutrinas jurídicas na área; 4) o contéudo dos exercícios realizados em sala de aula ou fora dela; 5) trabalhos elaborados em casa, para entregar juntamente com a prova escrita.

NÃO SERÁ PERMITIDO O USO DE COMPUTADOR PESSOAL E APARELHO DE TELEFONE CELULAR DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS. O(A) ACADÊMICO(A) DEVERÁ TRAZER LEGISLAÇÃO IMPRESSA EM PAPEL. CASO O(A) ACADÊMICO(A) SEJA FLAGRADO(A) PELA PROFESSORA, PERDERÁ O DIREITO DE CONTINUAR FAZENDO A PROVA E LHE SERÁ ATRIBUÍDA NOTA ZERO, SEM CHANCE DE RECURSO OU REVISÃO DAS QUESTÕES RESPONDIDAS.

FICA ESCLARECIDO QUE O(A) ACADÊMICO(A) QUE FALTAR EM QUALQUER DOS DIAS DE PROVA , APÓS DEFERIMENTO DO COORDENADOR DO CURSO, PODERÁ EFETUÁ-LA NO ÚLTIMO DIA DE AULA DO SEMESTRE, PODENDO A MESMA, A CRITÉRIO DA PROFESSORA, SER ESCRITA E/OU ORAL.

* EXERCÍCIOS: Pouco antes do término de cada encontro, serão aplicados exercícios para resolução em classe ou em casa. Cada exercício valerá até 3.33 pontos. Na M1, serão levados em conta apenas 3 exercícios para compor uma nota parcial. Caso sejam efetuados os 5 exercícios propostos, a professora escolherá os três exercícios cuja nota for mais alta e desprezará os demais do cálculo final. O mesmo se repetirá para o cálculo da M2.

Em caso de falta do(a) acadêmico(a), o exercício que foi dado em sala de aula NÃO poderá ser recuperado posteriormente, pois objetiva observar, exatamente, conteúdo apreendido na sala de aula.

A média composta pelos exercícios terá peso 3 (três) e será somada à nota da prova escrita (que tem peso 7).

Serão avaliados, também, tanto nas provas, como nos exercícios relizados em sala de aula ou fora dela:
a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade;
b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas;
c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado;
d) Capacidade de realizar interpretação jurídica.

* DEBATES: Os alunos apresentarão e debaterão temas atuais de Direito de Família, previamente determinados pela professora. A avaliação dos debates, que produzirá uma nota (com peso 3) que será somada à nota da prova para formar a M3, levará em conta:
a) Organização, entrosamento e harmonia entre os membros da equipe;
b) Utilização de recursos multimídias na apresentação do tema;
c) Aprofundamento do conteúdo apresentado;
d) Originalidade/criatividade/ atualidade da questão polêmica apresentada à sala, ensejando o debate.

FINALMENTE: EM TODOS os trabalhos escritos entregues à professora, além da correção do conteúdo jurídico e metodologia, será descontado do(a) acadêmico(a)/autor(a) 0,10 ponto para cada erro referente à LÍNGUA PORTUGUESA.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1. Ao longo do semestre, deverá o(a) acadêmico(a) realizar LEITURAS COMPLEMENTARES sobre o conteúdo que está sendo ministrado, apresentar, se solicitado pela professora, NOTÍCIAS DE REVISTAS, JORNAIS OU SITES na temática de Direito de Família, com o objetivo de facilitar a aquisição dos conhecimentos nesta área e melhor responder aos exercícios e avaliações escritas propostas.

2. O professor é um articulador do estudo e aprendizado dos acadêmicos, logo, um parceiro no processo pedagógico .

3. Os acadêmicos que estiverem regularmente matriculados terão o direito de examinar as atividades depois de corrigidas.

4. Para o desenvolvimento da ética e melhor exercício da convivência intelectual, não será permitido e nem tolerado o uso de telefones celulares durante a ministração da aula. ESTÁ PROIBIDA A GRAVAÇÃO e/ou REPRODUÇÃO de voz e/ou imagem, total ou em parte, das aulas de Direito de Civil-Família, ministradas pela professora, salvo com a sua autorização expressa, nos casos em que for necessário.

5. Os acadêmicos obedecerão aos prazos estipulados pelo professor e por este plano de ensino.

6. Abonos de falta e segundas chamadas de atividades avaliativas obedecerão aos regulamentos da UNIVALI.

7. Poderão ocorrer atividades de extensão durante o semestre letivo, ocasião em que o cronograma de atividades será alterado e comunicado aos acadêmicos (SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO).

8. O calendário acadêmico é parte integrante deste plano de ensino.

9. Por se tratar de um planejamento, o presente Plano de Ensino está sujeito a modificações posteriores à sua divulgação, baseado em eventuais necessidades da turma ou a critério da professora. Todavia, qualquer alteração será previamente informada aos alunos que estiverem presentes em sala de aula (de maneira oral e seguida das devidas justificativas).

10. Nos dias 17 a 21 de Novembro de 2014, será realizada a Semana da Iniciação Científica, nas dependências do Curso de Direito/UNIVALI. Tal semana é dedicada, exclusivamente, às atividades de iniciação científica, especialmente, apresentação e defesa de trabalhos de iniciação científica (TIC). A presença é obrigatória dos alunos da Disciplina Direito de Família, inclusive com a entrega de trabalho a ser solicitado pela professora.

11. Dia 11 de Agosto se comemora o dia do Advogado.

12. Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.

13. As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

14. O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Exercícios em sala * 3,00 + Prova Escrita * 7,00) / 10,00
M2 = (Exercício em sala * 3,00 + Prova escrita * 7,00) / 10,00
M3 = (Debates * 7,00 + Prova Final * 3,00) / 10,00

Média Final = 6,00

Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1692 - DIREITO PENAL - PARTE ESPECIAL

Professor(es): JONATHAN CARDOSO REGIS

Período: 4º	Ano/Sem.: 2014 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Desenvolver a habilidade de interpretar e aplicar a Parte Especial do Código Penal Brasileiro aos casos concretos, com uma visão crítica e humanista. Analisar os tipos penais previstos do artigo 121 ao artigo 234-A do Código Penal, articulando o discurso dogmático e sua operacionalidade a fim de resolver casos jurídico-penais

EMENTA

Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Crimes contra a dignidade sexual.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
- Ter ciência da importância dos bens personalíssimos do ser humano e, consequentemente, entender a preocupação do Direito Penal na tutela desses bens. - Identificar o objeto material, o bem juridicamente protegido, o elemento subjetivo, a ação penal, assim como, os sujeitos ativos e passivos dos crimes contra a vida; - Constatar o momento em que se consumam os crimes contra a vida, reconhecendo, ou não, a possibilidade de tentativa; - Reconhecer as espécies de homicídio (simples, privilegiado, culposo, qualificado e majorado) e possibilidade de aplicação do perdão judicial; - Identificar a competência para julgamento dos crimes contra vida; - Verificar a possibilidade de homicídio qualificado-privilegiado; - Constatar o caráter hediondo, ou não, dos crimes contra a pessoa; - Avaliar as tipificações para	UNIDADE 1 - Crimes contra a pessoa. 1. Crimes Contra a Vida 2. Lesões Corporais 3. Perclitação da Vida e da Saúde. Rixa 4. Contra a Honra 5. Dos Crimes Contra a Liberdade Individual	24 h/a 0 h/ext	- Aula inaugural com apresentação e discussão do plano de ensino. - Aulas expositivas e dialogadas, com a utilização de meios auxiliares (data show). - Atividades de fixação de aprendizagem (análise de casos/jurisprudências e resolução de problemas complexos formulados pelo Professor. - Correção e discussão das respostas apresentadas pelos alunos nas atividades por eles desenvolvidas. - Pesquisa e Análise a Jurisprudências referente aos temas propostos e relacionados a disciplina. - Pesquisa Bibliográfica e/ou fichamentos	M1: Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova Objetiva em sala de aula, sem consulta a qualquer material e de forma individual. Esta prova será realizada das 19h00min às 20h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado. M1: Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova discursiva em sala de aula, com consulta à legislação seca e de forma individual. Esta prova será realizada das 20h50min às 22h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado.	(1) (2) (3) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
situações de: a) transmissão dolosa do vírus HIV; b) suicídio conjunto (Pacto de morte); - Aplicar o art. 20, §3º (erro sobre a pessoa) ao delito de infanticídio (art. 123 do Código Penal); - Verificar a possibilidade de concurso de pessoas no delito de infanticídio; - Identificar as espécies de aborto, aplicabilidade da majorando prevista no art. 127 do Código Penal, assim como, as modalidade de aborto legal (art. 128 do Código Penal; - Avaliar os aspectos jurídicos penais das seguintes situações relacionadas ao crime de aborto: a) gestante que perde o filho em acidente de trânsito; b) morte de fetos gêmeos; c) agressão à mulher sabidamente grávida, d) gestante que tenta o suicídio, e) desistência voluntária e arrependimento eficaz; f) gestante que morre ao realizar o aborto, sendo que o feto sobrevive; - Reconhecer as espécies de lesões corporais (leve, grave, gravíssima, seguida de morte, culposa, no âmbito da violência doméstica), aplicabilidade das formas majorada e minorada, assim como, a possibilidade de emprego do perdão judicial; - Analisar se o consentimento do ofendido, no caso de lesão corporal, como causa supralegal de exclusão da ilicitude; - Analisar o concurso de crimes entre a rixa (simples e qualificada) e as lesões corporais leves ou graves, e o homicídio; - Distinguir os crimes de calúnia, difamação e injúria (artigos: 138, 139 e 140 do Código Penal);					

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
- Distinguir os crimes de constrangimento ilegal (art. 146 do Código Penal) e ameaça (art. 147 do Código Penal)					
- Entender a preocupação do Direito Penal na tutela do patrimônio. - Identificar as peculiaridades, o objeto material, o bem juridicamente protegido, o elemento subjetivo, a ação penal, assim como, os sujeitos ativos e passivos dos crimes contra o patrimônio; - Constatar o momento em que se consumam os crimes contra o patrimônio, reconhecendo, ou não, a possibilidade de tentativa; - Constatar o caráter hediondo, ou não, dos crimes contra o patrimônio; - Aplicar as qualificadoras do crime de furto; - Acerca do crime de furto, analisar as seguintes situações: a) furto de uso; b) furto famélico; c) diferença entre furto de pequeno valor e subtração insignificante; d) furto de sinal de TV em canal fechado; e) furto de automóveis e rompimento de obstáculo; f) subtração de cadáver; g) diferença do crime de furto com fraude do estelionato; - Conceituar roubo próprio e roubo impróprio; - Aplicar as causas de aumento e qualificadoras do crime de roubo; - Distinguir os crimes de roubo (art. 157 do Código Penal) e extorsão (art. 158 do Código Penal); - Aplicar as qualificadoras do crime de extorsão mediante seqüestro (art. 159 do Código Penal), assim como, a causa de diminuição de pena (delação premiada); - Aplicar as causas de aumento	UNIDADE 2 - Crimes contra o patrimônio. 1. Furto, roubo e extorsão 2. Dano, Apropriação Indébita, Estelionato e Outras Fraudes 3. Receptação	16 h/a 0 h/ext	- Aulas expositivas e dialogadas, com a utilização de meios auxiliares (data show). - Atividades de fixação de aprendizagem (análise de casos/jurisprudências e resolução de problemas complexos formulados pelo Professor. - Correção e discussão das respostas apresentadas pelos alunos nas atividades por eles desenvolvidas. - Pesquisa e Análise a Jurisprudências referente aos temas propostos e relacionados a disciplina. - Pesquisa Bibliográfica e/ou fichamentos.	M2: Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova discursiva em sala de aula, com consulta à legislação seca e de forma individual. Esta prova será realizada das 20h50min às 22h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado. M2: Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova Objetiva em sala de aula, sem consulta a qualquer material e de forma individual. Esta prova será realizada das 19h00min às 20h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado.	(1) (2) (3) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
do crime de apropriação indébita (art. 168 do Código Penal); - Distinguir a apropriação indébita (art. 168 do Código Penal)das seguintes figuras típicas: furto (art. 155 do Código Penal), estelionato (art. 171 do Código Penal); - Acerca da figura típica receptação (art. 180 do Código Penal), aplicar as qualificadoras, reconhecer as figuras equiparadas, sua forma culposa e a possibilidade de aplicação do perdão judicial; - Aplicar as disposições gerais relativas aos crimes contra o patrimônio (artigos 181, 182 e 183 do Código Penal);					
- Entender a preocupação do Direito Penal na tutela da propriedade imaterial. - Conhecer os aspectos gerais dos dispositivos legais que tratam dos crimes contra a propriedade imaterial.	UNIDADE 3 - Crimes contra a propriedade imaterial. 1. Crimes Contra: a Propriedade Intelectual, o Privilégio de Invenção, as Marcas de Indústria e Comércio. Da Concorrência Desleal	2 h/a 0 h/ext	- Aulas expositivas e dialogadas, com a utilização de meios auxiliares (data show). - Atividades de fixação de aprendizagem (análise de casos/jurisprudências e resolução de problemas complexos formulados pelo Professor. - Correção e discussão das respostas apresentadas pelos alunos nas atividades por eles desenvolvidas. - Pesquisa e Análise a Jurisprudências referente aos temas propostos e relacionados a disciplina. - Pesquisa Bibliográfica e/ou fichamentos.	M2: Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova discursiva em sala de aula, com consulta à legislação seca e de forma individual. Esta prova será realizada das 20h50min às 22h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado. M2: Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova Objetiva em sala de aula, sem consulta a qualquer material e de forma individual. Esta prova será realizada das 19h00min às 20h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado.	(1) (2) (3) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11)
- Entender a preocupação do Direito Penal na tutela da organização do trabalho. - Compreender os aspectos básico dos dispositivos legais que tratam dos crimes contra a organização do trabalho.	UNIDADE 4 - Crimes contra a organização do trabalho. 1. Aspectos gerais dos crimes contra a organização do trabalho	2 h/a 0 h/ext	- Aulas expositivas e dialogadas, com a utilização de meios auxiliares (data show). - Atividades de fixação de aprendizagem (análise de casos/jurisprudências e resolução de problemas complexos formulados pelo Professor. - Correção e discussão	M2: Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova discursiva em sala de aula, com consulta à legislação seca e de forma individual. Esta prova será realizada das 20h50min às 22h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado. M2: Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita	(1) (2) (3) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
			das respostas apresentadas pelos alunos nas atividades por eles desenvolvidas. - Pesquisa e Análise a Jurisprudências referente aos temas propostos e relacionados a disciplina. - Pesquisa Bibliográfica e/ou fichamentos.	(Peso: 2,00) Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova Objetiva em sala de aula, sem consulta a qualquer material e de forma individual. Esta prova será realizada das 19h00min às 20h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado.	
- Entender a preocupação do Direito Penal na tutela do sentimento religioso e o respeito aos mortos. - Compreender os aspectos básicos dos dispositivos legais que tratam desses crimes, especificamente, da conduta típica prevista no art. 211 (destruição, subtração ou ocultação de cadáver).	UNIDADE 5 - Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. 1. Destruição, Subtração ou Ocultação de Cadáver. Vilipêndio a Cadáver	2 h/a 0 h/ext	- Aulas expositivas e dialogadas, com a utilização de meios auxiliares (data show). - Atividades de fixação de aprendizagem (análise de casos/jurisprudências e resolução de problemas complexos formulados pelo Professor. - Correção e discussão das respostas apresentadas pelos alunos nas atividades por eles desenvolvidas. - Pesquisa e Análise a Jurisprudências referente aos temas propostos e relacionados a disciplina. - Pesquisa Bibliográfica e/ou fichamentos.	M2: Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova discursiva em sala de aula, com consulta à legislação seca e de forma individual. Esta prova será realizada das 20h50min às 22h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado. M2: Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova Objetiva em sala de aula, sem consulta a qualquer material e de forma individual. Esta prova será realizada das 19h00min às 20h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado.	(1) (2) (3) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11)
- Entender a preocupação do Direito Penal com a dignidade sexual de cada indivíduo. - Identificar o objeto material, o bem juridicamente protegido, o elemento subjetivo, a ação penal, assim como, os sujeitos ativos e passivos dos crimes contra a dignidade sexual; - Reconhecer o momento em que se consumam os crimes contra a dignidade sexual e a possibilidade de tentativa; - Empregar as causas de aumento de pena previstas nos artigos 226 e 234-A do Código Penal; - Distinguir os crimes de “Estupro” (art. 213 do Código Penal) e “Estupro de	UNIDADE 6 - Crimes contra a dignidade sexual. 1. Crimes contra a liberdade sexual 2. Crimes sexuais contra vulneráveis 3. Do lenocínio e do tráfico de pessoas para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual	14 h/a 0 h/ext	- Aulas expositivas e dialogadas, com a utilização de meios auxiliares (data show). - Atividades de fixação de aprendizagem (análise de casos/jurisprudências e resolução de problemas complexos formulados pelo Professor. - Correção e discussão das respostas apresentadas pelos alunos nas atividades por eles desenvolvidas. - Pesquisa e Análise a Jurisprudências referente aos temas propostos e relacionados a disciplina. - Pesquisa Bibliográfica	M3: Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova Objetiva em sala de aula, sem consulta a qualquer material e de forma individual. Esta prova será realizada das 19h00min às 20h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado. M3: Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova discursiva em sala de aula, com consulta à legislação seca e de forma individual. Esta prova será realizada das 20h50min às 22h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado.	(1) (2) (3) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
vulnerável" (art. 217-A do Código Penal), do mesmo modo que, o crime de "Estupro" e a contravenção penal "Importunação ofensiva ao pudor" (art. 61 do Decreto-Lei n 3.688/41); - Distinguir o delito de ato obsceno (art. 233 do Código Penal) e a contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor (art. 61 do Decreto-Lei n 3.688/41).			e/ou fichamentos.		

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(2) PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro 2: parte especial : arts. 121 a 249. 11. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, c2013. 1019 p. ISBN 9788520346273.

(6) GRECO, Rogério. Código penal comentado. 7. ed. rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, c2013. 1173 p. ISBN 9788576266693.

(7) GRECO, Rogério. Código penal comentado. 8. ed. rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2014. 1236 p. ISBN 9788576267546.

(8) NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal: parte geral : parte especial. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, c2013. 1182 p. ISBN 9788520346426.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(1) BRASIL; CURIA, Luiz Roberto; NICOLETTI, Juliana; CÉSPEDES, Livia. Civil e empresarial: civil ; comercial ; processo civil ; Constituição Federal + legislação complementar. 10. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. xxxviii, 1691 p. (4 em 1 Saraiva). ISBN 9788502212206.

(3) GRECO, Rogério. Curso de direito penal 2: parte especial : (arts. 121 a 154 - B do CP). 10. ed. rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2013. 643 p. ISBN 9788576266617.

(5) GRECO, Rogério. Curso de direito penal 3: parte especial : (arts. 155 a 249 do CP). 10. ed, rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2013. 759 p. ISBN 9788576266624.

(9) NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. 10. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Forense, c2014. xlv, 1182 p. ISBN 9788530953898.

(10) BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal 2: parte especial, dos crimes contra a pessoa. 12. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 510 p. ISBN 9788502153516 (v.2).

(11) BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal 2: parte especial, dos crimes contra a pessoa. 14. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 536 p. ISBN 9788502216020(v.2).

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- A avaliação do conteúdo da disciplina será realizado a cada 6 (seis) encontros (aulas previstas), denominada "PROVA LEGAL" dividida em duas notas: PRIMEIRA: uma prova de "PESO 2",

individual, composta por questões objetivas, nos padrões de concursos e provas da OAB ou nesse estilo, não sendo permitida consulta a qualquer material; SEGUNDA: de “PESO 3”, composta por questões dissertativas, nos padrões de concursos e provas da OAB ou nesse estilo, para a qual será autorizada a consulta à legislação seca.

- Pesquisa e Análise a Jurisprudências a ser definido pelo Professor e mediante consulta à bibliografia indicada, tendo como prazo de entrega as datas definidas posteriormente

1. As datas e horários das atividades serão pré-agendadas no calendário acadêmico e comunicadas em sala pelo professor com antecedência mínima de uma semana, sendo que na aula posterior a aplicação daquela em que foi realizada a avaliação, será feita a correção e respectiva discussão das questões da avaliação.

- Datas das Avaliações:

M1 - 10.09.2014 (6º encontro)
M2 - 29.10.2014 (12º encontro)
M3 - 03.12.2014 (17º encontro)

2. O acadêmico deverá seguir o regimento interno da Instituição para a segunda chamada de provas, bem como para as justificativas de faltas. Sendo que esta prova compreenderá o conteúdo da avaliação que o acadêmico não realizou oportunamente, podendo, dependendo da atividade não realizada, consultar a legislação pertinente.

3. Há a necessidade de ser solicitadas 2ª Chamada junto à Secretaria em caso de ausência em qualquer atividade no prazo regimental.Pontualidade; Participação em sala de aula (intervenções); Observações relacionadas ao tema exposto; Materiais apresentados pelo acadêmico para discussão em sala de aula, desde que correlatos com os temas em estudo.

4. Quando da aplicação dos critérios expostos acima, a média será apurada com a soma do resultado da M1, M2 e/ou M3.

5. Ainda, em caso de avaliações, não será permitida entrada de alunos na sala de aula para realização da prova após a saída de sala de algum acadêmico que já tenha finalizado a atividade.

6. Via de regra, as atividades desenvolvidas em sala serão individuais. Caso alguma atividade curricular seja desenvolvida em duplas ou equipe, essa será definida pelo Professor, bem como aquele acadêmico que chegar atrasado em sala de aula, ou seja, após já iniciada a avaliação, realizará a atividade de forma individual.

7. Não será permitido o uso de celular e/ou aparelhos eletrônicos nos dias de prova, sendo que o descumprimento (desobediência) deste, ensejará, em particular, a retirada do acadêmico da sala de aula, bem como o recolhimento do aparelho eletrônico para a mesa do Professor e o encaminhamento à Coordenação para as providências legais, sem o prejuízo da nota 0 (ZERO) na prova.

8. No decorrer do semestre poderão ser realizados exercícios de fixação do conteúdo em sala de aula, com atribuição de nota ou não, a critério do Professor, todavia, serão contemplados apenas os alunos presentes em sala de aula, não havendo possibilidade de reposição.

9. O aluno que comprovar a PUBLICAÇÃO de artigo científico em periódico enquadrado em relatórios indicativos da qualidade A1; A2; B1; B2; B3; B4 ou B5 da CAPES, de sua autoria e que verse sobre a disciplina ministrada, poderá requerer ao Professor o acréscimo de 01 (um) ponto na M3.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1. Este plano poderá sofrer alterações no decorrer do semestre e, neste caso, os acadêmicos serão devidamente comunicados.

2. As chamadas (frequência) serão realizadas em duas oportunidades, a primeira, sempre 15 (quinze) minutos após o início das aulas, ou seja, 19h15min e a segunda, ao término das aulas, 22h15min. O acadêmico que ingressar na sala de aula após a chamada, deverá aguardar o término da aula para requisitar ao Professor, quando for o caso, sua presença parcial.

3. Outras referências bibliográficas poderão ser indicadas pelo Professor, conforme a evolução da matéria e necessidade de aprofundamento dos estudos. Além disso, os alunos deverão ter a diligência necessária para aprofundar o conhecimento com obras e legislação atualizadas.

4. Ainda acerca da bibliografia, como exposto acima, aquela indicada não exaure a infinidade (gama) de obras (livros, trabalhos acadêmicos, artigos científicos, periódicos, etc.), que versam sobre a matéria, servindo de como referencial ao acadêmico que pode (e deve) ser complementado.

5. Caso seja realizado algum trabalho a título de avaliação, deverá ele obedecer as regras e metodologias adotadas pela Universidade, via de regra, a obra “PASOLD, Cesar Luiz. Metodologia da Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática. 11 ed. Florianópolis: Conceito Editorial/MIllenium, 2008”.

6. Ao acadêmico que não comportar qualquer falta ao longo dos 18 encontros, será somado 1 (um) ponto em qualquer das médias (M1, M2 ou M3), a critério do acadêmico.

7. O PROCESSO DE APRENDIZAGEM SERÁ PAUTADO POR UMA RELAÇÃO DE RESPEITO, CUMPLICIDADE E COMPANHEIRISMO ENTRE OS ALUNOS, ESTES E O PROFESSOR. COM ISSO, OBJETIVA-SE FAZER DA SALA DE AULA UM AMBIENTE DE APRENDIZAGEM SAUDÁVEL, ALEGRE, DE COOPERAÇÃO E QUESTIONAMENTOS.

8. Eventuais reposições de atividades perdidas ao longo do semestre serão realizadas no 18º encontro.

9. Não serão aceitos trabalhos/atividades em atraso, quando solicitados pelo Professor para qualquer avaliação.

10. A segunda chamada de prova por falta justificada ao longo do semestre serão realizadas

individualmente, no 18º encontro.

11. Em não havendo, eventualmente, aula em alguma data estabelecida no referido plano, a atividade passará para o dia de aula da disciplina imediatamente posterior.

12. 13/08/2014 (Quarta-feira), 13:30hs às 18hrs OAB-Fpolis OAB/SC Comissão de Assistência Social Tema: O papel do advogado no Sistema Único de Assistência Social e sua atuação na equipe multidisciplinar dos serviços ofertados nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). Palestrante: Hélio Abreu Filho.

13. 27/08/2014 (Quarta-feira), 19hs Auditório Projeto “OAB Compartilhando” Tema: Noções Gerais do Processo Licitatório. Palestrante: Sivonei Simas.

14. 09/08/2014 (Sábado), Programa de Rádio Tema: Direito Previdenciário Palestrante: Magali Regina Fuck Negosek.

15. 30/08/2014 (Sábado), 9 hs, Sala 104 Bloco I 51° Sábado Jurídico Tema: As decisões liminares no processo civil: um estudo comparado entre as normas vigentes e o projeto do novo Código de Processo Civil Ministrante: Aldo Bonatto Filho

16. 06/09/2014 (Sábado), 8 hs, Sala 104 Bloco I Seminário - Aula Tema: Filosofia nas Dimensões Públicas e Privadas Professor: Josemar Sidnei Soares.

17. 10/09/2014 (Quarta-feira), 19hs Auditório Aula Magna Tema: Aspectos destacados do Código de Ética e do Estatuto da Advocacia de acordo com a Lei nº 8.906 de 4.7.1994 Palestrante: João Leonel Machado Pereira.

18. 13/09/2014 (Sábado), 8 hs, Sala 104 Bloco I Seminário - Aula Tema: Filosofia nas Dimensões Públicas e Privadas Professor: Josemar Sidnei Soares.

19. 13/09/2014 (Sábado), Programa de Rádio Tema: Direito Eleitoral Palestrante: Fernando Francisco Afonso Fernandez.

20. 19/09/2014 (Sexta-feira) 19hrs Auditório Palestra Tema: Direito Previdenciário Palestrante: formalizando os contatos

21. 20/09/2014 (Sábado), 8 hs, Sala 104 Bloco I Seminário - Aula Tema: A Municipalização da politica de atendimento aplicada à criança e ao adolescente Professor: Walter Amaro Baldi

22. 27/09/2014 (Sábado), 8 hs, Sala 104 Bloco I Seminário - Aula Tema: A Municipalização da politica de atendimento aplicada à criança e ao adolescente Professor: Walter Amaro Baldi

23. 04/10/2014 (Sábado), 9 hs, Sala 104 Bloco I Projeto “Dialogando com a Ciência” Tema: Estado e política econômica no Brasil e seus reflexos na vida de cidadãos e empresas. Palestrante: Sidnei Silva

24. 06 a 10/10/2014 Semana Auditório, 19 horas XVI Congresso Jurídico Organização do Acadêmicos do 10º Período

25. 18/10/2014 (Sábado) Programa de Rádio Tema: Direito do Consumidor Palestrante: Deymes Cachoeira de Oliveira

26. 18/10/2014 (Sábado), 8 hs, Sala 104 Bloco I Seminário - Aula Tema: Tópicos Especiais de Direito Constitucional Professor: Luiz Bráulio F. Benítez

27. 22/11/2014 (Sábado), Programa de Rádio Tema: Direito Penal Palestrante: Maria Carolina T. S. de Paula

28. 25/10/2014 (Sábado), 8 hs, Sala 104 Bloco I Seminário - Aula Tema: Tópicos Especiais de Direito Constitucional Professor: Luiz Bráulio F. Benítez

29. Durante a Semana da Iniciação Científica, que ocorrerá entre os dias 17 e 21 de novembro de 2014 nas dependências do Curso de Direito/UNIVALI, a qual é dedicada, exclusivamente, às atividades de iniciação científica, especialmente, apresentação e defesa de trabalhos de conclusão de curso (TCC), porém as aulas ocorrerão normalmente.

30. 29/11/2014 (Sábado), 9 hs, Sala 104 Bloco I 52º Sábado Jurídico Tema: Calúnia, Difamação e Injúria, Diferenças e Consequências: Aspectos Destacados no Âmbito Penal e Civil. Palestrante: Silvia Cristina Wanderlinde Benvenutti

31. O Grupo de Pesquisa Paideia incentiva há 11 anos a pesquisa no CEJURPS, instigando a comunidade acadêmica no desenvolvimento da pesquisa jurídica com grupos de estudos e participação em editais, como PROBIC, PIBIC, art. 171 (CESC), entre outros.

32. ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA - O acadêmico do Curso de Direito poderá realizar atividades de extensão comunitária nas mais diversas áreas, tendo por finalidade aproximar o Acadêmico do Curso de Direito com a Comunidade e o Mercado de Trabalho (Projeto que insere o acadêmico em entidades sem fins lucrativos, atuando juridicamente).

33. Não será permitido o uso de celular e/ou aparelhos eletrônicos em sala de aula e, em especial, nos dias de prova, salvo se estabelecido (autorizado) a utilização pelo Professor.

34. Não está autorizado o registro de imagem (filmagem, fotografia), nem tão pouco gravação em áudio das aulas e/ou o Professor, salvo de devidamente permitido expressamente por este.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova Legal (Objetiva) * 2,00 + Prova Legal (Discursiva) * 3,00) / 5,00
M2 = (Prova Legal (Discursiva) * 3,00 + Prova Legal (Objetiva) * 2,00) / 5,00
M3 = (Prova Legal (Objetiva) * 2,00 + Prova Legal (Discursiva) * 3,00) / 5,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1699 - DIREITO DO TRABALHO I

Professor(es): SILVIO NOEL DE OLIVEIRA JUNIOR

Período: 4º	Ano/Sem.: 2014 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Conhecer o Direito do Trabalho através da sua evolução histórica até a legislação atual e interpretação jurisprudencial, bem como analisar os eventos sociais contemporâneos que permeiam a relação de emprego e os direitos dos trabalhadores, inclusive aqueles decorrentes dos conteúdos étnicos-raciais previstos na Lei 11.645/08 e das políticas de educação ambiental previstas na Lei 9.795/99 e Decreto 4.281/02.

EMENTA

Noções gerais do Direito do Trabalho. Princípios do Direito do Trabalho. Relação de emprego. Empregado. Empregador. Contratos de Trabalho. Medicina e Segurança do Trabalho. Alterações do Contrato de Trabalho. Suspensão e interrupção do contrato de Trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Reconhecer o Direito do Trabalho e a estrutura do ordenamento jurídico trabalhista vigente.	UNIDADE 1 - Noções gerais do Direito do Trabalho 1. História do Direito do Trabalho 2. Divisão do Direito do Trabalho 3. Fontes, hierarquia, classificação das normas jurídicas	6 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com demonstração das especificidades do Direito do Trabalho em comparação com os demais ramos do direito no Brasil.	M1: 1a Atividade Cooperativa - Estudo de Caso (Peso: 4,00) Habilidade, linguística, coerência textual, uso do padrão culto da Língua Portuguesa e dos fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso. M1: 1a Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas.	(1) (2) (3) (4)
Conhecer os princípios gerais do Direito do Trabalho.	UNIDADE 2 - Princípios do Direito do Trabalho 1. Conceito e funções dos princípios 2. Princípio da proteção 3. Princípio da irrenunciabilidade de direitos 4. Princípio da continuidade da relação de emprego 5. Princípio da primazia da realidade	10 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com abordagem teórica e prática para aplicação dos princípios gerais do direito do trabalho.	M1: 1a Atividade Cooperativa - Estudo de Caso (Peso: 4,00) Habilidade, linguística, coerência textual, uso do padrão culto da Língua Portuguesa e dos fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso. M1: 1a Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas. M2: 2a. Atividade Cooperativa - Estudo de Caso (Peso: 4,00) Habilidade, linguística, coerência textual, uso do padrão culto da Língua Portuguesa e dos fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso. M3: 3a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas.	(1) (2) (3) (4) (5)
Reconhecer e diferenciar as relações de trabalho e de emprego.	UNIDADE 3 - Relação de emprego 1. Definição da relação de trabalho	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com abordagem teórica e prática suportanda nos	M1: 1a Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas.	(1) (2) (3) (4) (5) (6)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
	2. Definição da relação de emprego. 3. Reconhecimento do trabalho subordinado. 4. Reconhecimento do trabalho autônomo.		dispositivos da CRFB e da CLT sobre relação de trabalho e relação de emprego.	M2: 2a. Atividade Cooperativa - Estudo de Caso (Peso: 4,00) Habilidade, linguística, coerência textual, uso do padrão culto da Língua Portuguesa e dos fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso. M2: 2a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas. M3: 3a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas.	
Identificar os pressupostos do trabalho com subordinação jurídica e reconhecer o vínculo empregatício.	UNIDADE 4 - Empregado 1. Conceito e requisitos 2. Espécies de trabalhadores e empregados.	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com abordagem teórica e prática baseada nos artigos da CLT.	M2: 2a. Atividade Cooperativa - Estudo de Caso (Peso: 4,00) Habilidade, linguística, coerência textual, uso do padrão culto da Língua Portuguesa e dos fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso. M2: 2a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas. M3: 3a Atividade Cooperativa - Estudo de Caso (Peso: 4,00) Habilidade, linguística, coerência textual, uso do padrão culto da Língua Portuguesa e dos fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso. M3: 3a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7)
Abordar o conceito de sociedade empresária, do empregador por equiparação e das responsabilidades solidária e subsidiária decorrentes do disposto nos artigos 10 e 448 da CLT.	UNIDADE 5 - Empregador 1. Conceito de empregador e da sociedade empresária 2. Espécies de empregadores 3. Empregador por equiparação 4. Alteração na estrutura jurídica da sociedade empresária	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com abordagem teórica e prática suportada nos dispostos da CLT que dispõem sobre o empregador e sobre as alterações na estrutura jurídica da sociedade empresária.	M2: 2a. Atividade Cooperativa - Estudo de Caso (Peso: 4,00) Habilidade, linguística, coerência textual, uso do padrão culto da Língua Portuguesa e dos fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso. M2: 2a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas. M3: 3a Atividade Cooperativa - Estudo de Caso (Peso: 4,00) Habilidade, linguística, coerência textual, uso do padrão culto da Língua Portuguesa e dos fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso. M3: 3a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas.	(1) (2) (3) (4)
Identificar o pressupostos do contrato de emprego, diferenciando-o dos contratos de trabalho sem vínculo empregatício.	UNIDADE 6 - Contratos de Trabalho 1. Conceito de contrato de trabalho com vínculo empregatício	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com abordagem teórica e prática fundamentada nos dispositos da CLT.	M2: 2a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas. M3: 3a Atividade Cooperativa - Estudo de	(1) (2) (3) (4) (5) (6)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
	2. Contrato por prazo determinado e por prazo indeterminado 3. Espécies de contrato por prazo determinado 4. Terceirização de mão de obra.			Caso (Peso: 4,00) Habilidade, linguística, coerência textual, uso do padrão culto da Língua Portuguesa e dos fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso. M3: 3a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas.	
Analisar os fundamentos da medicina e segurança do trabalho, as medidas preventidas para a saúde e segurança do empregado, bem como, a responsabilidade civil do empregador em caso de doença ocupacional ou acidente do trabalho.	UNIDADE 7 - Medicina e Segurança do Trabalho 1. Conceito e fundamentos legais da medicina e da segurança do trabalho. 2. Órgãos de segurança e medicinada do trabalho 3. Trabalho em ambiente insalubre e trabalho em área de risco ou com produtos perigosos. 4. Responsabilidade civil e trabalhista do empregado no acidente do trabalho e na doença ocupacional.	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com abordagem teórica e prática suportada nos dipositivos da CLT, das Normas Regulamentadoras do MTe e Súmulas do TST.	M3: 3a Atividade Cooperativa - Estudo de Caso (Peso: 4,00) Habilidade, linguística, coerência textual, uso do padrão culto da Língua Portuguesa e dos fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso. M3: 3a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas.	(1) (2) (3) (4) (5) (6)
Analisar e reconhecer o poder de direção do empregado em confronto com o princípio da imodificabilidade das princípias cláusulas do contrato de emprego.	UNIDADE 8 - Alterações do Contrato de Trabalho 1. Alterações de cláusulas do contrato de emprego - prejuízo direito e indireto 2. Alteração do local da prestação de serviços - transferência de empregados.	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com abordagem teórica e prática suportada nos artigos da CLT que tratam da alteração das cláusulas do contrato de emprego.	M3: 3a Atividade Cooperativa - Estudo de Caso (Peso: 4,00) Habilidade, linguística, coerência textual, uso do padrão culto da Língua Portuguesa e dos fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso. M3: 3a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas.	(1) (2) (3) (4) (5) (6)
Conceitura, identificar e distinguir a suspensão e interrupção das cláusulas do contrato de emprego.	UNIDADE 9 - Suspensão e interrupção do contrato de Trabalho 1. Conceito de suspensão e de interrupção das cláusulas do contrato de emprego. 2. Hipóteses de suspensão e interrupção das cláusulas do contrato de emprego.	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com abordagem teórica e prática suportada nos artigos da CLT e na legislação previdenciária aplicável aos contratos de emprego durante sua vigência.	M3: 3a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas.	(1) (2) (3) (4) (5)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) SÜSSEKIND, Arnaldo. Instituições de direito do trabalho: volume 2. 22. ed. atual. São Paulo, SP: LTr, 2005. 752-1645 p. ISBN 8536106549.

(2) SÜSSEKIND, Arnaldo. Instituições de direito do trabalho 1. 22. ed. atual. São Paulo, SP: LTr, 2005. 743 p. ISBN 8536106549.

(3) SÜSSEKIND, Arnaldo. Instituições de direito do trabalho 1. 22. ed. atual. São Paulo, SP: LTr,

2005. 743 p. ISBN 8536106549.

(4) MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 29. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013. xxxiv, 980 p. ISBN 9788522475391.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(5) MARTINS, Sérgio Pinto. Comentários à CLT. 17. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013. xv, 1282 p. ISBN 9788522475230.

(6) NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho. 28. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. 1515 p. ISBN 9788502203167.

(7) MARTINEZ, Luciano. Curso de direito do trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 781 p. ISBN 9788502155800.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Para obtenção das médias (M1, M2 e M3) serão realizadas duas atividades em sala de aula para cada MÉDIA, com os seguintes critérios:
1) uma atividade cooperativa (estudo de caso) na qual será exigido o reconhecimento do conteúdo ministrado em sala de aula para identificação do direito aplicável ao problema e análise dos fundamentos jurídicos respectivos, podendo ser utilizado livremente doutrina e CLT Comentada, cuja nota terá peso quatro (4) na composição da respectiva média;
2) uma prova individual, com consulta à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sem comentários, com questões objetivas e discursivas que abordarão as matérias discutidas em sala de aula, cuja nota terá peso seis (6) na composição da respectiva média;
As atividades cooperativas ocorrerão no terceiro, nono e décimo quinto encontros.
As provas individuais ocorrerão no sexto, décimo segundo e décimo sétimo encontros.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Os alunos que não realizarem as atividades cooperativas e provas individuais nas datas fixadas no presente plano de ensino, poderão fazê-lo na primeira aula subsequente ou no décimo oitavo encontro.

A Semana de Iniciação Científica 2014/II, que ocorrerá entre os dias 17 e 21 de novembro, poderá implicar na antecipação ou prorrogação das atividades previstas para o período, o que será oportunamente ajustado em sala de aula.

Não será permitido utilizar equipamento eletrônico ou aparelhos de telefonia móvel durante as provas individuais.

O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (1a Atividade Cooperativa * 4,00 + 1a Prova Individual * 6,00) / 10,00
M2 = (2a. Atividade Cooperativa * 4,00 + 2a. Prova Individual * 6,00) / 10,00

M3 = (3a Atividade Cooperativa * 4,00 + 3a. Prova Individual * 6,00) / 10,00

Média Final = 6,00

Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1704 - DIREITO PROCESSUAL PENAL I

Professor(es): FABIANO OLDONI

Período: 4º	Ano/Sem.: 2014 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Conhecer e entender o Direito Processual Penal através do estudo da sua formação, do conceito e finalidade, da ação, da jurisdição e competência e dos processos incidentais, com aporte no Código de Processo Penal, na Constituição Federal, na doutrina e nos julgados.

EMENTA

Noções gerais de processo penal. Inquérito policial. Ação penal. Jurisdição e competência. Questões e processos incidentais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Compreender a importância do Direito Processual Penal, tendo em vista o estudo de sua origem, a evolução doutrinária, o conceito e a finalidade. Analisar os princípios do Direito Processual Penal.	UNIDADE 1 - Noções gerais de processo penal 1. História do Direito Processual Penal, Conceito; Finalidade; Relações de Direito Processual Penal 2. Fontes do Direito Processual Penal; A Lei Processual Penal no Tempo e no Espaço; A Lei Processual Penal em relação às pessoas; 3. Interpretação da Lei Processual Penal; Princípios Processuais Penais.	10 h/a 0 h/ext	Aula expositiva; Utilização de recursos audivisuais; Disponibilização de material de apoio para estudos complementares; Estudo de casos e correção em sala de aula das atividades.	M1: Petição - Prova Prática (Peso: 4,00) Metodologia empregada, conforme critérios informados no Plano de Aulas, que se encontra no Ambiente Sophia, pontualidade na entrega das atividades, escrita correta, fundamentação e argumentação jurídica empregada nas Peças Processuais, interpretação de texto. M1: Prova objetiva/dissertativa - Prova Escrita (Peso: 6,00) Metodologia empregada, conforme critérios informados no Plano de Aulas, que se encontra no Ambiente Sophia, pontualidade na entrega das atividades, escrita correta, fundamentação e argumentação jurídica empregada nas Peças Processuais, interpretação de texto.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11) (12) (13)
Identificar a importância do Inquérito Policial para a apuração da infração penal e autoria. Entender a formação do Inquérito Policial, sua natureza jurídica e finalidade.	UNIDADE 2 - Inquérito policial 1. Noções preliminares; Abertura do Inquérito Policial 2. Notícia Crime, Representação Criminal 3. Formação e Desenvolvimento do Inquérito Policial	14 h/a 0 h/ext	Aula expositiva; Utilização de recursos audivisuais; Disponibilização de material de apoio para estudos complementares; Estudo de casos e correção em sala de aula das atividades.	M1: Petição - Prova Prática (Peso: 4,00) Metodologia empregada, conforme critérios informados no Plano de Aulas, que se encontra no Ambiente Sophia, pontualidade na entrega das atividades, escrita correta, fundamentação e argumentação jurídica empregada nas Peças Processuais, interpretação de texto. M1: Prova objetiva/dissertativa - Prova Escrita (Peso: 6,00) Metodologia empregada, conforme critérios informados no Plano de Aulas, que se encontra no Ambiente Sophia, pontualidade na entrega das atividades, escrita correta, fundamentação e argumentação jurídica empregada nas Peças Processuais, interpretação de texto.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Compreender a importância da ação penal, diferenciando a ação penal pública, a ação penal privada e a ação penal privada subsidiária da pública. Demonstrar que a "ação" é um instrumento constitucional incondicionado que tem por objetivo provocar a tutela jurisdicional.	UNIDADE 3 - Ação penal 1. Ação na teoria geral do processo 2. Conceito; Ação penal pública condicionada e incondicionada 3. Ação penal privada e subsidiária 4. Denúncia; Queixa-crime 5. Perempção, Perdão, Renúncia	16 h/a 0 h/ext	Aula expositiva; Utilização de recursos audivisuais; Disponibilização de material de apoio para estudos complementares; Estudo de casos e correção em sala de aula das atividades.	M2: Petição Inicial (Denúncia) - Prova Prática (Peso: 4,00) Metodologia empregada, conforme critérios informados no Plano de Aulas, que se encontra no Ambiente Sophia, pontualidade na entrega das atividades, escrita correta, fundamentação e argumantação jurídica empregada nas Peças Processuais, interpretação de texto. M2: Prova objetiva/dissertativa - Prova Escrita (Peso: 6,00) Metodologia empregada, conforme critérios informados no Plano de Aulas, que se encontra no Ambiente Sophia, pontualidade na entrega das atividades, escrita correta, fundamentação e argumantação jurídica empregada nas Peças Processuais, interpretação de texto.	(1) (2) (3) (4) (5) (7) (8)
Compreender a atuação do Estado através dos órgãos jurisdicionais. Entender a delimitação do poder de julgar.	UNIDADE 4 - Jurisdição e competência 1. Noções gerais; Conceitos 2. Jurisdição e Competência (ratione loci, ratione materiae, ratione personae)	10 h/a 0 h/ext	Aula expositiva; Utilização de recursos audivisuais; Disponibilização de material de apoio para estudos complementares; Estudo de casos e correção em sala de aula das atividades.	M3: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 4,00) Metodologia empregada, conforme critérios informados no Plano de Aulas, que se encontra no Ambiente Sophia, pontualidade na entrega das atividades, escrita correta, fundamentação e argumantação jurídica empregada nas Peças Processuais, interpretação de texto. M3: Prova objetiva/dissertativa - Prova Escrita (Peso: 6,00) Metodologia empregada, conforme critérios informados no Plano de Aulas, que se encontra no Ambiente Sophia, pontualidade na entrega das atividades, escrita correta, fundamentação e argumantação jurídica empregada nas Peças Processuais, interpretação de texto.	(1) (2) (3) (4) (5) (7) (8)
Examinar as questões e processos incidentais. Detectar as controvérsias que surgem no curso de um processo e que devem ser solucionadas pelo juízo antes do julgamento da causa principal.	UNIDADE 5 - Questões e processos incidentais 1. Questões prejudiciais; Exceções; Conflito de Jurisdição 2. Restituição de coisa apreendida; Medidas assecuratórias; 3. Incidente de falsidade; Incidente de insanidade mental do acusado	10 h/a 0 h/ext	Aula expositiva; Utilização de recursos audivisuais; Disponibilização de material de apoio para estudos complementares; Estudo de casos e correção em sala de aula das atividades.	M3: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 4,00) Metodologia empregada, conforme critérios informados no Plano de Aulas, que se encontra no Ambiente Sophia, pontualidade na entrega das atividades, escrita correta, fundamentação e argumantação jurídica empregada nas Peças Processuais, interpretação de texto. M3: Prova objetiva/dissertativa - Prova Escrita (Peso: 6,00) Metodologia empregada, conforme critérios informados no Plano de Aulas, que se encontra no Ambiente Sophia, pontualidade na entrega das atividades, escrita correta, fundamentação e argumantação jurídica empregada nas Peças Processuais, interpretação de texto.	(1) (2) (3) (4) (5) (7) (8)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal 2. 31. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. xix, 853 p. ISBN 9788502076761 (v. 2).

(2) NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. 6. ed., rev. , atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2010. 1070 p. ISBN 9788520336410.

(3) LOPES JÚNIOR, Aury. Direito processual penal e sua conformidade constitucional 1. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2010. xlvi, 729 p. ISBN 9788537507568.

(7) TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal 1. 33. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 713 p. ISBN 9788502021846 (obra completa).

(8) LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal 1. Niterói, RJ: Impetus, 2011. 1540 p. ISBN 9788576265122.

(12) ROSA, Alexandre Morais da. Guia compacto do processo penal conforme a teoria dos jogos. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2013. 176 p. ISBN 9788537522356.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) LOPES JÚNIOR, Aury. Introdução crítica ao processo penal (fundamentos da instrumentalidade constitucional). 4. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2006. xl, 315 p. ISBN 8573879114.

(5) BONFIM, Edilson Mougenot. Curso de processo penal. 5. edição revista e atualizada. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 887 p. ISBN 9788502089426.

(9) ZAFFARONI, Eugenio Raúl. O inimigo no direito penal. Rio de Janeiro, RJ: Revan, ©2007. 222 p. ((Pensamento criminológico); 14). ISBN 8571063583.

(10) ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2012. 281p. ISBN 8571060320.

(11) OLIVEIRA, Álvaro Borges de; OLDONI, Fabiano. Aquisição da propriedade ilícita pela usucapião. [1. ed]. Jundiaí, SP: Paco Editorial, c2013. 125 p. ISBN 9788581481142.

(13) CHAVES JUNIOR, Airto; OLDONI, Fabiano. Para que(m) serve o Direito Penal? uma análise criminológica da seletividade dos segmentos de controle social. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2014. 243 p. ISBN 9788567595962.

(6) ROSA, Alexandre Morais da; SILVEIRA FILHO, Sylvio Lourenço da. Para um processo penal democrático: crítica à metástase do sistema de controle social. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2011.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Participação nas aulas; metodologia empregada nos trabalhos, conforme critérios informados no Plano de Aulas; pontualidade na entrega das atividades; escrita correta; fundamentação e argumentação jurídica empregada nas peças processuais; interpretação de texto.

O Projeto Direito e Literatura busca analisar o direito a partir de obras literárias escritas ou filmadas, entrelaçamento possível e necessário para a melhor compreensão prática e teórica da disciplina. O critério de avaliação será a participação do acadêmico na aula e na elaboração de análise coerente com o assunto proposto.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1) O aluno que obtiver entre 16,8 e 17,3 pontos na soma das três Médias Parciais, poderá apresentar fichamento com mínimo de 05 folhas (letra times, fonte 12, espaço 1,5 cm entre linhas, sem capa), sobre texto disponibilizado pelo professor com o nome de TRABALHO EXTRA. O fichamento poderá ter no máximo 3 citações literal do texto com até 5 linhas cada. O texto privilegiará o entendimento do aluno acerca do conteúdo lido. O fichamento deverá ser enviado para o e-mail oldoni@univali.br na data limite informada pelo professor. Trabalhos após esta data não serão aceitos. Para a obtenção dos pontos necessários para a complementação da média final o fichamento deverá alcançar a nota 08 (oito).

2) De 17 a 21 de novembro de 2014 será realizada a Semana de Iniciação Científica. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso o professor componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pelo professor. Outros casos de participação serão acordados com o professor da aula que coincide com a referida banca.

3) O material de apoio será disponibilizado no espaço da disciplina denominado material didático.

4) Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.

5) As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

6) O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.

7) Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Petição * 4,00 + Prova objetiva/dissertativa * 6,00) / 10,00
M2 = (Petição Inicial (Denúncia) * 4,00 + Prova objetiva/dissertativa * 6,00) / 10,00
M3 = (Estudo de Caso * 4,00 + Prova objetiva/dissertativa * 6,00) / 10,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 6188 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

Professor(es): FERNANDA SELL DE SOUTO GOULART FERN

Período: 4º	Ano/Sem.: 2014 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Capacitar profissionais do Direito, direcionados ao exercício das diversas atividades da área jurídica para o compromisso com o ideal de Justiça e com o processo de transformação da ordem sócio-política e técnico-jurídica. Conhecer a Lei Adjetiva visando a prática do cotidiano.

EMENTA

Processo e Procedimento. Ação e partes. Despesas processuais. Litisconsórcio e Assistência. Intervenção de terceiros. Ministério Público. Auxiliares da Justiça. Competência. Juiz. Atos processuais. Nulidades Processuais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 54 h.a. + Total C.H. Avaliações: 18 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conhecer, identificar e diferenciar Processo e Procedimento	UNIDADE 1 - Processo e Procedimento 1. Conceito, distinções, pressupostos para fundamentação teórica	3 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas. Recursos: textos, fichamento, transparências e/ou data show	M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M1: Prova Oral - Prova Oral (Peso: 6,00) A prova será oral, envolvendo questões já realizadas em concursos públicos da área jurídica, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões orais. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M1: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso:	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) A prova será discursiva, envolvendo questões já realizadas em concursos públicos da área jurídica, nos moldes da OAB, Magistratura, Ministério Público, Procurador, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões discursivas. A avaliação serão somente com consulta da legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M3: Apresentação de Seminário - Fichamento (Peso: 3,00) Os acadêmicos, em grupos, apresentarão seminário sobre a obra Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Nesta data, ainda, entregarão fichamento com interpretação crítica (caderno 4) sobre a obra. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) Clareza, objetividade e demonstração de conhecimento.A prova desta unidade será objetiva e discursiva, abrangendo toda a matéria do semestre. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M3: Atividade Curricular - Atividade	

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.	
Compreender a conceituação de ação e partes no processo. Identificar as teorias do direito de ação. Verificar os requisitos para ser parte no processo.	UNIDADE 2 - Ação e partes 1. Conceito e identificação de ação na CRFB/88 e CPC 2. Partes: fundamentação e demonstração prática.	6 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas. Recursos: textos, transparências e/ou data show, além de aulas no laboratório se necessário.	M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M1: Prova Oral - Prova Oral (Peso: 6,00) A prova será oral, envolvendo questões já realizadas em concursos públicos da área jurídica, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões orais. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M1: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) A prova será discursiva, envolvendo questões já realizadas em concursos públicos da área jurídica, nos moldes da OAB, Magistratura, Ministério Público, Procurador, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões discursivas. A avaliação serão somente com consulta da legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M3: Apresentação de Seminário - Fichamento (Peso: 3,00) Os acadêmicos, em grupos, apresentarão seminário sobre a obra Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Nesta data, ainda, entregarão fichamento com interpretação crítica (caderno 4) sobre a obra. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) Clareza, objetividade e demonstração de conhecimento.A prova desta unidade será objetiva e discursiva, abrangendo toda a matéria do semestre. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.	
Identificar as despesas processuais conforme o vigente Código de Processo Civil. Verificar a distinção entre taxas e custas. Analisar o acesso a justiça em face das despesas.	UNIDADE 3 - Despesas processuais 1. Analisar as categorias correspondentes as despesas processuais no CPC	2 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas. Recursos: textos, transparências e/ou data show, além de aulas no laboratório se necessário.	M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M1: Prova Oral - Prova Oral (Peso: 6,00) A prova será oral, envolvendo questões já	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				realizadas em concursos públicos da área jurídica, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões orais. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M1: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) A prova será discursiva, envolvendo questões já realizadas em concursos públicos da área jurídica, nos moldes da OAB, Magistratura, Ministério Público, Procurador, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões discursivas. A avaliação serão somente com consulta da legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa	

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M3: Apresentação de Seminário - Fichamento (Peso: 3,00) Os acadêmicos, em grupos, apresentarão seminário sobre a obra Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Nesta data, ainda, entregarão fichamento com interpretação crítica (caderno 4) sobre a obra. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) Clareza, objetividade e demonstração de conhecimento.A prova desta unidade será objetiva e discursiva, abrangendo toda a matéria do semestre. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.	
Conhecer, identificar e diferenciar os institutos do Litisconsórcio e da Assistência conforme o Código de Processo Civil Brasileiro.	UNIDADE 4 - Litisconsórcio e Assistência 1. Definição e Posição Teórica 2. Causas e Efeitos	6 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas. Recursos: textos, transparências e/ou data show, além de aulas no laboratório se necessário.	M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M1: Prova Oral - Prova Oral (Peso: 6,00) A prova será oral, envolvendo questões já realizadas em concursos públicos da área jurídica, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões orais. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M1: Atividade Curricular - Atividade	(1) (2) (3) (4)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) A prova será discursiva, envolvendo questões já realizadas em concursos públicos da área jurídica, nos moldes da OAB, Magistratura, Ministério Público, Procurador, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões discursivas. A avaliação serão somente com consulta da legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M3: Apresentação de Seminário - Fichamento (Peso: 3,00) Os acadêmicos, em grupos, apresentarão seminário sobre a obra Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Nesta data, ainda, entregarão fichamento com interpretação crítica (caderno 4) sobre a obra. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) Clareza, objetividade e demonstração de conhecimento.A prova desta unidade será objetiva e discursiva, abrangendo toda a matéria do semestre. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação.	

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.	
Conhecer os fundamentos e a importância da categoria referente a intervenção de terceiros no processo. identificar e diferencia-las quanto a utilidade no processo.	UNIDADE 5 - Intervenção de terceiros 1. Definição, meio de de defesa e técnicas aplicáveis. 2. Análise de acórdão	6 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas. Recursos: textos, transparências e/ou data show, além de aulas no laboratório se necessário.	M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) A prova será discursiva, envolvendo questões já realizadas em concursos públicos da área jurídica, nos moldes da OAB, Magistratura, Ministério Público, Procurador, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões discursivas. A avaliação serão somente com consulta da legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo	(5) (6) (7) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M3: Apresentação de Seminário - Fichamento (Peso: 3,00) Os acadêmicos, em grupos, apresentarão seminário sobre a obra Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Nesta data, ainda, entregarão fichamento com interpretação crítica (caderno 4) sobre a obra. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) Clareza, objetividade e demonstração de conhecimento.A prova desta unidade será objetiva e discursiva, abrangendo toda a matéria do semestre. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.	
Situar o Ministério Público na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e no Código de Processo Civil.	UNIDADE 6 - Ministério Público 1. Definição, importância, atuação, particularidades garantias e pressupostos de validade no processo.	3 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas. Recursos: textos, transparências e/ou data show, além de aulas no laboratório se necessário.	M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) A prova será discursiva, envolvendo questões já realizadas em concursos públicos da área jurídica, nos moldes da OAB, Magistratura, Ministério Público, Procurador, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões discursivas. A avaliação serão somente com consulta da legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda	(5) (6) (7) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M3: Apresentação de Seminário - Fichamento (Peso: 3,00) Os acadêmicos, em grupos, apresentarão seminário sobre a obra Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Nesta data, ainda, entregarão fichamento com interpretação crítica (caderno 4) sobre a obra. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) Clareza, objetividade e demonstração de conhecimento.A prova desta unidade será objetiva e discursiva, abrangendo toda a matéria do semestre. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.	
Conhecer e identificar os auxiliares da Justiça conforme o Código de Processo Civil e a estrutura do Poder Judiciário Catarinense.	UNIDADE 7 - Auxiliares da Justiça 1. Identificação e funções conforme artigos do CPC	2 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas. Recursos: textos, transparências e/ou data show, além de aulas no laboratório se necessário.	M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) A prova será discursiva, envolvendo questões já realizadas em concursos públicos da área jurídica, nos moldes da OAB, Magistratura, Ministério Público, Procurador, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese	(1) (2) (3) (4)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões discursivas. A avaliação serão somente com consulta da legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M3: Apresentação de Seminário - Fichamento (Peso: 3,00) Os acadêmicos, em grupos, apresentarão seminário sobre a obra Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Nesta data, ainda, entregarão fichamento com interpretação crítica (caderno 4) sobre a obra. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) Clareza, objetividade e demonstração de conhecimento.A prova desta unidade será objetiva e discursiva, abrangendo toda a matéria do semestre. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.	
Conceituar competência e reconhecer a sua importância para o Processo Civil Brasileiro.	UNIDADE 8 - Competência 1. Definição e importância para a Ciência Processual 2. Forma de estabelecimento e consequências	10 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas. Recursos: textos, transparências e/ou data show, além de aulas no laboratório se necessário.	M3: Apresentação de Seminário - Fichamento (Peso: 3,00) Os acadêmicos, em grupos, apresentarão seminário sobre a obra Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Nesta data, ainda, entregarão fichamento com interpretação crítica (caderno 4) sobre a obra. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) Clareza, objetividade e demonstração de conhecimento.A prova desta unidade será objetiva e discursiva, abrangendo toda a matéria do semestre. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização	(1) (2) (3) (4)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.	
Reconhecer o Juiz como dirigente do Processo.	UNIDADE 9 - Juiz 1. Definição e posição segundo a CRFB/88 e CPC 2. Juiz	2 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas. Recursos: textos, transparências e/ou data show, além de aulas no laboratório se necessário.	M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) A prova será discursiva, envolvendo questões já realizadas em concursos públicos da área jurídica, nos moldes da OAB, Magistratura, Ministério Público, Procurador, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões discursivas. A avaliação serão somente com consulta da legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M3: Apresentação de Seminário - Fichamento (Peso: 3,00) Os acadêmicos, em grupos, apresentarão seminário sobre a obra Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Nesta data, ainda, entregarão fichamento com interpretação crítica (caderno 4) sobre a obra. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) Clareza, objetividade e demonstração de conhecimento.A prova desta unidade será	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				objetiva e discursiva, abrangendo toda a matéria do semestre. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.	
Identificar e conceituar os atos processuais.	UNIDADE 10 - Atos processuais 1. Definição, importância e reflexos no andamento do processo	2 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas. Recursos: textos, transparências e/ou data show, além de aulas no laboratório se necessário.	M3: Apresentação de Seminário - Fichamento (Peso: 3,00) Os acadêmicos, em grupos, apresentarão seminário sobre a obra Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Nesta data, ainda, entregarão fichamento com interpretação crítica (caderno 4) sobre a obra. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) Clareza, objetividade e demonstração de conhecimento.A prova desta unidade será objetiva e discursiva, abrangendo toda a matéria do semestre. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)
Conhecer e identificar as nulidades Processuais no Código de Processo Civil e as conseqências jurídicas das mesmas.	UNIDADE 11 - Nulidades Processuais. 1. Conceito e localização no CPC 2. Nulidades Processuais 3. Nulidades Processuais	12 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas. Recursos: textos, transparências e/ou data show, além de aulas no laboratório se necessário.	M3: Apresentação de Seminário - Fichamento (Peso: 3,00) Os acadêmicos, em grupos, apresentarão seminário sobre a obra Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Nesta data, ainda, entregarão fichamento com interpretação crítica (caderno 4) sobre a obra. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) Clareza, objetividade e demonstração de conhecimento.A prova desta unidade será objetiva e discursiva, abrangendo toda a matéria do semestre. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.	

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(3) DESTEFENNI, Marcos. Curso de processo civil 1: processo de conhecimento e cumprimento da sentença. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. xxxiv, 474 p. ISBN 978850206976 (v.1).

(4) THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil 1: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 47. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2007. xvi, 861 p. ISBN 9788530925369.

(5) WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil 1: teoria geral do processo e processo de conhecimento. 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2007. 652 p. ISBN 9788520330425 (v. 1).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(1) ARAÚJO JUNIOR, Gediel Claudino de. Prática no processo civil: cabimento / ações diversas; competência; procedimentos; petições, modelos. 12. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2009. x, 774p. ISBN 97885224453207.

(2) DESTEFENNI, Marcos. Curso de processo civil 1: processo de conhecimento e cumprimento da sentença. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. xxxiv, 474 p. ISBN 978850206976 (v.1).

(6) NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. Volume único. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Método, 2013. liv, 1502 p. ISBN 9788530944735.

(7) DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil 1: Teoria geral do processo e processo de conhecimento. 11. ed., rev., ampl. e atual. Salvador, BA: Editora Juspodivm, 2009. 600 p. (Curso de direito processual civil ; v.1). ISBN 8577611639 (v.1).

(8) CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. Volume 1. 16. ed. rev. atual. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2007. 549 p. ISBN 9788537500293.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Para fins da avaliação da aprendizagem individual de cada aluno serão adotados os critérios de avaliação definidos neste Plano de Ensino, conforme cada atividade (individual ou grupal) e levando-se em consideração o instrumento de avaliação utilizado.

MÉDIA 1:

SOLUÇÃO DE PROBLEMAS: situação problema selecionada pelo professor a ser solucionada

(individual ou grupal) no término de cada aula.
Peso da atividade: peso 1.

AVALIAÇÃO ESCRITA: Prova com questões objetivas e/ou discursivas.
Data:22/08
Peso da atividade: peso 3.
Conteúdo: Matéria dos encontros 1, 2 e 3.

AVALIAÇÃO ORAL: Prova oral individual.
Data: 12/09
Peso da atividade: peso 6.
Conteúdo: Matéria dos encontros 1, 2, 3, 4 e 5.

MÉDIA 2:

SOLUÇÃO DE PROBLEMAS: situação problema selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.
Peso da atividade: peso 1.

AVALIAÇÃO ESCRITA: Prova com questões objetivas e/ou discursivas.
Data:03/10
Peso da atividade: peso 3.
Conteúdo: Matéria dos encontros da M1, 7, 8 e 9.

AVALIAÇÃO ESCRITA: Prova com questões discursivas.
Data: 24/10
Peso da atividade: peso 6.
Conteúdo: Matéria dos encontros da M1, 7, 8, 9, 10 e 11.

MÉDIA 3:

SOLUÇÃO DE PROBLEMAS: situação problema selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. Peso da atividade: peso 1.

APRESENTAÇÃO DE SEMINÁRIO: A turma será dividida em grupos para apresentação de seminário e debate acerca da Obra: Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Os alunos deverão, ainda, entregar Fichamento com interpretação crítica sobre a obra com o referente Democracia e/ou Acesso à justiça, que deverá ser entregue, improrrogavelmente, nesta data.
Data: 07/11

AVALIAÇÃO ESCRITA: Prova com questões objetivas e/ou discursivas.
Data:28/11
Peso da atividade: peso 6.
Conteúdo: Matéria de todos os encontros (M1, M2 e M3).

Objetivos de aprendizagem:

Prova Escrita:

Discursiva: exigir do aluno habilidades que envolvem além da aquisição do conhecimento, da análise e da síntese, a organização, comunicação e expressão do pensamento.

Objetiva: o aluno deverá demonstrar habilidade de interpretar, analisando diversos aspectos da situação problema, relacionados entre si para indicar os procedimentos.

Solução de Problema: trabalhar o pensamento reflexivo e crítico, o levantamento de hipóteses, a descoberta de soluções alternativas para determinado problema e a utilização da capacidade criativa.

Prova Oral: Domínio do Conteúdo.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1) ESTE PLANO DE ENSINO PODERÁ SOFRER ALTERAÇÕES DE ACORDO COM O DESENVOLVIMENTO DAS AULAS, DISPONIBILIDADE DE TEMPO E IMPORTÂNCIA DOS CONTEÚDOS, BEM COMO LEVARÁ EM CONSIDERAÇÃO AS NOVAS REFORMULAÇÕES DAS EMENTAS DA DISCIPLINA.

2) NO PERÍODO DE 17 A 21 DE NOVEMBRO, CASO A PROFESSORA ESTEJA EM BANCA, OS ALUNOS DEVERÃO PARTICIPAR DA SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO, COMPUTANDO-SE COMO HORA-AULA E CUJA PRESENÇA SERÁ OBRIGATÓRIA, CONFORME DETERMINAÇÕES DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO.

3) O AMBIENTE "MATERIAL DIDÁTICO" SERÁ UTILIZADO COMO FERRAMENTA DE APOIO PARA AS AULAS.

Aspectos importantes:

a) incentivar o aluno a ter uma visão crítica do Direito propiciando a criação de raciocínio jurídico;
b) o conhecimento deve ser construído conjuntamente pelo Professor e aluno;
c) utilizar a legislação, doutrina e jurisprudência na criação e transmissão do conhecimento;
d) sempre que possível fazer uso da interdisciplinaridade;
e) abordar sobre as soluções não jurisdicionais dos conflitos de interesse;
f) eliminação de atitudes autoritárias e estímulo ao diálogo,
g) incentivar os alunos a participarem de grupos de estudos, seminários, congressos, concursos de monografias, semanas científicas, artigos científicos, etc.;
h) abordar sempre que possível a importância dos estágios, da realização da monografia ao final do curso, Exames da OAB e demais concursos jurídicos;
i) estimular a pesquisa e a leitura.

Observações importantes:

a) Durante o presente semestre duas aulas poderão ser utilizadas para atividades de extensão.
b) os horários das aulas deverão ser obedecidos rigorosamente pelos alunos e pelo Professor;

c) o controle de freqüência será feito pelo Professor da disciplina, de forma verbal e individual, através do Diário On Line (conforme normas da Universidade) sendo de inteira responsabilidade do aluno o seu controle;
d) não haverá abono de faltas, salvo nos casos previstos e autorizados pelo Regimento da Universidade;
e) não será permitido o uso de aparelhos de telefone celular no interior da sala durante o desenvolvimento das aulas.
f) os pedidos de revisão de provas e justificativa de faltas deverão ser feitos na forma regimental.
g) os pedidos regulamentares de segunda chamada de prova se realizarão através de prova oral no 18º encontro.
h) qualquer tentativa de uso ou uso efetivo de meios ilícitos de consulta nas provas acarretará nota ZERO ao acadêmico infrator.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova Escrita * 3,00 + Prova Oral * 6,00 + Atividade Curricular * 1,00) / 10,00
M2 = (Prova Escrita * 3,00 + Prova Escrita * 6,00 + Atividade Curricular * 1,00) / 10,00
M3 = (Apresentação de Seminário * 3,00 + Prova Escrita * 6,00 + Atividade Curricular * 1,00) / 10,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

Digitally signed by FATIMA CATARINA BARBI:06110548928
Date: 2024.05.13 18:12:18 -03:00

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
www.univali.br/validadoc
Para isso, informe o código do documento digital: 835642 e a chave de acesso: 5122368.

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO Alterado em 09/09/15, Validado em 02/08/15 e Revisado em 30/09/15

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1703 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

Professor(es): GEOVANA DA CONCEICAO

Período: 5º	Ano/Sem.: 2015 / 2 Classe: 1
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Identificar as regras pertinentes ao Direito Processual Civil, no que tange ao Procedimento Comum (Sumário e Ordinário).

EMENTA

Procedimento Sumário. Procedimento Ordinário. Resposta do réu. Revelia. Prova. Audiência. Sentença. Processo nos Tribunais. Ação Rescisória.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conhecer e identificar os procedimentos inerentes ao procedimento comum sumário, com ênfase na prática forense, trazendo ao acadêmico os conhecimentos básicos necessários ao desenvolvimento de uma carreira jurídica, quanto ao conteúdo de Direito Processual Civil, familiarizando-o com os principais intistutos do Direito.	UNIDADE 1 - Procedimento Sumário 1. Fases do procedimento sumário. 2. Diferenças entre o procedimento ordinário e o procedimento sumário. 3. FASE POSTULATÓRIA n rito sumário: Petição Inicial no rito sumário - rol de testemunhas, perícia, quesitos, assistente técnico. 4. Citação no rito sumário. 5. Audiência Preliminar no rito sumário: resposta do réu; FASE DE SANEAMENTO. 6. Resposta do réu no rito sumário: rol de testemunhas, perícia, quesitos, assistente técnico. 7. Revelia no rito sumário. 8. FASE INSTRUTÓRIA no rito sumário: audiência de instrução e julgamento. 9. Provas no rito sumário: momento da prova - requerimento, deferimento e produção. 10. FASE DECISÓRIA no	10 h/a 0 h/ext	O estudo e a compreensão do conteúdo programático será desenvolvido através da técnica convencional, ou seja, aula expositiva por parte do professor com a participação dos alunos através de questionamentos e debates orais. A aula contará ainda com o auxílio do recurso visual, datashow, análise de textos doutrinários.	M1: AVALIAÇÃO ESCRITA - Prova Escrita (Peso: 1,00) O conteúdo desta unidade será avaliado conforme as atividades avaliativas especificadas neste plano de ensino (campo “Outros Critérios de Avaliação”), de acordo com o andamento das aulas e encontros determinados, considerando-se o prazo para o fechamento e entrega das respectivas médias (M1, M2 e M3). M1: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 1,00) O conteúdo desta unidade será avaliado conforme as atividades avaliativas especificadas neste plano de ensino (campo “Outros Critérios de Avaliação”), de acordo com o andamento das aulas e encontros determinados, considerando-se o prazo para o fechamento e entrega das respectivas médias (M1, M2 e M3). M2: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 1,00) O conteúdo desta unidade será avaliado conforme as atividades avaliativas especificadas neste plano de ensino (campo “Outros Critérios de Avaliação”), de acordo com o andamento das aulas e encontros determinados, considerando-se o prazo para o fechamento e entrega das respectivas médias (M1, M2 e M3). M3: Apresentação em Grupos - Seminário (Peso: 1,00) O conteúdo desta unidade será avaliado conforme as atividades avaliativas especificadas neste plano de ensino (campo “Outros Critérios de	(3) (5) (6) (7) (8) (11) (12)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
	rito sumário: sentença.			Avaliação"), de acordo com o andamento das aulas e encontros determinados, considerando-se o prazo para o fechamento e entrega das respectivas médias (M1, M2 e M3).	
Conhecer e identificar os procedimentos inerentes ao procedimento comum ordinário, com ênfase na prática forense, trazendo ao acadêmico os conhecimentos básicos necessários ao desenvolvimento de uma carreira jurídica, quanto ao conteúdo de Direito Processual Civil, familiarizando-o com os principais institutos do Direito.	UNIDADE 2 - Procedimento Ordinário 1. FASE POSTULATÓRIA 2. Petição Inicial: requisitos do art. 282, do CPC. 3. Pedido: requisitos; pedido mediato e pedido imediato; pedido cominatório; pedido alternativo; pedido sucessivo; pedido de prestações periódicas; pedidos cumulados. 4. Regras de interpretação do pedido. Pedido explícito. Pedido implícito. 5. Aditamento do pedido e Emenda ao pedido. 6. Antecipação dos efeitos da tutela. 7. Fungibilidade: antecipação da tutela e medida de natureza cautelar. 8. Saneamento da petição inicial. 9. Casos de indeferimento da petição inicial. 10. Citação no rito ordinário.	10 h/a 0 h/ext	O estudo e a compreensão do conteúdo programático será desenvolvido através da técnica convencional, ou seja, aula expositiva por parte do professor com a participação dos alunos através de questionamentos e debates orais. A aula contará ainda com o auxílio do recurso visual, datashow, análise de textos doutrinários.	M1: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 1,00) O conteúdo desta unidade será avaliado conforme as atividades avaliativas especificadas neste plano de ensino (campo "Outros Critérios de Avaliação"), de acordo com o andamento das aulas e encontros determinados, considerando-se o prazo para o fechamento e entrega das respectivas médias (M1, M2 e M3). M2: AVALIAÇÃO ESCRITA - Prova Escrita (Peso: 1,00) O conteúdo desta unidade será avaliado conforme as atividades avaliativas especificadas neste plano de ensino (campo "Outros Critérios de Avaliação"), de acordo com o andamento das aulas e encontros determinados, considerando-se o prazo para o fechamento e entrega das respectivas médias (M1, M2 e M3). M2: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 1,00) O conteúdo desta unidade será avaliado conforme as atividades avaliativas especificadas neste plano de ensino (campo "Outros Critérios de Avaliação"), de acordo com o andamento das aulas e encontros determinados, considerando-se o prazo para o fechamento e entrega das respectivas médias (M1, M2 e M3). M3: Apresentação em Grupos - Seminário (Peso: 1,00) O conteúdo desta unidade será avaliado conforme as atividades avaliativas especificadas neste plano de ensino (campo "Outros Critérios de Avaliação"), de acordo com o andamento das aulas e encontros determinados, considerando-se o prazo para o fechamento e entrega das respectivas médias (M1, M2 e M3).	(3) (5) (6) (7) (8) (10) (11) (12)
Conhecer e identificar os procedimentos inerentes ao procedimento comum ordinário, com ênfase na prática forense, trazendo ao acadêmico os conhecimentos básicos necessários ao desenvolvimento de uma carreira jurídica, quanto ao conteúdo de Direito	UNIDADE 3 - Resposta do réu 1. Contestação: ônus da impugnação especificada; preliminares de mérito do art. 301; mérito (fatos, fundamentos jurídicos da defesa e requerimentos). 2. Reconvenção: conexão	4 h/a 0 h/ext	O estudo e a compreensão do conteúdo programático será desenvolvido através da técnica convencional, ou seja, aula expositiva por parte do professor com a participação dos alunos através de questionamentos e debates	M2: AVALIAÇÃO ESCRITA - Prova Escrita (Peso: 1,00) O conteúdo desta unidade será avaliado conforme as atividades avaliativas especificadas neste plano de ensino (campo "Outros Critérios de Avaliação"), de acordo com o andamento das aulas e encontros determinados, considerando-se o prazo para o fechamento e entrega das respectivas médias (M1, M2 e	(3) (5) (6) (7) (8) (10) (11) (12)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Processual Civil, familiarizando-o com os principais institutos do Direito.	com a lide principal; independência; requisitos. 3. Exceções de incompetência, de suspeição e de impedimento. 4. Impugnações ao valor da causa, ao pedido de assistência judiciária gratuita e ao pedido de justiça gratuita.		orais. A aula contará ainda com o auxílio do recurso visual, datashow, análise de textos doutrinários.	M3). M2: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 1,00) O conteúdo desta unidade será avaliado conforme as atividades avaliativas especificadas neste plano de ensino (campo “Outros Critérios de Avaliação”), de acordo com o andamento das aulas e encontros determinados, considerando-se o prazo para o fechamento e entrega das respectivas médias (M1, M2 e M3). M3: Apresentação em Grupos - Seminário (Peso: 1,00) O conteúdo desta unidade será avaliado conforme as atividades avaliativas especificadas neste plano de ensino (campo “Outros Critérios de Avaliação”), de acordo com o andamento das aulas e encontros determinados, considerando-se o prazo para o fechamento e entrega das respectivas médias (M1, M2 e M3).	
Conhecer e identificar os procedimentos inerentes ao procedimento comum ordinário, com ênfase na prática forense, trazendo ao acadêmico os conhecimentos básicos necessários ao desenvolvimento de uma carreira jurídica, quanto ao conteúdo de Direito Processual Civil, familiarizando-o com os principais institutos do Direito, especialmente com os efeitos da inatividade processual.	UNIDADE 4 - Revelia 1. Efeitos da revelia: formal e material. 2. Casos em que não se aplica a revelia. 3. Julgamento do processo em razão da revelia: não obrigatoriedade (possibilidade de produção de provas mesmo quando ocorre a revelia). 4. FASE DE SANEAMENTO PROCESSO no rito ordinário: providências preliminares. 5. Julgamento do processo ante a ocorrência de revelia. 6. Questão incidente (questão incidental e questão prejudicial). Suspensão do processo. 7. Julgamento antecipado da lide: questão de direito ou questão de fato e de direito (desnecessidade de dilação probatória). 8. Despacho saneador: saneamento de eventuais vícios processuais; designação de audiência preliminar (art. 331) ,	8 h/a 0 h/ext	O estudo e a compreensão do conteúdo programático será desenvolvido através da técnica convencional, ou seja, aula expositiva por parte do professor com a participação dos alunos através de questionamentos e debates orais. A aula contará ainda com o auxílio do recurso visual, datashow, análise de textos doutrinários.	M2: AVALIAÇÃO ESCRITA - Prova Escrita (Peso: 1,00) O conteúdo desta unidade será avaliado conforme as atividades avaliativas especificadas neste plano de ensino (campo “Outros Critérios de Avaliação”), de acordo com o andamento das aulas e encontros determinados, considerando-se o prazo para o fechamento e entrega das respectivas médias (M1, M2 e M3). M2: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 1,00) O conteúdo desta unidade será avaliado conforme as atividades avaliativas especificadas neste plano de ensino (campo “Outros Critérios de Avaliação”), de acordo com o andamento das aulas e encontros determinados, considerando-se o prazo para o fechamento e entrega das respectivas médias (M1, M2 e M3). M3: Apresentação em Grupos - Seminário (Peso: 1,00) O conteúdo desta unidade será avaliado conforme as atividades avaliativas especificadas neste plano de ensino (campo “Outros Critérios de Avaliação”), de acordo com o andamento das aulas e encontros determinados, considerando-se o prazo para o fechamento e entrega das respectivas médias (M1, M2 e M3).	(3) (5) (6) (7) (8) (12)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
	determinação de especificação dos fatos controversos e dos meios de prova a serem produzidos.				
Conhecer e identificar os procedimentos inerentes ao procedimento comum ordinário, com ênfase na prática forense, trazendo ao acadêmico os conhecimentos básicos necessários ao desenvolvimento de uma carreira jurídica, quanto ao conteúdo de Direito Processual Civil, familiarizando-o com os principais institutos do Direito, especialmente os meios de prova admitidos na processualística vigente.	UNIDADE 5 - Prova 1. Os meios de prova admitidos no Processo Civil Brasileiro (art. 332, do CPC). 2. Ônus da prova: autor e réu (art. 333, do CPC). 3. Inversão do ônus da prova no Processo Civil Brasileiro. 4. Meios de prova previstos no Código de Processo Civil: depoimento pessoal; confissão; exibição de documento ou coisa; prova documental; prova testemunhal; prova pericial; inspeção judicial. 5. Momento da da prova: requerimento, deferimento e produção. 6. Prova lícita e prova ilícita. 7. As novas tecnologias. 8. Prova ilícita e o princípio da proporcionalidade. 9. Teoria da árvore dos frutos podres. 10. Interceptações telefônicas e outros direitos constitucionais. 11. Prova emprestada.	11 h/a 0 h/ext	O estudo e a compreensão do conteúdo programático será desenvolvido através da técnica convencional, ou seja, aula expositiva por parte do professor com a participação dos alunos através de questionamentos e debates orais. A aula contará ainda com o auxílio do recurso visual, datashow, análise de textos doutrinários.	M3: Apresentação em Grupos - Seminário (Peso: 1,00) O conteúdo desta unidade será avaliado conforme as atividades avaliativas especificadas neste plano de ensino (campo “Outros Critérios de Avaliação”), de acordo com o andamento das aulas e encontros determinados, considerando-se o prazo para o fechamento e entrega das respectivas médias (M1, M2 e M3). M3: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 1,00) O conteúdo desta unidade será avaliado conforme as atividades avaliativas especificadas neste plano de ensino (campo “Outros Critérios de Avaliação”), de acordo com o andamento das aulas e encontros determinados, considerando-se o prazo para o fechamento e entrega das respectivas médias (M1, M2 e M3).	(3) (5) (6) (7) (8) (10) (11)
Conhecer e identificar os procedimentos inerentes ao procedimento comum ordinário, com ênfase na prática forense, trazendo ao acadêmico os conhecimentos básicos necessários ao desenvolvimento de uma carreira jurídica, quanto ao conteúdo de Direito Processual Civil, familiarizando-o com os principais institutos do Direito, especialmente os procedimentos a serem adotados	UNIDADE 6 - Audiência 1. AUDIÊNCIA PRELIMINAR NO RITO ORDINÁRIO (art. 331, do CPC). 2. Tríplice função: conciliação, fixação dos pontos controvertidos e especificação dos meios de prova, e, resolução de questões pendentes. 3. Saneamento do processo na audiência preliminar. 9. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇ E JULGAMENTO NO RITO	8 h/a 0 h/ext	O estudo e a compreensão do conteúdo programático será desenvolvido através da técnica convencional, ou seja, aula expositiva por parte do professor com a participação dos alunos através de questionamentos e debates orais. A aula contará ainda com o auxílio do recurso visual, datashow, análise de textos doutrinários.	M3: Apresentação em Grupos - Seminário (Peso: 1,00) O conteúdo desta unidade será avaliado conforme as atividades avaliativas especificadas neste plano de ensino (campo “Outros Critérios de Avaliação”), de acordo com o andamento das aulas e encontros determinados, considerando-se o prazo para o fechamento e entrega das respectivas médias (M1, M2 e M3). M3: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 1,00) O conteúdo desta unidade será avaliado conforme as atividades avaliativas especificadas neste plano de	(3) (5) (6) (7) (8) (11) (12)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
na realização da audiência preliminar e na audiência de instrução e julgamento.	ORDINÁRIO. 10. Procedimentos: coleta da prova oral. 11. Contradita. 12. Alegações Finais. 13. Julgamento do processo na audiência (SENTENÇA).			ensino (campo “Outros Critérios de Avaliação”), de acordo com o andamento das aulas e encontros determinados, considerando-se o prazo para o fechamento e entrega das respectivas médias (M1, M2 e M3).	
Conhecer e identificar os procedimentos inerentes ao procedimento comum ordinário, com ênfase na prática forense, trazendo ao acadêmico os conhecimentos básicos necessários ao desenvolvimento de uma carreira jurídica, quanto ao conteúdo de Direito Processual Civil, familiarizando-o com os principais institutos do Direito.	UNIDADE 7 - Sentença 1. Conceito. Sentença com julgamento de mérito (art. 269, do CPC) e sentença sem julgamento de mérito (art. 267, do CPC). 2. Motivação. 3. Classificação das sentenças: teoria clássica (trinária) e teoria moderna (quinária). 4. Vícios da sentença: extra petita, ultra petita ou infra petita. 5. Trânsito em julgado.	5 h/a 0 h/ext	O estudo e a compreensão do conteúdo programático será desenvolvido através da técnica convencional, ou seja, aula expositiva por parte do professor com a participação dos alunos através de questionamentos e debates orais. A aula contará ainda com o auxílio do recurso visual, datashow, análise de textos doutrinários.	M3: Apresentação em Grupos - Seminário (Peso: 1,00) O conteúdo desta unidade será avaliado conforme as atividades avaliativas especificadas neste plano de ensino (campo “Outros Critérios de Avaliação”), de acordo com o andamento das aulas e encontros determinados, considerando-se o prazo para o fechamento e entrega das respectivas médias (M1, M2 e M3). M3: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 1,00) O conteúdo desta unidade será avaliado conforme as atividades avaliativas especificadas neste plano de ensino (campo “Outros Critérios de Avaliação”), de acordo com o andamento das aulas e encontros determinados, considerando-se o prazo para o fechamento e entrega das respectivas médias (M1, M2 e M3).	(3) (5) (6) (7) (8) (10) (11)
Conhecer e identificar os procedimentos inerentes ao procedimento comum ordinário, com ênfase na prática forense, trazendo ao acadêmico os conhecimentos básicos necessários ao desenvolvimento de uma carreira jurídica, quanto ao conteúdo de Direito Processual Civil, familiarizando-o com os principais institutos do Direito.	UNIDADE 8 - Processo nos Tribunais 1. Uniformização da jurisprudência. 2. Homologação de sentença estrangeira.	2 h/a 0 h/ext	O estudo e a compreensão do conteúdo programático será desenvolvido através da técnica convencional, ou seja, aula expositiva por parte do professor com a participação dos alunos através de questionamentos e debates orais. A aula contará ainda com o auxílio do recurso visual, datashow, análise de textos doutrinários.	M3: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 1,00) O conteúdo desta unidade será avaliado conforme as atividades avaliativas especificadas neste plano de ensino (campo “Outros Critérios de Avaliação”), de acordo com o andamento das aulas e encontros determinados, considerando-se o prazo para o fechamento e entrega das respectivas médias (M1, M2 e M3).	(3) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11)
Conhecer e identificar os procedimentos inerentes ao procedimento comum ordinário, com ênfase na prática forense, trazendo ao acadêmico os conhecimentos básicos necessários ao desenvolvimento de uma carreira jurídica, quanto ao conteúdo de Direito Processual Civil, familiarizando-o com os principais institutos do	UNIDADE 9 - Ação Rescisória 1. Conceito. Requisitos e procedimento.	2 h/a 0 h/ext	O estudo e a compreensão do conteúdo programático será desenvolvido através da técnica convencional, ou seja, aula expositiva por parte do professor com a participação dos alunos através de questionamentos e debates orais. A aula contará ainda com o auxílio do recurso visual, datashow,	M3: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 1,00) O conteúdo desta unidade será avaliado conforme as atividades avaliativas especificadas neste plano de ensino (campo “Outros Critérios de Avaliação”), de acordo com o andamento das aulas e encontros determinados, considerando-se o prazo para o fechamento e entrega das respectivas médias (M1, M2 e M3).	(3) (5) (6) (7) (8) (11) (12)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Direito.			análise de textos doutrinários.		

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(10) SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de direito processual civil 1: processo de conhecimento. 15. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 1105 p. ISBN 9788502106680 (volume 1).

(11) THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil 1: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 55. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, c2014. xliii, 870 [1] p. ISBN 9788530952914.

(12) WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil 1: teoria geral do processo e processo de conhecimento. 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2007. 652 p. ISBN 9788520330425 (v. 1).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(3) NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. Código de processo civil comentado e legislação extravagante. 11. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2010. 2000 p. ISBN 9788520336373.

(5) SANTOS, Moacyr Amaral; KÖHNEN, Maria Beatriz Amaral Santos. Primeiras linhas de direito processual civil 1. 27. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. xxii, 391 p. ISBN 9788502082328 (v.1).

(6) GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil 2: processo de conhecimento (2ª parte) e procedimentos especiais. 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 493 p. ISBN 9788502108196 (v. 2).

(7) GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil 1: teoria geral e processo de conhecimento (1ª parte). 7. edição. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. xx, 467 p. ISBN 9788502047006 (obra comp

(8) GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro 1: (teoria geral do processo a auxiliares da justiça). 22. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. xix, 268 p. ISBN 9788502022317 (obra comp

(9) MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil 1: teoria geral do processo e processo de conhecimento. 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014. 582 p. ISBN 9788522486694.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Em razão da alteração do Novo Código de Processo Civil que entrará em vigor no próximo ano, a ementa da disciplina será alterada para: Procedimento Comum. Resposta do réu. Revelia. Prova. Audiência. Sentença. Coisa Julgada. O conteúdo trabalhado em sala de aula levará em conta as atualizações do Novo Código de Processo Civil.

Para fins da avaliação da aprendizagem individual de cada aluno, serão adotados os critérios de avaliação definidos neste Plano de Ensino, conforme cada atividade (individual ou grupal) e levando-se em consideração o instrumento de avaliação utilizado.

MÉDIA 1:

AVALIAÇÃO ESCRITA: Prova com questões objetivas e/ou subjetivas.
Peso da atividade: peso 1.
Realização: terceira aula.
Conteúdo: a ser informado pelo professor, conforme o desenvolvimento das unidades de ensino.

AVALIAÇÃO ESCRITA: Prova com questões objetivas e/ou subjetivas (PROVA LEGAL).
Peso da atividade: peso 1.
Realização: sexta aula.
Conteúdo: a ser informado pelo professor, conforme o desenvolvimento das unidades de ensino.

MÉDIA 2:

AVALIAÇÃO ESCRITA: Prova com questões objetivas e/ou subjetivas.
Peso da atividade: peso 1.
Realização: nona aula.
Conteúdo: a ser informado pelo professor, conforme o desenvolvimento das unidades de ensino.

AVALIAÇÃO ESCRITA: Prova com questões objetivas e/ou subjetivas (PROVA LEGAL).
Peso da atividade: peso 1.
Realização: décima-segunda aula aula.
Conteúdo: a ser informado pelo professor, conforme o desenvolvimento das unidades de ensino.

MÉDIA 3:

APRESENTAÇÃO EM GRUPO: SEMINÁRIO
Peso da atividade: peso 1.
Início das Apresentações: 28/10/2015
Conteúdo: a ser informado pelo professor, conforme o desenvolvimento das unidades de ensino.

AVALIAÇÃO ESCRITA: Prova com questões objetivas e/ou subjetivas (PROVA LEGAL).
Peso da atividade: peso 1.
Realização: décima-sétima aula.
Conteúdo: a ser informado pelo professor, conforme o desenvolvimento das unidades de ensino.

Objetivos de aprendizagem:
Prova Escrita:
Subjetiva: exigir do aluno habilidades que envolvem além da aquisição do conhecimento, da análise e da síntese, a organização, comunicação e expressão do pensamento.
Objetiva: o aluno deverá demonstrar habilidade de interpretar, analisando diversos aspectos da situação problema, relacionados entre si para indicar os procedimentos.

Critérios de avaliação:

Prova Escrita:
a)clareza e objetividade;
b)demonstração de conhecimento suficiente;
c)capacidade de sistematização das idéias;
d)ausência de dispersão ou de redundância das informações;
e)observância das regras da norma culta.

As datas e horários das atividades serão pré-agendadas no calendário acadêmico e comunicadas em sala pela professora com antecedência mínima de uma semana.

Na aula imediatamente a seguir, daquela em que foi realizada a avaliação, será feita a correção e discussão das questões da avaliação.

Eventuais reposições de atividades perdidas ao longo do semestre serão realizadas no 17º ou 18º encontro.

Ao final de cada aula, serão realizados exercícios de fixação do conteúdo em sala de aula, com atribuição de nota (0,25 para cada trabalho) cuja nota será acrescida à próxima atividade prevista no cronograma acadêmico, sendo contemplados apenas os alunos presentes em sala de aula, não havendo possibilidade de reposição.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1) Para as aulas será obrigatório o uso do Código de Processo Civil atualizado (Novo CPC)
2) De acordo com o desenvolvimento da disciplina poderão ser alterados os critérios de avaliação. Porém, caso houver necessidade da mudança, será negociado com os alunos no início das atividades avaliativas.
3) Não será permitido o uso de celular em sala de aula e nem computadores em dia de prova.
4) Este plano poderá sofrer alterações no decorrer do semestre.
5) A segunda chamada de prova por falta justificada ao longo do semestre serão realizadas individualmente, no 17º ou 18º de acordo com o desenvolvimento da disciplina e mediante requerimento administrativo.
6) Semana de Iniciação Científica de 16 a 20 de Novembro/2015. A participação dos alunos nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório. A presença é obrigatória dos alunos da Disciplina Direito Civil Obrigações caso a professora esteja compondo a banca.
7) Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.
8) Serão também trabalhados de forma transversal os métodos de solução de conflitos (MASC) através do tema: Os efeitos da sentença arbitral no processo judicial.
9) As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.
10) O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais

diversas áreas. Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.
11) Dia 11 de Agosto se comemora o dia do Advogado.

LEITURA OBRIGATÓRIA: o(a) aluno(a) deverá realizar a leitura prévia (anterior a aula) do conteúdo desta unidade em pelo uma das obras jurídicas indicadas nas Referências Bibliográficas Básica, com o intuito de facilitar a assimilação do conteúdo ministrado pelo professor da disciplina.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (AVALIAÇÃO ESCRITA * 1,00 + PROVA LEGAL * 1,00) / 2,00
M2 = (AVALIAÇÃO ESCRITA * 1,00 + PROVA LEGAL * 1,00) / 2,00
M3 = (Apresentação em Grupos * 1,00 + PROVA LEGAL * 1,00) / 2,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1709 - DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Professor(es): SOLANGE LUCIA HECK KOOL

Período: 6º	Ano/Sem.: 2015 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Conhecer a estrutura, procedimentos e funcionamento da Justiça do Trabalho, bem como os Recursos trabalhistas, os princípios e pressupostos recursais. Compreender o processo de execução trabalhista e os Dissídios Coletivos.

EMENTA

Defesa Trabalhista. Recusos: principios, pressupostos. Recursos, Embargos e Agravos. Processos de Execução. Dissidio Coletivo. Execução.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 61 h.a. + Total C.H. Avaliações: 11 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Compreender o funcionamento da Justiça do Trabalho.	UNIDADE 1 - Defesa Trabalhista. 1. Audiência Inicial 2. Contestação, reconvenção e exceção 3. Teoria geral do processo do trabalho	11 h/a 0 h/ext	Aulas teóricas com o auxílio de autos de processos findos para auxiliar na aprendizagem.	M1: Prova objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) M1: Prova Subjetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(4) (5) (7) (8)
Conhecer os princípios e as singularidades do Direito Processual do Trabalho e seu significado na solução das lides trabalhistas.	UNIDADE 2 - Recusos: principios, pressupostos. 1. Pressupostos subjetivos e objetivos. 2. Formas de interposição 3. Recursos especificos	14 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada; Utilização de transparências; Aula prática: solução concreta de uma situação-problema com o uso dos princípios e peculiaridades do processo trabalhista.	M1: Prova objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) M1: Prova Subjetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: Prova objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(4) (8) (9)
Destacar o processamento dos recursos.	UNIDADE 3 - Recursos, Embargos e Agravos. 1. Processamento dos recursos nos tribunais	8 h/a 0 h/ext	Atividades práticas	M2: Prova objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: prova subjetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: prova subjetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(4) (5) (7) (8) (9)
Conhecer os procedimentos executórios. Direitos humanos: credor e devedor.	UNIDADE 4 - Processos de Execução. 1. Títulos executivos e legitimação ativa e passiva. Direitos Humanos no processo de execução . 2. Formas de oposição à execução 3. Fases de liquidação, constrição e expropriação	12 h/a 0 h/ext	Atividades práticas	M2: Prova objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: prova subjetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: Prova objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: prova subjetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(4) (5) (6) (8) (9)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Identificar processamento e finalidade do dissidio.	UNIDADE 5 - Dissidio Coletivo. 1. Pressupostos 2. Finalidade e tipos. 3. Forma de processamento	8 h/a 0 h/ext	Atividades práticas.	M3: Prova objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: prova subjetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(5) (8) (9)
Conhecer os procedimentos executórios.	UNIDADE 6 - Execução. 1. Os principios da execução. 2. Fase preliminar da execução: liquidação da sentença; 3. Formas de liquidação 4. Modalidades da execução. 5. procedimento processual. 6. Suspensão e exrtinção da execução. 7. Embargos do devedor: prática e pecularied ades. 8. Embargos de terceiro	8 h/a 0 h/ext	Atividades práticas.	M3: Prova objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: prova subjetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(4) (5) (7) (8) (9)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(4) LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. 11. ed. São Paulo, SP: LTr, 2013. 1504 p. ISBN 9788536124735.

(5) MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho. 34. ed. atual. São Paulo, SP: Atlas, 2013. xxviii, 850 p. ISBN 9788522475520.

(6) CARRION, Valentin; CARRION, Eduardo. Comentários à consolidação das leis do trabalho: legislação complementar / jurisprudência . 38. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. 1678 p. ISBN 9788502190580.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(2) SAAD, Eduardo Gabriel; SAAD, José Eduardo Duarte; CASTELLO BRANCO, Ana Maria Saad. Curso de direito processual do trabalho. 7. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: LTr, 2014. 875 p. + 1 encarte (p. 886-956) ISBN 9788536128627.

(7) MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil 2: teoria geral dos recursos, recursos em espécie e processo de execução. 9. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013. xxvi, 540 p. ISBN 9788522475841.

(8) BRASIL; CURIA, Luiz Roberto; CÉSPEDES, Livia. Consolidação das leis do trabalho (1943). 8. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. xxxi, 1377 p. ISBN 9788502184978.

(9) BRASIL; CURIA, Luiz Roberto; NICOLETTI, Juliana; CÉSPEDES, Livia. Civil e empresarial: civil; comercial ; processo civil ; Constituição Federal + legislação complementar. 9. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. xxxvii, 1661 p. (4 em 1 Saraiva). ISBN 9788502184947.

(10) SARAIVA, Renato; MANFREDINI, Aryanna. Curso de direito processual do trabalho. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Método, 2013. xxii, 1034 p. ISBN 9788530944780.

(1) GIGLIO, Wagner D.; CORRÊA, Claudia Giglio Veltri. Direito processual do trabalho. São Paulo, SP: Saraiva, 2011.

(3) BARROS, Alice Monteiro de. Compêndio de direito processual do trabalho. [São Paulo]: LTr, 2013

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As avaliações serão realizadas da seguinte forma;
Instrumento: Realização de avaliação - M1 - M2 e M3 - Cada M será composta por duas provas individuais, sendo uma escrita e objetiva com consulta à CLT, CPC e CF no primeiro horário e outra no segundo horário.
prova subjetiva individual sem consulta - Peso 1.
Ainda comporá as Ms os trabalhos realizados em sala ao final das aulas com intuito de fixar o conteúdo.
Cada trabalho realizado ao final das aulas terá nota 0,25 que somará a média adquirida com as avaliações, desde que os trabalhos estejam completos e as respostas corretas. Somente serão aceitos os trabalhos realizados nos dias solicitados, portanto não serão aceitos trabalhos intempestivos, independente do motivo do impedimento. Os trabalhos realizados até a M1 comporão á M1 e assim sucessivamente nas demais Médias.
Critério: Habilidade linguística, coerência textual, uso do padrão culto da lingua e conexão entre os fundamentos jurídicos pertinentes ao tema.

* As avaliações serão entregues aos acadêmicos no prazo de 15 dias após a realização das mesmas.
Tendo em vista objetivo institucional de fomentar a Iniciação a pesquisa cientifica, o professor deixará livremente a proposta para que os acadêmicos elaborem um artigo cientifico sobre um dos assuntos da Ementa, que terá peso 1 e comporá a última avaliação - M3. O acadêmico deverá entregar o capítulo 1 até a M1, o capítulo 2 até a M2 e completo até a M3.
Caso o acadêmico falte em uma das avaliações somente poderá realiza-la após o deferimento do devido processo institucional. A prova de segunda chamada será oral, que será realizada na semana seguinte após a M3 e será do conteúdo aplicado na respectiva prova.
Nas avaliações os aparelhos celulares deverão estar desligados e guardados nas respectivas bolsas.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1-Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre, segundo a conveniência e a necessidade didática; se houver mudança nas avaliações (forma e/ou data) os alunos serão previamente avisados.
2- No decorrer das aulas, a participação dos alunos poderá ser sempre exigida e será sempre estimulada.
3- Qualquer atividade desenvolvida em sala de aula poderá ser atribuída nota.
4- Justificativas de faltas só serão acetas mediante prévio processo administrtativo, devidamente deferido.
5- Em todas as avaliações serão rigorosamente observados o aspecto formal da apresentação, a coerência do desenvolvimento, a objetividade, a redação (uso correto da língua portuguesa) e a utilização de vocabulário adequado.
6- A bibliografia poderá ser completada no decorrer do demestre.
7- O aluno deverá comparecer às aulas munido de CLT atualizada e da CRFB/88.
8- É aconselhável a leitura da Legislação Institucional, bem como do guia acadêmico.

9- É orientado e aconselhado que o aluno acompanhe as aulas com uma doutrina específica que contenha a ementa.
10 - Semana de Iniciação Científica de 16 a 20\11. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso o professor componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pelo professor. Outros casos de participação serão acordados com o professor.
- Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.
- As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.
- O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.
11- Data da Avaliação Institucional é de 05\19 a 27\11.

-

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova objetiva * 1,00 + Prova Subjetiva * 1,00) / 2,00
M2 = (Prova objetiva * 1,00 + prova subjetiva * 1,00) / 2,00
M3 = (Prova objetiva * 1,00 + prova subjetiva * 1,00) / 2,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO Alterado em 21/09/15, Validado em 27/07/15 e Revisado em 02/10/15

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1711 - DIREITO CIVIL - CONTRATOS

Professor(es): DIEGO RICHARD RONCONI

Período: 6º	Ano/Sem.: 2015 / 2 Classe: 1
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Conhecer e analisar o programa da disciplina; investigar a evolução histórica dos contratos, princípios, várias espécies,características, vícios e efeitos.

EMENTA

Teoria Geral dos Contratos. Espécies de Contratos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Identificar e conhecer fenômenos gerais aplicáveis às diversas formas contratuais	UNIDADE 1 - Teoria Geral dos Contratos. 1. Conceito, características e elementos dos contratos - fenômenos contratuais	20 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas, com auxílio da doutrina e jurisprudência atualizadas	M1: trabalho em grupo - Prova Escrita (Peso: 1,00) M1: prova objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: trabalho em grupo - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: prova objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: prova objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: prova objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(3) (5) (9)
Identificar e conhecer as diversas espécies contratuais e suas características específicas	UNIDADE 2 - Espécies de Contratos. 1. As diversas modalidades contratuais	40 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas, com auxílio de doutrina e jurisprudência	M2: trabalho em grupo - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: prova objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: prova objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: prova objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(5) (6) (12)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(3) DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro 3: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. 25. edição reformulada. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. 893 p. ISBN 9788502017979.

(9) VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil 2: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 14. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014. xviii, 661 p. (Coleção direito civil ; 2) ISBN 9788522486540 (v. 2).

(13) COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil 3: contratos. 4. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 513 p. ISBN 9788502043954 (Obra completa).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(5) TARTUCE, Flávio. Direito civil 3: teoria geral dos contratos e contratos em espécie . 7. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Método, 2012. xix, 646 p. ISBN 9788530939755.

(6) RIZZARDO, Arnaldo. Contratos. 12. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2011. xxxvi, 1436 p. ISBN 9788530936181.

(11) RODRIGUES, Silvio. Direito civil 3: dos contratos e das declarações unilaterais da vontade. 30. ed., atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2004. xv, 432 p. ISBN 850202177x (obra completa).

(12) PEREIRA, Caio Mário da Silva; FICHTNER, Regis. Instituições de direito civil 3: contratos, declaração unilateral de vontade, responsabilidade civil. 12. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2005. xvi, 604 p. ISBN 8530921550.

(14) GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro 3: contratos e atos unilaterais. 12. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 727 p. ISBN 9788502616851 (v.3).

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Serão realizadas 3 (três) Médias. Cada Média terá 2 (duas) avaliações, cada uma com notas de 0 (zero) a 10 (dez) e peso 1 (um) cada, da seguinte forma:

AVALIAÇÃO 1, DA MÉDIA 1 - Quarta Aula (encontro):
ALUNOS deverão se reunir nos grupos iniciais de 6 pessoas. Será distribuído um trabalho para cada equipe.A equipe terá 40 minutos para discutir o trabalho e realizar as determinações constantes no mesmo em folha, contendo a indicação da classe, nome dos integrantes e respectivas assinaturas, para entrega ao final da aula, impreterivelmente.Após os 40 minutos, será discutido em sala de aula o trabalho.Avaliação: nota de 0 a 10, peso 1.Critérios de avaliação (cada um valendo 2,0 pontos):· Clareza dos conceitos:· Criatividade na organização:· Representatividade e pertinência das categorias e conteúdos:· Síntese e objetividade do caso:· Participação dos membros na discussão do caso:

AVALIAÇÃO 2, DA MÉDIA 1 - Sexta aula (encontro):

Será realizada uma avaliação por meio de questões objetivas: Material para consulta: código seco. A utilização de material diverso será considerado cola, respondendo às sanções a seguir tratadas sobre o assunto;· utilizar material didático próprio para consulta, SEM EMPRÉSTIMO para o colega;· a avaliação é INDIVIDUAL. Caso houver cola, o procedimento será o seguinte:1o. haverá punição ao aluno infrator, descontando-se 1,0 ponto da prova, na primeira vez. Persistindo a cola, ser-lhe-á retirada a prova, dando-se a nota ZERO;· o esquecimento do nome na avaliação diminui a nota em 1,0 ponto.· não se admite qualquer espécie de rasura na prova (resposta riscada, corretivos tipo liquid paper e semelhantes etc.). Caso haja tal situação, será desconsiderada a questão em tais condições, sem avaliação da referida questão;· as respostas feitas a lápis não serão consideradas, de forma que a prova realizada em tais condições acarretam a não avaliação da referida questão. Somente se admitem questões respondidas com caneta esferográfica azul ou preta;· o entendimento das questões faz parte da avaliação, de forma que não serão respondidas pelo professor, durante a execução da prova, perguntas relativas ao conteúdo da questão;FECHAMENTO DA MÉDIA 1

AVALIAÇÃO 1, DA MÉDIA 2 - Nona Aula (encontro):
ALUNOS deverão se reunir nos grupos iniciais de 6 pessoas. Será distribuído um trabalho para cada equipe.A equipe terá 40 minutos para discutir o trabalho e realizar as determinações constantes no mesmo em folha, contendo a indicação da classe, nome dos integrantes e respectivas assinaturas, para entrega ao final da aula, impreterivelmente.Após os 40 minutos, será discutido em sala de aula o trabalho.Avaliação: nota de 0 a 10, peso 1.Critérios de avaliação (cada um valendo 2,0 pontos):· Clareza dos conceitos:· Criatividade na organização:· Representatividade e pertinência das categorias e conteúdos:· Síntese e objetividade do caso:· Participação dos membros na discussão do caso:

AVALIAÇÃO 2, DA MÉDIA 2 - Décima Primeira aula (encontro):

Será realizada uma avaliação por meio de questões objetivas: Material para consulta: código seco. A utilização de material diverso será considerado cola, respondendo às sanções a seguir tratadas sobre o assunto;· utilizar material didático próprio para consulta, SEM EMPRÉSTIMO para o colega;· a avaliação é INDIVIDUAL. Caso houver cola, o procedimento será o seguinte:1o. haverá punição ao aluno infrator, descontando-se 1,0 ponto da prova, na primeira vez. Persistindo a cola, ser-lhe-á retirada a prova, dando-se a nota ZERO;· o esquecimento do nome na avaliação diminui a nota em 1,0 ponto.· não se admite qualquer espécie de rasura na prova (resposta riscada, corretivos tipo liquid paper e semelhantes etc.). Caso haja tal situação, será desconsiderada a questão em tais condições, sem avaliação da referida questão;· as respostas feitas a lápis não serão consideradas, de forma que a prova realizada em tais condições acarretam a não avaliação da referida questão. Somente se admitem questões respondidas com caneta esferográfica azul ou preta;· o entendimento das questões faz parte da avaliação, de forma que não serão respondidas pelo professor, durante a execução da prova, perguntas relativas ao conteúdo da questão;FECHAMENTO DA MÉDIA 2

AVALIAÇÃO 1, DA MÉDIA 3 - Décima quarta aula (encontro):

Será realizada uma avaliação por meio de questões objetivas: Material para consulta: código seco. A utilização de material diverso será considerado cola, respondendo às sanções a seguir tratadas sobre o assunto;· utilizar material didático próprio para consulta, SEM EMPRÉSTIMO para o colega;· a avaliação é INDIVIDUAL. Caso houver cola, o procedimento será o seguinte:1o. haverá punição ao aluno infrator, descontando-se 1,0 ponto da prova, na primeira vez. Persistindo a cola, ser-lhe-á retirada a prova, dando-se a nota ZERO;· o esquecimento do nome na avaliação diminui a nota em 1,0 ponto.· não se admite qualquer espécie de rasura na prova (resposta riscada, corretivos tipo liquid paper e semelhantes etc.). Caso haja tal situação, será desconsiderada a questão em tais condições, sem avaliação da referida questão;· as respostas feitas a lápis não serão consideradas, de forma que a prova realizada em tais condições acarretam a não avaliação da referida questão. Somente se admitem questões respondidas com caneta esferográfica azul ou preta;· o entendimento das questões faz parte da avaliação, de forma que não serão respondidas pelo professor, durante a execução da prova, perguntas relativas ao conteúdo da questão;

AVALIAÇÃO 2, DA MÉDIA 3 - Décima sexta aula (encontro):

Será realizada uma avaliação por meio de questões objetivas: Material para consulta: código seco. A utilização de material diverso será considerado cola, respondendo às sanções a seguir tratadas sobre o assunto;· utilizar material didático próprio para consulta, SEM EMPRÉSTIMO para o colega;· a avaliação é INDIVIDUAL. Caso houver cola, o procedimento será o seguinte:1o. haverá punição ao aluno infrator, descontando-se 1,0 ponto da prova, na primeira vez. Persistindo a cola, ser-lhe-á retirada a prova, dando-se a nota ZERO;· o esquecimento do nome na avaliação diminui a nota em 1,0 ponto.· não se admite qualquer espécie de rasura na prova (resposta riscada, corretivos tipo liquid paper e semelhantes etc.). Caso haja tal situação, será desconsiderada a questão em tais condições, sem avaliação da referida questão;· as respostas feitas a lápis não serão consideradas, de forma que a prova realizada em tais condições acarretam a não avaliação da referida questão. Somente se admitem questões respondidas com caneta esferográfica azul ou preta;· o entendimento das questões faz parte da avaliação, de forma que não serão respondidas pelo professor, durante a execução da prova, perguntas relativas ao conteúdo da questão;FECHAMENTO DA MÉDIA 3

Trabalhos referentes às diversas espécies de contratos realizados em sala de aula (facultativo ao professor)

OBSERVAÇÕES GERAIS

Plano sujeito a alterações no decorrer do semestre, haja vista a possibilidade de mudança da legislação, doutrina e demais condições que possam alterar o mesmo.

Nos dias 16 a 20 de novembro de 2015 haverá a semana de monografia (iniciação científica), a qual contará como dia letivo e identificará a necessidade de presença dos acadêmicos. Datas sujeitas à alteração. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso o professor componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pelo professor. Outros casos de participação serão acordados com o professor.

Na abordagem dos conteúdos, especialmente na Teoria Geral dos Contratos, serão realizadas inserções acerca de questões ambientais e de questões relativas à inclusão social, à influência afrodescendente e indígena, relacionadas também à Parte Geral do Direito Civil. Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004. As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.

Faltas em dias de avaliação: - Caso o acadêmico falte em dia de alguma das avaliações agendadas no plano de ensino (vide outros critérios de avaliação), o acadêmico, além de realizar o necessário processo de justificativa de faltas junto à Secretaria do Curso, deverá solicitar,

ainda, a prova de segunda chamada.
- Independentemente da avaliação que tenha faltado (trabalho em sala de aula, ou de prova objetiva), a segunda chamada será realizada na forma de prova oral, relativa à toda a matéria vista até o dia da efetivação da prova oral, agendada com o professor (10 perguntas - nota: de 0 a 10, peso 1).

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (trabalho em grupo * 1,00 + prova objetiva * 1,00) / 2,00
M2 = (trabalho em grupo * 1,00 + prova objetiva * 1,00) / 2,00
M3 = (prova objetiva * 1,00 + prova objetiva * 1,00) / 2,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1713 - DIREITO PROCESSUAL PENAL III

Professor(es): ALEXANDRE DOS SANTOS PRIESS

Período: 6º	Ano/Sem.: 2015 / 2 Classe: 1
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Compreender o Direito Processual Penal à luz da Constituição da República e, na prática, aplicar com eficiência a legislação estudada.

EMENTA

Processo e Procedimento. Procedimento comum. Procedimento dos crimes de Competência do Júri. Procedimentos Especiais. Juizados Especiais Criminais. Nulidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conhecer os procedimentos e princípios do Direito Processual Penal. Entender o encadeamento lógico dos atos processuais e as formalidades inerentes a cada um deles.	UNIDADE 1 - Processo e Procedimento 1. Princípios do Direito Processual Penal 2. Sistemas Processuais Penais e Sistemas de Investigação Preliminar	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto. Será, ainda, realizado o estudo de caso com debate de opiniões.	M1: Prova Objetiva - Prova Escrita (Peso: 3,00) M1: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) M3: Prova Objetiva - Prova Escrita (Peso: 3,00)	(1) (2) (3) (4) (5)
Compreender o procedimento comum e suas variantes no Direito Processual Penal. Identificar a espécie de procedimento a ser aplicado aos diversos crimes existentes na legislação penal.	UNIDADE 2 - Procedimento comum 1. Ordinário 2. Sumário	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto. Para complementar o estudo serão estudados casos concretos acerca do tema.	M1: Prova Objetiva - Prova Escrita (Peso: 3,00) M1: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) M3: Prova Objetiva - Prova Escrita (Peso: 3,00)	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10)
Compreender o procedimento especial do Tribunal do Júri. Identificar as fases do procedimento do Tribunal do Júri.	UNIDADE 3 - Procedimento dos crimes de Competência do Júri 1. Introdução e Princípios 2. Primeira Fase 3. Segunda Fase 4. Estudo de Caso com Debate ou Júri Simulado	16 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto. Para complementar o estudo serão estudados casos concretos acerca do tema.	M2: Prova Objetiva - Prova Escrita (Peso: 3,00) M2: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) M3: Prova Objetiva - Prova Escrita (Peso: 3,00)	(1) (2) (3) (4) (5) (8) (9) (10)
Compreender as diversas modalidades de procedimentos especiais no Direito Processual Penal. Identificar os procedimentos especiais, suas características e aplicação. Discutir a	UNIDADE 4 - Procedimentos Especiais 1. Crimes Falimentares 2. Crimes de Responsabilidade dos Funcionários Públicos 3. Crimes contra a Honra	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto. Para complementar o estudo serão estudados	M2: Prova Objetiva - Prova Escrita (Peso: 3,00) M2: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) M3: Prova Objetiva - Prova Escrita (Peso: 3,00)	(1) (2) (3) (4) (5)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
concretização dos Direitos Humanos a todo sujeito submetido à jurisdição penal.	4. Crimes contra a Propriedade Imaterial		casos concretos acerca do tema.		
Entender a sistemática dos Juizados Especiais Criminais e os institutos despenalizadores. Identificar o cabimento dos benefícios processuais penais dos Juizados Especiais Criminais.	UNIDADE 5 - Juizados Especiais Criminais 1. Noções Gerais 4. Continuação	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto. Para complementar o estudo serão estudados casos concretos acerca do tema.	M3: Prova Objetiva - Prova Escrita (Peso: 3,00)	(1) (2) (3) (4) (5) (6)
Compreender o sistema de nulidades no Direito Processual Penal. Identificar as espécies de nulidades existentes e suas consequências para a relação processual penal.	UNIDADE 6 - Nulidades 1. Teoria Geral das Nulidades 2. Seminário sobre Nulidades em Espécie 3. Nulidades - Semana Iniciação Científica 4. Revisão - Entrega das Notas	16 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto. Para complementar o estudo serão estudados casos concretos acerca do tema.	M3: Prova Objetiva - Prova Escrita (Peso: 3,00) M3: Seminário Nulidades - Seminário (Peso: 1,00)	(1) (2) (6) (7) (8) (9) (10)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) LOPES JÚNIOR, Aury. Direito processual penal. 12. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 1148 p. ISBN 9788502618282.

(2) OLIVEIRA, Eugenio Pacelli. Curso de processo penal. 16. ed. atual. São Paulo, SP: Atlas, 2012. xvi, 979 p. ISBN 9788522468515.

(3) NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2009. 1246 p. ISBN 9788520333365.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal. 3. ed. rev., ampl. e atual. Salvador, BA: Editora Juspodivm, 2015. 1826 p. ISBN 9788544203996.

(5) AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. Processo penal: esquematizado. 1. ed. São Paulo, SP: Método; 2009. xlii, 1201 p. ISBN 9788530928759.

(6) AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. Processo penal: esquematizado. 1. ed. São Paulo, SP: Método; 2009. xlii, 1201 p. ISBN 9788530928759.

(7) CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 13. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2006. xl, 735 p. ISBN 8502054791.

(8) CHOUKR, Fauzi Hassan. Processo penal à luz da constituição: temas escolhidos. São Paulo, SP: EDIPRO, 1999. 208 p. ISBN 8572832440.

(9) DEMERCIAN, Pedro Henrique; MALULY, Jorge Assaf. Curso de processo penal. São Paulo, SP: Atlas, 1999. 572p ISBN 8522421781 : (Broch.).

(10) TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática de processo penal. 33. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 927 p. ISBN 9788502111363.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1. Pontualidade, respeito, assiduidade e permanência em sala de aula.
2. Participação oral com intervenções, questionamentos, observações pertinentes ao tema.
3. Posse e utilização, em sala de aula, do material solicitado para desenvolvimento dos conteúdos.
4. Cumprimento das leituras recomendadas, com antecedência.
5. Domínio, identificação e aplicação dos conceitos científicos estudados em situações concretas.
6. Capacidade de raciocínio do acadêmico na aplicação do Direito, no caso de ausência ou lacuna da norma jurídica.
7. Raciocínio lógico na descrição de ideias e viabilidade dos estudos realizados.
8. Riqueza e clareza na argumentação escrita e oral, bem como capacidade de síntese das ideias.
9. Observância da norma padrão da língua portuguesa.
10. Identificação dos pressupostos fundamentais à temática.
11. Ética no desfecho do(s) caso(s) prático(s).
12. Comportamento ético condizente com o estágio já alcançado dentro da grade do curso, e o nível de maturidade desejável dos acadêmicos.
13. Postura acadêmica que compreende: não usar celular dentro da sala e durante as aulas (EXPRESSAMENTE PROIBIDO O USO E, INCLUSIVE, AS SAÍDAS DE SALA CONSTANTES. DURANTE AS AVALIAÇÕES OS CELULARES DEVEM SER DESLIGADOS E GUARDADOS NAS MOCHILAS); não interromper os momentos de estudos e de concentração com conversas paralelas, saídas e entradas desnecessárias durante as aulas.
14. Observância das orientações formais dos exercícios/atividades propostos, de forma que receberão nota 0 (zero), os acadêmicos cujos trabalhos e provas apresentarem sinais de cópia de outros acadêmicos, contiverem evidências de materiais retirados de meio digital, copiados de livros ou outras fontes de pesquisa sem a indicação bibliográfica, ou ainda o acadêmico que realizar consulta não autorizada ao material, em atividade de avaliação.
15. Após o início do semestre, poderão ser estabelecidos outros critérios de avaliação, sem prejuízo ao amplo e prévio conhecimento por parte dos acadêmicos.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Recomenda-se a leitura do Guia Acadêmico e da Legislação Institucional.

No 1° (primeiro) dia de aula será discutido o presente plano de ensino, que poderá ser modificado, a qualquer tempo, no curso da disciplina. Caso isso ocorra, os acadêmicos serão comunicados.

Para que o(a) acadêmico(a) atinja os objetivos propostos, é importante que: acompanhe as atividades da disciplina através das aulas e da realização da leitura dos textos correspondentes aos temas tratados, fazendo o respectivo fichamento e anotando as dúvidas para discuti-las em sala de aula; esteja atualizado com as atividades de sala de aula; exponha suas dificuldades ao professor e busque fontes suplementares de pesquisa; realize as leituras e as atividades didáticas de acordo com as técnicas e os métodos de elaboração científica, cujo conteúdo é objeto de disciplina específica.

As chamadas (frequência) serão feitas sempre 20 (vinte) minutos após o início das aulas. O acadêmico que ingressar na sala de aula após a chamada, deverá aguardar o término da aula para requisitar, quando for o caso, sua presença parcial.

As justificativas de faltas serão aceitas SOMENTE mediante prévio processo administrativo deferido.

A 2.ª chamada (exercícios e avaliações) - desde que efetuado e deferido o processo de justificativa - poderá ser realizada de forma escrita ou oral, a critério do professor (SEMPRE NA ÚLTIMA AULA DO SEMESTRE, SEM EXCEÇÃO, NA MODALIDADE ESCRITA. A ENTREGA DOS ESTUDOS DE CASOS EM DATA POSTERIOR A FIXADA PELO DOCENTE IMPLICARÁ NA PERDA DE PONTUAÇÃO, OU SEJA, 0,5 POR DIA DE ATRASO. O NÃO COMPARECIMENTO AO SEMINÁRIO IMPLICARÁ NA ELABORAÇÃO DE TRABALHO INDIVIDUAL MANUSCRITO).
AS PROVAS OBJETIVAS SERÃO CUMULATIVAS E SEM CONSULTA.
Não é permitido qualquer tipo de gravação (de imagem ou som) das aulas ministradas.
Não havendo, eventualmente, aula em alguma data estabelecida no referido plano, a atividade passará para o dia de aula da disciplina imediatamente posterior.
A bibliografia indicada não exaure a gama de obras (livros, trabalhos acadêmicos, artigos, periódicos, etc.) que tratam sobre a matéria, servindo como mero referencial a(o) acadêmico(a), que pode (e deve) ser complementado.
Outras referências bibliográficas poderão ser indicadas pelo professor, conforme a evolução do conteúdo e necessidade de aprofundamento dos estudos. Além disso, os acadêmicos deverão ter a diligência necessária para aprofundar seus estudos com obras e legislação atualizadas.
Será indispensável ao acadêmico o manuseio da legislação pertinente durante as aulas e a leitura prévia dos conteúdos e/ou textos indicados.
Considerando que o direito não é estático e sim dinâmico, o acadêmico deverá estar atento às constantes alterações da legislação.
Eventual material de apoio disponibilizado será considerado como conteúdo para fins de avaliação.
Não será permitido o uso de computador/ tablet / celulares e/ou similares durante a realização das avaliações, salvo nos casos de orientação expressa do professor. Nestes dias, caso seja permitida alguma consulta, o(a) acadêmico(a) deverá trazer legislação (ou outro material) impressa em papel.
DE 16 A 20 DE NOVEMBRO DE 2015 será realizada a Semana de Iniciação Científica. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso o professor componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pelo professor. Outros casos de participação serão acordados com o professor da aula que coincide com a referida banca.
O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com este Professor ou com a Coordenação para entender como participar.
Durante o semestre será realizada Visita Técnica a determinados órgãos públicos, assim como aula em laboratório de informática para a prática da pesquisa jurídica em sites da internet que sejam repositórios oficiais de jurisprudência.

Cronograma Resumido (PODERÁ SER ALTERADO, MEDIANTE COMUNICAÇÃO DO DOCENTE EM SALA DE AULA).

1 - 5/8 - Apresentação da Disciplina - Exposição do Plano de Ensino - Introdução ao CPP - Princípios e Sistemas
2 - 12/8 - Princípios e Sistemas (com discussão da Lei 11.645/08, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena)
3 - 19/8 - Procedimento Comum (Ordinário e Sumário)

4 - 26/8 - Procedimentos Especiais (Com discussão sobre a Humanização do Poder Judiciário e a importância dos Direitos Humanos)
5 - 2/9 - Estudo de Caso (peso 1) - Prática Subjetiva
6 - 9/9 - M1 - Prova Objetiva (peso 3)

7 - 16/9 - Tribunal do Júri
8 - 23/9 - Tribunal do Júri
9 - 30/9 - Tribunal do Júri - Pesquisa Jurisprudencial
10 - 7/10 - Nulidades
11 - 14/10 - Estudo de Caso (peso 1) Prática Subjetiva
12 - 21/10 - M2 - Prova Objetiva (peso 3)

13 - 28/10 - Juizado Especial Criminal - Visita Técnica
14 - 4/11 - Seminário - Nulidades em espécie (peso 1)
15 - 11/11 - Seminário - Nulidades em espécie (peso 1)
16 - 18/11 - Iniciação Científica.
17 - 25/11 - M3 - Prova Objetiva (peso 3)
18 - 2/12 - Entrega de notas, realização de provas objetivas atrasadas

Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova Objetiva * 3,00 + Estudo de Caso * 1,00) / 4,00
M2 = (Prova Objetiva * 3,00 + Estudo de Caso * 1,00) / 4,00
M3 = (Prova Objetiva * 3,00 + Seminário Nulidades * 1,00) / 4,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO Alterado em 08/09/15, Validado em 18/08/15 e Revisado em 08/10/15

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 6188 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

Professor(es): ANDREA MORGADO DIETRICH

Período: 4º	Ano/Sem.: 2015 / 2 Classe: 2
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Propiciar ao acadêmico de direito o conhecimento das regras gerais que compõem o Código de Processo Civil, bem como sua importância para a compreensão do sistema processual brasileiro.

EMENTA

Processo e Procedimento. Ação e partes. Despesas processuais. Litisconsórcio e Assistência. Intervenção de terceiros. Ministério Público. Auxiliares da Justiça. Competência. Juiz. Atos processuais. Nulidades Processuais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 52 h.a. + Total C.H. Avaliações: 20 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conhecer quais os processos existentes no Código de Processo Civil e a diversidade de procedimentos, identificando a finalidade de cada qual, bem como sua aplicação a casos concretos.	UNIDADE 1 - Processo e Procedimento 1. Processo de Conhecimento, Execução e Cautelar. Procedimento Comum Ordinário, Sumário, Especial e Sumaríssimo	4 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas dialogadas; análise de enunciados e casos concretos; definição do processo correto para o atendimento da pretensão identificada; indicação do procedimento mais adequado.	M1: Prova discursiva e objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) A prova é composta por questões discursivas, resolvidas individualmente e com consulta à legislação compreendendo o conteúdo debatido e trabalhado em sala. Após o intervalo, serão resolvidas as questões objetivas, individualmente e sem consulta a qualquer material, sobre o mesmo conteúdo (relacionado com o NCPC indicado em sala na semana anterior que antecede a data marcada da prova). M3: Análise e relatório - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Escolher 10 categorias dentre as apresentadas em sala. Selecionar na jurisprudência catarinense acórdãos que tratem sobre os temas escolhidos. Analisar os julgados e elaborar um relato explicativo entre 20/30 linhas - manuscrito. Individual - atribuição de nota zero em caso de constatação de plágio total ou parcial.	(1) (2) (3) (4)
Compreender a ação como direito à prestação da tutela jurisdicional, com a identificação das suas condições, elementos e classificação. identificar as partes em uma relação de direito material e sua capacidade processual para reclamar em juízo a prestação da tutela jurisdicional. Analisar o comportamento das	UNIDADE 2 - Ação e partes 1. Condições da ação, elementos, classificação	4 h/a 0 h/ext	Aulas dispositivas dialogadas com análise de casos práticos equivalentes.	M1: Prova discursiva e objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) A prova é composta por questões discursivas, resolvidas individualmente e com consulta à legislação compreendendo o conteúdo debatido e trabalhado em sala. Após o intervalo, serão resolvidas as questões objetivas, individualmente e sem consulta a qualquer material, sobre o mesmo conteúdo (relacionado com o NCPC indicado em sala na semana anterior que antecede a data marcada da prova).	(1) (2) (3) (4)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
partes no processo, seus ônus, faculdades e deveres.				M3: Análise e relatório - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Escolher 10 categorias dentre as apresentadas em sala. Selecionar na jurisprudência catarinense acórdãos que tratem sobre os temas escolhidos. Analisar os julgados e elaborar um relato explicativo entre 20/30 linhas - manuscrito. Individual - atribuição de nota zero em caso de constatação de plágio total ou parcial.	
Identificar as despesas processuais decorrentes de uma ação judicial, bem como os honorários advocatícios havidos pela sucumbência.	UNIDADE 3 - Despesas processuais 1. Custas, indenização de viagem, diária de testemunha e remuneração de assistente técnico	4 h/a 0 h/ext	Aulas dispositivas dialogadas	M2: prova discursiva e objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) Atividade em grupo de identificação e aplicação das despesas processuais, multas, honorários advocatícios e Justiça Gratuita. M2: Atividade prática - Atividade Curricular (Peso: 1,00) A prova é composta por questões discursivas, resolvidas individualmente e com consulta à legislação compreendendo o conteúdo debatido e trabalhado em sala. Após o intervalo, serão resolvidas as questões objetivas, individualmente e sem consulta a qualquer material, sobre o mesmo conteúdo. Conteúdo relacionado com o NCPC indicado em sala na semana anterior que antecede a data marcada da prova. M3: Análise e relatório - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Escolher 10 categorias dentre as apresentadas em sala. Selecionar na jurisprudência catarinense acórdãos que tratem sobre os temas escolhidos. Analisar os julgados e elaborar um relato explicativo entre 20/30 linhas - manuscrito. Individual - atribuição de nota zero em caso de constatação de plágio total ou parcial.	(1) (2) (3) (4)
Reconhecer a possibilidade ou a obrigatoriedade de formação de litisconsórcio em uma ação judicial. Distinguir o litisconsórcio simples e o litisconsórcio unitário. Classificar o litisconsórcio de acordo com o polo ocupado e o momento de sua incidência. Compreender o instituto da assistência simples e litisconsorcial.	UNIDADE 4 - Litisconsórcio e Assistência 1. litisconsórcio necessário e facultativo, simples e unitário	4 h/a 0 h/ext	Aulas dispositivas dialogadas e resolução de casos práticos.	M2: Atividade prática - Atividade Curricular (Peso: 1,00) A prova é composta por questões discursivas, resolvidas individualmente e com consulta à legislação compreendendo o conteúdo debatido e trabalhado em sala. Após o intervalo, serão resolvidas as questões objetivas, individualmente e sem consulta a qualquer material, sobre o mesmo conteúdo. Conteúdo relacionado com o NCPC indicado em sala na semana anterior que antecede a data marcada da prova. M3: Análise e relatório - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Escolher 10 categorias dentre as apresentadas em sala. Selecionar na jurisprudência catarinense acórdãos que tratem sobre os temas escolhidos. Analisar	(1) (2) (3) (4)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				os julgados e elaborar um relato explicativo entre 20/30 linhas - manuscrito. Individual - atribuição de nota zero em caso de constatação de plágio total ou parcial.	
Compreender o instituto da intervenção de terceiros; Distinguir as modalidades de intervenção de terceiros; Estabelecer a relação entre a oposição, a nomeação à autoria, a denunciação da lide e o chamamento ao processo; Reconhecer o momento de incidência de cada espécie de intervenção.	UNIDADE 5 - Intervenção de terceiros 1. assistência, oposição, nomeação à autoria, denunciação da lide e chamamento ao processo	8 h/a 0 h/ext	Aulas dispositivas dialogadas e resolução de casos práticos.	M2: Atividade prática - Atividade Curricular (Peso: 1,00) A prova é composta por questões discursivas, resolvidas individualmente e com consulta à legislação compreendendo o conteúdo debatido e trabalhado em sala. Após o intervalo, serão resolvidas as questões objetivas, individualmente e sem consulta a qualquer material, sobre o mesmo conteúdo. Conteúdo relacionado com o NCPC indicado em sala na semana anterior que antecede a data marcada da prova. M3: Análise e relatório - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Escolher 10 categorias dentre as apresentadas em sala. Selecionar na jurisprudência catarinense acórdãos que tratem sobre os temas escolhidos. Analisar os julgados e elaborar um relato explicativo entre 20/30 linhas - manuscrito. Individual - atribuição de nota zero em caso de constatação de plágio total ou parcial.	(1) (2) (3) (4)
Identificar as atribuições do Ministério Público, sua competência e atuação como parte ou como fiscal da ordem jurídica; Compreender a necessidade de intervenção do Ministério Público, seus poderes e deveres.	UNIDADE 6 - Ministério Público 1. Funções e atribuições	4 h/a 0 h/ext	Aulas dispositivas dialogadas.	M3: Atividade em grupo - Atividade Curricular (Peso: 1,00) Atividade em grupo de identificação das atribuições do Juiz, do Ministério Público e demais auxiliares da justiça. M3: Análise e relatório - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Escolher 10 categorias dentre as apresentadas em sala. Selecionar na jurisprudência catarinense acórdãos que tratem sobre os temas escolhidos. Analisar os julgados e elaborar um relato explicativo entre 20/30 linhas - manuscrito. Individual - atribuição de nota zero em caso de constatação de plágio total ou parcial. M3: Prova discursiva e objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) A prova é composta por questões discursivas, resolvidas individualmente e com consulta à legislação compreendendo o conteúdo debatido e trabalhado em sala. Após o intervalo, serão resolvidas as questões objetivas, individualmente e sem consulta a qualquer material, sobre o mesmo conteúdo. Conteúdo relacionado com o NCPC indicado em sala na semana anterior que antecede a data marcada da prova.	(1) (2) (3) (4)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Identificar os auxiliares da justiça, a função exercida por cada qual e a importância decorrente da respectiva atuação para o desenvolvimento regular do processo.	UNIDADE 7 - Auxiliares da Justiça 1. funções e atribuições	4 h/a 0 h/ext	Aulas dispositivas dialogadas e trabalho em equipe para a identificação das funções correlatas.	M3: Atividade em grupo - Atividade Curricular (Peso: 1,00) Atividade em grupo de identificação das atribuições do Juiz, do Ministério Público e demais auxiliares da justiça. M3: Análise e relatório - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Escolher 10 categorias dentre as apresentadas em sala. Selecionar na jurisprudência catarinense acórdãos que tratem sobre os temas escolhidos. Analisar os julgados e elaborar um relato explicativo entre 20/30 linhas - manuscrito. Individual - atribuição de nota zero em caso de constatação de plágio total ou parcial. M3: Prova discursiva e objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) A prova é composta por questões discursivas, resolvidas individualmente e com consulta à legislação compreendendo o conteúdo debatido e trabalhado em sala. Após o intervalo, serão resolvidas as questões objetivas, individualmente e sem consulta a qualquer material, sobre o mesmo conteúdo. Conteúdo relacionado com o NCPC indicado em sala na semana anterior que antecede a data marcada da prova.	(1) (2) (3) (4)
Identificar as ações que devem ser resolvidas pela autoridade judiciária brasileira; reconhecer, no âmbito da competência interna, qual o foro competente para a propositura das ações; estabelecer os critérios de fixação de competência; estabelecer os fatores de distinção de uma competência absoluta e relativa; identificar as hipóteses de modificação de competência; compreender a forma de arguição das incompetências e a consequência da sua inércia.	UNIDADE 8 - Competência 1. competência jurisdicional brasileira e competência interna	8 h/a 0 h/ext	Aulas dispositivas dialogadas e atividade prática de identificação dos foros competentes.	M1: Prova discursiva e objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) A prova é composta por questões discursivas, resolvidas individualmente e com consulta à legislação compreendendo o conteúdo debatido e trabalhado em sala. Após o intervalo, serão resolvidas as questões objetivas, individualmente e sem consulta a qualquer material, sobre o mesmo conteúdo (relacionado com o NCPC indicado em sala na semana anterior que antecede a data marcada da prova). M3: Análise e relatório - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Escolher 10 categorias dentre as apresentadas em sala. Selecionar na jurisprudência catarinense acórdãos que tratem sobre os temas escolhidos. Analisar os julgados e elaborar um relato explicativo entre 20/30 linhas - manuscrito. Individual - atribuição de nota zero em caso de constatação de plágio total ou parcial.	(1) (2) (3) (4)
Verificar os poderes e deveres do Juiz na condução do processo; identificar os princípios que norteiam a atuação jurisdicional;	UNIDADE 9 - Juiz 1. funções e atribuições	4 h/a 0 h/ext	Aulas dispositivas dialogadas.	M3: Atividade em grupo - Atividade Curricular (Peso: 1,00) Atividade em grupo de identificação das atribuições do Juiz, do Ministério Público e demais auxiliares da justiça.	(1) (2) (3) (4)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Estabelecer a distinção entre impedimento e suspeição.				M3: Análise e relatório - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Escolher 10 categorias dentre as apresentadas em sala. Selecionar na jurisprudência catarinense acórdãos que tratem sobre os temas escolhidos. Analisar os julgados e elaborar um relato explicativo entre 20/30 linhas - manuscrito. Individual - atribuição de nota zero em caso de constatação de plágio total ou parcial. M3: Prova discursiva e objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) A prova é composta por questões discursivas, resolvidas individualmente e com consulta à legislação compreendendo o conteúdo debatido e trabalhado em sala. Após o intervalo, serão resolvidas as questões objetivas, individualmente e sem consulta a qualquer material, sobre o mesmo conteúdo. Conteúdo relacionado com o NCPC indicado em sala na semana anterior que antecede a data marcada da prova.	
Compreender a categoria de atos processuais, sua forma, publicidade e meios de expressão. Identificar os atos da parte e do juiz; Verificar o tempo e o lugar para a prática de um ato processual. Analisar os prazos processuais, sua aplicabilidade, classificação, contagem, termo inicial e final. Compreender o instituto da preclusão em suas diversas modalidades. Identificar os atos processuais em espécie e sua forma de realização.	UNIDADE 10 - Atos processuais 1. teoria geral, forma, publicidade, tempo, lugar, prazos, citação e intimação	4 h/a 0 h/ext	Aulas dispositivas dialogadas e resolução e questões práticas de contagem de prazos.	M3: Análise e relatório - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Escolher 10 categorias dentre as apresentadas em sala. Selecionar na jurisprudência catarinense acórdãos que tratem sobre os temas escolhidos. Analisar os julgados e elaborar um relato explicativo entre 20/30 linhas - manuscrito. Individual - atribuição de nota zero em caso de constatação de plágio total ou parcial. M3: Prova discursiva e objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) A prova é composta por questões discursivas, resolvidas individualmente e com consulta à legislação compreendendo o conteúdo debatido e trabalhado em sala. Após o intervalo, serão resolvidas as questões objetivas, individualmente e sem consulta a qualquer material, sobre o mesmo conteúdo. Conteúdo relacionado com o NCPC indicado em sala na semana anterior que antecede a data marcada da prova.	(1) (2) (3) (4)
Analisar o sistema de nulidades processuais e sua relação com o princípio da instrumentalidade do processo.	UNIDADE 11 - Nulidades Processuais. 1. nulidades absolutas e relativas	4 h/a 0 h/ext	Aula dispositiva dialogada	M3: Análise e relatório - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Escolher 10 categorias dentre as apresentadas em sala. Selecionar na jurisprudência catarinense acórdãos que tratem sobre os temas escolhidos. Analisar os julgados e elaborar um relato explicativo entre 20/30 linhas - manuscrito. Individual - atribuição de nota zero em caso de constatação de plágio total ou parcial.	(1) (2) (3) (4)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				M3: Prova discursiva e objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) A prova é composta por questões discursivas, resolvidas individualmente e com consulta à legislação compreendendo o conteúdo debatido e trabalhado em sala. Após o intervalo, serão resolvidas as questões objetivas, individualmente e sem consulta a qualquer material, sobre o mesmo conteúdo. Conteúdo relacionado com o NCPC indicado em sala na semana anterior que antecede a data marcada da prova.	

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil 1: teoria geral do processo e processo de conhecimento. 14. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2014. 878 p. ISBN 9788520351383 (v. 1).

(2) GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil 1: teoria geral e processo de conhecimento (1ª parte). 11. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 487 p. ISBN 9788502047006 (obra comp

(3) THEODORO JÚNIOR, Humberto. Código de processo civil anotado. 12. ed., rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2008. xxix, 1455 p. ISBN 9788530927073.

(4) THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil 1: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 55. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, c2014. xliii, 870 [1] p. ISBN 9788530952914.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(5) ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. Volume 2: processo de conhecimento. 11. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2007. 652 p. ISBN 9788520330500.

(6) CASTILHOS, Erich Bernat. Direito processual civil 1: teoria geral do processo e processo de conhecimento. 5. edição. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 186 p. (Roteiros Jurídicos.) ISBN 9788502110182 (volume 1)

(7) SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de direito processual civil 1: processo de conhecimento. 15. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 1105 p. ISBN 9788502106680 (volume 1).

(8) MARINONI, Luiz Guilherme. Antecipação da tutela. 12. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2011. 315 p. ISBN 9788520341094.

(9) MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de processo civil 2: processo de conhecimento. 10. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2012. 718 p. (Curso de processo civil ; 2) ISBN 9788520342893.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Além das atividades previstas, o aluno será avaliado por sua pontualidade, permanência em sala, bem como por estar com o material didático em sala para consultas.

- Nas atividades em equipe, será avaliada sua participação e contribuição para a construção dos resultados.
OBSERVAÇÕES GERAIS
Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.
COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS
MF=(M1+M2+M3)/3 M1 = (Prova discursiva e objetiva * 1,00) / 1,00 M2 = (prova discursiva e objetiva * 1,00 + Atividade prática * 1,00) / 2,00 M3 = (Atividade em grupo * 1,00 + Análise e relatório * 1,00 + Prova discursiva e objetiva * 1,00) / 3,00 Média Final = 6,00 Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 9934 - DIREITO EMPRESARIAL I

Professor(es): SERGIO MADUREIRA VAZ

Período: 6º	Ano/Sem.: 2015 / 2 Classe: 2
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Compreender a teoria e a prática da legislação, doutrina e jurisprudência do direito empresarial brasileiro.

EMENTA

Introdução ao Direito Empresarial. O empresário. Estabelecimento empresarial. Contratos mercantis. Títulos de crédito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
- Situar a evolução das práticas comerciais e do direito comercial; - Distinguir atos de comércio e teoria da empresa; - Discutir as teorias do Direito Comercial, as fontes e a sua aplicação. - Compreender a revogação parcial do Código Comercial pelo Código Civil/2002 em vigor. - Relatar a aplicação do Direito Comercial.	UNIDADE 1 - Introdução ao Direito Empresarial 1. Evolução histórica e considerações gerais ao direito empresarial 2. Teorias do Direito Comercial - atos do comércio e teoria da empresa 3. Código Comercial e efeitos da entrada em vigor do Código Civil/2002 no direito empresarial	6 h/a 0 h/ext	- Aula expositiva/dialogada em forma de questionamentos sobre o tema.	M1: Prova M1-1 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Demonstração de conhecimento teórico, aplicação de conceitos, capacidade de sistematização das idéias e fundamentação legal. M1: Prova Escrita c/ Consulta M1-2 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Organização na apresentação, conhecimento e locução dos alunos apresentantes, qualidade do resumo.	(9) (10) (19) (20) (26)
- Distinguir empresário e empresa; - Compreender os elementos da empresariedade: atividade, econômica, organizada e profissionalidade. - Descrever as atividades que não são consideradas empresárias; - Discutir a caracterização, os conceitos, obrigações e deveres do Empresário unipessoal. - Enumerar os requisitos para o registro e os elementos de escrituração mercantil. - Dialogar sobre as modalidades que o empresário unipessoal pode vincular-se para o exercício da sua	UNIDADE 2 - O empresário 1. Conceito de empresário e empresa 2. Atividades econômicas civis ou não empresariais 3. Caracterização do empresário unipessoal: capacidade jurídica; ausência de impedimento legal para o exercício da empresa; efetivo exercício profissional da empresa; regime jurídico peculiar regulador da insolvência; registo. 4. Obrigações do empresário - registro, escrituração dos livros e balanço patrimonial 5. Microempresa (ME),	16 h/a 0 h/ext	- Aula expositiva/dialogada em forma de questionamentos sobre o tema. - Apresentação de atividade avaliativa pelos graduandos;	M1: Prova M1-1 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Demonstração de conhecimento teórico, aplicação de conceitos, capacidade de sistematização das idéias e fundamentação legal. M1: Prova Escrita c/ Consulta M1-2 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Organização na apresentação, conhecimento e locução dos alunos apresentantes, qualidade do resumo.	(2) (9) (10) (19) (20)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
atividade: ME, MEI, EPP, EIRELI.	Microempreendedor Individual (MEI), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Empresário Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI)				
- Definição de Estabelecimento Empresarial, exemplos. - Distinguir título do estabelecimento de nome empresarial. - Relatar os elementos do Estabelecimento Empresarial. - Compreender o ponto empresarial, clientela e aviamento. - Identificar a questão do trespasse e diferenças com relação à cessão de cotas. - Reconhecer os requisitos da ação renovatória.	UNIDADE 3 - Estabelecimento empresarial 1. Conceito, elementos e natureza jurídica do estabelecimento empresarial. 2. Título do Estabelecimento e Nome Empresarial. 3. Locação não-residencial e Ação Renovatória 4. Aviamento, Clientela, Ponto Empresarial, Trespasse e cessão de cotas.	10 h/a 0 h/ext	- Aula expositiva/dialogada em forma de qustionamentos sobre o tema.	M2: Prova M2-1 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Demonstração de conhecimento teórico, aplicação de conceitos, capacidade de sistematização das idéias e fundamentação legal. M2: Seminarios Contratos Mercantis - Seminário (Peso: 1,00) M3: Relatório Jurisprudêncial - Relatório (Peso: 1,00)	(2) (9) (10) (13) (14) (15) (17) (19) (20)
- Conceitos e definições - Reconhecer as diversas espécies contratos mercantis e suas aplicações. - Identificar os contratos mercantis, distinguindo-os dos contratos civis. - Classificar os contratos mercantis. - Reconhecer as operações de “leasing” (Arrendamento) e “franchinsing” (franquia).	UNIDADE 4 - Contratos mercantis 1. Definição e tipos de contratos; partes nos contratos, pressupostos e extinção. 2. Arrendamento Mercantil - Leasing e Franquia.	6 h/a 0 h/ext	- Aula expositiva/dialogada em forma de questionamentos sobre o tema.	M2: Prova M2-1 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Demonstração de conhecimento teórico, aplicação de conceitos, capacidade de sistematização das idéias e fundamentação legal. M2: Seminarios Contratos Mercantis - Seminário (Peso: 1,00) M3: Relatório Jurisprudêncial - Relatório (Peso: 1,00)	(3) (7) (9) (10) (11) (18) (19) (20) (26)
- Conceitos e definição. - Identificar os principais dos títulos de créditos e seus respectivos institutos. - Enumerar os princípios gerais dos títulos de crédito. - Distinguir os diversos títulos e suas aplicações. - Listar suas características. - Identificar seus requisitos legais.	UNIDADE 5 - Títulos de crédito 1. Conceito, princípios e classificação dos títulos de crédito 2. Letra de câmbio e Nota Promissória 3. Cheque e Duplicata Mercantil 4. Outros títulos	22 h/a 0 h/ext	- Aula expositiva/dialogada em forma de questionamentos sobre o tema.	M3: Prova escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: Relatório Jurisprudêncial - Relatório (Peso: 1,00)	(8) (9) (10) (11) (18) (20) (23) (26)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(19) COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial 3: direito de empresa. 13. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 490 p. ISBN 9788502025639(obracompleta).

(20) COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial 1: direito de empresa. 16. ed. São Paulo, SP:

Saraiva, 2012. 592 p. ISBN 9788502025639 (obracompl

(26) DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro 8: direito de empresa. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 970 p. (Curso de direito civil brasileiro; 8). ISBN 9788502017979 (obra completa).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(1) CAMPINHO, Sérgio. O direito de empresa à luz do novo Código Civil. 11. ed. rev. e atual. de acordo com a Lei nº 11.941/2009. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2010. 399 p. ISBN 9788571477834.

(2) CAMPINHO, Sérgio. O direito de empresa à luz do novo Código Civil. 11. ed. rev. e atual. de acordo com a Lei nº 11.941/2009. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2010. 399 p. ISBN 9788571477834.

(3) MARTINS, Fran. Contratos e obrigacoes comerciais: incluindo os contratos de representacao comercial, seguro, arrendamento mercantil (leasing), faturizacao (factoring), franquia (franchising), know-how e cartoes de credito. 14. ed. rev. e atual. Uberaba, MG: Forense, 1996. xxv, 542p ISBN 8530901401 (enc.).

(4) SALOMAO FILHO, Calixto. O novo direito societario. 5. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 1998. 253p ISBN 857420062X (broch..

(5) SALOMAO FILHO, Calixto. O novo direito societario. 5. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 1998. 253p ISBN 857420062X (broch..

(6) SALOMAO FILHO, Calixto. O novo direito societario. 5. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 1998. 253p ISBN 857420062X (broch..

(7) COMPARATO, Fabio Konder. Direito empresarial: estudos e pareceres. 1995. 553p ISBN 8502006940 (enc.).

(8) IMHOF, Cristiano. O novo código civil e a interpretação do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina: artigo por artigo : texto comparado CC2002/CC1916. 1. ed. Florianópolis, SC: Conceito, 2007. 1735 p. ISBN 8577550109.

(9) MAMEDE, Gladston. Manual de direito empresarial. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009. xxi, 504 p. ISBN 9788522452705.

(10) COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial: direito de empresa. 24. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 556 p. ISBN 9788502154537.

(11) MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro 5: teoria geral dos contratos. São Paulo, SP: Atlas, 2010. xxi, 476 p. ISBN 9788522460090.

(12) BARBOSA, Denis Borges. Tratado da propriedade intelectual. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2010. 3 Tomos ISBN 9788537508411.

(13) BARBOSA, Denis Borges; GRAU-KUNTZ, Karin; BARBOSA, Ana Beatriz Nunes. Propriedade intelectual na construção dos tribunais constitucionais. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2009 134 p. ISBN 9788537505755.

(14) BARBOSA, Denis Borges. Uma introduçao a propriedade intelectual, 2 volume. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 1998. 174p ISBN (broch.).

(15) BARBOSA, Denis Borges; JABUR, Wilson Pinheiro; SANTOS, Manoel Joaquim Pereira dos. Propriedade

intelectual: criações industriais, segredos de negócio e concorrência desleal. São Paulo, SP: Saraiva, 2007. xiii, 395 p. (Série GVLaw) ISBN 8502059734.

(16) BARBOSA, Denis Borges. Licitaçoes, subsidios e patentes (apos a Organizaçao Mundial do Comercio de 1994), vol. II: Direito do desenvolvimento industrial. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 1997. 211p ISBN - (broch.).

(17) BARBOSA, Denis Borges. Licitaçoes, subsidios e patentes (apos a Organizaçao Mundial do Comercio de 1994), vol. II: Direito do desenvolvimento industrial. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 1997. 211p ISBN - (broch.).

(18) REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial 2. 29. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 858 p. ISBN 9788502148666(v. 2).

(23) NEGRÃO, Ricardo. Direito empresarial: estudo unificado. São Paulo: Saraiva, 2012.

(24) NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa 1: evolução histórica do direito comercial, teoria geral da empresa, direito societário. São Paulo, SP: Saraiva, 2012.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O decoro acadêmico será sempre o norte de todos os encontros.

O Professor poderá atribuir nota de participação aos acadêmicos, que será medida por critérios exclusivamente objetivos, tais como:
1- participação na semana de monografias e;
2- a elaboração de trabalhos científicos, de pesquisa e relatórios, se solicitado.

A nota de participação depende exclusivamente da observância do acadêmico às tarefas indicadas pelo Professor e às normas editadas pela Instituição de Ensino. Referida avaliação, só será levada a efeito no final do semestre letivo, levará em conta o somatório das atividades acadêmicas determinadas, e não excederá a um ponto da Média.

Obs: A segunda chamada é restrita para as provas obrigatórias e poderá ser aplicada na modalidade oral a critério do
Professor no último dia letivo e contendo todo conteúdo programático.

Não haverá atividades complementares de recuperação de notas.

Durante as aulas e a critério do professor poderão ser realizados exercícios os quais poderão ter atribuição de pontos que serão utilizados nas avaliações descritas nesse plano de ensino.

As atividades deverão ser realizadas na data marcada. No caso de falta de aluno este só poderá fazer a atividade se a falta for justificada através de processo administrativo, caso não seja, será atribuída a nota zero.

A critério do professor poderão ser efetuados outras métodos de avaliações sem aviso prévio, conforme se faça necessário e, nesse caso, a atividade privilegiará o aluno/a presente em sala de aula.
DATAS DAS AVALIAÇÕES:

24/08/2015MÉDIA PARCIAL 1M1Prova M1-1Prova Escrita
14/09/2015MÉDIA PARCIAL 1M1Prova Escrita c/ Consulta M1-2
05/10/2015MÉDIA PARCIAL 2M2Prova M2-1Prova Escrita
26/10/2015MÉDIA PARCIAL 2M2Prova Escrita c/ Consulta M2-2
16/11/2015MÉDIA PARCIAL 3M3Prova Escrita M3-1
14/12/2015MÉDIA PARCIAL 3M3Relatório Jurisprudencial M3-2

OBSERVAÇÕES GERAIS

1. Os acadêmicos devem participar da semana de defesa de monografias
2. O plano de ensino pode ser alterado.
3. É aconselhável a leitura das normas institucionais vigentes, bem como do Guia Acadêmico.
4. E-mail para contato: sergio.vaz@univali.br ou sergiovaz@vzadvogados.adv.br
5. Compete ao acadêmico zelar pela sua frequência nas aulas e pela recuperação de eventuais notas.
6. Todas as provas poderão conter questões dos seguintes modelos e tipos: múltipla escolha simples, contextualizadas, de elaboração de petições, de análise de relações, de interpretações, de asserções / razão e discursivas.
7. As provas de segunda chamada serão no último dia letivo do semestre e compreenderá toda matéria semestral, independente de qual seja a avaliação que foi perdida (M1, M2 ou M3) e poderão conter os tipos de questões acima mencionado, além de conter conteúdo cumulativo com a M3.
8. Nas datas prevista de provas, estas serão aplicadas da seguinte forma: exclusivamente no primeiro horário de aula. Ao segundo horário será destinado a correção e devolutiva de provas, conforme previsto no cronograma.
9. As chamadas serão feitas no início e ao término de cada aula.
10. As faltas serão revistas mediante processo / protocolo junto a secretária do campus, assinado e autorizado pelo coordenador do curso.
11. O conteúdo programático poderá ser ministrado em ordem diversa do previsto no cronograma.
12. O conteúdo disponibilizado pelo Professor no Material Didático deve ser complementado e aprofundado na pesquisa e nos estudos com a bibliografia e textos indicados.
13. As provas aplicadas mediante consulta deverão ser: ao material disponibilizado pelo professor, a bibliografia indicada e anotações do aluno.
14. Não será permitido o uso de celular e ou similares durante as aulas e nos dias de provas.
15. Os e-mails enviados ao docente serão respondidos conforme a disponibilidade do mesmo. Qualquer orientação deverá ser sanada presencialmente no horário da disciplina, conforme Programação Acadêmica.
16. Não estão permitidas quaisquer formas de reprodução eletrônica, gravações, filmagens, postagens, fotos e semelhantes durante as aulas da disciplina.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova M1-1 * 1,00 + Prova Escrita c/ Consulta M1-2 * 1,00) / 2,00
M2 = (Prova M2-1 * 1,00 + Seminarios Contratos Mercantis * 1,00) / 2,00
M3 = (Prova escrita * 1,00 + Relatório Jurisprudêncial * 1,00) / 2,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

Digitally signed by FATIMA CATARINA BARBI:06110548928
Date: 2024.05.13 18:12:37 -03:00

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
www.univali.br/validadoc
Para isso, informe o código do documento digital: 835643 e a chave de acesso: 5122368.

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1707 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

Professor(es): DENISE SCHMITT SIQUEIRA GARCIA

Período: 6º	Ano/Sem.: 2016 / 1 Classe: 1
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Analisar as noções básicas e os pressupostos fundamentais para a compreensão do funcionamento do sistema recursal e do processo cautelar.

EMENTA

Teoria Geral dos recursos. Recursos em espécie. Processo cautelar. Medidas cautelares nominadas. Medidas cautelares inominadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 48 h.a. + Total C.H. Avaliações: 24 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
- Conhecer os atos processuais sujeitos a recurso - Identificar os pressupostos de admissibilidade dos recursos - Apontar a espécie de recurso cabível frente ao ato processual a ser impugnado e prazos correspondentes	UNIDADE 1 - Teoria Geral dos recursos 1. Parte geral 2. Pressupostos recursais	8 h/a 0 h/ext	- Aulas expositivas dialogadas - Análise de peças processuais (recursos em espécie) - Análise a texto legal, doutrinário e jurisprudencial acerca do tema em estudo	M1: Prova legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) - Capacidade de compreensão e pensamento lógico - uso correto da língua portuguesa - conhecimento teórico e prático M1: Estudo de caso - Estudo de Caso (Peso: 1,00) - Uso adequado da língua portuguesa - Capacidade de compreensão - Capacidade de aplicação da teoria em questões práticas apresentadas pela professora com indicação de doutrina e legislação pertinente ao caso M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) M2: Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) - Uso adequado da língua portuguesa - Capacidade de compreensão - Capacidade de aplicação da teoria em questões práticas apresentadas pela professora com indicação de doutrina e legislação pertinente ao caso M3: Prova legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) Capacidade de síntese nas respostas apresentadas. Domínio de todo conteúdo trabalhado no semestre Clareza das respostas	(1) (3) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11) (12) (13) (14) (15) (16) (17) (18) (19)
- Conhecer as peculiaridades do recurso de apelação, agravo retido e de instrumento; - Distinguir os Embargos Infringentes, de Declaração e de Divergência, considerando seu cabimento frente ao caso	UNIDADE 2 - Recursos em espécie 1. Apelação 2. Agravo 3. Recurso adesivo 4. Embargos infringentes 5. Embargos de declaração	20 h/a 0 h/ext	- Aulas expositivas dialogadas - Análise dos recursos em espécie - Análise jurisprudencial - Exercícios práticos de aplicabilidade do recurso	M1: Prova legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) - Capacidade de compreensão e pensamento lógico - uso correto da língua portuguesa - conhecimento teórico e prático M1: Estudo de caso - Estudo de Caso (Peso: 1,00) - Uso adequado da língua portuguesa	(1) (3) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11) (12)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
concreto; - Identificar o cabimento do recurso adesivo, bem como compreender seu processamento; - Distinguir os recursos para os tribunais superiores, considerando seu cabimento frente ao caso em concreto; - Conhecer as peculiaridades dos recursos intentados para os tribunais superiores; - Compreender a ordem dos processos nos tribunais, desde o seu ingresso até ulterior julgamento; - Aplicar os conhecimentos adquiridos na elaboração correta dos recursos estudados.	6. Recurso especial 7. Recurso extraordinário 9. Embargos de divergência		adequado frente ao caso em concreto	- Capacidade de compreensão - Capacidade de aplicação da teoria em questões práticas apresentadas pela professora com indicação de doutrina e legislação pertinente ao caso M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) M2: Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) - Uso adequado da língua portuguesa - Capacidade de compreensão - Capacidade de aplicação da teoria em questões práticas apresentadas pela professora com indicação de doutrina e legislação pertinente ao caso M3: Prova legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) Capacidade de síntese nas respostas apresentadas. Domínio de todo conteúdo trabalhado no semestre Clareza das respostas	(13) (14) (15) (16) (17) (18) (19)
- Estabelecer a distinção entre os processos de conhecimento, execução e cautelar - Estabelecer a distinção entre tutela cautelar e tutela antecipada - Analisar os pressupostos para a concessão da tutela cautelar - Compreender as características da ação cautelar, bem como sua classificação - Identificar o objeto da ação cautelar, estabelecendo a competência para a propositura da ação - Compreender o processamento da ação cautelar, em especial as peças processuais pertinentes	UNIDADE 3 - Processo cautelar. 1. Parte geral	8 h/a 0 h/ext	- Aulas expositivas dialogadas - Análise de peças processuais - Análise jurisprudencial	M3: Prova legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) Capacidade de síntese nas respostas apresentadas. Domínio de todo conteúdo trabalhado no semestre Clareza das respostas M3: Estudo Dirigido - Outros Instrumentos (Peso: 1,00)	(1) (3) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11) (12) (13) (14) (15) (16) (17) (18) (19)
- Identificar as medidas cautelares nominadas, suas peculiaridades e processamento - Analisar o procedimento das medidas cautelares	UNIDADE 4 - Medidas cautelares nominadas 1. Cautelares nominadas	8 h/a 0 h/ext	- Aulas expositivas dialogadas - Análise individualizada de cada medida cautelar nominada - Análise jurisprudencial - Exercícios práticos de aplicabilidade da medida adequada frente ao caso em concreto	M3: Prova legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) Capacidade de síntese nas respostas apresentadas. Domínio de todo conteúdo trabalhado no semestre Clareza das respostas M3: Estudo Dirigido - Outros Instrumentos (Peso: 1,00)	(1) (3) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11) (12) (13) (14) (15) (16) (17)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
					(18) (19)
- Identificar a existência de medidas cautelares inominadas e compreender seu processamento	UNIDADE 5 - Medidas cautelares inominadas 1. Poder geral de cautela	4 h/a 0 h/ext	- Aulas expositivas dialogadas - Análise jurisprudencial - Exercícios práticos de aplicabilidade da medida cautelar frente ao caso em concreto	M3: Prova legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) Capacidade de síntese nas respostas apresentadas. Domínio de todo conteúdo trabalhado no semestre Clareza das respostas M3: Estudo Dirigido - Outros Instrumentos (Peso: 1,00)	(1) (3) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11) (12) (13) (14) (15) (16) (17) (18) (19)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(5) MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de processo civil 2: processo de conhecimento. 12. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2014. 718 p. (Curso de processo civil ; 2) ISBN 9788520351062 (v.2).

(6) MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de processo civil 4: processo cautelar. 3. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2011. 396 p. (Curso de Processo Civil ; 4)

(8) NUNES, Elpídio Donizetti. Curso didático de direito processual civil. 18. ed. rev., ampl. e atual. especialmente de acordo com a Lei n. 12.810/2013 (art. 285-B, do CPC), e com a jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores até o REsp 1.347.627/SP, julgado em 09/10/2013. São Paulo, SP: Atlas, 2014. xlvii, 1612 p. ISBN 9788522487455.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(1) MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de processo civil 1: teoria geral do processo. 5. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2011. 524 p. (Curso de processo civil ; 1)

(3) MARINONI, Luiz Guilherme. Tutela inibitoria: individual e coletiva. 3.ed rev., atual., e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2003. 525 p ISBN 8520324052 (broch.).

(7) NUNES, Elpídio Donizetti. Curso didático de direito processual civil. 15. ed. rev. , ampl. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2011. 1474 p. ISBN 9788522462223.

(9) BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil 1: teoria geral do direito processual civil. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. xxviii, 580 p. ISBN 9788502067295 (obra comp

(10) BUENO, Cássio Scarpinella. Tutela antecipada. São Paulo, SP: Saraiva, 2004. xvi, 244 p. ISBN 8502049909.

(11) GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo curso de direito processual civil 1: teoria geral e processo de conhecimento (1ª parte). 11. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 487 p. ISBN

9788502047006 (obra comp

(12) MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil 1: teoria geral do processo e processo de conhecimento. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 578 p. ISBN 9788522498024.

(13) MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil 2: teoria geral dos recursos, recursos em espécie e processo de execução. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. xxvi, 540 p. ISBN 9788522497683.

(14) MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil 3: medidas de urgência, tutela antecipada e ação cautelar, procedimentos especiais. 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014. xxxii, 496 p. ISBN 9788522487127.

(15) ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. 16. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2013. 1311 p. ISBN 9788520348703.

(16) MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Recursos e ações autônomas de impugnação: teoria geral e princípios fundamentais dos recursos cíveis.... 2. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2011. 331 p. (Processo civil moderno ; 2) ISBN 9788520336953.

(17) THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 1: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 41. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2004. 683 p. ISBN 8530920198.

(18) THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 1: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 41. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2004. 683 p. ISBN 8530920198.

(19) BRASIL; ANGHER, Anne Joyce. Código de processo civil: constituição federal, legislação. 21. ed. São Paulo, SP: Rideel, 2015. xiii, 529 p. (coleção de Leis Rideel). ISBN 9788533933675.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1. SOBRE AS AVALIAÇÕES E OUTRAS ATIVIDADES:

a) PROVAS ESCRITAS: Serão realizadas 3 provas escritas, individuais e sem consulta (SEM CONSULTA AO CÓDIGO, CADERNOS, ANOTAÇÕES OU AOS COLEGAS), respectivamente no quinto, décimo primeiro e décimo sétimo encontros.

a) ESTUDOS DE CASO: Os dois estudos de caso que serão realizados em dupla ou individual, e com consulta ao material que a professora vai informar até uma aula antes da avaliação.

c) PEÇA PROCESSUAL: Será realizada em grupo, sendo que os acadêmicos deverão fazer uma peça processual com base no caso concreto que será apresentado pela professora no dia da avaliação.

e) PROVA ORAL: Em grupo, com resposta a uma questão para o grupo e mais três questões individuais, que serão respondidas sem consulta, valendo 2,5 cada uma.

Para realização dessa prova a professora vai agendar horário para que os grupos compareçam em sala de aula. O acadêmico só poderá estar em sala no seu horário agendado, e caso chegue atrasado ficara´para fazer a prova somente no final de todos os grupos.

Se houver necessidade de revisão de prova, o acadêmico deverá e escrever a questão sorteada, bem como sua resposta. Após o visto da professora nesse documento, o acadêmico poderá levar a pergunta e a resposta para casa a fim de fazer a fundamentação, devendo tal revisão ser entregue no máximo até o 18º encontro da disciplina, quando a professora fará a apreciação do pedido.

c) A devolução das avaliações ocorrerá no prazo máximo de 15 dias, a contar de sua realização; recursos correrão de acordo com a regulamentação da Univali.
d) Ausência em dias de aulas e provas somente poderá ser justificada e recuperada mediante regular processo de justificativa de faltas e segunda chamada de provas, a ser requerido junto à Secretaria Acadêmica, de acordo com o Regimento Geral da UNIVALI.

2. SOBRE A CARGA HORÁRIA E FALTAS:
a) A participação nas aulas é obrigatória. O aluno que não obtiver 75 % (setenta e cinco por cento) de frequência da carga horária total da disciplina será reprovado.
b) A carga horária da disciplina é de setenta e duas (72) horas/aula. Serão 18 encontros no total.
c) A carga horária definida no cronograma é uma previsão feita pela professora, sujeita à alteração. O conteúdo pode não acompanhar o tempo previsto, dependendo de uma série de circunstâncias (participação da turma, número de alunos, atividades externas previstas pela Coordenação do Curso etc.).

3. SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA:
Semana de Iniciação Científica, de 16 a 22 de Junho de 2015. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso a professora componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pela professora. Outros casos de participação serão acordados com a professora.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1. SOBRE COMPORTAMENTO EM SALA DE AULA:
a) Os acadêmicos têm plena liberdade de participação, discussão e expressão de ideias durante as aulas.
b) Deverá ser mantido um clima de respeito mútuo.
c) Não serão toleradas, de forma alguma, atitudes pouco éticas e de falta de respeito com a professora e com os colegas.
d) Em caso de reiteradas atitudes de indisciplina e de falta de respeito, será o(a) acadêmico(a) encaminhado(a) à Coordenação do Curso.

2. GERAIS:
a) Uma bibliografia complementar de aprofundamento sobre algum tema específico poderá ser divulgada em sala de aula pela professora aos alunos interessados.
b) O presente Plano de Ensino é concebido enquanto "carta de intenções". Isto significa que, eventualmente, decorrente de imprevistos, eventos acadêmicos e/ou acordos entre os acadêmicos e a professora, possa sofrer modificações, a critério desta.
c) É aconselhável a leitura diária de publicações sobre Direito Processual Civil.

OBSERVAÇÕES GERAIS
1. Não será permitido o uso de celulares durante a aula e muito menos em dias de provas.
2. O horário de aula é impreterivelmente das 19 horas até 22 horas e 30 minutos. Utilize o tempo de sala de aula para estudar!!
3. Novas bibliografias e novos textos poderão ser indicados e exigidos pela professora no

decorrer das aulas.
4. Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais, conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento à Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.
5. As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal, em atendimento à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.
6. O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com os Professores e com a Coordenação do Curso como participar.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova legal * 2,00 + Estudo de caso * 1,00) / 3,00
M2 = (Prova Legal * 2,00 + Peça Processual * 1,00) / 3,00
M3 = (Prova legal * 2,00 + prova oral * 2,00 + Estudo Dirigido * 1,00) / 5,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1710 - DIREITO ADMINISTRATIVO I

Professor(es): ALEXANDRE DOS SANTOS PRIESS

Período: 7º	Ano/Sem.: 2016 / 1 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Analisar o Direito Administrativo no contexto dogmático, ético e em suas implicações sociais, sob a perspectiva dos princípios e da doutrina Constitucional.

EMENTA

Introdução ao Direito Administrativo. A administração pública. Servidor público. Serviço público. Atos administrativos. Poderes administrativos. Intervenção na proriedade e no domínio econômico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Avaliar a estrutura de uma sociedade política e sua forma de organização. Analisar a importância do Direito Administrativo para a formação e organização do Estado brasileiro.	UNIDADE 1 - Introdução ao Direito Administrativo. 1. Noções gerais. Conceito. Objeto. Características.	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto. Pesquisa científica e incentivo à redação de artigo científico.	M1: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M1: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M2: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado.	(2) (3) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Analisar a Administração Pública, sua organização e a aplicabilidade de seus princípios fundamentais. Conhecer as categorias operacionais existentes na Administração Pública.	UNIDADE 2 - A administração pública. 1. Administração Pública. Organização.	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto. Resolução de problemática concreta.	M1: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M1: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M2: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado.	(2) (3) (6) (7) (8)
Entender a sistemática de acesso aos cargos públicos, investidura e carreira. Classificar as modalidades de cargos. Discutir a história e cultura afro-brasileira e indígena e sua evolução no funcionalismo público.	UNIDADE 3 - Servidor público. 1. Conceito. Classificação. Carreira.	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto. Leitura de textos complementares.	M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M2: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa	(2) (3) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado.	
Avaliar e classificar as formas de prestação dos serviços públicos. Estudar a Política Nacional de Educação Ambiental.	UNIDADE 4 - Serviço público. 1. Conceito. Princípios. Titularidade. Classificação.	12 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto. Resolução de exercício de fixação.	M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M2: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado.	(2) (3) (8)
Examinar os atos administrativos. Compreender seus requisitos, atributos e classificação.	UNIDADE 5 - Atos administrativos. 1. Conceito. Atributos. Requisitos. Classificação. Vícios.	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto. Será realizada Visita Técnica a determinados órgãos públicos, assim como aula em laboratório de informática para a prática da pesquisa jurídica em sites da internet que sejam repositórios oficiais de jurisprudência.	M1: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M1: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M2: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será	(2) (3)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado.	
Investigar os poderes inerentes à Administração Pública. Instrumentalizar para aplicar a ocasião de exercício do poder respectivo.	UNIDADE 6 - Poderes administrativos. 1. Espécies	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto. Avaliação, discussão e debate de casos concretos selecionados do cotidiano.	M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M2: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado.	(2) (3)
Examinar o conceito de propriedade privada à luz da Constituição da República em cotejo com a prevalência do interesse público ao privado. Compreender o alcance de cada uma das modalidades de intervenção.	UNIDADE 7 - Intervenção na proriedade e no domínio econômico. 1. Instrumentos de intervenção	12 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto. Pesquisa conceitual extra-sala em grupo com socialização de resultados em sala de aula.	M3: Seminário - Seminário (Peso: 1,00) Para a correção será considerada a objetividade, clareza, coesão, exposição verbal de língua portuguesa culta e pertinência ao conteúdo ministrado. M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado.	(2) (3)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(2) MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 22. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2007. 1053 p. ISBN 9788574207933.

(6) DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 25. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012. xxxi, 932 p. ISBN 9788522469208.

(8) MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 32. ed. atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2006. 826 p. ISBN 8574207233.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(3) MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 4. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 863 p. ISBN 9788502214330.

(7) MEDAUAR, Odete. O direito administrativo em evolução. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2003. 298 p. ISBN 8520324592.

(9) GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 16. ed. atual. São Paulo, SP: Saraiva 2011. 1166 p. ISBN 9788502110229.

(10) CARLIN, Volnei Ivo. Direito administrativo: doutrina, jurisprudência e direito comparado. 3. ed. rev. atual. e ampl. Florianópolis, SC: OAB/SC Editora, [2005]. 462 p. ISBN 8586988316.

(11) JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 2. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2006. xv, 851 p. ISBN 8502054732.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1. Pontualidade, respeito, assiduidade e permanência em sala de aula.
2. Participação oral com intervenções, questionamentos, observações pertinentes ao tema.
3. Posse e utilização, em sala de aula, do material solicitado para desenvolvimento dos conteúdos.
4. Cumprimento das leituras recomendadas, com antecedência.
5. Domínio, identificação e aplicação dos conceitos científicos estudados em situações concretas.
6. Capacidade de raciocínio do acadêmico na aplicação do Direito, no caso de ausência ou lacuna da norma jurídica.
7. Raciocínio lógico na descrição de ideias e viabilidade dos estudos realizados.
8. Riqueza e clareza na argumentação escrita e oral, bem como capacidade de síntese das ideias.
9. Observância da norma padrão da língua portuguesa.
10. Identificação dos pressupostos fundamentais à temática.
11. Ética no desfecho do(s) caso(s) prático(s).
12. Comportamento ético condizente com o estágio já alcançado dentro da grade do curso, e o nível de maturidade desejável dos acadêmicos.
13. Postura acadêmica que compreende: não usar celular dentro da sala e durante as aulas (EXPRESSAMENTE PROIBIDO O USO E, INCLUSIVE, AS SAÍDAS DE SALA CONSTANTES. DURANTE AS AVALIAÇÕES OS CELULARES DEVEM SER DESLIGADOS E GUARDADOS NAS MOCHILAS); não interromper os momentos de estudos e de concentração com conversas paralelas, saídas e entradas desnecessárias durante as aulas.
14. Observância das orientações formais dos exercícios/atividades propostos, de forma que receberão nota 0 (zero), os acadêmicos cujos trabalhos e provas apresentarem sinais de cópia de outros acadêmicos, contiverem evidências de materiais retirados de meio digital, copiados de livros ou outras fontes de pesquisa sem a indicação bibliográfica, ou ainda o acadêmico que realizar consulta não autorizada ao material, em atividade de avaliação.
15. Após o início do semestre, poderão ser estabelecidos outros critérios de avaliação, sem prejuízo ao amplo e prévio conhecimento por parte dos acadêmicos.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Recomenda-se a leitura do Guia Acadêmico e da Legislação Institucional.
No 1° (primeiro) dia de aula será discutido o presente plano de ensino, que poderá ser modificado, a qualquer tempo, no curso da disciplina. Caso isso ocorra, os acadêmicos serão comunicados.

Para que o(a) acadêmico(a) atinja os objetivos propostos, é importante que: acompanhe as atividades da disciplina através das aulas e da realização da leitura dos textos correspondentes aos temas tratados, fazendo o respectivo fichamento e anotando as dúvidas para discuti-las em sala de aula; esteja atualizado com as atividades de sala de aula; exponha suas dificuldades ao professor e busque fontes suplementares de pesquisa; realize as leituras e as atividades didáticas de acordo com as técnicas e os métodos de elaboração científica, cujo conteúdo é objeto de disciplina específica.

As chamadas (frequência) serão feitas sempre 20 (vinte) minutos após o início das aulas. O acadêmico que ingressar na sala de aula após a chamada, deverá aguardar o término da aula para requisitar, quando for o caso, sua presença parcial.

As justificativas de faltas serão aceitas SOMENTE mediante prévio processo administrativo deferido.

A 2.ª chamada (exercícios e avaliações) - desde que efetuado e deferido o processo de justificativa - poderá ser realizada de forma escrita ou oral, a critério do professor (SEMPRE NA ÚLTIMA AULA DO SEMESTRE, SEM EXCEÇÃO, NA MODALIDADE ESCRITA. A ENTREGA DOS ESTUDOS DE CASOS EM DATA POSTERIOR A FIXADA PELO DOCENTE IMPLICARÁ NA PERDA DE PONTUAÇÃO, OU SEJA, 0,5 POR DIA DE ATRASO. O NÃO COMPARECIMENTO AO SEMINÁRIO IMPLICARÁ NA ELABORAÇÃO DE TRABALHO INDIVIDUAL MANUSCRITO).

AS PROVAS ESCRITAS (PROVA LEGAL) SERÃO TODAS CUMULATIVAS E SEM CONSULTA.

Não é permitido qualquer tipo de gravação (de imagem ou som) das aulas ministradas.

Não havendo, eventualmente, aula em alguma data estabelecida no referido plano, a atividade passará para o dia de aula da disciplina imediatamente posterior.

A bibliografia indicada não exaure a gama de obras (livros, trabalhos acadêmicos, artigos, periódicos, etc.) que tratam sobre a matéria, servindo como mero referencial a(o) acadêmico(a), que pode (e deve) ser complementado.

Outras referências bibliográficas poderão ser indicadas pelo professor, conforme a evolução do conteúdo e necessidade de aprofundamento dos estudos. Além disso, os acadêmicos deverão ter a diligência necessária para aprofundar seus estudos com obras e legislação atualizadas.

Será indispensável ao acadêmico o manuseio da legislação pertinente durante as aulas e a leitura prévia dos conteúdos e/ou textos indicados.

Considerando que o direito não é estático e sim dinâmico, o acadêmico deverá estar atento às constantes alterações da legislação.

Eventual material de apoio disponibilizado será considerado como conteúdo para fins de avaliação.

Não será permitido o uso de computador/ tablet / celulares e/ou similares durante a realização das avaliações, salvo nos casos de orientação expressa do professor. Nestes dias, caso seja permitida alguma consulta, o(a) acadêmico(a) deverá trazer legislação (ou outro material) impressa em papel.

DE 13 a 17 DE JUNHO DE 2016 será realizada a Semana de Iniciação Científica. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso o professor componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pelo professor. Outros casos de participação serão acordados com o professor da aula que coincide com a referida banca.

O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com este Professor ou com a Coordenação para entender como

participar.
Durante o semestre será realizada Visita Técnica a determinados órgãos públicos, assim como aula em laboratório de informática para a prática da pesquisa jurídica em sites da internet que sejam repositórios oficiais de jurisprudência.
O Grupo de Pesquisa Paideia incentiva há 13 anos a pesquisa no CEJURPS, instigando a comunidade acadêmica no desenvolvimento da pesquisa jurídica com grupos de estudos e participação em editais, como PROBIC, PIBIC, art. 171 (CESC), entre outros.

Cronograma Resumido (PODERÁ SER ALTERADO, MEDIANTE COMUNICAÇÃO DO DOCENTE EM SALA DE AULA).

1 - 29/2 - Apresentação da Disciplina - Exposição do Plano de Ensino - Introdução ao Direito Administrativo e Princípios
2 - 7/3 - Princípios
3 - 14/3 - Administração Pública
4 - 21/3 - Ato Administrativo
5 - 28/3 - Estudo de Caso (peso 1)
6 - 4/4 - M1 - Prova Legal (peso 3)

7 - 11/4 - Poderes da Administração (com discussão da Lei 9.795/99, Política Nacional de Educação Ambiental)
8 - 18/4 - Poderes da Administração (OSI)
9 - 25/4 - Estudo de Caso (peso 1)
10 - 2/5 - Servidor Público (com discussão da Lei 11.645/08, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena)
11 - 9/5 - Serviço Público
12 - 16/5 - M2 - Prova Legal (peso 3)

13 - 23/5 - Serviço Público
14 - 30/5 - Seminário - Intervenção Estatal (peso 1)
15 - 6/6 - Seminário - Intervenção Estatal (peso 1)
16 - 13/6 - Semana de Iniciação Científica
17 - 20/6 - M3 - Prova Legal (peso 3)
18 - 27/6 - Entrega de notas, realização de provas legais atrasadas

Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova Legal * 3,00 + Estudo de Caso * 1,00) / 4,00
M2 = (Prova Legal * 3,00 + Estudo de Caso * 1,00) / 4,00
M3 = (Seminário * 1,00 + Prova Legal * 3,00) / 4,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 2790 - DIREITO DO CONSUMIDOR

Professor(es): PAULO JOSE DA COSTA

Período: 7º	Ano/Sem.: 2016 / 1 Classe: 3
CH Teórica: 30 (36 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 30 (36 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 2

OBJETIVO GERAL

Identificar conceitos e princípios básicos do Direito do Consumidor.
Especificar e compreender as várias espécies de direitos fundamentais do consumidor, os conceitos a eles inerentes, e suas repercussões jurídicas.
Compreender as diferenças processuais e materiais, tocantes ao Direito do Consumidor e suas peculiaridades.
Conhecer as formas de defesa do consumidor, extra e judicialmente, assim como as tutelas específicas delineadas no Código de Defesa do Consumidor.
Despertar no ACADÊMICO o interesse pelo Direito do Consumidor, evidenciando sua importância e as tendências inovadoras compatíveis com as transformações sociais.

EMENTA

Histórico do Direito do Consumidor. Relações de Consumo. Responsabilidades Subjetiva; Responsabilidade Presumida. Direitos Individuais, Difusos e Coletivos. Práticas abusivas e penalidades administrativas e judiciais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 32 h.a. + Total C.H. Avaliações: 4 h.a. = 36 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Identificar conceitos e princípios básicos do Direito do Consumidor, e sua posição no ordenamento jurídico brasileiro e seus objetivos.	UNIDADE 1 - Histórico do Direito do Consumidor. 1. Surgimento e evolução do Direito do Consumidor 2. O Direito do Consumidor na CRFB/88 e o CDC 3. Princípios gerais e estratégias do CDC	6 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada com apresentação do conteúdo do semestre, bibliografia e utilização de material audiovisual	M1: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 1,00) M1: Problemas práticos - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: Problemas práticos - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: Problemas práticos - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(1) (3) (5)
Especificar e compreender as várias espécies de direitos fundamentais do consumidor, e os conceitos a eles inerentes, criando a aptidão para defini-los, diferenciá-los, mensurar suas limitações, delinear seus objetivos, bem como suas repercussões jurídicas, tanto teoricamente quanto na prática.	UNIDADE 2 - Relações de Consumo. 1. Código Defesa Consumidor: Segmentos que envolve. Dos direitos fundamentais do Consumidor. 2. A caracterização da relação de consumo: Conceito de Consumidor. Fornecedor e sua abrangência. Conceito Fornecedor. Conceito Produto. Conceito de Serviço. Princípios do CDC. Direitos Fundamentais do Consumidor	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada, com pesquisa legal, doutrinária e jurisprudencial, visando identificar a atual significância dos institutos. Apresentação de vídeos exemplificativos.	M1: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 1,00) M1: Problemas práticos - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: Problemas práticos - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: Problemas práticos - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(1) (2) (3) (4) (5)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Diferenciar a responsabilidade objetiva e subjetiva, seus requisitos, suas conseqüências e a aplicação no Direito do Consumidor. Identificar os casos de fato do produto e do serviço e vício do produto e do serviço, bem como as excludentes de responsabilidade, fomentando sua compreensão a partir de casos práticos.	UNIDADE 3 - Responsabilidades Subjetiva; Responsabilidade Presumida. 1. Conceito e requisitos. 2. Da qualidade e responsabilidade. Dano e Vício Da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço;	6 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada com apresentação de notícias, decisões judiciais e resolução de problemas práticos.	M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: Problemas práticos - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: Problemas práticos - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(1) (2) (3) (4) (5)
Assimilar as formas de defesa do consumidor em juízo, agregando a ela os institutos vistos até o momento.Compreender a dinâmica e conceitos pertinentes à tutela individual dos interesses (direitos) do consumidor.Compreender a dinâmica e conceitos pertinentes à tutela coletiva dos interesses (direitos) do consumidor, conceituando cada um dos institutos, permitindo sua identificação a partir de casos práticos.Analisar criticamente a defesa do consumidor em juízo e a tutela de seus interesses.	UNIDADE 4 - Direitos Individuais, Difusos e Coletivos. 1. Da defesa do consumidor em juízo Da tutela individual dos interesses (direitos) dos consumidores 2. Da tutela coletiva dos interesses (direitos) difusos, coletivos propriamente ditos e individuais homogêneos (ações coletivas e ação civil pública);	6 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada, com reforço da legislação extravagante.	M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: Problemas práticos - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(1) (2)
Identificar as práticas abusivas tocante às cobranças, bancos de dados e cadastros de consumidores, com vistas a uma análise crítica da realidade social, permitindo sua identificação a partir de casos práticos.	UNIDADE 5 - Práticas abusivas e penalidades administrativas e judiciais. 1. Das práticas comerciais Oferta. Publicidade e ônus da prova - legislação correlata 2. Das práticas abusivas: cobranças, contratos, bancos de dados e cadastros de consumidores. 3. Das Penalidades Administrativas e Criminais aplicáveis aos Fornecedores	6 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada, com análise de vídeos sobre o assunto e apresentação de material publicitário a ser buscado pelos acadêmicos.	M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: Problemas práticos - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(1) (2) (3) (4) (5)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) GARCIA, Leonardo de Medeiros. Direito do consumidor: código comentado e jurisprudência. 7.

ed., rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2011. 569 p. ISBN 9788576264927.

(2) GRINOVER, Ada Pellegrini. Código brasileiro de defesa do consumidor 1: direito material (Arts. 1º a 80 e 105 a 108) : comentado pelos autores do anteprojeto. 10. ed. rev., atual. e reform. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2011. xlii, 937 p. ISBN 9788530935580.

(3) BENJAMIN, Antônio Herman.; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de direito do consumidor. 5. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2013. 512 p. ISBN 9788520346792.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) ALMEIDA, João Batista de. Manual de direito do consumidor. 5. ed. rev. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 266 p. ISBN 9788502110533.

(5) NUNES, Rizzatto. Curso de direito do consumidor. 9. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 936 p. ISBN 9788502219441.

(7) MARQUES, Claudia Lima. Contratos no código de defesa do consumidor: o novo regime das relações contratuais. 6. ed rev., atual e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, c2011. 1433 p. ISBN 9788520338988.

(10) BONATTO, Claudio; MORAES, Paulo Valerio Dal Pai. Questoes controvertidas no Codigo de Defesa do Consumidor: principiologia, conceitos, contratos atuais. 4.ed. Porto Alegre, RS: Do Advogado, 2003. 239p ISBN 8573482656.

(11) BENJAMIN, Antônio Herman.; MARQUES, Claudia Lima.; BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de direito do consumidor. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2012. 496 p. ISBN 9788520342862.

(9) BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos... [et al.]. Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelo autores do anteprojeto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1. Após o início do semestre, em virtude das características individuais e comportamento dos acadêmicos, poderão ser estabelecidos outros critérios de avaliação, sem prejuízo ao amplo e prévio conhecimento por parte dos acadêmicos.
2. Em virtude da alta qualificação que se exige do Bacharel em Direito, será descontado 0,05 (cinco décimos de ponto) por cada erro de português (escrita e/ou concordância) encontrado nas atividades.
3. Receberão nota 0 (zero), os trabalhos e provas que apresentarem sinais de cópia de outros alunos, contiverem evidências de materiais retirados de meio digital, copiados de livros ou outras fontes de pesquisa sem a indicação bibliográfica.
4. Os trabalhos deverão ser entregues em sala de aula, na data prevista, não sendo aceitos trabalhos via Internet, Fax ou postados no escaninho. Os trabalhos entregues fora do prazo previamente estabelecido pelo professor não serão aceitos e receberá nota 0 (zero) na respectiva atividade.
5. As atividades escritas e as orais serão feitas com ou sem consulta à legislação ou ao material de apoio, o que será comunicado com uma aula de antecedência.
6. IMPORTANTE: A atividades realizadas em 2ª chamada serão realizadas sempre sem consulta a qualquer tipo de material.

7. Considerando que o processo de ensino/aprendizagem e a avaliação do acadêmico devem ser constante, durante as aulas será exigido, de cada acadêmico, (7.1) comportamento ético condizente com o estágio já alcançado dentro da grade do curso, e o nível de maturidade desejável dos acadêmicos; (7.2) Atenção para o conteúdo ministrado; (7.3) Raciocínio lógico com busca constante aos conceitos operacionais já conhecidos durante o curso. Tais itens poderão ser medidos através de interpelações aos acadêmicos durante as aulas.
8. O aluno que for pego “colando” em atividade de avaliação receberá nota zero.
9. O conteúdo das avaliações é cumulativo.
10. Em cada Média haverá uma avaliação chamada de PROVA LEGAL, consistente na resolução de questões retiradas total ou parcialmente de concursos públicos e/ou a resolução de questões praticas do Exame nacional da OAB, incluindo a peça profissional.
11. AS PROVAS SERÃO realizadas sem qualquer tipo de consulta, sendo que todas as PROVAS LEGAIS (M1, M2 e M3) conterão no mínimo 20 Questões, sendo 17 objetivas, retiradas de exames da OAB e/ou Concursos
Públicos (ou similares elaboradas ou adaptadas pelos professores) e 3 dissertativas.
12. Eventual material de apoio disponibilizado, será considerado como conteúdo para fins de avaliação.
13. Como forma de complementar a avaliação e estimular o aprendizado, ao final de cada aula, serão solicitadas pesquisas aos acadêmicos sobre ponto específico do conteúdo e que deverá ser entregue impreterivelmente no início da aula imediatamente posterior.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1. Na primeira aula será apresentado o Plano de Ensino, no qual constará o cronograma detalhado das
atividades;
2. Será indispensável ao aluno o manuseio da Legislação pertinente durante as aulas e a leitura prévia dos conteúdos e/ou textos indicados.
3. Considerando que o direito não é estático e sim dinâmico, o aluno deverá estar atento às constantes alterações da legislação.
4. Será adotado o sistema sem pesos, no sentido de que todo trabalho feito individualmente, terá peso 1,0 (um);
5. Em todas as atividades realizadas serão também observados: a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; FICA ESCLARECIDO QUE O(A) ACADÊMICO(A) QUE FALTAR EM QUALQUER DOS DIAS DE PROVA, APÓS DEFERIMENTO DO COORDENADOR DO CURSO,
PODERÁ EFETUÁ-LA NO ÚLTIMO DIA DE AULA DO SEMESTRE;
6. Não haverá prova de recuperação;
7. A bibliografia indicada não exaure a gama de obras (livros, trabalhos acadêmicos, artigos, periódicos, etc.) que tratam sobre a matéria, servindo como mero referencial ao aluno(a), que pode (e deve) ser complementado.
8. Os últimos 10 minutos de cada aula poderão ser reservados para tirar dúvidas pontuais e/ou aplicação de atividade de avaliação.
9. Para que o(a) acadêmico(a) atinja os objetivos perseguidos pela disciplina, é importante que: 1. Acompanhe as atividades da disciplina através das aulas e da realização da leitura dos textos correspondentes aos temas tratados, fazendo o respectivo fichamento e anotando as dúvidas para discuti-las em sala de aula; 2. Esteja atualizado com as atividades de sala de aula; 3. Exponha suas dificuldades ao professor e busque fontes suplementares de pesquisa; 4.

Realize as leituras e as atividades didáticas de acordo com as técnicas e os métodos de elaboração científica, cujo conteúdo é objeto de disciplina específica.
10. As aulas serão expositivas com a efetiva participação dos acadêmicos, induzindo-os à análise crítica da matéria e debates em sala de aula, podendo ser utilizados recursos audiovisuais e participação de convidados especiais.
11. O acadêmico que ingressar na sala de aula após a chamada, deverá aguardar o término da aula para
requisitar, quando for o caso, sua presença parcial.
12. Os acadêmicos que desejarem contatar com o professor da disciplina poderão fazê-lo também através do e-mail: costa@univali.br
13. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Regimento Interno da Instituição.
14. É obrigatória a leitura da legislação institucional vigente.
15. Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre, de acordo com as necessidades.
16. Será repreendido o aluno que utilizar celular nas aulas. No caso de desobediência será exigido
atividade extra como composição de nota das M(s). O acadêmico que chegar atrasado nos dias de avaliação, só poderá ingressar em sala de aula para realizar a atividade, se não houver saído ninguém da sala.
17. Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais
conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de
2004.
18. As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº
19.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.
20. O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas
áreas. Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.

21. ATENÇÃO PARA OS SEGUINTES EVENTOS:
Semana de Iniciação Científica nos dias 13 a 17 de junho.
22. O Grupo de Pesquisa Paideia incentiva há 12 anos a pesquisa no CEJURPS, instigando a comunidade
acadêmica no desenvolvimento da pesquisa jurídica com grupos de estudos e participação em editais,
como PROBIC, PIBIC, art. 171 (CESC), entre outros.
23. Informe-se sobre as ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova Legal * 1,00 + Problemas práticos * 1,00) / 2,00
M2 = (Prova Legal * 1,00 + Problemas práticos * 1,00) / 2,00
M3 = (Prova Legal * 1,00 + Problemas práticos * 1,00) / 2,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 9935 - ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA I

Professor(es): APARECIDA CORREIA DA SILVA, LUCIANA DE CARVALHO PAULO COELHO, EMANUELA CRISTINA ANDRADE LACERDA e WANDERLEY GODOY JUNIOR

Período: 6º	Ano/Sem.: 2016 / 1 Classe: 4
CH Teórica: 0 (0 horas-aula) CH Prática: 60 (72 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Desenvolver atividades práticas relativas às técnicas forenses para aprimorar as competências adquiridas em sala de aula e necessárias ao ingresso às diferentes carreiras jurídicas. Vivenciar situações reais ou simuladas para integrar os conteúdos curriculares estudados no decorrer do curso e, tendo em vista a articulação da tríplice função universitária, com os processos formativos que se desenvolvem na convivência humana, ética e moral.

EMENTA

Processo Civil I: fase postulatória (inicial, resposta do réu e incidentes processuais) e fase instrutória (especificação e produção das provas e alegações finais). Processo Penal I: fase indiciária (inquérito policial), fase postulatória (denúncia, queixa e resposta à acusação) e instrutória (provas e alegações finais). Atendimento jurídico no Escritório Modelo de Advocacia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 64 h.a. + Total C.H. Avaliações: 8 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conhecer as diferentes fases do Processo Civil para aplicação no exercício jurídico.	UNIDADE 1 - Processo Civil I: fase postulatória (inicial, resposta do réu e incidentes processuais) e fase instrutória (especificação e produção das provas e alegações finais). 1. Petição Inicial 2. Petição Inicial em crimes raciais - Relações Étnico-Raciais e História Cultura Afro Brasileira, Africana e Indígena 3. Contestação 4. Exceção e Reconvenção 5. Avalição e revisão de conteúdo 6. contestação em processos ambientais - Educação Ambiental/Sustentabilidade	20 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada seguida de atividade a ser realizada no Laboratório de Prática Jurídica com vista a aplicação dos conhecimentos estudados e mediante a busca de solução dos problemas levantados na área do Direito Civil.	MCIV: Prova - Prova Prática (Peso: 1,00) MCIV: Relatório - Relatório (Peso: 1,00)	(1) (5) (8)
Analisar e elaborar as peças na área do Direito Penal, em especial nas diferentes fases do Processo Penal.	UNIDADE 2 - Processo Penal I: fase indiciária (inquérito policial), fase postulatória (denúncia, queixa e	24 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada seguida de atividade a ser realizada no Laboratório de Prática Jurídica com vista a	MPEN: Peças Processuais - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) MPEN: Relatório - Relatório (Peso: 1,00)	(2) (3) (5) (6) (7)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
	resposta à acusação) e instrutória (provas e alegações finais). 1. 2.1. Inquérito Policial e Termo Circunstanciado. 2.2. Defesa prévia (crime de tráfico). 2.3. Resposta a Acusação. 2.4. Alegações Finais. 2.5. Audiência Simulada		aplicação dos conhecimentos estudados e mediante a busca de solução dos problemas levantados na área do Direito Penal. Elaboração pelos acadêmicos de peças contendo pesquisa na legislação, na doutrina e na jurisprudência. Audiência Simulada		
O objetivo primordial do EMA é o pedagógico, sendo um laboratório prático no qual os alunos deverão desenvolver o conteúdo adquirido nas demais disciplinas do Curso, sob a orientação de professores, com o escopo de entrelaçar o conhecimento teórico e o prático, objetivando a consolidação de uma formação jurídica de qualidade. A segunda finalidade do Escritório Modelo, revestida de importância ético-social extremamente relevante, é a prestação de serviço à comunidade carente de Itajaí, mediante a atuação em processos judiciais e atendimento às consultas desta mesma coletividade.	UNIDADE 3 - Atendimento jurídico no Escritório Modelo de Advocacia. 1. Atendimentos e Retornos 2. Peticionamento 3. Preparação e Realização de Audiências 4. Ativismo Forense 5. Processos Redistribuídos 6. Cumprimentos das Atividades do Escritorio Modelo de Advocacia 7. Cumprimento de Prazos Processuais	20 h/a 0 h/ext	Atendimento humanista e ético à população hipossuficiente de Itajaí, buscando a efetiva prestação jurisidicional, desde a consulta, elaboração de peças procesuais, acompanhamento forense até o trânsito em julgado do processo.	MEMA: Prática da Advocacia - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) a)Atendimentos e Retornos(10%); b)Peticionamento(10%); c)Realização de Audiências(10%; d)Ativismo Forense(10%); e)Processos Redistribuídos(10%); f)Atividades da Advocacia Penal(10%); g)Cumprimento de Prazos Processuais(40%). MEMA: Relatório Acomp. Processo - Relatório (Peso: 3,00) Cumprimento pleno das atividades do semestre.	(1) (5)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(5) WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil 1: teoria geral do processo e processo de conhecimento. 12. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2012. 846 p. ISBN 9788520341407 (v. 1).

(6) TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal. 16. ed. rev. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. 1033 p. ISBN 9788502181397.

(8) JESUS, Damasio E. de. Código penal anotado. 21. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 1356 p. ISBN 9788502108134.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(1) LINHARES, Erick. Manual prático do juizado especial cível. 2. ed. rev. e atual. Curitiba, PR: Juruá Ed., 2012. 203 p. ISBN 9788536222653.

(2) RANGEL, Paulo. Direito processual penal. 18. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2010. xlii, 1095 p. ISBN 9788537508312.

(3) LOPES JÚNIOR, Aury. Direito processual penal e sua conformidade constitucional 1. 8. ed. Rio

de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2011. xlv, 730 p. ISBN 9788537511145.

(4) BRASIL; CURIA, Luiz Roberto; NICOLETTI, Juliana; CÉSPEDES, Livia. Civil e empresarial: civil ; comercial ; processo civil ; Constituição Federal + legislação complementar. 10. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. xxxviii, 1691 p. (4 em 1 Saraiva). ISBN 9788502212206.

(7) BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal 5: parte especial : dos crimes contra a administração pública e dos crimes praticados por prefeitos. 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 571 p. ISBN 9788502620117 (v.5).

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- O acadêmico será avaliado de acordo com o seu comprometimento no estudo do caso, no atendimento do cliente (quando no EMA), na elaboração da peça processual adequada e acompanhamento do processo.
- Frequência, pontualidade, assiduidade do acadêmico, bem como participação oral com intervenções, questionamentos e observações pertinentes ao tema.
- ATRASOS SUPERIORES A 15 MIN, IMPORTARÁ EM FALTA.
- Posse e utilização, em sala de aula, do material solicitado para desenvolvimento dos conteúdos.
- Na avaliação dos trabalhos escritos e provas discursivas será avaliado pelo professor a capacidade de expressão do conteúdo, clareza na ordenação e exposição de idéias, lógica e coerência.
- Postura acadêmica que compreende: não usar celular dentro da sala e durante as aulas; não interromper os momentos de estudos e de concentração com conversas paralelas, saídas e entradas desnecessárias durante as aulas.
- Observância das orientações formais dos exercícios/atividades propostos, de forma que receberão nota 0 (zero), os acadêmicos cujos trabalhos e provas apresentarem sinais de cópia de outros acadêmicos, contiverem evidências de materiais retirados de meio digital, copiados de livros ou outras fontes de pesquisa sem a indicação bibliográfica, ou ainda o acadêmico que realizar consulta não autorizada ao material, em atividade de avaliação.

A avaliação da disciplina do EMA será lançada ao final do semestre, uma vez que a nota fica pendente às atividades desenvolvidas pelo acadêmico no acompanhamento do(s) processo(s) durante o semestre, tais como petições intermediárias, audiências e atendimentos ao cliente e respectiva apresentação do relatório. Portanto, a avaliação poderá oscilar para mais ou para menos, conforme artigo 15º do Regulamento do Estágio Obrigatório.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.

NORMAS GERAIS DO ESCRITÓRIO MODELO DE ADVOCACIA:

O objetivo primordial do EMA é o pedagógico, sendo um laboratório prático no qual os alunos deverão desenvolver o conteúdo adquirido nas demais disciplinas do Curso, sob a orientação de professores, com o escopo de entrelaçar o conhecimento teórico e o prático, objetivando a consolidação de uma formação jurídica de qualidade. A segunda finalidade do Escritório Modelo, revestida de importância ético-social extremamente relevante, é a prestação de serviço à comunidade carente de Itajaí, mediante a atuação em processos judiciais e atendimento às consultas desta mesma coletividade.

Para o aproveitamento adequado do Escritório Modelo, deverão os alunos cumprir as seguintes regras:

Missão do EMA
Conjugar o conhecimento jurídico teórico com o prático, pautando-se na ética e estendendo a mão à comunidade.

Horário do EMA
Matutino - das 8h às 11h30min.
Vespertino - das 13h30min às 17h.
Noturno - das 19h às 22h30min.

Pontualidade e seus corolários
Atraso superior a 15 minutos importará em falta na primeira aula, sendo necessário o processo administrativo de justificativa e reposição de faltas, no prazo de três dias, com documentos comprobatórios da motivação.

- Após deferimento do processo administrativo para justificar a falta no EMA, o acadêmico deverá fazer um trabalho, cuja nota deverá ser igual ou superior a 7,0 (para justificar a falta) e, concomitantemente, agendar data e horário para a reposição da atividade no EMA, cuja presença é necessária.

Clientes - Triagem
Serão atendidos clientes que se vinculam ao caráter assistencial da Univali e aos requisitos legais para justiça gratuita.
A competência da causa deverá ser da Justiça Estadual, na Comarca de Itajaí, e Juizado Especial Federal, o que exclui demandas trabalhistas.

Por motivos éticos não são prestados serviços à parte contrária em ação patrocinada pelo EMA como advogados do Autor.

Passos e regras para o primeiro atendimento ao cliente
Preencher a Ficha de Triagem e submeter à apreciação do professor orientador para verificar se o EMA pode atender a demanda. Não sendo caso de atendimento pelo EMA, a orientação é para procurar um profissional, sem indicá-lo nominalmente, ou na hipótese de pessoa hipossuficiente, indicar a Defensoria Pública ou outra instituição que preste assistência jurídica gratuita;
Preencher a ficha de cadastro de forma completa;
Solicitar cópia de comprovante de renda e endereço, ou declaração firmada;
Prestar os esclarecimentos iniciais ao cliente (estão pormenorizadas no quadro seguinte);
Preencher o Relatório dos fatos de forma pormenorizada e que outras pessoas compreendam os fatos ocorridos e qual a pretensão do cliente (inclusive quando apenas consulta);
Discutir com o professor orientador o encaminhamento a ser dado ao caso e solicitar ao cliente cópia dos documentos e demais provas necessárias;
Preencher procuração, declaração de hipossuficiência e termo de responsabilidade dos fatos alegados, e colher a assinatura do cliente quando o mesmo apresentar TODOS os documentos hábeis a propositura da ação.

Havendo possibilidade de composição extrajudicial, deverá o aluno agendar uma Mediação com as partes envolvidas.
Obs. Na hipótese de atendimento de clientes após o término do módulo EMA, o aluno deve agendar horário não conflitante com as demais disciplinas do NPJ e combinar previamente com o professor orientador para acompanhá-lo. O aluno que não observar a orientação anterior terá decréscimo em sua nota de participação.
Findo o atendimento, deverá o acadêmico solicitar ao professor orientador a autorização para liberar o cliente, bem como o encaminhamento administrativo para a pasta (arquivo morto/aguardar retorno, etc.), o qual será realizado pela secretaria do EMA.

Esclarecimentos iniciais ao cliente
O serviço do EMA é prestado por acadêmicos de Direito sob a supervisão de professores do Curso de Graduação em Direito regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil;
Sempre que houver alteração de endereço ou o número do seu telefone, deverá comunicar ao EMA, sob pena de renunciarmos ao mandato se não houver como contatá-lo;
O cliente deve informar imediatamente ao EMA o recebimento de qualquer comunicado oficial das autoridades judiciárias (intimação, citação ou notificação);,
O acadêmico deve informar o cliente, de maneira clara e inequívoca, quanto a eventuais riscos da sua pretensão e das consequências que poderão advir da demanda;
Nas ações de Família, solicitar ao Cliente que se dirija ao Forum e solicite a senha do processo e repasse ao acadêmico responsável, para assim, poder acompanhar o andamento do processo via internet.
Para ciência do cliente acerca do andamento da ação (após a propositura da mesma), deve vir pessoalmente ao EMA a cada trinta dias, pois, por questões de segurança, não serão prestadas informações por telefone.

Atendimento de retorno do cliente
Ler na pasta do cliente as solicitações feitas e verificar se elas foram atendidas;
Relatar o atendimento de retorno do cliente;
Verificar com o professor orientador o encaminhamento e, após, atualizar as informações relatando as providências a serem tomadas no processo, e, instá-lo a organizar a pasta para devolvê-la à secretaria.

Confecção de peças processuais
O objetivo a ser buscado pelo aluno (e exigido pelos professores) é o de construir a petição mais academicamente perfeita, observando-se desde os requisitos legais, até a qualidade da fundamentação e argumentação jurídicas;
Munido de cópia dos documentos do cliente, o aluno deverá elaborar a atividade (petição inicial/intermediária/parecer ou outro) no prazo estabelecido pelo professor, encaminhando ao e-mail do professor, que confirmará o recebimento.
Quando a atividade não envolver produção de peça, como por exemplo: comunicação da decisão judicial, a equipe deve informar sobre o cumprimento do prazo na pasta do cliente no EMA na secretaria e ao professor.
Caso não haja alteração ou correção determinada pelo professor, a peça será protocolada; do contrário, a equipe será informada, para proceder às modificações;
Todas as petições deverão finalizar com o nome do professor e dos alunos que a elaboraram (sem

assinar), bem como o estágio e o turno ao qual pertencem, respeitando sempre, os impedimentos profissionais.

Tramitação da ação
Com o atendimento, o cliente passará a estar vinculado à equipe; cabendo-lhes acompanhar o trâmite processual; cumprir os prazos através da elaboração de petições, comparecer às audiências designadas, dentre outros procedimentos que se fizerem necessários.
O andamento processual poderá e deverá ser obtido na página do Tribunal de Justiça de Santa Catarina: http://www.tjsc.jus.br
Designada audiência, o acadêmico deverá comparecer ao EMA para preparação do processo que consiste em: a) estabelecer contato com o cliente para avisá-lo do ato processual esclarecendo o procedimento da audiência e seu conteúdo e; b) preferencialmente, marcar com o Professor responsável pelas audiências um horário para discutirem o caso, devendo também; c)preencher a ficha de preparação da pasta para audiência.
Em caso de impossibilidade de comparecimento o acadêmico deve justificar previamente e comprovar a impossibilidade, sob pena de sofrer os descontos correspondentes na sua nota.

Redistribuição de processos
Os acadêmicos receberão, por redistribuição, os processos das equipes que terminaram o EMA e deverão preencher um relatório de andamento processual para cada um, o qual será avaliado pelo professor. A partir da redistribuição, a equipe se torna responsável pelo processo até o término do oitavo período.

Comportamento
A boa educação, a ética, a linguagem, o tom de voz e vestuário adequados, deverão ser observados em todas as atividades do Escritório Modelo de Advocacia;
Os serviços prestados pelo EMA deverão ser realizados obedecendo as regras pertinentes ao sigilo profissional, nos termos dos arts. 25 a 27 do Código de Ética e Disciplina da OAB .

CUMPRIMENTO DE PRAZOS
O acadêmico está vinculado aos seus processos do sexto ao oitavo período. A sua obrigação e dever de cumprimento dos prazos processuais e de retorno dos clientes do Escritório Modelo de Advocacia é uma premissa inafastável. Assim, deverá estar vigilante e atento as informações publicadas pelo site www.tjsc.jus.br que se constitui em instrumento único de atualização processual e cientificação gerados pelo EMA, vez que se trata de casos reais, na qual o modelo de advocacia impõe uma conduta séria, respeitosa e honrada com as instituições e a sociedade.
A perda de qualquer prazo por parte do acadêmico implicará em séria diminuição da nota acadêmica, definida no plano de ensino da disciplina.

RELATÓRIO FINAL E TÉRMINO DAS ATIVIDADES NO EMA
Compreende-se por relatório final a apresentação e preenchimento do relatório em formulário próprio (o preenchimento deve ser digitado) disponível no material didático da disciplina, o qual deverá conter, além das informações do(s) processo(s) que o acadêmico esteja vinculado, a assinatura do Professor responsável pelo processo e do acadêmico.
Ao ser apresentado o relatório o Professor atribuirá uma nota, que corresponde não só ao relatório devidamente preenchido mas ao cumprimento do acompanhamento do processo durante o

período letivo, sendo descontados os pontos correspondentes ao não cumprimento das atividades conforme segue:

- Ausência em audiência, sem prévia, comprovada e deferida justificativa: desconto de 5 (cinco) pontos, para cada evento;
- Não elaboração de petições intermediárias no prazo fixado: desconto de 3 (três) pontos para cada evento;
- Descrição dos atos processuais no relatório em desacordo com o que de fato ocorreu no processo: desconto de 5 (cinco) pontos.

A não entrega (postagem) do relatório nos termos acima, acarreta na atribuição de nota zero.
Deverá ser entregue um relatório para cada processo que o acadêmico acompanha.
O relatório é individual, e, ainda que o processo seja acompanhado por uma equipe de alunos, cada qual deverá entregar o(s) seu(s) relatório(s) individualmente.

ATENÇÃO PARA AS DATAS RELATTIVAS A ENTREGA, CORREÇÃO E POSTAGEM DO RELATÓRIO:
Entrega na Secretaria do EMA: 13 a 17 de junho
Prazo para Professores corrigirem: 20 a 24 de junho
Prazo para Retirada na Secretaria do EMA pelos acadêmicos: 27 a 30 de junho
Prazo para Postar no Material Didático: 27 a 30 de junho

A Semana de iniciação científica ocorrerá de 13 a 17 de junho de 2016, sendo normais as aulas nesse período.

Ainda importante destacar alguns eventos e atividades que são oportunizadas pela Universidade:

Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal, os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.

As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

IMPORTANTE:
O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas.
Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(MCIV+MPEN+MEMA)/3
MCIV = (Prova * 1,00 + Relatório * 1,00) / 2,00
MPEN = (Peças Processuais * 1,00 + Relatório * 1,00) / 2,00
MEMA = (Prática da Advocacia * 1,00 + Relatório Acomp. Processo * 3,00) / 4,00
Média Final = 7,00
Limite de Falta = 12%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 9937 - DIREITO CIVIL - POSSE E PROPRIEDADE

Professor(es): ALVARO BORGES DE OLIVEIRA

Período: 7º	Ano/Sem.: 2016 / 1 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Analisar as noções básicas e pressupostos fundamentais do Direito das Coisas.

EMENTA

Noções Gerais do Direito das Coisas. Conceito de Posse. Classificação da Posse. Modos de Aquisição e Perda da Posse. Efeitos da Posse. Aquisição e Perda da Propriedade. Direito de Vizinhança. Condomínio. Propriedade Resolúvel. Direitos Reais sobre coisas alheias: aquisição e garantia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Diferenciar Obrigações de Direito das Coisas. Fundamentar Posse e Propriedade.	UNIDADE 1 - Noções Gerais do Direito das Coisas. 1. Introducao a Disciplina	2 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas. Estudo de Caso.	M1: Prova 1 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio de conceitos operacionais básicos e contextualização com questões práticas. Podera conter questões subjetivas e objetivas. Nas questões subjetivas não há acerto parcial. M1: Prova 2 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Será observado: metodologia; conteúdo com duas referências bibliográficas; caso haja cópia não autorizada a nota será zerada; trabalho entregue fora do prazo não será aceito; M2: Prova 2 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Poderá conter questões objetivas e subjetivas. As questões subjetivas não terão acerto parcial. M2: Prova 1 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Aplicação dos conceitos dados em sala de aula. M3: Prova - Prova Oral (Peso: 1,00) Poderá conter questões objetivas e subjetivas. As questões subjetivas não terão acertos parciais.	(1) (6)
Assimilar as características das teorias possessórias. Aprender o conceito de Posse.	UNIDADE 2 - Conceito de Posse. 1. Teorias Possessorias 2. Conceito	4 h/a 0 h/ext	Aulas Expositivas. Ensino com Pesquisa.	M1: Prova 1 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio de conceitos operacionais básicos e contextualização com questões práticas. Podera conter questões subjetivas e objetivas. Nas questões subjetivas não há acerto parcial. M1: Prova 2 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Será observado: metodologia; conteúdo com duas referências bibliográficas; caso haja cópia não autorizada a nota será zerada; trabalho entregue fora do prazo não será	(2) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				aceito; M2: Prova 2 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Poderá conter questões objetivas e subjetivas. As questões subjetivas não terão acerto parcial. M2: Prova 1 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Aplicação dos conceitos dados em sala de aula. M3: Prova - Prova Oral (Peso: 1,00) Poderá conter questões objetivas e subjetivas. As questões subjetivas não terão acertos parciais.	
Distinguir a Natureza Jurídica da Posse. Classificar a Posse.	UNIDADE 3 - Classificação da Posse. 1. Natureza Juridica da Posse 2. Classificacao	4 h/a 0 h/ext	Aulas Expositivas. Estudo do Meio.	M1: Prova 1 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio de conceitos operacionais básicos e contextualização com questões práticas. Podera conter questões subjetivas e objetivas. Nas questões subjetivas não há acerto parcial. M1: Prova 2 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Será observado: metodologia; conteúdo com duas referências bibliográficas; caso haja cópia não autorizada a nota será zerada; trabalho entregue fora do prazo não será aceito; M2: Prova 2 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Poderá conter questões objetivas e subjetivas. As questões subjetivas não terão acerto parcial. M2: Prova 1 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Aplicação dos conceitos dados em sala de aula. M3: Prova - Prova Oral (Peso: 1,00) Poderá conter questões objetivas e subjetivas. As questões subjetivas não terão acertos parciais.	(3) (7)
Aprender a a determinar os modos de aquisição e perda da posse.	UNIDADE 4 - Modos de Aquisição e Perda da Posse. 1. Aquisicao e perda da posse	2 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas. Estudo de caso. Estratégias de solução de problemas.	M1: Prova 1 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio de conceitos operacionais básicos e contextualização com questões práticas. Podera conter questões subjetivas e objetivas. Nas questões subjetivas não há acerto parcial. M1: Prova 2 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Será observado: metodologia; conteúdo com duas referências bibliográficas; caso haja cópia não autorizada a nota será zerada; trabalho entregue fora do prazo não será aceito; M2: Prova 2 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Poderá conter questões objetivas e subjetivas. As questões subjetivas não terão acerto parcial. M2: Prova 1 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Aplicação dos conceitos dados em sala de aula.	(1) (6)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				M3: Prova - Prova Oral (Peso: 1,00) Poderá conter questões objetivas e subjetivas. As questões subjetivas não terão acertos parciais.	
Estudar os efeitos da posse.	UNIDADE 5 - Efeitos da Posse. 1. Efeitos da posse	4 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas. Estudo do meio.	M1: Prova 1 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio de conceitos operacionais básicos e contextualização com questões práticas. Podera conter questões subjetivas e objetivas. Nas questões subjetivas não há acerto parcial. M1: Prova 2 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Será observado: metodologia; conteúdo com duas referências bibliográficas; caso haja cópia não autorizada a nota será zerada; trabalho entregue fora do prazo não será aceito; M2: Prova 2 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Poderá conter questões objetivas e subjetivas. As questões subjetivas não terão acerto parcial. M2: Prova 1 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Aplicação dos conceitos dados em sala de aula. M3: Prova - Prova Oral (Peso: 1,00) Poderá conter questões objetivas e subjetivas. As questões subjetivas não terão acertos parciais.	(2) (5)
Conhecer os institutos relacionados com a aquisição e perda da propriedade.	UNIDADE 6 - Aquisição e Perda da Propriedade. 1. Usucapiao 2. Registro do Titulo 3. Acessao 4. Perda Propriedade 5. Educação em Direitos Humanos 6. Os limites do exercício da propriedade em questão ambiental - PEA	20 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas. Estudo de caso. Estratégias de solução de problemas.	M2: Prova 2 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Poderá conter questões objetivas e subjetivas. As questões subjetivas não terão acerto parcial. M2: Prova 1 - Prova Escrita (Peso: 1,00) Aplicação dos conceitos dados em sala de aula. M3: Prova - Prova Oral (Peso: 1,00) Poderá conter questões objetivas e subjetivas. As questões subjetivas não terão acertos parciais.	(2) (4)
Aprender e Conhecer o direito de vizinhança.	UNIDADE 7 - Direito de Vizinhança. 1. Direito de vizinhanca	4 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas. Estudo de caso.	M3: Prova - Prova Oral (Peso: 1,00) Poderá conter questões objetivas e subjetivas. As questões subjetivas não terão acertos parciais.	(1) (5)
Conhecer e estudar as especies de condomínio.	UNIDADE 8 - Condomínio. 1. Condominio em geral, necessário, edilício e multipropriedade	4 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas. Estudo do meio.	M3: Prova - Prova Oral (Peso: 1,00) Poderá conter questões objetivas e subjetivas. As questões subjetivas não terão acertos parciais.	(2) (8)
Analisar a propriedade resolúvel.	UNIDADE 9 - Propriedade Resolúvel. 1. propriedade resoluvel	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva. Estudo de caso. Estratégias de solução de problemas.	M3: Prova - Prova Oral (Peso: 1,00) Poderá conter questões objetivas e subjetivas. As questões subjetivas não terão acertos parciais.	(2) (7)
Estudar os direitos reais sobre coisas alheias, a aquisição e de garantia.	UNIDADE 10 - Direitos Reais sobre coisas alheias: aquisição e	12 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas. Seminário. Ensino com pesquisa.	M3: Seminarios - Seminário (Peso: 1,00) Desenvoltura e conteúdo. M3: Prova - Prova Oral (Peso: 1,00)	(2) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
	garantia. 1. Superficie, servidao, usufrut, uso e habitacao 2. Promitente Comprador 3. Penhor, hipoteca, anticrese 4. Concessão moradia e direito real de uso			Poderá conter questões objetivas e subjetivas. As questões subjetivas não terão acertos parciais.	

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro 4: direito das coisas. 18. ed. aum. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2002. 550 p. ISBN 8502040723 (broch.).

(2) FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil 5: direitos reais. 10. ed. rev., ampl. e atual. Salvador, BA: Editora Juspodivm, 2014. 867 p. ISBN 9788577619375.

(3) WALD, Arnoldo. Direito civil 4: direito das coisas. 11. ed. rev., aum. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2002. 558 p. ISBN 8502039989.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) ARONNE, Ricardo. Propriedade e domínio: reexame sistemático das noções nucleares de direitos reais. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 1999. 226 p. (Biblioteca de teses (Renovar)) ISBN 857147124X.

(5) GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito das coisas 3. 2. ed. rev. e atual. 1999. 179 p. (Sinopses jurídicas ; 3). ISBN 8502023721.

(6) BARBOSA, Rui; JHERING, Rudolf von. Posse de direitos pessoais. [S.l.]: [s.n.], 1986. 128 p. (Classicos do direito brasileiro. 6)

(7) RODRIGUES, Silvio. Direito civil 5: direito das coisas. 22. ed. atualizada. São Paulo, SP: Atlas, 1995. 410 p. ISBN 850201644x.

(8) VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil 5: direitos reais. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011. xv, 664 p. (Coleção Direito Civil ; v. 5) ISBN 9788522461660 (v.5).

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

COMPOSIÇÃO DA M1

a) Prova Escrita - M1.1
- a avaliação será no início do quarto encontro, isto é, nas duas primeiras aulas, com término no intervalo (manhã 09:30 ou noite 20:30);
- Haverá aula depois do intervalo;
- será uma avaliação contendo questões discursivas (objetivas a critério do professor);
- as questões discursivas e dissertativas serão consideradas SOMENTE se o acerto for total, não possuindo acerto parcial, isto é, ou a questão está toda certa ou será considerada errada;
- não será permitido consulta de espécie alguma;
- avaliação individual;

b) Trabalho - M1.2
- a avalição será no sexto encontro, ocupará as quatro aulas, com término no intervalo (manhã

09:30 ou noite 20:30);
- será uma avaliação contendo questões subjetivas (objetivas a critério do professor);
- as questões subjetivas serão consideradas SOMENTE se o acerto for total, não possuindo acerto parcial, isto é, ou a questão está toda certa ou será considerada errada;
- não será permitido consulta de espécie alguma;
- avaliação individual;

COMPOSIÇÃO DA M2
a) Prova Escrita - M2.1
- a avalição será no início do decimo encontro, isto é, nas duas primeiras aulas, com término no intervalo (manhã 09:30 ou noite 20:30);
- Haverá aula depois do intervalo;
- será uma avaliação contendo questões subjetivas (objetivas a critério do professor);
- as questões subjetivas serão consideradas SOMENTE se o acerto for total, não possuindo acerto parcial, isto é, ou a questão está toda certa ou será considerada errada;
- não será permitido consulta de espécie alguma;
- avaliação individual;
b) Trabalho - M2.2
- a avalição será no décimo segundo encontro, ocupará as quatro aulas, com término no intervalo (manhã 09:30 ou noite 20:30);
- será uma avaliação contendo questões subjetivas (objetivas a critério do professor);
- as questões dissertativas serão consideradas SOMENTE se o acerto for total, não possuindo acerto parcial, isto é, ou a questão está toda certa ou será considerada errada;
- não será permitido consulta de espécie alguma;
- avaliação individual;

COMPOSIÇÃO DA M3
a) Seminário M3.1
- os seminários terão duas etapas, a saber:
a) 15o encontro trabalho em sala de aula (é obrigatório trazer material para elaboração do trabalho);
b) 16o encontro apresentação do trabalho;
- serão formados mais ou menos 10 Equipes que reapresentarão com enfoque prático sobre os seguintes assuntos:
1) Propriedade Resolúvel;
2) Alienação fiduciária, fideicomisso e pacto da retrovenda;
3) superfície; 4) servidão; 5) usufruto; 6) uso; 7) habitação; 8) penhor; 09) hipoteca; 10) anticrese;
- a nota será dada individualmente, isto é, a nota não será da equipe e sim de cada membro, avaliados da seguinte forma:
a) o trabalho será feito em sala de aula, nos encontros 15 e 16, valendo a frequência como nota, com peso de 40%, da seguinte forma:
a.1) presença até o intervalo da aula do 15 encontro, atribuído 10% da nota;
a.2) presença até o final da aula do 15 encontro, atribuído 10% da nota;
a.3) presença até o intervalo da aula do encontro 16, atribuído 10% da nota;

a.4) presença até o final da aula do encontro 15, atribuído 10% da nota;
b) participação na confecção do trabalho 10% da nota;
c) apresentação do trabalho 50% da nota, pois todos os alunos deverão apresentar o seminário;
- serão feitas perguntas para os demais alunos que não estão apresentando para ver se estão acompanhando o assunto, o que acarretará em avaliação;
- haverá intervenção do professor, a qualquer momento, sobre o assunto e atitude do aluno (postura, linguagem, e qualquer outro atributo que o professor entenda relevante comentar);
- o não comparecimento do aluno no dia da apresentação de sua equipe resultará em nota zero, pois não será possível a apresentação individual, uma vez que a data das apresentações estão marcadas antecipadamente, isto é, desde o primeiro dia de aula;
- Os critérios de avaliação do seminário são: domínio do assunto pela equipe; domínio do assunto pelo aluno; NÃO será avaliado o aluno que meramente ler, isto é, nota zero; resposta as perguntas feitas pelos colegas e professor; postura do aluno.
- não precisa entregar nada por escrito;
- os encontros 15 e 16 não terão intervalos, haja vista a atividade proposta.

b) Prova Oral M3.2
- esta prova poderá a critério do professor trocada por uma prova subjetiva ou objetiva;
- serão abordados todos os assuntos, desde o primeiro dia de aula, isto é, é uma prova acumulativa;
- serão elaboradas quantas perguntas forem necessárias, na prova oral, até o convencimento do professor;
- o professor poderá gravar ou filmar a prova.

Observações gerais sobre a avaliação:
- todas avaliações são acumulativas, inclusive incluindo matéria dos semestres anteriores;
- Trazer material para resolução das atividades feitas em sala de aula, se for o caso;
- o uso de celular durante as avaliações será considerado “cola”, por isso se estiver de plantão ou algo do gênero avise o professor, pois será motivo para o professor recolher a prova;
- durante as provas é proibido fazer pergunta, a quem quer que seja, a prova é individual, a interpretação faz parte da prova. Caso haja dúvida será esclarecida na correção da prova e, caso seja comprovada a dúvida, será anulada a questão, de forma a não trazer prejuízo ao aluno;
- Use as leis atualizadas, veja no site do tj.sc.gov.br ou planalto.gov.br, não confie em outro site;
- caso o aluno falte alguma atividade, DEVERÁ fazer justificativa e no último encontro (18), com o protocolo devidamente deferido pelo coordenador, fará prova oral sobre o assunto da prova que faltou. Caso tenha faltado mais de uma avaliação, fará tantas provas orais quanto faltou, sempre relativa ao assunto que faltou.

OBSERVAÇÕES GERAIS

OBSERVAÇÕES GERAIS
1 - As PROVAS DE 2ª CHAMADA para os alunos que não fizerem qualquer das avaliações (M1, M2 ou M3) serão realizadas no ÚLTIMO ENCONTRO DO SEMESTRE (18º).;
2 - Semana de Iniciação Científica - Apresentação de Monografias - entre os dias 13 a 17 de junho. - Os acadêmicos que tiverem interesse em assistir, poderão fazê-lo; as faltas serão justificadas mediante apresentação de relatório com o resumo da monografia, caso seja em

horário de aula;
3 - as aulas serão normais nesta semana;
4 - este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre, por motivos imprevistos, mediante prévia comunicação aos alunos;
5 - não se aceitam trabalhos por e-mail;
6 - aluno de plantão deverá avisar o professor, caso necessite ficar com o telefone ligado;
7 - ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA - O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de extensão comunitária nas mais diversas áreas, com destaque a possibilidade de atuação no Mutirão da Vara da Família (Balneário Camboriú), Protejá (Projeto de Prevenção à Pedofilia), Aproximando o Acadêmico do Curso de Direito com a Comunidade e o Mercado de Trabalho (Projeto que insere o acadêmico em entidades sem fins lucrativos, atuando juridicamente), Projeto de LEP, etc.

IMPORTANTE:
O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas.
Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova 1 * 1,00 + Prova 2 * 1,00) / 2,00
M2 = (Prova 2 * 1,00 + Prova 1 * 1,00) / 2,00
M3 = (Seminarios * 1,00 + Prova * 1,00) / 2,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 9938 - DIREITO PROCESSUAL PENAL

Professor(es): DEBORA CRISTINA FREYTAG SCHEINKMANN

Período: 7º	Ano/Sem.: 2016 / 1 Classe: 3
CH Teórica: 30 (36 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 30 (36 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 2

OBJETIVO GERAL

Entender, à luz da Constituição da República Federativa do Brasil, os instrumentos processuais de impugnação de decisões judiciais e a execução da pena.

EMENTA

Recursos Criminais. A Execução Penal. Espécies de Pena. Medidas de Segurança.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 30 h.a. + Total C.H. Avaliações: 6 h.a. = 36 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Entender os diversos instrumentos de impugnação às decisões judiciais. Instrumentalizar para, na prática, interpor a medida cabível a tempo e modo.	UNIDADE 1 - Recursos Criminais. 1. UNIDADE 1 - Recursos Criminais. 1. Teoria Geral dos Recursos 2. Recursos em Espécie (Apelação [AP] e Recurso em Sentido Estrito [RESE]) 3. Recursos em Espécie (Embargos de Declaração [ED] - Embargos Infringentes e de Nulidade [EIN] - Revisão Criminal [RC] e Habeas Corpus [HC]) 4. Recursos em Espécie (Recurso Especial [REsp] e Recurso Extraordinário [RE])	16 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto. Será, ainda, realizado o estudo de caso com debate de opiniões.	M1: Atividade - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) M1: Prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: Atividade - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) M2: Prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: Atividade - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) M3: Prova - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)
Apreender os institutos da Lei de Execução Penal (Lei n. 7210/84). Entender as modalidades de segregação da liberdade e os estabelecimentos penais.	UNIDADE 2 - A Execução Penal. 1. UNIDADE 2 - A Execução Penal. 1. Objetivos e Aplicação da Lei de Execução Penal.	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto.	M2: Atividade - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) M2: Prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: Atividade - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) M3: Prova - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(2) (9)
Conhecer as diversas modalidades de segregação da garantia fundamental da liberdade e a possibilidade de progressão.	UNIDADE 3 - Espécies de Pena. 1. UNIDADE 3 - Espécies de Pena. 1. Penas Privativas de Liberdade e Penas Restritivas de Direito (Aspectos Gerais)	6 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto. Ainda, serão estudados precedentes jurisprudenciais das Cortes Superiores.	M3: Atividade - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) M3: Prova - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(1) (2) (10)
Estudar a forma de limitação	UNIDADE 4 - Medidas de	4 h/a	Aula expositiva e	M3: Atividade - Outros Instrumentos (Peso:	(1) (2)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
da liberdade dos inimputáveis. Conhecer os instrumentos jurídicos capazes de serem interpostos sobre o tema referido.	Segurança. 1. UNIDADE 4 - Medidas de Segurança. 1. Disposições Gerais e Entrega de Notas	0 h/ext	dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto.	1,00) M3: Prova - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(10)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1)

(2) LOPES JÚNIOR, Aury. Direito processual penal. 12. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 1148 p. ISBN 9788502618282.

(4) TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal 1. 35. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. 717 p. ISBN 9788502021846 (obra completa).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(3) TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de processo penal comentado 2: (arts.394 a 811 e legislação complementar). 13. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 873 p. ISBN 9788502060906 (v.2).

(5) TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal 3. 35. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. 659 p. ISBN 9788502197312 (v.3).

(6) TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal 4. 34. ed., rev. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 759 p. ISBN 9788502021846 (obra completa).

(7) TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática de processo penal. 33. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 927 p. ISBN 9788502111363.

(8) CHAVES JUNIOR, Airto; OLDONI, Fabiano. Para que(m) serve o Direito Penal? uma análise criminológica da seletividade dos segmentos de controle social. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2014. 243 p. ISBN 9788567595962.

(9) MARCÃO, Renato Flávio. Curso de execução penal. 13. ed. rev., ampl. e. atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 376 p. ISBN 9788502621077.

(10) GRECO, Rogério. Curso de direito penal 1: parte geral. 17. ed. rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2015. 885 p. ISBN 9788576268192.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1. Pontualidade, respeito, assiduidade e permanência em sala de aula.
2. Participação oral com intervenções, questionamentos, observações pertinentes ao tema.
3. Posse e utilização, em sala de aula, do material solicitado para desenvolvimento dos conteúdos.
4. Cumprimento das leituras recomendadas, com antecedência.
5. Domínio, identificação e aplicação dos conceitos científicos estudados em situações concretas.
6. Capacidade de raciocínio do acadêmico na aplicação do Direito, no caso de ausência ou lacuna da norma jurídica.
7. Raciocínio lógico na descrição de ideias e viabilidade dos estudos realizados.

8. Riqueza e clareza na argumentação escrita e oral, bem como capacidade de síntese das ideias.
9. Observância da norma padrão da língua portuguesa.
10. Identificação dos pressupostos fundamentais à temática.
11. Ética no desfecho do(s) caso(s) prático(s).
12. Comportamento ético condizente com o estágio já alcançado dentro da grade do curso, e o nível de maturidade desejável dos acadêmicos.
13. Postura acadêmica que compreende: não usar celular dentro da sala e durante as aulas; não interromper os momentos de estudos e de concentração com conversas paralelas, saídas e entradas desnecessárias durante as aulas.
14. Observância das orientações formais dos exercícios/atividades propostos, de forma que receberão nota 0 (zero), os acadêmicos cujos trabalhos e provas apresentarem sinais de cópia de outros acadêmicos, contiverem evidências de materiais retirados de meio digital, copiados de livros ou outras fontes de pesquisa sem a indicação bibliográfica, ou ainda o acadêmico que realizar consulta não autorizada ao material, em atividade de avaliação.
15. Após o início do semestre, poderão ser estabelecidos outros critérios de avaliação, sem prejuízo ao amplo e prévio conhecimento por parte dos acadêmicos.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Recomenda-se a leitura do Guia Acadêmico e da Legislação Institucional.
No 1° (primeiro) dia de aula será discutido o presente plano de ensino, que poderá ser modificado, a qualquer tempo, no curso da disciplina. Caso isso ocorra, os acadêmicos serão comunicados.
Para que o(a) acadêmico(a) atinja os objetivos propostos, é importante que: acompanhe as atividades da disciplina através das aulas e da realização da leitura dos textos correspondentes aos temas tratados, fazendo o respectivo fichamento e anotando as dúvidas para discuti-las em sala de aula; esteja atualizado com as atividades de sala de aula; exponha suas dificuldades ao professor e busque fontes suplementares de pesquisa; realize as leituras e as atividades didáticas de acordo com as técnicas e os métodos de elaboração científica, cujo conteúdo é objeto de disciplina específica.
Serão feitas duas chamadas, ou no início, ou no final da aula, a critério da professora.
As justificativas de faltas serão aceitas SOMENTE mediante prévio processo administrativo deferido.
A 2.ª chamada (exercícios e avaliações) - desde que efetuado e deferido o processo de justificativa - poderá ser realizada de forma escrita ou oral, a critério da professora.
Não havendo, eventualmente, aula em alguma data estabelecida no referido plano, a atividade passará para o dia de aula da disciplina imediatamente posterior.
A bibliografia indicada não exaure a gama de obras (livros, trabalhos acadêmicos, artigos, periódicos, etc.) que tratam sobre a matéria, servindo como mero referencial a(o) acadêmico(a), que pode (e deve) ser complementado.
Outras referências bibliográficas poderão ser indicadas pelo professor, conforme a evolução do conteúdo e necessidade de aprofundamento dos estudos. Além disso, os acadêmicos deverão ter a diligência necessária para aprofundar seus estudos com obras e legislação atualizadas.
Será indispensável ao acadêmico o manuseio da legislação pertinente durante as aulas e a leitura prévia dos conteúdos e/ou textos indicados.
Considerando que o direito não é estático e sim dinâmico, o acadêmico deverá estar atento às constantes alterações da legislação.
Eventual material de apoio disponibilizado será considerado como conteúdo para fins de

avaliação.
Não será permitido o uso de computador/ tablet / celulares e/ou similares durante a realização das avaliações, salvo nos casos de orientação expressa do professor. Nestes dias, caso seja permitida alguma consulta, o(a) acadêmico(a) deverá trazer legislação (ou outro material) impressa em papel.
Na Semana de Iniciação Científica, que ocorrerá no período de 13 à 20 de junho de 2016, a participação discente nessa atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso o professor componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pelo professor. Outros casos de participação serão acordados com o professor da aula que coincide com a referida banca.
Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.
As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.
O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.
Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Atividade * 1,00 + Prova * 1,00) / 2,00
M2 = (Atividade * 1,00 + Prova * 1,00) / 2,00
M3 = (Atividade * 1,00 + Prova * 1,00) / 2,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 9939 - DIREITO EMPRESARIAL II

Professor(es): ROBERTO EPIFANIO TOMAZ

Período: 7º	Ano/Sem.: 2016 / 1 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Formar bacharéis em Direito com perfil técnico-jurídico para atuar na área do Direito Empresarial (nacional, internacional e comunitário), para tanto construir habilidades e competências que permitam agir de forma responsável e ética, comprometida com o ideal de justiça, e que colabore com o processo de transformação da ordem sociopolítica, respeitando os preceitos do Estado Democrático de Direito.

EMENTA

Sociedade. Sociedade Personificada e Sociedade não Personificada. Sociedade Simples. Sociedades Empresárias e suas Espécies. Reorganização Societária. Dissolução da Sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 50 h.a. + Total C.H. Avaliações: 22 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Estabelecer pólo de ligação do Direito Societário com a parte geral do Direito Comercial. Conceituar empresário e empresa. Identificar a personalidade jurídica das pessoas naturais e jurídicas. Definir as diversas espécies de pessoas jurídicas de direito privado. Identificar os elementos legais que estabelecem as diferença entre as pessoas jurídicas de direito privado. Compreender o objeto jurídico das sociedades.	UNIDADE 1 - Sociedade. 1. Desenvolvimento Histórico 2. Noções Gerais do Direito Societário 3. Conceito de Empresário 4. Conceito de Empresa 5. Personalidade Jurídica - Pessoas Naturais e Pessoas Jurídicas 6. Organização das Pessoas Jurídicas de Direito Privado	8 h/a 0 h/ext	Expor conteúdo teórico de forma dialogada com uso de recursos visuais (data-show e quadro de giz) - professor. Construir quadro comparativo e organograma legal do Direito Societário - professor e acadêmicos. Desenvolver relatório que demonstre o relacionamento do conhecimento teórico com a aplicação prática através da avaliação formativa - acadêmicos.	M1: Resolução Problemas - Estudo de Caso (Peso: 4,00) AVALIAÇÃO I - Solução de Problemas (Terceiro Encontro/Aula) - Peso 4 - Formar equipes para elaboração de trabalho: Constituição de uma Associação Fictícia. Critérios de avaliação: 1.Elaboração dos documentos necessários (2 pontos: 1 p/ elabora-ção individual + 1 p/ elaboração coletiva); 2.Presença dos requisitos legais básicos em cada documento (4 pontos); 3.Apresentação ordenada dos documentos seguida do uso correto da linguagem técnica e do poder de síntese, coerência e pertinência da solução dada ao caso em relação ao problema proposto (4 pontos). Obs. Todos os documentos produzidos na Avaliação devem seguir estritamente os modelos passados pelo professor em classe, sob pena de serem desconsiderados. M1: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 6,00) AVALIAÇÃO II - Estudo de Caso (Sexto Encontro/Aula) - Peso 6 - Formar equipes para elaboração de trabalho: Contrato de Constituição de Sociedade e Preenchimento de Formulários Necessários para Constituição Fictícia de uma Empresa Individual. Critérios de avaliação: 1.Elaboração dos documentos dos documentos necessários (2 pontos: 1 p/ elabora-ção individual + 1 p/ elaboração	(1) (3) (4) (8) (10)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				coletiva); 2.Presença dos requisitos legais básicos e a sua adequada aplicação (4 pontos); 3.Apresentação ordenada dos documentos seguida do uso correto da linguagem técnica e do poder de síntese, coerência e pertinência da solução dada ao caso em relação ao problema proposto (4 pontos) Obs. Todos os documentos produzidos na avaliação devem seguir estritamente os modelos explicados pelo Professor em classe, sob pena de serem desconsiderados. M2: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 6,00) AVALIAÇÃO IV - Prova Escrita Objetiva (Décima Primeira Aula) - Avaliação teórica individual envolvendo a Unidade 1 até a Unidade 4 (item 4.3) - Peso 6. Critérios de avaliação: identificação de conceitos, capacidade de relacionar conceitos e problemas ao texto legal e de e aplicá-los a situações concretas, raciocínio lógico, coerência com tempo estipulado para realização da prova (10 pontos). M3: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 6,00) AVALIAÇÃO VI - Prova Escrita Objetiva (Décimo Sétimo Encontro/Aula) - Avaliação teórica individual envolvendo a Unidade 4 (item 4.4) até a Unidade 6 - Peso 6. Critérios de avaliação: identificação de conceitos, capacidade de relacionar conceitos e problemas ao texto legal e de e aplicá-los a situações concretas, raciocínio lógico, coerência com tempo estipulado para realização da prova (10 pontos).	
Identificar as espécies de empresas mercantis. Definir os elementos caracterizadores da empresa individual. Compreender os aspectos legais do registro de empresas, do nome empresarial e do título dado ao estabelecimento. Estimar o alcance da responsabilidade dos empresários. Ordenar passos para registro	UNIDADE 2 - Sociedade Personificada e Sociedade não Personificada. 1. Espécies de Empresas Mercantis 2. Sociedades Personificadas 3. Sociedades Não Personificadas	6 h/a 0 h/ext	Expor conteúdo teórico de forma dialogada com uso de recursos visuais (data-show e quadro de giz) - professor. Elaborar quadro comparativo e organograma legal das Sociedades Personificadas e Não Personificadas - professor e acadêmicos. Manusear e preencher documentos necessários para ordenamento dos passos de registro de	M1: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 6,00) AVALIAÇÃO II - Estudo de Caso (Sexto Encontro/Aula) - Peso 6 - Formar equipes para elaboração de trabalho: Contrato de Constituição de Sociedade e Preenchimento de Formulários Necessários para Constituição Fictícia de uma Empresa Individual. Critérios de avaliação: 1.Elaboração dos documentos dos documentos necessários (2 pontos: 1 p/ elabora-ção individual + 1 p/ elaboração coletiva); 2.Presença dos requisitos legais básicos e a sua adequada aplicação (4 pontos); 3.Apresentação ordenada dos documentos seguida do uso correto da linguagem técnica e do poder de síntese, coerência e	(3) (4) (5) (6) (7) (9) (10)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
empresarial. Definir sociedades não personificadas. Identificar as espécies existentes das sociedades não personificadas e suas características jurídicas. Relacionar as diferenças entre sociedades não personificadas e personificadas.			empresa através de avaliação formativa - acadêmicos. Desenvolver relatório que demonstre o relacionamento do conhecimento teórico com a aplicação prática através da avaliação formativa - acadêmicos.	pertinência da solução dada ao caso em relação ao problema proposto (4 pontos) Obs. Todos os documentos produzidos na avaliação devem seguir estritamente os modelos explicados pelo Professor em classe, sob pena de serem desconsiderados. M2: Estudo Dirigido - Seminário (Peso: 4,00) AVALIAÇÃO III - Estudo Dirigido - Seminário (Oitavo Encontro/Aula) - Peso 4. Formar equipes de estudo dirigido e apresentar resultados em Seminário. Critérios de avaliação: 1.Participação das equipes no desenvolvimento do estudo dirigido e na divisão e apresentação do seminário de forma equitativa, bem como na apresentação das demais equipes (2,5 pontos); 2.Desenvolvimento oral do conteúdo solicitado na apresentação verbal-oral (2,5 pontos); 3.Desenvolvimento escrito preenchimento do formulário e apresentação de resumo escrito solicitado(2,5 pontos); 4.Apresentação: clareza, domínio do conteúdo, dinâmicas utilizadas, coerência e pertinência, uso da linguagem técnica e culta, capacidade de argumentação (2,5 pontos) M2: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 6,00) AVALIAÇÃO IV - Prova Escrita Objetiva (Décima Primeira Aula) - Avaliação teórica individual envolvendo a Unidade 1 até a Unidade 4 (item 4.3) - Peso 6. Critérios de avaliação: identificação de conceitos, capacidade de relacionar conceitos e problemas ao texto legal e de e aplicá-los a situações concretas, raciocínio lógico, coerência com tempo estipulado para realização da prova (10 pontos). M3: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 6,00) AVALIAÇÃO VI - Prova Escrita Objetiva (Décimo Sétimo Encontro/Aula) - Avaliação teórica individual envolvendo a Unidade 4 (item 4.4) até a Unidade 6 - Peso 6. Critérios de avaliação: identificação de conceitos, capacidade de relacionar conceitos e problemas ao texto legal e de e aplicá-los a situações concretas, raciocínio lógico, coerência com tempo estipulado para realização da prova (10 pontos).	

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conhecer os fundamentos jurídicos e a área de atuação econômica das sociedades simples. Identificar e documentar os principais elementos formadores do contrato de constituição de sociedade. Identificar o regime jurídico das cooperativas.	UNIDADE 3 - Sociedade Simples. 1. Conceito 2. Objeto das Sociedades Simples 3. Constituição - Contrato Social 4. Registro e Responsabilidade 5. Direitos e Obrigações dos Sócios 6. Administração 7. Resolução da Sociedade em Relação a Sócio 8. Responsabilidade Empresarial e Societária: Ambiental, Social, Étnico/Racial e Indígena, Civil e Penal 9. Cooperativas	10 h/a 0 h/ext	Expor conteúdo teórico de forma dialogada com uso de recursos visuais (data-show e quadro de giz) - professor e acadêmicos. Construir organograma seqüencial - professor e acadêmicos. Manusear peças e autos processuais - acadêmicos. Relacionar a construção teórica com a aplicação prática através da avaliação formativa - professor e acadêmicos. Expor de forma oral a construção e a compreensão dos conceitos teóricos, através da avaliação formativa - acadêmicos.	M2: Estudo Dirigido - Seminário (Peso: 4,00) AVALIAÇÃO III - Estudo Dirigido - Seminário (Oitavo Encontro/Aula) - Peso 4. Formar equipes de estudo dirigido e apresentar resultados em Seminário. Critérios de avaliação: 1.Participação das equipes no desenvolvimento do estudo dirigido e na divisão e apresentação do seminário de forma equitativa, bem como na apresentação das demais equipes (2,5 pontos); 2.Desenvolvimento oral do conteúdo solicitado na apresentação verbal-oral (2,5 pontos); 3.Desenvolvimento escrito preenchimento do formulário e apresentação de resumo escrito solicitado(2,5 pontos); 4.Apresentação: clareza, domínio do conteúdo, dinâmicas utilizadas, coerência e pertinência, uso da linguagem técnica e culta, capacidade de argumentação (2,5 pontos) M2: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 6,00) AVALIAÇÃO IV - Prova Escrita Objetiva (Décima Primeira Aula) - Avaliação teórica individual envolvendo a Unidade 1 até a Unidade 4 (item 4.3) - Peso 6. Critérios de avaliação: identificação de conceitos, capacidade de relacionar conceitos e problemas ao texto legal e de e aplicá-los a situações concretas, raciocínio lógico, coerência com tempo estipulado para realização da prova (10 pontos). M3: Estudo Dirigido - Seminário (Peso: 4,00) AVALIAÇÃO V - Estudo Dirigido - Seminário (Décimo Terceiro Encontro/Aula) - Peso 4. Formar equipes de estudo dirigido e apresentar resultados em Seminário. Critérios de avaliação: 1.Participação das equipes no desenvolvimento do estudo dirigido e na divisão e apresentação do seminário de forma equitativa, bem como na apresentação das demais equipes (2,5 pontos); 2.Desenvolvimento oral do conteúdo solicitado na apresentação verbal-oral (2,5 pontos); 3.Desenvolvimento escrito preenchimento do formulário e apresentação de resumo escrito solicitado(2,5 pontos); 4.Apresentação: clareza, domínio do conteúdo, dinâmicas utilizadas, coerência	(3) (4) (5) (7) (8) (10)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				e pertinência, uso da linguagem técnica e culta, capacidade de argumentação (2,5 pontos) M3: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 6,00) AVALIAÇÃO VI - Prova Escrita Objetiva (Décimo Sétimo Encontro/Aula) - Avaliação teórica individual envolvendo a Unidade 4 (item 4.4) até a Unidade 6 - Peso 6. Critérios de avaliação: identificação de conceitos, capacidade de relacionar conceitos e problemas ao texto legal e de e aplicá-los a situações concretas, raciocínio lógico, coerência com tempo estipulado para realização da prova (10 pontos).	
Conceituar sociedade empresária personificada. Identificar os elementos legais diferenciadores das sociedades empresárias personificadas no Direito Societário Internacional e Comunitário. Apontar as particularidades da sociedade limitada. Identificar as sociedades de pessoas e sociedades de capitais. Conhecer os principais fundamentos jurídicos das sociedades por ações. Relacionar as diferenças entre as sociedades por ações. Interpretar as diferenças entre as espécies de sociedades empresárias personificadas.	UNIDADE 4 - Sociedades Empresárias e suas Espécies. 1. Sociedade em Nome Coletivo 2. Sociedade em Comandita Simples 3. Sociedade Limitada 4. Sociedade por Ações 5. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI	18 h/a 0 h/ext	Expor conteúdo teórico de forma dialogada com uso de recursos visuais (data-show e quadro de giz) - professor e acadêmicos. Construir organograma seqüencial das sociedades empresárias - professor e acadêmicos. Manusear peças processuais e autos - acadêmicos. Expor de forma escrita a compreensão da construção dos conceitos teóricos através da avaliação formativa - acadêmicos.	M2: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 6,00) AVALIAÇÃO IV - Prova Escrita Objetiva (Décima Primeira Aula) - Avaliação teórica individual envolvendo a Unidade 1 até a Unidade 4 (item 4.3) - Peso 6. Critérios de avaliação: identificação de conceitos, capacidade de relacionar conceitos e problemas ao texto legal e de e aplicá-los a situações concretas, raciocínio lógico, coerência com tempo estipulado para realização da prova (10 pontos). M3: Estudo Dirigido - Seminário (Peso: 4,00) AVALIAÇÃO V - Estudo Dirigido - Seminário (Décimo Terceiro Encontro/Aula) - Peso 4. Formar equipes de estudo dirigido e apresentar resultados em Seminário. Critérios de avaliação: 1.Participação das equipes no desenvolvimento do estudo dirigido e na divisão e apresentação do seminário de forma equitativa, bem como na apresentação das demais equipes (2,5 pontos); 2.Desenvolvimento oral do conteúdo solicitado na apresentação verbal-oral (2,5 pontos); 3.Desenvolvimento escrito preenchimento do formulário e apresentação de resumo escrito solicitado(2,5 pontos); 4.Apresentação: clareza, domínio do conteúdo, dinâmicas utilizadas, coerência e pertinência, uso da linguagem técnica e culta, capacidade de argumentação (2,5 pontos) M3: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 6,00) AVALIAÇÃO VI - Prova Escrita Objetiva (Décimo Sétimo Encontro/Aula) -	(2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				Avaliação teórica individual envolvendo a Unidade 4 (item 4.4) até a Unidade 6 - Peso 6. Critérios de avaliação: identificação de conceitos, capacidade de relacionar conceitos e problemas ao texto legal e de e aplicá-los a situações concretas, raciocínio lógico, coerência com tempo estipulado para realização da prova (10 pontos).	
Definir os fenômenos das sociedades. Diferenciar os fenômenos das sociedades.	UNIDADE 5 - Reorganização Societária. 1. Sociedades Coligadas 2. Sociedade Nacional e Estrangeira 3. Sociedade Dependente de Autorização 4. Fenômenos de Reorganização Societária	4 h/a 0 h/ext	Expor conteúdo teórico de forma dialogada com uso de recursos visuais (data-show e quadro de giz) - professor. Construir quadro comparativo dos fenômenos de reorganização das sociedades - professor e acadêmicos.	M3: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 6,00) AVALIAÇÃO VI - Prova Escrita Objetiva (Décimo Sétimo Encontro/Aula) - Avaliação teórica individual envolvendo a Unidade 4 (item 4.4) até a Unidade 6 - Peso 6. Critérios de avaliação: identificação de conceitos, capacidade de relacionar conceitos e problemas ao texto legal e de e aplicá-los a situações concretas, raciocínio lógico, coerência com tempo estipulado para realização da prova (10 pontos).	(4) (5) (8) (9) (10)
Identificar os meios de liquidação das sociedades. Compreender a forma de enquadramento das empresas como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.	UNIDADE 6 - Dissolução da Sociedade. 1. Dissolução, Liquidação e Extinção das Sociedades e das Pessoas Jurídicas de Direito Privado 2. Atuação da Câmera Arbitral na Dissolução das Sociedades 3. Enquadramento das Empresas com Microempres e Empresa de Pequeno Porte	4 h/a 0 h/ext	Expor conteúdo teórico de forma dialogada com uso de recursos visuais (data-show e quadro de giz) - professor e acadêmicos. Elaborar organograma das modalidades de dissolução das sociedades - professor e acadêmicos. Expor de forma escrita da construção e da compreensão dos conceitos teóricos trabalhados durante o semestre através da avaliação formativa - acadêmicos.	M3: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 6,00) AVALIAÇÃO VI - Prova Escrita Objetiva (Décimo Sétimo Encontro/Aula) - Avaliação teórica individual envolvendo a Unidade 4 (item 4.4) até a Unidade 6 - Peso 6. Critérios de avaliação: identificação de conceitos, capacidade de relacionar conceitos e problemas ao texto legal e de e aplicá-los a situações concretas, raciocínio lógico, coerência com tempo estipulado para realização da prova (10 pontos).	(4) (5) (8) (9) (10)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(8) COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial: direito de empresa. 26. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 552 p. ISBN 9788502216518.

(9) FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. 15. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014. xxiv, 803 p. ISBN 9788522485024.

(10) NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa 1: teoria geral da empresa e direito societário. 9. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 574 p. ISBN 9788502153448 (v.1).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(1) MEZZAROBA, Orides. Introdução ao direito partidário brasileiro. Rio de Janeiro, RJ: Lumen

Juris, 2003. xvi, 347 p. ISBN 8573873116.

(4) BRASIL; CURIA, Luiz Roberto; NICOLETTI, Juliana; CÉSPEDES, Livia. Civil e empresarial: civil ; comercial ; processo civil ; Constituição Federal + legislação complementar. 10. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. xxxviii, 1691 p. (4 em 1 Saraiva). ISBN 9788502212206.

(5) ALMEIDA, Amador Paes de. Manual das sociedades comerciais: direito de empresa. 20. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 488 p. ISBN 9788502155848.

(6) MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro 1: empresa e atuação empresarial. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013. xxiii, 405 p. ISBN 9788522478682.

(7) MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro 2: direito societário: sociedades simples e empresárias. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012. xxiii, 506 p. ISBN 9788522472260.

(2) KRAAKMAN, Reinier R.; DAVIES, Paul; HANSMANN, Henry; HERTIG, Gérard; HOPT, Klaus J.; KANDA, Hideki; ROCK, Edward B. (Traduzione di Francesco Dagnino e Sara Nocella. Edizione italiana a cura di Luca Enriques). Diritto Societario Comparato. Bologna: Società editrice il Mulino, [20--?]. (Titulo original: The Anatomy of Corporate Law. A comparative and functional approach. Oxford: Oxford University Press, 2004).

(3) SERRA, Catarina. Direito comercial: noções fundamentais. [S.l]: Coimbra Editora. 2009.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

-As atividades de avaliação, exceto as provas legais, poderão ser realizadas individualmente ou em grupo, a critério do professor.

-Em todas as atividades de avaliação o acadêmico poderá utilizar todo material disponível para consulta, desde que seja seu, exceto nas provas legais onde não será permitida a consulta a qualquer material, apenas a legislação pertinente, sem qualquer comentário.

- Prova Legal: 20 Questões, sendo 17 objetivas, retiradas de exames da OAB e Concursos Públicos (ou similares elaboradas ou adaptadas pelo professor) e 3 dissertativas, elaborada com enunciados abrangentes, que exigem do aluno atenção e concentração.

-Não será permitido o uso de computador/ tablet / celulares e/ou similares durante a realização das avaliações, salvo nos casos de orientação expressa do professor. Nestes dias, caso seja permitida alguma consulta, o(a) acadêmico(a) deverá trazer legislação (ou outro material) impressa em papel.

-Será indispensável ao acadêmico o manuseio da legislação pertinente durante as aulas e a leitura prévia dos conteúdos e/ou textos indicados. Considerando que o direito não é estático e sim dinâmico, o acadêmico deverá estar atento às constantes alterações da legislação. Eventual material de apoio disponibilizado será considerado como conteúdo para fins de avaliação.

-Poderá, ainda, ser levado em consideração os seguintes critérios de avaliação:

a) Participação oral com intervenções, questionamentos, observações pertinentes ao tema;

b) Postura ética do acadêmico em relação aos desfechos de casos práticos e em relação aos demais acadêmicos, professor e instituição de ensino;

c) Frequência regimental cumprida na sua integridade;

d) Pontualidade, assiduidade e permanência em sala de aula;

e) Posse e utilização, em sala de aula, do material solicitado para desenvolvimento dos conteúdos;

f) Cumprimento das leituras recomendadas, com antecedência;

g) Domínio, identificação e aplicação dos conceitos científicos estudados em situações

concretas;
h) Capacidade de raciocínio do acadêmico na aplicação do Direito, no caso de ausência ou lacuna da norma jurídica;
i) Riqueza e clareza na argumentação escrita e oral, bem como capacidade de síntese das idéias;
j) Observância da norma padrão da língua portuguesa;
k) Postura acadêmica que compreende: não usar celular dentro da sala e durante as aulas; não interromper os momentos de estudos e de concentração com conversas paralelas, saídas e entradas desnecessárias durante as aulas;
l) Observância das orientações formais dos exercícios/atividades propostos, de forma que receberão nota 0 (zero), os acadêmicos cujos trabalhos e provas apresentarem sinais de cópia de outros acadêmicos, contiverem evidências de materiais retirados de meio digital, copiados de livros ou outras fontes de pesquisa sem a indicação bibliográfica, ou ainda o acadêmico que realizar consulta não autorizada ao material, em atividade de avaliação.
-Critérios especificados no campo destinado a avaliação de acordo com cada atividade proposta.
-Após o início do semestre, poderão ser estabelecidos outros critérios de avaliação, sem prejuízo ao amplo e prévio conhecimento por parte dos acadêmicos.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1.Carga Horária, Faltas e Segunda Chamada:
- a participação do acadêmico em sala de aula é obrigatória, devendo cumprir o mínimo de frequência exigida pelo regimento, sob pena de reprovação;
- caso o acadêmico necessite faltar a algum encontro/aula, o procedimento de justificativa de faltas ou de segunda chamada de avaliação deverá ser seguido rigorosamente na forma do estipulado no regimento do Curso;
-cronograma de aulas está sujeito a alterações por determinação da Coordenação e da Secretaria do Curso.
2.Ambiente Virtual (Material Didático):
- até 20% da c/horária da disciplina poderá ser ministrada no ambiente virtual, previamente agendadas pelo professor em sala de aula;
- também se utilizará o ambiente virtual, Material Didático, para eventuais comunicações, envio de trabalhos previamente agendados, questionamentos e outros procedimentos da prática didático-pedagógica.
3.Comportamento Ético:
-não será permitido o uso de celulares em sala de aula;
- o acadêmico deverá respeitar os horários regulares de aula, das 8h às 11h30min., turno matutino, e das 19h às 22h30min., noturno;
- todo acadêmico terá plena liberdade de participação, discussão e expressão de suas idéias relacionadas ao conteúdo em sala de aula, conquanto que mantenha respeito para com os demais acadêmicos, para com os professores e para com a Instituição;
-não serão toleradas atitudes de desrespeito do acadêmico para com a Instituição, bem como para com a comunidade discente e docente, não sendo permitido o uso de armas ou de substâncias entorpecentes de qualquer natureza em sala de aula.
4.Semana de Iniciação Científica:
-De 13 a 17 de Junho de 2016. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso o professor componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pelo

professor. Outros casos de participação serão acordados com o professor.
5.Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.
6.As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.
7.O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.
8.Recomenda-se a leitura do Guia Acadêmico e da Legislação Institucional.
9.No 1° (primeiro) dia de aula será discutido o presente plano de ensino, que poderá ser modificado, a qualquer tempo, no curso da disciplina. Caso isso ocorra, os acadêmicos serão comunicados.
10.A bibliografia indicada não exaure a gama de obras (livros, trabalhos acadêmicos, artigos, periódicos, etc.) que tratam sobre a matéria, servindo como mero referencial a(o) acadêmico(a), que pode (e deve) ser complementado. Outras referências bibliográficas poderão ser indicadas pelo professor, conforme a evolução do conteúdo e necessidade de aprofundamento dos estudos. Além disso, os acadêmicos deverão ter a diligência necessária para aprofundar seus estudos com obras e legislação atualizadas.
11.Para que o(a) acadêmico(a) atinja os objetivos propostos, é importante que: acompanhe as atividades da disciplina através das aulas e da realização da leitura dos textos correspondentes aos temas tratados, fazendo o respectivo fichamento e anotando as dúvidas para discuti-las em sala de aula; esteja atualizado com as atividades de sala de aula; exponha suas dificuldades ao professor e busque fontes suplementares de pesquisa; realize as leituras e as atividades didáticas de acordo com as técnicas e os métodos de elaboração científica, cujo conteúdo é objeto de disciplina específica.
12.As chamadas (frequência) serão feitas sempre 20 (vinte) minutos após o início das aulas. O acadêmico que ingressar na sala de aula após a chamada, deverá aguardar o término da aula para requisitar, quando for o caso, sua presença parcial. As justificativas de faltas serão aceitas somente mediante prévio processo administrativo deferido. A 2.ª chamada (exercícios e avaliações) - desde que efetuado e deferido o processo de justificativa - poderá ser realizada de forma escrita ou oral, a critério do professor.
13.Não é permitido qualquer tipo de gravação (de imagem ou som) das aulas ministradas.
14.Não havendo, eventualmente, aula em alguma data estabelecida no referido plano, a atividade passará para o dia de aula da disciplina imediatamente posterior.
15. O Grupo de Pesquisa Paideia incentiva há 13 anos a pesquisa no CEJURPS, instigando a comunidade acadêmica no desenvolvimento da pesquisa jurídica com grupos de estudos e participação em editais, como PROBIC, PIBIC, art. 171 (CESC), entre outros.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Resolução Problemas * 4,00 + Estudo de Caso * 6,00) / 10,00
M2 = (Estudo Dirigido * 4,00 + PROVA LEGAL * 6,00) / 10,00
M3 = (Estudo Dirigido * 4,00 + PROVA LEGAL * 6,00) / 10,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

Digitally signed by FATIMA CATARINA BARBI:06110548928
Date: 2024.05.13 18:12:56 -03:00

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
www.univali.br/validadoc
Para isso, informe o código do documento digital: 835644 e a chave de acesso: 5122368.

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1692 - DIREITO PENAL - PARTE ESPECIAL

Professor(es): CRISTINA BALCEIRO DA MOTTA

Período: 4º	Ano/Sem.: 2016 / 2 Classe: 1
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Aplicar os tipos penais previstos do art. 121 ao 234 do Código Penal, articulando (por um viés crítico) o discurso dogmático e sua operacionalidade.

EMENTA

Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Crimes contra a dignidade sexual.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
- Compreender os dispositivos legais que tratam dos crimes contra a pessoa, interpretando-os e aplicando aos casos concretos. - Comparar a aplicação da lei em casos distintos. - Avaliar de forma crítica as normas penais que tratam dos crimes contra a pessoa. - Identificar em cada tipo penal, os elementos objetivos e subjetivos, os sujeitos do delito, bem como as peculiaridades de cada tipo penal.	UNIDADE 1 - Crimes contra a pessoa. 1. Crimes contra a vida 2. Lesões corporais 3. Periclitação da vida e da saúde (art.130 ao 136) e Rixa (art. 137) 4. Crimes contra a honra 5. Crimes contra a liberdade individual	32 h/a 0 h/ext	Aula expositiva com utilização de recursos audiovisuais. Debate em sala de aula acerca do conteúdo assunto. Exercícios escritos para fixação do conteúdo. Estudo de casos já julgados no tribunal do júri.	M1: Prova Objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio e/ou identificação de conceitos. Capacidade de aplicar conceitos estudados. Argumentação e concisão nas respostas. Observância da norma padrão da língua portuguesa. M1: dissertativa - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(1) (2) (3) (4) (10) (11) (15)
- Compreender os dispositivos legais que tratam dos crimes contra o patrimônio, interpretando-os e aplicando aos casos concretos. - Comparar a aplicação da lei em casos distintos. - Avaliar de forma crítica as normas penais que tratam dos crimes contra o patrimônio. - Identificar em cada tipo penal, os elementos objetivos e subjetivos, os sujeitos do delito, bem como as peculiaridades de cada tipo	UNIDADE 2 - Crimes contra o patrimônio. 1. Furto 2. Roubo e extorsão 3. Dano 4. Apropriação indébita 5. Estelionato 6. Receptação 7. Disposições gerais (art. 181 - 183)	17 h/a 0 h/ext	Aula expositiva com utilização de recursos audiovisuais. Debate em sala de aula acerca do conteúdo assunto. Exercícios escritos para fixação do conteúdo. Estudo de casos já julgados.	M2: Prova Objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio e/ou identificação de conceitos. Capacidade de aplicar conceitos estudados. Argumentação e concisão nas respostas. Observância da norma padrão da língua portuguesa. M2: objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(1) (2) (3) (4) (7) (10) (11) (14)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
penal.					
- Compreender os dispositivos legais que tratam dos crimes contra a propriedade imaterial, interpretando-os e aplicando aos casos concretos. - Comparar a aplicação da lei em casos distintos. - Avaliar de forma crítica as normas penais que tratam dos crimes contra a propriedade imaterial. - Identificar em cada tipo penal, os elementos objetivos e subjetivos, os sujeitos do delito, bem como as peculiaridades de cada tipo penal.	UNIDADE 3 - Crimes contra a propriedade imaterial. 1. Aspectos gerais	1 h/a 0 h/ext	Aula expositiva com utilização de recursos audiovisuais. Debate em sala de aula acerca do conteúdo assunto. Exercícios escritos para fixação do conteúdo. Estudo de casos já julgados.	M2: Prova Objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio e/ou identificação de conceitos. Capacidade de aplicar conceitos estudados. Argumentação e concisão nas respostas. Observância da norma padrão da língua portuguesa. M2: objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(1) (7) (10) (11) (16)
- Compreender os dispositivos legais que tratam dos crimes contra a organização do trabalho, interpretando-os e aplicando aos casos concretos. - Comparar a aplicação da lei em casos distintos. - Avaliar de forma crítica as normas penais que tratam dos crimes contra a organização do trabalho. - Identificar em cada tipo penal, os elementos objetivos e subjetivos, os sujeitos do delito, bem como as peculiaridades de cada tipo penal.	UNIDADE 4 - Crimes contra a organização do trabalho. 1. Aspectos gerais	1 h/a 0 h/ext	Aula expositiva com utilização de recursos audiovisuais. Debate em sala de aula acerca do conteúdo assunto. Exercícios escritos para fixação do conteúdo. Estudo de casos já julgados.	M2: Prova Objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio e/ou identificação de conceitos. Capacidade de aplicar conceitos estudados. Argumentação e concisão nas respostas. Observância da norma padrão da língua portuguesa.	(1) (7) (10) (11) (16)
- Compreender os dispositivos legais que tratam dos crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos, interpretando-os e aplicando aos casos concretos. - Comparar a aplicação da lei em casos distintos. - Avaliar de forma crítica as normas penais que tratam dos crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. - Identificar em cada tipo penal, os elementos objetivos e subjetivos, os sujeitos do delito, bem como as	UNIDADE 5 - Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. 1. Aspectos gerais	1 h/a 0 h/ext	Aula expositiva com utilização de recursos audiovisuais. Debate em sala de aula acerca do conteúdo assunto. Exercícios escritos para fixação do conteúdo. Estudo de casos já julgados. Análise da legislação esparsa atualizada referente ao sentimento religioso e ao respeito aos mortos.	M3: Prova Objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio e/ou identificação de conceitos. Capacidade de aplicar conceitos estudados. Argumentação e concisão nas respostas. Observância da norma padrão da língua portuguesa. M3: Prova Dissertativa - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio e/ou identificação de conceitos. Raciocínio lógico na descrição de ideias. Capacidade de aplicar conceitos estudados. Argumentação e concisão nas respostas. Observância da norma padrão da língua portuguesa.	(1) (7) (10) (11) (16)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
peculiaridades de cada tipo penal.					
- Compreender os dispositivos legais que tratam dos crimes contra a dignidade sexual, interpretando-os e aplicando aos casos concretos. - Comparar a aplicação da lei em casos distintos. - Avaliar de forma crítica as normas penais que tratam dos crimes contra a dignidade sexual. - Identificar em cada tipo penal, os elementos objetivos e subjetivos, os sujeitos do delito, bem como as peculiaridades de cada tipo penal.	UNIDADE 6 - Crimes contra a dignidade sexual. 1. Crimes contra a liberdade sexual 2. Crimes contra vulneráveis 3. Lenocínio e do tráfico de pessoas para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual 4. Ultraje público ao pudor 5. Disposições gerais (art. 223 a 226 e art. 234-A a 234-C)	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva com utilização de recursos audiovisuais. Debate em sala de aula acerca do conteúdo assunto. Exercícios escritos para fixação do conteúdo. Estudo de casos já julgados. Análise da legislação esparsa atualizada referente aos crimes contra a dignidade sexual.	M3: Prova Objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio e/ou identificação de conceitos. Capacidade de aplicar conceitos estudados. Argumentação e concisão nas respostas. Observância da norma padrão da língua portuguesa. M3: Prova Dissertativa - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio e/ou identificação de conceitos. Raciocínio lógico na descrição de ideias. Capacidade de aplicar conceitos estudados. Argumentação e concisão nas respostas. Observância da norma padrão da língua portuguesa.	(1) (3) (7) (8) (10) (11) (16)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) GRECO, Rogério. Código penal comentado. 5. ed. rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2011. 1098 p. ISBN 9788576264804.

(2) ESTEFAM, André. Direito penal 2: parte especial: (arts. 121-183). São Paulo, SP: Saraiva, 2010.. 513 p. ISBN 9788502090903.

(3) MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato Nascimento. Manual de direito penal 2: parte especial, arts. 121 a 234-B do CP. 27. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2011. xxxviii, 534 p. ISBN 9788522462230 (v. 2).

(11) DELMANTO, Celso. BRASIL. Código penal comentado. 8. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Saraiva, 2010. 1195 p. ISBN 9788502095069.

(15) BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal 3: parte especial. 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 479 p. ISBN 9788502104372 (v.3).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; LENZA, Pedro. Direito penal esquematizado: parte especial. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 828 p. ISBN 9788502097919.

(5) GRECO, Rogério. Curso de direito penal 1: parte geral : (arts. 1. a 120 do CP). 13. ed., rev. ampl. e atual. até 1º de janeiro de 2011. Niterói, RJ: Impetus, 2011. 775 p. ISBN 9788576264590.

(6) GRECO, Rogério. Curso de direito penal 2: parte especial : (arts. 121 a 154 do CP). 8. ed., rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2011. 609 p. ISBN 9788576264637.

(7) GRECO, Rogério. Curso de direito penal 3: parte especial : (arts. 155 a 249 do CP). 8. ed., rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2011. 753 p. ISBN 9788576264644.

(8) NUCCI, Guilherme de Souza. Crimes contra a dignidade sexual. 2. ed. rev., atual. e ampl. São

Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2011. 221 p. ISBN 9788520338100.

(9) BASTOS JUNIOR, Edmundo Jose de. Código penal em exemplos práticos: parte geral. 4. ed., rev. e atual. Florianópolis, SC: OAB/SC Editora, 2003. 304 p. ISBN 8585882174.

(10) BRASIL; GOMES, Luiz Flávio Superior Tribunal de Justiça Supremo Tribunal Federal Tribunal Federal de Recursos. Código penal ; Código de processo penal ; Constituição Federal ; Legislação penal e Processual penal. 13. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2011. 1404p. (RT mini códigos). ISBN 9788520338476.

(12) ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro 1: parte geral. 9. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2011. 768 p. ISBN 9788520339633.

(13) QUEIROZ, Paulo de Souza. Direito penal: parte geral. 6. ed., rev. e aum. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2010. xxiv, 522 p. ISBN 9788537507360.

(14) BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal 3: parte especial. 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 479 p. ISBN 9788502104372 (v.3).

(16) ESTEFAM, André. Direito penal 3: parte especial: (arts. 184-285). São Paulo, SP: Saraiva, 2011 502 p. ISBN 978850210141.

(17) BOLETIM IBCCRIM. IBCCRIM, -. .

(18) REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais,1993-. Bimestral. ISSN 1415-5400.

(19) REVISTA SÍNTESE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. Porto Alegre, RS: Síntese,2001-. Bimestral. Continuação de Revista IOB de direito penal e processual penal. Ã¿ndice acumulado. ISSN 1519-1818.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Pontualidade, assiduidade e permanência em sala de aula.
Participação oral com intervenções, questionamentos, observações pertinentes ao tema.
Posse e utilização, em sala de aula, do material solicitado para desenvolvimento dos conteúdos, especialmente, o Código Penal e leis esparsas pertinentes.
Postura acadêmica que compreende: não falar ao celular durante as aulas; não interromper os momentos de estudos e de concentração com conversas paralelas, saídas e entradas desnecessárias durante as aulas. O uso de computadores está proibido, a não ser para utilização em sala de aula especificamente referente à matéria que está sendo estudada. A utilização de internet para outro fim importará na recolhida do computador e devolução ao findar da aula.
Após o início do semestre, poderão ser estabelecidos outros critérios de avaliação, sem prejuízo ao amplo e prévio conhecimento por parte dos acadêmicos.
Eventual material de apoio disponibilizado será considerado como conteúdo para fins de avaliação.
A utilização de notebook, tablet ou similares fica condicionada à autorização expressa do professor, e sempre associado ao conteúdo ministrado em aula. Dessa forma, fica proibido acesso a redes sociais ou sites que não tenham relação com a disciplina.
Não será permitido o uso de computador/ tablet / celulares e/ou similares durante a realização das avaliações, salvo nos casos de orientação expressa do professor. Nestes dias, caso seja permitida alguma consulta, o(a) acadêmico(a) deverá trazer legislação (ou outro material)

impressa em papel.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1. PROCESSO DE APRENDIZAGEM
O PROCESSO DE APRENDIZAGEM SERÁ PAUTADO POR UMA RELAÇÃO DE RESPEITO, CUMPLICIDADE E COMPANHEIRISMO ENTRE OS ALUNOS, ESTES E A PROFESSORA. COM ISSO, OBJETIVA-SE FAZER DA SALA DE AULA UM AMBIENTE DE APRENDIZAGEM SAUDÁVEL, ALEGRE, DE COOPERAÇÃO E QUESTIONAMENTOS.

2. ALTERAÇÕES NO PLANO DE ENSINO
No decorrer do semestre este plano de ensino poderá sofrer alterações (principalmente em relação às datas de avaliações), mediante prévio aviso aos acadêmicos.

3. FREQUÊNCIA E CHAMADA
A chamada será realizada duas vezes no horário que a professora considerar oportuno (geralmente as 08:15 horas, e as 11 horas).
JUSTIFICATIVAS DE FALTAS SOMENTE MEDIANTE PROCESSO NA SECRETARIA.
ACEITA-SE RECLAMAÇÃO SOBRE FALTAS LANÇADAS EQUIVOCADAMENTE NO SISTEMA DENTRO DA SEMANA QUE SUCEDE AO EQUÍVOCO. Por isso, indica-se que haja acompanhamento semanal das frequências.

4. AVALIAÇÃO

DATAS: M1/I: dia 06/09 (objetiva com peso 1); M1/II: dia 06/09 (discurssiva com peso 1). M2/I: dia 11/10 (objetiva com peso 1); M2/II: dia 11/10 (discurssiva com peso 1); M3/I: dia 29/11 (objetiva com peso 1); M3/II: dia 29/11 (discurssiva com peso 1)

AO ALUNO QUE UTILIZAR QUALQUER MEIO FRAUDULENTO NAS AVALIAÇÕES OU ATIVIDADES CURRICULARES SERÁ ATRIBUÍDA A NOTA ZERO.

A segunda chamada de avaliação será agendada pelo professor, mediante o devido processo junto à Secretaria Acadêmica, e envolverá o conteúdo perdido na avaliação.

Nas situações em que se permitir algum tipo de consulta, esta ocorrerá somente com material IMPRESSO, não se permitindo acesso a notebook, tablet, smartfone ou qualquer outro meio eletrônico .

A semana de iniciação científica será de 7 e 11 de novembro de 2016, porém as aulas ocorrerão normalmente.

6. Indica-se a utilização de bibliografia atualizada a partir de 2016, assim como, o uso do Código Penal Seco ou Comentado para acompanhar as aulas.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova Objetiva * 1,00 + dissertativa * 1,00) / 2,00
M2 = (Prova Objetiva * 1,00 + objetiva * 1,00) / 2,00
M3 = (Prova Objetiva * 1,00 + Prova Dissertativa * 1,00) / 2,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1709 - DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Professor(es): WANDERLEY GODOY JUNIOR

Período: 6º	Ano/Sem.: 2016 / 2 Classe: 2
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Conhecer a Justiça Especializada do Trabalho, o conjunto de princípios e normas que regulamentam a solução dos conflitos sob sua competência, a sua estrutura, procedimentos e funcionamento, desde a elaboração da petição inicial, passando pela apresentação da defesa, instrução e julgamento, sentença, recursos e o processo de execução.

EMENTA

Defesa Trabalhista. Recusos: principios, pressupostos. Recursos, Embargos e Agravos. Processos de Execução. Dissidio Coletivo. Execução.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 56 h.a. + Total C.H. Avaliações: 16 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Compreender o funcionamento da Justiça do Trabalho.	UNIDADE 1 - Defesa Trabalhista. 1. Audiência Inicial 2. Contestação, reconvenção e exceção	10 h/a 0 h/ext	Aulas teóricas com o auxílio de autos de processos findos para auxiliar na aprendizagem.	M1: Atividade 1 - A1 - Prova Escrita (Peso: 1,00) M1: A1 - Prova Escrita (Peso: 1,00) . Prova com 8, 9 ou 10 questões, objetivas/subjetivas com a pontuação de cada questão discriminada na atividade (múltipla alternativas e discursivas) e será realizada individualmente. Poderá ser consultado somente a CLT SECA. Será cobrada toda a matéria ministrada desde o 1º dia de aula. A atividade 1 (A1) e a atividade 2 (A2) formarão a M1. M1: Prova Legal A2 - Prova Escrita (Peso: 2,00) A2 - Prova Escrita (Peso: 2,00) - Prova Objetiva/Subjetiva. Prova legal. A atividade 2 (A2) consistirá na realização de uma prova com 20 questões subjetivas (múltipla alternativas) e mais 3 questões discursivas e será realizada individualmente. Cada questão terá uma pontuação específica discriminada na prova. Não poderá ser consultado nenhum material. Será cobrada toda a matéria ministrada desde o 1º dia de aula. A atividade 1 (A1) e a atividade 2 (A2) formarão a M1. M2: Prova Legal - Atividade 4 (A4) - Prova Escrita (Peso: 2,00) M2: A4 - Prova Escrita (Peso: 2,00) - Prova Objetiva/Subjetiva. Prova legal. A atividade 4 (A4) consistirá na realização de uma prova com 20 questões subjetivas (múltipla alternativas) e mais 3 questões	(3) (5) (6) (8) (9) (10) (11) (12) (13)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				discursivas e será realizada individualmente. Cada questão terá uma pontuação específica discriminada na prova. Consulta somente a CLT seca e será realizada individualmente. Não poderá ser consultado nenhum material. Será cobrada toda a matéria ministrada desde o 1º dia de aula. A atividade 3 (A3) e a atividade 4 (A4) formarão a M2. M2: Estudo de Caso A3 - Estudo de Caso (Peso: 1,00) A3 - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Estudo de Casos. A atividade 3 (A3) consistirá na realização de estudos de casos fictícios, com a apresentação de 5 problemas para solucionar, com cada um valendo 2 (dois) pontos. Deverá ser realizada em dupla e/ou individualmente. Caso o número total de alunos desta sala seja impar ou por outro motivo, o aluno que não conseguiu formar uma dupla deverá fazê-la individualmente. Para a realização desta atividade a dupla deverá estar em sala de aula, pois não será permitido colocar o nome de qualquer outro aluno que não esteja em sala de aula. Poderá ser consultada somente a CLT SECA. A matéria ser cobrada será aquela ministrada desde o 1º dia de aula. A atividade 3 (A3) e a 4 (A4) formarão a M2. M3: PROVA ORAL - A6 - Prova Oral (Peso: 1,00) A6 - Prova Oral (Peso: 1,00) - esta atividade terá peso 1,00 e consistirá na realização de um prova ORAL com 5 questões (2 pontos cada uma) em que o aluno deverá responder no tempo máximo de 1 minuto par cada questionamento feito pelo professor. O horário poderá ser modificado, pois dependerá do número de alunos existentes em sala de aula neste semestre. Será realizada individualmente e não poderá ser consultado nenhum material. A A5 e a A6 formarão a M3. M3: Prova Legal A5 - Prova Escrita (Peso: 1,00) A5 - Prova Escrita (Peso: 2,00) - Prova Objetiva/Subjetiva. Prova legal. A atividade 5 (A5) consistirá na realização de uma prova com 20 questões subjetivas (múltipla alternativas) e mais 3 questões discursivas e será realizada individualmente. Cada questão terá uma pontuação específica discriminada na prova. Não poderá ser consultado nenhum material. Será cobrada toda a matéria ministrada desde o 1º dia de aula. A	

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				atividade 5 (A5) e a atividade 6 (A6) formarão a M3.	
Conhecer os princípios e as singularidades do Direito Processual do Trabalho e seu significado na solução das lides trabalhistas.	UNIDADE 2 - Recusos: principios, pressupostos. 1. Pressupostos subjetivos e objetivos. 2. Formas de interposição 3. Recursos especificos	10 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada; Utilização de transparências; Aula prática: solução concreta de uma situação-problema com o uso dos princípios e peculiaridades do processo trabalhista.	M1: Atividade 1 - A1 - Prova Escrita (Peso: 1,00) M1: A1 - Prova Escrita (Peso: 1,00) . Prova com 8, 9 ou 10 questões, objetivas/subjetivas com a pontuação de cada questão discriminada na atividade (múltipla alternativas e discursivas) e será realizada individualmente. Poderá ser consultado somente a CLT SECA. Será cobrada toda a matéria ministrada desde o 1º dia de aula. A atividade 1 (A1) e a atividade 2 (A2) formarão a M1. M1: Prova Legal A2 - Prova Escrita (Peso: 2,00) A2 - Prova Escrita (Peso: 2,00) - Prova Objetiva/Subjetiva. Prova legal. A atividade 2 (A2) consistirá na realização de uma prova com 20 questões subjetivas (múltipla alternativas) e mais 3 questões discursivas e será realizada individualmente. Cada questão terá uma pontuação específica discriminada na prova. Não poderá ser consultado nenhum material. Será cobrada toda a matéria ministrada desde o 1º dia de aula. A atividade 1 (A1) e a atividade 2 (A2) formarão a M1. M2: Prova Legal - Atividade 4 (A4) - Prova Escrita (Peso: 2,00) M2: A4 - Prova Escrita (Peso: 2,00) - Prova Objetiva/Subjetiva. Prova legal. A atividade 4 (A4) consistirá na realização de uma prova com 20 questões subjetivas (múltipla alternativas) e mais 3 questões discursivas e será realizada individualmente. Cada questão terá uma pontuação específica discriminada na prova. Consulta somente a CLT seca e será realizada individualmente. Não poderá ser consultado nenhum material. Será cobrada toda a matéria ministrada desde o 1º dia de aula. A atividade 3 (A3) e a atividade 4 (A4) formarão a M2. M2: Estudo de Caso A3 - Estudo de Caso (Peso: 1,00) A3 - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Estudo de Casos. A atividade 3 (A3) consistirá na realização de estudos de casos fictícios, com a apresentação de 5 problemas para solucionar, com cada um valendo 2 (dois) pontos. Deverá ser realizada em dupla e/ou individualmente. Caso o número total de alunos desta sala seja impar ou por outro motivo, o aluno	(5) (9) (10) (11) (12) (13)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				que não conseguiu formar uma dupla deverá fazê-la individualmente. Para a realização desta atividade a dupla deverá estar em sala de aula, pois não será permitido colocar o nome de qualquer outro aluno que não esteja em sala de aula. Poderá ser consultada somente a CLT SECA. A matéria ser cobrada será aquela ministrada desde o 1º dia de aula. A atividade 3 (A3) e a 4 (A4) formarão a M2. M3: PROVA ORAL - A6 - Prova Oral (Peso: 1,00) A6 - Prova Oral (Peso: 1,00) - esta atividade terá peso 1,00 e consistirá na realização de um prova ORAL com 5 questões (2 pontos cada uma) em que o aluno deverá responder no tempo máximo de 1 minuto para cada questionamento feito pelo professor. O horário poderá ser modificado, pois dependerá do número de alunos existentes em sala de aula neste semestre. Será realizada individualmente e não poderá ser consultado nenhum material. A A5 e a A6 formarão a M3. M3: Prova Legal A5 - Prova Escrita (Peso: 1,00) A5 - Prova Escrita (Peso: 2,00) - Prova Objetiva/Subjetiva. Prova legal. A atividade 5 (A5) consistirá na realização de uma prova com 20 questões subjetivas (múltipla alternativas) e mais 3 questões discursivas e será realizada individualmente. Cada questão terá uma pontuação específica discriminada na prova. Não poderá ser consultado nenhum material. Será cobrada toda a matéria ministrada desde o 1º dia de aula. A atividade 5 (A5) e a atividade 6 (A6) formarão a M3.	
Destacar o processamento dos recursos.	UNIDADE 3 - Recursos, Embargos e Agravos. 1. Processamento dos recursos nos tribunais	8 h/a 0 h/ext	Atividades práticas	M2: Prova Legal - Atividade 4 (A4) - Prova Escrita (Peso: 2,00) M2: A4 - Prova Escrita (Peso: 2,00) - Prova Objetiva/Subjetiva. Prova legal. A atividade 4 (A4) consistirá na realização de uma prova com 20 questões subjetivas (múltipla alternativas) e mais 3 questões discursivas e será realizada individualmente. Cada questão terá uma pontuação específica discriminada na prova. Consulta somente a CLT seca e será realizada individualmente. Não poderá ser consultado nenhum material. Será cobrada toda a matéria ministrada desde o 1º dia de aula. A atividade 3 (A3) e a atividade 4 (A4) formarão a M2. M2: Estudo de Caso A3 - Estudo de Caso	(3) (5) (9) (10) (11) (12) (13)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				(Peso: 1,00) A3 - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Estudo de Casos. A atividade 3 (A3) consistirá na realização de estudos de casos fictícios, com a apresentação de 5 problemas para solucionar, com cada um valendo 2 (dois) pontos. Deverá ser realizada em dupla e/ou individualmente. Caso o número total de alunos desta sala seja impar ou por outro motivo, o aluno que não conseguiu formar uma dupla deverá fazê-la individualmente. Para a realização desta atividade a dupla deverá estar em sala de aula, pois não será permitido colocar o nome de qualquer outro aluno que não esteja em sala de aula. Poderá ser consultada somente a CLT SECA. A matéria ser cobrada será aquela ministrada desde o 1º dia de aula. A atividade 3 (A3) e a 4 (A4) formarão a M2. M3: PROVA ORAL - A6 - Prova Oral (Peso: 1,00) A6 - Prova Oral (Peso: 1,00) - esta atividade terá peso 1,00 e consistirá na realização de um prova ORAL com 5 questõe (2 pontos cada uma) em que o aluno deverá responder no tempo máximo de 1 minuto par cada questionamento feito pelo professor. O horário poderá ser modificado, pois dependerá do número de alunos existentes em sala de aula neste semestre. Será realizada individualmente e não poderá ser consultado nenhum material. A A5 e a A6 formarão a M3. M3: Prova Legal A5 - Prova Escrita (Peso: 1,00) A5 - Prova Escrita (Peso: 2,00) - Prova Objetiva/Subjetiva. Prova legal. A atividade 5 (A5) consistirá na realização de uma prova com 20 questões subjetivas (múltipla alternativas) e mais 3 questões discursivas e será realizada individualmente. Cada questão terá uma pontuação específica discriminada na prova. Não poderá ser consultado nenhum material. Será cobrada toda a matéria ministrada desde o 1º dia de aula. A atividade 5 (A5) e a atividade 6 (A6) formarão a M3.	
Conhecer os procedimentos executórios.	UNIDADE 4 - Processos de Execução. 1. Titulos executivos e legitimação ativa e passiva. 2. Formas de oposição à execução 3. Fases de liquidação,	12 h/a 0 h/ext	Atividades práticas	M2: Prova Legal - Atividade 4 (A4) - Prova Escrita (Peso: 2,00) M2: A4 - Prova Escrita (Peso: 2,00) - Prova Objetiva/Subjetiva. Prova legal. A atividade 4 (A4) consistirá na realização de uma prova com 20 questões subjetivas (múltipla alternativas) e mais 3 questões discursivas e será realizada	(3) (5) (9) (10) (11) (12)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
	constrição e expropriação			individualmente. Cada questão terá uma pontuação específica discriminada na prova. Consulta somente a CLT seca e será realizada individualmente. Não poderá ser consultado nenhum material. Será cobrada toda a matéria ministrada desde o 1º dia de aula. A atividade 3 (A3) e a atividade 4 (A4) formarão a M2. M3: PROVA ORAL - A6 - Prova Oral (Peso: 1,00) A6 - Prova Oral (Peso: 1,00) - esta atividade terá peso 1,00 e consistirá na realização de um prova ORAL com 5 questõe (2 pontos cada uma) em que o aluno deverá responder no tempo máximo de 1 minuto par cada questionamento feito pelo professor. O horário poderá ser modificado, pois dependerá do número de alunos existentes em sala de aula neste semestre. Será realizada individualmente e não poderá ser consultado nenhum material. A A5 e a A6 formarão a M3. M3: Prova Legal A5 - Prova Escrita (Peso: 1,00) A5 - Prova Escrita (Peso: 2,00) - Prova Objetiva/Subjetiva. Prova legal. A atividade 5 (A5) consistirá na realização de uma prova com 20 questões subjetivas (múltipla alternativas) e mais 3 questões discursivas e será realizada individualmente. Cada questão terá uma pontuação específica discriminada na prova. Não poderá ser consultado nenhum material. Será cobrada toda a matéria ministrada desde o 1º dia de aula. A atividade 5 (A5) e a atividade 6 (A6) formarão a M3.	
Identificar processamento e finalidade do dissidio.	UNIDADE 5 - Dissidio Coletivo. 1. Pressupostos 2. Finalidade e tipos. 3. Forma de processamento	8 h/a 0 h/ext	Atividades práticas.	M3: PROVA ORAL - A6 - Prova Oral (Peso: 1,00) A6 - Prova Oral (Peso: 1,00) - esta atividade terá peso 1,00 e consistirá na realização de um prova ORAL com 5 questõe (2 pontos cada uma) em que o aluno deverá responder no tempo máximo de 1 minuto par cada questionamento feito pelo professor. O horário poderá ser modificado, pois dependerá do número de alunos existentes em sala de aula neste semestre. Será realizada individualmente e não poderá ser consultado nenhum material. A A5 e a A6 formarão a M3. M3: Prova Legal A5 - Prova Escrita (Peso: 1,00) A5 - Prova Escrita (Peso: 2,00) - Prova Objetiva/Subjetiva. Prova legal. A atividade 5 (A5) consistirá na realização de uma prova com 20 questões subjetivas (múltipla alternativas) e mais 3 questões	(10) (11)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				discursivas e será realizada individualmente. Cada questão terá uma pontuação específica discriminada na prova. Não poderá ser consultado nenhum material. Será cobrada toda a matéria ministrada desde o 1º dia de aula. A atividade 5 (A5) e a atividade 6 (A6) formarão a M3.	
Conhecer os procedimentos executórios.	UNIDADE 6 - Execução. 1. Os principios da execução. 2. Fase preliminar da execução: liquidação da sentença; 3. Formas de liquidação 4. Modalidades da execução. 5. procedimento processual. 6. Suspensão e exrtinção da execução. 7. Embargos do devedor: prática e pecularied ades. 8. Embargos de terceiro	8 h/a 0 h/ext	Atividades práticas.	M3: PROVA ORAL - A6 - Prova Oral (Peso: 1,00) A6 - Prova Oral (Peso: 1,00) - esta atividade terá peso 1,00 e consistirá na realização de um prova ORAL com 5 questões (2 pontos cada uma) em que o aluno deverá responder no tempo máximo de 1 minuto par cada questionamento feito pelo professor. O horário poderá ser modificado, pois dependerá do número de alunos existentes em sala de aula neste semestre. Será realizada individualmente e não poderá ser consultado nenhum material. A A5 e a A6 formarão a M3. M3: Prova Legal A5 - Prova Escrita (Peso: 1,00) A5 - Prova Escrita (Peso: 2,00) - Prova Objetiva/Subjetiva. Prova legal. A atividade 5 (A5) consistirá na realização de uma prova com 20 questões subjetivas (múltipla alternativas) e mais 3 questões discursivas e será realizada individualmente. Cada questão terá uma pontuação específica discriminada na prova. Não poderá ser consultado nenhum material. Será cobrada toda a matéria ministrada desde o 1º dia de aula. A atividade 5 (A5) e a atividade 6 (A6) formarão a M3.	(6) (9) (10)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(9) LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. 13. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 1712 p. ISBN 9788502625389.

(10) MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho. 35. ed. atual. São Paulo, SP: Atlas, 2014. xxviii, 852 p. ISBN 9788522487448.

(11) SAAD, Eduardo Gabriel; SAAD, José Eduardo Duarte; CASTELLO BRANCO, Ana Maria Saad. Curso de direito processual do trabalho. 7. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: LTr, 2014. 875 p. + 1 encarte (p. 886-956) ISBN 9788536128627.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(3) BRASIL; COSTA, Armando Casimiro; FERRARI, Irany; MARTINS, Melchíades Rodrigues. Consolidação das leis do trabalho. 38. ed. São Paulo, SP: LTr, 2011. 976 [4] p. ISBN 9788536114774.

(5) GIGLIO, Wagner D; CORRÊA, Claudia Giglio Veltri. Direito processual do trabalho. 16. ed. rev.,

ampl. e adap. São Paulo, SP: Saraiva, 2007. xxxi, 640 p. ISBN 8502054724.

(6) TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Curso de direito processual do trabalho 3: processo de execução : processo cautelar : procedimentos especiais. São Paulo, SP: LTr, 2009. 1805-3095 p. ISBN 9788536112824 (v. 3).

(12) SARAIVA, Renato; MANFREDINI, Aryanna. Curso de direito processual do trabalho. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Método, 2013. xxii, 1034 p. ISBN 9788530944780.

(13) ALMEIDA, Amador Paes de. Curso prático de processo do trabalho: de acordo com a resolução n. 193/2013 (Súmula 392 do TST). 23. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 600 p. ISBN 9788502216761.

(8) LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2016.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A formação da dupla na atividade, quando permitida (com exceção na atividade individual) é de responsabilidade do aluno. O aluno que ficar sozinho deverá fazer a prova individualmente. Em nenhuma hipótese a prova poderá ser realizada em grupo de 3 ou mais alunos.

PROVA ESCRITA - QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVAS: Nas discursivas clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das idéias, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta.

ESTUDO DE CASO: aplicação de conceitos teóricos, coerência na prescrição (relação entre os aspectos descritos), riqueza de argumentação, apresentação de alternativas de soluções e capacidade de elaboração de síntese.

PROVA ORAL: objetividade, domínio dos conceitos teóricos, coerência das respostas, clareza na exposição das idéias e riqueza de argumentação.

PROVA LEGAL : Atividade de avaliação com questões de concursos, prova da OAB, ENADE, entre outras.

Os casos omissos serão analisados e solucionados pelo Professor em conjunto com a Direção/Coordenação do Curso de Direito.

OBSERVAÇÕES GERAIS

O Plano de Ensino poderá ser adaptado/modificado para acompanhar o desenvolvimento da turma.

Este plano poderá sofrer alterações, segundo a conveniência e a necessidade didática; se houver mudança nas avaliações (forma e/ou data) os alunos serão previamente avisados.

A Semana de Iniciação Científica ocorrerá entre os dias 7 e 11 de novembro de 2016.

Durante as aulas e provas (atividades de avaliação) não será permitido utilizar equipamentos eletrônicos, inclusive o telefone móvel, que deverão permanecer desligados e fora da mesa de trabalho. Também é vedado durante as aulas o acesso a sites não relacionados com a matéria,

tais
como facebook entre outros.

As horas-aula destinadas aos procedimentos de avaliação estão incluídas no total da carga horária da
disciplina (72 horas).

O aluno deve complementar o estudo da matéria ministrada em sala de aula com a leitura das obras
indicadas neste plano de ensino.

O PROFESSOR SUGERE QUE SE BUSQUE O APROFUNDAMENTO DO ESTUDO NAS OBRAS INDICADAS NESTE PLANO DE ENSINO e em como em periódicos, sites jurídicos, entre outros, estando o professor sempre a disposição para indiciação do melhor estudo.

É EXPRESSAMENTE proibido a utilização de celular durante as aulas e nas avaliações.

As Justificativas de faltas só serão aceitas mediante prévio processo administrativo, devidamente deferido.
Nas datas de realização das avaliações que comporão a M1, M2 e M3, os(as) acadêmicos(as) deverão chegar até o início da distribuição das avaliações pelo professor na sala de aula, que ocorrerá nos primeiros 15 minutos do primeiro ou do segundo horário. Após este momento, com as avaliações já entregues, não será aceita a realização da respectiva avaliação pelo(a) acadêmico(a) naquela data, ressalvando-se-lhe a possibilidade de realizar a respectiva avaliação em outra data posterior, conforme os prazos e regras institucionais aplicáveis a este procedimento .

Independentemente das diversas modalidades de avaliação que poderão compor a M1, a M2 e a M3, o(a) acadêmico(a) que faltar na data da realização de avaliação marcada terá que observar os procedimentos, prazos e regras institucionais para a realização da respectiva avaliação no 18º ENCONTRO.

A bibliografia poderá ser complementada no decorrer do semestre.
O aluno deverá comparecer às aulas munido da CLT e da CRFB/88 atualizadas, preferencialmente com a do ano de 2016, sob pena de ter prejuízos nas notas das atividades (M1, M2 e M3).

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Atividade 1 - A1 * 1,00 + Prova Legal A2 * 2,00) / 3,00
M2 = (Prova Legal - Atividade 4 (A4) * 2,00 + Estudo de Caso A3 * 1,00) / 3,00
M3 = (PROVA ORAL - A6 * 1,00 + Prova Legal A5 * 1,00) / 2,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1712 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV

Professor(es): MARCELO PETERMANN e GABRIELLE THAMIS NOVAK FÓES

Período: 7º	Ano/Sem.: 2016 / 2 Classe: 1
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Desenvolver e aprofundar o estudo e a pesquisa acerca do Processo de Execução com vista ao conhecimento, à compreensão e ao domínio dos seus fundamentos teóricos e práticos, no atual contexto jurídico processual brasileiro, bem como desenvolver e aprofundar o estudo acerca das modalidades de Ações Executivas e seus procedimentos, da Liquidação de Sentença e do Cumprimento de Sentença.

EMENTA

Do Processo de Execução. Da Liquidação de Sentença. Cumprimento de Sentença.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conhecer e compreender o Processo de Execução com vista ao conhecimento, à compreensão e ao domínio dos seus fundamentos teóricos e práticos, no atual contexto jurídico processual brasileiro, bem como desenvolver e aprofundar o estudo acerca das modalidades de Ações Executivas e seus procedimentos.	UNIDADE 1 - Do Processo de Execução. 1. DA EXECUÇÃO EM GER DISPOSIÇÕES GERAIS 2. DAS PARTES 3. DA COMPETÊNCIA 4. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REA QUALQUER EXECUÇÃO 5. DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL 6. DAS DIVERSAS ESPÉCIE DE EXECUÇÃO: DISPOSIÇ GERAIS 7. DA EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA 8. DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER O NÃO FAZER 9. DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA 10. DA EXECUÇÃO CONTR FAZENDA PÚBLICA 11. DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS 12. DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO 13. DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO EXECUÇÃO	35 h/a 0 h/ext	O estudo e a compreensão do conteúdo programático será desenvolvido através da técnica convencional, ou seja, aula expositiva/dialogada por parte do professor com a participação dos alunos através de questionamentos e debates orais. A aula contará ainda com o auxílio do recurso visual, datashow, análise de textos doutrinários.	M1: AVALIAÇÃO ESCRITA - Prova Escrita (Peso: 1,00) a)clareza e objetividade; b)demonstração de conhecimento suficiente; c)capacidade de sistematização das idéias; d)ausência de dispersão ou de redundância das informações; e)observância das regras da norma culta. M1: AVALIAÇÃO ESCRITA/PROVA LEGAL - Escrita (Peso: 1,00) a)clareza e objetividade; b)demonstração de conhecimento suficiente; c)capacidade de sistematização das idéias; d)ausência de dispersão ou de redundância das informações; e)observância das regras da norma culta. M2: AVALIAÇÃO ESCRITA - Prova Escrita (Peso: 1,00) a)clareza e objetividade; b)demonstração de conhecimento suficiente; c)capacidade de sistematização das idéias; d)ausência de dispersão ou de redundância das informações; e)observância das regras da norma culta. M2: AVALIAÇÃO ESCRITA/PROVA LEGAL - Escrita (Peso: 1,00) a)clareza e objetividade; b)demonstração de conhecimento	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				suficiente; c)capacidade de sistematização das idéias; d)ausência de dispersão ou de redundância das informações; e)observância das regras da norma culta.	
Conhecer e compreender o procedimento da Liquidação de Sentença, bem como desenvolver e aprofundar o estudo acerca das modalidades de liquidação de sentença e seus procedimentos.	UNIDADE 2 - Da Liquidação de Sentença. 1. DISPOSIÇÕES GERAIS	4 h/a 0 h/ext	O estudo e a compreensão do conteúdo programático será desenvolvido através da técnica convencional, ou seja, aula expositiva/dialogada por parte do professor com a participação dos alunos através de questionamentos e debates orais. A aula contará ainda com o auxílio do recurso visual, datashow, análise de textos doutrinários.	M3: AVALIAÇÃO ESCRITA - Prova Escrita (Peso: 1,00) a)clareza e objetividade; b)demonstração de conhecimento suficiente; c)capacidade de sistematização das idéias; d)ausência de dispersão ou de redundância das informações; e)observância das regras da norma culta.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)
Conhecer e compreender o Cumprimento de Sentença com vista ao conhecimento, à compreensão e ao domínio dos seus fundamentos teóricos e práticos nas suas mais diversas modalidades, no atual contexto jurídico processual brasileiro.	UNIDADE 3 - Cumprimento de Sentença. 1. DISPOSIÇÕES GERAIS 2. DO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇ QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA 3. DO CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA 4. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONH EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS 5. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONH EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA 6. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONH EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, D NÃO FAZER OU DE ENTRE COISA	21 h/a 0 h/ext	O estudo e a compreensão do conteúdo programático será desenvolvido através da técnica convencional, ou seja, aula expositiva/dialogada por parte do professor com a participação dos alunos através de questionamentos e debates orais. A aula contará ainda com o auxílio do recurso visual, datashow, análise de textos doutrinários.	M3: AVALIAÇÃO ESCRITA/PROVA LEGAL - Escrita (Peso: 1,00) a)clareza e objetividade; b)demonstração de conhecimento suficiente; c)capacidade de sistematização das idéias; d)ausência de dispersão ou de redundância das informações; e)observância das regras da norma culta.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de processo civil 3: execução. 6. edição rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2014. 506 p. (Curso de processo civil. 3) ISBN 9788520351260 (v.3).

(2) MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de processo civil 3: execução. 6. edição rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2014. 506 p. (Curso de processo civil. 3) ISBN 9788520351260 (v.3).

(3) DIDIER JUNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. Curso de direito processual civil 5: execução. 3. ed. Salvador, BA: Editora Juspodivm, 2011. 806 p. ISBN 8577613763 (v.5).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil, volume 2: processo de execução. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2002. 430 p. ISBN 8520322778.

(5) MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil 2: teoria geral dos recursos, recursos em espécie e processo de execução. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. xxvi, 540 p. ISBN 9788522497683.

(6) ASSIS, Araken de. Manual da execução. 11. ed. rev., ampl e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2007. 1310 p. ISBN 9788520330432.

(7) CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua; CERQUEIRA, Camila Albuquerque; LENZA, Pedro. Direito eleitoral esquematizado. 4. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 1030 p. ISBN 9788502217638.

(8) NUNES, Elpídio Donizetti. Curso didático de direito processual civil. 15. ed. rev. , ampl. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2011. 1474 p. ISBN 9788522462223.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Para fins da avaliação da aprendizagem individual de cada aluno serão adotados os critérios de avaliação definidos neste Plano de Ensino, conforme cada atividade (individual ou grupal) e levando-se em consideração o instrumento de avaliação utilizado.

MÉDIA 1:

AVALIAÇÃO ESCRITA: Prova com questões objetivas e/ou subjetivas.
Peso da atividade: peso 1.
Realização: quarta aula.
Conteúdo: a ser informado pelo professor, conforme o desenvolvimento das unidades de ensino.

AVALIAÇÃO ESCRITA: Prova com questões objetivas e/ou subjetivas (PROVA LEGAL).
Peso da atividade: peso 1.
Realização: sexta aula.
Conteúdo: a ser informado pelo professor, conforme o desenvolvimento das unidades de ensino.

MÉDIA 2:

AVALIAÇÃO ESCRITA: Prova com questões objetivas e/ou subjetivas.
Peso da atividade: peso 1.
Realização: nona aula.
Conteúdo: a ser informado pelo professor, conforme o desenvolvimento das unidades de ensino.

AVALIAÇÃO ESCRITA: Prova com questões objetivas e/ou subjetivas (PROVA LEGAL).
Peso da atividade: peso 1.
Realização: décima-segunda aula aula.
Conteúdo: a ser informado pelo professor, conforme o desenvolvimento das unidades de ensino.

MÉDIA 3:

AVALIAÇÃO ESCRITA: Prova com questões objetivas e/ou subjetivas.
Peso da atividade: peso 1.
Realização: décima-quinta aula.
Conteúdo: a ser informado pelo professor, conforme o desenvolvimento das unidades de ensino.

AVALIAÇÃO ESCRITA: Prova com questões objetivas e/ou subjetivas (PROVA LEGAL).
Peso da atividade: peso 1.
Realização: décima-sétima aula.
Conteúdo: a ser informado pelo professor, conforme o desenvolvimento das unidades de ensino.

Objetivos de aprendizagem:

Prova Escrita:

Subjetiva: exigir do aluno habilidades que envolvem além da aquisição do conhecimento, da análise e
da síntese, a organização, comunicação e expressão do pensamento.

Objetiva: o aluno deverá demonstrar habilidade de interpretar, analisando diversos aspectos da situação problema, relacionados entre si para indicar os procedimentos.

Critérios de avaliação:

Prova Escrita:
a) clareza e objetividade;
b) demonstração de conhecimento suficiente;
c) capacidade de sistematização das idéias;
d) ausência de dispersão ou de redundância das informações;
e) observância das regras da norma culta.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES QUANTO AS AVALIAÇÕES/PROVAS:

1) As segundas avaliações escritas das M1, M2 e M3 consistiram no sistema de PROVA LEGAL, implantado pela Coordenação do Curso de Direito deste Campus, que consistirá de questões objetivas oriundas de provas de concursos públicos e do exame de ordem, ou ainda elaboradas pelo próprio professor da disciplina.

2) As folhas das provas escritas deverão ser rubricadas pelo aluno e o gabarito oficial de respostas
devidamente assinado.

3) Os requerimentos de revisão de prova deverão ser feitos rigorosamente de acordo as disposições
regimentais da Universidade e protocolados tempestivamente, sob pena de não terem o seu mérito analisado. Requerimentos ofensivos a pessoa, honra e atividade profissional do Professor não serão
analisados e ainda sujeitarão o aluno as responsabilidades civis, criminais e administrativas.

4) Não haverá nenhuma outra atividade ou avaliação além das previstas neste Plano de Ensino, bem
como não haverá nenhuma atividade ou avaliação de recuperação de notas ou médias.

5) As avaliações e provas previstas nas respectivas médias (1, 2 e 3) serão realizadas sem consulta
a códigos, doutrinas, jurisprudências, cadernos ou qualquer outro material, salvo quando autorizado
expressamente pelo Professor.

6) A devolução das Provas/Atividades ocorrerá no máximo na semana seguinte a realização das mesmas, em dia e horário regulas das aulas, salvo exceções autorizadas pela coordenação do curso e previamente comunicado aos alunos, inclusive quanto as atividades de M3.

OBSERVAÇÕES GERAIS

OBSERVAÇÕES GERAIS

1) ESTE PLANO DE ENSINO PODERÁ SOFRER ALTERAÇÕES DE ACORDO COM O DESENVOLVIMENTO DAS AULAS, DISPONIBILIDADE DE TEMPO E IMPORTÂNCIA DOS CONTEÚDOS, BEM COMO LEVARÁ EM CONSIDERAÇÃO AS NOVAS REFORMULAÇÕES DAS EMENTAS DA DISCIPLINA.

2) Nos dias designados para a realização da Semana de Iniciação Científica, a
participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso o professor componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pelo professor. Outros casos de
participação serão acordados com o professor da aula que coincide com a referida banca.

Aspectos importantes:

a) incentivar o aluno a ter uma visão crítica do Direito propiciando a criação de raciocínio jurídico;
b) o conhecimento deve ser construído conjuntamente pelo Professor e aluno;
c) utilizar a legislação, doutrina e jurisprudência na criação e transmissão do conhecimento;
d) sempre que possível fazer uso da interdiciplinariedade;
e) abordar sobre as soluções não jurisdicionais dos conflitos de interesse (arbitragem, mediação e conciliação);
f) eliminação de atitudes autoritárias e estímulo ao diálogo,
g) incentivar os alunos a participarem de grupos de estudos, seminários, congressos, concursos de
monografias, semanas científicas, artigos científicos, pesquisa, projetos de extensão, etc.;
h) abordar sempre que possível a importância dos estágios, da realização de artigos científicos ou
da monografia ao final do curso, prova do Enade, Exames da OAB e demais concursos jurídicos;
i) estimular a pesquisa e a leitura.

Observações e regras importantes:

a) os horários das aulas deverão ser obedecidos rigorosamente pelos alunos e pelo Professor;
b) o controle de freqüência será feito pelo Professor da disciplina, de forma verbal e individual,
todos os dias de aulas, através do Diário On Line (conforme normas da Universidade) sendo de inteira
responsabilidade do aluno responder presencialmente a chamada, bem como o seu controle numérico;
c) não haverá abono de faltas, salvo nos casos previstos e autorizados pelo Regimento da Universidade, sendo que os pedidos de Justificativa de Faltas deverão ser feitos mediante requerimento administrativo e na forma e prazos regimentais;
d) não será permitido o uso de aparelhos de telefone celular no interior da sala durante o desenvolvimento das aulas, bem como os alunos não deverão conectar-se as redes sociais de internet
(facebook, msn, etc), smartfones, tablets, etc., durante o desenvolvimento regular das aulas, devendo os mesmos estarem atentos e participativos ao processo de ensino aprendizagem que se desenvolve naquela ocasião, salvo quando da necessidade de pesquisa ou consulta a conteúdo pertinente ao conteúdo que se desenvolve na ocasião e mediante solicitação e autorização do professor.
e) os pedidos de 2ª Chamada de Provas e Avalições perdidas, deverão ser feitos mediante Requerimento
Administrativo, na forma e prazos regimentais. A prova feita em segunda chamada será obrigatoriamente realizada através de PROVA ORAL a ser marcada pelo Professor da disciplina, na forma e prazos regimentais, comunicando-se o aluno. O não comparecimento do aluno na data designada
para a realização da segunda chamada, acarretará a nota ZERO ao mesmo.
f) nos dias de realização e aplicação de provas e avaliações, não será permitido o uso de celulares,

notebooks, computadores, tablets, fones de ouvido ou qualquer outro aparelho eletrônico ou digital
que possa comprometer a aplicação das mesmas ou seus regulares fins. Todos esses aparelhos deverão
estar guardados nas pastas, não podendo permanecerem sobre as mesas dos alunos.
g) não será permitido a gravação, por qualquer meio ou instrumento, das aulas ministradas pelo professor da disciplina, salvo autorização escrita do Professor, ressalvado ao mesmo o direito de
cobrar os direitos de imagem e autorais dos infratores desta regra.
h) o aluno que utilizar qualquer meio fraudulento (“cola”) no dia da realização das provas, terá sua
prova retirada, desconsiderada e ser-lhe-á atribuída a nota ZERO.
i) Nas aulas, conforme os conteúdos serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17
de junho de 2004.
j) As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº
9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.
k) O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas
áreas. Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.

LEITURA OBRIGATÓRIA: o(a) aluno(a) deverá realizar a leitura prévia (anterior a aula) do conteúdo
desta unidade em pelo uma das obras jurídicas indicadas nas Referências Bibliográficas Básica, com o
intuito de facilitar a assimilação do conteúdo ministrado pelo professor da disciplina.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE:

A Bibliografia a ser utilizada no desenvolvimento do conteúdo das unidades deste Plano de Ensino, deverão ser as indicadas na relação abaixo, referente ao Novo CPC e suas alterações, para o estudo dos conteúdos desta disciplina uma vez que as obras novas com os conteúdos do Novo CPC e suas alterações estão sendo adquiridas pela Universidade. As demais obras indicadas na Bibliografia Básica e Complementar poderão ser usadas quanto aos conteúdos da disciplina não alterados pelo Novo CPC.

Código de Processo Civil Comentado - 16ª Ed. 2016
Nery Jr,Nelson / Nery,Rosa Maria de Andrade
RT

Curso de Processo Civil - Vol. 1 - Teoria do Processo Civil - 2ª Ed. 2016
Marinoni,Luiz Guilherme / Arenhart,Sérgio Cruz / Daniel Mitidiero
RT

Curso de Processo Civil - Vol. 2 - 2ª Ed. 2016
Marinoni,Luiz Guilherme / Arenhart,Sérgio Cruz / Mitidiero,Daniel
RT

Curso de Processo Civil - Vol. 3 - Tutela Dos Direitos Mediante Procedimentos Diferentes-2ª Ed. 2016
Marinoni,Luiz Guilherme / Arenhart,Sérgio Cruz / Daniel Mitidiero
RT

Curso de Direito Processual Civil - Vol. II - 50ª Ed. 2016
Theodoro Jr, Humberto
Forense

Novo Código de Processo Civil Anotado - 20ª Ed. 2016
Junior, Humberto Theodoro
Forense

Novo Código de Processo Civil - Estudo Comparativo Com o Código de 1973 - 2ª Ed. 2016 - Juspodivm
Didier Jr.,Fredie/Ravi Peixoto

Curso de Direito Processual Civil - Reescrito Com Base No Novo CPC - Vol. 1 - 18ª Ed. 2016
Didier Jr.,Fredie
Juspodivm

Curso de Direito Processual Civil - Reescrito Com Base No Novo CPC - Vol. 2 - 11ª Ed. 2016
Didier Jr.,Fredie / Oliveira,Rafael / Braga,Paula Sarno
Juspodivm

Curso de Direito Processual Civil - Reescrito Com Base No Novo CPC - Vol. 3 - 13ª Ed. 2016
Didier Jr.,Fredie / : CARNEIRO DA CUNHA, LEONARDO
Juspodivm

Curso de Direito Processual Civil - v.4 - Reescrito com base no NOVO CPC (2016)
10a edição
Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr.
Juspodivm

Curso Avançado de Processo Civil - Vol. 2 - 16ª Ed. 2016
Wambier,Luiz Rodrigues / Talamini,Eduardo
RT

Curso Didático de Direito Processual Civil - 19ª Ed. 2016
Donizetti, Elpídio
Atlas

Manual da Execução - 18ª Ed. 2016
Assis,Araken de
RT

Novo Código de Processo Civil Comentado - 2ª Edição - 2016
Daniel Mitidiero / Luiz Guilherme Marinoni / Sergio Cruz Arenhart
Editora Revista dos Tribunais

Direito Processual Civil Moderno
2ª edição - 2016
José Miguel Garcia Medina
Editora Revista dos Tribunais

Novo Código de Processo Civil Comentado
4ª edição - 2016
José Miguel Garcia Medina
Editora Revista dos Tribunais

Eventos:

1. Ocorrerá a Aula Magna a se realizar no dia 11/08, no auditório do bloco 4.
OBS: Exclusivo para as turmas dos 1º ao 5º períodos.

2. Ocorrerá, de 7 a 11 de novembro, a “Semana Acadêmica do Curso de Direito” com as seguintes atividades:

- Semana de Defesa de TICs.;
- Atividades de Extensão;
- Apresentações de Projetos de Pesquisa;
- Apresentação de Publicações

3. Ocorrerá, nos dias 31/10 e 01/11, nos turnos matutino, vespertino e noturno, no Auditório do Bloco 7, em parceria com a Associação dos Delegados de Polícia Civil de Santa Catarina, o “Seminário de Direitos Humanos do Curso de Direito da Univali - BC”.

OPORTUNIDADES DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES EXTRACURRICULARES:

1. O GRUPO PAIDEIA incentiva há 15 anos a pesquisa no CEJURPS, instigando a comunidade acadêmica no desenvolvimento da pesquisa jurídica com grupos de estudos e participação em editais, como PROBIC, PIBIC, art. 171 (CESC), entre outros.

2. ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA - O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de extensão comunitária nas mais diversas áreas, com destaque a possibilidade de atuação no Mutirão da Vara da Família (Balneário Camboriú), Protejá (Projeto de Prevenção à Pedofilia), Aproximando o Acadêmico do Curso de Direito com a Comunidade e o Mercado de Trabalho (Projeto

que insere o acadêmico em entidades sem fins lucrativos, atuando juridicamente).

3. COMPROMISSO SOCIAL:

- QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL: Em atenção à Resolução nº 1/2004, art. 2º, do Conselho Nacional de Educação, que dispõe que as “orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da educação, (...)”, além de “promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática”, os planos de ensino das disciplinas a seguir devem contemplar tais premissas na perspectiva étnico-racial: Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Economia, Psicologia Jurídica, História do Direito e Direito Constitucional

- QUESTÃO AMBIENTAL: Incluir a “Educação Ambiental”, procurando abordar articuladamente as questões locais, regionais, nacionais e globais, em um dos conteúdos do Plano de Ensino em pelo menos de pelo menos as seguintes disciplinas: Ciência Política; Sociologia; Antropologia; Economia; Direito Constitucional; Direito do Trabalho; Direito Civil; Direito Penal; Direito Processual Constitucional; Direito Internacional; Direito Tributário; Direito Empresarial; Direito Administrativo.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (AVALIAÇÃO ESCRITA * 1,00 + AVALIAÇÃO ESCRITA/PROVA LEGAL * 1,00) / 2,00
M2 = (AVALIAÇÃO ESCRITA * 1,00 + AVALIAÇÃO ESCRITA/PROVA LEGAL * 1,00) / 2,00
M3 = (AVALIAÇÃO ESCRITA * 1,00 + AVALIAÇÃO ESCRITA/PROVA LEGAL * 1,00) / 2,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1717 - DIREITO CIVIL - SUCESSOES

Professor(es): MATHEUS DE ANDRADE BRANCO

Período: 8º	Ano/Sem.: 2016 / 2 Classe: 2
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Analisar e compreender o Direito das Sucessões nos seus aspectos teóricos e práticos, com base na legislação, jurisprudência e doutrina, identificando seu papel no universo da Ciência Jurídica e sua relevância para a organização social, bem como sua importância na vida profissional do operador do Direito, formando profissionais éticos, conscientes, críticos e compromissados com o aprimoramento da sociedade.

EMENTA

Sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e partilha.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Identificar e compreender os conceitos básicos inerentes ao ramo do Direito das Sucessões, bem como sua relação com a sua aplicabilidade prática.	UNIDADE 1 - Sucessão em geral. 1. Conceito, fundamento e conteúdo do direito das sucessões 2. Conceito e classificação das heranças 3. Transmissão da herança 4. Conceito de sucessores e formas de sucessão 5. Competência sucessória 6. Capacidade para suceder 7. Aceitação, renúncia e cessão de direitos hereditários 8. Herança Jacente 9. Indignidade e deserdação 10. Ação de petição de herança	22 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada, por meio de debates e levantamento de questões críticas. Utilização de datashow, cases e mecanismos de memorização, aliados com a leitura de legislação e identificação dos dispositivos legais mais relevantes.	M1: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) Interpretação, uso da linguagem técnica, amplitude da abordagem do tema, capacidade de pesquisa, argumentação e persuasão. Qualidade da pesquisa da legislação, doutrina, jurisprudência etc. Análise da relação entre o que foi perguntando e a qualidade da resposta. M1: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) Nas discursivas: clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das ideias, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta. Nas objetivas: conhecimento, raciocínio, atenção aos detalhes e lógica. M2: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) Interpretação, uso da linguagem técnica, amplitude da abordagem do tema, capacidade de pesquisa, argumentação e persuasão. Qualidade da pesquisa da legislação, doutrina, jurisprudência etc. Análise da relação entre o que foi perguntando e a qualidade da resposta. M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) Nas discursivas: clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das ideias, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta.	(1) (2) (3) (4)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				Nas objetivas: conhecimento, raciocínio, atenção aos detalhes e lógica. M3: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) Interpretação, uso da linguagem técnica, amplitude da abordagem do tema, capacidade de pesquisa, argumentação e persuasão. Qualidade da pesquisa da legislação, doutrina, jurisprudência etc. Análise da relação entre o que foi perguntando e a qualidade da resposta. M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) Nas discursivas: clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das ideias, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta. Nas objetivas: conhecimento, raciocínio, atenção aos detalhes e lógica.	
Analisar e compreender a ordem de vocação hereditária. Identificar os requisitos necessários para a sucessão legítima dos descendentes, ascendentes, cônjuge, companheiro e colaterais até o quarto grau.	UNIDADE 2 - Sucessão legítima. 1. Sucessão legítima 2. Direito de representação 3. Sucessão dos descendentes 4. Sucessão dos ascendentes 5. Sucessão do Cônjuge 6. Concorrência do Cônjuge com os descendentes 7. Concorrência do Cônjuge com os ascendentes 8. Sucessão dos companheiros 9. Sucessão dos colaterais	20 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada, por meio de debates e levantamento de questões críticas. Utilização de datashow, trechos de filmes e mecanismos de memorização, aliados com a leitura de legislação e identificação dos dispositivos legais mais relevantes. Realização de pesquisa técnico-científica para análise de pontos controversos na doutrina e jurisprudência no que diz respeito aos conceitos e à aplicação prática do direito das sucessões.	M1: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) Interpretação, uso da linguagem técnica, amplitude da abordagem do tema, capacidade de pesquisa, argumentação e persuasão. Qualidade da pesquisa da legislação, doutrina, jurisprudência etc. Análise da relação entre o que foi perguntando e a qualidade da resposta. M1: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) Nas discursivas: clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das ideias, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta. Nas objetivas: conhecimento, raciocínio, atenção aos detalhes e lógica. M2: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) Interpretação, uso da linguagem técnica, amplitude da abordagem do tema, capacidade de pesquisa, argumentação e persuasão. Qualidade da pesquisa da legislação, doutrina, jurisprudência etc. Análise da relação entre o que foi perguntando e a qualidade da resposta. M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) Nas discursivas: clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das ideias, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta. Nas objetivas: conhecimento, raciocínio, atenção aos detalhes e lógica.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				M3: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) Interpretação, uso da linguagem técnica, amplitude da abordagem do tema, capacidade de pesquisa, argumentação e persuasão. Qualidade da pesquisa da legislação, doutrina, jurisprudência etc. Análise da relação entre o que foi perguntando e a qualidade da resposta. M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) Nas discursivas: clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das ideias, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta. Nas objetivas: conhecimento, raciocínio, atenção aos detalhes e lógica.	
Analisar as formas de declaração de última vontade existente em nosso ordenamento jurídico. Identiicar todos os requisitos para a confirmação de cada tipo de testamento existente no ordenamento jurídico brasileiro.	UNIDADE 3 - Sucessão testamentária. 1. Conceito e formas testamentárias 2. Disposições testamentárias 3. Legado	6 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada, por meio de debates e levantamento de questões críticas. Utilização de datashow, casos práticos e mecanismos de memorização, aliados com a leitura de legislação e identificação dos dispositivos legais mais relevantes. Realização de exercícios de fixação e de pesquisas técnico-científicas.	M2: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) Interpretação, uso da linguagem técnica, amplitude da abordagem do tema, capacidade de pesquisa, argumentação e persuasão. Qualidade da pesquisa da legislação, doutrina, jurisprudência etc. Análise da relação entre o que foi perguntando e a qualidade da resposta. M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) Nas discursivas: clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das ideias, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta. Nas objetivas: conhecimento, raciocínio, atenção aos detalhes e lógica. M3: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) Interpretação, uso da linguagem técnica, amplitude da abordagem do tema, capacidade de pesquisa, argumentação e persuasão. Qualidade da pesquisa da legislação, doutrina, jurisprudência etc. Análise da relação entre o que foi perguntando e a qualidade da resposta. M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) Nas discursivas: clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das ideias, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta. Nas objetivas: conhecimento, raciocínio, atenção aos detalhes e lógica.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)
Analisar o processo de inventário e arrolamento, partilha dos quinhões	UNIDADE 4 - Inventário e partilha. 1. Considerações gerais	12 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada, por meio de debates e levantamento de	M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) Nas discursivas: clareza e objetividade, demonstração de conhecimento	(1) (2) (3) (4) (5) (6)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
hereditários, até a possível nulidade da partilha. Identificar os requisitos para que ocorra o instituto da colação e de sonegados.	sobre inventário e partilha 2. O processo de inventário na forma judicial e extrajudicial 3. Partilha 4. Sonegados 5. Pagamento das dívidas 6. Colação		questões críticas. Utilização de datashow e mecanismos de memorização, aliados com a leitura de legislação e identificação dos dispositivos legais mais relevantes. Estudo de diversos casos práticos para consolidação do conteúdo apreendido.	suficiente, capacidade de sistematização das ideias, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta. Nas objetivas: conhecimento, raciocínio, atenção aos detalhes e lógica. M3: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) Interpretação, uso da linguagem técnica, amplitude da abordagem do tema, capacidade de pesquisa, argumentação e persuasão. Qualidade da pesquisa da legislação, doutrina, jurisprudência etc. Análise da relação entre o que foi perguntando e a qualidade da resposta. M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) Nas discursivas: clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das ideias, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta. Nas objetivas: conhecimento, raciocínio, atenção aos detalhes e lógica.	(7) (8)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) CAHALI, Francisco José; HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Curso avançado de direito civil. 6: direito de sucessões. 2. ed. rev. atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2003. 525 p. ISBN 8520323804.

(2) TARTUCE, Flávio. Direito civil 6: direito das sucessões. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Método, 2014. 637 p. ISBN 9788530952433.

(3) DIAS, Maria Berenice. Manual das sucessões. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2013. 702 p. ISBN 9788520347522.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro 7: direito das sucessões. 8. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 579 p. ISBN 9788502216792 (v.7).

(5) GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil 1: parte geral . 15. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. 543 p. ISBN 9788502043336 (obra completa).

(6) DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro 6: direito das sucessões. 26. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 496 p. (Curso de direito civil brasileiro (Saraiva)). ISBN 9788502017979 (obra completa).

(7) VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil 7: direito das sucessões. 12. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012. xiii, 433 p. (Coleção Direito Civil). ISBN 9788522468850 (v.7).

(8) MONTEIRO, Washington de Barros; PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro França. Curso de direito

civil 6: direito das sucessões. 38. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 371 p. ISBN 9788502105294 (v.6).

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1. Em cada uma das médias será realizado duas atividades, sendo elas:
1.1. - ESTUDO DE CASO - Peso 1
1.1.1. Estudo de caso a ser resolvido em dupla ou em grupo, onde as respostas deverão ser fundamentadas com base na legislação, doutrina e jurisprudência. Trabalho realizado com consulta.
1.1.2 O acadêmico só poderá se retirar da atividade após o início do intervalo.
1.1.3 O acadêmico que chegar depois das 20h 15min não poderá realizar referido estudo de caso.
1.2. PROVA ESCRITA - DISSERTATIVA E OBJETIVA - Peso 2 (Prova Legal)
1.2.1. Resolução de questões subjetivas e de múltipla escolha, a serem feitas de forma individual e sem qualquer tipo de consulta.
1.2.2. A prova terá 20 (vinte) questões, sendo 17 (dezessete) objetivas, retiradas de exames da OAB e Concursos Públicos (ou similares elaboradas ou adaptadas pelos professores) e 3 (três) dissertativas, procurando elaborar enunciados abrangentes, que exijam do aluno atenção e concentração, valendo cada questão 0,5 (meio) ponto.
1.2.3. Não será permitido consulta a qualquer material ou meio eletrônico para a realização desta atividade.
1.2.5. A prova escrita se inicia às 19h 30min e o acadêmico só pode se retirar de sala a partir das 20h 30min
2. No final de cada aula expositiva poderão ser fornecidas questões para fixação do conteúdo, que valerão pontos.
3. As avaliações serão entregues aos acadêmicos no prazo de 15 dias após a realização das mesmas.
4. A 2.ª chamada do estudo de caso e/ou prova escrita - dissertativa e objetiva - desde que efetuado e deferido o processo de justificativa - referente a qualquer das Médias, será realizada no 18º encontro, e a prova ou trabalho será realizada na modalidade oral.
5. Nas avaliações os aparelhos celulares deverão estar desligados e guardados nas respectivas bolsas, não sendo permitido permanecer nas mesas ou acessá-lo em qualquer momento.
6. Nas avaliações as questões rasuradas serão desconsideradas e atribuída a nota 0 (zero).
7. Acarretará em nota zero (0) a cópia indevida de trabalhos, ou a citação sem a nomeação da respectiva fonte; a utilização de fontes de pesquisa nas provas escritas, bem como a não observância das regras formais a serem passadas antes de cada atividade.
8. DEMAIS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:
- Riqueza e clareza na argumentação escrita e oral, bem como capacidade de síntese das ideias.
- Observância da norma padrão da língua portuguesa.
- Identificação dos pressupostos fundamentais à temática.
- Postura acadêmica que compreende evitar a utilização de aparelhos eletrônicos, bem como evitar situações que interrompam a concentração e o estudo.
- Após o início do semestre, poderão ser estabelecidos outros critérios de avaliação, sem prejuízo ao amplo e prévio conhecimento por parte dos acadêmicos.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1) No 1° (primeiro) dia de aula será discutido o presente plano de ensino, que poderá ser modificado, a qualquer tempo, no decorrer do semestre, segundo a conveniência e a necessidade

didática. Caso isso ocorra, os acadêmicos serão previamente avisados.
2) O registro de presença no diário de classe será feito em 2 momentos, no início e ao final da aula. O acadêmico que ingressar na sala de aula após a chamada, deverá aguardar até o intervalo, ou até o término, para requisitar sua presença parcial.
3) A ausência do(a) acadêmico(a) ou seu atraso no momento da(s) chamada(s) acarretará o registro da(s) respectiva(s) falta(s) no diário.
4) Justificativas de faltas só serão aceitas mediante prévio processo administrativo, devidamente deferido.
5) Não havendo, eventualmente, aula em alguma data estabelecida no referido plano, a atividade passará para o dia de aula da disciplina imediatamente posterior.
6) Em todas as avaliações serão rigorosamente observados o aspecto formal da apresentação, a coerência do desenvolvimento, a objetividade, a redação (uso correto da língua portuguesa) e a utilização de vocabulário adequado.
7) Caso seja encontrada cola ou alguma fonte de pesquisas na prova escrita, ou outro meio que não seja permitido durante a aplicação da atividade, a avaliação será retirada e a correção irá se basear pelas respostas contidas até o presente momento.
8) Não será permitido o uso de computador/ tablet/ celulares e/ou similares durante a realização da prova escrita.
9) O uso de notebook, celular e similares em sala da aula seguirá as orientações específicas do professor, conforme a situação ou atividade desenvolvida em sala de aula.
10) Após o início do semestre, poderão ser estabelecidos outros critérios de avaliação, sem prejuízo ao amplo e prévio conhecimento por parte dos acadêmicos.
11) A bibliografia indicada não exaure a gama de obras (livros, trabalhos acadêmicos, artigos, periódicos, etc.) que tratam sobre a matéria, servindo como mero referencial a(o) acadêmico(a), que pode (e deve) ser complementado.
12) Outras referências bibliográficas poderão ser indicadas pelo professor, conforme a evolução do conteúdo e necessidade de aprofundamento dos estudos. Além disso, os acadêmicos deverão ter a diligência necessária para aprofundar seus estudos com obras e legislação atualizadas.
13) Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.
14) O Grupo de Pesquisa Paideia incentiva há 15 anos a pesquisa no CEJURPS, instigando a comunidade acadêmica no desenvolvimento da pesquisa jurídica com grupos de estudos e participação em editais, como PROBIC, PIBIC, art. 171 (CESC), entre outros.
15) O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com o Professor ou com a Coordenação como participar.
16) A Semana de Iniciação Científica será realizada de 07 a 11 de novembro de 2016.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Estudo de Caso * 1,00 + Prova Legal * 2,00) / 3,00
M2 = (Estudo de Caso * 1,00 + Prova Legal * 2,00) / 3,00
M3 = (Estudo de Caso * 1,00 + Prova Legal * 2,00) / 3,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1721 - DIREITO TRIBUTÁRIO I

Professor(es): GABRIEL DE ARAUJO SANDRI

Período: 8º	Ano/Sem.: 2016 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Compreender tecnicamente os institutos jurídicos-tributários, mormente na aplicação das normas estruturantes do Sistema Tributário Nacional, contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais.

EMENTA

Atividade financeira do Estado. Aspectos introdutórios do Direito Tributário. Fontes do Direito tributário. Sistema tributário nacional. Legislação tributária. Obrigação Tributária. Crédito tributário. Administração tributária.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Entender a origem do Estado Moderno, sua evolução e a tributação. Conhecer a atividade financeira do Estado. Descrever a atividade financeira dos Estado. Entender a organização das receitas e rendas tributárias. Identificar a organização orçamentária do Estado Brasileiro. Definir competência e capacidade tributária.	UNIDADE 1 - Atividade financeira do Estado 1. Atividade financeira do Estado 2. Receitas originárias e derivadas: tributo como a principal receita derivada obtida pelo Estado 3. Direito Financeiro x Direito Tributário e Correlação (intrerdisciplinaridade) do Direito Tributário com os demais ramos do Direito (Direito Tributário como direito de superposição) 4. Característica fiscal, extrafiscal e parafiscal: extrafiscalidade como mecanismo de proteção ambiental	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com auxílio de slides para explanar a matéria e textos correlatos. Exercícios de fixação. Estudo de material legislativo, jurisprudencial, artigos jurídicos, reportagens e doutrina, com análise crítica sobre os temas, aplicados a casos concretos.	M1: Parecer Jurídico - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Interpretação, uso da linguagem técnica, amplitude da abordagem do tema, capacidade de pesquisa, argumentação e persuasão. Qualidade da pesquisa da legislação, doutrina, jurisprudência etc. M1: Prova legal - Prova Escrita (Peso: 1,00) Nas discursivas: clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das idéias, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta. Nas objetivas: conhecimento, raciocínio, atenção aos detalhes e lógica.	(1) (2) (10)
Identificar as espécies tributárias. Apresentar os elementos formadores do tributo. Aplicar os conceitos das espécie tributárias na identificação dos tributos vigentes. Utilizar raciocínio jurídico na argumentação, persuasão e	UNIDADE 2 - Aspectos introdutórios do Direito Tributário 1. Conceito implícito e explícito de tributo 2. Tipologia tributária 3. Classificação das espécies tributárias 4. Correlação das espécies tributárias com	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com auxílio de slides para explanar a matéria e textos correlatos. Exercícios de fixação. Estudo de material legislativo, jurisprudencial, artigos jurídicos, reportagens e	M1: Parecer Jurídico - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Interpretação, uso da linguagem técnica, amplitude da abordagem do tema, capacidade de pesquisa, argumentação e persuasão. Qualidade da pesquisa da legislação, doutrina, jurisprudência etc. M1: Prova legal - Prova Escrita (Peso: 1,00) Nas discursivas: clareza e objetividade, demonstração de conhecimento	(1) (2) (4) (5)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
reflexão crítica	a prática processual judicial e administrativa		doutrina, com análise crítica sobre os temas, aplicados a casos concretos. Debates. Análise descritiva e críticas de eventos.	suficiente, capacidade de sistematização das idéias, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta. Nas objetivas: conhecimento, raciocínio, atenção aos detalhes e lógica.	
Nomear as fontes do direito tributário. Identificar as íntimas relações do direito tributário com o direito constitucional. Classificar as fontes e evidenciar a função de cada uma delas, em vista das suas peculiaridades.	UNIDADE 3 - Fontes do Direito tributário 1. Conceito, exercício e titularidade 2. Características 3. Capacidade tributária ativa 4. Competência: privativa, comum, residual e concorrente 5. Privatividade das competências e isenção fiscal 6. Bitributação x "Bis in idem": Acordos internacionais para evitar a bitributação 7. Fontes formais do direito tributário	7 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada. Exercícios de fixação. Leitura de textos legais, jurisprudenciais e doutrinários.	M1: Prova legal - Prova Escrita (Peso: 1,00) Nas discursivas: clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das idéias, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta. Nas objetivas: conhecimento, raciocínio, atenção aos detalhes e lógica.	(1) (2)
Nomear os princípios constitucionais tributários. Interpretar as relações existentes entre os princípios e o sistema tributário vigente. Compreender o conteúdo jurídico das imunidades. Correlacionar os princípios tributários como institutos concretizadores da dignidade da pessoa humana. Analisar o viés humanístico dos princípios tributários.	UNIDADE 4 - Sistema tributário nacional 1. Direito: sistema uno e indivisível 2. Noção de princípios 3. Princípios constitucionais tributários com foco no respeito à dignidade da pessoa humana: visão humanística dos princípios tributários 4. Imunidade tributária x isenção fiscal	9 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com auxílio de slides para explanar a matéria e textos correlatos. Exercícios de fixação e estudos de caso. Estudo de material legislativo, jurisprudencial, artigos jurídicos, reportagens e doutrina, com análise crítica sobre os temas, aplicados a casos concretos. Debates.	M2: Pesquisa e apresentação - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Capacidade de pesquisa. Domínio do assunto (por todos os integrantes do grupo). Clareza, profundidade e técnica nos conceitos apresentados. Qualidade e quantidade das fontes pesquisadas. Adequação da apresentação com o tempo disponível. Criatividade dos recursos didáticos utilizados como: quadro-negro, imagens, vídeos, filmes, cartazes, entrega de resumos aos colegas. Atenção e participação nas demais apresentações. M2: Prova legal - Prova Escrita (Peso: 1,00) Nas discursivas: clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das idéias, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta. Nas objetivas: conhecimento, raciocínio,	(1) (2)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				atenção aos detalhes e lógica.	
Analisar e especificar as peculiaridades da legislação tributária. Diferenciar os elementos característicos da obrigação tributária. Interrelacionar e verificar os vínculos do direito tributário com outras disciplinas jurídicas no estudo do fato gerador. Utilizar a correta terminologia jurídica na interpretação e aplicação da legislação tributária	UNIDADE 5 - Legislação tributária 1. O "status" constitucional do CTN 2. Lei x legislação tributária 3. O art. 97 do CTN e a legalidade material 4. Normas complementares 5. Vigência da legislação tributária 6. Aplicação da legislação tributária 7. Interpretação e integração da legislação tributária	7 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com auxílio de slides para explanar a matéria e textos correlatos. Exercícios de fixação. Estudo de material legislativo, jurisprudencial, artigos jurídicos, reportagens e doutrina, com análise crítica sobre os temas, aplicados a casos concretos.	M2: Pesquisa e apresentação - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Capacidade de pesquisa. Domínio do assunto (por todos os integrantes do grupo). Clareza, profundidade e técnica nos conceitos apresentados. Qualidade e quantidade das fontes pesquisadas. Adequação da apresentação com o tempo disponível. Criatividade dos recursos didáticos utilizados como: quadro-negro, imagens, vídeos, filmes, cartazes, entrega de resumos aos colegas. Atenção e participação nas demais apresentações. M2: Prova legal - Prova Escrita (Peso: 1,00) Nas discursivas: clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das idéias, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta. Nas objetivas: conhecimento, raciocínio, atenção aos detalhes e lógica.	(1) (2)
Construir um conceito de obrigação tributária e evidenciar a forma da sua constituição, formando a base inicial para a compreensão do crédito tributário Conceber o âmbito da responsabilidade tributária. Diferenciar a obrigação tributária principal e acessória, correlacionado-a à aplicação prática do direito tributário Desenvolver um raciocínio crítico à expressão "obrigação acessória".	UNIDADE 6 - Obrigação Tributária 1. Sujeitos da relação jurídico-tributária 2. Objeto da obrigação tributária 3. Fonte da obrigação tributária 4. Nascimento da obrigação tributária 5. Teoria do fato gerador 6. Obrigação tributária principal e acessória	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com auxílio de slides para explanar a matéria e textos correlatos. Exercícios de fixação. Debates. Pesquisa em material legislativo, jurisprudencial, artigos jurídicos, reportagens e doutrina, com análise crítica sobre os temas, aplicados a casos concretos. Defesas orais. Estudo de caso.	M3: Prova discursiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) Clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das idéias, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta Capacidade de interpretar as normas jurídico-tributárias	(1) (2)
Construir conceito de crédito tributário, bem como a forma de sua constituição. Conceber a partir de situações práticas as hipóteses de constituições, suspensão, extinção e exclusão do crédito	UNIDADE 7 - Crédito tributário 1. Crédito tributário como direito reflexo da obrigação fiscal 2. Natureza jurídica do crédito tributário	13 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada. Exercícios de fixação. Leitura de textos legais, jurisprudenciais e doutrinários.	M3: Prova discursiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) Clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das idéias, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta	(1) (2)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
tributário. Aplicar corretamente a utilização da terminologia jurídico-tributária. Demonstrar a forte correlação do crédito tributário com os institutos processuais em matéria tributária. Analisar as diferentes repercussões das modalidades de lançamento tributário na contagem dos prazos decadenciais e prescricionais	3. Constituição do crédito tributário 4. Lançamento: conceito e função 5. Modalidades de lançamento 6. Causas extintivas, suspensivas e excludentes do crédito tributário			Capacidade de interpretar as normas jurídico-tributárias M3: Prova legal - Prova Escrita (Peso: 1,00) Nas discursivas: clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das idéias, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta. Nas objetivas: conhecimento, raciocínio, atenção aos detalhes e lógica.	
Conhecer estrutura da administração tributária. Conhecer a prática administrativa fiscal. Identificar o uso adequado de processos, atos e procedimentos jurídico-tributários. Correlacionar dívida ativa e certidão negativa de débito. Identificar as consequências jurídicas da inscrição em dívida ativa.	UNIDADE 8 - Administração tributária 1. Os poderes-deveres da fiscalização 2. Dívida Ativa e CDA 3. Certidão Negativa de Débito (CND) 4. Certidão positiva com efeitos de negativa (CPD-EN)	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada. Exercícios de fixação. Leitura de textos legais, jurisprudenciais e doutrinários.	M3: Prova discursiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) Clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das idéias, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta Capacidade de interpretar as normas jurídico-tributárias M3: Prova legal - Prova Escrita (Peso: 1,00) Nas discursivas: clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das idéias, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta. Nas objetivas: conhecimento, raciocínio, atenção aos detalhes e lógica.	(1) (2)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 30. ed., rev. atual. ampl. São Paulo, SP: Malheiros, 2009. 551 p. ISBN 9788574209449.

(2) CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 20. ed., rev. São Paulo, SP: Saraiva, 2008. xxxi, 592 p. ISBN 9788502069374.

(5) TAVARES, Alexandre Macedo. Fundamentos de direito tributário. 4. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. xxii, 358 p. ISBN 9788502076006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(3) COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2006. xiii, 917 p. ISBN 8530922646.

(4) CASSONE, Vittorio; CASSONE, Maria Eugenia Teixeira. Processo tributário: teoria e prática. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, c2000. 455 p. ISBN 8522426732.

(6) BALEEIRO, Aliomar; DERZI, Misabel Abreu Machado. Direito tributário brasileiro. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 1999. xlviii, 1063 p. ISBN 8530905067 (19. tiragem).

(7) BECKER, Alfredo Augusto. Teoria geral do direito tributário. 4. ed. São Paulo, SP: Noeses,

2007. xxii, 727 p. ISBN 9788599349175.

(8) CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário. 12. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Malheiros, 1999. 657 p. ISBN 8574201197, (broch.).

(9) DENARI, Zelmo. Curso de direito tributario. 8.ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2002. 327p ISBN 8522431345 (broch.).

(10) HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário. 15. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006. 770 p. ISBN 8522443084.

(11) MARTINS, Ives Gandra da Silva. Curso de direito tributário. 9. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2006. xi, 1173 p. ISBN 8502053973.

(12) SABBAG, Eduardo de Moraes. Manual de direito tributário. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 1146 p. ISBN 9788502108127.

(13) SCHOUERI, Luis Eduardo. Direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2014

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1. Após o início do semestre, em virtude das características individuais e comportamento dos acadêmicos, poderão ser estabelecidos outros critérios de avaliação, sem prejuízo ao amplo e prévio conhecimento por parte dos acadêmicos.
2. Em razão da alta qualificação que se exige do acadêmico, será deduzido 0,05 (cinco décimos de ponto) por cada erro de português (escrita e/ou concordância) encontrado nas atividades.
3. - Receberão nota 0 (zero) os trabalhos e provas que apresentarem sinais de cópia de outros alunos, contiverem evidências de materiais retirados de meio digital, copiados de livros ou outras fontes de pesquisa sem a indicação bibliográfica.
4. Os trabalhos deverão ser entregues em sala de aula, na data prevista, não sendo aceitos trabalhos via Internet, Fax ou postados no escaninho. Os trabalhos entregues fora do prazo previamente estabelecido pelo professor não serão aceitos e receberão nota 0 (zero) nas respectivas atividades.
5. As atividades escritas e as orais serão feitas com ou sem consulta à legislação ou ao material de apoio, o que será comunicado com uma aula de antecedência.
6. IMPORTANTE: A atividades realizadas em 2ª chamada serão realizadas sempre sem consulta a qualquer tipo de material, salvo quando autorizado pelo professor.
7. Considerando que o processo de ensino/aprendizagem e a avaliação do acadêmico devem ser constantes, durante as aulas será exigido, de cada acadêmico: (1) comportamento ético condizente com o estágio já alcançado dentro da matriz curricular do curso e o nível de maturidade desejável dos acadêmicos; (2) Atenção para o conteúdo ministrado; (3) Raciocínio lógico com busca constante aos conceitos operacionais já conhecidos durante o curso. Tais itens poderão ser medidos através de interpelações aos acadêmicos durante as aulas.
8. O aluno que realizar consulta não autorizada ao material, em atividade de avaliação, receberá nota zero.
9. O conteúdo das avaliações é cumulativo.
10. Todas as avaliações realizadas em sala de aula deverão ser respondidas à caneta, de tinta azul ou preta.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS: Nas atividades em grupo ou em dupla, a formação da equipe, quando permitida, é de responsabilidade dos alunos, podendo, em alguns casos, ser determinadas a critério do Professor.

PROVA ESCRITA - QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVAS: Nas discursivas: clareza e objetividade,

demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das idéias, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta. Nas objetivas: conhecimento, raciocínio, atenção aos detalhes e lógica.
ESTUDO DE CASO: aplicação de conceitos teóricos, coerência na prescrição (relação entre os aspectos descritos), riqueza de argumentação, apresentação de alternativas de soluções e capacidade de elaboração de síntese. Utilização de raciocínio jurídico adequado, argumentação persuasiva e reflexão crítica. Utilizar, interpretar e aplicar as normas jurídicas pertinentes. Capacidade de correlacionar o indispensável conhecimento de outras áreas do direito na aplicação do direito tributário.
PROVA ORAL: objetividade, domínio dos conceitos teóricos, coerência das respostas, clareza na exposição das idéias e riqueza de argumentação.
PROVA LEGAL: Utilizar-se-á a “Prova Legal” na segunda avaliação de cada uma das três médias. Esta prova será composta por 17 (dezessete) a 27 (vinte e sete) questões objetivas, as quais podem possuir de 4 (quatro) a 5 (cinco) assertivas assinaláveis, com somente uma resposta correta, além de 3 (três) questões dissertativas, cada uma dessas (dissertativas) valendo 1 (um) ponto. O valor das questões objetivas variará conforme a quantidade de questões (7,0/nº. de questões). A nota máxima será 10 (dez). Esse modelo de avaliação tem o objetivo de simular as condições de concursos públicos (inclusive exame da OAB), proporcionando ao aluno um melhor preparo quanto à eventual fadiga mental e a habilidade em raciocinar nessas condições. A prova, juntamente com o gabarito, deverá ser entregue somente após 1h30min do início da prova. As provas entregues antes desse horário não serão corrigidas e a nota atribuída será 0 (zero). Empós 1h do início da prova será permitido a consulta à legislação “seca”. Enquanto isso, o acadêmico dever responder àquelas que já detenha a resposta.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1. Será indispensável ao aluno o manuseio da Legislação pertinente durante as aulas e a leitura prévia dos conteúdos e/ou textos indicados.
2. Considerando que o direito não é estático, mas sim dinâmico, o aluno deverá estar atento às constantes alterações da legislação.
3. A bibliografia indicada não exaure a gama de obras (livros, trabalhos acadêmicos, artigos, periódicos etc.) que tratam sobre a matéria, servindo como mero referencial ao aluno(a), que pode (e deve) ser complementado.
4. Os últimos 10 minutos de cada aula poderão ser reservados para tirar dúvidas pontuais e/ou aplicação de atividade de avaliação e/ou fixação do conteúdo.
5. Para que o(a) acadêmico(a) atinja os objetivos perseguidos pela disciplina, é importante que: 1. Acompanhe as atividades da disciplina através das aulas e da realização da leitura dos textos correspondentes aos temas tratados, fazendo o respectivo fichamento e anotando as dúvidas para discuti-las em sala de aula; 2. Esteja atualizado com as atividades de sala de aula; 3. Exponha suas dificuldades ao professor e busque fontes suplementares de pesquisa; 4. Realize as leituras e as atividades didáticas de acordo com as técnicas e os métodos de elaboração científica, cujo conteúdo é objeto de disciplina específica.
6. As aulas serão expositivas com a efetiva participação dos acadêmicos, induzindo-os à análise crítica da matéria e debates em sala de aula, podendo ser utilizados recursos audiovisuais e participação de convidados especiais.
7. As chamadas serão realizadas nos horários institucionais.
8. O acadêmico que ingressar na sala de aula após a chamada, deverá aguardar o término da aula para requisitar, quando for o caso, sua presença parcial.

9. Eventual material de apoio disponibilizado será considerado como conteúdo para fins de avaliação.
10. Os acadêmicos que desejarem contatar com o professor da disciplina poderão fazê-lo também através do e-mail: sandri@tavareseassociados.com.br
11. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Regimento Interno da Instituição.
12. É obrigatória a leitura da legislação institucional vigente.
13. Este plano de ensino pode ser alterado no decorrer do semestre.
14. É EXPRESSAMENTE proibida a utilização de celulares durante as aulas e avaliações. Ao(À) aluno(a) flagrando(a) utilizando celular durante a avaliação será atribuído nota zero na respectiva prova. O(A) aluno(a) flagrando(a) utilizando celular durante as aulas será "convidado" a se retirar.
15. PAIDEIA: O Grupo de Pesquisa Paideia incentiva há mais de 13 anos a pesquisa no CEJURPS, instigando a comunidade acadêmica no desenvolvimento da pesquisa jurídica com grupos de estudos e participação em editais, como PROBIC, PIBIC, art. 171 (CESC), entre outros.
16. ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA - ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA - O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de extensão comunitária nas mais diversas áreas, com destaque a possibilidade de atuação no Mutirão da Vara da Família (Balneário Camboriú), Protejá (Projeto de Prevenção à Pedofilia), Aproximando o Acadêmico do Curso de Direito com a Comunidade e o Mercado de Trabalho (Projeto que insere o acadêmico em entidades sem fins lucrativos, atuando juridicamente).
17. Semana de Iniciação Científica de 07 a 11 de novembro. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório.
18. Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.
19. As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.
20. Aula Magna a se realizar no dia 14/03, às 19 horas, no auditório do Bloco 7.
21. Seminário de Direitos Humanos do Curso de Direito da Univali - BC, a se realizar em parceria com a Associação dos Delegados de Polícia Civil de santa Catarina nos dias 31/10 e 01/11, nos turnos matutino, vespertino e noturno, no auditório do Bloco 7.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Parecer Jurídico * 1,00 + Prova legal * 1,00) / 2,00
M2 = (Pesquisa e apresentação * 1,00 + Prova legal * 1,00) / 2,00
M3 = (Prova discursiva * 1,00 + Prova legal * 1,00) / 2,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1726 - DEONTOLOGIA-ÉTICA PROFISSIONAL

Professor(es): DEBORA CRISTINA FREYTAG SCHEINKMANN

Período: 8º	Ano/Sem.: 2016 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 30 (36 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 30 (36 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 2

OBJETIVO GERAL

Conhecer os regulamentos jurídicos e sociais, em face dos valores relativos aos padrões éticos e morais.

EMENTA

Aspectos introdutórios. Ética Geral. Deontologia Jurídica. Estatuto da OAB. Código de Ética e Disciplina da OAB.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 26 h.a. + Total C.H. Avaliações: 10 h.a. = 36 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Obter noções gerais sobre o vocábulo "Deontologia" relacionado à ética profissional; Conhecer e analisar os pressupostos norteadores da convivência dos indivíduos em sociedade	UNIDADE 1 - Aspectos introdutórios 1. Exposição do Plano de Ensino e Conceito e origem da categoria Deontologia 2. Conscientização sobre a importância da disciplina frente ao Exame da Ordem dos Advogados do Brasil. Orientações Gerais sobre o Exame da OAB	2 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada. Exercícios em grupos. Estudos de casos concretos. Debates. Utilização de recursos audiovisuais Critérios: - Clareza nas respostas; - Fundamentação adequada; - Articulação lógica entre os juízos.	M1: Atividade - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Atividade com consulta. Capacidade de Interpretação. Aplicação Correta da Legislação. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quando ao conteúdo da disciplina até então ministrada.	(1)
Conhecer e Identificar as diferenças entre ética e moral. Analisar as relações entre ética, moral e direito.	UNIDADE 2 - Ética Geral 1. Conceitos: Ética; Moral; Direito; Sociedade e Deontologia	2 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada. Exercícios em grupos. Estudos de casos concretos. Debates.	M1: Atividade - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Atividade com consulta. Capacidade de Interpretação. Aplicação Correta da Legislação. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quando ao conteúdo da disciplina até então ministrada.	(1) (2)
Identificar a origem da expressão Deontologia. Classificar os entendimentos sobre Deontologia Jurídica. Analisar a implicação dos pressupostos da Deontologia Jurídica nas atividades profissionais dos operadores do direito. Conhecer e Interpretar as normas que regem a profissão do advogado.	UNIDADE 3 - Deontologia Jurídica 1. Aplicação das regras deontológicas em relação às várias profissões, com ênfase na área jurídica	1 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada. Exercícios em grupos. Estudos de casos concretos. Utilização de recursos audivisuais Debates	M1: Atividade - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Atividade com consulta. Capacidade de Interpretação. Aplicação Correta da Legislação. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quando ao conteúdo da disciplina até então ministrada.	(1) (3)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conhecer e Interpretar as normas que regem a profissão do advogado. Aprimoramento do conhecimento dos acadêmicos por meio de recurso on line, sendo um estímulo ao estudo na residência do acadêmico ou outros locais fora da sala de aula, bem como do que será ministrado, debatido e na realização de atividades em sala com a orientação da professora. Disponível em: https://www.facebook.com/groups/110509249392487/ Abordagem sobre as normas do Estatuto da OAB.	UNIDADE 4 - Estatuto da OAB 1. Da Ordem dos Advogados do Brasil 2. Da Advocacia. Atividades Privativas do Advogado e dos Direitos do Advogado. 3. Inscrição na OAB. Incompatibilidades e Impedimentos 4. Sociedade de Advogados. Advogado Empregado e Honorários Advocatícios. 5. Infrações Disciplinares e o Processo Disciplinar na OAB. 6. Eleições na OAB	18 h/a 0 h/ext	Criação de um grupo fechado no Facebook, com a participação exclusiva dos acadêmicos matriculados na Disciplina Deontologia Jurídica, do período noturno do Curso de Direito da UNIVALI, Campus Itajaí, para a postagem de vídeos e outros conteúdos. Debates	M1: Atividade - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Atividade com consulta. Capacidade de Interpretação. Aplicação Correta da Legislação. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quando ao conteúdo da disciplina até então ministrada. M1: Prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) Prova SEM CONSULTA. Objetividade. Capacidade de Interpretação. Aplicação Correta da Legislação. M2: Atividade - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Atividade com questões dissertativas e com possibilidade de consulta. Capacidade de Interpretação. Aplicação Correta da Legislação e conteúdo ministrado até aquela data. M2: Prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) Prova com questões Objetivas no estilo das provas do Exame de Ordem. Prova SEM CONSULTA. Capacidade de Interpretação. Aplicação Correta da Legislação. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quando ao conteúdo da disciplina até então ministrada. M3: Atividade - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Atividade COM CONSULTA. Capacidade de Interpretação. Aplicação Correta da Legislação e conteúdo ministrado até aquela data. M3: Prova Objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) Prova com questões Objetivas no estilo das provas do Exame de Ordem. Prova SEM CONSULTA Capacidade de Interpretação. Aplicação Correta da Legislação. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quando ao conteúdo da disciplina até então ministrada.	(1) (4) (6) (8)
Conhecer e Interpretar as normas que regem a ética do advogado.	UNIDADE 5 - Código de Ética e Disciplina da OAB. 1. Código de Ética da OAB e sua relação com o Estatuto/Lei 8.906/94	3 h/a 0 h/ext	Análise e debates sobre as normas contidas no Código de Ética e Disciplina da OAB. Utilização de recursos audivisuais	M1: Prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) Prova SEM CONSULTA. Objetividade. Capacidade de Interpretação. Aplicação Correta da Legislação. M2: Atividade - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Atividade com questões	(1)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				dissertativas e com possibilidade de consulta. Capacidade de Interpretação. Aplicação Correta da Legislação e conteúdo ministrado até aquela data. M2: Prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) Prova com questões Objetivas no estilo das provas do Exame de Ordem. Prova SEM CONSULTA. Capacidade de Interpretação. Aplicação Correta da Legislação. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quando ao conteúdo da disciplina até então ministrada. M3: Atividade - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Atividade COM CONSULTA. Capacidade de Interpretação. Aplicação Correta da Legislação e conteúdo ministrado até aquela data. M3: Prova Objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) Prova com questões Objetivas no estilo das provas do Exame de Ordem. Prova SEM CONSULTA Capacidade de Interpretação. Aplicação Correta da Legislação. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quando ao conteúdo da disciplina até então ministrada.	

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) BRASIL. Estatuto da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil (1994). [código de ética, regulamento geral da OAB, legislação complementar, detalhamento índice alfabético]. 3. ed. atual. Curitiba, PR: Juruá Ed., 2009. 109 p. ISBN 9788536224312.

(2) LOBO, Paulo Luiz Netto. Comentários ao Estatuto da advocacia e da OAB. 4. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2002. xviii, 429 p. ISBN 8502057413.

(6) BRASIL; SABATOVSKI, Emilio; FONTOURA, Iara Purcote. Estatuto da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil (1994). [código de ética, regulamento geral da OAB, legislação complementar, detalhamento índice alfabético]. 4. ed. atual. Curitiba, PR: Juruá Ed., 2010. 113 p. ISBN 9788536228181.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(3) RAMOS, Gisela Gondin. Estatuto da advocacia: comentários e jurisprudência selecionada. 4. ed. Florianópolis, SC: OAB/SC Editora, 2003. 936 p. ISBN 8586988103.

(4) BITTAR, Eduardo C. B. Curso de ética jurídica: ética geral e profissional. São Paulo, SP:

Saraiva, 2002. 547 p. ISBN 8502033883.

(5) ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007. 1210 p. ISBN 9788533623569.

(7) RONCONI, Diego Richard. A arte da guerra para advogados: a filosofia de Sun Tzu aplicada à prática jurídica. Florianópolis, SC: OAB/SC Editora, c2005. 179 p. ISBN 8588681447.

(8) PASOLD, Cesar Luiz. O advogado e a advocacia. 3. ed. rev., atual. e ampl. Florianópolis, SC: OAB/SC Editora, 2001. 175p ISBN 8586988332.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1. As avaliações serão realizadas por meio de Atividades com consultas e Provas com questões Objetivas no estilo das provas do Exame de Ordem e questões Objetiva de Múltipla escolha;

2.Para as aulas será obrigatória a utilização do Estatuto da OAB, Código de Ética da OAB e Regulamento Geral, sendo que não serão admitidos empréstimos dos mesmos quando da realização das avaliações.

3. Curiosidade intelectual; atitude responsável frente aos colegas e professor; ética e assiduidade, produção intelectual dentro dos padrões elementares da metodologia científica, utilização correta da norma culta.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1. Semana de Iniciação Científica de 07 à 11 de novembro de 2016. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso o professor componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pelo professor. Outros casos de participação serão acordados com o professor. Se o acadêmico estiver apresentando o seu trabalho no dia da aula, deverá apresentar um resumo do mesmo ou a cópia dos seus slides com a assinatura do Professor Presidente da Banca (seu Orientador);

2. Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.

3. As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

4. O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.

5. O acadêmico (a) faltante no cumprimento de qualquer atividade ou prova deverá ingressar com processo de justificativa de falta, oportunidade em que, sendo deferido, poderá realizar prova oral (em data que será marcada pela professora) ou prova escrita. Esta prova compreenderá o conteúdo abordado na avaliação a que o acadêmico não realizou;

6.No momento que o acadêmico adentrar na sala de aula, deverá desligar (ou deixar no modo silencioso) o celular;

7. Durante a realização das atividades de avaliação será vedado o uso de aparelhos celulares, ipads (ou outros tablets), ipod, fones de ouvido, notebooks, ou quaisquer outros aparelhos, sob pena de ser retirada a prova do aluno com a atribuição da nota zero na atividade;

8. Não é permitido qualquer tipo de gravação (de imagem ou som) das aulas ministradas, salvo em situações especiais, as quais deverão ser comunicadas à professora;

9. Em não havendo, eventualmente, aula em alguma data estabelecida no referido plano, a atividade passará para o dia de aula da disciplina imediatamente posterior;

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Atividade * 1,00 + Prova * 1,00) / 2,00
M2 = (Atividade * 1,00 + Prova * 1,00) / 2,00
M3 = (Atividade * 1,00 + Prova Objetiva * 1,00) / 2,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 2 - CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Disciplina: 9772 - MERCADO DE CAPITAIS

Professor(es): IVANIR SCHROEDER

Período: 5º	Ano/Sem.: 2016 / 2 Classe: 1
CH Teórica: 30 (36 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 30 (36 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 2

OBJETIVO GERAL

Compreender o mecanismo de funcionamento do mercado de capitais, identificando os processos e produtos disponíveis neste mercado, para saber gerir os recursos financeiros.

EMENTA

Poupança e investimentos. Ativos financeiros. Mercado de ações. Bolsa de valores. Avaliação de investimentos em ações. Administração de carteiras. Introdução ao mercado de derivativos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 26 h.a. + Total C.H. Avaliações: 10 h.a. = 36 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Entender o processo da intermediação financeira e a dinâmica da operação dos Bancos. Relacionar o mercado de capitais com o crescimento e desenvolvimento econômico e social.	UNIDADE 1 - Poupança e investimentos 1. A intermediação financeira 2. Estrutura do sistema financeiro nacional 3. Spread bancário e juros	3 h/a 0 h/ext	Estudo de textos. Estudo de caso. Seminário. Aula expositiva dialógica. Apostila. Slides.Videos Leituras de apoio disponibilizada no ambiente virtual (Sopfia).	M1: Estudo de Texto - Atividade Curricular (Peso: 2,00) - pertinência nas análises do ambiente e dos acontecimentos econômicos/financeiros. - compreensibilidade da estrutura do mercado financeiro brasileiro. - clareza na identificação dos riscos associados à gestão financeira corporativa. - identificação do processo de formação da taxa de juros. M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) - pertinência na análise do ambiente financeiro. - compreensibilidade da estrutura e funcionamento do mercado financeiro. M1: Estudo de Texto - Atividade Curricular (Peso: 2,00)	(2) (3) (4) (13) (15)
Definir o que são ativos financeiros. Apresentar os ativos financeiros disponíveis no mercado financeiro e de capitais no Brasil e no Exterior. Analisar os riscos inerentes aos ativos financeiros.	UNIDADE 2 - Ativos financeiros 1. Formação dos juros no Brasil 2. A globalização do mercado financeiro e de capitais	2 h/a 0 h/ext	Estudo de textos. Estudo de caso. Seminário. Aula expositiva dialógica. Apostila. Slides.Videos Leituras de apoio disponibilizada no ambiente virtual (Sopfia).	M1: Estudo de Texto - Atividade Curricular (Peso: 2,00) - pertinência nas análises do ambiente e dos acontecimentos econômicos/financeiros. - compreensibilidade da estrutura do mercado financeiro brasileiro. - clareza na identificação dos riscos associados à gestão financeira corporativa. - identificação do processo de formação da taxa de juros. M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) - pertinência na análise do ambiente	(3) (5) (7) (14)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				financeiro. - compreensibilidade da estrutura e funcionamento do mercado financeiro. M1: Estudo de Texto - Atividade Curricular (Peso: 2,00)	
Analisar a situação do mercado de capitais mundial, em especial o mercado de capitais brasileiro. Esclarecer a sistemática do mercado primário de ações. Demonstrar os direitos dos acionistas. Identificar os problemas dos acionistas minoritários no Brasil.	UNIDADE 3 - Mercado de ações 1. Mercado de capitais x desenvolvimento econômico 2. Tipos de títulos emitidos pela empresa sociedade anônima 3. Etapas e o processo da abertura de capital da empresa 4. Classificação das ações	4 h/a 0 h/ext	Estudo de textos. Aula expositiva dialógica. Apostila. Slides.Videos. Seminário. Leituras de apoio disponibilizada no ambiente virtual (Sophia).	M2: Estudo de Texto - Atividade Curricular (Peso: 4,00) - compreensibilidade da estrutura do mercado primário de ações. - identificação do processo de abertura de capital de uma empresa. M2: Seminário e resenha - Prova Escrita (Peso: 6,00) - compreensibilidade da estrutura do mercado primário de ações. - identificação do processo de abertura de capital de uma empresa. - compreensibilidade da estruturação do mercado secundário de ações. - identificação do processo de negociação de ativos em Bolsas de Valores.	(1) (6) (9) (13)
Explicar a sistemática e funcionamento das Bolsas de Valores.	UNIDADE 4 - Bolsa de valores 1. Objetivos das Bolsas de Valores 2. Os Índices das Bolsas de Valores 3. Como investir em ações	3 h/a 0 h/ext	Estudo de textos. Aula expositiva dialógica. Apostila. Slides.Videos. Leituras de apoio disponibilizada no ambiente virtual (Sopfia).	M2: Estudo de Texto - Atividade Curricular (Peso: 4,00) - compreensibilidade da estrutura do mercado primário de ações. - identificação do processo de abertura de capital de uma empresa. M2: Seminário e resenha - Prova Escrita (Peso: 6,00) - compreensibilidade da estrutura do mercado primário de ações. - identificação do processo de abertura de capital de uma empresa. - compreensibilidade da estruturação do mercado secundário de ações. - identificação do processo de negociação de ativos em Bolsas de Valores.	(1) (4) (6) (13) (17)
Analisar as ferramentas básicas para a análise de negócios com ações.	UNIDADE 5 - Avaliação de investimentos em ações 1. Escola técnica de análise de ações 2. Indicadores e ferramentas de análise técnica de ações 3. Escola fundamentalista de análise de ações 4. Indicadores e ferramentas de fundamentalista de ações	10 h/a 0 h/ext	Apostila. Slides. Vídeos. Planilhas eletrônicas. Estruturação de análises de ações, com indicadores selecionados. Leitura de apoio disponibilizada no ambiente virtual (Sophia). Simulado de investimentos em ações.	M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 3,00) - compreensibilidade das alternativas para análise de investimentos em ações. - clareza na identificação dos riscos associados à gestão de carteiras de ações - pertinência na análise dos investimentos em ações. M3: Prova Individual Escrita - Prova Escrita (Peso: 7,00) - objetividade nas análises de investimentos em ações. - argumentação nas opções de investimentos entre as ações disponíveis. - compreensibilidade da estruturação do mercado de derivativos.	(1) (6) (14) (16)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				- clareza na identificação dos riscos associados às operações com derivativos.	
Esquematizar o controle e acompanhamento da carteira de ações. Simualr negócios com ações, as orientações para avaliação e administração de uma carteira de ações.	UNIDADE 6 - Administração de carteiras 1. Orientações para a efetivação de negócios com ações 2. Formação de carteira hipotética para negociações	2 h/a 0 h/ext	Apostila. Slides. Vídeos. Planilhas eletrônicas. Estruturação de análises de ações, com indicadores selecionados. Leitura de apoio disponibilizada no ambiente virtual (Sophia). Simulação de investimentos em ações.	M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 3,00) - compreensibilidade das alternativas para análise de investimentos em ações. - clareza na identificação dos riscos associados à gestão de carteiras de ações - pertinência na análise dos investimentos em ações. M3: Prova Individual Escrita - Prova Escrita (Peso: 7,00) - objetividade nas análises de investimentos em ações. - argumentação nas opções de investimentos entre as ações disponíveis. - compreensibilidade da estruturação do mercado de derivativos. - clareza na identificação dos riscos associados às operações com derivativos.	(1) (5) (13) (14)
Explicar o funcionamento do mercado internacional de ações. Diferenciar o mercado de ações à vista do mercado de derivativos. Reconhecer a importância do mercado de derivativos. Exemplificar as operações financeiras encontradas no mercado de derivativos.	UNIDADE 7 - Introdução ao mercado de derivativos 1. Objetivos do mercado de derivativos 2. Operações no mercado de derivativos	2 h/a 0 h/ext	Estudo de Textos e exemplos de operações de derivativos. Slides.Videos. Material de apoio disponibilizado no ambiente virtual (Sophia).	M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 3,00) - compreensibilidade das alternativas para análise de investimentos em ações. - clareza na identificação dos riscos associados à gestão de carteiras de ações - pertinência na análise dos investimentos em ações. M3: Prova Individual Escrita - Prova Escrita (Peso: 7,00) - objetividade nas análises de investimentos em ações. - argumentação nas opções de investimentos entre as ações disponíveis. - compreensibilidade da estruturação do mercado de derivativos. - clareza na identificação dos riscos associados às operações com derivativos.	(3) (7) (8) (14)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) PINHEIRO, Juliano Lima. Mercado de capitais: fundamentos e técnicas. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006. 372 p. ISBN 8522439656.

(2) GUNTHER, Max. Os axiomas de Zurique. 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2004. 155 p. ISBN 8501033502.

(3) FORTUNA, Eduardo. Mercado financeiro: produtos e serviços. 16. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark, 2006. xxviii, 812 p. ISBN 8573035390.

(13) MELLAGI FILHO, Armando; ISHIKAWA, Sérgio. Mercado financeiro e de capitais. São Paulo, SP:

Atlas, 2000. 335 p. ISBN 8522424497.

(14) VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick; PINHO, Diva Benevides. Manual de economia. 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2004. xvi, 606 p. ISBN 8502046624.

(15) ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 18. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2000. 922 p. ISBN 8522424640.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) BERNSTEIN, Peter L. A história do mercado de capitais: [o impacto da ciência e da tecnologia nos investimentos] . Rio de Janeiro, RJ: Elsevier; Campus, c2008. [xxvi], 298 p. ISBN 9788535222807.

(5) ASSAF NETO, Alexandre. Mercado financeiro. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2005. 470 p. ISBN 8522439710.

(6) LUQUET, Mara; ASSEF, Andrea. 20 lições essenciais para ser um investidor de sucesso. São Paulo, SP: Saraiva: Letras & Lucros, 2007. 90 p. (20 lições) ISBN 9788502065864.

(7) KRUGMAN, Paul R. A crise de 2008 e a economia da depressão. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2009. 201 p. ISBN 9788535233360.

(8) SILVA NETO, Lauro de Araujo. Derivativos: definicoes, empregos e riscos. 4.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002. 298p ISBN 8522432856 (broch.).

(9) CAVALCANTE, Francisco; MISUMI, Jorge Yoshio; RUDGE, Luiz Fernando. Mercado de capitais: o que é, como funciona. 6. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005. 371 p. ISBN 9788535216738.

(16) CAVALCANTE FILHO, Francisco da Silva; MISUMI, Jorge Yoshio. Mercado de capitais. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2003. 373 p il ISBN 8535209425 (broch.).

(17) CERBASI, Gustavo. Casais inteligentes enriquecem juntos. 37. ed. São Paulo, SP: Gente, 2004. 165 p. ISBN 8573124393.

(10) LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira. Fundamentos do mercado de capitais. [S.l.]: Atlas, 2012.

(11) DEBASTIANI, Carlos Alberto. Análise técnica de ações: identificando oportunidades de compra e venda. São Paulo: Novatec Editora, 2012.

(12) PÓVOA, Alexandre. Mundo Financeiro: o olhar de um gestor. São Paulo: Saraiva, 2012.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Média 1 = Prova escrita (peso 6) + Estudo de Texto / Outras Atividades (peso 4).
Média 2 = Prova escrita (peso 5) + Prova prática (simulado de ações)/ Seminários/ Outras Atividades (peso 5).
Média 3 = Prova escrita (peso 7) + Prova prática (simulado de ações) /Seminários/ Outras Atividades (peso 3).

Reposição de provas e demais devoluções de resultados, ocorrerão no último dia letivo.

Não será permitido o uso de celulares, smartphones, tablets ou notebook durante as aulas, salvo autorização do professor.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Atenção para o ambiente virtual da aula de Mercado de Capitais: Material Didático como apoio às aulas presenciais, para disponibilização de material e para avisos e comunicações.
Os arquivos estarão em Portal do Aluno > Acadêmico/Financeiro > Material Didático.

Eventos que ocorrerão no semestre:

A participação em sala de aula e no laboratório de informática é objeto de avaliação. Assim, esclareço que é proibido o uso de celulares, smartphones, tabletes, ou notebooks, durante as aulas e avaliações.
Ter à disposição calculadora e outros materiais de apoio/leitura.

a) Nos primeiros dias de aula será discutido o Plano de Ensino, que poderá ser alterado durante o semestre. As alterações serão comunicadas em sala de aula;

b) Os e-mails enviados ao docente serão respondidos conforme a disponibilidade do mesmo. Qualquer orientação deverá ser sanada presencialmente no horário da disciplina, conforme Programação Acadêmica;

c) Não é permitido qualquer tipo de gravação (imagem ou som) as aulas ministradas;

d) O controle de frequência é da responsabilidade do discente;

e) A falta registrada só será justificada por meio do requerimento específico, competindo a análise ao Coordenador de Curso;

f) O discente que deixar de comparecer no dia da aplicação de algum instrumento de avaliação deverá protocolar o pedido de 2ª Chamada na Secretaria;

g) O material didático disponibilizado na intranet pelo docente será considerado como conteúdo para fins de avaliação.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Estudo de Texto * 2,00 + Prova Escrita * 6,00 + Estudo de Texto * 2,00) / 10,00
M2 = (Estudo de Texto * 4,00 + Seminário e resenha * 6,00) / 10,00
M3 = (Atividade Curricular * 3,00 + Prova Individual Escrita * 7,00) / 10,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 9942 - DIREITO EMPRESARIAL III

Professor(es): ADILOR DANIELI

Período: 8º	Ano/Sem.: 2016 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 30 (36 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 30 (36 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 2

OBJETIVO GERAL

O objetivo da disciplina é dar ao acadêmico conhecimentos teóricos e práticos, capacitando-o para identificar, discutir e solucionar as questões falimentares e de recuperação judicial/extrajudicial, atinentes às normas específicas. Paralelamente a isso, desenvolver a capacidade de exercer juízos críticos sobre a matéria.

EMENTA

Noções históricas do Direito Falimentar. Caracterização, processamento e encerramento da falência. Fase postulatória, processamento e execução da recuperação judicial e extrajudicial. Crimes Falimentares.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 30 h.a. + Total C.H. Avaliações: 6 h.a. = 36 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Analisar e compreender o significado de falência e suas figuras jurídicas.	UNIDADE 1 - Noções históricas do Direito Falimentar 1. Conceito. Particularidades - Introdução ao direito falimentar.Breve histórico. O direito falimentar como legislação especial. Requisitos de ordem processual 2. Princípios básicos. Objetivos da falência Legitimidade ativa e passiva 3. Caracterização da falência. Os pressupostos de direito material; o devedor empresário. Os proibidos de exercer atividades comerciais. As empresas excluídas da legislação falimentar. Intervenção e liquidação extrajudicial. 4. Os requisitos de ordem processual: O título executivo. O juízo competente. Juízo universal. Ações excluídas do juízo universal.	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada. Utilização da Lei 11.101/2005. Utilização de perguntas e respostas.	M1: Questionário - Atividade Curricular (Peso: 2,00) domínio do conteúdo com perguntas discursivas sobre as aulas e lei 11.101/2005. M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 8,00) domínio do conteúdo com perguntas objetivas ou discursivas tendo como base a atividade realizada na primeira parte da aula e Lei 11.101/2005. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 8,00) domínio do conteúdo com perguntas objetivas ou discursivas tendo como base a atividades realizada na primeira parte da aula e Lei 11.101/2005.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (10) (11) (12) (13) (14) (15) (16) (17) (18) (19) (20) (21) (22) (23) (24) (25) (26)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Analisar a formação do processo falimentar e seus principais atos e efeitos práticos. Conhecer a ordem de preferência dos credores falimentares, a venda dos bens, a forma de pagamento dos credores e o encerramento da falência..	UNIDADE 2 - Caracterização, processamento e encerramento da falência 1. Citação. Defesa. Depósito elisivo 2. Abertura do processo de execução coletiva falimentar e os efeitos da decisão. Recursos 3. O processo falimentar: suas diversas fases. O período suspeito e termo legal 4. Os processos incidentais. O Administrador Judicial, sua escolha e atribuições. Habilitações de crédito 5. Concurso de credores. credores retardatários. Crimes falimentares. Reabilitação do falido. Condições. Prazos. Efeitos 6. Classificação dos créditos. Ordem de preferência. Direitos dos credores. Credores da falência e da massa. Quadro geral de credores 7. Liquidação: Considerações gerais. Formas de liquidação. Pagamento aos credores. Encerramento do processo de falência. Prestação de contas do Administrador Judicial. Extinção das obrigações	14 h/a 0 h/ext	Utilização de modelos práticos para associar a teoria à prática. Utilização de retroprogetor e outros recursos. Elaboração de exercícios de fixação.	M1: Questionário - Atividade Curricular (Peso: 2,00) domínio do conteúdo com perguntas discursivas sobre as aulas e lei 11.101/2005. M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 8,00) domínio do conteúdo com perguntas objetivas ou discursivas tendo como base a atividade realizada na primeira parte da aula e Lei 11.101/2005. M2: Questionario - Atividade Curricular (Peso: 2,00) Domínio do conteúdo com perguntas discursivas sobre o conteúdo ministrado em aula. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 8,00) domínio do conteúdo com perguntas objetivas ou discursivas tendo como base a atividades realizada na primeira parte da aula e Lei 11.101/2005.	(1) (2) (3) (4) (5) (7) (8) (9) (10) (11) (12) (13) (14) (15) (16) (17) (18) (19) (20) (21) (22) (23) (24) (25) (26)
Conhecer e compreender o significado de recuperação judicial e sua importância frente ao direito empresarial.	UNIDADE 3 - Fase postulatória, processamento e execução da recuperação judicial e extrajudicial 1. Noções gerais e histórica abrangendo a vigência do decreto lei 7.661/45 e as alterações da Lei 11.101/2005 2. Legitimidade. Juízo competente. Pressupostos. 3. Efeitos. Conceito.	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com utilização de obra doutrinária a ser indicada em aula e constante na bibliografia, e debates sobre o tema.	M2: Questionario - Atividade Curricular (Peso: 2,00) Domínio do conteúdo com perguntas discursivas sobre o conteúdo ministrado em aula. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 8,00) domínio do conteúdo com perguntas objetivas ou discursivas tendo como base a atividades realizada na primeira parte da aula e Lei 11.101/2005. M3: questionário - Atividade Curricular (Peso: 2,00) Domínio do conteúdo com perguntas discursivas sobre o conteúdo ministrado em aula.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (8) (9) (10) (11) (12) (13) (14) (15) (16) (17) (18)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
	Requisitos. Petição inicial. Administrador Judicial 4. Assembléia Geral de Credores. Comitê de Credores. Créditos abrangidos pela recuperação. Prazos para pagamento			M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 8,00) Domínio do conteúdo com perguntas objetivas ou discursivas tendo como base a atividade realizada na primeira parte da aula e Lei 11.101/2005. Esta avaliação poderá eventualmente ter sua data alterada, mediante discussão e comunicação prévia aos acadêmicos.	(19) (20) (21) (22) (23) (24) (25) (26)
Compreender as formas de processamento da recuperação judicial, suas fases processuais e cumprimento.	UNIDADE 4 - Crimes Falimentares 1. Processamento: Requisitos. Plano de recuperação. Despacho de processamento da recuperação. 2. A análise do pedido pela assembléia de credores. Decisões. Conversão em falência 3. Recuperação extrajudicial: Conceito. Objetivos. Legitimidade. Requisitos. Efeitos. Processamento 4. Recuperação das Pequenas e micro empresas. Revisão da matéria	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva, utilização de exemplos práticos para associar ao conhecimento teoria. Discussão em grupos. Perguntas e respostas.	M3: questionário - Atividade Curricular (Peso: 2,00) Domínio do conteúdo com perguntas discursivas sobre o conteúdo ministrado em aula. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 8,00) Domínio do conteúdo com perguntas objetivas ou discursivas tendo como base a atividade realizada na primeira parte da aula e Lei 11.101/2005. Esta avaliação poderá eventualmente ter sua data alterada, mediante discussão e comunicação prévia aos acadêmicos.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11) (13) (14) (15) (16) (19) (20) (21) (22) (23) (24) (25) (26)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Resumo de direito comercial. 26.ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2001. 144 p. (Coleção resumos ; 1). ISBN 8574202606.

(2) MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro 1: empresa e atuação empresarial. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013. xxiii, 405 p. ISBN 9788522478682.

(4) MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro 3: títulos de crédito. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011. xxiv, 394 p. ISBN 9788522462087.

(6) PACHECO, José da Silva. Tratado de direito empresarial: empresario. 1979.

(7) NEGRÃO, Ricardo. Direito empresarial: estudo unificado. 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 350 p. ISBN 9788502625037.

(11) OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Manual de consultoria empresarial: conceitos, metodologia, práticas. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 1999. 178 p. ISBN 8522420998.

(13) OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Manual de consultoria empresarial: conceitos, metodologia, práticas. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012. xx, 217p. ISBN 9788522470709.

(15) OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Manual de consultoria empresarial: conceitos, metodologia, práticas. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012. xx, 217p. ISBN 9788522470709.

(16) OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Manual de consultoria empresarial: conceitos,

metodologia, práticas. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012. xx, 217p. ISBN 9788522470709.

(17) BADARO, Ramagem. A acao penal na falencia: doutrina e jurisprudencia. Rio de Janeiro, RJ: Cargine, 1974. 188p

(21) CABRAL, Plínio. A falencia do estado moderno: a hora final das tiranias. Rio de Janeiro, RJ: Nórdica, c1982. 85p

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(3) MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro 2: direito societário: sociedades simples e empresárias. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012. xxiii, 506 p. ISBN 9788522472260.

(5) PACHECO, José da Silva. Tratado de direito empresarial: direitos negociais e contratuais. 1979.

(9) MAZZAFERA, Luiz Braz. Curso básico de direito empresarial. 1. ed. São Paulo, SP: EDIPRO, 2003. 375 p. ISBN 8572833358.

(12) OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Manual de consultoria empresarial: conceitos, metodologia, praticas. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2006. xi, 2004 p. ISBN 8522441200.

(14) OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Manual de consultoria empresarial: conceitos, metodologia, práticas. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012. xx, 217p. ISBN 9788522470709.

(18) BERTOLDI, Marcelo M.. Curso avançado de direito comercial: teoria geral do direito comercial, direito societário, títulos de crédito, falência e reprodução empresarial e contratos mercantis. 3. ed. refor., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2006. 768 p. ISBN 8520328644.

(19) BITENCOURT, Cezar Roberto. Falência da pena de prisão: causas e alternativas. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2004. XXIV, 396 p. ISBN 850204723X.

(25) PACHECO, José da Silva. Processo de falencia e concordata: comentarios a lei de falencias: doutrina, pratica e jurisprudencia. 10. ed. Uberaba, MG: Forense, c1999. 892p ISBN (Enc.).

(26) RAITANI, Francisco. Falencia e concordata. 3.ed. 1972. n.p

(8) NEGRÃO, Ricardo. Direito empresarial: estudo unificado. São Paulo: Saraiva, 2012.

(10) PELLIZZARO, Reinaldo Assis. Curso universitário básico de direito empresarial. Balneario Camboriú: Edipel, 2004.

(20) BRASIL. Presidência da República. Lei 11.101 de 09 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Diário Oficial da União, 09 de fevereiro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2005/lei/L11101.htm>

(22) COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários à lei de falências e de recuperação de empresas. São Paulo: Saraiva, 2012.

(23) FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Roteiro das recuperações e falências: lei 11.101/2005, Dec. lei 7.661/1945. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

(24) NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa 3: recuperação de empresas e

falência. São Paulo: Saraiva, 2012.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Além do conteúdo ministrado em sala, poderá ser objeto das avaliações a Lei 11101/2005.

Provas individuais e trabalhos em grupo.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3

M1 = (Questionário * 2,00 + Prova Escrita * 8,00) / 10,00

M2 = (Questionario * 2,00 + Prova Escrita * 8,00) / 10,00

M3 = (questionário * 2,00 + Prova Escrita * 8,00) / 10,00

Média Final = 6,00

Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 202 - DIREITO

Disciplina: 11039 - FILOSOFIA NAS DIMENSÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

Professor(es): JOSEMAR SIDINEI SOARES

Período: 10º	Ano/Sem.: 2016 / 2 Classe: 1
CH Teórica: 15 (18 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 15 (18 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 1

OBJETIVO GERAL

Conhecer os fundamentos filosóficos nas dimensões públicas e privadas contemporâneas analisando suas implicações na sociedade atual.

EMENTA

O Humano: existencial/institucional. O Público: estrutura, dinâmica e finalidades. Valores Privados e Compromissos Pessoais. Liderança.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 18 h.a. + Total C.H. Avaliações: 0 h.a. = 18 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Identificar os pressupostos existenciais e pessoais e suas implicações nas dimensões públicas e privadas. Evidenciar ideias de autores clássicos da filosofia que possam contribuir para a atuação em ambiente institucional.	UNIDADE 1 - O Humano: existencial/institucional . 1. Pressupostos filosóficos. Pressupostos ontológicos. Pressupostos existenciais.	4 h/a 0 h/ext	Análise de textos. Aula expositiva e dialogada.	M1: Atividade Avaliativa - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: Atividade Avaliativa - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(1) (3) (12)
Identificar os pressupostos filosóficos nas dinâmicas empresariais públicas. Analisar o funcionamento das estruturas públicas. Demonstrar suas finalidades e suas implicações.	UNIDADE 2 - O Público: estrutura, dinâmica e finalidades. 1. A estrutura pública. As dinâmicas públicas. A finalidade do setor público.	3 h/a 0 h/ext	Análise de textos. Aula expositiva e dialogada.	M1: Atividade Avaliativa - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: Atividade Avaliativa - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: Atividade avaliativa - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(2) (3) (5) (6) (11)
Identificar os pressupostos filosóficos nas dinâmicas empresariais privadas. Evidenciar o funcionamento das estruturas privadas. Analisar a relação dos valores empresariais com os compromissos pessoais.	UNIDADE 3 - Valores Privados e Compromissos Pessoais. 1. Exigências mercadológicas. Exigências ontológicas. Relação entre valores privados e compromissos pessoais.	3 h/a 0 h/ext	Análise de textos. Aula expositiva e dialogada.	M2: Atividade Avaliativa - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: Atividade avaliativa - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(1) (7) (9) (12)
Identificar o que é um líder. Reconhecer os critérios de um líder. Definir o papel de um líder. Constatar as exigências e cobranças de um líder perante o mercado.	UNIDADE 4 - Liderança. 1. O que é um líder. Critérios. O papel do líder. Características de um líder. Exigências liderísticas e o mercado público e privado. 2. Aspectos relevantes da liderança na atualidade	8 h/a 0 h/ext	Análise de textos. Aula expositiva e dialogada.	M2: Atividade Avaliativa - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: Atividade avaliativa - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(1) (7) (9) (14)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) Aristóteles; NASSETTI, Pietro. Ética a Nicômaco: texto integral. 3. ed. São Paulo, SP: M. Claret, c2001. 240 p. (A obra-prima de cada autor (M. Claret) ; 53). ISBN 8572324305.

(2) Platão. A república: texto integral. 2. ed. São Paulo, SP: M. Claret, 2000. 320 p. (A obra-prima de cada autor ; 36). ISBN 8572323988.

(14) JAEGER, Werner Wilhelm. Paideia: a formação do homem grego. 4. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2001. 1413 p. ISBN 8533613954.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(3) FADIMAN, James; FRAGER, Robert. Teorias da personalidade. São Paulo, SP: HARBRA, c1986. xx, 393 p. ISBN 8529400968.

(4) HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Princípios da filosofia do direito. São Paulo, SP: Martins Fontes, c1997. 329 p. (Coleção Clássicos Filosofia). ISBN 8533606303.

(5) HOBBES, Thomas. Leviatã, ou, Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. [4. ed.]. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1988. 2 v. (Os pensadores).

(6) HUMBOLDT, Wilhelm, Freiherr von. Os limites da ação do Estado: [idéias para um ensaio a fim de determinar as fronteiras da eficácia do Estado]. Rio de Janeiro, RJ: Topbooks, c2004. 374 p. ISBN 8574750832.

(7) Aristóteles. Política: texto integral. São Paulo, SP: M. Claret, 2005, 2006, 2007, 2008. 272 p. (A obra-prima de cada autor (M. Claret) ; 61). ISBN 8572324569.

(8) LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo: ensaio relativo a verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil : texto integral. São Paulo, SP: M. Claret, 2004. 176 p. (A obra-prima de cada autor (M. Claret) 89) ISBN 8572324941.

(9) MORRIS, Thomas V. A nova alma do negocio: como a filosofia pode melhorar a produtividade de sua empresa. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1998.

(10) VILLEY, Michel. A formação do pensamento jurídico moderno. 1. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005. lxxviii, 755 p. (Justiça e direito). ISBN 8533622384.

(11) GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a politica e o estado moderno. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1991. ix, 444p ISBN Broch..

(12) MENEGHETTI, Antonio. O projeto homem: intervenções de análise ontopsicologica. Porto Alegre, RS: Psicologica Editrice, 1999. 276 p. ISBN 8586417084.

(13) MENEGHETTI, Antonio. Introdução à ontopsicologia. 2. ed. Recanto Maestro, RS: Ontopsicológica Editrice, 2005. Ontopsicológica Editrice 167 p. ISBN 8588381176.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As atividades serão marcadas em sala de aula.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre. Para compor o conteúdo e as atividades serão utilizadas leituras de obras clássicas da filosofia.

A Semana de Iniciação Científica ocorrerá nos dias 16 a 12 de junho.

O Grupo de Pesquisa Paideia incentiva há 12 anos a pesquisa no CEJURPS, instigando a comunidade acadêmica no desenvolvimento da pesquisa jurídica com grupos de estudos e participação em editais, como PROBIC, PIBIC, art. 171 (CESC), entre outros.
ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA - O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de extensão comunitária nas mais diversas áreas, com destaque a possibilidade de atuação no Mutirão da Vara da Família (Balneário Camboriú), Protejá (Projeto de Prevenção à Pedofilia), Aproximando o Acadêmico do Curso de Direito com a Comunidade e o Mercado de Trabalho (Projeto que insere o acadêmico em entidades sem fins lucrativos, atuando juridicamente).
A disciplina vincula-se teoricamente às pesquisas abordadas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica da UNIVALI, proporcionando particular ênfase à questão ambiental e da sustentabilidade, bem como das relações sociais pós-modernas, entre elas a questão étnica relacionada ao multiculturalismo.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Atividade Avaliativa * 1,00) / 1,00
M2 = (Atividade Avaliativa * 1,00) / 1,00
M3 = (Atividade avaliativa * 1,00) / 1,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

Digitally signed by FATIMA CATARINA BARBI:06110548928
Date: 2024.05.13 18:13:17 -03:00

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
www.univali.br/validadoc
Para isso, informe o código do documento digital: 835646 e a chave de acesso: 5122368.

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 202 - DIREITO

Disciplina: 1692 - DIREITO PENAL - PARTE ESPECIAL

Professor(es): AIRTO CHAVES JUNIOR

Período: 4º	Ano/Sem.: 2017 / 1 Classe: 2
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Estudar criticamente os tipos penais previstos nos artigos 121 a 234 do Código Penal Brasileiro a partir da Doutrina e da Jurisprudência dos Tribunais Superiores, o discurso penal no âmbito dogmático, bem como sua operacionalidade.

EMENTA

Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização de trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Crimes contra a dignidade sexual. Legislação especial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 66 h.a. + Total C.H. Avaliações: 6 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Analisar o objetivo jurídico, os elementos objetivos e subjetivos do tipo, bem como os sujeitos do delito, as penas, a consumação e o resultado. Discutir a aplicabilidade destes tipos penais na realidade contemporânea, a partir de fatos noticiados.	UNIDADE 1 - Crimes contra a pessoa. 1. Crimes contra a vida 2. Crimes contra a integridade física 3. Crimes contra a periclitação da vida e da saúde 4. Crimes contra a honra 5. Crimes contra a liberdade individual	31 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada com ênfase na relação teoria/prática. Estudos de caso. Leitura de textos jurídicos críticos. Análise de jurisprudência. Pesquisa de textos com abordagem crítica	M1: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 7,00) Individual. M1: Avaliação Discursiva - Prova Escrita (Peso: 3,00) Individual. M2: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 7,00) Individual. M2: Avaliação Discursiva - Prova Escrita (Peso: 3,00) Individual. M3: Avaliação Discursiva - Prova Escrita (Peso: 3,00) Individual.	(2) (5) (9)
Identificar e analisar os principais pontos relacionados aos crimes contra o patrimônio e seus elementos constitutivos. Compreende e discutir a aplicabilidade destes tipos penais na realidade contemporânea, a partir de fatos noticiados e/ou julgados.	UNIDADE 2 - Crimes contra o patrimônio. 1. Furto, roubo, extorsão e sequestro 2. Apropriação, estelionato e receptação	15 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada com ênfase na relação teoria/prática. Estudos de caso. Leitura de textos jurídicos críticos. Análise de jurisprudência.	M1: Avaliação Discursiva - Prova Escrita (Peso: 3,00) Individual. M2: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 7,00) Individual. M2: Avaliação Discursiva - Prova Escrita (Peso: 3,00) Individual. M3: Avaliação Discursiva - Prova Escrita (Peso: 3,00) Individual.	(3) (5) (7)
Analisar os principais pontos relacionados aos crimes contra a propriedade material, identificando suas especificidades e a aplicabilidade em questões do cotidiano.	UNIDADE 3 - Crimes contra a propriedade imaterial. 1. Crimes contra a propriedade imaterial	2 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada com ênfase na relação teoria/prática.	M2: Avaliação Discursiva - Prova Escrita (Peso: 3,00) Individual. M3: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 7,00) Individual. M3: Avaliação Discursiva - Prova Escrita (Peso: 3,00) Individual.	(5) (7) (8)
Compreender a aplicabilidade dos tipos penais relacionados ao crime contra a organização do trabalho.	UNIDADE 4 - Crimes contra a organização de trabalho. 1. Crimes contra a organização do trabalho	2 h/a 0 h/ext	Aula expositiva/dialogada, aplicando a relação teoria x prática.	M3: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 7,00) Individual. M3: Avaliação Discursiva - Prova Escrita (Peso: 3,00) Individual.	(5) (8) (9)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Analisar os principais crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos, a partir de uma abordagem crítica conceitual.	UNIDADE 5 - Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. 1. Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos	2 h/a 0 h/ext	Aula expositiva/dialogada, aplicando a relação teoria x prática, com crítica comparativa e abordagem minimalista.	M3: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 7,00) Individual. M3: Avaliação Discursiva - Prova Escrita (Peso: 3,00) Individual.	(3) (5) (8)
Identificar e aplicar os elementos do tipo tange aos crimes contra a dignidade sexual.	UNIDADE 6 - Crimes contra a dignidade sexual. 1. Crimes contra a liberdade sexual 2. Crimes sexuais contra vulnerável 3. Lenocínio e tráfico de pessoa para fins de prostituição ou outra forma de exploração sexual	13 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada com ênfase na relação teoria/prática. Estudos de caso. Leitura de textos jurídicos críticos. Análise de jurisprudência.	M3: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 7,00) Individual. M3: Avaliação Discursiva - Prova Escrita (Peso: 3,00) Individual.	(4) (5) (7) (8)
Relacionar os dispositivos legais em legislação esparsa com a temática codificada.	UNIDADE 7 - Legislação especial 1. Tópicos de legislação penal especial	1 h/a 0 h/ext	Abordagem dispersa em todos os conteúdos antes relacionados, em razão da abordagem específica em semestre posterior.	M3: PROVA LEGAL - Prova Escrita (Peso: 7,00) Individual. M3: Avaliação Discursiva - Prova Escrita (Peso: 3,00) Individual.	(5) (6) (9)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(2) BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal 2: parte especial, dos crimes contra a pessoa. 15. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 540 p. ISBN 9788502620148(v.2).

(5) BUSATO, Paulo César. Direito penal: parte especial 1 : artigo 121 ao artigo 234 do código penal. São Paulo, SP: Atlas, 2014. 969 p. ISBN 9788522489589.

(8) GRECO, Rogério. Código penal comentado. 9. ed. rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2015. 1286 p. ISBN 9788576268147.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(3) BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal 3: parte especial, dos crimes contra o patrimônio até dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. 11. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 491 p. ISBN 9788502619234 (v. 3).

(4) BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal 4: parte especial, dos crimes contra a dignidade sexual até dos crimes contra a fé pública. 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 611 p. ISBN 9788502619265 (v.4).

(6) BUSATO, Paulo César. Direito penal: parte geral. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. xliii, 1046 p. ISBN 9788522495764.

(7) BUSATO, Paulo César. Direito penal: parte geral. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. xliii, 1046 p. ISBN 9788522495764.

(9) ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro 1: parte geral. 10. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2013. 796 p. ISBN

9788520349106.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1. SEGUNDA CHAMADA DE AVALIAÇÃO: o aluno faltante no cumprimento de qualquer atividade de avaliação deverá ingressar com processo de justificativa de falta, oportunidade em que, sendo deferido o requerimento, realizará prova oral (2ª chamada) no último encontro da disciplina (28/06/2017). A prova conterá 12 (doze) questões das quais poderá o acadêmico deixar de responder duas delas sem qualquer prejuízo na pontuação que lhe será atribuída. Cada questão respondida de forma correta compreenderá a soma de 1 (um) pondo na avaliação da atividade. Esta prova abarcará o conteúdo da avaliação que o acadêmico não realizou oportunamente, podendo, a depender da atividade não realizada, consultar a legislação pertinente;
2. MÉDIAS DO SEMESTRE: cada média será composta de DUAS PROVAS:
a) PRIMEIRA (PROVA LEGAL): avaliação de “PESO 7” sem consulta a qualquer material. Esta prova conterá 17 questões, das quais 14 (quatorze) serão objetivas (0,5 cada) e 3 (três serão) discursivas (1,0 cada). As questões da PROVA LEGAL serão elaboradas conforme aquilo que vem sendo cobrado nos Concursos Públicos da Magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública e no Exame de Ordem;
b) SEGUNDA: avaliação de “PESO 3” com consulta à “Legislação Seca”. Esta prova conterá 5 (cinco) questões, todas discursivas (2,0 pontos, cada);
3. REGRAS PARA AS AVALIAÇÕES: a) não será permitida entrada de alunos na sala de aula após a saída de qualquer acadêmico que já tenha finalizado a atividade; b) as avaliações desenvolvidas em sala serão individuais. Caso, porém, alguma atividade curricular seja desenvolvida em equipe, essa condição não será estendida ao acadêmico que chegar atrasado à sala, ou seja, após já iniciada a avaliação. Neste caso, o acadêmico realizará a atividade de forma individual; c) em quaisquer das atividades, é vedado ao acadêmico se utilizar de aparelhos eletrônicos, telefones celulares e similares, sob pena de lhe ser atribuída nota ZERO;
4. TELEFONE CELULAR: ao momento que o acadêmico entrar na sala de aula, deverá desligar o aparelho de telefone celular ou, então, deixá-lo em modo “silencioso”;
5. PONTUAÇÃO PELA ASSIDUIDADE RELACIONADA À FREQUÊNCIA EM SALA: ao acadêmico que não comportar qualquer falta ao longo dos 18 encontros, ou seja, QUE ESTIVER FISICAMENTE PRESENTE EM TODOS OS ENCONTROS, será somado 1 (um) ponto em qualquer das médias (M1, M2 ou M3), a critério do acadêmico;
6. AULA NÃO REALIZADA: em não havendo, eventualmente, aula em alguma data estabelecida no referido plano, a atividade passará para o dia de aula da disciplina imediatamente posterior;
7. PUBLICAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO: o aluno que comprovar a PUBLICAÇÃO de artigo científico em periódico enquadrado em relatórios indicativos da qualidade A1; A2; B1; B2; B3; B4 ou B5 da CAPES, de sua autoria e que verse sobre a disciplina ministrada, poderá requerer ao Professor Ministrante o acréscimo de 01 (um) ponto na M3;
8. DEVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES AOS ACADÊMICOS: a devolução das Provas/Atividades ocorrerá na semana seguinte as suas respectivas realizações, em dia e horário regulas das aulas, salvo exceções autorizadas pela coordenação do curso e previamente comunicadas aos alunos, inclusive quanto às atividades de M3.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1. Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre. Neste caso, os acadêmicos serão devidamente comunicados;
2. Outras referências bibliográficas poderão ser indicadas pelo Professor conforme a evolução da matéria e necessidade de aprofundamento dos estudos. Além disso, os alunos deverão ter a

diligência necessária para aprofundar o conhecimento com obras e legislações atualizadas;
3. Caso seja realizado algum trabalho a título de avaliação, deverá ele obedecer as regras e metodologias adotadas pela Universidade, via de regra, a obra “PASOLD, Cesar Luiz. Metodologia da Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática. 13 ed. rev.atual.amp. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015";
4. Não é permitido qualquer tipo de gravação (de áudio ou imagem) das aulas ministradas;
5. EVENTOS CURRICULARES DESTE 1º SEMESTRE DE 2017: a) Aula Magna a se realizar no dia 15/03, no auditório do bloco 7; b)Semana Catarinense de Direito do Consumidor, de 13 a 17 de março, em parceria com o Procon e a OAB; c) Mutirão de Conciliação (Escritório Modelo de Advocacia - EMA); d) Seminário de Direito Empresarial, nos dias 8 e 9 de maio, em parceria com a Comissão de Direito Empresarial da OAB/SC; e) de 5 a 9 de junho, a “Semana Acadêmica do Curso de Direito” com as seguintes atividades: semana de Defesa de TICs., Atividades de Extensão, Apresentações de Projetos de Pesquisa e Apresentação de Publicações; f) Jornada NPJ de Preparação para o XXII Exame da OAB, exclusivo para os alunos do 9º e 10º períodos e egressos.
6. Conforme anotado na letra “e” do item “5”, a Semana de Iniciação Científica ocorrerá entre os dias 05 (segunda-feira) e 09 (sexta-feira) de junho de 2017. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, quando deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso o professor componha alguma das bancas, o acadêmico deverá participar da referida atividade ou de outra a sua escolha, comprovando a presença com relatório. Lembra-se, porém, que outros casos de participação poderão ser acordados com o docente da disciplina;
7. No decorrer dos encontros, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004;
8. As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002;
9. O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com o Professor ou com a Coordenação como participar;
10. O Grupo de Pesquisa Paideia incentiva há 16 anos a pesquisa no CEJURPS, instigando a comunidade acadêmica no desenvolvimento da pesquisa jurídica com grupos de estudos e participação em editais, como PROBIC, PIBIC, art. 171 (CESC), entre outros;
11. ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA: o acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de extensão comunitária nas mais diversas áreas, com destaque a possibilidade de atuação no Mutirão da Vara da Família (Balneário Camboriú) e Protejá (Projeto de Prevenção à Pedofilia). O objetivo precípuo é aproximar o Acadêmico do Curso de Direito à Comunidade e ao Mercado de Trabalho (Projetos que atuam nas questões jurídicas e que inserem o acadêmico em entidades sem fins lucrativos).

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (PROVA LEGAL * 7,00 + Avaliação Discursiva * 3,00) / 10,00
M2 = (PROVA LEGAL * 7,00 + Avaliação Discursiva * 3,00) / 10,00
M3 = (PROVA LEGAL * 7,00 + Avaliação Discursiva * 3,00) / 10,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1710 - DIREITO ADMINISTRATIVO I

Professor(es): ALEXANDRE DOS SANTOS PRIESS

Período: 7º	Ano/Sem.: 2017 / 1 Classe: 2
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Analisar o Direito Administrativo no contexto dogmático, ético e em suas implicações sociais, sob a perspectiva dos princípios e da doutrina Constitucional.

EMENTA

Introdução ao Direito Administrativo. A administração pública. Servidor público. Serviço público. Atos administrativos. Poderes administrativos. Intervenção na proriedade e no domínio econômico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Avaliar a estrutura de uma sociedade política e sua forma de organização. Analisar a importância do Direito Administrativo para a formação e organização do Estado brasileiro.	UNIDADE 1 - Introdução ao Direito Administrativo. 1. Noções gerais. Conceito. Objeto. Características.	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto. Pesquisa científica e incentivo à redação de artigo científico.	M1: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M1: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M2: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado.	(1) (2) (5)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado.	
Analisar a Administração Pública, sua organização e a aplicabilidade de seus princípios fundamentais. Conhecer as categorias operacionais existentes na Administração Pública.	UNIDADE 2 - A administração pública. 1. Administração Pública. Organização.	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto. Resolução de problemática concreta.	M1: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M1: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M2: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado.	(1) (2) (3) (4) (5)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Entender a sistemática de acesso aos cargos públicos, investidura e carreira. Classificar as modalidades de cargos. Discutir a história e cultura afro-brasileira e indígena e sua evolução no funcionalismo público.	UNIDADE 3 - Servidor público. 1. Conceito. Classificação. Carreira.	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto. Leitura de textos complementares.	M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M2: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado.	(1) (2) (5)
Avaliar e classificar as formas de prestação dos serviços públicos. Estudar a Política Nacional de Educação Ambiental.	UNIDADE 4 - Serviço público. 1. Conceito. Princípios. Titularidade. Classificação.	12 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto. Resolução de exercício de fixação.	M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M2: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado.	(1) (2) (5)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Examinar os atos administrativos. Compreender seus requisitos, atributos e classificação.	UNIDADE 5 - Atos administrativos. 1. Conceito. Atributos. Requisitos. Classificação. Vícios.	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto. Será realizada Visita Técnica a determinados órgãos públicos, assim como aula em laboratório de informática para a prática da pesquisa jurídica em sites da internet que sejam repositórios oficiais de jurisprudência.	M1: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M1: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M2: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado.	(1) (2)
Investigar os poderes inerentes à Administração Pública. Instrumentalizar para aplicar a ocasião de exercício do poder respectivo.	UNIDADE 6 - Poderes administrativos. 1. Espécies	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto. Avaliação, discussão e debate de casos concretos selecionados do cotidiano.	M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado.	(1) (2)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				M2: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado. M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado.	
Examinar o conceito de propriedade privada à luz da Constituição da República em cotejo com a prevalência do interesse público ao privado. Compreender o alcance de cada uma das modalidades de intervenção.	UNIDADE 7 - Intervenção na proriedade e no domínio econômico. 1. Instrumentos de intervenção	12 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto. Pesquisa conceitual extra-sala em grupo com socialização de resultados em sala de aula.	M3: Seminário - Seminário (Peso: 1,00) Para a correção será considerada a objetividade, clareza, coesão, exposição verbal de língua portuguesa culta e pertinência ao conteúdo ministrado. M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 3,00) As questões objetivas apresentam apenas uma resposta correta e o assinalar de mais de uma assertiva ou a rasura do gabarito invalida a resposta. Para a correção das questões dissertativas será considerada a objetividade, clareza, coesão, redação de língua portuguesa culta, legibilidade da caligrafia e pertinência ao conteúdo ministrado.	(1) (2)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 22. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2007. 1053 p. ISBN 9788574207933.

(3) DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 25. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012. xxxi, 932 p. ISBN 9788522469208.

(5) MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 32. ed. atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2006. 826 p. ISBN 8574207233.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(2) MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 4. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 863 p. ISBN 9788502214330.

(4) MEDAUAR, Odete. O direito administrativo em evolução. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2003. 298 p. ISBN 8520324592.

(6) GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 16. ed. atual. São Paulo, SP: Saraiva 2011. 1166 p. ISBN 9788502110229.

(7) CARLIN, Volnei Ivo. Direito administrativo: doutrina, jurisprudência e direito comparado. 3. ed. rev. atual. e ampl. Florianópolis, SC: OAB/SC Editora, [2005]. 462 p. ISBN 8586988316.

(8) JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 2. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2006. xv, 851 p. ISBN 8502054732.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1. Pontualidade, respeito, assiduidade e permanência em sala de aula.
2. Participação oral com intervenções, questionamentos, observações pertinentes ao tema.
3. Posse e utilização, em sala de aula, do material solicitado para desenvolvimento dos conteúdos.
4. Cumprimento das leituras recomendadas, com antecedência.
5. Domínio, identificação e aplicação dos conceitos científicos estudados em situações concretas.
6. Capacidade de raciocínio do acadêmico na aplicação do Direito, no caso de ausência ou lacuna da norma jurídica.
7. Raciocínio lógico na descrição de ideias e viabilidade dos estudos realizados.
8. Riqueza e clareza na argumentação escrita e oral, bem como capacidade de síntese das ideias.
9. Observância da norma padrão da língua portuguesa.
10. Identificação dos pressupostos fundamentais à temática.
11. Ética no desfecho do(s) caso(s) prático(s).
12. Comportamento ético condizente com o estágio já alcançado dentro da grade do curso, e o nível de maturidade desejável dos acadêmicos.
13. Postura acadêmica que compreende: não usar celular dentro da sala e durante as aulas (EXPRESSAMENTE PROIBIDO O USO E, INCLUSIVE, AS SAÍDAS DE SALA CONSTANTES. DURANTE AS AVALIAÇÕES OS CELULARES DEVEM SER DESLIGADOS E GUARDADOS NAS MOCHILAS); não interromper os momentos de estudos e de concentração com conversas paralelas, saídas e entradas desnecessárias durante as aulas.
14. Observância das orientações formais dos exercícios/atividades propostos, de forma que receberão nota 0 (zero), os acadêmicos cujos trabalhos e provas apresentarem sinais de cópia de outros acadêmicos, contiverem evidências de materiais retirados de meio digital, copiados de livros ou outras fontes de pesquisa sem a indicação bibliográfica, ou ainda o acadêmico que realizar consulta não autorizada ao material, em atividade de avaliação.
15. Após o início do semestre, poderão ser estabelecidos outros critérios de avaliação, sem prejuízo ao amplo e prévio conhecimento por parte dos acadêmicos.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Recomenda-se a leitura do Guia Acadêmico e da Legislação Institucional.

No 1° (primeiro) dia de aula será discutido o presente plano de ensino, que poderá ser modificado, a qualquer tempo, no curso da disciplina. Caso isso ocorra, os acadêmicos serão comunicados.

Para que o(a) acadêmico(a) atinja os objetivos propostos, é importante que: acompanhe as atividades da disciplina através das aulas e da realização da leitura dos textos correspondentes aos temas tratados, fazendo o respectivo fichamento e anotando as dúvidas para discuti-las em sala de aula; esteja atualizado com as atividades de sala de aula; exponha suas dificuldades ao professor e busque fontes suplementares de pesquisa; realize as leituras e as atividades didáticas de acordo com as técnicas e os métodos de elaboração científica, cujo conteúdo é objeto de disciplina específica.

As chamadas (frequência) serão feitas sempre 20 (vinte) minutos após o início das aulas. O acadêmico que ingressar na sala de aula após a chamada, deverá aguardar o término da aula para requisitar, quando for o caso, sua presença parcial.

As justificativas de faltas serão aceitas SOMENTE mediante prévio processo administrativo deferido.

A 2.ª chamada (exercícios e avaliações) - desde que efetuado e deferido o processo de justificativa - poderá ser realizada de forma escrita ou oral, a critério do professor (SEMPRE NA ÚLTIMA AULA DO SEMESTRE, SEM EXCEÇÃO, NA MODALIDADE ESCRITA. A ENTREGA DOS ESTUDOS DE CASOS EM DATA POSTERIOR A FIXADA PELO DOCENTE IMPLICARÁ NA PERDA DE PONTUAÇÃO, OU SEJA, 0,5 POR DIA DE ATRASO. O NÃO COMPARECIMENTO AO SEMINÁRIO IMPLICARÁ NA ELABORAÇÃO DE TRABALHO INDIVIDUAL MANUSCRITO).

AS PROVAS ESCRITAS (PROVA LEGAL) SERÃO TODAS CUMULATIVAS E SEM CONSULTA.

Não é permitido qualquer tipo de gravação (de imagem ou som) das aulas ministradas.

Não havendo, eventualmente, aula em alguma data estabelecida no referido plano, a atividade passará para o dia de aula da disciplina imediatamente posterior.

A bibliografia indicada não exaure a gama de obras (livros, trabalhos acadêmicos, artigos, periódicos, etc.) que tratam sobre a matéria, servindo como mero referencial a(o) acadêmico(a), que pode (e deve) ser complementado.

Outras referências bibliográficas poderão ser indicadas pelo professor, conforme a evolução do conteúdo e necessidade de aprofundamento dos estudos. Além disso, os acadêmicos deverão ter a diligência necessária para aprofundar seus estudos com obras e legislação atualizadas.

Será indispensável ao acadêmico o manuseio da legislação pertinente durante as aulas e a leitura prévia dos conteúdos e/ou textos indicados.

Considerando que o direito não é estático e sim dinâmico, o acadêmico deverá estar atento às constantes alterações da legislação.

Eventual material de apoio disponibilizado será considerado como conteúdo para fins de avaliação.

Não será permitido o uso de computador/ tablet / celulares e/ou similares durante a realização das avaliações, salvo nos casos de orientação expressa do professor. Nestes dias, caso seja permitida alguma consulta, o(a) acadêmico(a) deverá trazer legislação (ou outro material) impressa em papel.

DE 5 A 9 DE JUNHO DE 2017 será realizada a Semana de Iniciação Científica. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso o professor componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pelo professor. Outros casos de participação serão acordados com o professor da aula que coincide com a referida banca.

O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com este Professor ou com a Coordenação para entender como participar.

Durante o semestre será realizada Visita Técnica a determinados órgãos públicos, assim como aula em laboratório de informática para a prática da pesquisa jurídica em sites da internet que sejam repositórios oficiais de jurisprudência.

O Grupo de Pesquisa Paideia incentiva há 13 anos a pesquisa no CEJURPS, instigando a comunidade acadêmica no desenvolvimento da pesquisa jurídica com grupos de estudos e participação em editais, como PROBIC, PIBIC, art. 171 (CESC), entre outros.

O docente desta cadeira coordena Grupo de Estudos em Direito Administrativo. Alunos interessados podem entrar em contato diretamente com o professor e o NUPEX.
EMAIL PARA CONTATO COM O PROFESSOR: alexandrepriess@hotmail.com

Cronograma Resumido (PODERÁ SER ALTERADO, MEDIANTE COMUNICAÇÃO DO DOCENTE EM SALA DE AULA).

1 - 22/2 - Apresentação da Disciplina - Exposição do Plano de Ensino - Introdução ao Direito Administrativo e Princípios
2 - 8/3 - Princípios
3 - 15/3 - Administração Pública
4 - 22/3 - Ato Administrativo
5 - 29/3 - Estudo de Caso (peso 1)
6 - 5/4 - M1 - Prova Legal (peso 3)

7 - 12/4 - Poderes da Administração (com discussão da Lei 9.795/99, Política Nacional de Educação Ambiental)
8 - 19/4 - Poderes da Administração (OSI)
9 - 26/4 - Servidor Público (com discussão da Lei 11.645/08, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena) - Exercício
10 - 3/5 - Servidor Público (com discussão da Lei 11.645/08, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena)
11 - 10/5 - Estudo de Caso (peso 1)
12 - 17/5 - M2 - Prova Legal (peso 3)

13 - 24/5 - Seminário - Intervenção Estatal (peso 1)
14 - 31/5 - Seminário - Intervenção Estatal (peso 1)
15 - 7/6 - Semana de Iniciação Científica (SIC)
16 - 14/6 - Serviço Público - Exercício
17 - 21/6 - M3 - Prova Legal (peso 3)
18 - 28/6 - Devolutiva - Realização de provas legais atrasadas

Vídeo com "dicas" de como montar um seminário: https://youtu.be/YXRKnbDRd4I

Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova Legal * 3,00 + Estudo de Caso * 1,00) / 4,00
M2 = (Prova Legal * 3,00 + Estudo de Caso * 1,00) / 4,00
M3 = (Seminário * 1,00 + Prova Legal * 3,00) / 4,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1718 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Professor(es): MURILO JUSTINO BARCELOS

Período: 8º	Ano/Sem.: 2017 / 1 Classe: 2
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Conhecer os procedimentos especiais, bem como as exceções destacadas no código dentro de critérios de contenciosidade e de jurisdição voluntária, possibilitando a análise crítica e o raciocínio jurídico para sua aplicação prática.

EMENTA

Dos Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa. Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária. Procedimentos Especiais previstos em legislação esparsa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 54 h.a. + Total C.H. Avaliações: 18 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Fornecer uma visão crítica do processo, destacando sua instrumentalidade e implementando aspectos elementares atinentes aos procedimentos de jurisdição contenciosa.	UNIDADE 1 - Dos Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa. 1. Aspectos gerais dos procedimentos especiais 2. Procedimentos Especiais e Novo CPC 3. Consignação em Pagamento - Judicial e extrajudicial 4. Ação de exigir contas 5. Procedimentos Especiais 6. Ações Possessórias. Ação de Divisão e Demarcação de Terras. 7. Ação de Dissolução Parcial de Sociedade. Inventário. 8. Embargos de Terceiro. Oposição. 9. Ações de Família. Ação Monitória.	32 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialógica, com análise de legislação, jurisprudencial e casos concretos.	M1: Avaliação 1 - Prova Escrita (Peso: 3,00) Objetividade. Esclarecimento nos questionamentos. M1: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS: situação problema selecionad pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. A soma de todas as atividades realizadas durante a M1 formarão a nota. A não realização de atividade, não possibilitará reposição. As atividade se encerarão no dia 24/03/2017. M2: Avaliação 2 - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva. Não será permitida nenhuma forma de consulta. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova. M2: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS: situação problema selecionad pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. A soma de todas as atividades realizadas durante a M1 formarão a nota. A não realização de atividade, não possibilitará reposição. A última atividade será realizada no dia 19/05/2017. M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE	(1) (2) (3) (4) (6)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				PROBLEMAS: situação problema selecionad pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. A soma de todas as atividades realizadas durante a M1 formarão a nota. A não realização de atividade, não possibilitará reposição. A última atividade será realizada no dia 30/06/2017. M3: Prova no 17º Encontro - 06/07 - Prova Escrita (Peso: 3,00) Objetividade, domínio do conteúdo, argumentação do acadêmico.	
Desenvolver no acadêmico, sob o aspecto teórico, noções fundamentais atinentes aos procedimentos de jurisdição voluntária.	UNIDADE 2 - Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária. 1. Jurisdição Voluntária - aspectos gerais 2. Divórcio. Testamentos e Codicilos. Herança Jacente. 3. Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária 4. Interdição	14 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialógica, com análise de legislação, jurisprudencial e casos concretos.	M2: Avaliação 2 - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva. Não será permitida nenhuma forma de consulta. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova. M2: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS: situação problema selecionad pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. A soma de todas as atividades realizadas durante a M1 formarão a nota. A não realização de atividade, não possibilitará reposição. A última atividade será realizada no dia 19/05/2017. M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS: situação problema selecionad pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. A soma de todas as atividades realizadas durante a M1 formarão a nota. A não realização de atividade, não possibilitará reposição. A última atividade será realizada no dia 30/06/2017. M3: Prova no 17º Encontro - 06/07 - Prova Escrita (Peso: 3,00) Objetividade, domínio do conteúdo, argumentação do acadêmico.	(1) (2) (3) (4) (6)
Estimular o aluno para o desenvolvimento de sua capacidade reflexiva, nos procedimentos especiais previstos em legislação esparsa.	UNIDADE 3 - Procedimentos Especiais previstos em legislação esparsa. 1. Ações da Lei do Inquilinato 2. Procedimentos Especiais	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialógica, com análise de legislação, jurisprudencial e casos concretos.	M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS: situação problema selecionad pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. A soma de todas as atividades realizadas durante a M1 formarão a nota. A	(1) (2) (3) (4) (6)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				não realização de atividade, não possibilitará reposição. A última atividade será realizada no dia 30/06/2017. M3: Prova no 17º Encontro - 06/07 - Prova Escrita (Peso: 3,00) Objetividade, domínio do conteúdo, argumentação do acadêmico.	

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de processo civil 5: procedimentos especiais : procedimentos especiais do CPC e de leis extravagantes, ações constitucionais, ações coletivas, juizados especiais cíveis, arbitragem. 5. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2014. 396 p. (Curso de processo civil ; 5). ISBN 9788520351444 (v.5).

(2) THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil 3: procedimentos especiais. 46. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, c2014. xxvii, 644 p. ISBN 9788530952938.

(3) WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil 3: processo cautelar e procedimentos especiais. 13. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2014. 462 p. ISBN 9788520351406 (v.3).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. Volume 3. 12. ed. rev. atual. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2007. 660 p. ISBN 9788537500262.

(5) MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil 3: medidas de urgência, tutela antecipada e ação cautelar, procedimentos especiais. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011. xxv, 498 p. ISBN 9788522462506.

(6) NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. Volume único. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Método, 2014. liv, 1674 p. ISBN 9788530952549.

(7) BUENO, Cássio Scarpinella. Novo código de processo civil anotado. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017. 1112 p. ISBN 9788547215613.

(8) NUNES, Elpídio Donizetti. Curso didático de direito processual civil. 18. ed. rev., ampl. e atual. especialmente de acordo com a Lei n. 12.810/2013 (art. 285-B, do CPC), e com a jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores até o REsp 1.347.627/SP, julgado em 09/10/2013. São Paulo, SP: Atlas, 2014. xlvii, 1612 p. ISBN 9788522487455.

(9) NUNES, Elpídio Donizetti. Novo Código de Processo Civil comparado: CPC/73 para o NCPC e NCPC para o CPC/73: contém legenda das modificações. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. ix, 950 p. ISBN 9788522499762.

(10) NUNES, Dierle José Coelho; SILVA, Natanael Lud Santos e. CPC referenciado lei 13.105/2015. 1. ed. Florianópolis, SC: Empório do Direito, 2015. 286 p. ISBN 9788568972090.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Para fins da avaliação da aprendizagem individual de cada aluno serão adotados os critérios de

avaliação definidos neste Plano de Ensino, conforme cada atividade (individual ou grupal) e levando-se em consideração o instrumento de avaliação utilizado.

MÉDIA 1:

SOLUÇÃO DE PROBLEMAS: situação problema selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou em grupos) no término de cada aula, podendo ter uma atividade com maior peso na semana anterior a prova escrita sem consulta da M1.
Data das atividades, até: 24/03/2017
Peso da atividade: peso 1.

AVALIAÇÃO ESCRITA: Prova com questões objetivas e/ou subjetivas.
Data: 31/03/2017
Peso da atividade: peso 3.
Conteúdo: a ser informado pelo professor, conforme o desenvolvimento das unidades de ensino.

MÉDIA 2:

SOLUÇÃO DE PROBLEMAS: situação problema selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou em grupo) no término de cada aula, com atividade de maior peso na semana anterior a prova escrita sem consulta da M2.
Data das atividades, até: 19/05/2017.
Peso da atividade: peso 1.

AVALIAÇÃO ESCRITA: Prova com questões objetivas e/ou subjetivas.
Data: 26/05/2017.
Peso da atividade: peso 3.
Conteúdo: a ser informado pelo professor, conforme o desenvolvimento das unidades de ensino.

MÉDIA 3:

SOLUÇÃO DE PROBLEMAS: situação problema selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou em grupo) no término de cada aula, com atividade de maior peso na semana anterior a prova escrita sem consulta da M3.
Data das atividades, até: 30/06/2017.
Peso da atividade: peso 1.

AVALIAÇÃO ESCRITA: Prova com questões objetivas e/ou subjetivas.
Data: 06/07 (Encontro Adiantado - Quinta Feira).
Peso da atividade: peso 3.
Conteúdo: a ser informado pelo professor, conforme o desenvolvimento das unidades de ensino.

Aula Devolutiva e Resoluções de Pendências: 07/07/2017 - 18º Encontro.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1) ESTE PLANO DE ENSINO PODERÁ SOFRER ALTERAÇÕES DE ACORDO COM O DESENVOLVIMENTO DAS AULAS,

DISPONIBILIDADE DE TEMPO E IMPORTÂNCIA DOS CONTEÚDOS, BEM COMO LEVARÁ EM CONSIDERAÇÃO AS NOVAS REFORMULAÇÕES DAS EMENTAS DA DISCIPLINA.

2) Realização de Formatura - 05 de agosto de 2017 - às 18:00 horas, Maria's Camboriú.

3) Semana de Iniciação Científica iniciada em 05/06/2017.

4) Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.

5) As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

6) O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com seus Professores, com a Coordenação e NUPEX.

7) O AMBIENTE "MATERIAL DIDÁTICO" SERÁ UTILIZADO COMO FERRAMENTA DE APOIO PARA AS AULAS, não esgotando as leituras que deverão ser realizadas pelos Discentes antes das aulas.

São objetivos da docente desta disciplina:
a) incentivar o aluno a ter uma visão crítica do Direito propiciando a criação de raciocínio jurídico;
b) o conhecimento deve ser construído conjuntamente pelo Professor e aluno;
c) utilizar a legislação, doutrina e jurisprudência na criação e transmissão do conhecimento;
d) sempre que possível fazer uso da interdisciplinaridade;
e) abordar sobre as soluções não jurisdicionais dos conflitos de interesse;
f) eliminação de atitudes autoritárias e estímulo ao diálogo,
g) incentivar os alunos a participarem de grupos de estudos, seminários, congressos, concursos de monografias, semanas científicas, artigos científicos, etc.;
h) abordar sempre que possível a importância dos estágios, da realização da monografia ao final do curso, Exames da OAB e demais concursos jurídicos;
i) estimular a pesquisa e a leitura.

Observações importantes:
a) Durante o presente semestre duas aulas poderão ser utilizadas para atividades de extensão de maneira previamente ajustada entre o Docente e Discentes.
b) os horários das aulas deverão ser obedecidos rigorosamente pelos alunos e pelo Professor;
c) o controle de frequência será feito pelo Professor da disciplina, de forma verbal e individual, através do Diário On Line (conforme normas da Universidade) sendo de inteira responsabilidade do aluno o seu controle;

d) não haverá abono de faltas, salvo nos casos previstos e autorizados pelo Regimento da Universidade;
e) NÃO será permitido o uso de aparelhos de telefone celular no interior da sala durante o desenvolvimento das aulas.
f) os pedidos de revisão de provas e justificativa de faltas deverão ser feitos na forma regimental.
g) os pedidos regulamentares de segunda chamada de prova se realizarão no 18º encontro.
h) qualquer tentativa de uso ou uso efetivo de meios ilícitos de consulta nas provas acarretará nota
ZERO ao acadêmico infrator.
i) Não é permitido qualquer tipo de captura de fotos ou filmagens durante as aulas.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Avaliação 1 * 3,00 + Atividade Curricular * 1,00) / 4,00
M2 = (Avaliação 2 * 3,00 + Atividade Curricular * 1,00) / 4,00
M3 = (Atividade Curricular * 1,00 + Prova no 17º Encontro - 06/07 * 3,00) / 4,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 5840 - AÇÕES CONSTITUCIONAIS

Professor(es): LUCIENE DAL RI

Período: 10º	Ano/Sem.: 2017 / 1 Classe: 1
CH Teórica: 15 (18 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 15 (18 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 1

OBJETIVO GERAL

Compreender as ações constitucionais como instrumento de controle do poder público, em específico as de controle de constitucionalidade.

EMENTA

Ações Constitucionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 15 h.a. + Total C.H. Avaliações: 3 h.a. = 18 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Compreender o controle de constitucionalidade repressivo, realizado pelo poder judiciário.	UNIDADE 1 - Ações Constitucionais. 1. Ações Constitucionais	15 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada, e apresentação de seminários.	M1: estudo de caso - Estudo de Caso (Peso: 1,00) M2: Seminário - Seminário (Peso: 1,00) M3: Relatório - Relatório (Peso: 1,00)	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) BRANDÃO, Paulo de Tarso. Ações constitucionais: novos direitos e acesso a justiça. Florianópolis, SC: Habitus, [2006]. 319 p. ISBN 8598304360.

(2) BUENO, Cássio Scarpinella; DIDIER JUNIOR, Fredie. Ações constitucionais. 6. ed. rev., ampl. e atual. Salvador, BA: Editora Juspodivm, 2012. 730 p. ISBN 8577616193.

(3) DIDIER JUNIOR, Fredie. Ações constitucionais. 5. ed. rev. ampl. e atual. Salvador, BA: Editora Juspodivm, 2011. 704 p. ISBN 8577614271.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. 22. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2011. 703 p. ISBN 9788574208237.

(5) BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 27. ed. atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2012. 862 p. ISBN 9788539201129.

(6) BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional. 7. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 1685 p. ISBN 9788502173828.

(7) CARVALHO, Kildare Goncalves. Direito constitucional: teoria do estado e da constituição, direito constitucional positivo. 17. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte, MG: Del Rey, 2011. xxvi, 1356 p. ISBN 9788538401551.

(8) LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 18. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 1452 p. ISBN 9788502214545.

(9) MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 7. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 1592 p. + 1 CD-ROM ISBN 9788502155060.

(10) MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 29. ed. rev e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2013. xxvii, 940 p. ISBN 9788522476527.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1. Participação oral em debates em sala de aula.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Este plano de ensino poderá ser alterado durante o semestre.

- Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004 e de Educação em Direitos Humanos.
- As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.
- O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.
- Semana de iniciação científica: 05 a 09/06/2017.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3

M1 = (estudo de caso * 1,00) / 1,00

M2 = (Seminário * 1,00) / 1,00

M3 = (Relatório * 1,00) / 1,00

Média Final = 6,00

Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 202 - DIREITO

Disciplina: 6994 - CONSTITUIÇÃO E PODER LEGISLATIVO

Professor(es): MARCOS LEITE GARCIA

Período: 10º	Ano/Sem.: 2017 / 1 Classe: 1
CH Teórica: 15 (18 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 15 (18 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 1

OBJETIVO GERAL

- Compreender as principais questões constitucionais relacionadas com o Poder Legislativo

EMENTA

Constituição e Poder Legislativo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 15 h.a. + Total C.H. Avaliações: 3 h.a. = 18 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
- Identificar, classificar e interpretar as principais questões do Poder Legislativo.	UNIDADE 1 - Constituição e Poder Legislativo 1. História do parlamento. Especial referências às questões étnico-raciais (inclusão afro-brasileira e indígena). 2. Direitos Políticos: o cidadão perante o Estado 3. Eleições: constituição e legislação eleitoral 4. O mandato parlamentar 5. Questões atuais do Parlamento brasileiro	15 h/a 0 h/ext	-Aula expositiva. -Implementação do estudo proposto por intermédio da leitura. -Apresentação e discussão dos textos indicados.	M1: Av. 01 - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) M2: Av. 02 - Seminário (Peso: 1,00) M3: Av. 03 - Relatório (Peso: 1,00)	(1) (2) (3) (4)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) DECOMAIN, Pedro Roberto; PRADE, Péricles, 1942-. Comentários ao código eleitoral. São Paulo, SP: Editora Dialética, 2004. 476 p. ISBN 8575001175.

(2) RAMAYANA, Marcos. Direito eleitoral. 6. ed. rev. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2006. 664 p. ISBN 85-7626-187-1.

(3) NICOLAU, Jairo Marconi. Sistemas eleitorais. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Ed. da FGV, 2004. 111 p. ISBN 852250492X.

(4) FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Do processo legislativo. 4. ed., atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2001. 299 p. ISBN 8502015567.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(5) PAVANELLO, Eluza Fabiana; MEZZAROBA, Orides. O partido e a representação politica no estado democratico brasileiro contemporaneo. 2003. 143f. Dissertação, Universidade do Vale do Itajai, 2003.

(6) MEZZAROBA, Orides. Introdução ao direito partidário brasileiro. 2. ed., rev. Rio de Janeiro,

RJ: Lumen Juris, 2004. 347 p. ISBN 8573873116.

(7) MEZZAROBA, Orides. Introdução ao direito partidário brasileiro. 2. ed., rev. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2004. 347 p. ISBN 8573873116.

(8) NICOLAU, Jairo Marconi. Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidario brasileiro : 1985-94. Rio de Janeiro, RJ: Ed. da FGV, 1996. 118p ISBN 852250203X (broch.).

(9) RAMAYANA, Marcos. Código eleitoral comentado. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Roma Victor, 2005. 732p. ISBN 8589127540.

(10) JARDIM, Torquato. Direito eleitoral positivo: conforme a nova lei eleitoral. 2. ed. Brasília, DF: Brasília Jurídica, 1998. 269 p.

(11) CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua. Direito eleitoral brasileiro: o Ministerio Publico Eleitoral, as eleicoes em face da Lei 9.504/97. Belo Horizonte, MG: Del Rey, 2000. 480p il ISBN 8573084103 (broch.).

(12) BARRETTO, Lauro. Propaganda política & direito processual eleitoral. 1. ed. São Paulo, SP: EDIPRO, 2004. 236 p. ISBN 8572834729.

(13) CANTO, João Affonso da Camera; PERIN, Lieverson Luiz. Direito eleitoral nas eleições municipais: questões práticas. 1. ed. Porto Alegre, RS: Imprensa Livre, 2004. 134 p. ISBN 8586646624.

(14) CÂNDIDO, Joel José. Direito eleitoral brasileiro. 11. ed. rev. atual. São Paulo, SP: EDIPRO, 2004. 608 p. ISBN 8572835377.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Texto para leitura dirigida:

CALIMAN, Auro Augusto. Mandato parlamentar. São Paulo: Atlas, 2005.

Os acadêmicos também serão avaliados segundo os seguintes critérios:

1 - Nota subjetiva de participação e/ou demonstração de interesse nas aulas.

2 - Nota por apresentação oral, por grupos, e participação nos debates subseqüentes, com o seguinte esquema operacional:

a) Os acadêmicos, para a avaliação oral, serão divididos em 04 (quatro) ou 05 (cinco) grupos.

- Participação presencial nas duas primeiras unidades, apresentação de seminário e participação ativa nos debates.
atividades):

As avaliações abordaram todos os conteúdos apreendidos na disciplina segundo os seguintes critérios:

Aplicação de conceitos básicos; Clareza na descrição; Riqueza de argumentação; Julgamento pertinente; Coerência

nas conclusões; Correta utilização da terminologia jurídica; Uso correto do idioma nacional

b) Cada grupo será encarregado de desenvolver apresentação de tema específico, determinado pelo professor.

c) Cada grupo terá um apresentador para o tema, que o fará em, até, 20 (vinte) minutos.

d) Os demais componentes do grupo poderão ser questionados oralmente pelo professor, após a apresentação.

e) Os demais alunos serão avaliados pela participação nos debates subseqüentes.

OBSERVAÇÕES GERAIS

- Este plano poderá ser alterado por razões de ordem didático-pedagócica.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Av. 01 * 1,00) / 1,00
M2 = (Av. 02 * 1,00) / 1,00
M3 = (Av. 03 * 1,00) / 1,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 8739 - FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA

Professor(es): RAFAEL PADILHA DOS SANTOS

Período: 9º	Ano/Sem.: 2017 / 1 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Estudar os fundamentos filosóficos do Direito perpassando a História da Filosofia, fornecendo as bases para a reflexão, interpretação e argumentação filosóficas. Analisar os pressupostos filosóficos do Direito, refletindo sobre o fenômeno jurídico e os problemas fundamentais do Direito, estudando criticamente a experiência jurídica.

EMENTA

Noções gerais de filosofia. Correntes da filosofia jurídica. Ética, Justiça e Direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Contextualizar a origem da filosofia e definir seus elementos caracterizadores. Entender a importância da filosofia ao operador do Direito. Tratar aspectos destacados dos clássicos da filosofia que fornecem fundamentos para a compreensão do Direito, percorrendo os períodos da filosofia antiga, filosofia medieval, filosofia moderna e filosofia contemporânea.	UNIDADE 1 - Noções gerais de filosofia. 1. Origem da Filosofia 2. Temas destacados de filosofia geral: linguagem, ciência e conhecimento 3. A filosofia e a ciência jurídica 4. Aspectos destacados da histórica do pensamento filosófico: filosofia antiga, medieval, moderna e contemporânea	22 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada. Apresentação de esquema conceitual e de relações com a atualidade jurídica. Leitura investigativa de texto indicado. Leitura investigativa de texto indicado. Discussão sobre casos hipotéticos e verídicos.	M1: Trabalho em Grupo - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Domínio e identificação conceitual, raciocínio lógico na descrição das ideias, análise consistente dos destaques e capacidade e profundidade de argumentação. M1: Prova - Prova Escrita (Peso: 3,00) Domínio e identificação conceitual, raciocínio lógico na descrição das ideias, análise consistente dos destaques e capacidade e profundidade de argumentação M2: Trabalho em Grupo - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Domínio e identificação conceitual, raciocínio lógico na descrição das ideias, análise consistente dos destaques e capacidade e profundidade de argumentação.	(3) (4) (5) (6) (7) (11)
Conhecer as bases do pensamento filosófico sobre Justiça. Analisar os elementos característicos do Jusnaturalismo e do Positivismo Jurídico. Realizar uma análise crítica do Positivismo Jurídico. Trabalhar sobre o esforço Pós-positivista contemporâneo, revelando as contribuições do Pós-positivismo.	UNIDADE 2 - Correntes da filosofia jurídica. 1. O direito nas correntes filosóficas gregas 2. O direito nas correntes filosóficas romanas 3. O direito nas correntes filosóficas medievais: patrística e escolástica 4. O direito e o Jusnaturalismo 5. O Positivismo Jurídico 6. O Pós-positivismo	34 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada. Apresentação de esquema conceitual e de relações com a atualidade jurídica. Leitura investigativa de texto indicado. Leitura investigativa de texto indicado. Discussão sobre casos hipotéticos e verídicos.	M1: Prova - Prova Escrita (Peso: 3,00) Domínio e identificação conceitual, raciocínio lógico na descrição das ideias, análise consistente dos destaques e capacidade e profundidade de argumentação M2: Trabalho em Grupo - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Domínio e identificação conceitual, raciocínio lógico na descrição das ideias, análise consistente dos destaques e capacidade e profundidade de argumentação. M2: Prova - Outros Instrumentos (Peso: 2,00) Domínio e identificação conceitual, raciocínio lógico na descrição das ideias, análise consistente dos destaques e capacidade e profundidade de argumentação M3: Trabalho em Grupo - Outros	(1) (2) (8) (9) (10) (11) (12)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				Instrumentos (Peso: 1,00) Domínio e identificação conceitual, raciocínio lógico na descrição das ideias, análise consistente dos destaques e capacidade e profundidade de argumentação. M3: Prova - Prova Escrita (Peso: 2,00) Domínio e identificação conceitual, raciocínio lógico na descrição das ideias, análise consistente dos destaques e capacidade e profundidade de argumentação	
Contextualizar a discussão conceitual entre Ética e Moral; Justiça e Direito. Relacionar os conceitos de Ética, Moral, Justiça e Direito.	UNIDADE 3 - Ética, Justiça e Direito. 1. Discussão conceitual: Ética, Justiça e Direito 2. Relacionamento entre Ética, Justiça e Direito	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada. Apresentação de esquema conceitual e de relações com a atualidade jurídica. Leitura investigativa de texto indicado. Leitura investigativa de texto indicado. Discussão sobre casos hipotéticos e verídicos.	M3: Trabalho em Grupo - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Domínio e identificação conceitual, raciocínio lógico na descrição das ideias, análise consistente dos destaques e capacidade e profundidade de argumentação. M3: Prova - Prova Escrita (Peso: 2,00) Domínio e identificação conceitual, raciocínio lógico na descrição das ideias, análise consistente dos destaques e capacidade e profundidade de argumentação	(2) (8) (10) (11)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(2) BITTAR, Eduardo C. B; ALMEIDA, Guilherme Assis de. Curso de filosofia do direito. 7. ed. rev. aum. São Paulo, SP: Atlas, 2009. 698 p. ISBN 9788522453283.

(3) REALE, Giovanni. Historia da filosofia antiga. 9.ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1994. v.4 ISBN 8515008491 : (Enc.).

(11) ZANON JUNIOR, Orlando Luiz. Curso de filosofia jurídica. Florianópolis, SC: Empório do Direito, 2016. 370 p. ISBN 9788568972564.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(1) BITTAR, Eduardo C. B. Democracia, justiça e direitos humanos: estudos de teoria crítica e filosofia do direito. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 268 p. ISBN 9788502102712.

(4) Aristóteles. Ética a Nicômaco: texto integral. 4. ed. São Paulo, SP: M. Claret, 2001. 241 p. (Coleção a obra-prima de cada autor ; 53). ISBN 8572324305.

(5) Platão. A república. 8. ed. Lisboa [Portugal]: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. ISBN 9723105098.

(6) Platão. Apologia de Socrates: Banquete. São Paulo, SP: M. Claret, c1999. 175p (A obra-prima de cada autor (M. Claret)) ISBN 8572323392.

(7) CHAUÍ, Marilena de Sousa. Convite à filosofia. 14. ed. São Paulo, SP: Ática, 2012. 520 p. ISBN 9788508134694 (aluno).

(8) CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de filosofia do direito. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2000. vi, 273 p. ISBN 8530910427.

(9) DE CICCO, Claudio. História do pensamento jurídico e da filosofia do direito. 3. ed. reform. São Paulo, SP: Saraiva, 2006. xx, 313 p. ISBN 8502055291.

(10) REALE, Miguel. Filosofia do direito. 20. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2002. xxviii, 749 p. ISBN 9788502041479.

(12) BITTAR, Eduardo C. B. Teorias sobre a justica: apontamentos para a historia da filosofia do direito. São Paulo, SP: Editora Juarez de Oliveira, 2000. 236p ISBN 8574531367 (broch.).

(13) SANDEL, Michael. Justiça: o que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Pontualidade, assiduidade e permanência em sala de aula.
- Participação oral com intervenções, questionamentos, observações pertinentes ao tema.
- Posse e utilização, em sala de aula, do material solicitado para desenvolvimento dos conteúdos.
- Cumprimento das leituras recomendadas, com antecedência.
- Domínio, identificação e aplicação dos conceitos científicos estudados em situações concretas.
- Capacidade de raciocínio do acadêmico na aplicação do Direito, no caso de ausência ou lacuna da norma jurídica.
- Raciocínio lógico na descrição de ideias e viabilidade dos estudos realizados.
- Riqueza e clareza na argumentação escrita e oral, bem como capacidade de síntese das ideias.
- Observância da norma padrão da língua portuguesa.
- Identificação dos pressupostos fundamentais à temática.
- Comportamento ético condizente com o estágio já alcançado dentro da grade do curso, e o nível de maturidade desejável dos acadêmicos.
- Postura acadêmica que compreende: não usar celular dentro da sala e durante as aulas; não interromper os momentos de estudos e de concentração com conversas paralelas, saídas e entradas desnecessárias durante as aulas, consumo de alimentos ou bebidas em sala de aula.
- Observância das orientações formais dos exercícios/atividades propostos, de forma que receberão nota 0 (zero), os acadêmicos cujos trabalhos e provas apresentarem sinais de cópia de outros acadêmicos, contiverem evidências de materiais retirados de meio digital, copiados de livros ou outras fontes de pesquisa sem a indicação bibliográfica, ou ainda o acadêmico que realizar consulta não autorizada ao material, em atividade de avaliação.
- O uso de notebook e similares em sala da aula seguirá as orientações específicas do docente, conforme a situação ou atividade desenvolvida em sala de aula.
- Após o início do semestre, poderão ser estabelecidos outros critérios de avaliação, sem prejuízo ao amplo e prévio conhecimento por parte dos acadêmicos.
- O plano está sujeito a alterações ao longo do semestre.
- Critérios de avaliação: criatividade, domínio conceitual, reflexividade, criticidade, uso das normas cultas e com base no caderno de elaboração de trabalhos acadêmico-científicos da UNIVALI.

OBSERVAÇÕES GERAIS

- As datas de provas e trabalhos serão marcados em sala, com até uma semana de antecedência. As datas das provas informadas pelo sistema intranet do acadêmico são previsões estimativas, sujeitas a confirmação presencial em sala de aula.
- Recomenda-se a leitura do Guia Acadêmico e da Legislação Institucional.
- No 1.° (primeiro) dia de aula será discutido o presente plano de ensino, que poderá ser modificado, a qualquer tempo, no curso da disciplina. Caso isso ocorra, os acadêmicos serão

comunicados.
- Para que o(a) acadêmico(a) atinja os objetivos propostos, é importante que: acompanhe as atividades da disciplina por meio das aulas e da realização da leitura dos textos correspondentes aos temas tratados, fazendo o respectivo fichamento e anotando as dúvidas para discuti-las em sala de aula; esteja atualizado com as atividades de sala de aula; exponha suas dificuldades ao professor e busque fontes suplementares de pesquisa; realize as leituras e as atividades didáticas de acordo com as técnicas e os métodos de elaboração científica, cujo conteúdo é objeto de disciplina
específica.
- As justificativas de faltas serão aceitas somente mediante prévio processo administrativo deferido.
- A 2.ª chamada (exercícios e avaliações) - desde que efetuado e deferido o processo de justificativa - poderá ser realizada de forma escrita ou oral, a critério do professor.
- Não é permitido qualquer tipo de gravação (de imagem ou som) das aulas ministradas.
- Não havendo, eventualmente, aula em alguma data estabelecida no referido plano, a atividade passará para o dia de aula da disciplina imediatamente posterior.
- A bibliografia indicada não exaure a gama de obras (livros, trabalhos acadêmicos, artigos, periódicos, etc.) que tratam sobre a matéria, servindo como mero referencial a(o) acadêmico(a), que pode (e deve) ser complementado.
- Outras referências bibliográficas poderão ser indicadas pelo professor, conforme a evolução do conteúdo e necessidade de aprofundamento dos estudos. Além disso, os acadêmicos deverão ter a diligência necessária para aprofundar seus estudos com obras e legislação atualizadas.
- Será indispensável ao acadêmico o manuseio da legislação pertinente durante as aulas e a leitura prévia dos conteúdos e/ou textos indicados.
- Eventual material de apoio disponibilizado será considerado como conteúdo para fins de avaliação.
- Não será permitido o uso de computador/ tablet / celulares e/ou similares durante a realização das avaliações, salvo nos casos de orientação expressa do professor. Nestes dias, caso seja permitida alguma consulta, o(a) acadêmico(a) deverá trazer legislação (ou outro material) impressa em papel.
- Durante a Semana de Iniciação Científica, a participação discente, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório.
- Caso o professor componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pelo professor. Outros casos de participação serão acordados com o professor da aula que coincide com a referida banca.
- E-mail encaminhado ao docente será respondido de acordo com sua disponibilidade.
- A Semana de Iniciação Científica será no período de 05 a 09 de junho de 2017.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Trabalho em Grupo * 1,00 + Prova * 3,00) / 4,00
M2 = (Trabalho em Grupo * 1,00 + Prova * 2,00) / 3,00
M3 = (Trabalho em Grupo * 1,00 + Prova * 2,00) / 3,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 9941 - ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA II

Professor(es): ADRIANA CESÁRIO PEREIRA SANDRINI, JOSÉ SILVIO WOLF, DEBORA CRISTINA FREYTAG SCHEINKMANN, ANTONIO CARLOS CABRAL, CLAUDIO JOSE PINHEIRO, EDLAMAR PROVESI, LISIANE FERREIRA PIENIZ, MARISA SCHMITT SIQUEIRA MENDES, WANDERLEY GODOY JUNIOR e EMANUELA CRISTINA ANDRADE LACERDA

Período: 7º	Ano/Sem.: 2017 / 1 Classe: 1
CH Teórica: 0 (0 horas-aula) CH Prática: 60 (72 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Desenvolver atividades práticas relativas às técnicas forenses para aprimorar as competências adquiridas em sala de aula e necessárias ao ingresso às diferentes carreiras jurídicas. Vivenciar situações reais ou simuladas para integrar os conteúdos curriculares estudados no decorrer do curso e, tendo em vista a articulação da tríplice função universitária, com os processos formativos que se desenvolvem na convivência humana, ética e moral.

EMENTA

Processo Civil II: Fase Decisória (sentença), Recursal e Execução Civil. Processo Trabalhista I: Fase Postulatória (inicial e resposta do réu) e Fase Instrutória (especificação das provas e alegações finais). Atendimento Jurídico no Escritório Modelo de Advocacia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 61 h.a. + Total C.H. Avaliações: 11 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conhecer as diferentes fases do Processo Civil para aplicação no exercício jurídico.	UNIDADE 1 - Processo Civil II: Fase Decisória (sentença), Recursal e Execução Civil. 1. Decisão Interlocutória e Sentença 2. Apelação Cível 3. Apelação Cível 4. Agravo 5. Avaliação 6. Revisão Geral e Entrega de Relatórios	22 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada seguida de atividade a ser realizada no Laboratório de Prática Jurídica com vista a aplicação dos conhecimentos estudados e mediante a busca de solução dos problemas levantados na área do Direito Civil.	MPS: Peças Processuais Trabalho - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Uso adequado do vernáculo; Adequação da peça ao conteúdo proposto; Metodologia aplicada, lógica de exposição de conteúdo; Dispositivos legais utilizados e citações doutrinárias e jurisprudenciais. MPS: Peças Processuais Penais - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Juntada dos trabalhos produzidos; Uso adequado da metodologia recomendada para confecção do relatório MPR: Acompanhamento Processual - Relató (Peso: 3,00) Uso adequado do vernáculo; Adequação da peça ao conteúdo proposto; Metodologia aplicada; lógica de exposição das razões na peças produzida; Dispositivos legais utilizados, citação doutrinária e jurisprudencial. MPR: Atendimento Jurídico - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Uso adequado do vernáculo; Adequação da peça ao conteúdo proposto; Metodologia aplicada, lógica de exposição das razões na peça produzida; Dispositivos legais utilizados e citação dourinária e jurisprudencial.	(2) (5) (6) (8)
Conhecer as diferentes fases	UNIDADE 2 - Processo	19 h/a	Aula expositiva dialogada	MPS: Peças Processuais Trabalho - Outros	(4) (5)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
do Processo do Trabalho para aplicação no exercício jurídico.	Trabalhista I: Fase Postulatória (inicial e resposta do réu) e Fase Instrutória (especificação das provas e alegações finais) 1. petição inicial 2. petição inicial. Dano moral. Assédio Moral. Crimes raciais - Relações Étnico-Raciais e História Cultura Afro Brasileira, Africana e Indígena. 3. cálculos 4. contestação 5. avaliação 6. revisão geral e entrega do relatório	0 h/ext	seguida de atividade a ser realizada no Laboratório de Prática Jurídica com vista a aplicação dos conhecimentos estudados e mediante a busca de solução dos problemas levantados na área do Direito do trabalho	Instrumentos (Peso: 1,00) Uso adequado do vernáculo; Adequação da peça ao conteúdo proposto; Metodologia aplicada, lógica de exposição de conteúdo; Dispositivos legais utilizados e citações doutrinárias e jurisprudenciais. MPS: Peças Processuais Penais - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Juntada dos trabalhos produzidos; Uso adequado da metodologia recomendada para confecção do relatório	(6) (8)
O objetivo primordial do EMA é o pedagógico, sendo um laboratório prático no qual os alunos deverão desenvolver o conteúdo adquirido nas demais disciplinas do Curso, sob a orientação de professores, com o escopo de entrelaçar o conhecimento teórico e o prático, objetivando a consolidação de uma formação jurídica de qualidade. A segunda finalidade do Escritório Modelo, revestida de importância ético-social extremamente relevante, é a prestação de serviço à comunidade carente de Itajaí, mediante a atuação em processos judiciais e atendimento às consultas desta mesma coletividade.	UNIDADE 3 - Atendimento Jurídico no Escritório Modelo de Advocacia. 1. Atendimentos e Retornos 2. Peticionamento 3. Preparação e Realização de Audiências 4. Ativismo Forense 5. Processos Redistribuídos 6. Atividades da Advocacia Penal 7. Cumprimento de Prazos Processuais	20 h/a 0 h/ext	Atendimento humanista e ético à população de Itajaí, buscando efetiva prestação jurisdicional, desde a consulta, elaboração de peças processuais, acompanhamento forense e trânsito em julgado.	MPR: Acompanhamento Processual - Relató (Peso: 3,00) Uso adequado do vernáculo; Adequação da peça ao conteúdo proposto; Metodologia aplicada; lógica de exposição das razões na peças produzida; Dispositivos legais utilizados, citação doutrinária e jurisprudencial. MPR: Atendimento Jurídico - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Uso adequado do vernáculo; Adequação da peça ao conteúdo proposto; Metodologia aplicada, lógica de exposição das razões na peça produzida; Dispositivos legais utilizados e citação dourinária e jurisprudencial.	(1) (2) (3) (5) (6) (8)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(5) SARAIVA, Renato; MANFREDINI, Aryanna. Curso de direito processual do trabalho. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Método, 2013. xxii, 1034 p. ISBN 9788530944780.

(6) SARAIVA, Renato; MANFREDINI, Aryanna. Curso de direito processual do trabalho. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Método, 2013. xxii, 1034 p. ISBN 9788530944780.

(8) ALMEIDA, Amador Paes de. Curso prático de processo do trabalho: de acordo com a resolução n. 193/2013 (Súmula 392 do TST). 23. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 600 p. ISBN 9788502216761.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(1) JESUS, Damasio E. de. Código penal anotado. 21. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 1356 p. ISBN 9788502108134.

(2) LINHARES, Erick. Manual prático do juizado especial cível. 2. ed. rev. e atual. Curitiba, PR: Juruá Ed., 2012. 203 p. ISBN 9788536222653.

(3) NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2011. 1310 p. ISBN 9788520338964.

(4) SARAIVA, Renato; MANFREDINI, Aryanna. Curso de direito processual do trabalho. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Método, 2013. xxii, 1034 p. ISBN 9788530944780.

(7) O DIREITO e o processo do trabalho na sociedade contemporânea. São Paulo, SP: LTr, 2005. 389 p.

(9) MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de processo civil 5: procedimentos especiais : procedimentos especiais do CPC e de leis extravagantes, ações constitucionais, ações coletivas, juizados especiais cíveis, arbitragem. 5. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2014. 396 p. (Curso de processo civil ; 5). ISBN 9788520351444 (v.5).

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- O acadêmico será avaliado de acordo com o seu comprometimento no estudo do caso, no atendimento do cliente (quando no EMA), na elaboração da peça processual adequada e acompanhamento do processo.
- Frequência, pontualidade, assiduidade do acadêmico, bem como participação oral com intervenções, questionamentos e observações pertinentes ao tema.
- Posse e utilização, em sala de aula, do material solicitado para desenvolvimento dos conteúdos.
- Na avaliação dos trabalhos escritos e provas discursivas será avaliado pelo professor a capacidade de expressão do conteúdo, clareza na ordenação e exposição de ideias, lógica e coerência.
- Postura acadêmica que compreende: não usar celular dentro da sala e durante as aulas; não interromper os momentos de estudos e de concentração com conversas paralelas, saídas e entradas desnecessárias durante as aulas.
- Observância das orientações formais dos exercícios/atividades propostos, de forma que receberão nota 0 (zero), os acadêmicos cujos trabalhos e provas apresentarem sinais de cópia de outros acadêmicos, contiverem evidências de materiais retirados de meio digital, copiados de livros ou outras fontes de pesquisa sem a indicação bibliográfica, ou ainda o acadêmico que realizar consulta não autorizada ao material, em atividade de avaliação.

A avaliação da disciplina do EMA será lançada ao final do semestre, uma vez que a nota fica pendente às atividades desenvolvidas pelo acadêmico no acompanhamento do(s) processo(s) durante o semestre, tais como petições intermediárias, audiências e atendimentos ao cliente e respectiva apresentação do relatório. Portanto, a avaliação poderá oscilar para mais ou para menos, conforme artigo 15º do Regulamento do Estágio Obrigatório.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.

NORMAS GERAIS DO ESCRITÓRIO MODELO DE ADVOCACIA:

O objetivo primordial do EMA é o pedagógico, sendo um laboratório prático no qual os alunos

deverão desenvolver o conteúdo adquirido nas demais disciplinas do Curso, sob a orientação de professores, com o escopo de entrelaçar o conhecimento teórico e o prático, objetivando a consolidação de uma formação jurídica de qualidade. A segunda finalidade do Escritório Modelo, revestida de importância ético-social extremamente relevante, é a prestação de serviço à comunidade carente de Itajaí, mediante a atuação em processos extrajudiciais e judiciais, bem como atendimento às consultas desta mesma coletividade.

Para o aproveitamento adequado do Escritório Modelo, deverão os alunos cumprir as seguintes regras:

Missão do EMA
Conjugar o conhecimento jurídico teórico com o prático, pautando-se na ética e estendendo a mão à comunidade, optado prioritariamente pelo uso dos métodos adequados para solução dos conflitos.

Horário do EMA
Matutino - das 8h às 11h30min.
Vespertino - das 13h30min às 17h.
Noturno - das 19h às 22h30min.

Pontualidade e seus corolários
Atraso superior a 15 minutos importará em falta na primeira aula, sendo necessário o processo administrativo de justificativa e reposição de faltas, no prazo de três dias, com documentos comprobatórios da motivação.

- Após deferimento do processo administrativo para justificar a falta no EMA, o acadêmico deverá fazer um trabalho, cuja nota deverá ser igual ou superior a 7,0 (para justificar a falta) e, concomitantemente, agendar data e horário para a reposição da atividade no EMA, cuja presença é necessária.

Clientes - Triagem
Serão atendidos clientes que se vinculam ao caráter assistencial da Univali e aos requisitos legais para justiça gratuita.
A competência da causa deverá ser da Justiça Estadual, na Comarca de Itajaí, e Juizado Especial Federal, o que exclui demandas trabalhistas.

Por motivos éticos não são prestados serviços à parte contrária em ação patrocinada pelo EMA como advogados do Autor.

Passos e regras para o primeiro atendimento ao cliente
Preencher a Ficha de Triagem no PROJURIS, e submeter à apreciação do professor orientador para verificar se o EMA pode atender a demanda. Não sendo caso de atendimento pelo EMA, a orientação é para procurar um profissional, sem indicá-lo nominalmente, ou na hipótese de pessoa hipossuficiente, indicar a Defensoria Pública ou outra instituição que preste assistência jurídica gratuita, registrando tais informações no PROJURIS, para eventuais consultas posteriores.

Preencher a ficha de cadastro de forma completa;
Prestar os esclarecimentos iniciais ao cliente (estão pormenorizadas no quadro seguinte);
Preencher o Relatório dos fatos de forma pormenorizada e que outras pessoas compreendam os fatos ocorridos e qual a pretensão do cliente (inclusive quando apenas consulta);
Discutir com o professor orientador o encaminhamento a ser dado ao caso e solicitar ao cliente cópia dos documentos e demais provas necessárias;
Preencher procuração, declaração de hipossuficiência e termo de responsabilidade dos fatos alegados, e colher a assinatura do cliente quando o mesmo apresentar TODOS os documentos hábeis a propositura da ação.
Não receber qualquer documento quando ainda estiver faltando algum deles;
Havendo possibilidade de composição extrajudicial, deverá o aluno sugerir uma Mediação com as partes envolvidas, solicitando ao Professor Orientador que proceda ao agendamento;
Obs. Na hipótese de atendimento de clientes após o término do módulo EMA, o aluno deve agendar horário não conflitante com as demais disciplinas do NPJ e combinar previamente com o professor orientador para acompanhá-lo. O aluno que não observar a orientação anterior terá decréscimo em sua nota de participação.
Findo o atendimento, deverá o acadêmico solicitar ao professor orientador a autorização para liberar o cliente, bem como o encaminhamento administrativo para a pasta (arquivo morto/aguardar retorno, etc.);

Esclarecimentos iniciais ao cliente
O serviço do EMA é prestado por acadêmicos de Direito sob a supervisão de professores do Curso de Graduação em Direito regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil;
Sempre que houver alteração de endereço ou o número do seu telefone, deverá comunicar ao EMA, sob pena de renunciarmos ao mandato se não houver como contatá-lo;
O cliente deve informar imediatamente ao EMA o recebimento de qualquer comunicado oficial das autoridades judiciárias (intimação, citação ou notificação);,
O acadêmico deve informar o cliente, de maneira clara e inequívoca, quanto a eventuais riscos da sua pretensão e das consequências que poderão advir da demanda;

Para ciência do cliente acerca do andamento da ação (após a propositura da mesma), deve vir pessoalmente ao EMA a cada trinta dias, pois, por questões de segurança, não serão prestadas informações por telefone.

Atendimento de retorno do cliente
Ler na pasta do cliente no PROJURIS as solicitações feitas e verificar se elas foram atendidas;
Relatar o atendimento de retorno do cliente;
Verificar com o professor orientador o encaminhamento e, após, atualizar as informações no PROJURIS, relatando as providências a serem tomadas no processo;

Confecção de peças processuais
O objetivo a ser buscado pelo aluno (e exigido pelos professores) é o de construir a petição mais academicamente perfeita, observando-se desde os requisitos legais, até a qualidade da fundamentação e argumentação jurídicas;
Munido de cópia dos documentos do cliente, o aluno deverá elaborar a atividade (petição inicial/intermediária/parecer ou outro) no prazo estabelecido pelo professor, encaminhando ao

professor em sala ou por e-mail, que confirmará o recebimento;
Quando a atividade não envolver produção de peça, como por exemplo: comunicação da decisão judicial, a equipe deve informar sobre o cumprimento do prazo na pasta do cliente no EMA na secretaria e ao professor orientador.
Caso não haja alteração ou correção determinada pelo professor, a peça será protocolada; do contrário, a equipe será informada, para proceder às modificações;
Todas as petições deverão finalizar com o nome do professor e dos alunos que a elaboraram (sem assinatura do aluno), bem como o estágio e o turno ao qual pertencem, respeitando sempre, os impedimentos profissionais.

Tramitação da ação e acompanhamento processual
Com o atendimento, o cliente passará a estar vinculado à equipe; cabendo-lhes acompanhar o trâmite processual; cumprir os prazos através da elaboração de petições, comparecer às audiências designadas, dentre outros procedimentos que se fizerem necessários.
O andamento processual poderá e deverá ser obtido na página do Tribunal de Justiça de Santa Catarina: http://www.tjsc.jus.br
O aluno deve fazer seu cadastramento no E-Saj para poder ser inserido como assessor do Professor Orientador no sistema e assim ter acesso ao processo para acompanhamento.
Designada audiência, o acadêmico deverá comparecer ao EMA para preparação do processo que consiste em: a) estabelecer contato com o cliente para avisá-lo do ato processual esclarecendo o procedimento da audiência e seu conteúdo e; b) preferencialmente, marcar com o Professor responsável pelas audiências um horário para discutirem o caso, devendo também; c)preencher a ficha de preparação da pasta para audiência.
Em caso de impossibilidade de comparecimento o acadêmico deve justificar previamente e comprovar a impossibilidade, sob pena de sofrer os descontos correspondentes na sua nota.

Redistribuição de processos
Os acadêmicos receberão, por redistribuição, os processos das equipes que terminaram o EMA e deverão preencher um relatório de andamento processual para cada um dos processos recebidos, o qual será avaliado pelo professor. A partir da redistribuição, a equipe se torna responsável pelo processo até o término do oitavo período.

Comportamento
A boa educação, a ética, a linguagem, o tom de voz e vestuário adequados, deverão ser observados em todas as atividades do Escritório Modelo de Advocacia;
Os serviços prestados pelo EMA deverão ser realizados obedecendo as regras pertinentes ao sigilo profissional, nos termos dos arts. 25 a 27 do Código de Ética e Disciplina da OAB .

CUMPRIMENTO DE PRAZOS
O acadêmico está vinculado aos seus processos durante o sétimo e oitavo períodos. A sua obrigação e dever de cumprimento dos prazos processuais e de retorno dos clientes do Escritório Modelo de Advocacia é uma premissa inafastável. Assim, deverá estar vigilante e atento as informações publicadas pelo site www.tjsc.jus.br que se constitui em instrumento único de atualização processual e cientificação gerados pelo EMA, vez que se trata de casos reais, na qual o modelo de advocacia impõe uma conduta séria, respeitosa e honrada com as instituições e a sociedade.

A perda de qualquer prazo por parte do acadêmico implicará em séria diminuição da nota acadêmica, definida no plano de ensino da disciplina.

RELATÓRIO FINAL E TÉRMINO DAS ATIVIDADES NO EMA

Compreende-se por relatório final a apresentação e preenchimento do relatório em formulário próprio (o preenchimento deve ser digitado) disponível no material didático da disciplina (do ano em curso), o qual deverá conter, além das informações do(s) processo(s) que o acadêmico esteja vinculado, a assinatura do Professor responsável pelo processo e do acadêmico.
Ao ser apresentado o relatório o Professor atribuirá uma nota, que corresponde não só ao relatório devidamente preenchido mas ao cumprimento do acompanhamento do processo durante o período letivo, sendo descontados os pontos correspondentes ao não cumprimento das atividades conforme segue:

- Ausência em audiência, sem prévia, comprovada e deferida justificativa: desconto de 5 (cinco) pontos, para cada evento;
- Não elaboração de petições intermediárias no prazo fixado: desconto de 3 (três) pontos para cada evento;
- Descrição dos atos processuais no relatório em desacordo com o que de fato ocorreu no processo: desconto de 5 (cinco) pontos.
- Entrega do relatório para correção pelo Professor, fora do prazo, desconto de 50% da nota final.

A não entrega (postagem) do relatório nos termos acima, acarreta na atribuição de nota zero.
Deverá ser entregue um relatório para cada processo que o acadêmico acompanha.
O relatório é individual, e, ainda que o processo seja acompanhado por uma equipe de alunos, cada qual deverá entregar o(s) seu(s) relatório(s) individualmente.

ATENÇÃO PARA AS DATAS RELATIVAS A ENTREGA, CORREÇÃO E POSTAGEM DO RELATÓRIO:
Entrega na Secretaria do EMA: 07 a 14 de Junho
Prazo para Professores corrigirem: 15 a 23 de Junho
Prazo para Retirada na Secretaria do EMA pelos acadêmicos: 26 a 30 de Junho
Prazo para Postar no Material Didático: Até 07 de Julho.

A Semana de iniciação científica ocorrerá de 05 a 09 de Junho de 2017, sendo normais as aulas nesse período.

Ainda importante destacar alguns eventos e atividades que são oportunizadas pela Universidade:

Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal, os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.

As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

IMPORTANTE:
O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas.
Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(MPS+MPR)/2
MCIV = () / 0,00
MTRA = () / 0,00
MEMA = () / 0,00
MPS = (Peças Processuais Trabalho * 1,00 + Peças Processuais Penais * 1,00) / 2,00
MPR = (Acompanhamento Processual * 3,00 + Atendimento Jurídico * 1,00) / 4,00
Média Final = 7,00
Limite de Falta = 12%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 9946 - DIREITO ADMINISTRATIVO II

Professor(es): ALAN PINHEIRO DE PAULA

Período: 8º	Ano/Sem.: 2017 / 1 Classe: 1
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Entender o Direito Administrativo no contexto dogmático, ético e em suas implicações sociais, sob a perspectiva dos princípios e da doutrina Constitucional.

EMENTA

Licitação e contratos. Responsabilidade da administração. Lei de responsabilidade fiscal. Controle administrativo. Bens públicos. Responsabilidade civil da administração.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conhecer o processo licitatório e os contratos administrativos. Verificar a importância do referido procedimento para o Direito Administrativo e principalmente para o Estado brasileiro.	UNIDADE 1 - Licitação e contratos. 1. Conceito e finalidades 2. Princípios 3. Objeto e obrigatoriedade 4. Dispensa, inexigibilidade e procedimentos 5. Modalidades de licitação e sanções penais 6. Contratos administrativos	28 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto.	M2: Prova - Prova Escrita (Peso: 2,00) M2: Trabalho - Estudo de Caso (Peso: 1,00) 20 questões, sendo 17 objetivas, retiradas de exames da OAB e Concursos Públicos (ou similares elaboradas ou adaptadas pelos professores) e 3 dissertativas	(1) (2) (3) (4) (8) (9)
Entender a responsabilidade da Administração Pública. Conhecer as categorias operacionais existentes na Administração Pública.	UNIDADE 2 - Responsabilidade da administração. 1. Conceito, teorias e fundamento jurídico 2. Responsabilidade objetiva e subjetiva; ação regressiva	6 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto.	M1: Prova - Prova Escrita (Peso: 2,00) M1: Trabalho - Estudo de Caso (Peso: 1,00)	(4) (5) (6) (7)
Entender a sistemática de receitas e despesas da Administração Pública. Classificar as modalidades de receitas e despesas.	UNIDADE 3 - Lei de responsabilidade fiscal. 1. Lei de Responsabilidade Fiscal: LC n°101/2000	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto.	M3: Prova - Prova Escrita (Peso: 2,00) M3: Trabalho - Estudo de Caso (Peso: 1,00) 20 questões, sendo 17 objetivas, retiradas de exames da OAB e Concursos Públicos (ou similares elaboradas ou adaptadas pelos professores) e 3 dissertativas.	(1) (2) (3) (4)
Conceituar e classificar as formas de controle do Poder Público.	UNIDADE 4 - Controle administrativo. 1. Conceito, controle interno e externo 2. Lei n° 8.429/1992 -	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito	M1: Prova - Prova Escrita (Peso: 2,00) M1: Trabalho - Estudo de Caso (Peso: 1,00)	(4) (5) (6) (7)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
	Lei de Improbidade Administrativa		posto.		
Conceituar os bens públicos. Compreender seus atributos e classificação.	UNIDADE 5 - Bens públicos. 1. Conceito, classificação, discriminação constitucional 2. Regime jurídico, aquisição, alienação e gestão dos bens públicos	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto.	M3: Prova - Prova Escrita (Peso: 2,00) M3: Trabalho - Estudo de Caso (Peso: 1,00) 20 questões, sendo 17 objetivas, retiradas de exames da OAB e Concursos Públicos (ou similares elaboradas ou adaptadas pelos professores) e 3 dissertativas.	(1) (2) (3) (5) (6) (7)
Compreender a responsabilidade civil da Administração Pública. Instrumentalizar para identificar a ocasião em que se aplicam as diversas teorias sobre o assunto.	UNIDADE 6 - Responsabilidade civil da administração. 1. Vide item 2	2 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão das diversas posições doutrinárias e correntes de pensamento do Direito posto.	M1: Prova - Prova Escrita (Peso: 2,00) M1: Trabalho - Estudo de Caso (Peso: 1,00)	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos: Lei 8.666/1993. 16. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, c2014. 1277 p. ISBN 9788520351451.

(3) DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 25. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012. xxxi, 932 p. ISBN 9788522469208.

(5) MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 22. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2007. 1053 p. ISBN 9788574207933.

(9) MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 32. ed. atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2006. 826 p. ISBN 8574207233.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(2) CARLIN, Volnei Ivo. Direito administrativo: doutrina, jurisprudência e direito comparado. 3. ed. rev. atual. e ampl. Florianópolis, SC: OAB/SC Editora, [2005]. 462 p. ISBN 8586988316.

(4) MEDAUAR, Odete. O direito administrativo em evolução. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2003. 298 p. ISBN 8520324592.

(6) DALLARI, Adilson Abreu. Aspectos juridicos da licitacao. 3. ed. atual. e ampl. 1992. xi, 145p ISBN 85-02-00950-8 :, (broch.

(7) MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e contrato administrativo. 14. ed., atual. São Paulo, SP: Malheiros, Revista dos Tribunais, 2006. 482 p. ISBN 8574207179.

(8) GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 16. ed. atual. São Paulo, SP: Saraiva 2011. 1166 p. ISBN 9788502110229.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

LEIA COM ATENÇÃO! É SUA RESPONSABILIDADE.

1.A chamada é realizada impreterivelmente quinze minutos após o início da primeira aula, e quinze minutos antes do termino da última aula, cada uma equivalendo a duas presenças. Alunos

que chegarem atrasados ou saírem antecipadamente receberão duas faltas para cada chamada, não sendo computadas aulas uma a uma. Situações específicas deverão ser conversadas individualmente com o professor, no primeiro mês de aula. Recomenda-se que o aluno em atraso entre em sala somente na aula seguinte, para evitar perturbação ao ambiente de estudo.

2.O uso de equipamentos como celular, notebook e similares é PROIBIDO durante as aulas. Situações específicas deverão ser conversadas individualmente com o professor, no primeiro mês de aula.

3.As segundas chamadas de qualquer avaliação perdida durante o período letivo serão aplicadas SOMENTE na última aula do semestre, sendo responsabilidade do acadêmico requerer no prazo regimental sua realização junto à Coordenação. Até esta realização constará no sistema a nota zero apenas para fins procedimentais.

4.A justificativa de uma falta, SOMENTE após o deferimento da coordenação, será abonada com a realização de uma atividade, somente na última aula do semestre. O professor não abona faltas, somente a Coordenação.

5.Nos dias de prova, transcorridos mais de 30 minutos de seu início, não será permitido ao acadêmico atrasado ingressar em sala de aula para sua realização, devendo requerer a segunda chamada no prazo regimental.

6.A comunicação entre aluno e professor é exclusivamente pessoal. E-mails, telefonemas, mensagens ou expediente similar não serão respondidos.

7.O acadêmico é avaliado, individualmente, em todas as aulas por sua participação junto aos debates formulados, pela sua pontualidade, respeito, pontualidade, assiduidade, participação, por sua dedicação em trazer os materiais correlatos à disciplina, pela apresentação de idéias e pela sua interação com as atividades indicadas. Tal avaliação poderá elevar a pontuação das médias, a critério do professor, juntamente com a proposição de trabalhos sociais voluntários.

8.A rotina do plano de ensino poderá ser alterada durante o semestre, diante prévia comunicação verbal aos acadêmicos.

9.Nenhum aluno está autorizado a gravar por qualquer meio as aulas.

10.O aluno é responsável por atualizar-se sobre a requisição de materiais, atividades solicitadas, e provas alteradas verbalmente em sala de aula nos dias em que estiver ausente, ainda que não seja aluno regular da fase.

11.A apresentação deste Plano de Ensino se dará verbalmente no primeiro dia de aula sendo responsabilidade do aluno seu conhecimento, recomendando-se que evite questionamentos junto ao professor das informações aqui já indicadas.

12.Em TODAS as aulas serão/poderão ser realizadas atividades extras que somadas valerão uma pontuação a ser agregada na nota de uma prova. Caso o aluno perca uma dessas atividades, deverá requerer justificativa de falta para realiza-la, em data a ser indicada pelo professor. Caso não faça a justificativa, não poderá repor a atividade.

13.As provas serão todas individuais e sem consulta. Sua devolução obedecerá aos prazos regimentais.

14.Após as aulas, o aluno deverá proceder na leitura dos textos indicados para complementação da matéria, os quais também serão objeto de estudo para as avaliações. Os slides compartilhados pelo professor são recursos apenas secundários de estudo.

OBSERVAÇÕES GERAIS

OPORTUNIDADES DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES EXTRACURRICULARES:

- O GRUPO PAIDEIA incentiva há 16 anos a pesquisa no CEJURPS, instigando a comunidade acadêmica no desenvolvimento da pesquisa jurídica com grupos de estudos e participação em editais, como

PROBIC, PIBIC, art. 171 (CESC), entre outros.
- ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA - O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de extensão comunitária nas mais diversas áreas, com destaque a possibilidade de atuação no Mutirão da Vara da Família (Balneário Camboriú), Protejá (Projeto de Prevenção à Pedofilia), Aproximando o Acadêmico do Curso de Direito com a Comunidade e o Mercado de Trabalho (Projeto que insere o acadêmico em entidades sem fins lucrativos, atuando juridicamente).
COMPROMISSO SOCIAL:
- QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL: Em atenção à Resolução nº 1/2004, art. 2º, do Conselho Nacional de Educação, que dispõe que as “orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da educação, (...)”, além de “promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática”, os planos de ensino das disciplinas a seguir devem contemplar tais premissas na perspectiva étnico-racial:Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Economia, Psicologia Jurídica, História do Direito e Direito Constitucional
- QUESTÃO AMBIENTAL: Incluir a “Educação Ambiental”, procurando abordar articuladamente as questões locais, regionais, nacionais e globais, em um dos conteúdos do Plano de Ensino em pelo menos de pelo menos as seguintes disciplinas: Ciência Política; Sociologia; Antropologia; Economia; Direito Constitucional; Direito do Trabalho; Direito Civil; Direito Penal; Direito Processual Constitucional; Direito Internacional; Direito Tributário; Direito Empresarial; Direito Administrativo.

Semana de Iniciação Científica: 05 a 09/06/17
Curso de Relações Internacionais: 12 a 14/06/17

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova * 2,00 + Trabalho * 1,00) / 3,00
M2 = (Prova * 2,00 + Trabalho * 1,00) / 3,00
M3 = (Prova * 2,00 + Trabalho * 1,00) / 3,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 9947 - DIREITO TRIBUTÁRIO II

Professor(es): EMERSON DE MORAIS GRANADO

Período: 9º	Ano/Sem.: 2017 / 1 Classe: 1
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Entender o atual Sistema Tributário Nacional, como principal fonte de recursos públicos, reconhecendo o Estado como entidade superior e necessário ao homem, para estabelecer a dignidade da pessoa humana, enfocando as normas gerais e o relacionamento contribuinte-fisco. Estudar os ilícitos tributários e o processo administrativo e judicial tributário. Pesquisar a possibilidade do Estado em incentivar a preservação ambiental através de benefícios fiscais e justiça tributária.

EMENTA

Ilícitos Tributários. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
- Definir e compreender os institutos jurídicos concernentes ao ilícito tributário. Interpretar o significado e as diferenças de de ilícito e ilegalidade tributária, além de identificar, classificar e compreender os crimes tributários. - Analisar a legislação tributária referente aos crimes tributários.	UNIDADE 1 - Ilícitos Tributários 1. Ilícitos administrativos. Ilícitos Penais. Sanções Administrativas e Penais. Sanções Pessoais e Patrimoniais. 2. Sanções Políticas. Extinção da Punibilidade pelo Pagamento. Exclusão da Punibilidade. Crimes de Suspensão de Tributos e imunidades.	16 h/a 0 h/ext	- Aulas expositivas e dialogadas com auxílio de lâminas transparentes e o quadro de giz para explanar a matéria. - Fornecimento de material explicativo para compreensão do conteúdo e auxílio individual ao acadêmico para solução de dúvidas.	M1: Trabalho em Sala - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Conhecimento, raciocínio, atenção aos detalhes e lógica. Simulação de concurso público. M1: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 4,00) Clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das ideias, observância da técnica jurídica e observação dos requisitos legais pertinentes, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta. M2: Prova individual - Prova Escrita (Peso: 4,00) Clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das ideias, observância da técnica jurídica e observação dos requisitos legais pertinentes, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta. M3: Trabalho em sala - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Conhecimento, raciocínio, atenção aos detalhes e lógica. Simulação de concurso público. M3: Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 4,00) Clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das ideias, observância da técnica jurídica e observação dos requisitos legais pertinentes, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância	(1) (5)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				das regras da norma culta.	
Entender as relações jurídicas tributárias no âmbito dos processos administrativos.	UNIDADE 2 - Processo Administrativo Tributário 1. Considerações gerais acerca dos processo administrativos tributários 2. Procedimentos e suas fases. 3. Espécies de processos administrativos tributários.	20 h/a 0 h/ext	Aula teórica, dialogada, exercícios práticos e objetivos.	M2: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 1,00) Conhecimento, raciocínio, atenção aos detalhes e lógica. Simulação de concurso público. M2: Prova individual - Prova Escrita (Peso: 4,00) Clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das ideias, observância da técnica jurídica e observação dos requisitos legais pertinentes, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta. M3: Trabalho em sala - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Conhecimento, raciocínio, atenção aos detalhes e lógica. Simulação de concurso público. M3: Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 4,00) Clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das ideias, observância da técnica jurídica e observação dos requisitos legais pertinentes, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta.	(1) (2) (5) (7) (8)
Entender a relação jurídica tributária, as ações judiciais possíveis.	UNIDADE 3 - Processo Judicial Tributário 1. Considerações gerais. 2. Ações do fisco contra o contribuinte (Lei de Execução Fiscal e Cautelar Fiscal) 3. Ações do contribuinte contra o fisco (mandado de segurança, anulatória, declaratória, repetição de indébito; consignação; embargos etc.)	24 h/a 0 h/ext	Aula teórica, dialogada, exercícios práticos e objetivos.	M3: Trabalho em sala - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Conhecimento, raciocínio, atenção aos detalhes e lógica. Simulação de concurso público. M3: Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 4,00) Clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das ideias, observância da técnica jurídica e observação dos requisitos legais pertinentes, ausência de dispersão ou redundância das informações e observância das regras da norma culta.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 30. ed., rev. atual. ampl. São Paulo, SP: Malheiros, 2009. 551 p. ISBN 9788574209449.

(2) AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 15. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. xxi, 512 p. ISBN 9788502077485.

(5) SABBAG, Eduardo de Moraes. Manual de direito tributário. 4. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 1158 p. ISBN 9788502148581.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(3) CASSONE, Vittorio; CASSONE, Maria Eugenia Teixeira. Processo tributário: teoria e prática. 2.

ed. São Paulo, SP: Atlas, c2000. 455 p. ISBN 8522426732.

(4) MACHADO, Hugo de Brito. Os princípios jurídicos da tributação na Constituilção de 1988. 5. ed. São Paulo, SP: Editora Dialética, 2004. 143 p ISBN 8575001108.

(6) TAVARES, Alexandre Macedo. Fundamentos de direito tributário. 4. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. xxii, 358 p. ISBN 9788502076006.

(7) CAIS, Cleide Previtalli. O processo tributário. 7. ed. rev. atual. ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2011. 808 p. ISBN 9788520338940.

(8) MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Processo tributário. 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. xxiii, 576 p. ISBN 9788522496006.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1. Após o início do semestre, em virtude das características individuais e comportamento dos acadêmicos, poderão ser estabelecidos outros critérios de avaliação, sem prejuízo ao amplo e prévio conhecimento por parte dos acadêmicos.
2. Receberão nota 0 (zero) os trabalhos e provas que apresentarem sinais de cópia de outros alunos, contiverem evidências de materiais retirados de meio digital, copiados de livros ou outras fontes de pesquisa sem a indicação bibliográfica.
3. Os trabalhos deverão ser realizados e entregues em sala de aula, na data prevista, não sendo aceitos trabalhos via Internet, Fax ou postados no escaninho. Os trabalhos entregues fora do prazo previamente estabelecido pelo professor não serão aceitos e receberão nota 0 (zero) nas respectivas atividades.
4. As atividades serão feitas com ou sem consulta à legislação o que será comunicado com uma aula de antecedência.
5. IMPORTANTE: A atividades realizadas em 2ª chamada serão realizadas sempre no último dia de aula.
6. Considerando que o processo de ensino/aprendizagem e a avaliação do acadêmico devem ser constantes, durante as aulas será exigido, de cada acadêmico: (1) comportamento ético condizente com o estágio já alcançado dentro da matriz curricular do curso e o nível de maturidade desejável dos acadêmicos; (2) Atenção para o conteúdo ministrado; (3) Raciocínio lógico com busca constante aos conceitos operacionais já conhecidos durante o curso. Tais itens poderão ser medidos através de interpelações aos acadêmicos durante as aulas.
7. O aluno que realizar consulta não autorizada ao material, em atividade de avaliação, receberá nota zero.
8. O conteúdo das avaliações é cumulativo.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1. Será indispensável ao aluno o manuseio da Legislação pertinente durante as aulas e a leitura prévia dos conteúdos e/ou textos indicados.
2. Considerando que o direito não é estático, mas sim dinâmico, o aluno deverá estar atento às constantes alterações da legislação.
3. A bibliografia indicada não exaure a gama de obras (livros, trabalhos acadêmicos, artigos, periódicos etc.) que tratam sobre a matéria, servindo como mero referencial ao aluno(a), que pode (e deve) ser complementado.
4. Os últimos 10 minutos de cada aula poderão ser reservados para tirar dúvidas pontuais .
5. Para que o(a) acadêmico(a) atinja os objetivos perseguidos pela disciplina, é importante que: 1. Acompanhe as atividades da disciplina através das aulas e da realização da leitura dos

textos correspondentes aos temas tratados, fazendo o respectivo fichamento e anotando as dúvidas para discuti-las em sala de aula; 2. Esteja atualizado com as atividades de sala de aula; 3. Exponha suas dificuldades ao professor e busque fontes suplementares de pesquisa; 4. Realize as leituras e as atividades didáticas de acordo com as técnicas e os métodos de elaboração científica, cujo conteúdo é objeto de disciplina específica.

6. As aulas serão expositivas com a efetiva participação dos acadêmicos, induzindo-os à análise crítica da matéria e debates em sala de aula, podendo ser utilizados recursos audiovisuais e participação de convidados especiais.

7. As chamadas serão realizadas nos horários institucionais.

8. O acadêmico que ingressar na sala de aula após a chamada, deverá aguardar o término da aula para requisitar, quando for o caso, sua presença parcial.

9. Eventual material de apoio disponibilizado será considerado como conteúdo para fins de avaliação.

10. Os acadêmicos que desejarem contatar com o professor da disciplina poderão fazê-lo também através do e-mail: emerson@univali.br.

11. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Regimento Interno da Instituição.

12. É obrigatória a leitura da legislação institucional vigente.

13. Este plano de ensino pode ser alterado no decorrer do semestre.

14. Semana de Iniciação Científica de 05 a 09 de junho. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório.

15. Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.

16. As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3

M1 = (Trabalho em Sala * 1,00 + Prova Legal * 4,00) / 5,00

M2 = (Estudo de Caso * 1,00 + Prova individual * 4,00) / 5,00

M3 = (Trabalho em sala * 1,00 + Prova Individual * 4,00) / 5,00

Média Final = 6,00

Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 9948 - DIREITO REGISTRAL E NOTARIAL

Professor(es): RENATO LUIS BENUCCI

Período: 9º	Ano/Sem.: 2017 / 1 Classe: 3
CH Teórica: 30 (36 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 30 (36 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 2

OBJETIVO GERAL

Analisar dogmática e criticamente a legislação relativa à disciplina, em seus aspectos teóricos, formais e práticos para atuarem no campo do Direito Notarial e Registral.

EMENTA

Direito Notarial. Do condomínio. Da incorporação imobiliária. Da locação de imóveis.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 30 h.a. + Total C.H. Avaliações: 6 h.a. = 36 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
-Apresentar o programa da disciplina, a ser desenvolvida no semestre, bem como as suas implicações na formação acadêmica e profissional. -Conceituar o direito Imobiliário, notarial e registral. -Analisar os elementos gerais que constituem o direito notarial e registral -Identificar e diferenciar os diversos atos praticados pelo notarios e registradores. -Analisar os princípios do Direito Notarial e Registral. -Identificar sua importância na vida profissional -Aplicar os o conteúdo apresentado na prática profissional	UNIDADE 1 - Direito Notarial 1. NOÇÕES GERAIS DA ATIVIDADE REGISTRAL E NOTARIAL 1. A importância das atividades notariais e de registro 2. Conceitos, similitudes e diversidade dos direitos registral e notarial 3. Matriz constitucional e competência legislativa 4. Natureza jurídica da atividade registrária e notarial 5. Fiscalização da atividade notarial 6. Ingresso na atividade notarial 7. Estrutura das Serventias 8. Responsabilidade extracontratual resultante da atividade notarial 9. Inexistência de limite temporal da delegação. ATIVIDADE NOTARIAL - PRINCÍPIOS E ATOS NOTARIAIS 1. Histórico 2. Princípios notariais 3. Características técnicas da atividade notarial 4. Atos Notariais - Escrituras públicas, atas notaria, autenticações e reconhecimentos de firma.	15 h/a 0 h/ext	-Aula explicativa e dialogada; -Estudo dirigido. - Pesquisa doutrinária acerca do Tema: Princípios Notariais e Registrais - Apresentação de Trabalho.	M1: Prova legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) M1: Resumo - Resumo (Peso: 1,00) Resumo Primeiro Capítulo Obra: Regulação da Função Pública Notarial e Registral Autor: Luís Paulo Aliende Ribeiro M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) 20 Questões, sendo 17 objetivas, retiradas de exames da OAB e Concursos Públicos (ou similares elaboradas ou adaptadas pelos professores) e 3 dissertativas - Sem direito à consultas, inclusive aos códigos. M2: Resumo - Resumo (Peso: 1,00) Resumo Segundo Capítulo Obra: Regulação da Função Pública Notarial e Registral Autor: Luís Paulo Aliende Ribeiro M3: Prova legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) 17 questões objetivas e 3 questões dissertativas	(1) (2) (3) (5)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
	ATIVIDADE REGISTRAL - PRINCÍPIOS E ATOS REGISTRAIS 1. Histórico 2. Princípios registrais 3. Atos Registrais - Matrícula, registros e averbações				
-Identificar o condomínio tradicional regulado pelo Código Civil e o condomínio regulado pela lei 4.591/64, diferenciando-os do Loteamento/Desmembramento Fechado da Lei 6766/79; -Conhecer as diversas fases para realizar a incorporação em edifício; -Descrever os procedimentos para incorporação e constituição de condomínio; -Analisar as diferenças entre os processos de incorporações imobiliárias. -Conhecer as formas de parcelamento de solo urbano. -Identificar as principais características do loteamento e do desmembramento. -Analisar os problemas existentes no parcelamento de solo urbano. -Diferenciar o parcelamento de solo urbano do rural. -Interpretar as normas aplicaveis ao parcelamento de solo.	UNIDADE 2 - Do condomínio 3. UNIDADE 2 - Do condomínio. 1. UNIDADE 2 - DO CONDOMÍNIO - 1. Do Condomínio em Edificações. Conceitos e definições. O condomínio da Lei n. 4591/64 e o Condomínio edilício do CC. Conceitos e definições. Loteamento e o Desmembramento. - Noções preliminares. - Diferenças entre loteamento e desmembramento. - Loteamento Fechado. - Procedimento e documentação necessária para aprovação e registro. - Lei n.6766/79.	7 h/a 0 h/ext	Aula explicativa e demonstrativa Estudo de casos	M1: Resumo - Resumo (Peso: 1,00) Resumo Primeiro Capítulo Obra: Regulação da Função Pública Notarial e Registral Autor: Luís Paulo Aliende Ribeiro M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) 20 Questões, sendo 17 objetivas, retiradas de exames da OAB e Concursos Públicos (ou similares elaboradas ou adaptadas pelos professores) e 3 dissertativas - Sem direito à consultas, inclusive aos códigos. M2: Resumo - Resumo (Peso: 1,00) Resumo Segundo Capítulo Obra: Regulação da Função Pública Notarial e Registral Autor: Luís Paulo Aliende Ribeiro M3: Prova legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) 17 questões objetivas e 3 questões dissertativas	(1) (2) (3) (5) (8) (9) (10)
-Identificar o condomínio regulado pela lei 4.591/64; -Conhecer as diversas fases para realizar a incorporação em edifício; -Descrever os procedimentos para incorporação e constituição de condomínio.	UNIDADE 3 - Da incorporação imobiliária 2. UNIDADE 3 - Da incorporação imobiliária. 1. UNIDADE 3 - DA INCORPORAÇÃO IMOBILIÁ - Conceitos e definições. - A incorporação imobiliária. - O condomínio da Lei n. 4591/64. - Procedimentos e documentação necessária para o registro da incorporação imobiliária.	6 h/a 0 h/ext	-Aula explicativa e dialogada; -Estudo dirigido. - Apresentação de trabalho	M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) 20 Questões, sendo 17 objetivas, retiradas de exames da OAB e Concursos Públicos (ou similares elaboradas ou adaptadas pelos professores) e 3 dissertativas - Sem direito à consultas, inclusive aos códigos. M2: Resumo - Resumo (Peso: 1,00) Resumo Segundo Capítulo Obra: Regulação da Função Pública Notarial e Registral Autor: Luís Paulo Aliende Ribeiro M3: Resumo - Resumo (Peso: 1,00) Resumo Terceiro Capítulo Obra: Regulação da Função Pública Notarial e Registral Autor: Luís Paulo Aliende Ribeiro	(1) (2) (3) (6) (9) (10)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				M3: Prova legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) 17 questões objetivas e 3 questões dissertativas	
- Identificar e conhecer os requisitos registrais do contrato de locação. -Analisar os aspectos relevantes na elaboração de um contrato de locação. -Identificar os casos de registro e averbação do contrato de locação. -Aplicar a averbação da caução nos contratos de locação	UNIDADE 4 - Da locação de imóveis 2. UNIDADE 4 - Da locação de imóveis. 1. UNIDADE 4 - DA LOCAÇÃO DE IMÓVEI -Aspectos registrais dos contratos de locação. - Aspectos relevantes na elaboração de um contrato de locação. - Diferença entre o registro e a averbação do contrato de locação. - Caução Locatícia	2 h/a 0 h/ext	-Aula explicativa e dialogada	M3: Resumo - Resumo (Peso: 1,00) Resumo Terceiro Capítulo Obra: Regulação da Função Pública Notarial e Registral Autor: Luís Paulo Aliende Ribeiro M3: Prova legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) 17 questões objetivas e 3 questões dissertativas	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) CENEVIVA, Wálter. Lei dos notários e dos registradores: comentada, Lei n. 8.935/94. 9. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 348 p. ISBN 9788502211636.

(2) CENEVIVA, Wálter. Lei dos registros públicos comentada. 20. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 795 p. ISBN 9788502096684.

(3) AGHIARIAN, Hércules. Curso de direito imobiliário. 11. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2012. xiv 436 p. ISBN 9788522473571.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) BALBINO FILHO, Nicolau. Registro de imóveis: doutrina, prática, jurisprudência. 16. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, c2012. 835 p. ISBN 9788502158740.

(6) GHEZZI, Leandro Leal. A incorporação imobiliária: à luz do código de defesa do consumidor e do código civil. 2. ed. rev. atual.e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2011. 224 p. (Biblioteca de direito do consumidor ; 30) ISBN 9788520341612.

(7) OLIVEIRA, Marcelo Salaroli de; JACOMINO, Sérgio. Publicidade registral imobiliária. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 130 p. (Direito registral e notarial). ISBN 9788502082953.

(8) PAIVA, João Pedro Lamana. O procedimento de dúvida e a evolução dos sistemas registral e notarial no século XXI. 4. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 424 p. (Série direito registral e notarial) ISBN 9788502227361.

(9) PEDROSO, Regina; LAMANAUSKAS, Milton Fernando. Direito notarial e registral atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense; São Paulo, SP: Método, 2015. 408 p. ISBN 9788530965914.

(10) RIZZARDO, Arnaldo. Promessa de compra e venda e parcelamento do solo urbano: leis 6.766/79 e 9.785/99. 8. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, [2011]. 333 p. ISBN 9788520338148.

(5) RIBEIRO, Luís Paulo Aliende. Regulação da função pública: notarial e de registro. São Paulo:

Saraiva, 2009.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- A avaliação da aprendizagem será constituída por três médias (M1, M2 e M3), sendo que, cada uma das anteriores será composta por atividades esparsas.
- Na avaliação de trabalhos escritos serão considerados aspectos como coerência, compreensão e síntese da matéria, aplicação da legislação trabalhada, ortografia. Na avaliação de trabalhos orais, serão considerados aspectos como coerência e desenvoltura na apresentação, conteúdo.
- Algumas das atividades programadas poderão não ser executadas ou substituídas, dependendo das características da turma, o que será previamente acordado e verificado no decorrer do semestre.

- Pontualidade, assiduidade e permanência em sala de aula.
- Participação oral com intervenções, questionamentos, observações pertinentes ao tema.
- Posse e utilização, em sala de aula, do material solicitado para desenvolvimento dos conteúdos.
- Cumprimento das leituras recomendadas, com antecedência.
- Riqueza e clareza na argumentação escrita e oral, bem como capacidade de síntese das ideias.
- Comportamento ético condizente com o estágio já alcançado dentro da grade do curso, e o nível de maturidade desejável dos acadêmicos.
- Postura acadêmica que compreende: não usar celular dentro da sala e durante as aulas; não interromper os momentos de estudos e de concentração com conversas paralelas, saídas e entradas desnecessárias durante as aulas.

OBSERVAÇÕES GERAIS

- Por representar uma linha de planejamento a ser executada durante o semestre letivo, o presente plano de ensino poderá sofrer alterações após sua publicação, de acordo com as necessidades da turma.
- As avaliações escritas e orais serão comunicadas com antecedência mínima de uma semana pela professora responsável pela disciplina.
- O não comparecimento do acadêmico, na data fixada para realizar a avaliação, só poderá ser suprido de acordo com as normas regimentais e realizada em outra data mediante competente processo administrativo.
- As atividades elaboradas como parte de Nota de Participação não poderão ser entregues em data posterior a sua realização, exceto em caso de regular procedimento administrativo.
- Os trabalhos e provas realizadas terão peso 01 (um).
- Para que o(a) acadêmico(a) atinja os objetivos propostos, é importante que: acompanhe as atividades da disciplina através das aulas e da realização da leitura dos textos correspondentes aos temas tratados, fazendo o respectivo fichamento e anotando as dúvidas para discuti-las em sala de aula; esteja atualizado com as atividades de sala de aula; exponha suas dificuldades ao professor e busque fontes suplementares de pesquisa.
- As chamadas (frequência) serão feitas sempre 20 (vinte) minutos após o início das aulas. O acadêmico que ingressar na sala de aula após a chamada, deverá aguardar o término da aula para requisitar, quando for o caso, sua presença parcial.
- As justificativas de faltas serão aceitas somente mediante prévio processo administrativo deferido.
- Não é permitido qualquer tipo de gravação (de imagem ou som) das aulas ministradas.
- Não havendo, eventualmente, aula em alguma data estabelecida no referido plano, a atividade passará para o dia de aula da disciplina imediatamente posterior.

- A bibliografia indicada não exaure a gama de obras (livros, trabalhos acadêmicos, artigos, periódicos, etc.) que tratam sobre a matéria, servindo como mero referencial a(o) acadêmico(a), que pode (e deve) ser complementado.
Outras referências bibliográficas poderão ser indicadas pelo professor, conforme a evolução do conteúdo e necessidade de aprofundamento dos estudos. Além disso, os acadêmicos deverão ter a diligência necessária para aprofundar seus estudos com obras e legislação atualizadas.
- Será indispensável ao acadêmico o manuseio da legislação pertinente durante as aulas e a leitura prévia dos conteúdos e/ou textos indicados.
- Semana de Iniciação Científica nos dias 07 a 11 de novembro.
- Prova Legal: 20 Questões, sendo 17 objetivas, retiradas de exames da OAB e Concursos Públicos (ou similares elaboradas ou adaptadas pelos professores) e 3 dissertativas - Sem direito à consultas, inclusive aos códigos.
-O Grupo de Pesquisa Paideia incentiva há 12 anos a pesquisa no CEJURPS, instigando a comunidade acadêmica no desenvolvimento da pesquisa jurídica com grupos de estudos e participação em editais, como PROBIC, PIBIC, art. 171 (CESC), entre outros.
- ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA - O Grupo de Pesquisa Paideia incentiva há 13 anos a pesquisa no CEJURPS, instigando a comunidade acadêmica no desenvolvimento da pesquisa jurídica com grupos de estudos e participação em editais, como PROBIC, PIBIC, art. 171 (CESC), entre outros.
- As aulas dos dias 14 e 21 de dezembro, serão ministradas nos dias 08 e 09 de dezembro.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova legal * 2,00 + Resumo * 1,00) / 3,00
M2 = (Prova Legal * 2,00 + Resumo * 1,00) / 3,00
M3 = (Resumo * 1,00 + Prova legal * 2,00) / 3,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 202 - DIREITO

Disciplina: 9953 - DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL

Professor(es): MAURY ROBERTO VIVIANI

Período: 9º	Ano/Sem.: 2017 / 1 Classe: 1
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Desenvolver a reflexão sobre as categorias fundamentais do Direito Constitucional e Processual Constitucional. Revisar os principais aspectos doutrinários e jurisprudenciais, com especial enfoque nas ações constitucionais. Proporcionar o debate e estimular a capacitação para o exercício profissional no campo do Direito, com ênfase na importância da função social a ser exercida no contexto sócio-jurídico e político.

EMENTA

CONSTITUIÇÃO, PODER E DIREITO. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS. FUNDAMENTOS DA TEORIA GERAL DO P CONSTITUCIONAL. AÇÕES CONSTITUCIONAIS ESPECÍFICAS. RECURSOS PARA OS TRIBUNAIS SUPERIORES.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 63 h.a. + Total C.H. Avaliações: 9 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
1. Analisar os os principais pontos concernentes à Teoria da Constituição; 2. Examinar a Teoria do Poder Constituinte e dos Poderes Constituídos; 3. Caracterizar as normas constitucionais, analisando sua classificação, aplicabilidade e interpretação.	UNIDADE 1 - CONSTITUIÇÃ PODER E DIREITO 1. Teoria da Constituição 2. Poder Constituinte e Poderes Constituídos 3. Normas Constitucionais: classificação, aplicabilidade e interpretação	18 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas dialógicas; estudo de normas constitucionais	M1: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) Domínio do conteúdo abordado nas aulas, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da bibliografia indicada. Clareza e coerência nas respostas. M1: Resolução de questões - Atividade Curricular (Peso: 1,00) Aplicação dos conceitos estudados em sala e na bibliografia indicada; clareza e coerência nas respostas.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9)
1. Compreender as noções gerais do controle de constitucionalidade das leis e atos normativos; 2. Analisar as formas de inconstitucionalidade; 3. Examinar as formas de controle de constitucionalidade.	UNIDADE 2 - CONTROLE D CONSTITUCIONALIDADE D LEIS 1. Noções Gerais 2. Formas de inconstitucionalidade 3. Formas de controle de constitucionalidade 4. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade	16 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas dialógicas; exame de normas constitucionais; análise de jurisprudência; exercícios de fixação	M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) Domínio do conteúdo abordado nas aulas, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da bibliografia indicada. Clareza e coerência nas respostas. M2: Questões e caso prático - Seminário (Peso: 1,00) Aplicação do conteúdo estudado em sala de aula, na jurisprudência e na bibliografia indicada; clareza na apresentação; domínio do conteúdo.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9)
1. Examinar os princípios constitucionais do processo; 2. Analisar os fundamentos da jurisdição constitucional.	UNIDADE 3 - FUNDAMENT DA TEORIA GERAL DO PROCESSO CONSTITUCIO 1. Princípios constitucionais do processo 2. Fundamentos da jurisdição constitucional	7 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas dialógicas; exame de normas constitucionais; análise de jurisprudência.	M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) Domínio do conteúdo abordado nas aulas, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da bibliografia indicada. Clareza e coerência nas respostas.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9)
1. Identificar os aspectos	UNIDADE 4 - AÇÕES	14 h/a	Aulas expositivas	M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso:	(1) (2)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
gerais das ações constitucionais específicas; 2. Examinar os principais aspectos processuais das ações constitucionais específicas.	CONSTITUCIONAIS ESPECÍFICAS 1. Ação Popular 3. Mandado de Segurança 4. Habeas Data 5. Habeas Corpus 6. Ação Civil Pública	0 h/ext	dialógicas; exame de normas constitucionais; análise de legislação infraconstitucional; estudos de caso.	2,00) Domínio do conteúdo abordado nas aulas, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da bibliografia indicada. Clareza e coerência nas respostas. M3: Questões de concurso - Atividade Curricular (Peso: 1,00) Aplicação do conteúdo estudado em sala, da jurisprudência e da bibliografia indicada; clareza e coerência nas respostas.	(3) (4) (5) (6) (7) (8) (9)
1. Identificar os aspectos gerais dos recursos para os Tribunais Superiores; 2. Analisar os principais aspectos processuais dos recursos para os Tribunais Superiores; 3. Examinar a força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal.	UNIDADE 5 - RECURSOS P OS TRIBUNAIS SUPERIOR 1. Recurso Ordinário para o Supremo Tribunal Federal 2. Recurso Extraordinário 3. Recurso Especial 4. Embargos perante o STF e o STJ 5. Reclamação perante o STF e o STJ 6. Força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal	8 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas dialógicas; exame de normas constitucionais e infraconstitucionais relativas à temática; análise de jurisprudência; exercícios de fixação.	M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) Domínio do conteúdo abordado nas aulas, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da bibliografia indicada. Clareza e coerência nas respostas. M3: Questões de concurso - Atividade Curricular (Peso: 1,00) Aplicação do conteúdo estudado em sala, da jurisprudência e da bibliografia indicada; clareza e coerência nas respostas.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(3) BARROSO, Luís Roberto. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. 6. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 452 p.

(5) BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional. 9. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 1703 p. ISBN 9788502230668.

(7) MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 10. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 1470 p. ISBN 9788502622746.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(1) MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Recurso extraordinario e recurso especial. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2007. 477 p. (Recursos no Processo Civil ; 3) ISBN 9788520331545.

(4) MENDES, Gilmar Ferreira. Jurisdiçao constitucional: o controle abstrato de normas no Brasil e na Alemanha. 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2005. 446 p. ISBN 8502050737.

(6) DIDIER JUNIOR, Fredie. Ações constitucionais. 5. ed. rev. ampl. e atual. Salvador, BA: Editora Juspodivm, 2011. 704 p. ISBN 8577614271.

(8) MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de segurança e ações constitucionais. 36. ed. atual. e ampl. São Paulo, SP: Malheiros, 2014. 1040 p. ISBN 9788539202478.

(9) SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel Francisco. Curso de direito constitucional. 3. ed. rev., atual., e ampl. São Paulo, SP. R. dos Tribunais, 2014. 1407 p

ISBN 9788520351871.

(2) CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 7. ed. [S.l.] Almedina, 2010.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Pontualidade, assiduidade e permanência em sala de aula.
Participação oral com questionamentos e observações pertinentes ao tema.
Leitura dos textos indicados.
Comportamento ético condizente com o nível de maturidade desejável dos acadêmicos.
Postura acadêmica que compreende: não utilizar celular na sala de aula; não interromper momentos de estudo e concentração com conversas paralelas; evitar saídas e entradas desnecessárias durante as aulas .
Observância das orientações formais dos exercícios e atividades propostos, de forma que receberão nota 0 (zero) os acadêmicos cujos trabalhos apresentarem sinais de cópias de outros acadêmicos, contiverem evidências de materiais retirados de meio digital, copiados de livros ou outra fonte de pesquisa sem a indicação bibliográfica ou, ainda, o acadêmico que realizar consulta não autorizada em atividade de avaliação.
Ao longo do semestre poderão ser estabelecidos outros critérios de avaliação, sem prejuízo do amplo e prévio conhecimento por parte dos acadêmicos.

OBSERVAÇÕES GERAIS

IMPORTANTE: Para a ideal aprendizagem é imprescindível que o acadêmico venha assistir às aulas com um exemplar atualizado da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

a) Serão realizadas 02 avaliações (uma atividade e uma prova legal) para cada Média Parcial durante o semestre letivo;
b) As avaliações com caráter de atividade poderão ser individuais ou em dupla;
c) As avaliações com caráter de prova poderão ser escritas ou orais, e sempre individuais;
d) As atividades terão peso 1 e as provas peso 2;
e) As datas de todas as provas serão relembradas com antecedência, estando desde já fixadas nos 5º, 12º e 17º encontros, respectivamente;
f) As atividades realizadas em sala de aula não terão a data divulgada previamente. No caso da ausência do acadêmico na data da realização da atividade em sala de aula, este realizará atividade complementar com grau de complexidade superior ao da atividade ministrada em aula, extra-sala, INDIVIDUAL, a ser entregue na data da prova da Média Parcial correspondente ao trabalho perdido.
g) Algumas horas da carga horária desta disciplina poderão ser destinadas à prática e participação de oficinas, seminários, palestras e demais atividades fornecidas pelo Cejurps;
h) Na semana determinada pela Coordenação para realização de bancas de defesa de monografia, ou seja, de Iniciação Científica, dias 05 a 09 de junho, haverá aula normalmente, no entanto, os acadêmicos participarão como ouvintes das bancas de defesa de monografias, nas quais este docente seja membro da banca.
i) Como recurso auxiliar de ensino e aprendizagem será utilizado nesta disciplina o ambiente de Material Didático.
j) Este plano de ensino poderá ser alterado durante o semestre letivo.
l) Interessante a participação no Grupo de Pesquisa Paideia incentiva há 12 anos a pesquisa no CEJURPS, que instiga a comunidade acadêmica no desenvolvimento da pesquisa jurídica com grupos

de estudos e participação em editais, como PROBIC, PIBIC, art. 171 (CESC), entre outros.
m) O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de extensão comunitária nas mais diversas áreas, com destaque a possibilidade de atuação no Mutirão da Vara da Família (Balneário Camboriú), Protejá (Projeto de Prevenção à Pedofilia), Aproximando o Acadêmico do Curso de Direito com a Comunidade e o Mercado de Trabalho (Projeto que insere o acadêmico em entidades sem fins lucrativos, atuando juridicamente);
n) Participação da Aula Magna a ser realizada no dia 22/03;
o) Participação das Apresentações de Projetos de Pesquisa; e de Apresentação de Publicações;
p) Participação da Semana Catarinense de Direito do Consumidor de 13 a 17 de março em parceria com a OAB e PROCON;
q) Participação do Congresso de Direito Empresarial em abril ou maio em parceria com a Comissão Estadual de Direito Empresarial da OAB/SC;
r) Participação no evento sobre Mediação e Conciliação a ser ainda definido pela Coordenação do Curso;
s) Participação da Jornada Jurídica para XXII Exame da OAB - Núcleo de Prática Jurídica;
t) Participação nas Atividades de Extensão.

IMPORTANTE: O êxito nos estudos é fruto de empenho mútuo, tanto do professor quanto do acadêmico. Por isto, necessário se faz que numa sala de aula todos adotemos uma postura de responsabilidade, ética e respeito, só assim que efetivamente alcançar-se-á a excelência que tanto aspiramos.
MISSÃO DO CURSO DE DIREITO: O Curso de Direito tem por missão produzir e socializar o conhecimento jurídico pelo ensino, pesquisa e extensão, formando pessoas com condições para criar qualidade de vida pessoal, profissional e coletiva, com solidariedade e eficiência.
**** As aulas expositivas abordarão os temas como a QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL e EDUCAÇÃO AMBIENTAL ***

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova Legal * 2,00 + Resolução de questões * 1,00) / 3,00
M2 = (Prova Legal * 2,00 + Questões e caso prático * 1,00) / 3,00
M3 = (Prova Legal * 2,00 + Questões de concurso * 1,00) / 3,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 11987 - TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Professor(es): LUIZ BRAULIO FARIAS BENITEZ

Período: 10º	Ano/Sem.: 2017 / 1 Classe: 2
CH Teórica: 15 (18 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 15 (18 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 1

OBJETIVO GERAL

Analisar os postulados fundamentais da Constitucionalização do Direito Civil para desenvolver uma argumentação jurídica a partir dos valores da Dignidade Humana, da Sociabilidade, da Liberdade e da Igualdade.

EMENTA

Tópicos destacados de Direito Consitucional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 15 h.a. + Total C.H. Avaliações: 3 h.a. = 18 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Compreensão dos limites e possibilidades da dimensão do fenômeno da Constitucionalização do Direito Civil.	UNIDADE 1 - Tópicos destacados de Direito Consitucional 1. Fundamentos sociais, políticos, econômicos e jurídicos da constitucionalização do direito Civil. 2. Apresentação de seminários	15 h/a 0 h/ext	A aula expositiva cotejada com questionamentos, diálogos e apresentação de seminários a partir do conteúdo dos textos indicados na bibliografia e dos temas propostos neste plano de ensino.	M1: Resenha crítica - Resenha (Peso: 1,00) Clareza e concisão da linguagem de acordo com a apropriação da erudição do tema pesquisado de acordo com este plano de ensino e demais diretrizes anunciadas em sala de aula. M2: Apresentação de Seminários - Seminário (Peso: 1,00) Profundidade e erudição da apropriação do tema do seminário; clareza e concisão da linguagem utilizada na apresentação do seminário; qualidade da apresentação em relação ao uso de recursos audiovisuais. M3: Relatório do Seminário - Relatório (Peso: 1,00) Clareza e concisão da linguagem de acordo com a apropriação da erudição do tema desenvolvido apresentado neste plano de ensino e nas aulas expositivas.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) AMARAL, Francisco. Direito civil: introdução. 8. ed. rev., mod. e aum. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, c2014. 732 p. ISBN 9788571478794.

(2) BOBBIO, Norberto. O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito. São Paulo, SP: Ícone, 1996. 239 p. (Coleção Elementos de Direito). ISBN 8527403285.

(3) BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 27. ed. atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2012. 862 p. ISBN 9788539201129.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) BOBBIO, Norberto; COUTINHO, Carlos Nelson. A era dos direitos. Nova edição. Rio de Janeiro, RJ: Campus, c2004. xviii, 212 p. ISBN 8535215611.

(5) CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 7. ed. Coimbra [Portugal]: Almedina, [2003]. 1522 p. ISBN 9724021068.

(6) BONAVIDES, Paulo. Do Estado liberal ao Estado social. 10. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2011. 230 p. ISBN 9788539200825.

(7) TEPEDINO, Gustavo. O Código Civil na perspectiva civil-constitucional: parte geral . Rio de Janeiro, RJ: Renovar, c2013. 539 p. ISBN 9788571478558.

(8) TEPEDINO, Gustavo. Temas de direito civil. 2. ed, rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2001 521 p. ISBN 8571472947.

(9) TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. Código civil interpretado: conforme a constituição da república 1 : parte geral e obrigações (arts. 1º a 420). 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2007. 773 p. ISBN 9788571476196.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Poderão ser alteradas as datas ou incluídas outras avaliações de acordo com o andamento das aulas. Qualquer alteração ou inclusão de avaliações será comunicada em sala de aula!

Será considerado(a) APROVADO(A) o(a) aluno(a) que obtiver MÉDIA FINAL 6,00 (seis) e FREQUÊNCIA MÍNIMA de acordo com a especificidade da disciplina postas no instrumento da matrícula.

Atenção: NOTA ZERO, resultante de QUALQUER CONDUTA ILÍCITA, SERÁ INSUBSTITUÍVEL.

Pontualidade, assiduidade e permanência em sala de aula.
Participação oral com intervenções, questionamentos, observações pertinentes ao tema.
Posse e utilização, em sala de aula, do material solicitado para desenvolvimento dos conteúdos.

Cumprimento das leituras recomendadas, com antecedência.
Domínio, identificação e aplicação dos conceitos científicos estudados em situações concretas.
Capacidade de raciocínio do acadêmico na aplicação do Direito, no caso de ausência ou lacuna da norma jurídica.
Raciocínio lógico na descrição de ideias e viabilidade dos estudos realizados.
Riqueza e clareza na argumentação escrita e oral, bem como capacidade de síntese das ideias.
Observância da norma padrão da língua portuguesa.
Identificação dos pressupostos fundamentais à temática.
Ética no desfecho do(s) caso(s) prático(s).
Comportamento ético condizente com o estágio já alcançado dentro da grade do curso, e o nível de maturidade desejável dos acadêmicos.
Postura acadêmica que compreende: não usar celular dentro da sala e durante as aulas; não interromper os momentos de estudos e de concentração com conversas paralelas, saídas e entradas desnecessárias
durante as aulas, consumo de alimentos ou bebidas em sala de aula.
Observância das orientações formais dos exercícios/atividades propostos, de forma que receberão nota 0 (zero), os acadêmicos cujos trabalhos e provas apresentarem sinais de cópia de outros acadêmicos,
contiverem evidências de materiais retirados de meio digital, copiados de livros ou outras fontes de pesquisa sem a indicação bibliográfica, ou ainda o acadêmico que realizar consulta

não autorizada ao material,
em atividade de avaliação.
O uso de notebook e similares em sala da aula seguirá as orientações específicas do docente, conforme a situação ou atividade desenvolvida em sala de aula.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.

A Semana de Iniciação Cientifica ocorrerá nos dias 05 a 09 de junho de 2017.
Atenção para a Presença exigida para esta disciplina, conforme informações da matrícula.
Todo e qualquer assunto deve ser tratado em sala de aula. Excepcionalmente, em caso de urgência, poderei ser contatado pelo email: braulio@univali.br

Recomenda-se a participação em todos os eventos promovidos pela UNIVALI.
O Grupo de Pesquisa Paidéia incentiva há 16 anos a pesquisa no CEJURPS, instigando a comunidade acadêmica no desenvolvimento da pesquisa jurídica com grupos de estudos e participação em editais, como PROBIC, PIBIC, art. 171 (CESC), entre outros.

Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.

As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação.

Recomenda-se a leitura do Guia Acadêmico e da Legislação Institucional.
No 1.° (primeiro) dia de aula será discutido o presente plano de ensino, que poderá ser modificado, a qualquer tempo, no curso da disciplina. Caso isso ocorra, os acadêmicos serão comunicados.
Para que o(a) acadêmico(a) atinja os objetivos propostos, é importante que: acompanhe as atividades da disciplina por meio das aulas e da realização da leitura dos textos correspondentes aos temas tratados,
fazendo o respectivo fichamento e anotando as dúvidas para discuti-las em sala de aula; esteja atualizado com as atividades de sala de aula; exponha suas dificuldades ao professor e busque fontes
suplementares de pesquisa; realize as leituras e as atividades didáticas de acordo com as técnicas e os métodos de elaboração científica, cujo conteúdo é objeto de disciplina específica.
As chamadas (frequência) serão feitas sempre logo após o início das aulas. O acadêmico que ingressar na sala de aula após a chamada, deverá aguardar o término da aula para requisitar, quando for o caso, sua presença parcial.
As justificativas de faltas serão aceitas somente mediante prévio processo administrativo deferido.
Não é permitido qualquer tipo de gravação (de imagem ou som) das aulas ministradas.

A bibliografia indicada não exaure a gama de obras (livros, trabalhos acadêmicos, artigos, periódicos, etc.) que tratam sobre a matéria, servindo como mero referencial a(o) acadêmico(a), que pode (e deve) ser
complementado.
Outras referências bibliográficas poderão ser indicadas pelo professor, conforme a evolução do conteúdo e necessidade de aprofundamento dos estudos. Além disso, os acadêmicos deverão ter a diligência
necessária para aprofundar seus estudos com obras e legislação atualizadas.
Será indispensável ao acadêmico o manuseio da legislação pertinente durante as aulas e a leitura prévia dos conteúdos e/ou textos indicados.
Considerando que o Direito não é estático e sim dinâmico, o acadêmico deverá estar atento às constantes alterações da legislação.
Eventual material de apoio disponibilizado será considerado como conteúdo para fins de avaliação.
Não será permitido o uso de computador/ tablet / celulares e/ou similares durante as aulas.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Resenha crítica * 1,00) / 1,00
M2 = (Apresentação de Seminários * 1,00) / 1,00
M3 = (Relatório do Seminário * 1,00) / 1,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 17562 - DIREITOS HUMANOS

Professor(es): MARIA DE LOURDES ALVES LIMA ZANATTA

Período: 9º	Ano/Sem.: 2017 / 1 Classe: 3
CH Teórica: 30 (36 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 30 (36 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 2

OBJETIVO GERAL

Desenvolver o estudo dos Direitos Humanos em suas diversas concepções, fundamento e desenvolvimento histórico. Analisar os direitos individuais e coletivos segundo a perspectiva dos direitos humanos. Examinar o sistema normativo internacional de proteção dos direitos humanos, com ênfase nos principais tratados internacionais subscritos no sistema global e regional. Dar uma postura crítica em relação aos Direitos Humanos

EMENTA

Evolução dos Direitos Humanos. Classificação dos Direitos Humanos. Órgãos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos. Direitos Humanos no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Efetividade dos Direitos Humanos no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 30 h.a. + Total C.H. Avaliações: 6 h.a. = 36 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Compreender o processo histórico da Evolução dos Direitos Humanos.	UNIDADE 1 - Evolução dos Direitos Humanos. 1. Direitos Humanos: origem e processo histórico 2. Conceito, fundamento e características 3. Cidadania e Direitos Humanos: perspectivas liberal e social	6 h/a 0 h/ext	Apresentação de slides, aulas expositivas e outros métodos.	M1: Prova Escrita - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M1: Seminário - Seminário (Peso: 2,00) Avaliar capacidade de síntese e	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11) (12) (13)
Identificar os critérios de Classificação dos Direitos Humanos.	UNIDADE 2 - Classificação dos Direitos Humanos. 1. Do critério das gerações ao critério das dimensões dos direitos humanos 2. Direito constitucional e direitos humanos	4 h/a 0 h/ext	Apresentação de slides, aulas expositivas e outros métodos.	M1: Prova Escrita - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M1: Seminário - Seminário (Peso: 2,00) Avaliar capacidade de síntese e M2: Seminário - Seminário (Peso: 1,00) M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00) Resenha crítica de texto relacionado a disciplina a ser repassado aos alunos em momento oportuno e conforme orientações devidas.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11) (12) (13)
Compreender o sistema normativo dos órgãos Internacionais de proteção aos Direitos Humanos.	UNIDADE 3 - Órgãos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos. 1. Tratados, pactos, convenções e declarações internacionais de direitos humanos 2. Sistema internacional e sistema regional de proteção dos direitos humanos	6 h/a 0 h/ext	Apresentação de slides, aulas expositivas e outros métodos	M2: Seminário - Seminário (Peso: 1,00) M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 1,00) Resenha crítica de texto relacionado a disciplina a ser repassado aos alunos em momento oportuno e conforme orientações devidas.	(2) (3) (4) (5) (6) (10) (12) (13)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Compreender a relação entre os Direitos Humanos e os direitos fundamentais.	UNIDADE 4 - Direitos Humanos no Ordenamento Jurídico Brasileiro. 1. Processo de Positivação dos Direitos Humanos no Brasil 2. Incorporação dos tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro 3. Proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil	8 h/a 0 h/ext	Apresentação de slides, aulas expositivas e outros métodos.	M3: Violações DH no Brasil - Relatório (Peso: 1,00) Resumo do artigo intitulado: DIREITOS HUMANOS GLOBAIS, JUSTIÇA INTERNACIONAL E O BRASIL, de autoria da Profa Dra. Flávia Piovesan. Atividade a ser realizada em sala de aula. M3: Resenha Era dos Direitos. - Resenha (Peso: 1,00)	(2) (3) (4) (5) (8) (9) (10) (12)
Compreender o processo de efetivação dos Direitos Humanos no Brasil.	UNIDADE 5 - Efetividade dos Direitos Humanos no Brasil. 1. Direitos e deveres individuais e coletivos 2. Sistema internacional e sistema regional de proteção dos direitos humanos	6 h/a 0 h/ext	Apresentação de slides, aulas expositivas e outros métodos.	M3: Violações DH no Brasil - Relatório (Peso: 1,00) Resumo do artigo intitulado: DIREITOS HUMANOS GLOBAIS, JUSTIÇA INTERNACIONAL E O BRASIL, de autoria da Profa Dra. Flávia Piovesan. Atividade a ser realizada em sala de aula. M3: Resenha Era dos Direitos. - Resenha (Peso: 1,00)	(2) (3) (4) (5) (6) (8) (10) (11) (12)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Campus, c1992. 217 p. ISBN 8570017103.

(2) COMPARATO, Fabio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 4. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2005. xiv, 577 p. ISBN 8502053744.

(4) PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 13. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 693 p. ISBN 9788502143272.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(3) PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. São Paulo, SP: Saraiva, 2006. 275 p. ISBN 8502058274.

(5) DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos humanos e cidadania. São Paulo, SP: Moderna, 2002. 80 p. (Polêmica (Moderna)). ISBN 8516021807.

(6) MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Direitos Humanos, Constituicao e os Tratados Internacionais : /b Estudo analito da situacao e aplicacao do Tratado na Ordem Juridica Brasileira. São Paulo, SP: Editora Juarez de Oliveira, 2002. 422 p ISBN 8574532576 (broch.).

(7) MORAIS, José Luis Bolzan de. As Crises do Estado e da Constituição e a transformação espaço-temporal dos direitos humanos. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre, RS: Do Advogado, 2011. 143 p. (Estado e Constituição ; 1) ISBN 9788573487695.

(8) TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. A protecao internacional dos direitos humanos e o Brasil (1948-1997): as primeiras cinco decadas. 2.ed. Brasília, DF: Humanidades, 2000. 214p (Serie

Prometeu). ISBN 8523004912 : (Broch.).

(9) TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. Tratado de direito internacional dos direitos humanos. Porto Alegre, RS: S. A. Fabris, 1997. 486p ISBN - (Broch.).

(10) TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. Tratado de direito internacional dos direitos humanos. Porto Alegre, RS: S. A. Fabris, 1997. 486p ISBN - (Broch.).

(11) SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituiçao Federal de 1988. 9. ed. rev. atual. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2011. 192 p. ISBN 9788573487305.

(12) SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 6. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2006. 493 p ISBN 857348411x.

(13) CASTAN TOBENAS, Jose. Los derechos del hombre. 4.ed. Madri [Espanha]: Reus, 1992. 365p ISBN - 8429013318 (broch.).

(14) PECES-BARBA Martínez, Gregorio. Curso de derechos fundamentales: teoría general. Madrid: Boletín Oficial del Estado, 1995.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Atividades Curriculares, prova com resolução de casos hipotéticos.

Constitui conteúdo para ser cobrado nos trabalhos (seminários, resenha e interpretação textual):

1) a matéria trabalhada em sala de aula;
2) leituras de obras literárias clássicas indicadas pela professora;
3) doutrinas jurídicas na área;
4) o conteúdo dos exercícios realizados em sala de aula ou fora dela;
5) trabalhos elaborados em casa, para entregar juntamente com a prova escrita.

- A avaliação do conteúdo da disciplina será realizado a cada 6 (seis) encontros (aulas previstas), denominada “PROVA LEGAL”, a qual conterá questões objetivas (17) e subjetivas (3), as quais serão aplicadas nos padrões de concursos e provas da OAB ou nesse estilo, não sendo permitida consulta a qualquer material;

Critérios de Avaliação:

a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade;
b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas;
c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado;
d) Capacidade de realizar interpretação jurídica.

O acadêmico deverá seguir o regimento interno da Instituição para a segunda chamada de provas, bem como para as justificativas de faltas. Sendo que esta prova compreenderá o conteúdo da avaliação que o acadêmico não realizou oportunamente, podendo, dependendo da atividade não realizada, consultar a legislação pertinente.

Há a necessidade de ser solicitadas 2ª Chamada junto à Secretaria em caso de ausência em qualquer atividade no prazo regimental.Pontualidade; Participação em sala de aula (intervenções); Observações relacionadas ao tema exposto; Materiais apresentados pelo acadêmico para discussão em sala de aula, desde que correlatos com os temas em estudo.

Quando da aplicação dos critérios expostos acima, a média será apurada com a soma do resultado da M1, M2 e/ou M3.

Ainda, em caso de avaliações, não será permitida entrada de alunos na sala de aula para realização da prova após a saída de sala de algum acadêmico que já tenha finalizado a atividade.

Via de regra, as atividades desenvolvidas em sala serão individuais. Caso alguma atividade curricular seja desenvolvida em duplas ou equipe, essa será definida pelo Professor, bem como aquele acadêmico que chegar atrasado em sala de aula, ou seja, após já iniciada a avaliação, realizará a atividade de forma individual.

Não será permitido o uso de celular e/ou aparelhos eletrônicos nos dias de prova, sendo que o descumprimento (desobediência) deste, ensejará, em particular, a retirada do acadêmico da sala de aula, bem como o recolhimento do aparelho eletrônico para a mesa do Professor e o encaminhamento à Coordenação para as providências legais, sem o prejuízo da nota 0 (ZERO) na prova.

No decorrer do semestre poderão ser realizados exercícios de fixação do conteúdo em sala de aula, com atribuição de nota ou não, a critério do Professor, todavia, serão contemplados apenas os alunos presentes em sala de aula, não havendo possibilidade de reposição.

O aluno que comprovar a PUBLICAÇÃO de artigo científico em periódico enquadrado em relatórios indicativos da qualidade A1; A2; B1; B2; B3; B4 ou B5 da CAPES, de sua autoria e que verse sobre a disciplina ministrada, poderá requerer ao Professor o acréscimo de 01 (um) ponto na M3.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1. Ao longo do semestre, deverá o(a) acadêmico(a) realizar LEITURAS COMPLEMENTARES sobre o conteúdo que está sendo ministrado, apresentar, se solicitado pela professora, NOTÍCIAS DE REVISTAS, JORNAIS OU SITES na temática de Direito da Criança e do Adolescente, com o objetivo de facilitar a aquisição dos conhecimentos nesta área e melhor responder aos exercícios e avaliações escritas propostas.

2. O professor é um articulador do estudo e aprendizado dos acadêmicos, logo, um parceiro no processo pedagógico .

3. Os acadêmicos que estiverem regularmente matriculados terão o direito de examinar as atividades depois de corrigidas.

4. Para o desenvolvimento da ética e melhor exercício da convivência intelectual, não será permitido e nem tolerado o uso de telefones celulares durante a ministração da aula.

5. Os acadêmicos obedecerão aos prazos estipulados pelo professor e por este plano de ensino.

6. Abonos de falta e segundas chamadas de atividades avaliativas obedecerão aos regulamentos da UNIVALI.

7. Poderão ocorrer atividades de extensão durante o semestre letivo, ocasião em que o cronograma de atividades será alterado e comunicado aos acadêmicos (SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, dentre outros).

8. O calendário acadêmico é parte integrante deste plano de ensino.

9. Por se tratar de um planejamento, o presente Plano de Ensino está sujeito a modificações posteriores à sua divulgação, baseado em eventuais necessidades da turma ou a critério da professora. Todavia, qualquer alteração será previamente informada aos alunos que estiverem presentes em sala de aula (de maneira oral e seguida das devidas justificativas).

10. Este plano poderá sofrer alterações no decorrer do semestre e, neste caso, os acadêmicos serão devidamente comunicados.

11. As chamadas (frequência) serão realizadas em duas oportunidades, a primeira, sempre 15 (quinze) minutos após o início das aulas, ou seja, 19h15min. O acadêmico que ingressar na sala de aula após a chamada, deverá aguardar o término da aula para requisitar ao Professor, quando for o caso, sua presença parcial.

12. Outras referências bibliográficas poderão ser indicadas pelo Professor, conforme a evolução da matéria e necessidade de aprofundamento dos estudos. Além disso, os alunos deverão ter a diligência necessária para aprofundar o conhecimento com obras e legislação atualizadas.

13. Ainda acerca da bibliografia, como exposto acima, aquela indicada não exaure a infinidade (gama) de obras (livros, trabalhos acadêmicos, artigos científicos, periódicos, etc.), que versam sobre a matéria, servindo de como referencial ao acadêmico que pode (e deve) ser complementado.

14. Caso seja realizado algum trabalho a título de avaliação, deverá ele obedecer as regras e metodologias adotadas pela Universidade, via de regra, a obra “PASOLD, Cesar Luiz. Metodologia da Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática. Florianópolis: Conceito Editorial/MIllenium, 2012”.

15. O PROCESSO DE APRENDIZAGEM SERÁ PAUTADO POR UMA RELAÇÃO DE RESPEITO, CUMPLICIDADE E COMPANHEIRISMO ENTRE OS ALUNOS, ESTES E O PROFESSOR. COM ISSO, OBJETIVA-SE FAZER DA SALA DE AULA UM AMBIENTE DE APRENDIZAGEM SAUDÁVEL, ALEGRE, DE COOPERAÇÃO E QUESTIONAMENTOS.

16. Eventuais reposições de atividades perdidas ao longo do semestre serão realizadas no 18º encontro.

17. Não serão aceitos trabalhos/atividades em atraso, quando solicitados pelo Professor para

qualquer avaliação.

18. A segunda chamada de prova por falta justificada ao longo do semestre serão realizadas individualmente, no 9º encontro.

19. Em não havendo, eventualmente, aula em alguma data estabelecida no referido plano, a atividade passará para o dia de aula da disciplina imediatamente posterior.

20. O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.

21. Poderão ser realizadas outras atividades, ficando a critério do professor, desde que previamente agendada com os(as) acadêmicos(as).

22. Justificativas de faltas serão aceitas, somente, mediante prévio processo administrativo deferido.

23. Recomenda-se a leitura do Guia Acadêmico e da Legislação Institucional.

24. O acadêmico deverá seguir o regimento interno da Instituição para a segunda chamada de provas, bem como para as justificativas de faltas. Sendo que esta prova compreenderá o conteúdo da avaliação que o acadêmico não realizou oportunamente, podendo, dependendo da atividade não realizada, consultar a legislação pertinente.

25. Pontualidade; Participação em sala de aula (intervenções); Observações relacionadas ao tema exposto; Materiais apresentados pelo acadêmico para discussão em sala de aula, desde que correlatos com os temas em estudo.

26. Via de regra, as atividades desenvolvidas em sala serão individuais.

27. EM TODOS os trabalhos escritos entregues à professora, além da correção do conteúdo em si e metodologia, será descontado do(a) acadêmico(a)/autor(a) 0,10 ponto para cada erro referente à LÍNGUA PORTUGUESA

28.Semana de Iniciação Científica: de 05 a 09 de junho de 2017, a qual é dedicada às atividades de iniciação científica, especialmente, apresentação e defesa de trabalhos de conclusão de curso (TCC). A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório.

29.Não será permitido o uso de celular e/ou aparelhos eletrônicos em sala de aula e, em especial, nos dias de prova, salvo se estabelecido (autorizado) a utilização pelo Professor.

30.Não está autorizado o registro de imagem (filmagem, fotografia), nem tão pouco gravação em áudio das aulas e/ou o Professor, salvo de devidamente permitido expressamente por este.

31. Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos

étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.

32. As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002, bem como as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direito Humanos.

33. Políticas de Educação Ambiental, trabalhando a temática referente aos crimes ambientais.

34. O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.

40. O Grupo de Pesquisa Paideia incentiva há 15 anos a pesquisa no CEJURPS, instigando a comunidade acadêmica no desenvolvimento da pesquisa jurídica com grupos de estudos e participação em editais, como PROBIC, PIBIC, art. 171 (CESC), entre outros.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova Escrita * 1,00 + Seminário * 2,00) / 3,00
M2 = (Seminário * 1,00 + Prova Escrita * 1,00) / 2,00
M3 = (Violações DH no Brasil * 1,00 + Resenha Era dos Direitos. * 1,00) / 2,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 18238 - PÚBLICO - AMBIENTAL E DIREITOS HUMANOS

Professor(es): CHARLES ALEXANDRE SOUZA ARMADA

Período: 9º	Ano/Sem.: 2017 / 1 Classe: 1
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Aplicar os fundamentos da pesquisa e da metodologia científica no desenvolvimento do projeto e do capítulo primeiro da monografia desenvolvida no contexto do Direito Público (Direitos Humanos e Ambiental), como processo de ensino-aprendizagem consolidador da conexão entre a teoria e a prática do Direito através da pesquisa.

EMENTA

Fundamentos da pesquisa e da metodologia científica. Projeto de Pesquisa. Levantamento Bibliográfico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 68 h.a. + Total C.H. Avaliações: 4 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Empregar os fundamentos da pesquisa e da metodologia científica na definição do tema, problema(s) e hipótese(s) de pesquisa, na identificação do referente, do método, na seleção das categorias e identificação dos conceitos operacionais, bem como na composição do sumário provisório e no levantamento bibliográfico inicial das fontes a serem pesquisadas.	UNIDADE 1 - Fundamentos da pesquisa e da metodologia científica. 1. Aula 1: Ciência, Ciência Jurídica e a Pesquisa Científica. Intenção de pesquisa: definição do tema, problema(s) e hipótese(s) de pesquisa. 2. Aulas 2 e 3: Métodos e Técnicas de Pesquisa Jurídica: decisão [identificação do referente e do método, seleção das categorias e identificação dos conceitos operacionais com base na bibliografia específica do tema de pesquisa que o(a) acadêmico(a) trará para sala de aula, composição do sumário provisório da pesquisa], investigação e tratamentos dos dados recolhidos. Levantamento bibliográfico inicial das fontes a serem pesquisadas.	12 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada, pesquisa bibliográfica e produção de conteúdo.	M1: Projeto de Pesquisa - Outros Instrumentos (Peso: 3,00) M2: Capítulo 1 - Outros Instrumentos (Peso: 7,00)	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9)
Construir o projeto de pesquisa que consiste no plano de intenções do pesquisador, a fim de guiar a execução da	UNIDADE 2 - Projeto de Pesquisa. 1. Aulas 4 e 5: Desenvolver o projeto de	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva, pesquisa bibliográfica e produção de projeto de pesquisa.	M1: Projeto de Pesquisa - Outros Instrumentos (Peso: 3,00) M2: Capítulo 1 - Outros Instrumentos (Peso: 7,00)	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
investigação científica.	pesquisa conforme o conteúdo trabalhado nas aulas anteriores, acrescentando-se a identificação do projeto, o objeto (tema, delimitação e justificativa), problema(s) e hipótese(s), variáveis, categorias básicas, objetivos (institucional, e investigatórios [geral e específico(s)], metodologia, cronograma da pesquisa, previsão orçamentária e referências (das fontes citadas no projeto e das fontes a pesquisar).				
Executar o levantamento bibliográfico do tema objeto da pesquisa, conforme o referente delimitado no projeto, a fim de iniciar o relatório da pesquisa com o capítulo 1 da monografia.	UNIDADE 3 - Levantamento Bibliográfico. 1. Aulas 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18: Fichamento das obras conforme o referente da pesquisa. Desenvolvimento do Capítulo 1.	48 h/a 0 h/ext	Pesquisa bibliográfica e desenvolvimento do relatório parcial da pesquisa (capítulo 1).	M1: Projeto de Pesquisa - Outros Instrumentos (Peso: 3,00) M2: Capítulo 1 - Outros Instrumentos (Peso: 7,00)	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) PASOLD, Cesar Luiz. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática. 12. ed. rev. São Paulo, SP: Conceito; 2011. 216 p. ISBN 9788578742089.

(2) ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 20. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2005. xv, 174 p. (Estudos ; 85). ISBN 8527300796.

(9) CERVO, Amado Luiz.; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. 4. ed. São Paulo, SP: Makron Books, 1996. 209 p. ISBN 8534605211.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia jurídica. 7. ed., rev. atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2006. 542 p. (Série Médotos em Direito ; 1) ISBN 8520329659.

(5) NUNES, Rizzatto. Manual da monografia juridica: como se faz: uma monografia uma dissertacao uma tese. 4. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2002. 234 p. ISBN 8502038036.

(6) MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. 297 p. ISBN 9788522457588.

(7) MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.

7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008. 277 p. ISBN 9788522451524.

(8) BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 13. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 304 p. ISBN 9788502625501.

(3) PRÓ-REITORIA DE ENSINO (ProEn). Elaboração de trabalhos acadêmicos-científicos. Itajaí: Univali, 2011. Disponível em: <http://www.univali.br/default.aspx?p=358>. Acesso em: 26 fev. 2014.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- M1: A entrega do Projeto de Pesquisa, que valerá nota de 0(zero) a 10(dez) pontos, com apresentação do próprio Projeto aos demais Acadêmicos.

- M2: A entrega, até a aula 16, da versão final do Capítulo 1 da Monografia, seguindo as orientações de conteúdo e metodologia do docente, que valerá nota de 0(zero) a 10(dez) pontos.

- Será realizada pré-banca em data a ser acordada em sala, de forma que os alunos possam apresentar seu projeto de pesquisa aos demais.

- Na execução das atividades o(a) acadêmico(a) deverá observar as orientações encaminhadas no material de apoio, no documento de elaboração de trabalhos acadêmico-científicos disponível em: <<http://www.univali.br/vida-no-campus/biblioteca/elaboracao-de-trabalhos-academico-cientificos/Paginas/default.aspx>> e na obra Metodologia da Pesquisa Jurídica: teoria e prática, do Prof. Cesar Luiz Pasold.

- Pontualidade, assiduidade e permanência em sala de aula.

- Participação oral com intervenções, questionamentos, observações pertinentes ao tema.

- Posse e utilização, em sala de aula, do material solicitado para desenvolvimento dos conteúdos.

- Cumprimento das leituras recomendadas, com antecedência.

- Domínio, identificação e aplicação dos conceitos científicos estudados em situações concretas.

- Capacidade de raciocínio do acadêmico na aplicação do Direito, no caso de ausência ou lacuna da norma jurídica.

- Raciocínio lógico na descrição de ideias e viabilidade dos estudos realizados.

- Riqueza e clareza na argumentação escrita e oral, bem como capacidade de síntese das ideias.

- Observância da norma padrão da língua portuguesa.

- Identificação dos pressupostos fundamentais à temática.

- Comportamento ético condizente com o estágio já alcançado dentro da grade do curso, e o nível de maturidade desejável dos acadêmicos.

- Postura acadêmica que compreende: não usar celular dentro da sala e durante as aulas; não interromper os momentos de estudos e de concentração com conversas paralelas, saídas e entradas desnecessárias durante as aulas, consumo de alimentos ou bebidas em sala de aula.

- Observância das orientações formais dos exercícios/atividades propostos, de forma que receberão nota 0 (zero), os acadêmicos cujos trabalhos e provas apresentarem sinais de cópia de outros acadêmicos, contiverem evidências de materiais retirados de meio digital, copiados de livros ou outras fontes de pesquisa sem a indicação bibliográfica, ou ainda o acadêmico que realizar consulta não autorizada ao material, em atividade de avaliação.

- O uso de notebook e similares em sala da aula seguirá as orientações específicas do docente, conforme a situação ou atividade desenvolvida em sala de aula.

- Após o início do semestre, poderão ser estabelecidos outros critérios de avaliação, sem prejuízo ao amplo e prévio conhecimento por parte dos acadêmicos.

- O plano está sujeito a alterações ao longo do semestre.

- Critérios de avaliação: criatividade, domínio conceitual, reflexividade, criticidade, uso das normas cultas e com base no caderno de elaboração de trabalhos acadêmico-científicos da UNIVALI.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1. Este plano de ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.

2. Para que o(a) acadêmico(a) atinja os objetivos propostos, é importante trazer para a sala de aula a bibliografia solicitada, bem como seu computador de uso pessoal (notebook, etc).

3. Justificativas de faltas serão aceitas, somente, mediante prévio processo administrativo deferido.

4. Recomenda-se a leitura do Guia Acadêmico e da Legislação Institucional.

5. Semana de Iniciação Científica de 2017-1. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso o professor componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pelo professor. Outros casos de participação serão acordados com o professor.

- Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.

- As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

- O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.
COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS
MF=(M1+M2)/2 M1 = (Projeto de Pesquisa * 3,00) / 3,00 M2 = (Capítulo 1 * 7,00) / 7,00 Média Final = 7,00 Limite de Falta = 25%

Digitally signed by FATIMA CATARINA BARBI:06110548928
Date: 2024.05.13 18:13:38 -03:00

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
www.univali.br/validadoc
Para isso, informe o código do documento digital: 835647 e a chave de acesso: 5122368.

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1692 - DIREITO PENAL - PARTE ESPECIAL

Professor(es): POLLYANNA MARIA DA SILVA

Período: 4º	Ano/Sem.: 2017 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Analisar os tipos penais previstos do artigo 121 ao artigo 234-A do Código Penal, articulando o discurso dogmático (por um viés crítico) e sua operacionalidade a fim de resolver casos jurídico-penais.

EMENTA

Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Crimes contra a dignidade sexual.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
- Identificar o objeto material, o bem juridicamente protegido, o elemento subjetivo, a ação penal, assim como, os sujeitos ativos e passivos dos crimes contra a vida; - Constatar o momento em que se consumam os crimes contra a vida, reconhecendo, ou não, a possibilidade de tentativa; - Reconhecer as espécies de homicídio (simples, privilegiado, culposo, qualificado e majorado) e possibilidade de aplicação do perdão judicial; - Identificar a competência para julgamento dos crimes contra vida; - Verificar a possibilidade de homicídio qualificado-privilegiado; - Constatar o caráter hediondo, ou não, dos crimes contra a pessoa; - Avaliar as tipificações para situações de: a) transmissão	UNIDADE 1 - Crimes contra a pessoa. 1. Crimes Contra a Vida 2. Lesões Corporais 3. Perclitação da Vida e da Saúde. Rixa 4. Contra a Honra 5. Dos Crimes Contra a Liberdade Individual 6. “Crimes” raciais em relação aos afrodescendentes e indígenas - ERER	34 h/a 0 h/ext	Aula expositiva da professora; Utilização de recursos audiovisuais; Elaboração de roteiros para auxílio nos estudos complementares; Debate em sala de aula acerca do conteúdo e assuntos relacionados; Iniciação Científica (pesquisa bibliográfica, fichamentos); Exercícios orais e escritos para fixação do conteúdo.	M1: Exercício escrito - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Habilidade de interpretação, solução jurídica de problemas e aplicação (tipificação) da legislação nacional. Capacidade de aplicação dos principais conceitos estudados. M1: Prova escrita individual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Habilidade na aplicação da legislação nacional Raciocínio lógico e interpretação coerente do conteúdo Domínio e/ou identificação de conceitos científicos Capacidade de relacionar os conceitos e aplicá-los as situações concretas Coerência com o tempo estipulado para resolução da prova M2: Exercício escrito - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Habilidade de interpretação, solução jurídica de problemas e aplicação (tipificação) da legislação nacional. Capacidade de aplicação dos principais conceitos estudados. M2: Prova escrita individual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Habilidade na aplicação da legislação nacional Raciocínio lógico e interpretação coerente do conteúdo Domínio e/ou identificação de conceitos científicos Capacidade de relacionar os conceitos e	(1) (3) (5) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
dolosa do vírus HIV; b) suicídio conjunto (Pacto de morte); - Aplicar o art. 20, §3º (erro sobre a pessoa) ao delito de infanticídio (art. 123 do Código Penal); - Verificar a possibilidade de concurso de pessoas no delito de infanticídio; - Identificar as espécies de aborto, aplicabilidade da majorando prevista no art. 127 do Código Penal, assim como, as modalidade de aborto legal (art. 128 do Código Penal; - Avaliar os aspectos jurídicos penais das seguintes situações relacionadas ao crime de aborto: a) gestante que perde o filho em acidente de trânsito; b) morte de fetos gêmeos; c) agressão à mulher sabidamente grávida, d) gestante que tenta o suicídio, e) desistência voluntária e arrependimento eficaz; f) gestante que morre ao realizar o aborto, sendo que o feto sobrevive; - Reconhecer as espécies de lesões corporais (leve, grave, gravíssima, seguida de morte, culposa, no âmbito da violência doméstica), aplicabilidade das formas majorada e minorada, assim como, a possibilidade de emprego do perdão judicial; - Analisar se o consentimento do ofendido, no caso de lesão corporal, como causa supralegal de exclusão da ilicitude; - Analisar o concurso de crimes entre a rixa (simples e qualificada) e as lesões				aplicá-los as situações concretas Coerência com o tempo estipulado para resolução da prova	

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
corporais leves ou graves, e o homicídio; - Distinguir os crimes de calúnia, difamação e injúria (artigos: 138, 139 e 140 do Código Penal); - Distinguir os crimes de constrangimento ilegal (art. 146 do Código Penal) e ameaça (art. 147 do Código Penal)					
- Identificar as peculiaridades, o objeto material, o bem juridicamente protegido, o elemento subjetivo, a ação penal, assim como, os sujeitos ativos e passivos dos crimes contra o patrimônio; - Constatar o momento em que se consumam os crimes contra o patrimônio, reconhecendo, ou não, a possibilidade de tentativa; - Constatar o caráter hediondo, ou não, dos crimes contra o patrimônio; - Aplicar as qualificadoras do crime de furto; - Acerca do crime de furto, analisar as seguintes situações: a) furto de uso; b) furto famélico; c) diferença entre furto de pequeno valor e subtração insignificante; d) furto de sinal de TV em canal fechado; e) furto de automóveis e rompimento de obstáculo; f) subtração de cadáver; g) diferença do crime de furto com fraude do estelionato; - Conceituar roubo próprio e roubo impróprio; - Aplicar as causas de aumento e qualificadoras do crime de roubo;	UNIDADE 2 - Crimes contra o patrimônio. 1. Furto, roubo e extorsão. 2. Dano, Apropriação Indébita, Estelionato e Outras Fraudes. 3. Receptação	10 h/a 0 h/ext	Aula expositiva da professora; Utilização de recursos audiovisuais; Elaboração de roteiros para auxílio nos estudos complementares; Debate em sala de aula acerca do conteúdo e assuntos relacionados; Iniciação Científica (pesquisa bibliográfica, fichamentos); Exercícios orais e escritos para fixação do conteúdo.	M2: Exercício escrito - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Habilidade de interpretação, solução jurídica de problemas e aplicação (tipificação) da legislação nacional. Capacidade de aplicação dos principais conceitos estudados. M2: Prova escrita individual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Habilidade na aplicação da legislação nacional Raciocínio lógico e interpretação coerente do conteúdo Domínio e/ou identificação de conceitos científicos Capacidade de relacionar os conceitos e aplicá-los as situações concretas Coerência com o tempo estipulado para resolução da prova M3: Exercício escrito - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Habilidade de interpretação, solução jurídica de problemas e aplicação (tipificação) da legislação nacional. Capacidade de aplicação dos principais conceitos estudados. M3: Prova escrita individual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Habilidade na aplicação da legislação nacional Raciocínio lógico e interpretação coerente do conteúdo Domínio e/ou identificação de conceitos científicos Capacidade de relacionar os conceitos e aplicá-los as situações concretas Coerência com o tempo estipulado para resolução da prova	(2) (3) (5) (6)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
- Distinguir os crimes de roubo (art. 157 do Código Penal) e extorsão (art. 158 do Código Penal); - Aplicar as qualificadoras do crime de extorsão mediante seqüestro (art. 159 do Código Penal), assim como, a causa de diminuição de pena (delação premiada); - Aplicar as causas de aumento do crime de apropriação indébita (art. 168 do Código Penal); - Distinguir a apropriação indébita (art. 168 do Código Penal)das seguintes figuras típicas: furto (art. 155 do Código Penal), estelionato (art. 171 do Código Penal); - Acerca da figura típica receptação (art. 180 do Código Penal), aplicar as qualificadoras, reconhecer as figuras equiparadas, sua forma culposa e a possibilidade de aplicação do perdão judicial; - Aplicar as disposições gerais relativas aos crimes contra o patrimônio (artigos 181, 182 e 183 do Código Penal);					
Conhecer os aspectos gerais dos dispositivos legais que tratam dos crimes contra a propriedade imaterial.	UNIDADE 3 - Crimes contra a propriedade imaterial. 1. Crimes Contra: a Propriedade Intelectual, o Privilégio de Invenção, as Marcas de Indústria e Comércio. Da Concorrência Desleal.	2 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada.	M3: Exercício escrito - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Habilidade de interpretação, solução jurídica de problemas e aplicação (tipificação) da legislação nacional. Capacidade de aplicação dos principais conceitos estudados.	(3) (7)
Compreender os aspectos básico dos dispositivos legais que tratam dos crimes contra a organização do trabalho.	UNIDADE 4 - Crimes contra a organização do trabalho. 1. Aspectos gerais dos crimes contra a organização do trabalho	2 h/a 0 h/ext	Idem unidade 1.	M3: Exercício escrito - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Habilidade de interpretação, solução jurídica de problemas e aplicação (tipificação) da legislação nacional. Capacidade de aplicação dos principais conceitos estudados.	(3) (7)
Compreender os aspectos	UNIDADE 5 - Crimes contra	1 h/a	Aula expositiva	M1: Exercício escrito - Outros	(2) (3)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
básicos dos dispositivos legais que tratam desses crimes, especificamente, da conduta típica prevista no art. 211 (destruição, subtração ou ocultação de cadáver).	o sentimento religioso e o respeito aos mortos. 1. Destruição, Subtração ou Ocultação de Cadáver. Vilipêndio a Cadáver.	0 h/ext	dialogada.	Instrumentos (Peso: 1,00) Habilidade de interpretação, solução jurídica de problemas e aplicação (tipificação) da legislação nacional. Capacidade de aplicação dos principais conceitos estudados. M1: Prova escrita individual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Habilidade na aplicação da legislação nacional Raciocínio lógico e interpretação coerente do conteúdo Domínio e/ou identificação de conceitos científicos Capacidade de relacionar os conceitos e aplicá-los as situações concretas Coerência com o tempo estipulado para resolução da prova M2: Exercício escrito - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Habilidade de interpretação, solução jurídica de problemas e aplicação (tipificação) da legislação nacional. Capacidade de aplicação dos principais conceitos estudados. M2: Prova escrita individual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Habilidade na aplicação da legislação nacional Raciocínio lógico e interpretação coerente do conteúdo Domínio e/ou identificação de conceitos científicos Capacidade de relacionar os conceitos e aplicá-los as situações concretas Coerência com o tempo estipulado para resolução da prova	
- Identificar o objeto material, o bem juridicamente protegido, o elemento subjetivo, a ação penal, assim como, os sujeitos ativos e passivos dos crimes contra a dignidade sexual; - Reconhecer o momento em que se consumam os crimes contra a dignidade sexual e a possibilidade de tentativa; - Empregar as causas de aumento de pena previstas nos artigos 226 e 234-A do Código Penal;	UNIDADE 6 - Crimes contra a dignidade sexual. 1. Crimes contra a liberdade sexual 2. Crimes sexuais contra vulneráveis 3. Do lenocínio e do tráfico de pessoas para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual	11 h/a 0 h/ext	Aula expositiva da professora; Utilização de recursos audiovisuais; Elaboração de roteiros para auxílio nos estudos complementares; Debate em sala de aula acerca do conteúdo e assuntos relacionados; Iniciação Científica (pesquisa bibliográfica, fichamentos); Exercícios orais e escritos para fixação do conteúdo.	M3: Exercício escrito - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Habilidade de interpretação, solução jurídica de problemas e aplicação (tipificação) da legislação nacional. Capacidade de aplicação dos principais conceitos estudados. M3: Prova escrita individual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Habilidade na aplicação da legislação nacional Raciocínio lógico e interpretação coerente do conteúdo Domínio e/ou identificação de conceitos científicos Capacidade de relacionar os conceitos e aplicá-los as situações concretas Coerência com o tempo estipulado para resolução da prova	(3) (4) (5) (6)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
- Distinguir os crimes de "Estupro" (art. 213 do Código Penal) e "Estupro de vulnerável" (art. 217-A do Código Penal), do mesmo modo que, o crime de "Estupro" e a contravenção penal "Importunação ofensiva ao pudor" (art. 61 do Decreto-Lei n 3.688/41); - Distinguir o delito de ato obsceno (art. 233 do Código Penal) e a contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor (art. 61 do Decreto-Lei n 3.688/41).					

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal 2: parte especial, dos crimes contra a pessoa. 15. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 540 p. ISBN 9788502620148(v.2).

(2) BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal 3: parte especial : dos crimes contra o patrimônio até dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. 9. ed. rev. , ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. 483 p. ISBN 9788502188976(v. 3).

(3) GRECO, Rogério. Código penal comentado. 9. ed. rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2015. 1286 p. ISBN 9788576268147.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal 4: parte especial, dos crimes contra a dignidade sexual até dos crimes contra a fé pública. 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 611 p. ISBN 9788502619265 (v.4).

(5) BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal 4: parte especial, dos crimes contra a dignidade sexual até dos crimes contra a fé pública. 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 611 p. ISBN 9788502619265 (v.4).

(6) BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal 4: parte especial, dos crimes contra a dignidade sexual até dos crimes contra a fé pública. 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 611 p. ISBN 9788502619265 (v.4).

(7) GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; LENZA, Pedro. Direito penal esquematizado: parte especial. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 828 p. ISBN 9788502097919.

(8) GRECO, Rogério. Curso de direito penal 2: parte especial : (arts. 121 a 154 - B do CP). 11. ed. rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2014. 652 p. ISBN 9788576267447.

(9) BUSATO, Paulo César. Direito penal 2: parte especial. artigos 121 a 234 do Código Penal. São Paulo: Atlas Jurídico, 2016.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Critérios de avaliação:

Habilidade de tipificação e solução jurídica de problemas;
Habilidade na interpretação e aplicação da legislação nacional;
Percepção dos conflitos doutrinários e jurisprudenciais envolvendo o assunto;
Raciocínio lógico e interpretação coerente nas exposições escritas ou verbais.

- Tipos de avaliação:

TIPO A: Atividade escrita, individual ou em dupla, com consulta à legislação impressa e sem comentários. Questões discursivas e estudos de caso. (peso 1)

TIPO B prova legal: Prova escrita individual, sem nenhuma consulta, com questões objetivas do ENADE, Exames da OAB, concursos públicos e elaboradas pela professora. (peso 1)

OBSERVAÇÕES GERAIS

COMPORTAMENTO DO ACADÊMICO (1): É vedado o uso de celulares, e-books, smartphones e afins durante as avaliações. Após o primeiro aluno da turma entregar a prova, nenhum outro que porventura chegue atrasado poderá iniciá-la, tendo que requerer segunda chamada. Ao aluno que utilizar qualquer meio fraudulento nas avaliações será atribuída a nota zero.

COMPORTAMENTO DO ACADÊMICO (2): Não é autorizado qualquer tipo de gravação de imagem e/ou som das aulas.

SEGUNDA CHAMADA DE AVALIAÇÃO: No caso de eventual necessidade de 2ª chamada de avaliação, o(a) acadêmico(a) deverá requisitá-la na secretaria acadêmica, conforme procedimento institucional.
Data de realização: 18º aula (último encontro).

FREQUÊNCIA (1): Abono de faltas somente mediante processo na secretaria acadêmica e apresentação de fichamento com resenha critica de obra prevista no plano de ensino (bibliografia básica) e indicada pela professora.

FREQUÊNCIA (2): A chamada será feita on-line em todos os encontros, no(s) horário(s) que a professora considerar adequado(s). O acadêmico pode solicitar correção de possível erro no lançamento da frequência até a semana seguinte ao ocorrido. Por isso, indica-se que haja acompanhamento semanal na central do aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: Indica-se a utilização de bibliografia atualizada a partir de 2017, assim como, o uso da legislação para acompanhar as aulas.

EVENTO (1): Semana de iniciação científica de 06/11/2017 a 10/11/2017 (aula normal com chamada).

EVENTO(2): Indica-se a participação no 4º Estudos sobre crime, Processo e Sociedade que ocorrerá no dia 16 de agosto.

OPORTUNIDADES: O acadêmico pode realizar atividades de pesquisa e extensão em diversas áreas. Informe-se como participar com a Professora ou com NUPEX (em frente ao laboratório de informática).

OUTROS (1): Serão trabalhados, de forma transversal, os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.

OUTROS (2): O contato com a professora será feito, preferencialmente, em sala de aula ou, em caso de necessidade pelo e-mail pms.br@hotmail.com

***Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Exercício escrito * 1,00 + Prova escrita individual * 1,00) / 2,00
M2 = (Exercício escrito * 1,00 + Prova escrita individual * 1,00) / 2,00
M3 = (Exercício escrito * 1,00 + Prova escrita individual * 1,00) / 2,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA		
Curso: 4 - DIREITO		
Disciplina: 1705 - DIREITO PREVIDENCIÁRIO		
Professor(es): SANDRA ÁVILA DOS SANTOS e RAFAEL SCHMIDT WALDRICH		
Período: 10º	Ano/Sem.: 2017 / 2	Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4	

OBJETIVO GERAL

Analisar o Direito Previdenciário em todos os seus desmembramentos, considerando os aspectos teóricos e práticos, com base na legislação, jurisprudência e doutrina, para a formação de profissionais éticos, capazes, conscientes, críticos e compromissados com sua atuação na sociedade.

EMENTA

Histórico, finalidade e evolução do Direito Previdenciário. Autonomia do Direito Previdenciário: legislação própria. Regimes de previdência no Brasil. Prestações: benefícios e serviços. Fontes de financiamento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 52 h.a. + Total C.H. Avaliações: 18 h.a. = 70 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conhecer a evolução histórica e legislativa da Seguridade Social no cenário mundial e no Brasil.	UNIDADE 1 - Histórico, finalidade e evolução do Direito Previdenciário. 1. Proteção Social e seus aspectos 2. Histórico da proteção social no Brasil 3. Seguridade Social 4. Evolução legislativa da seguridade social no Brasil 5. Conceito de seguridade social 6. Composição do sistema de seguridade social 7. Diferenças entre seguro social e seguridade social 8. Princípios da seguridade social 9. Princípios aplicáveis ao direito previdenciário 10. História da Previdência Social no Brasil	12 h/a 0 h/ext	Explanação através de aulas expositivas e abordagens práticas em sala de aula, com a utilização de data show.	M1: Atividade 1 - Estudo de Caso (Peso: 1,00) ATIVIDADE DE PESQUISA - Atividade de pesquisa em doutrina e/ou jurisprudência, consistente em resolução de questões objetivas e subjetivas.. A avaliação tem como finalidade incentivar a pesquisa, identificando a aplicação do direito nos casos práticos. Atividade em sala de aula. Critérios de atribuição de nota: domínio e/ou identificação de conceitos científicos; raciocínio lógico na descrição de ideias; capacidade de aplicar conceitos científicos estudados; argumentação e concisão nas respostas; capacidade de relacionar os conceitos em questões práticas; correta utilização da língua portuguesa; observância dos critérios formais estabelecidos; interpretação. Os aspectos formais da avaliação serão informados oportunamente. M1: Prova 1 - Prova Escrita (Peso: 1,00) PROVA LEGAL 1 - Avaliação individual, objetiva e/ou discursiva, sem consulta, envolvendo questões de concursos e OAB. domínio e/ou identificação de conceitos científicos; raciocínio lógico na descrição de ideias. M3: Prova 3 - Prova Escrita (Peso: 1,00) PROVA LEGAL 1 - Avaliação individual,	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				objetiva e/ou discursiva, sem consulta, envolvendo questões de concursos.	
Analisar a autonomia do direito previdenciário e sua relação com outros ramos do direito, bem como, aplicar as normas do direito previdenciário.	UNIDADE 2 - Autonomia do Direito Previdenciário: legislação própria. 1. Fontes da seguridade social . Conceito. Espécies 2. Aplicação das normas de direito previdenciário. Vigência. Interpretação. Integração	4 h/a 0 h/ext	Explanação através de aulas expositivas e abordagens práticas em sala de aula, com a utilização de data show.	M1: Atividade 1 - Estudo de Caso (Peso: 1,00) ATIVIDADE DE PESQUISA - Atividade de pesquisa em doutrina e/ou jurisprudência, consistente em resolução de questões objetivas e subjetivas.. A avaliação tem como finalidade incentivar a pesquisa, identificando a aplicação do direito nos casos práticos. Atividade em sala de aula. Critérios de atribuição de nota: domínio e/ou identificação de conceitos científicos; raciocínio lógico na descrição de ideias; capacidade de aplicar conceitos científicos estudados; argumentação e concisão nas respostas; capacidade de relacionar os conceitos em questões práticas; correta utilização da língua portuguesa; observância dos critérios formais estabelecidos; interpretação. Os aspectos formais da avaliação serão informados oportunamente. M1: Prova 1 - Prova Escrita (Peso: 1,00) PROVA LEGAL 1 - Avaliação individual, objetiva e/ou discursiva, sem consulta, envolvendo questões de concursos e OAB. domínio e/ou identificação de conceitos científicos; raciocínio lógico na descrição de ideias. M3: Prova 3 - Prova Escrita (Peso: 1,00) PROVA LEGAL 1 - Avaliação individual, objetiva e/ou discursiva, sem consulta, envolvendo questões de concursos.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7)
Explorar os Regimes de Previdência Social existentes no Brasil	UNIDADE 3 - Regimes de previdência no Brasil. 1. Beneficiários: Segurados e Dependentes 2. Filiação 3. Manutenção e perda da qualidade de segurado 4. Tempo de serviço/contribuição para fins previdenciários 5. Períodos de carência 6. Concessão da prestação previdenciária 7. Prescrição e Decadência	12 h/a 0 h/ext	Explanação através de aulas expositivas e abordagens práticas em sala de aula, com a utilização de data show.	M2: Atividade 2 - Estudo de Caso (Peso: 1,00) ESTUDO DE CASO - Trabalho de Pesquisa em doutrina e/ou jurisprudência. A avaliação tem como finalidade incentivar a pesquisa, identificando a aplicação do direito nos casos práticos. Atividade em sala de aula. M2: Prova 2 - Prova Escrita (Peso: 1,00) PROVA LEGAL 1 - Avaliação individual, objetiva e/ou discursiva, sem consulta, envolvendo questões de concursos. M3: Prova 3 - Prova Escrita (Peso: 1,00) PROVA LEGAL 1 - Avaliação individual, objetiva e/ou discursiva, sem consulta, envolvendo questões de concursos.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conhecer e estudar os benefícios e serviços da Previdência Social.	UNIDADE 4 - Prestações: benefícios e serviços. 1. Aposentadoria Voluntárias: aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por idade, aposentadoria por idade rural, aposentadoria especial 2. Benefícios por incapacidade: Auxílio doença, Aposentadoria por invalidez, Auxílio acidente 3. Benefícios acidentários 4. Benefícios assistenciais 5. Benefícios de proteção à família ou a maternidade 6. Benefícios previdenciários e assistenciais dos indígenas	19 h/a 0 h/ext	Explanação através de aulas expositivas e abordagens práticas em sala de aula, com a utilização de data show. Após a explanação dos conteúdos, será distribuído aos acadêmicos material de pesquisa referente ao tema para leitura e debate.	M3: Atividade 3 - Resenha (Peso: 1,00) RESENHA DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCI Atividade individual, manuscrita, com no mínimo cinco páginas, com a indicação da referência bibliográfica utilizada, sobre os seguintes benefícios previdenciários: aposentadoria por tempo de contribuição, por idade, por invalidez e especial - Auxílio doença, acidente e reclusão - Salário maternidade e família - Pensão por morte. M3: Prova 3 - Prova Escrita (Peso: 1,00) PROVA LEGAL 1 - Avaliação individual, objetiva e/ou discursiva, sem consulta, envolvendo questões de concursos.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7)
Conhecer como é o financiamento da Seguridade Social	UNIDADE 5 - Fontes de financiamento. 1. Fontes de financiamento em geral	5 h/a 0 h/ext	Explanação através de aulas expositivas e abordagens práticas em sala de aula, com a utilização de data show. Após a explanação dos conteúdos, será distribuído aos acadêmicos material de pesquisa referente ao tema para leitura e debate. Abordagens práticas em sala de aula, com¿a utilização de data show. Distribuição de material de pesquisa referente ao tema para leitura e debate.	M3: Atividade 3 - Resenha (Peso: 1,00) RESENHA DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCI Atividade individual, manuscrita, com no mínimo cinco páginas, com a indicação da referência bibliográfica utilizada, sobre os seguintes benefícios previdenciários: aposentadoria por tempo de contribuição, por idade, por invalidez e especial - Auxílio doença, acidente e reclusão - Salário maternidade e família - Pensão por morte. M3: Prova 3 - Prova Escrita (Peso: 1,00) PROVA LEGAL 1 - Avaliação individual, objetiva e/ou discursiva, sem consulta, envolvendo questões de concursos.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de direito previdenciário. 21. ed. rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2015. 946 p. ISBN 9788576268642.

(2) CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 17. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2015. xliii, 1427 p. ISBN 9788530961459.

(3) MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de direito previdenciário. 6. ed. São Paulo, SP: LTr, 2014. 1552 p. ISBN 9788536129204.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) SAVARIS, José Antonio. Direito processual previdenciário. 3. ed. ampl., rev. e atual. Curitiba, PR: Juruá Ed., 2011. 552 p. ISBN 9788536232591.

(5) BALERA, Wagner. Processo administrativo previdenciario: benefícios. São Paulo, SP: LTr, 1999. 303 p. ISBN 8573226102.

(6) MARTINS, Sérgio Pinto. Legislação previdenciária: atualizada de acordo com o Decreto n. 3.048, de 6-5-1999 (Regulamento da Previdência Social). 21. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 409 p. ISBN 9788522493692.

(7) HORVATH JÚNIOR, Miguel. Direito previdenciário. 5.ed., atual. São Paulo, SP: Editora Quartier Latin, 2005. 511 p. ISBN 8588813017.

(8) SANTORO, José Jayme de Souza. Manual de direito previdenciário. 3.ed. Rio de Janeiro, RJ: F. Bastos, [2004], c 2005. xvii,158 p. ISBN 8535303022.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1. Após o início do semestre, em virtude das características individuais e comportamento dos acadêmicos, poderão ser estabelecidos outros critérios de avaliação, sem prejuízo ao amplo e prévio conhecimento.----------

2.Receberão nota 0 (zero), os trabalhos e provas que apresentarem sinais de cópia de outros alunos, contiverem evidências de materiais retirados de meio digital, Internet, copiados de livros ou outras fontes de pesquisa sem a indicação bibliográfica.----------

3.As atividades escritas serão feitas com ou sem consulta à legislação ou ao material de apoio, o que será comunicado com uma aula de antecedência.----------

4.O conteúdo das avaliações denominadas Prova Legal poderão ser cumulativos.----------

5. Para melhor aplicação e interpretação do Direito, o aluno efetuará atividades específicas consistentes em pesquisa na jurisprudência e doutrina, como forma de avaliação, em sala de aula.----------

6. O início da prova escrita denominada Prova Legal será às 19 horas e o termino às 22h30min. Somente após decorrido 60 minutos do início da prova que o aluno poderá retirar-se da sala de aula.----------

7. Durante a aplicação da prova escrita não serão permitidos: a) qualquer tipo de comunicação entre os alunos; b) levantar da cadeira sem a devida autorização da professora; c) portar ou utilizar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, notebook, ou outro aparelho eletrônico de qualquer espécie.----------

8. Nos dias que não houver avaliação, poderá ser realizada ao final de cada aula expositiva, exercício para a fixação do conteúdo, o qual será atribuído nota 0,25 por exercício/aula que será somado a nota da prova da média correspondente, desde que estejam completos e as respostas corretas. Somente serão aceitos os exercícios realizados nos dias solicitados, portanto não serão aceitos exercícios intempestivos, independente do motivo do impedimento.----------

9.Considerando que o processo de ensino/aprendizagem e a avaliação do acadêmico devem ser constante, durante as aulas será exigido, de cada acadêmico, (1) comportamento ético condizente com o estágio já alcançado dentro da grade do curso, e o nível de maturidade desejável dos acadêmicos; (2) Atenção para o conteúdo ministrado; (3) raciocínio jurídico, de argumentação,

de persuasão e de reflexão crítica, com busca constante aos conceitos operacionais já conhecidos durante o curso. Tais itens poderão ser medidos através de interpelações aos acadêmicos durante as aulas. Em todas as avaliações serão rigorosamente observados o aspecto formal da apresentação, a coerência do desenvolvimento, a objetividade, a redação, uso correto da língua portuguesa (será descontado 0,10 pontos para cada erro de escrita) e a utilização de vocabulário adequado. ----------

10. A Prova escrita denominada de Prova Legal será aplicada na composição parcial das médias, esta consiste em uma prova contendo de 20 a 30 questões. Destas questões, 70% deverão ser de questões objetivas, oriundas de provas da OAB e Concursos e/ou elaboradas pelos próprios professores neste padrão, e 30% com questões discursivas, buscará estabelecer a interdisciplinaridade sempre que possível.----------

11. É PROIBIDO o uso de celular durante as aulas (Lei Estadual nº. 14.363 de 25 de janeiro de 2008), bem como, interromper os momentos de estudos e de concentração com conversas paralelas, saídas e entradas desnecessárias durante as aulas, consumo excessivo de alimentos ou bebidas em sala de aula.----------

12. Nas avaliações os aparelhos celulares deverão estar desligados e guardados nas respectivas bolsas, não sendo permitido permanecer nas mesas ou acessá-lo em qualquer momento. A inobservância das orientações formais dos exercícios/atividades propostos, de forma que receberão nota 0 (zero), os acadêmicos cujos trabalhos e provas apresentarem sinais de cópia de outros acadêmicos, contiverem evidências de materiais retirados de meio digital, copiados de livros ou outras fontes de pesquisa sem a indicação bibliográfica, ou ainda o acadêmico que realizar consulta não autorizada ao material, em atividade de avaliação. ----------

13. Tendo em vista o objetivo institucional de fomentar a iniciação a pesquisa científica, a professora deixará livremente a proposta para que os acadêmicos elaborem um artigo científico sobre um dos assuntos da Ementa, que terá peso 1 e comporá a Atividade 3. O acadêmico deverá comunicar a professora sobre a sua intenção na produção do artigo científico e entregar o artigo completo até a M3.----------

14. Em todas as avaliações serão rigorosamente observados o aspecto formal da apresentação, a coerência do desenvolvimento, a objetividade, a redação (uso correto da língua portuguesa) e a utilização de vocabulário adequado.----------

OBSERVAÇÕES GERAIS

1.Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre, segundo a conveniência e a necessidade didática; se houver mudança nas avaliações (forma e/ou data) os alunos serão previamente avisados.

2. Será indispensável ao aluno o manuseio da Legislação pertinente durante as aulas e a leitura prévia dos conteúdos e/ou textos indicados.

3. Não havendo, eventualmente, aula em alguma data estabelecida no referido plano, a atividade passará para o dia de aula da disciplina imediatamente posterior.

4.A bibliografia indicada não exaure a gama de obras (livros, trabalhos acadêmicos, artigos, periódicos, etc.) que tratam sobre a matéria, servindo como mero referencial ao aluno(a), que pode (e deve) ser complementado.

5.Os últimos 15 minutos de cada aula poderão ser reservados para tirar dúvidas pontuais e/ou

aplicação de atividade de avaliação.

6.Para que o(a) acadêmico(a) atinja os objetivos perseguidos pela disciplina, é importante que: 1. Acompanhe as atividades da disciplina através das aulas e da realização da leitura dos textos correspondentes aos temas tratados, fazendo o respectivo fichamento e anotando as dúvidas para discuti-las em sala de aula; 2. Esteja atualizado com as atividades de sala de aula; 3. Exponha suas dificuldades ao professor e busque fontes suplementares de pesquisa; 4. Realize as leituras e as atividades didáticas de acordo com as técnicas e os métodos de elaboração científica, cujo conteúdo é objeto de disciplina específica.

7.As aulas serão expositivas com a efetiva participação dos acadêmicos, induzindo-os à análise crítica da matéria e debates em sala de aula, podendo ser utilizados recursos audiovisuais.

8.A 1º chamada será feita antes do início do intervalo; e a 2º chamada poderá ser realizada antes do término da aula, salvo outro critério estabelecido pela professora.

9.O acadêmico que ingressar na sala de aula após a chamada, deverá aguardar o término da aula para requisitar, quando for o caso, sua presença parcial.

10.Eventual material de apoio disponibilizado, será considerado como conteúdo para fins de avaliação.

11.A atividades realizadas em 2ª chamada serão feitas sempre no último encontro do semestre (18º encontro) necessitando o(a) acadêmico(a) ter realizado antecipadamente o respectivo pedido de reposição perante à Coordenação do curso, respeitando os prazos e as diretrizes existentes, e desde que deferido o processo de justificativa. A segunda chamada poderá ocorrer de forma escrita ou oral, a critério do professor, até lá o aluno terá a nota 0 (zero) apenas para efeito de digitação.

12. As justificativas de faltas serão aceitas somente mediante prévio processo administrativo deferido.

13. Não será permitido o uso de computador/ tablet / e/ou similares durante a realização das atividades, salvo nos casos de orientação expressa da professora. Nestes dias, caso seja permitida alguma consulta, o(a) acadêmico(a) deverá trazer legislação (ou outro material) impressa em papel.

14. A professora poderá disponibilizar na página da UNIVALI (www.univali.br) no espaço virtual do acadêmico "material didático", o material de apoio às aulas; o acadêmico deverá estar atento de que o material envolve somente aos
assuntos tratados em aula, com apontamentos de legislação e/ou jurisprudência, sendo que os apontamentos nele realizados foram feitos tendo em vista auxiliar a visualização do conteúdo e reclamam sempre a contextualização que é possibilitada em aula; o material, em hipótese alguma, substitui a participação nas aulas e a obrigatória leitura de doutrinas e jurisprudências.

15. Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos

étnico-raciais conforme Lei nº 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.

16. As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

17. Não havendo, eventualmente, aula em alguma data estabelecida no referido plano, a atividade passará para o dia de aula da disciplina imediatamente posterior.

18. O Grupo de Pesquisa Paideia incentiva a pesquisa no CEJURPS, instigando a comunidade acadêmica no desenvolvimento da pesquisa jurídica com grupos de estudos e participação em editais, como PROBIC, PIBIC, art. 171 (CESC), entre outros.

19. ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA - O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de extensão comunitária nas mais diversas áreas, com destaque a possibilidade de atuação no Mutirão da Vara da Família (Balneário Camboriú), Protejá (Projeto de Prevenção à Pedofilia), Aproximando o Acadêmico do Curso de Direito com a Comunidade e o Mercado de Trabalho (Projeto que insere o acadêmico em entidades sem fins lucrativos, atuando juridicamente).
---

20. Semana de Iniciação Científica de ***
--
21.Os acadêmicos que desejarem contatar com a Professora da disciplina poderão fazê-lo também através do email: sandra.avila@univali.br. Os emails encaminhados a docente serão respondidos de acordo com sua disponibilidade.

22.Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Regimento Interno da Instituição.

23. Este Plano de Ensino po1-Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre, segundo a conveniência e a necessidade didática; se houver mudança nas avaliações (forma e/ou data) os alunos serão previamente avisados.
2- No decorrer das aulas, a participação dos alunos poderá ser sempre exigida e será sempre estimulada.
3- Qualquer atividade desenvolvida em sala de aula poderá ser atribuída nota.
4- Justificativas de faltas só serão acetas mediante prévio processo administrativo, devidamente deferido.
5- Em todas as avaliações serão rigorosamente observados o aspecto formal da apresentação, a coerência do desenvolvimento, a objetividade, a redação (uso correto da língua portuguesa) e a utilização de vocabulário adequado.
6- A bibliografia poderá ser completada no decorrer do semestre.
7- O aluno deverá comparecer às aulas munido de CLT atualizada e da CRFB/88.
8- É aconselhável a leitura da Legislação Institucional, bem como do guia acadêmico.
9- É orientado e aconselhado que o aluno acompanhe as aulas com uma doutrina específica que contenha a ementa.
10 - Semana de Iniciação Científica de 06 a 10/11/2017 . A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento,

e deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso a professora componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pelo professor. Outros casos de participação serão acordados com a professora.

- Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17
de junho de 2004.

- As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

- O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar. O Grupo de Pesquisa Paideia incentiva há 13 anos a pesquisa no CEJURPS, instigando a comunidade acadêmica no desenvolvimento da pesquisa jurídica com grupos de estudos e participação em editais, como PROBIC, PIBIC, art. 171 (CESC), entre outros.

11 - Os acadêmicos poderão realizar consultas em sala de aula para acompanhamentos das aulas e eventuais trabalhos no e-book (artigos publicados). http://www6.univali.br/seer/index.php/rdp

derá ser alterado no decorrer do semestre.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3

M1 = (Atividade 1 * 1,00 + Prova 1 * 1,00) / 2,00

M2 = (Atividade 2 * 1,00 + Prova 2 * 1,00) / 2,00

M3 = (Atividade 3 * 1,00 + Prova 3 * 1,00) / 2,00

Média Final = 6,00

Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 2808 - BIOÉTICA

Professor(es): ANDRIETTA KRETZ VIVIANI

Período: 10º	Ano/Sem.: 2017 / 2 Classe: 1
CH Teórica: 30 (36 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 30 (36 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 2

OBJETIVO GERAL

Conhecer para aplicar as noções gerais da Bioética e do Biodireito, analisando sua evolução, bem como compreendendo e contextualizando os aspectos mais controvertidos deste novo direito.

EMENTA

Ética: conceito e caracterização. Bioética: princípios universais. Biodireito e sua importância. Ações Afirmativas. Manipulação Genética e dignidade humana. Medicina curativa e preditiva clonagem e mercado humano. Direito e a homossexualidade, a interesexualidade e a transexualidade. Reprodução assistida e tecnologias reprodutórias. Eutanásia, Distanásia e Ortotanásia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 28 h.a. + Total C.H. Avaliações: 8 h.a. = 36 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conhecer e compreender o conceito de Bioética, bem como diferenciar ética e moral.	UNIDADE 1 - Ética: conceito e caracterização. 1. Conceito de Ética 2. Conceito de Mora 3. Conceito de Bioética	3 h/a 0 h/ext	Aula presencial para explicação da utilização do ambiente virtual de ensino e aprendizagem. Aula a distância. Utilização do ambiente virtual de ensino e aprendizagem.	M1: prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M1: estudo de caso - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M2: prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: forum de discussão - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M3: prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: parecer jurídico - Atividade Curricular (Peso: 1,00)	(1) (3) (7) (11)
Identificar os princípios universais da Bioética e conhecer sua evolução histórica.	UNIDADE 2 - Bioética: princípios universais. 1. Princípios universais da Bioética 2. Evolução histórica da Bioética	2 h/a 0 h/ext	Aula a distância com a utilização do ambiente virtual de ensino e aprendizagem; Aula expositiva e dialogada através de vídeo conferência e/ou Juris simulados.	M1: prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M1: estudo de caso - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M2: prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: forum de discussão - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M3: prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: parecer jurídico - Atividade Curricular (Peso: 1,00)	(1) (3) (7) (11)
Conhecer e compreender o conceito de Biodireito e sua importância e identificar a relação entre a Bioética o e Direito.	UNIDADE 3 - Biodireito e sua importância. 1. Conceito de Biodireito 2. Importância e necessidade do Biodireito 3. Relação entre Bioética e o Direito	3 h/a 0 h/ext	Aula a distância utilização do ambiente virtual de ensino e aprendizagem	M1: prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M1: estudo de caso - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M2: prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: forum de discussão - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M3: prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: parecer jurídico - Atividade Curricular (Peso: 1,00)	(1) (3) (4) (6) (7) (11)
Refletir sobre uma bioética e seu desenvolvimento.	UNIDADE 4 - Ações Afirmativas. 1. Conceito de Bioética anti-racista 2. A necessidade de uma	3 h/a 0 h/ext	Aula a distância utilização do ambiente virtual de ensino e	M1: prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M1: estudo de caso - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M2: prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: forum de discussão - Atividade	(1) (3) (4) (11)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
	bioética anti-racista 3. Reflexões sobre uma bioética anti-racista		aprendizagem	Curricular (Peso: 1,00) M3: prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: parecer jurídico - Atividade Curricular (Peso: 1,00)	
Conhecer o conceito e função da manipulação genética e refletir sobre sua relação com o princípio da dignidade da pessoa humana	UNIDADE 5 - Manipulação Genética e dignidade humana. 1. Conceito de manipulação genética 2. Conceito de dignidade da pessoa humana 3. Relação da manipulação genética com a dignidade da pessoa humana	3 h/a 0 h/ext	Aula presencial com estudo dirigido de texto de referência. Aula a distância com a utilização do ambiente virtual de ensino e aprendizagem	M1: prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M1: estudo de caso - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M2: prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: forum de discussão - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M3: prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: parecer jurídico - Atividade Curricular (Peso: 1,00)	(1) (2) (3) (4) (6) (8) (9) (11)
Conhecer e identificar a medicina curativa, preventiva e preditiva, clonagem e mercado humano	UNIDADE 6 - Medicina curativa e preditiva clonagem e mercado humano. 1. Conceito de medicina curativa 2. Conceito de medicina preditiva 3. conceito de medicina preventiva 4. Conceito de clonagem humana 5. Mercado Humano	5 h/a 0 h/ext	Aula a distância com a utilização do ambiente virtual de ensino e aprendizagem	M1: estudo de caso - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M2: prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: forum de discussão - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M3: prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: parecer jurídico - Atividade Curricular (Peso: 1,00)	(1) (2) (3) (4) (6) (8) (11)
Conhecer e identificar a homossexualidade, a intersexualidade e transexualidade e relacioná-las com o Direito.	UNIDADE 7 - Direito e a homossexualidade, a interesexualidade e a transexualidade. 1. Conceito de homossexualidade 2. Conceito de intersexualidade 3. Conceito de transexualidade 4. Relação da homossexualidade, intersexualidade e transexualidade com o Direito	4 h/a 0 h/ext	Aula a distância. Pesquisa bibliográfica sobre o contéudo desta unidade. Leitura dirigida de texto de referência. Forum sobre assunto previamente delimitado	M1: estudo de caso - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M2: prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: forum de discussão - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M3: prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: parecer jurídico - Atividade Curricular (Peso: 1,00)	(1) (2) (3) (5) (11)
Conhecer e identificar a reprodução assistida e teconologias reprodutivas	UNIDADE 8 - Reprodução assistida e tecnologias reprodutórias. 1. Conceito de reprodução assistida 2. Conceito de tecnologias reprodutiva	2 h/a 0 h/ext	Aula a distância com utilização do ambiente virtual de ensino e aprendizagem; Aula expositiva e dialogada através de vídeo conferência e/ou realização de Juris simulados.	M1: estudo de caso - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M2: prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: forum de discussão - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M3: prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: parecer jurídico - Atividade Curricular (Peso: 1,00)	(1) (2) (3) (6) (11)
Conhecer e identificar Eutanásia, Distanásia e Ortotanásia	UNIDADE 9 - Eutanásia, Distanásia e Ortotanásia. 1. Conceito de Eutanásia	3 h/a 0 h/ext	1.Aula a distância com a utilização do ambiente virtual de ensino e	M1: estudo de caso - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M2: prova - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(1) (2) (3) (10)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
	2. Conceito de Distanásia 3. Conceito de Ortotanásia		aprendizagem técnica de realização de Juris simulados usando como objeto de discussão notícias internacionais sobre os assuntos.	M2: forum de discussão - Atividade Curricular (Peso: 1,00) M3: prova - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: parecer jurídico - Atividade Curricular (Peso: 1,00)	(11)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) DINIZ, Maria Helena. O estado atual do biodireito. 9. ed. rev., aumen. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, c2014. 1112 p. ISBN 9788502180659.

(2) SGRECCIA, Elio; MOREIRA, Orlando Soares. Manual de bioetica: aspectos médico-sociais. 3. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2014. 636 p. ISBN 9788834309223 (do original).

(3) SGRECCIA, Elio; MOREIRA, Orlando Soares. Manual de bioética 1: fundamentos e ética biomédica. 4. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2015. 782 p. ISBN 9788515012855 (2015).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) CARLIN, Volnei Ivo. Ética & bioética: novo direito e ciências médicas. Florianópolis, SC: Terceiro Milenio, 1998. 176 p.

(5) DIAS, Maria Berenice. Uniao homossexual: o preconceito & a justica. 2.ed. rev. e atual. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2001. 304p ISBN 8573482052 (broch.).

(6) FERNANDES NETO, Tycho Brahe. A reprodução assistida em face da bioética e do biodireito: aspectos do direito de família e do direito das sucessões. Florianópolis, SC: Diploma Legal, 2000. 140 p. ISBN 858751413X.

(7) KRETZ, Andrietta. Autonomia da vontade e eficácia horizontal dos direitos fundamentais. Florianópolis, SC: Momento Atual, 2005. 129 p. ISBN 858868134X.

(8) ROMEO CASABONA, Carlos María; SÁ, Maria de Fátima Freire de. Desafios jurídicos da biotecnologia. Belo Horizonte, MG: Mandamentos, 2007. 594 p. ISBN 8576041529.

(9) SÁ, Maria de Fátima Freire de. Biodireito e direito ao proprio corpo: doacao de orgaos, incluindo o estudo da lei n.9.434/97. Belo Horizonte, MG: Del Rey, 2000. 120p ISBN 8573083255 (broch.).

(10) SÁ, Maria de Fátima Freire de. Direito de morrer: eutanásia, suicídio assistido. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Del Rey, 2005. xxvii, 154 p. ISBN 8573088370.

(11) SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite. Biodireito: ciência da vida, os novos desafios. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, c2001. 374 p. ISBN 8520320708.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Para dinamizar as aulas presenciais, as atividades poderão ser feitas utilizando-se de debates, provas orais, aulas expositivas através de vídeo conferência, juris simulados, etc.
Além das provas serão utilizadas como estratégias de avaliação os fóruns de discussão no ambiente virtual, coleta de jurisprudência sobre os temas, estudos de caso, etc.

ATENÇÃO: O cronograma das 18 (dezoito) aulas da disciplina de Bioética está exposto da página incial do ambiente de ensino e aprendizagem virtual SOPHIA e todas as atividades avaliatórias deverão obedecer as datas e prazos fixados no cronograma.

OBSERVAÇÕES GERAIS

LEI DE BIOSSEGURANÇA N. 11.105/2005 deverá utilizada em todos os estudos.
O acadêmico deverá acompanhar cronograma da disciplina, disponibilizado no ambiente Sophia, que descreve todas as atividades a serem realizadas nesta disciplina.
A comunicação entre professor e aluno será sempre através do ambiente virtual de ensino e aprendizagem, seja, por email ou por meio de outras técnicas disponibilizadas pelo ambiente virtual.
O conteúdo disciplinar básico das referidas unidades encontra-se disponibilizado no Sophia.
Para os estudos o acadêmico deverá ainda,utilizando-se das obras básicas e complementares indicadas neste plano de ensino, complementar suas leituras e reflexões, bem como estudar a legislação específica e consultar frequentemente os sites do STF e do STJ para estudo de julgados.
Na semana determinada pela coordenação para realização de bancas de defesa de monografia, ou seja,de Iniciação Científica, de 06 a 10 de novembro de 2017, haverá aula normalmente.
Além dos módulos da disciplina estão disponibilizados outros arquivos de texto e imagem para os estudos.

IMPORTANTE: O êxito nos estudos é fruto de emprenho mútuo, tanto do professor quanto do acadêmico, por isto, necessário se faz que numa sala de aula todos adotemos uma postura de responsabilidade, ética e respeito, só assim que efetivamente alcançar-se-á a excelência que tanto aspiramos.

MISSÃO DO CURSO DE DIREITO: O Curso de Direito tem por missão produzir e socializar o conhecimento jurídico pelo ensino, pesquisa e extensão, formando pessoas com condições para criar qualidade de vida pessoal, profissional e coletiva, com solidariedade e eficiência.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (prova * 1,00 + estudo de caso * 1,00) / 2,00
M2 = (prova * 1,00 + forum de discussão * 1,00) / 2,00
M3 = (prova * 1,00 + parecer jurídico * 1,00) / 2,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 5836 - HISTÓRIA DA CIDADANIA

Professor(es): LUCIENE DAL RI

Período: 10º	Ano/Sem.: 2017 / 2 Classe: 1
CH Teórica: 15 (18 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 15 (18 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 1

OBJETIVO GERAL

Conhecer as diferentes teorias sobre Cidadania; Identificar e contextualizar os elementos formadores do instituto jurídico, com ênfase no discurso da proteção de garantia dos direitos fundamentais e de controle social do poder público.

EMENTA

Temas atuais da área.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 18 h.a. + Total C.H. Avaliações: 0 h.a. = 18 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conhecer o instituto da cidadania em seus âmbitos social, político e jurídico (nacional e internacional); Contextualizar na perspectiva histórica as origens da cidadania.	UNIDADE 1 - Temas atuais da área 1. dinâmica do instituto da Cidadania na história e desdobramentos atuais	18 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada, desenvolvimento de seminários.	M2: Fichamento-resumo - Fichamento (Peso: 1,00) M3: Seminário - Seminário (Peso: 1,00)	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(2) CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2001. 236 p. ISBN 8520005659.

(4) COVRE, Maria de Lourdes Manzini. O que é cidadania. 4. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2010. 108 p. (Coleção Primeiros Passos ; 250). ISBN 9788511000351.

(5) DAL RI JÚNIOR, Arno. História do direito internacional: comércio e moeda, cidadania e nacionalidade. Florianópolis, SC: Fundação Boiteux, 2004. 315 p. ISBN 8587995383.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(1) NAÇÃO e cidadania no Império: novos horizontes. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2007. 473 p. ISBN 9788520007686.

(3) COSTA, Cristina. Gestão da comunicação: terceiro setor, organizações não governamentais, responsabilidade social e novas formas de cidadania. São Paulo, SP: Atlas, 2006. 102 p. ; 24 cm ISBN 8522444986.

(6) LEAL, Rogério Gesta. Teoria do estado: cidadania e poder politico na modernidade. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2001. 247 p ISBN 8573481951 (broch.).

(7) VIEIRA, Liszt. Cidadania e globalizacao. Rio de Janeiro, RJ: Record, c1997. 142p ISBN 8501047759 : (broch.).

(8) ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência

na era da globalização. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2003 187 p. ISBN 8573482842.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Leitura dos textos indicados em cada aula é obrigatória. O plano de estudos tem por objetivo
orientar e planejar o aluno para preparar antecipadamente a leitura.
Aos alunos que faltarem as avaliações, estas, só poderão ser repostas nos casos de
justificativas institucionais realizadas através de procedimento especifico.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Estudo de caso * 1,00) / 1,00
M2 = (Fichamento-resumo * 1,00) / 1,00
M3 = (Seminário * 1,00) / 1,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 202 - DIREITO

Disciplina: 9935 - ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA I

Professor(es): LUIZ FELIPE MACHADO, FELIPE ANDRE DANI, JANAINA DE CASTRO e PAULO JOSE DA COSTA

Período: 6º	Ano/Sem.: 2017 / 2 Classe: 6
CH Teórica: 0 (0 horas-aula) CH Prática: 60 (72 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Aplicar o ensino adquirido na graduação, desenvolvendo habilidades da prática jurídica nos diversos ramos do Direito, com atitudes
éticas e humanísticas, através da participação em situação reais e/ou simuladas.

EMENTA

Atividades Simuladas de Direito Penal (fases postulatória, instrutória e decisória). Atividades Simuladas de Direito Civil (fases postulatória, instrutória e decisória). Atividades Simuladas de Direito do Trabalho (fases postulatória, instrutória e decisória).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 69 h.a. + Total C.H. Avaliações: 3 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Empregar a prática dos conteúdos aprendidos na teoria, com a elaboração das peças inerentes aos procedimentos judiciais penais.	UNIDADE 1 - Atividades Simuladas de Direito Penal (fases postulatória, instrutória e decisória). 1. Processo Penal I: fase indiciária (inquérito policial), fase postulatória (denúncia, queixa e resposta à acusação) e instrutória (provas e alegações finais). 1. Indiciária. Inquérito Policial. Análise prática de Termo Circunstanciado e exercícios relacionados às Leis 9.099/95 e 10.259/01. 2. Postulatória. Denúncia e queixa. Resposta à acusação. 3. Instrutória. Provas e alegações finais. 4. Decisória. Sentença	23 h/a 0 h/ext	- Elaboração de peças processuais; - Simulação de audiências; - Análise de processos; - Estudo de caso (resolução e discussão); - Pesquisa doutrinária e jurisprudencial; - Interpretação jurisprudencial.	MPEN: Prova Pratica - Outros Instrumentos (Peso: 1,00)	(3)
Empregar a prática dos conteúdos aprendidos na teoria, com a elaboração das peças inerentes aos procedimentos judiciais civis.	UNIDADE 2 - Atividades Simuladas de Direito Civil (fases postulatória, instrutória e decisória). 1. Processo Civil I: fase postulatória (inicial,	23 h/a 0 h/ext	- Confecção de petições iniciais; - Elaboração de peças processuais; - Simulação de audiências; - Análise de processos;	MCIV: Prova Pratica - Outros Instrumentos (Peso: 1,00)	(2)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
	resposta do réu e incidentes processuais) e fase instrutória (especificação e produção das provas e alegações finais). 1. Inicial, resposta do réu e incidentes processuais. 2. Instrutória, especificação das provas e alegações finais. 3. Decisória. Sentença		- Estudo de caso (resolução e discussão); - Pesquisa doutrinária e jurisprudencial; - Interpretação jurisprudencial.		
Empregar a prática dos conteúdos aprendidos na teoria, com a elaboração das peças inerentes aos procedimentos judiciais trabalhistas.	UNIDADE 3 - Atividades Simuladas de Direito do Trabalho (fases postulatória, instrutória e decisória). 1. Trabalhista I: fase postulatória (inicial e resposta do réu) e fase instrutória (especificação das provas e alegações finais). 1. Postulatória. inicial e resposta do réu. 2. Instrutória. Especificação das provas e alegações finais. 3. Decisória. Sentença	23 h/a 0 h/ext	- Elaboração de peças processuais; - Simulação de audiências; - Análise de processos; - Estudo de caso (resolução e discussão); - Pesquisa doutrinária e jurisprudencial; - Interpretação jurisprudencial.	MTRA: Prova Pratica - Outros Instrumentos (Peso: 1,00)	(4)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(2) MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil. 12. ed. refor. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2016. xlix, 1145 p. ISBN 9788597004243.

(3) OLIVEIRA, Eugenio Pacelli. Curso de processo penal. 17. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2013. xviii, 1013 p. ISBN 9788522476558.

(4) SARAIVA, Renato; MONTENEGRO FILHO, Misael. Direito do trabalho. 15. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Método, 2012. 534 p. (Série Concursos públicos). ISBN 9788530944896.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(1) MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel Francisco; ARENHART, Sérgio Cruz. Código de processo civil comentado. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2018. 1436 p. ISBN 9788553210299.

(5) NUNES, Elpídio Donizetti. Curso didático de direito processual civil. 11. ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2009. xlii, 1105 p. ISBN 9788537504888.

(7) OLIVEIRA, Eugenio Pacelli. Curso de processo penal. 18. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2014. xviii, 1067 p. ISBN 9788522486311.

(8) OLIVEIRA, Eugenio Pacelli. Curso de processo penal. 20. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo,

SP: Atlas, 2016. xvi, 1071 p. ISBN 9788597005011.

(9) OLIVEIRA, Eugenio Pacelli; CALLEGARI, André Luís. Manual de direito penal: parte geral. São Paulo, SP: Altas, 2015. 661 p. ISBN 9788522499120.

(10) LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. 12. ed. São Paulo, SP: LTr, 2014. 1536 p. ISBN 9788536128146.

(6) MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Curso de processo civil 1: teoria geral do processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Ficha de avaliação a ser preenchida pelos professores durante as aulas dos módulos que será detalhada no primeiro dia de aula. Os critérios de avaliação, dentre outros, são: frequência, pontualidade, assiduidade do acadêmico, clareza, objetividade, demonstração de conhecimento, participação oral com intervenções, questionamentos e observações pertinentes ao tema, bem como a
postura acadêmica que compreende: não usar celular dentro da sala e durante as aulas, não interromper os momentos de estudos e de concentração com conversas paralelas, saídas e entradas desnecessárias durante as aulas.
A média final de cada módulo será a média das atividades desenvolvidas.
A média final da disciplina é obtida da seguinte forma (deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete):
MF = (Mciv + Mpen + Mtra) / 3

OBSERVAÇÕES GERAIS

Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.
Recomenda-se a leitura do Guia Acadêmico e da Legislação Institucional.
SEMANA ACADÊMICA DO CURSO DE DIREITO - 06 a 10 de Novembro de 2017, com as seguintes atividades: Semana
de Defesa dos Trabalhos de Iniciação Científica - Monografias;
Nestas datas, a turma poderá ser convocada a participar da apresentação dos Trabalhos de Iniciação
Científica. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades
complementares (categoria de Ensino), conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório. Para isso, limitado a 10 por semestre, o acadêmico deverá participar da banca examinadora
como ouvinte, comprovando a presença com a "ficha resumo de defesa de trabalho de iniciação científica", devidamente assinada pelo presidente da banca examinadora.
EVENTOS DO CURSO EM 2017/2 QUE SUBSTITUIRÃO AS ATIVIDADES EM SALA DE AULA:
- Ocorrerá a Aula Magna a se realizar no dia 25 de agosto, no auditório do bloco 7.

- Ocorrerá o Congresso Brasileiro de Direito Imobiliário e Notarial, nos dias 30 e 31 de agosto, em parceria com a OAB/SC, no auditório do bloco 7.

- Possivelmente ocorrerá evento no mês de outubro ocupando uma segunda e terça-feira, com data precisa e temática a serem confirmadas.

EVENTOS DO CURSO EM 2017/2 QUE NÃO SUBSTITUIRÃO AS ATIVIDADES EM SALA DE AULA:

- Ocorrerá o Mutirão de Conciliação (Escritório Modelo de Advocacia - EMA)
- Ocorrerá, de 6 a 10 de novembro, a “Semana Acadêmica do Curso de Direito” com as seguintes atividades:
- Semana de Defesa de TICs.;
- Atividades de Extensão;
- Apresentações de Projetos de Pesquisa;
- Apresentação de Publicações

- Ocorrerá a Jornada NPJ de Preparação para o XXIII Exame da OAB, exclusivo para os alunos do 9º e 10º períodos e egressos (formados).

QUESTÕES PEDAGÓGICAS:

OBS1: A partir deste semestre (2017/2), as atividades de avaliação somente poderão ser realizadas ou entregues em apenas um único dia por média (M1, M2 e M3), conforme deliberado pelo Colegiado do Curso em reunião ocorrida em conjunto com o NDE no dia 14/07 e aprovado pela Direção do Cejurps.

OBS2: Neste semestre (2017/2), de forma facultativa e para atender a normativa mencionada na OBS1, a Prova Legal poderá ser cindida em duas provas: 1) Uma intitulada Prova Legal, contendo 17 questões objetivas, para disciplinas de 4 créditos, e 7 questões objetiva, para disciplinas de 2 créditos, retiradas de exames da OAB, Concursos Públicos e ENADE (ou similares elaboradas ou adaptadas pelos professores); B) Outra intitulada Disserta+, contendo, no mínimo 3 questões dissertativas, para disciplinas de 4 créditos, e 2 questões dissertativas, para disciplinas de 2 créditos, contendo questões da segunda fase dos exames da OAB, e questões problema.

OBS3: A Prova Legal deverá, preferencialmente, ser realizada sem consultas e a DISSERTA+ ficará à critério do(a) professor(a).

- Incluir a PROVA LEGAL e, se adotada a cisão, a DISSERTA+ em todas as Médias, adotando-se o modelo aprovado pelo NDE e apresentado aos professores em reunião realizada no dia 23/02/15, ou o modelo Prova Legal e Disserta +.
- Incluir descrição da Prova Legal (Para as disciplinas de 4 créditos, sendo que para as de 2 créditos o número de questões deve ser a metade): 20 Questões, sendo 17 objetivas, retiradas de exames da OAB, Concursos Públicos e ENADE (ou similares elaboradas ou adaptadas pelos professores) e 3 dissertativas, procurando elaborar enunciados abrangentes, que exijam do aluno atenção e concentração - A Prova Legal deverá ser, preferencialmente, realizada sem consultas.

- Em caso de cisão da Prova Legal, incluir: Prova Legal, contendo 17 questões objetivas, para disciplinas de 4 créditos, e 7 questões objetiva, para disciplinas de 2 créditos, retiradas de exames da OAB, Concursos Públicos e ENADE (ou similares elaboradas ou adaptadas pelos professores); Disserta +, contendo, no mínimo 3 questões dissertativas, para disciplinas de 4 créditos, e 2 questões dissertativas, para disciplinas de 2 créditos, contendo questões da segunda fase dos exames da OAB, e questões problema.
- Incluir na bibliografia BÁSICA APENAS TRÊS obras e APENAS CINCO COMPLEMENTARES, como definido nos eixos doutrinários e NDE e conforme e-mail já encaminhado.
- A PROVA LEGAL deverá ser classificada no Plano de Ensino como “Prova Escrita” e nominada como PROVA LEGAL.
- Incluir sempre, no mínimo, 2 avaliações por Média.

- o Plano de Ensino deverá contemplar em pelo menos uma de suas unidades a pesquisa como estratégias obrigatórias.
- Incluir: A devolução das Provas/Atividades ocorrerá no máximo na semana seguinte a realização das mesmas, em dia e horário regulares das aulas, salvo exceções autorizadas pela coordenação do curso e previamente comunicado aos alunos, inclusive quanto às atividades de M3.

OPORTUNIDADES DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES EXTRACURRICULARES:

- O GRUPO PAIDEIA incentiva há 17 anos a pesquisa no CEJURPS, instigando a comunidade acadêmica no desenvolvimento da pesquisa jurídica com grupos de estudos e participação em editais, como PROBIC, PIBIC, art. 171 (CESC), entre outros.
- ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA - O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de extensão comunitária nas mais diversas áreas, com destaque a possibilidade de atuação no Mutirão da Vara da Família (Balneário Camboriú), Protejá (Projeto de Prevenção à Pedofilia), Aproximando o Acadêmico do Curso de Direito com a Comunidade e o Mercado de Trabalho (Projeto que insere o acadêmico em entidades sem fins lucrativos, atuando juridicamente).

COMPROMISSO SOCIAL:

- QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL: Em atenção à Resolução nº 1/2004, art. 2º, do Conselho Nacional de Educação, que dispõe que as “orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da educação, (...)”, além de “promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática”, os planos de ensino das disciplinas a seguir devem contemplar tais premissas na perspectiva étnico-racial:Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Economia, Psicologia Jurídica, História do Direito e Direito Constitucional
- QUESTÃO AMBIENTAL: Incluir a “Educação Ambiental”, procurando abordar articuladamente as questões locais, regionais, nacionais e globais, em um dos conteúdos do Plano de Ensino em pelo menos de pelo menos as seguintes disciplinas: Ciência Política; Sociologia; Antropologia; Economia; Direito Constitucional; Direito do Trabalho; Direito Civil; Direito Penal; Direito Processual Constitucional; Direito Internacional; Direito Tributário; Direito Empresarial; Direito Administrativo.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(MCIV+MPEN+MTRA)/3
MCIV = (Prova Pratica * 1,00) / 1,00
MPEN = (Prova Pratica * 1,00) / 1,00
MTRA = (Prova Pratica * 1,00) / 1,00
Média Final = 7,00
Limite de Falta = 12%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 202 - DIREITO

Disciplina: 9938 - DIREITO PROCESSUAL PENAL

Professor(es): ADILOR ANTONIO BORGES

Período: 7º	Ano/Sem.: 2017 / 2 Classe: 1
CH Teórica: 30 (36 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 30 (36 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 2

OBJETIVO GERAL

Analisar e compreender os principais recursos criminais, o sistema de execução penal e a relação de imputabilidade e as medidas de segurança além de envolver o meio acadêmico no Projeto Pedagógico.

EMENTA

Recursos Criminais. A Execução Penal. Espécie de Pena. Medidas de Segurança. Pena Pecuniária. Medidas de Segurança.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 30 h.a. + Total C.H. Avaliações: 6 h.a. = 36 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Compreender os diversos instrumentos de impugnação das decisões judiciais.	UNIDADE 1 - Recursos Criminais. 1. 1) Teoria Geral dos Recursos; 2) Estudo dos requisitos para admissibilidade de cada recurso; 3) Análise do Recurso de Apelação, Sentido Estrito, Agravo em Execução, Embargos de Declaração, Carta Testemunhável, Recursos para os Tribunais Superiores.	14 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com discussão realização de estudos de casos	M1: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 1,00) Prova Legal: 10 Questões, sendo 7 objetivas, retiradas de exames da OAB e Concursos Públicos e do ENAD (ou similares elaboradas ou adaptadas pelos professores) e 3 dissertativas, procurando elaborar enunciados abrangentes, que exijam do aluno atenção e concentração. A Prova Legal deverá ser realizada, sem consultas, mas a critério do professor poderá ser permitida a consulta a códigos “secos”. M1: Trabalho M.1 - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Trabalho extraclasse, individual, manuscrito, sobre assunto do conteúdo programático, em formato de petição com modelo a ser distribuído antecipadamente, com no mínimo três e no máximo cinco páginas. M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 1,00) Prova Legal: 10 Questões, sendo 7 objetivas, retiradas de exames da OAB e Concursos Públicos e ENAD (ou similares elaboradas ou adaptadas pelos professores) e 3 dissertativas, procurando elaborar enunciados abrangentes, que exijam do aluno atenção e concentração. A Prova Legal deverá ser realizada, sem consultas, mas a critério do professor poderá ser permitida a consulta a códigos “secos”. M2: Trabalho M.2 - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Trabalho extraclasse, individual, manuscrito, sobre assunto do conteúdo programático, em formato de petição com modelo a ser distribuído antecipadamente, com no mínimo três e no máximo cinco	(2) (3) (4) (5) (6) (7)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				páginas.	
Compreender a Lei de Execução Penal e os direitos e deveres do preso	UNIDADE 2 - A Execução Penal. 1. 1) Noções gerais da Lei de Execução Penal; 2) Direito do preso; 3) Deveres do preso	10 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada e estudo de casos	M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 1,00) Prova Legal: 10 Questões, sendo 7 objetivas, retiradas de exames da OAB e Concursos Públicos e ENAD (ou similares elaboradas ou adaptadas pelos professores) e 3 dissertativas, procurando elaborar enunciados abrangentes, que exijam do aluno atenção e concentração. A Prova Legal deverá ser realizada, sem consultas, mas a critério do professor poderá ser permitida a consulta a códigos “secos”. M2: Trabalho M.2 - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Trabalho extraclasse, individual, manuscrito, sobre assunto do conteúdo programático, em formato de petição com modelo a ser distribuído antecipadamente, com no mínimo três e no máximo cinco páginas.	(2) (3) (4) (5) (6) (7)
Conhecer as penas privativa de liberdade e restritiva de direitos	UNIDADE 3 - Espécie de Pena. 1. 1) Pena privativa de liberdade; 2) Pena restritiva de direitos	3 h/a 0 h/ext	aula expositiva e dialogada com estudo de casos	M2: Trabalho M.2 - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Trabalho extraclasse, individual, manuscrito, sobre assunto do conteúdo programático, em formato de petição com modelo a ser distribuído antecipadamente, com no mínimo três e no máximo cinco páginas. M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 1,00) Prova Legal: 10 Questões, sendo 7 objetivas, retiradas de exames da OAB e Concursos Públicos e ENAD (ou similares elaboradas ou adaptadas pelos professores) e 3 dissertativas, procurando elaborar enunciados abrangentes, que exijam do aluno atenção e concentração. A Prova Legal deverá ser realizada, sem consultas, mas a critério do professor poderá ser permitida a consulta a códigos “secos”. M3: Trabalho M.3 - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Trabalho extraclasse, individual, manuscrito, sobre assunto do conteúdo programático, em formato de petição com modelo a ser distribuído antecipadamente, com no mínimo três e no máximo cinco páginas.	(2) (3) (4) (5) (6) (7)
Compreender a Medida de Segurança	UNIDADE 4 - Medidas de Segurança. 1. Medida de Segurança	1 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada e estudo de casos	M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 1,00) Prova Legal: 10 Questões, sendo 7 objetivas, retiradas de exames da OAB e Concursos Públicos e ENAD (ou similares elaboradas ou adaptadas pelos professores) e 3 dissertativas, procurando elaborar enunciados abrangentes, que exijam do aluno atenção e concentração. A Prova Legal deverá ser realizada, sem consultas, mas a critério do professor poderá ser	(2) (3) (4) (5) (6) (7)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				permitida a consulta a códigos “secos”. M3: Trabalho M.3 - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Trabalho extraclasse, individual, manuscrito, sobre assunto do conteúdo programático, em formato de petição com modelo a ser distribuído antecipadamente, com no mínimo três e no máximo cinco páginas.	
Estudar a pena de multa	UNIDADE 5 - Pena Pecuniária 1. Pena de multa	1 h/a 0 h/ext	aula expositiva dialogada	M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 1,00) Prova Legal: 10 Questões, sendo 7 objetivas, retiradas de exames da OAB e Concursos Públicos e ENAD (ou similares elaboradas ou adaptadas pelos professores) e 3 dissertativas, procurando elaborar enunciados abrangentes, que exijam do aluno atenção e concentração. A Prova Legal deverá ser realizada, sem consultas, mas a critério do professor poderá ser permitida a consulta a códigos “secos”. M3: Trabalho M.3 - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Trabalho extraclasse, individual, manuscrito, sobre assunto do conteúdo programático, em formato de petição com modelo a ser distribuído antecipadamente, com no mínimo três e no máximo cinco páginas.	(2) (3) (4) (5) (6) (7)
compreender a medida de segurança	UNIDADE 6 - Medidas de Segurança 1. Medida de segurança	1 h/a 0 h/ext	aula expositiva dialogada	M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 1,00) Prova Legal: 10 Questões, sendo 7 objetivas, retiradas de exames da OAB e Concursos Públicos e ENAD (ou similares elaboradas ou adaptadas pelos professores) e 3 dissertativas, procurando elaborar enunciados abrangentes, que exijam do aluno atenção e concentração. A Prova Legal deverá ser realizada, sem consultas, mas a critério do professor poderá ser permitida a consulta a códigos “secos”. M3: Trabalho M.3 - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Trabalho extraclasse, individual, manuscrito, sobre assunto do conteúdo programático, em formato de petição com modelo a ser distribuído antecipadamente, com no mínimo três e no máximo cinco páginas.	(2) (3) (4) (5) (6) (7)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(3) OLIVEIRA, Eugenio Pacelli. Curso de processo penal. 20. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2016. xvi, 1071 p. ISBN 9788597005011.

(4) RANGEL, Paulo. Direito processual penal. 21. ed. atual. até 1. de jan. de 2013. São Paulo, SP: Atlas, 2013. lvi, 1135 p. ISBN 9788522476466.

(6) RANGEL, Paulo. Direito processual penal. 21. ed. atual. até 1. de jan. de 2013. São Paulo, SP:

Atlas, 2013. lvi, 1135 p. ISBN 9788522476466.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(8) CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido R.; VIDIGAL, Luis Eulalio de Bueno. Teoria geral do processo. 27. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2011. 389 p. ISBN 9788539200566.

(9) GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. Recursos no processo penal: teoria geral dos recursos, recursos em especie, ações de impugnação, reclamação aos tribunais. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2001. 455 p. ISBN 8520320732.

(10) TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática de processo penal. 34. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. 927 p. ISBN 9788502181380.

(2) LOPES JUNIOR, Aury. Dreito processo penal. São Paulo: Saraiva, 2015.

(5) RANGEL, Paulo. Direito processual penal. Rio de Janeiro: Atlas, 2014.

(7) NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. São Paulo: Método Forense, 2014.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1. As Avaliações de conteúdo ocorrerão no sexto, décimo-segundo e décimo-sétimo encontros.
Conforme o desenvolvimento da disciplina poderão ser alterados os critérios de avaliação.
Porém, caso haja necessidade dessas mudanças os alunos serão previamente comunicados.
2. Na aula imediatamente à avaliação, será feita a entrega, correção e se necessário a discussão das questões das mesmas.
3. Serão exigidos trabalhos manuscritos sobre o conteúdo programático, extraclasse,
4. Na semana de iniciação científica, as aulas serão normais, podendo, entretanto, os acadêmicos assistir as bancas de defesa dos trabalhos, e mediante apresentação do relatório assinado pelo Presidente da Banca ter sua falta justificada.
5. Não é permitido qualquer tipo de gravação (de imagem ou som) das aulas ministradas. O uso de celular é proibido por Lei.
6. A interpretação das provas faz parte das avaliações;
7. Conforme parágrafo 5º do artigo 109 do Regimento Geral da UNIVALI, "[...] atribuir-se-á nota zero ao aluno, que deixar de submeter-se à verificação prevista na data fixada, bem como nela se utilizar de meio fraudulento;
8. O aluno será avaliado a cada encontro pela sua participação e assiduidade, principalmente na resolução dos exercícios em sala de aula, além da ética no desfecho do(s) caso(s) prático(s). e comportamento ético condizente com o estágio já alcançado dentro da grade do curso.

OBSERVAÇÕES GERAIS

- Ocorrerá Aula Magna a se realizar no dia 25 de agosto, no auditório do Bloco 7.

- Ocorrerá o Congresso Brasileiro de Direito Imobiliário e Notarial, nos dias 30 e 31 de agosto, em parceria com a OAB/SC, no auditório do bloco 7.

- As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

- ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA - O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de extensão comunitária nas mais diversas áreas, com destaque a possibilidade de atuação no Mutirão da Vara da Família (Balneário Camboriú), Protejá (Projeto de Prevenção à Pedofilia), Aproximando o Acadêmico do Curso de Direito com a Comunidade e o Mercado de Trabalho (Projeto que insere o acadêmico em entidades sem fins lucrativos, atuando juridicamente).

- ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA - O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de extensão comunitária nas mais diversas áreas, com destaque a possibilidade de atuação no Mutirão da Vara da Família (Balneário Camboriú), Protejá (Projeto de Prevenção à Pedofilia), Aproximando o Acadêmico do Curso de Direito com a Comunidade e o Mercado de Trabalho (Projeto que insere o acadêmico em entidades sem fins lucrativos, atuando juridicamente).

COMPROMISSO SOCIAL:

- QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL: Em atenção à Resolução nº 1/2004, art. 2º, do Conselho Nacional de Educação, que dispõe que as “orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da educação, (...)”, além de “promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática”, os planos de ensino das disciplinas a seguir devem contemplar tais premissas na perspectiva étnico-racial:Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Economia, Psicologia Jurídica, História do Direito e Direito Constitucional

- QUESTÃO AMBIENTAL: Incluir a “Educação Ambiental”, procurando abordar articuladamente as questões locais, regionais, nacionais e globais, em um dos conteúdos do Plano de Ensino em pelo menos de pelo menos as seguintes disciplinas: Ciência Política; Sociologia; Antropologia; Economia; Direito Constitucional; Direito do Trabalho; Direito Civil; Direito Penal; Direito Processual Constitucional; Direito Internacional; Direito Tributário; Direito Empresarial; Direito Administrativo.

Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova Legal * 1,00 + Trabalho M.1 * 1,00) / 2,00
M2 = (Prova Legal * 1,00 + Trabalho M.2 * 1,00) / 2,00
M3 = (Prova Legal * 1,00 + Trabalho M.3 * 1,00) / 2,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 9940 - METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA

Professor(es): ELIANA CAMARGO MOREIRA UTZIG

Período: 10º	Ano/Sem.: 2017 / 2 Classe: 1
CH Teórica: 30 (36 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 30 (36 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 2

OBJETIVO GERAL

Redigir o projeto para elaboração do Trabalho de Iniciação Científica, respeitando as normas pontuadas pela ABNT e pela gramática normativa.

EMENTA

Regulamentação de TIC. Conhecimento no Direito. Técnicas de Estudo e Pesquisa. Estrutura e Argumentação do Texto. Projeto de TIC.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 24 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 36 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conhecer as normas que regulamentam a existência do Trabalho de Iniciação Científica.	UNIDADE 1 - Regulamentação de TIC 1. Normas regulamentares	4 h/a 0 h/ext	*Aula expositiva; *Projeção de slides; *Interpretação textual.	M1: Elaboração de Objetivos - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) * Exposição coerente dos objetivos de pesquisa; * Domínio do tema; * Acuidade gramatical. M3: Atividades Escritas - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) * Acuidade gramatical * Representatividade do conteúdo trabalhado; * Organicidade do conteúdo.	(2) (9) (11) (12)
Escolher os temas para a elaboração do Projeto de TIC a partir das concepções jurídicas.	UNIDADE 2 - Conhecimento no Direito 1. Temas do universo jurídico	8 h/a 0 h/ext	* Aula expositiva; * Montagem de painel conceitual; * Interlóquio.	M1: Elaboração de Objetivos - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) * Exposição coerente dos objetivos de pesquisa; * Domínio do tema; * Acuidade gramatical. M1: Painel de Autores - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) * Fundamentação teórica; * Capacidade argumentativa; * Acuidade gramatical. M2: Produções Textuais - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) * Elaboração adequada de citações diretas e indiretas; * Domínio do tema; * Capacidade argumentativa. M3: Atividades Escritas - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) * Acuidade gramatical * Representatividade do conteúdo trabalhado; * Organicidade do conteúdo.	(2) (3) (9) (11)
Identificar as distintas possibilidades de estudo e	UNIDADE 3 - Técnicas de Estudo e Pesquisa	4 h/a 0 h/ext	* Aula expositiva * Trabalho em equipe	M1: Painel de Autores - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) * Fundamentação	(2) (5) (7) (9)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
realização de pesquisa.	1. Direcionamento Metodológico		* Produção textual	teórica; * Capacidade argumentativa; * Acuidade gramatical. M2: Produções Textuais - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) * Elaboração adequada de citações diretas e indiretas; * Domínio do tema; * Capacidade argumentativa. M2: Montagem dos Slides - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) * Desenvoltura e desembaraço; * Organicidade na apresentação; * Uso adequado da norma culta da língua. M3: Atividades Escritas - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) * Acuidade gramatical * Representatividade do conteúdo trabalhado; * Organicidade do conteúdo.	
Identificar a estrutura adequada do texto científico e as diferentes possibilidades argumentativas.	UNIDADE 4 - Estrutura e Argumentação do Texto 1. Caracterização estrutural e técnicas argumentativas	4 h/a 0 h/ext	* Aula expositiva * Painel conceitual * Plenária	M2: Produções Textuais - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) * Elaboração adequada de citações diretas e indiretas; * Domínio do tema; * Capacidade argumentativa. M2: Montagem dos Slides - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) * Desenvoltura e desembaraço; * Organicidade na apresentação; * Uso adequado da norma culta da língua. M3: Atividades Escritas - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) * Acuidade gramatical * Representatividade do conteúdo trabalhado; * Organicidade do conteúdo.	(1) (2) (14) (15)
Elaborar adequadamente o Projeto de Iniciação Científica, apresentando acuidade metodológica e gramatical.	UNIDADE 5 - Projeto de TIC 1. Peculiaridades da Redação Científica	4 h/a 0 h/ext	* Aula expositiva * Interlóquio * Projeção de slides	M2: Montagem dos Slides - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) * Desenvoltura e desembaraço; * Organicidade na apresentação; * Uso adequado da norma culta da língua. M3: Atividades Escritas - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) * Acuidade gramatical * Representatividade do conteúdo trabalhado; * Organicidade do conteúdo. M3: Projeto de Pesquisa - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) * Adequação temática; * Respeito às normas da ABNT; * Fundamentação coerente.	(1) (2) (3) (5)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) BASTOS, Lilia da Rocha. Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses e

dissertações. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: ZAHAR, 2001. 128 p. ISBN 8521612249 (broch.).

(2) FERRI, Cássia; HOSTINS, Regina Célia Linhares; LEAL, Elisabeth Juchem Machado. Pesquisa na universidade: elaboração de projetos e relatórios. Itajaí, SC: Ed. da Univali, 2004. 85 p. (Didática ; 4). ISBN 8586447749.

(3) HÜBNER, Maria Martha. Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado. São Paulo, SP: Mackenzie, Pioneira, c1998. 76 p. ISBN 8522101493.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(5) DEMO, Pedro. Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1997. 125 p. (Biblioteca Tempo universitario ; 96). ISBN 8528200604.

(7) GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de metodologia da pesquisa científica. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Avercamp, 2014. 164 p. ISBN 9788589311694.

(9) GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de metodologia da pesquisa científica. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Avercamp, 2014. 164 p. ISBN 9788589311694.

(11) UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ. Produção acadêmico-científica: a pesquisa e o ensaio. Itajaí, SC: Ed. da Univali, 2011. 133 p. (Cadernos de ensino ; Formação continuada 7 , 9).

(12) METODOLOGIA científica: caderno de textos e técnicas. 7.ed. Rio de Janeiro, RJ: Agir, 2002. 263 p. ISBN 8522003203.

(13) APPOLINÁRIO, Fábio. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico. 1. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2004. 300 p. ISBN 8522439052.

(14) BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, c2008. xvi, 158 p. ISBN 9788576051565.

(15) CARVALHO, Maria Cecilia M. de. Construindo o saber: metodologia cientifica, fundamentos e tecnicas. 9.ed. Campinas, SP: Papirus, 2000. 175 p. ISBN 8530800710.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1- Respeito às datas estipuladas para a entrega dos trabalhos;
2- Pontualidade nas aulas;
3- Verbalização pertinente ao que se está estudando;
4- Respeito aos colegas de classe e ao professor.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.

SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: de 06 a 10 de novembro.

1- A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório.
Obs.: Caso o professor componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pelo professor.
Outros casos de participação serão acordados com o professor.

2- Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.

3- As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

4- O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3

M1 = (Elaboração de Objetivos * 1,00 + Painel de Autores * 1,00) / 2,00

M2 = (Produções Textuais * 1,00 + Montagem dos Slides * 1,00) / 2,00

M3 = (Atividades Escritas * 1,00 + Projeto de Pesquisa * 1,00) / 2,00

Média Final = 6,00

Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 9945 - ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA III

Professor(es): JOSE ARTUR MARTINS e EMANUELA CRISTINA ANDRADE LACERDA

Período: 8º	Ano/Sem.: 2017 / 2 Classe: 1
CH Teórica: 0 (0 horas-aula) CH Prática: 60 (72 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Desenvolver atividades práticas relativas às técnicas forenses para aprimorar as competências adquiridas em sala de aula e necessárias ao ingresso às diferentes carreiras jurídicas. Vivenciar situações reais ou simuladas para integrar os conteúdos curriculares estudados no decorrer do curso e, tendo em vista a articulação da tríplice função universitária, com os processos formativos que se desenvolvem na convivência humana, ética e moral.

EMENTA

Prática Jurídica em casos reais (fases postulatória, instrutória, decisória, recursal e executória).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 69 h.a. + Total C.H. Avaliações: 3 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
O objetivo primordial do EMA é o pedagógico, sendo um laboratório prático no qual os alunos deverão desenvolver o conteúdo adquirido nas demais disciplinas do Curso, sob a orientação de professores, com o escopo de entrelaçar o conhecimento teórico e o prático, objetivando a consolidação de uma formação jurídica de qualidade. A segunda finalidade do Escritório Modelo, revestida de importância ético-social extremamente relevante, é a prestação de serviço à comunidade carente de Itajaí, mediante a atuação em processos judiciais e atendimento à consultas desta mesma coletividade.	UNIDADE 1 - Prática Jurídica em casos reais (fases postulatória, instrutória, decisória, recursal e executória). 1. 1.1 Atendimentos e retornos; 1.2 Peticionamento; 1.3 Preparação e realização de audiências; 1.4 Ativismo forense; 1.5 Processos redistribuidos; 1.6 Cumprimento de prazos processuais; 1.7 Atividades de Advocacia Previdenciária.	69 h/a 0 h/ext	Atendimento humanista e ético à população de Itajaí, buscando efetiva prestação jurisdicional, desde a consulta, elaboração de peças processuais, acompanhamento forense e trânsito em julgado.	M1: Média das atividades - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) M2: Média das atividades - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) M3: Média das atividades - Outros Instrumentos (Peso: 1,00)	(1) (2) (3) (4) (5) (8)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1)

(2) CHIMENTI, Ricardo Cunha. Teoria e pratica dos juizados especiais civeis: Lei n. 9099/95, parte geral e parte civil; comentada artigo por artigo. 3.ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2000. 388p ISBN 8502027786 (Broch.).

(5) CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 16. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2014. xxxix, 1367 p. ISBN

9788530954680.

(8) FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil 6: direito das famílias. 6. ed. rev., ampl. e atual. Salvador, BA: Editora Juspodivm, 2014. 968 p. ISBN 9788577618972.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(3) MILHOMENS, Jonatas; ALVES, Geraldo Magela. Manual pratico do advogado: pratica forense civil, penal e trabalhista, com interpretacao legistativa, jurisprudencia e modelos de peticoes / Jonatas Milhomens, Geraldo Magela Alves. 18.ed. rev.amp.e atual. de aco. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2002. 722p ISBN 8530917065 (enc.).

(4) PARIZATTO, João Roberto; LOPES, Renan Kfuri. Prática forense: processo civil, direito civil, direito comercial, direito de família, direito constitucional, direito falimentar, locação, processo penal, arbitragem, execução fiscal, lei de registros públicos, petições fundamentais, contestações, recursos. 3. ed.,rev.,amp. e atual. Ouro Fino, MG: Edipa, 2002. 1395 p. ISBN 8587101072.

(6) IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de direito previdenciário. 16. ed. rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2011. 895 p. ISBN 9788576264613.

(7) FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil 5: direitos reais. 10. ed. rev., ampl. e atual. Salvador, BA: Editora Juspodivm, 2014. 867 p. ISBN 9788577619375.

(10) FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil 6: direito das famílias. 6. ed. rev., ampl. e atual. Salvador, BA: Editora Juspodivm, 2014. 968 p. ISBN 9788577618972.

(9) WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins; RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva; MELLO, Rogerio Licastro Torres de. Primeiros comentários ao Novo Código de Processo Civil: artigo por artigo. São Paulo: Editora Revista de Tribunais, 2015.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- O acadêmico será avaliado de acordo com o seu comprometimento no estudo do caso, pontualidade na elaboração das peças processuais, bem como acompanhamento processual.
- Ainda, no EMA = no atendimento do cliente, na elaboração das peças processuais e acompanhamento do processo.
- Frequência, pontualidade, assiduidade do acadêmico, bem como participação oral com intervenções, questionamentos e observações pertinentes ao tema.
- ATRASOS SUPERIORES A 15 MIN, IMPORTARÁ EM FALTA, não sendo permitida sua participação nesta data, conforme orientações repassadas no 1º dia de aula, devendo entrar com o competente procedimento para reposição da falta e da nota, tempestivamente e sempre com a comprovação do motivo da ausência ou atraso.
- Posse e utilização, em sala de aula, do material solicitado para desenvolvimento dos conteúdos.
- Na avaliação dos trabalhos escritos e provas discursivas será avaliado pelo professor a capacidade de expressão do conteúdo, clareza na ordenação e exposição de ideias, lógica e coerência.

- Postura acadêmica que compreende: não usar celular dentro da sala e durante as aulas, nem outro material não autorizado pelo Professor; não interromper os momentos de estudos e de concentração com conversas paralelas, saídas e entradas desnecessárias durante as aulas.
- O atendimento ao celular fora de sala de aula também não é permitido, devendo o professor descontar na nota de avaliação.
- Observância das orientações formais dos exercícios/atividades propostos, de forma que receberão nota 0 (zero), os acadêmicos cujos trabalhos e provas apresentarem sinais de cópia de outros acadêmicos, contiverem evidências de materiais retirados de meio digital, copiados de livros ou outras fontes de pesquisa sem a indicação bibliográfica, ou ainda o acadêmico que realizar consulta não autorizada ao material, em atividade de avaliação.
- O acompanhamento processual é obrigatório, pelo menos de um processo, e os professores farão as competentes avaliações.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.

A Semana de iniciação científica ocorrerá de 06 à 10 de novembro de 2017, sendo normais as aulas nesse período.

Pontualidade e seus corolários.
Atraso superior a 15 minutos importará em falta integral na aula, sendo necessário o processo administrativo de justificativa e reposição de faltas, no prazo de três dias, com documentos comprobatórios da motivação.
Após deferimento do processo administrativo para justificar a falta, o acadêmico deverá repor a falta no contra turno, e realizar trabalho de justificativa de falta, cujo tema será repassado pelo Secretaria, devendo a nota ser igual ou superior a 7,0 (para justificar a falta).
Sem processo de reposição, a falta será mantida e terá nota 0 (zero) de avaliação na referida data.

Confecção de peças processuais
O objetivo a ser buscado pelo aluno (e exigido pelos professores) é o de construir a petição mais academicamente perfeita, observando-se desde os requisitos legais, até a qualidade da fundamentação e argumentação jurídicas.

Comportamento
A boa educação, a ética, a linguagem, o tom de voz e vestuário adequados, deverão ser observados em todas as atividades do EMA, inclusive nos corredores durante o horário das aulas.

Ainda importante destacar alguns eventos e atividades que são oportunizados pela Universidade, eventos esses que serão divulgados ao seu tempo oportuno nos murais e nas redes sociais.

Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal, os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.
As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

IMPORTANTE:
O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas.
Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.

NORMAS GERAIS DO ESCRITÓRIO MODELO DE ADVOCACIA:
O objetivo primordial do EMA é o pedagógico, sendo um laboratório prático no qual os alunos deverão desenvolver o conteúdo adquirido nas demais disciplinas do Curso, sob a orientação de professores, com o escopo de entrelaçar o conhecimento teórico e o prático, objetivando a consolidação de uma formação jurídica de qualidade. A segunda finalidade do Escritório Modelo, revestida de importância ético-social extremamente relevante, é a prestação de serviço à comunidade carente de Itajaí, mediante a atuação em processos extrajudiciais e judiciais, bem como atendimento às consultas desta mesma coletividade.

Para o aproveitamento adequado do Escritório Modelo, deverão os alunos cumprir as seguintes regras:

Missão do EMA
Conjugar o conhecimento jurídico teórico com o prático, pautando-se na ética e estendendo a mão à comunidade, optado prioritariamente pelo uso dos métodos adequados para solução dos conflitos.

Horário do EMA
Matutino - das 8h às 11h30min
Vespertino - das 13h30min às 17h
Noturno - das 19h às 22h30min

Pontualidade e seus corolários
Atraso superior a 15 minutos importará em falta na primeira aula, sendo necessário o processo administrativo de justificativa e reposição de faltas, no prazo de três dias, com documentos comprobatórios da motivação.

- Após deferimento do processo administrativo para justificar a falta no EMA, o acadêmico deverá fazer um trabalho, cuja nota deverá ser igual ou superior a 7,0 (para justificar a falta) e, concomitantemente, agendar data e horário para a reposição da atividade no EMA, cuja presença é necessária.

Clientes - Triagem
Serão atendidos clientes que se vinculam ao caráter assistencial da Univali e aos requisitos legais para justiça gratuita.
A competência da causa deverá ser da Justiça Estadual, na Comarca de Itajaí, e Juizado Especial Federal, o que exclui demandas trabalhistas.
Por motivos éticos não são prestados serviços à parte contrária em ação patrocinada pelo EMA como advogados do Autor.

Passos e regras para o primeiro atendimento ao cliente

Preencher a Ficha de Triagem no PROJURIS, e submeter à apreciação do professor orientador para verificar se o EMA pode atender a demanda. Não sendo caso de atendimento pelo EMA, a orientação é para procurar um profissional, sem indicá-lo nominalmente, ou na hipótese de pessoa hipossuficiente, indicar a Defensoria Pública ou outra instituição que preste assistência jurídica gratuita, registrando tais informações no PROJURIS, para eventuais consultas posteriores.
Preencher a ficha de cadastro de forma completa;
Prestar os esclarecimentos iniciais ao cliente (estão pormenorizadas no quadro seguinte);
Preencher o Relatório dos fatos de forma pormenorizada e que outras pessoas compreendam os fatos ocorridos e qual a pretensão do cliente (inclusive quando apenas consulta);
Discutir com o professor orientador o encaminhamento a ser dado ao caso e solicitar ao cliente cópia dos documentos e demais provas necessárias;
Preencher procuração, declaração de hipossuficiência e termo de responsabilidade dos fatos alegados, e colher a assinatura do cliente quando o mesmo apresentar TODOS os documentos hábeis a propositura da ação;
Não receber qualquer documento quando ainda estiver faltando algum deles;
Havendo possibilidade de composição extrajudicial, deverá o aluno sugerir uma Mediação com as partes envolvidas, solicitando ao Professor Orientador que proceda ao agendamento;
O aluno que não observar a orientação anterior terá decréscimo em sua nota de participação.
Findo o atendimento, deverá o acadêmico solicitar ao professor orientador a autorização para liberar o cliente, bem como o encaminhamento administrativo para a pasta (arquivo morto/aguardar retorno, etc.);

Esclarecimentos iniciais ao cliente
O serviço do EMA é prestado por acadêmicos de Direito sob a supervisão de professores do Curso de Graduação em Direito regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil;
Sempre que houver alteração de endereço ou o número do seu telefone, deverá comunicar ao EMA, sob pena de renunciarmos ao mandato se não houver como contatá-lo;
O cliente deve informar imediatamente ao EMA o recebimento de qualquer comunicado oficial das autoridades judiciárias (intimação, citação ou notificação);
O acadêmico deve informar o cliente, de maneira clara e inequívoca, quanto a eventuais riscos da sua pretensão e das consequências que poderão advir da demanda;
Para ciência do cliente acerca do andamento da ação (após a propositura da mesma), deve vir pessoalmente ao EMA a cada trinta dias, pois, por questões de segurança, não serão prestadas informações por telefone.

Atendimento de retorno do cliente
Ler na pasta do cliente no PROJURIS as solicitações feitas e verificar se elas foram atendidas;
Relatar o atendimento de retorno do cliente;
Verificar com o professor orientador o encaminhamento e, após, atualizar as informações no PROJURIS, relatando as providências a serem tomadas no processo;

Confecção de peças processuais
O objetivo a ser buscado pelo aluno (e exigido pelos professores) é o de construir a petição mais academicamente perfeita, observando-se desde os requisitos legais, até a qualidade da fundamentação e argumentação jurídicas;

Munido de cópia dos documentos do cliente, o aluno deverá elaborar a atividade (petição inicial/intermediária/parecer ou outro) no prazo estabelecido pelo professor, encaminhando ao professor em sala ou por e-mail, que confirmará o recebimento;
Quando a atividade não envolver produção de peça, como por exemplo: comunicação da decisão judicial, a equipe deve informar sobre o cumprimento do prazo na pasta do cliente no EMA na secretaria e ao professor orientador.
Caso não haja alteração ou correção determinada pelo professor, a peça será protocolada; do contrário, a equipe será informada, para proceder às modificações;
Todas as petições deverão finalizar com o nome do professor e dos alunos que a elaboraram (sem assinatura do aluno), bem como o estágio e o turno ao qual pertencem, respeitando sempre, os impedimentos profissionais.

Tramitação da ação e acompanhamento processual
Com o atendimento, o cliente passará a estar vinculado à equipe, cabendo-lhes acompanhar o trâmite processual, cumprir os prazos através da elaboração de petições, comparecer às audiências designadas, dentre outros procedimentos que se fizerem necessários.
O andamento processual poderá e deverá ser obtido na página do Tribunal de Justiça de Santa Catarina: http://www.tjsc.jus.br.
O aluno deve fazer seu cadastramento no E-Saj para poder ser inserido como assessor do Professor Orientador no sistema e assim ter acesso ao processo para acompanhamento.
Designada audiência, o acadêmico deverá comparecer ao EMA para preparação do processo que consiste em: a) estabelecer contato com o cliente para avisá-lo do ato processual esclarecendo o procedimento da audiência e seu conteúdo e; b) preferencialmente, marcar com o Professor responsável pelas audiências um horário para discutirem o caso, devendo também; c) preencher a ficha de preparação da pasta para audiência.
Em caso de impossibilidade de comparecimento o acadêmico deve justificar previamente e comprovar a impossibilidade, sob pena de sofrer os descontos correspondentes na sua nota.

Redistribuição de processos
Os acadêmicos receberão, por redistribuição, os processos das equipes que terminaram o EMA e deverão preencher um relatório de andamento processual para cada um dos processos recebidos, o qual será avaliado pelo professor. A partir da redistribuição, a equipe se torna responsável pelo processo até o término do oitavo período.

Comportamento
A boa educação, a ética, a linguagem, o tom de voz e vestuário adequados, deverão ser observados em todas as atividades do Escritório Modelo de Advocacia;
Os serviços prestados pelo EMA deverão ser realizados obedecendo as regras pertinentes ao sigilo profissional, nos termos dos arts. 25 a 27 do Código de Ética e Disciplina da OAB .

Cumprimento de prazos
O acadêmico está vinculado aos seus processos durante o sétimo e oitavo períodos. A sua obrigação e dever de cumprimento dos prazos processuais e de retorno dos clientes do Escritório Modelo de Advocacia é uma premissa inafastável. Assim, deverá estar vigilante e atento as informações publicadas pelo site www.tjsc.jus.br que se constitui em instrumento único de atualização processual e cientificação gerados pelo EMA, vez que se trata de casos reais, na

qual o modelo de advocacia impõe uma conduta séria, respeitosa e honrada com as instituições e a sociedade.

A perda de qualquer prazo por parte do acadêmico implicará em séria diminuição da nota acadêmica, definida no plano de ensino da disciplina.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3

M1 = (Média das atividades * 1,00) / 1,00

M2 = (Média das atividades * 1,00) / 1,00

M3 = (Média das atividades * 1,00) / 1,00

Média Final = 7,00

Limite de Falta = 12%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 9951 - LEGISLAÇÃO ESPECIAL CIVIL

Professor(es): LUÍS GUSTAVO DOS SANTOS

Período: 10º	Ano/Sem.: 2017 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Revisar tópicos destacados do Direito Civil e do Direito Processual Civil. Examinar a legislação civil esparsa.

EMENTA

Tópicos destacados de Direito Civil e Processual Civil. Legislação esparsa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conhecer o Direito Civil e identificar cada um dos seus ramos através de leitura da legislação esparsa, contemplando trabalhos em grupo em sala de aula, como forma de apreender o conteúdo lecionado. Transversalmente os princípios constitucionais, o direito ambiental e a etnia contemporânea, as migrações e suas influências no povo local.	UNIDADE 1 - Tópicos destacados de Direito Civil e Processual Civil. 1. Direito Civil a legislação esparsa	52 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada e trabalhos em grupo.	M1: Prova 1 - Discursiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) M1: Prova 2 - Objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: Prova 3 - Discursiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) M2: Prova 4 - Objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: Prova 5 - Discursiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: Prova 6 - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)
Destacar determinadas leis especiais civis a fim de conhecer e debater o seu conteúdo.	UNIDADE 2 - Legislação esparsa. 1. Legislação esparsa destacada. 2. Política Jurídica	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada e trabalhos em grupo.	M2: Prova 4 - Objetiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: Prova 5 - Discursiva - Prova Escrita (Peso: 1,00) M3: Prova 6 - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil 1: parte geral. 12. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 547 p. ISBN 9788502043336 (obra comp

(2) FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil 5: direitos reais. 10. ed. rev., ampl. e atual. Salvador, BA: Editora Juspodivm, 2014. 867 p. ISBN 9788577619375.

(3) GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito de família 2. 11. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2006. xiv, 210 p. (Sinopses Jurídicas ; 2). ISBN 8502023543 (obra completa).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) BRASIL; VENOSA, Sílvio de Salvo. Novo código civil: texto comparado: código civil de 2002, código civil de 1916. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2003. 928 p. ISBN 8522434271.

(5) DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro 3: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. 23. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2007. xvii, 874 p. ISBN

9788502059276 (v. 3).

(6) TARTUCE, Flávio. Direito civil 3: teoria geral dos contratos e contratos em espécie . 7. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Método, 2012. xix, 646 p. ISBN 9788530939755.

(7) GAGLIANO, Pablo Stolze. Código civil comentado 13: direito das coisas. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direito do promitente comprador. Artigos 1.369 a 1.418. São Paulo, SP: Atlas, 2004. 243 p. ISBN 8522437149.

(8) VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil 2: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2004. 652 p. (Direitos civis) ISBN 8522437203.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Ao longo do semestre ocorrerão atividades extras sem prévio agendamento.

As ausências nestas atividades não reduzirão as notas dos alunos, contudo, não terão a possibilidade de receber bonificação a sua nota.

Estas atividades não são passíveis de reposição.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Os alunos que perderem alguma avaliação deverão fazer o requerimento de segunda chamada de prova na Secretaria do Centro. A avaliação será única e no final do semestre letivo, no 17º encontro.

Semana de Iniciação Científica ocorrerá entre os dias 6 a 10 de novembro. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso o professor componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pelo professor. Outros casos de participação serão acordados com o professor da aula que coincide com a referida banca.

É proibida a gravação das aulas em áudio ou vídeo, bem como que sejam registradas fotografias dos encontros.

Nas avaliações é proibido portar qualquer equipamento eletrônico (celular, ipad, iphone, computador e outros), devendo tais objetos serem guardados dentro de bolas, mochilas, totalmente fora do contato visual do acadêmico.

O Grupo de Pesquisa Paideia incentiva há 13 anos a pesquisa no CEJURPS, instigando a comunidade acadêmica no desenvolvimento da pesquisa jurídica com grupos de estudos e participação em editais, como PROBIC, PIBIC, art. 171 (CESC), entre outros.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA - O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de extensão comunitária nas mais diversas áreas, com destaque a possibilidade de atuação no Mutirão da Vara da Família (Balneário Camboriú), Protejá (Projeto de Prevenção à Pedofilia), Aproximando o Acadêmico do Curso de Direito com a Comunidade e o Mercado de Trabalho (Projeto que insere o acadêmico em entidades sem fins lucrativos, atuando juridicamente).

Este plano poderá sofrer alterações.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3

M1 = (Prova 1 - Discursiva * 1,00 + Prova 2 - Objetiva * 1,00) / 2,00

M2 = (Prova 3 - Discursiva * 1,00 + Prova 4 - Objetiva * 1,00) / 2,00

M3 = (Prova 5 - Discursiva * 1,00 + Prova 6 * 1,00) / 2,00

Média Final = 6,00

Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 9952 - LEGISLAÇÃO ESPECIAL PENAL

Professor(es): AIRTO CHAVES JUNIOR

Período: 10º	Ano/Sem.: 2017 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Oferecer uma visão do Direito Penal como ultima ratio no controle social por parte do Estado. Analisar sua evolução na perspectiva da garantia dos direitos fundamentais, de que resultaram os princípios acolhidos na CRFB/88. Expor parte da legislação penal e processual penal extravagante de forma sistemática e a partir de um posicionamento crítico em face do sistema repressivo vigente.

EMENTA

Tópicos destacados de Direito Penal e Processual Penal. Legislação esparsa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Estudar as relações entre Constituição, Direito Penal e Processo Penal na construção e regulação dos instrumentos de controle penal; Analisar os princípios fundamentais do Direito Penal (legalidade, lesividade, intervenção mínima, culpabilidade etc.); Aprofundar o estudo da Teoria do Delito e as novas teorias que a dão suporte dogmático: Reducionismo, Funcionalismo e Pós-funcionalismo. Possibilitar a compreensão crítica do funcionamento do sistema penal.	UNIDADE 1 - Tópicos destacados de Direito Penal e Processual Penal. 1. Constituição e Controle Penal	12 h/a 0 h/ext	1. Aulas teóricas e expositivas do conteúdo programático da disciplina, que devem combinar a explicação dos temas pelo professor com os comentários dos alunos; 2. Debates entre alunos e professor; 3. Leitura de obras e textos recomendados com as respectivas discussões em sala.	M1: Prova Objetiva - Prova Escrita (Peso: 4,00) Individual. M1: Prova Discursiva - Prova Escrita (Peso: 6,00) Avaliação discursiva com 10 questões.	(1) (3) (4) (6) (9) (10) (11)
Estudar sistematicamente as seguintes Leis Penais e Processuais Penais extravagantes: 1. LEI DOS CRIMES HEDIONDOS (Lei 8.072/90). Breve histórico. Conceito de crime hediondo. Do elenco taxativo da lei. Reflexos da investigação criminal; reflexos no Processo Penal; Reflexos na concessão de intercorrências de execução penal. 2. CRIMES DE TORTURA (Lei	UNIDADE 2 - Legislação esparsa. 1. Legislação Penal e Processual Penal Extravagante 2. Questões étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 3. Políticas de educação ambiental, conforme Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.	48 h/a 0 h/ext	1. Aulas teóricas e expositivas do conteúdo programático da disciplina, que devem combinar a explicação dos temas pelo professor com os comentários dos alunos; 2. Debates entre alunos e professor; 3. Leitura de obras e textos recomendados com as respectivas discussões em sala.	M2: Prova Objetiva - Prova Escrita (Peso: 4,00) Avaliação Individual. M2: Prova Discursiva - Prova Escrita (Peso: 6,00) 10 questões discursivas. M3: Prova Objetiva - Prova Escrita (Peso: 4,00) Avaliação Individual (10 questões). M3: Prova Discursiva - Prova Escrita (Peso: 6,00) 10 questões discursivas.	(2) (3) (5) (7) (8) (10)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
9.455/97); 3. CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE (Lei 4.898/65); 4. CRIMES MILITARES (Decreto-Lei 11.001/69); 5. CRIMES DA LEI DROGAS (Lei 11.343/2006): questões materiais e processuais; 6. LEI DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA (Lei 9.296/96). Interceptação de Comunicações Telefônicas: procedimentos prévios e Crime. 7. CRIME ORGANIZADO (Lei 12.850/13). Prevenção e Repressão de Ações Praticadas por Organizações Criminosas. 8. CRIMES DE TRÂNSITO (Lei 9.503/97); 9. ESTATUTO DO DESARMAMENT (Lei 10.826/03). Objetiva-se a compreensão e relevância dessa legislação no cenário jurídico penal brasileiro.					

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro: parte geral. 11. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, c2015. 796 p. ISBN 9788520359976.

(2) NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas 1. 8. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2014. xiv, 742 p. ISBN 9788530956660.

(3) BUSATO, Paulo César. Direito penal: parte geral. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. xliii, 1046 p. ISBN 9788522495764.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal 1: parte geral. 23. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2017. 992 p. ISBN 9788547213596 (v. 1).

(5) GOMES, Luiz Flávio; CUNHA, Rogério Sanches. Legislação criminal especial 6. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2010. 1277 p. (Ciências Criminais ; 6) ISBN 9788520337370.

(6) CHAVES JUNIOR, Airto; OLDONI, Fabiano. Para que(m) serve o Direito Penal? uma análise criminológica da seletividade dos segmentos de controle social. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2014. 243 p. ISBN 9788567595962.

(7) ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Legislação penal especial. 10. ed. atual. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 672 p. ISBN 9788502618657.

(8) LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal. 3. ed. rev., ampl. e atual. Salvador, BA: Editora Juspodivm, 2015. 1826 p. ISBN 9788544203996.

(9) BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 30. ed. atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2015. 862 p. ISBN 9788539202713.

(10) LOPES JÚNIOR, Aury. Direito processual penal. 13. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 1160 p. ISBN 9788547201227.

(11) ROXIN, Claus; CALLEGARI, André Luís. A proteção de bens jurídicos como função do direito penal. 2. ed. Porto Alegre, RS: Do Advogado, 2013. 64 p. ISBN 9788573486483.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1. SEGUNDA CHAMADA DE AVALIAÇÃO: o aluno faltante no cumprimento de qualquer atividade de avaliação deverá ingressar com processo de justificativa de falta, oportunidade em que, sendo deferido o requerimento, realizará prova oral (2ª chamada) no último encontro da disciplina (11/12/2017). A prova conterá 12 (doze) questões das quais poderá o acadêmico deixar de responder duas delas sem qualquer prejuízo na pontuação que lhe será atribuída. Cada questão respondida de forma correta compreenderá a soma de 1 (um) pondo na avaliação da atividade. Esta prova abarcará o conteúdo da avaliação que o acadêmico não realizou oportunamente, podendo, a depender da atividade não realizada, consultar a legislação pertinente;
2. MÉDIAS DO SEMESTRE: cada média será composta de DUAS PROVAS: a) PRIMEIRA: avaliação de “PESO 4”, em que não será permitida consulta a qualquer material; b) SEGUNDA: de “PESO 6”, para a qual será autorizada a consulta à legislação seca;
3. REGRAS PARA AS AVALIAÇÕES: a) não será permitida entrada de alunos na sala de aula após a saída de qualquer acadêmico que já tenha finalizado a atividade; b) as avaliações desenvolvidas em sala serão individuais. Caso, porém, alguma atividade curricular seja desenvolvida em equipe, essa condição não será estendida ao acadêmico que chegar atrasado à sala, ou seja, após já iniciada a avaliação. Neste caso, o acadêmico realizará a atividade de forma individual; c) em quaisquer das atividades, é vedado ao acadêmico se utilizar de aparelhos eletrônicos, telefones celulares e similares, sob pena de lhe ser atribuída nota ZERO;
4. TELEFONE CELULAR: ao momento que o acadêmico entrar na sala de aula, deverá desligar o aparelho de telefone celular ou, então, deixá-lo em modo “silencioso”;
5. PONTUAÇÃO PELA ASSIDUIDADE RELACIONADA À FREQUÊNCIA EM SALA: ao acadêmico que não comportar qualquer falta ao longo dos 18 encontros, ou seja, QUE ESTIVER FISICAMENTE PRESENTE EM TODOS OS ENCONTROS, ser-lhe-á somado 1 (um) ponto em qualquer das médias (M1, M2 ou M3), a critério do acadêmico;
6. AULA NÃO REALIZADA: em não havendo, eventualmente, aula em alguma data estabelecida no referido plano, a atividade passará para o dia de aula da disciplina imediatamente posterior;
7. PUBLICAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO: o aluno que comprovar a PUBLICAÇÃO de artigo científico em periódico enquadrado em relatórios indicativos da qualidade A1; A2; B1; B2; B3; B4 ou B5 da CAPES, de sua autoria e que verse sobre a disciplina ministrada, poderá requerer ao Professor Ministrante o acréscimo de 01 (um) ponto na M3;
8. DEVOLUÇÃO DAS AVALIAÇÕES: a devolução das Provas/Atividades ocorrerá na semana seguinte as suas respectivas realizações, em dia e horário regulas das aulas, salvo exceções autorizadas pela coordenação do curso e previamente comunicadas aos alunos, inclusive quanto às atividades relacionadas à M3.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1. Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre. Neste caso, os acadêmicos serão devidamente comunicados;
2. Outras referências bibliográficas poderão ser indicadas pelo Professor conforme a evolução da matéria e necessidade de aprofundamento dos estudos. Além disso, os alunos deverão ter a diligência necessária para aprofundar o conhecimento com obras e legislações atualizadas;
3. Caso seja realizado algum trabalho a título de avaliação, deverá ele obedecer as regras e metodologias adotadas pela Universidade, via de regra, a obra “PASOLD, Cesar Luiz. Metodologia da Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática. 13 ed. rev.atual.amp. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015";
4. Não é permitido qualquer tipo de gravação (de áudio ou imagem) das aulas ministradas;
5. AULA MAGNA (52 anos do Curso de Direito): será realizada no dia 27 de março de 2017, às 08:30 horas. O evento contará, ainda, com Seminário de Internacionalização dos Cursos de Direito.
6. A Semana de Iniciação Científica ocorrerá entre os dias 05 (segunda-feira) e 09 (sexta-feira) de junho de 2017. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, quando deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso o professor componha alguma das bancas, o acadêmico deverá participar da referida atividade ou de outra a sua escolha, comprovando a presença com relatório. Lembra-se, porém, que outros casos de participação poderão ser acordados com o docente da disciplina;
7. No decorrer dos encontros, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004;
8. As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002;
9. O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com o Professor ou com a Coordenação como participar;
10. O Grupo de Pesquisa Paideia incentiva há 14 anos a pesquisa no CEJURPS, instigando a comunidade acadêmica no desenvolvimento da pesquisa jurídica com grupos de estudos e participação em editais, como PROBIC, PIBIC, art. 171 (CESC), entre outros.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova Objetiva * 4,00 + Prova Discursiva * 6,00) / 10,00
M2 = (Prova Objetiva * 4,00 + Prova Discursiva * 6,00) / 10,00
M3 = (Prova Objetiva * 4,00 + Prova Discursiva * 6,00) / 10,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 202 - DIREITO

Disciplina: 9953 - DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL

Professor(es): MAURY ROBERTO VIVIANI

Período: 9º	Ano/Sem.: 2017 / 2 Classe: 1
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Desenvolver a reflexão sobre as categorias fundamentais do Direito Constitucional e Processual Constitucional. Revisar os principais aspectos doutrinários e jurisprudenciais, com especial enfoque nas ações constitucionais. Proporcionar o debate e estimular a capacitação para o exercício profissional no campo do Direito, com ênfase na importância da função social a ser exercida no contexto sócio-jurídico e político.

EMENTA

CONSTITUIÇÃO, PODER E DIREITO. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS. FUNDAMENTOS DA TEORIA GERAL DO P CONSTITUCIONAL. AÇÕES CONSTITUCIONAIS ESPECÍFICAS. RECURSOS PARA OS TRIBUNAIS SUPERIORES.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 63 h.a. + Total C.H. Avaliações: 9 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
1. Analisar os os principais pontos concernentes à Teoria da Constituição; 2. Examinar a Teoria do Poder Constituinte e dos Poderes Constituídos; 3. Caracterizar as normas constitucionais, analisando sua classificação, aplicabilidade e interpretação.	UNIDADE 1 - CONSTITUIÇÃ PODER E DIREITO 1. Teoria da Constituição 2. Poder Constituinte e Poderes Constituídos 3. Normas Constitucionais: classificação, aplicabilidade e interpretação	18 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas dialógicas; estudo de normas constitucionais	M1: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) Domínio do conteúdo abordado nas aulas, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da bibliografia indicada. Clareza e coerência nas respostas. M1: Resolução de questões - Atividade Curricular (Peso: 1,00) Aplicação dos conceitos estudados em sala e na bibliografia indicada; clareza e coerência nas respostas.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (8) (9) (10)
1. Compreender as noções gerais do controle de constitucionalidade das leis e atos normativos; 2. Analisar as formas de inconstitucionalidade; 3. Examinar as formas de controle de constitucionalidade.	UNIDADE 2 - CONTROLE D CONSTITUCIONALIDADE D LEIS 1. Noções Gerais 2. Formas de inconstitucionalidade 3. Formas de controle de constitucionalidade 4. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade	16 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas dialógicas; exame de normas constitucionais; análise de jurisprudência; exercícios de fixação	M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) Domínio do conteúdo abordado nas aulas, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da bibliografia indicada. Clareza e coerência nas respostas. M2: Questões e caso prático - Seminário (Peso: 1,00) Aplicação do conteúdo estudado em sala de aula, na jurisprudência e na bibliografia indicada; clareza na apresentação; domínio do conteúdo.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (8) (9) (10)
1. Examinar os princípios constitucionais do processo; 2. Analisar os fundamentos da jurisdição constitucional.	UNIDADE 3 - FUNDAMENT DA TEORIA GERAL DO PROCESSO CONSTITUCIO 1. Princípios constitucionais do processo 2. Fundamentos da jurisdição constitucional	7 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas dialógicas; exame de normas constitucionais; análise de jurisprudência.	M2: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) Domínio do conteúdo abordado nas aulas, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da bibliografia indicada. Clareza e coerência nas respostas.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (8) (9) (10)
1. Identificar os aspectos	UNIDADE 4 - AÇÕES	14 h/a	Aulas expositivas	M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso:	(1) (2)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
gerais das ações constitucionais específicas; 2. Examinar os principais aspectos processuais das ações constitucionais específicas.	CONSTITUCIONAIS ESPECÍFICAS 1. Ação Popular 3. Mandado de Segurança 4. Habeas Data 5. Habeas Corpus 6. Ação Civil Pública	0 h/ext	dialógicas; exame de normas constitucionais; análise de legislação infraconstitucional; estudos de caso.	2,00) Domínio do conteúdo abordado nas aulas, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da bibliografia indicada. Clareza e coerência nas respostas. M3: Questões de concurso - Atividade Curricular (Peso: 1,00) Aplicação do conteúdo estudado em sala, da jurisprudência e da bibliografia indicada; clareza e coerência nas respostas.	(3) (4) (5) (6) (8) (9) (10)
1. Identificar os aspectos gerais dos recursos para os Tribunais Superiores; 2. Analisar os principais aspectos processuais dos recursos para os Tribunais Superiores; 3. Examinar a força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal.	UNIDADE 5 - RECURSOS P OS TRIBUNAIS SUPERIOR 1. Recurso Ordinário para o Supremo Tribunal Federal 2. Recurso Extraordinário 3. Recurso Especial 4. Embargos perante o STF e o STJ 5. Reclamação perante o STF e o STJ 6. Força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal	8 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas dialógicas; exame de normas constitucionais e infraconstitucionais relativas à temática; análise de jurisprudência; exercícios de fixação.	M3: Prova Legal - Prova Escrita (Peso: 2,00) Domínio do conteúdo abordado nas aulas, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da bibliografia indicada. Clareza e coerência nas respostas. M3: Questões de concurso - Atividade Curricular (Peso: 1,00) Aplicação do conteúdo estudado em sala, da jurisprudência e da bibliografia indicada; clareza e coerência nas respostas.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (8) (9) (10)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) BARROSO, Luís Roberto. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. 6. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 452 p.

(2) BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional. 9. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 1703 p. ISBN 9788502230668.

(3) MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 10. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 1470 p. ISBN 9788502622746.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) DIDIER JUNIOR, Fredie. Ações constitucionais. 5. ed. rev. ampl. e atual. Salvador, BA: Editora Juspodivm, 2011. 704 p. ISBN 8577614271.

(5) MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Recurso extraordinario e recurso especial. 12. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2013. 446 p. ISBN 9788520346259.

(6) MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de segurança e ações constitucionais. 36. ed. atual. e ampl. São Paulo, SP: Malheiros, 2014. 1040 p. ISBN 9788539202478.

(8) SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel Francisco. Curso de direito constitucional. 6. ed. rev. e atual. São Paulo, SP. Saraiva, 2017. 1471 p. ISBN 9788547214463.

(10) MENDES, Gilmar Ferreira. Jurisdiçao constitucional: o controle abstrato de normas no Brasil e na Alemanha. 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2005. 446 p. ISBN 8502050737.

(9) CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 7. ed. [S.l.]

Almedina, 2010.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Pontualidade, assiduidade e permanência em sala de aula.
Participação oral com questionamentos e observações pertinentes ao tema.
Leitura dos textos indicados.
Comportamento ético condizente com o nível de maturidade desejável dos acadêmicos.
Postura acadêmica que compreende: não utilizar celular na sala de aula; não interromper momentos de estudo e concentração com conversas paralelas; evitar saídas e entradas desnecessárias durante as aulas .
Observância das orientações formais dos exercícios e atividades propostos, de forma que receberão nota 0 (zero) os acadêmicos cujos trabalhos apresentarem sinais de cópias de outros acadêmicos, contiverem evidências de materiais retirados de meio digital, copiados de livros ou outra fonte de pesquisa sem a indicação bibliográfica ou, ainda, o acadêmico que realizar consulta não autorizada em atividade de avaliação.
Ao longo do semestre poderão ser estabelecidos outros critérios de avaliação, sem prejuízo do amplo e prévio conhecimento por parte dos acadêmicos.

OBSERVAÇÕES GERAIS

IMPORTANTE: Para a ideal aprendizagem é imprescindível que o acadêmico venha assistir às aulas com um exemplar atualizado da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

a) Serão realizadas 02 avaliações (uma atividade e uma prova legal) para cada Média Parcial durante o semestre letivo;
b) As avaliações com caráter de atividade poderão ser individuais ou em dupla;
c) As avaliações com caráter de prova poderão ser escritas ou orais, e sempre individuais;
d) As atividades terão peso 1 e as provas peso 2;
e) As datas de todas as provas serão relembradas com antecedência, estando desde já fixadas nos 5º, 12º e 17º encontros, respectivamente;
f) As atividades realizadas em sala de aula não terão a data divulgada previamente. No caso da ausência do acadêmico na data da realização da atividade em sala de aula, este realizará atividade complementar com grau de complexidade superior ao da atividade ministrada em aula, extra-sala, INDIVIDUAL, a ser entregue na data da prova da Média Parcial correspondente ao trabalho perdido.
g) Algumas horas da carga horária desta disciplina poderão ser destinadas à prática e participação de oficinas, seminários, palestras e demais atividades fornecidas pelo Cejurps;
h) Na semana determinada pela Coordenação para realização de bancas de defesa de monografia, ou seja, de Iniciação Científica, dias 06 a 10 de novembro, haverá aula normalmente, no entanto, os acadêmicos participarão como ouvintes das bancas de defesa de monografias, nas quais este docente seja membro da banca.
i) Como recurso auxiliar de ensino e aprendizagem será utilizado nesta disciplina o ambiente de Material Didático.
j) Este plano de ensino poderá ser alterado durante o semestre letivo.
l) Interessante a participação no Grupo de Pesquisa Paideia incentiva há 12 anos a pesquisa no CEJURPS, que instiga a comunidade acadêmica no desenvolvimento da pesquisa jurídica com grupos de estudos e participação em editais, como PROBIC, PIBIC, art. 171 (CESC), entre outros.
m) O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de extensão comunitária nas mais diversas áreas, com destaque a possibilidade de atuação no Mutirão da Vara da Família

(Balneário Camboriú), Protejá (Projeto de Prevenção à Pedofilia), Aproximando o Acadêmico do Curso de Direito com a Comunidade e o Mercado de Trabalho (Projeto que insere o acadêmico em entidades sem fins lucrativos, atuando juridicamente);
n) Participação das Apresentações de Projetos de Pesquisa; e de Apresentação de Publicações;
o) Participação nas Atividades de Extensão;
p) Participação obrigatória na Aula Magna, que se realizará no dia 25 d agosto, no auditório do Bloco 7;
r) Participação do Congresso Brasileiro de Direito Imobiliário e Notarial, nos dias 30 e 31 de agosto em parceria com a OAB/SC, no auditório do bloco 7;
s) participação facultativa nos seguintes eventos que não substituirão as atividades em sala de aula:
1. Mutirão de Conciliação (Escritório Modelo de Advocacia - EMA),;
2. Semana Acadêmica do Curso de Direito com as seguintes atividades: defesa de TICs, atividades de extensão, apresentação do projetos de pesquisa, e apresentação de publicações;
3. Jornada NPJ de Preparação para o XXIII Exame da OAB, exclusivo para os alunos do 9 e 10 períodos e egressos.

IMPORTANTE: O êxito nos estudos é fruto de empenho mútuo, tanto do professor quanto do acadêmico. Por isto, necessário se faz que numa sala de aula todos adotemos uma postura de responsabilidade, ética e respeito, só assim que efetivamente alcançar-se-á a excelência que tanto aspiramos.
MISSÃO DO CURSO DE DIREITO: O Curso de Direito tem por missão produzir e socializar o conhecimento jurídico pelo ensino, pesquisa e extensão, formando pessoas com condições para criar qualidade de vida pessoal, profissional e coletiva, com solidariedade e eficiência.
**** As aulas expositivas abordarão os temas como a QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL e EDUCAÇÃO AMBIENTAL ***

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova Legal * 2,00 + Resolução de questões * 1,00) / 3,00
M2 = (Prova Legal * 2,00 + Questões e caso prático * 1,00) / 3,00
M3 = (Prova Legal * 2,00 + Questões de concurso * 1,00) / 3,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 171 - DIREITO

Disciplina: 11192 - TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NO DIREITO BRASILEIRO

Professor(es): LUIZ MAGNO PINTO BASTOS JUNIOR

Período: 10º	Ano/Sem.: 2017 / 2 Classe: 1
CH Teórica: 15 (18 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 15 (18 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 1

OBJETIVO GERAL

Compreender o processo de incorporação dos tratados de direitos humanos e a sua funcionalidade na ordem jurídica nacional.

EMENTA

Tratados de Direitos Humanos no Direito Brasileiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 18 h.a. + Total C.H. Avaliações: 0 h.a. = 18 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Compreender o processo de incorporação dos tratados de direitos humanos e a sua funcionalidade na ordem jurídica nacional.	UNIDADE 1 - Tratados de Direitos Humanos no Direito Brasileiro. 1. Tratados de direitos humanos e teoria das fontes 2. Análise da jurisprudência do STF referente à incorporação dos tratados de direitos humanos	18 h/a 0 h/ext	Aulas expositivo-dialogadas. Preparação e apresentação de seminários. Análise de casos e pesquisa jurisprudencial.	M1: Participação nos encontros - Outros Instrumentos (Peso: 3,00) Frequência e efetiva participação nos encontros. M2: Apresentação do Trabalho - Estudo de Caso (Peso: 6,00) Profundidade na análise empreendida. Clareza na apresentação. Adequada utilização de recursos audiovisuais. M3: Fichamento de artigo - Fichamento (Peso: 1,00) Profundidade na análise empreendida. Observância dos critérios formais. Bibliografia utilizada	(1) (2) (3) (4) (5)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) VARELLA, Marcelo Dias. Direito internacional público. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. xx, 478 p. ISBN 9788502072084.

(2) PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 13. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 693 p. ISBN 9788502143272.

(4) RAMOS, André de Carvalho. Processo internacional de direitos humanos: análise dos sistemas de apuração de violações de direitos humanos e a implementação das decisões no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2002. 424 p. ISBN 8571472874.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(5) GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Comentários à convenção americana sobre direitos humanos: pacto de San José da Costa Rica. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, c2010. 380 p. (Ciências criminais ; 4). ISBN 9788520336809.

(6) CAMPOS, Thiago Yukio Guenka. O controle de convencionalidade como mecanismo de interação entre ordem interna e internacional : por um diálogo cooperativo entre a Corte Interamericana de direitos humanos e o Tribunal Constitucional Brasileiro. 2010. TCC (graduação em Direito) -

Universidade do Vale do Itajaí, São José, 2010. (e-book)

(7) COELHO, Rodrigo Meirelles Gaspar. Proteção internacional dos direitos humanos: a Corte Interamericana e a implementação de suas sentenças no Brasil. Curitiba, PR: Juruá Ed., 2008. 215 p. ISBN 9788536217819.

(8) COMPARATO, Fabio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 5. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2007 xii, 577 p. ISBN 9788502062238.

(9) GARCIA, Emerson. Proteção internacional dos direitos humanos: breves reflexões sobre os sistemas convencional e não-convencional. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2005. xxii, 192 p. ISBN 8573876107.

(10) GOMES, Luiz Flávio (Coord); PIOVESAN, Flávia (Coord) (Coord.). O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, c2000. 466 p. ISBN 8520319521.

(3) RAMOS, André de Caravalho. Curso de direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2016.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A frequência aos encontros é obrigatória, sob pena de reprovação direta na disciplina.
Orientações mais específicas sobre o Estudo de Caso a ser realizado estarão disponíveis no Ambiente Sophia.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Participação nos encontros * 3,00) / 3,00
M2 = (Apresentação do Trabalho * 6,00) / 6,00
M3 = (Fichamento de artigo * 1,00) / 1,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 11692 - TRIBUTÁRIO

Professor(es): JOAO THIAGO FILLUS e JOSE ARTUR MARTINS

Período: 10º	Ano/Sem.: 2017 / 2 Classe: 1
CH Teórica: 0 (0 horas-aula) CH Prática: 60 (72 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (15 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Socializar o conhecimento jurídico prático pelo ensino, formando pessoas com condições para criar qualidade de vida pessoal, profissional e coletiva, com solidariedade e eficiência, em especial na prática jurídica referente ao Processo Administrativo Tributário e Processo Judicial Tributário.

EMENTA

Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 57 h.a. (0 h.ext.) + Total C.H. Avaliações: 15 h.a. (0 h.ext.) = 72 h.a. (0h.ext.))

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Analisar o processo administrativo tributário, suas particularidades e suas modalidades	UNIDADE 1 - Processo Administrativo Tributário. 1. Introdução ao processo administrativo 2. Reclamação 3. Recursos para o conselho de contribuintes	10 h/a 0 h/ext	Analisar documentos fiscais e elaborar reclamações e recursos aplicados aos processos administrativos tributários	M1: Elaboração de Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio e/ou identificação de conceitos científicos. Raciocínio lógico na descrição das ideias Capacidade de aplicar conceitos. M1: Elaboração de Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio e/ou identificação de conceitos científicos. Raciocínio lógico na descrição das ideias Capacidade de aplicar conceitos.	(1) (2) (3) (6) (9) (10)
Analisar o processo judicial tributário e suas particularidades. Identificar as modalidades de ações tributárias.	UNIDADE 2 - Processo Judicial Tributário. 1. Introdução ao processo judicial 2. Execução fiscal 3. Ação declaratória de inexistência de relação jurídica tributária 4. Ação anulatória de lançamento fiscal 5. Ação anulatória de decisão administrativa fiscal 6. Ação de repetição de indébito 7. Mandado de segurança 8. Consignação em pagamento 9. Exceção de pré-executividade 10. Embargos à execução 11. Contestação de ações propostas em face do fisco	47 h/a 0 h/ext	Aulas práticas, com elaboração de peças judiciais. Prevê a Legislação pátria (= Lei nº 11.645/2008 e Constituição Federal de 1988), previsão de acesso pleno ao Poder Judiciário a todas as pessoas (Art. 5º, XXXV, da CRFB/1988). Referidos temas serão trabalhados de forma transversal, em especial os conteúdos étnico-raciais, conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.	M1: Elaboração de Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio e/ou identificação de conceitos científicos. Raciocínio lógico na descrição das ideias Capacidade de aplicar conceitos. M1: Elaboração de Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio e/ou identificação de conceitos científicos. Raciocínio lógico na descrição das ideias Capacidade de aplicar conceitos. M2: Elaboração de Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio e/ou identificação de conceitos científicos. Raciocínio lógico na descrição das ideias Capacidade de aplicar conceitos. M2: Elaboração de Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio e/ou identificação de conceitos científicos. Raciocínio lógico na descrição das ideias Capacidade de aplicar conceitos. M2: Elaboração de Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio e/ou identificação de conceitos científicos. Raciocínio lógico na descrição das ideias	(1) (2) (3) (4) (5) (7) (8) (9) (11)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
	12. Agravo de Instrumento			Capacidade de aplicar conceitos. M2: Elaboração de Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 2,00) Domínio e/ou identificação de conceitos científicos. Raciocínio lógico na descrição das ideias Capacidade de aplicar conceitos. M3: Elaboração de Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio e/ou identificação de conceitos científicos. Raciocínio lógico na descrição das ideias Capacidade de aplicar conceitos. M3: Elaboração de Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio e/ou identificação de conceitos científicos. Raciocínio lógico na descrição das ideias Capacidade de aplicar conceitos. M3: Elaboração de Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio e/ou identificação de conceitos científicos. Raciocínio lógico na descrição das ideias Capacidade de aplicar conceitos. M3: Elaboração de Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Domínio e/ou identificação de conceitos científicos. Raciocínio lógico na descrição das ideias Capacidade de aplicar conceitos.	

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) CASSONE, Vittorio; CASSONE, Maria Eugenia Teixeira; ROSSI, Júlio César. Processo tributário: teoria e prática. 13. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. xvi, 311 p. ISBN 9788522496747.

(2) MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Processo tributário. 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. xxiii, 576 p. ISBN 9788522496006.

(6) BORIN, Rafael; NICHELE, Rafael. Curso avançado de processo administrativo tributário. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2012. 242 p ISBN 9788573488180.

(8) CAIS, Cleide Previtalli. O processo tributário. 8. ed. rev. atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2013. 796 p. ISBN 9788520347782.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(3) PAULSEN, Leandro.; MELO, José Eduardo Soares de. Impostos: federais, estaduais e municipais. 3. ed. rev. e atual. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2007. 413 p. ISBN 9788573485011.

(4) PAULSEN, Leandro.; VELLOSO, Andrei Pitten. Contribuições: teoria geral, contribuições em espécie . 3. ed. revista e atualizada. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2015. 356 p. ISBN 9788573489637.

(5) MARINS, James. Direito processual tributário brasileiro: (administrativo e judicial). 4. ed. São Paulo, SP: Editora Dialética, 2005. 735 p. ISBN 8575001418.

(7) BRASIL; CARRAZZA, Roque Antonio. Código tributário nacional; Código de processo civil ;

Constituição Federal ; Legislação Tributária e Processual Tributária. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2010. 1516p. (RT mini códigos). ISBN 9788520335727.

(9) JANCZESKI, Celio Armando. Processo tributário administrativo e judicial na teoria e na prática. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis, SC: OAB/SC Editora, CLC, 2006. 566 p. ISBN 859830445X.

(10) TAVARES, Alexandre Macedo. Fundamentos de direito tributário. 4. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. xxii, 358 p. ISBN 9788502076006.

(11) BRASIL; CARRAZZA, Roque Antonio; FRANCO, Vera Helena de Mello. Código tributário nacional; Código comercial ; Código civil (excertos) ; Legislação tributária e empresarial ; Constituição federal. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2008. 1547 p. (RT Mini Código). ISBN 978852033182.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os critérios de avaliação, passam pela observância da língua culta, da metodologia quando for o caso, apenas salientamos a importância da frequência em sala de aula, pois a sistemática e a dinâmica determinarão datas de provas e outras avaliações. O respeito a prazos é fundamental e será objeto de avaliação, bem como a metodologia utilizada.
A frequência será cobrada diariamente e as reposições de aulas deverá ser requerida no Núcleo de Práticas Jurídicas, no prazo regimental.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.

Semana de Iniciação Científica a ser divulgada pela Direção do CEJURPS - 2º Semestre de 2017.
A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso o professor componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pelo professor. Outros casos de participação serão acordados com o professor.

- Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.

- As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

- O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Elaboração de Peça Processual * 1,00 + Elaboração de Peça Processual * 1,00 + Elaboração de Peça Processual * 1,00 + Elaboração de Peça Processual * 1,00) / 4,00
M2 = (Elaboração de Peça Processual * 1,00 + Elaboração de Peça Processual * 1,00 + Elaboração de Peça Processual * 1,00 + Elaboração de Peça Processual * 2,00) / 5,00
M3 = (Elaboração de Peça Processual * 1,00 + Elaboração de Peça Processual * 1,00 + Elaboração de Peça Processual * 1,00 + Elaboração de Peça Processual * 1,00) / 4,00

Média Final = 7,00

Limite de Falta = 12%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 17564 - TRIBUTÁRIO

Professor(es): JOSE ARTUR MARTINS e EMERSON DE MORAIS GRANADO

Período: 9º	Ano/Sem.: 2017 / 2 Classe: 1
CH Teórica: 0 (0 horas-aula) CH Prática: 60 (72 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (15 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Socializar o conhecimento jurídico prático pelo ensino, formando pessoas com condições para criar qualidade de vida pessoal, profissional e coletiva, com solidariedade e eficiência.

EMENTA

Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 56 h.a. (0 h.ext.) + Total C.H. Avaliações: 16 h.a. (0 h.ext.) = 72 h.a. (0h.ext.))

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Analisar o processo administrativo tributário, suas particularidades e suas modalidades	UNIDADE 1 - Processo Administrativo Tributário. 1. Introdução ao processo administrativo 2. Reclamação 3. Recurso ao Conselho de Contribuintes	8 h/a 0 h/ext	Analisar documentos fiscais e elaborar reclamações e recursos aplicados aos processos administrativos tributários	M1: Elaboração de Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) pesquisa a legislação M1: Elaboração de Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) consulta a legislação M1: Elaboração Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Elaboração simulada de peça processual.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)
Analisar o processo judicial tributário e suas particularidades. Identificar as modalidades de ações tributárias.	UNIDADE 2 - Processo Judicial Tributário 1. Introdução ao processo judicial 2. Execução fiscal 3. Ação declaratória de inexistência de relação jurídica tributária 4. Ação anulatória de lançamento fiscal 5. Ação anulatória de decisão administrativa fiscal 6. Ação de repetição de indébito 7. Mandado de segurança 8. Consignação em pagamento 9. Exceção de pré-executividade 10. Embargos à execução 11. Contestação de ações propostas em face do fisco 12. Recursos - Agravo de Instrumento	48 h/a 0 h/ext	Aulas práticas, com elaboração de peças judiciais.	M1: Elaboração de Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) consulta a legislação M1: Elaboração Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Elaboração simulada de peça processual. M2: Elaboração de Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) consulta a legislação M2: Elaboração de Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Consulta a legislação M2: Elaboração de Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Consulta a legislação M2: Elaboração de Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Consulta a legislação M3: Elaboração de Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Consulta a legislação M3: Elaboração de Peça Processual - Prova Escrita (Peso: 1,00) Consulta a legislação M3: Elaboração de peça processual - Prova Escrita (Peso: 1,00)	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
	13. Recurso - Apelação			M3: Elaboração peça processual - Prova Escrita (Peso: 1,00)	

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(6) MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 36. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2015. 562 p. ISBN 9788539202751.

(7) SABBAG, Eduardo de Moraes. Manual de direito tributário. 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. 1164 p. ISBN 9788502188679.

(8) HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário. 22. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2013. xxxiv, 824 p. ISBN 9788522475544.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(1) CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário. 29. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2013. 1248 p. ISBN 8539201860.

(2) CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 26. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 551 p. ISBN 9788502215085.

(3) COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 11. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2011. xxiv, 813 p. ISBN 9788530931254.

(5) MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Direito tributário e financeiro. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007 ix, 230 p. (Série Leituras Jurídicas. Provas e concursos ; 24) ISBN 852244188X.

(4) DUARTE, Francisco Leite. Direito tributário aplicado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os critérios de avaliação, passam pela observância da língua culta,da metodologia quando for o caso, apenas salientamos a importância da frequência em sala de aula, pois a sistemática e a dinâmica determinarão datas de provas e outras avaliações. O respeito a prazos é fundamental e será objeto de avaliação, bem como a metodologia utilizada.
A frequência será cobrada diariamente e as reposições de aulas deverão ser requeridas diretamente no Núcleo de Prática Jurídica, no prazo regimental.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1. Será indispensável ao aluno o manuseio da Legislação pertinente durante as aulas e a leitura prévia dos conteúdos e/ou textos indicados.
2. Considerando que o direito não é estático, mas sim dinâmico, o aluno deverá estar atento às constantes alterações da legislação.
3. A bibliografia indicada não exaure a gama de obras (livros, trabalhos acadêmicos, artigos, periódicos etc.) que tratam sobre a matéria, servindo como mero referencial ao aluno(a), que pode (e deve) ser complementado.
4. Para que o(a) acadêmico(a) atinja os objetivos perseguidos pela disciplina, é importante que: a. Acompanhe as atividades da disciplina através das aulas e da realização da leitura dos textos correspondentes aos temas tratados, fazendo o respectivo fichamento e anotando as dúvidas para discuti-las em sala de aula; b. Esteja atualizado com as atividades de sala de aula; c. Exponha suas dificuldades ao professor e busque fontes suplementares de pesquisa; 4.

Realize as leituras e as atividades didáticas de acordo com as técnicas e os métodos de elaboração científica, cujo conteúdo é objeto de disciplina específica.
5. As aulas serão expositivas com a elaboração de peça práticas.
6. As chamadas serão realizadas nos horários institucionais.
7. O acadêmico que ingressar na sala de aula após a chamada, deverá aguardar o término da aula para requisitar, quando for o caso, sua presença parcial.
8. Os acadêmicos que desejarem contatar com o professor da disciplina poderão fazê-lo também através do e-mail: emerson@univali.br.
90. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Regimento Interno da Instituição.
10. É obrigatória a leitura da legislação institucional vigente.
11. Este plano de ensino pode ser alterado no decorrer do semestre.
12. Semana de Iniciação Científica de 06 a 10 de outubro. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório.
13. Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.
14. As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Elaboração de Peça Processual * 1,00 + Elaboração de Peça Processual * 1,00 + Elaboração de Peça Processual * 1,00 + Elaboração Peça Processual * 1,00) / 4,00
M2 = (Elaboração de Peça Processual * 1,00 + Elaboração de Peça Processual * 1,00 + Elaboração de Peça Processual * 1,00 + Elaboração de Peça Processual * 1,00) / 4,00
M3 = (Elaboração de Peça Processual * 1,00 + Elaboração de Peça Processual * 1,00 + Elaboração de peça processual * 1,00 + Elaboração peça processual * 1,00) / 4,00
Média Final = 7,00
Limite de Falta = 12%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 18243 - PÚBLICO - AMBIENTAL E DIREITOS HUMANOS

Professor(es): CHARLES ALEXANDRE SOUZA ARMADA e JOSE ARTUR MARTINS

Período: 10º	Ano/Sem.: 2017 / 2 Classe: 1
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Desenvolver o Segundo e Terceiro Capítulos e preparar o(a) aluno(a) para a Defesa em Banca Pública do Trabalho de Iniciação Científica do Curso de Graduação em Direito.

EMENTA

Pesquisa. Análise dos dados. Sistematização dos resultados e considerações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Proporcionar ao aluno a continuidade da elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, no que tange à produção do Segundo e Terceiros Capítulos do TIC.	UNIDADE 1 - Pesquisa. 1. Elaboração da Pesquisa Jurídica.	20 h/a 0 h/ext	Discussão dos diversos temas em grupo e individualmente com cada orientando.	M1: SEGUNDO CAPÍTULO MONOGRAFIA - Instrumentos (Peso: 10,00) M1: TERCEIRO CAPÍTULO MONOGRAFIA - Instrumentos (Peso: 10,00) M2: DEFESA EM BANCA PÚBLICA - Outros Instrumentos (Peso: 10,00)	(2) (4) (5)
Capacitar o orientando para que este possa realizar a análise dos dados obtidos ao longo de sua pesquisa científica.	UNIDADE 2 - Análise dos dados. 1. Retomando o objetivo geral, objetivos específicos, perguntas e hipóteses da Pesquisa Jurídica.	20 h/a 0 h/ext	Reflexão, discussão e debates em grupos.	M1: SEGUNDO CAPÍTULO MONOGRAFIA - Instrumentos (Peso: 10,00) M1: TERCEIRO CAPÍTULO MONOGRAFIA - Instrumentos (Peso: 10,00) M2: DEFESA EM BANCA PÚBLICA - Outros Instrumentos (Peso: 10,00)	(1) (6) (7)
Possibilitar ao orientando que o mesmo realize a sistematização do TIC elaborado ao longo de dois semestres, como atividade de Conclusão de seu Curso de Graduação em Direito.	UNIDADE 3 - Sistematização dos resultados e considerações. 1. Apresentando o Trabalho de Iniciação Científica à Comunidade Acadêmica.	20 h/a 0 h/ext	Reflexão, discussão e debates coletivos.	M1: TERCEIRO CAPÍTULO MONOGRAFIA - Instrumentos (Peso: 10,00) M2: DEFESA EM BANCA PÚBLICA - Outros Instrumentos (Peso: 10,00)	(3) (8) (9)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil, c2007. xii, 162 p. ISBN 9788576050476.

(2) ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 20. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2005. xv, 174 p. (Estudos ; 85). ISBN 8527300796.

(3) BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 13. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 304 p. ISBN 9788502625501.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) PASOLD, Cesar Luiz. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática. 12. ed. rev. São

Paulo, SP: Conceito; 2011. 216 p. ISBN 9788578742089.

(5) LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia jurídica. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, c2014. 608 p. (Série Médotos em Direito ; 1) ISBN 9788520355183.

(6) NUNES, Rizzatto. Manual da monografia jurídica: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese. 10. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. 324 p. ISBN 9788502201125.

(7) MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. 297 p. ISBN 9788522457588.

(8) MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008. 277 p. ISBN 9788522451524.

(9) PRÓ-REITORIA DE ENSINO (ProEn). Elaboração de trabalhos acadêmicos-científicos. Itajaí: Univali, 2011. Disponível em: <http://www.univali.br/default.aspx?p=358>. Acesso em: 26 fev. 2014.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1. SOBRE AS AVALIAÇÕES E OUTRAS ATIVIDADES:

a) A avaliação desta Disciplina será realizada de acordo com o desenvolvimento do Segundo e Terceiro Capítulos do TIC. Média UM - M1: Segundo Capítulo Pronto. Média DOIS - M2: Terceiro Capítulo Pronto e Defesa do TIC em Banca Pública.

b) A devolução das avaliações ocorrerá no prazo máximo de 15 dias, a contar de sua realização; recursos correrão de acordo com a regulamentação da Univali.

c) Ausência em dias de aulas e provas somente poderá ser justificada e recuperada mediante regular processo de justificativa de faltas e segunda chamada de provas, a ser requerido junto à Secretaria Acadêmica, de acordo com o Regimento Geral da UNIVALI.

2. SOBRE A CARGA HORÁRIA E FALTAS:

a) A participação nas aulas é obrigatória. O aluno que não obtiver 75 % (setenta e cinco por cento) de frequência da carga horária total da disciplina será reprovado.

b) A carga horária da disciplina é de setenta e duas (72) horas/aula. Serão 18 encontros no total.

c) A carga horária definida no cronograma é uma previsão feita pelo professor, sujeita à alteração. O conteúdo pode não acompanhar o tempo previsto, dependendo de uma série de circunstâncias (participação da turma, número de alunos, atividades externas previstas pela Coordenação do Curso etc.).

3. SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA:

Semana de Iniciação Científica, de 06 a 10 de novembro de 2017. Nesta semana, os alunos desta Disciplina defenderão seus trabalhos em Bancas Públicas, as quais serão agendadas e organizadas pelo Núcleo de Prática Jurídica. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso o professor componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pelo professor. Outros casos de participação serão acordados com o professor.

4. CADERNOS DE METODOLOGIA CIENTÍFICA DA UNIVALI QUE DEVERÃO SER UTILIZADOS PARA A ELABORAÇÃO DO TIC:

a)PRÓ-REITORIA DE ENSINO (ProEn). Elaboração de trabalhos acadêmicos-científicos. Itajaí: Univali, 2011. Disponível em: http://www.univali.br/institucional/proen/ensino-e-avaliacao/formacao-continuada/cadernos-de-ensino/Paginas/default.aspx, Acesso em fev.2015.

b)UNIVALI Caderno de elaboração de trabalhos acadêmicos. Disponível em: http://www.univali.br/vida-no-campus/biblioteca/Documents/elaboracao_de_trabalhos_academico-cientificos.pdf. Acesso em fev.2015.

c) Regras da ABNT

OBSERVAÇÕES GERAIS

1. SOBRE COMPORTAMENTO EM SALA DE AULA:

a) Os acadêmicos têm plena liberdade de participação, discussão e expressão de ideias durante as aulas.

b) Deverá ser mantido um clima de respeito mútuo.

c) Não serão toleradas, de forma alguma, atitudes pouco éticas e de falta de respeito com o professor e com os colegas.

2. GERAIS:

a) Uma bibliografia complementar de aprofundamento sobre algum tema específico poderá ser divulgada em sala de aula pelo professor aos alunos interessados.

b) O presente Plano de Ensino é concebido enquanto "carta de intenções". Isto significa que, eventualmente, decorrente de imprevistos, eventos acadêmicos e/ou acordos entre os acadêmicos e o professor, possa sofrer modificações, a critério deste.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1. Não será permitido o uso de celulares durante a aula e muito menos em dias de provas.

2. Utilize o tempo de sala de aula para estudar e produzir o seu Trabalho de Conclusão do Curso de Direito!!

3. Novas bibliografias e novos textos poderão ser indicados e exigidos pelo professor no decorrer das aulas.

4. Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais, conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento à Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.

5. As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal, em atendimento à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

6. O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com os Professores e com a Coordenação do Curso como participar.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=[(M1*1)+(M2*2)]/3

M1 = (SEGUNDO CAPÍTULO MONOGRAFIA * 10,00 + TERCEIRO CAPÍTULO MONOGRAFIA * 10,00) / 20,00

M2 = (DEFESA EM BANCA PÚBLICA * 10,00) / 10,00

Média Final = 7,00

Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

Digitally signed by FATIMA CATARINA BARBI:06110548928
Date: 2024.05.13 18:13:57 -03:00

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
www.univali.br/validadoc
Para isso, informe o código do documento digital: 835649 e a chave de acesso: 5122368.

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1691 - DIREITO CIVIL - FAMÍLIA

Professor(es): GEOVANA DA CONCEICAO

Período: 4º	Ano/Sem.: 2014 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (15 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Identificar, analisar e distinguir os institutos do atual Direito de Família brasileiro com base nos Princípios Fundamentais do Direito de Família previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

EMENTA

Introdução ao Direito de Família. Parentesco. Sociedades familiares. Dissolução e bem de família. Alimentos. Filiação, adoção e guarda. Poder familiar, tutela e curatela.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 58 h.a. (0 h.ext.) + Total C.H. Avaliações: 14 h.a. (0 h.ext.) = 72 h.a. (0h.ext.))

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
- Compreender e diferenciar as noções gerais sobre o instituto da Família e do Direito de Família; - Identificar, analisar e determinar a legislação em torno do Direito de Família a partir da CRFB/88 e do Código Civil;	UNIDADE 1 - Introdução ao Direito de Família. 1. Questões Introdutória: apresentação do plano de ensino; esclarecimentos sobre o desenvolvimento da disciplina 2. Da Família: origem e evolução 3. Do Direito de Família: conceito, princípios, ligações com os demais ramos da Ciência Jurídica	4 h/a 0 h/ext	- Apresentar e discutir o plano de ensino e os critérios de avaliação. - Aula expositiva dialogada.	M1: Exercícios em sala - Atividade Curricular (Peso: 3,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica. M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 7,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica.	(3) (9) (10)
- Conceituar o parentesco e classificar as relações de parentesco e aplicar os conceitos em situaões fáticas.	UNIDADE 2 - Parentesco. 1. Conceituação de parentesco, linhas e graus 2. Contagem dos graus	2 h/a 0 h/ext	- Aula expositiva e dialogada - Estudo de texto - Dinâmicas de grupo	M1: Exercícios em sala - Atividade Curricular (Peso: 3,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica. M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 7,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do	(1) (3) (7)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica.	
* Analisar os vários tipos de constituição familiar, trazidos pela CRFB/88; *Observar o instituto do Casamento sob a ótica da CRFB/88 e do Código Civil de 2002; * Classificar e diferenciar as formas de celebração do Casamento; * Identificar e classificar os impedimentos matrimoniais; * Conhecer e classificar os efeitos jurídicos do Casamento, nos âmbitos: social, pessoal e patrimonial; * Obter dados gerais sobre a outorga conjugal; * Enunciar e comparar os regimes matrimoniais de bens; * Sintetizar os principais aspectos da União Estável, diferenciando-a do Casamento; * Verificar os principais aspectos da Família Monoparental.	UNIDADE 3 - Sociedades familiares. 1. CASAMENTO: breve histórico, conceituação, finalidade, natureza jurídica, caracteres, princípios 2. CASAMENTO: Impedimentos matrimoniais e causas suspensivas 3. CASAMENTO: celebração Casamento em caso de moléstia grave, Casamento em iminente risco de vida, Casamento por procuração. 4. CASAMENTO: Casament religioso com efeitos civis, Casamento Irregular, Casamento Inexistente, Nulo e Anulável, Casamento Putativo 5. CASAMENTO: Efeitos jurídicos sociais, pessoais e patrimoniais 6. CASAMENTO: Pacto antenupcial e regimes de bens 7. UNIÃO ESTÁVEL: breve histórico, conceituação, pressupostos caracterizadores, efeitos jurídicos, contrato de convivência. 8. FAMÍLIA MONOPARENTA conceituação, tipos, efeitos jurídicos.	23 h/a 0 h/ext	- Aula expositiva e dialogada e exercícios individuais e/ou em grupo (aplicação de técnicas de pesquisa), com correção e debate em sala de aula.	M1: Exercícios em sala - Atividade Curricular (Peso: 3,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica. M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 7,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica. M2: Exercício em sala - Atividade Curricular (Peso: 3,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica. M2: Prova escrita - Prova Escrita (Peso: 7,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica.	(1) (3)
* Enumerar e diferenciar as formas de dissolução da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial; * Verificar as formas de dissolução da União Estável; * Relacionar a dissolução do casamento e da união estável	UNIDADE 4 - Dissolução e bem de família. 1. Término da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial. Separação Consensual: Judicial e Extrajuduicial 2. Separação Judicial	6 h/a 0 h/ext	- Aula expositiva dialogada, debates e atividades de pesquisa.	M2: Exercício em sala - Atividade Curricular (Peso: 3,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de	(4) (5) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
com a proteção dos filhos menores, o Princípio do Melhor Interesse e os diversos tipos de guarda; * Observar o instituto do Bem de Família, distinguindo o Bem de Família legal do Bem de Família voluntário.	Litigiosa. Divórcio Judicial e Extrajudicial. Divórcio Direto e Indireto 4. Bem de Família: breve histórico, conceituação, espécies, requisitos, extinção.			realizar interpretação jurídica. M2: Prova escrita - Prova Escrita (Peso: 7,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica. M3: Debates - Outros Instrumentos (Peso: 7,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica.	
* Compreender o conceito, espécies de obrigação de alimentar; características, pressupostos do dever de alimentar decorrente de dissolução de sociedade conjugal e da união estável. * Avaliar qual a solutção para questões simuladas, interpretando e aplicando a legislação correspondente.	UNIDADE 5 - Alimentos. 1. Conceituação, classificação, requisitos legais. 2. Caracteres, garantias para a adimplência, alimentos gravídicos, extinção da obrigação alimentar.	8 h/a 0 h/ext	- Aula expositiva dialogada; - Pesquisa; - Seminários.	M2: Prova escrita - Prova Escrita (Peso: 7,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica. M3: Debates - Outros Instrumentos (Peso: 7,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica.	(1) (4) (6) (9)
* Distinguir a filiação e proteção destinada aos filhos, o reconhecimento dos filhos. * Compreender, elaborar e sintetizar a legislação, doutrina e jurisprudência pertinente à adoção e investigação de paternidade. * Conceituar guarda. * Avaliar qual a solutção para questões simuladas, interpretando e aplicando a	UNIDADE 6 - Filiação, adoção e guarda. 1. Filiação matrimonial e extramatrimonial 2. Adoção: histórico, conceituação, requisitos legais, princípios, efeitos jurídicos. 3. Guarda civil e estatutária	7 h/a 0 h/ext	- Aula expositiva dialogada; - Pesquisa. - Seminários	M3: Debates - Outros Instrumentos (Peso: 7,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica. M3: Prova Final - Prova Escrita (Peso: 3,00) a) Raciocínio lógico, clareza e	(1) (4) (5)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
legislação correspondente.				objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica.	
*Analisar os pressupostos do instituto do poder familiar no CC; * Identificar e distinguir os institutos jurídicos da tutela e curatela; * Refletir sobre as atuais questões jurídicas que pincelam as linhas do horizonte da Disciplina Direito de Família como: homossexualidade, transexualidade, guarda compartilhada, mediação em Direito de Família, dentre outras.	UNIDADE 7 - Poder familiar, tutela e curatela. 1. Poder Familiar 2. Tutela e Curatela 3. Homossexualidade e Transexualidade 4. Guarda Compartilhada e Alienação Parental 6. Outorga Conjugal: art. 1.647 do CC.	8 h/a 0 h/ext	- Aula expositiva dialogada; - Pesquisa; - Seminário.	M3: Debates - Outros Instrumentos (Peso: 7,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica. M3: Prova Final - Prova Escrita (Peso: 3,00) a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade; b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas; c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado; d) Capacidade de realizar interpretação jurídica.	(1) (6) (7) (10)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil 6: direito de família: as famílias em perspectiva constitucional. 1. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 763 p. ISBN 9788502096431 (v.6).

(3) GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro 6: direito de família. 8. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 728 p. ISBN 9788502107908(v.6).

(10) VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil 6: direito de família. 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008. xviii, 475 p. (Direito civil (Saraiva)) ISBN 9788522449644 (v.6).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) CAHALI, Yussef Said. Dos alimentos. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2012. 839 p. ISBN 9788520342909.

(5) DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 8. ed. rev., atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2011. 688 p. ISBN 9788520340431.

(6) MONTEIRO, Washington de Barros; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Curso de direito civil 2: direito de família. 41. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 621 p. ISBN 9788502105270 (v.2).

(7) RIZZARDO, Arnaldo. Direito de família. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2011. xxiii, 946 p. ISBN 9788530934507.

(8) FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil 6: direito das famílias. 6. ed. rev., ampl. e atual. Salvador, BA: Editora Juspodivm, 2014. 968 p. ISBN 9788577618972.

(9) PEREIRA, Caio Mário da Silva; PEREIRA, Tania da Silva. Instituições de direito civil 5: direito de família. 19. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2011. xi, 621 p. ISBN 9788530934576 (v. 5).

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO:
M1 = Prova 1 (Peso 7) + Exercícios em sala de aula (Peso 3)
M2 = Prova 2 (Peso 7) + Exercícios em sala de aula (Peso 3)
M3= Prova 3 (Peso 7) + Debates (Peso 3)

A Média Final se comporá da seguinte maneira: (M1 + M2 + M3) : 3 = MF

* PROVAS ESCRITAS: Durante o semestre, serão realizadas 3 (três) Provas Escritas, INDIVIDUAIS E SEM CONSULTA a qualquer tipo de material.

As provas escritas serão realizadas nos seguintes encontros:

Sexto (6°) - contará para a M1 - Com até 30 questões, a qual deverá conter questões objetivas e/ou subjetivas, de Concursos (OAB, Magistratura, MP, etc.), além de outras elaboradas pelo(a) próprio(a) professor(a).
Décimo segundo ou terceiro (12°) - contará para a M2 - Com até 30 questões, a qual deverá conter questões objetivas e/ou subjetivas, de Concursos (OAB, Magistratura, MP, etc.), além de outras elaboradas pelo(a) próprio(a) professor(a).
Décimo sétimo o (17°) - contará para a M3 - Com até 30 questões, a qual deverá conter questões objetivas e/ou subjetivas, de Concursos (OAB, Magistratura, MP, etc.), além de outras elaboradas pelo(a) próprio(a) professor(a).
As provas escritas terão peso 7 (sete).

* Constitui conteúdo para ser cobrado nas provas escritas: 1) a matéria trabalhada em sala de aula; 2) leituras de obras literárias clássicas indicadas pela professora; 3) doutrinas jurídicas na área; 4) o contéudo dos exercícios realizados em sala de aula ou fora dela; 5) trabalhos elaborados em casa, para entregar juntamente com a prova escrita.

NÃO SERÁ PERMITIDO O USO DE COMPUTADOR PESSOAL E APARELHO DE TELEFONE CELULAR DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS. O(A) ACADÊMICO(A) DEVERÁ TRAZER LEGISLAÇÃO IMPRESSA EM PAPEL. CASO O(A) ACADÊMICO(A) SEJA FLAGRADO(A) PELA PROFESSORA, PERDERÁ O DIREITO DE CONTINUAR FAZENDO A PROVA E LHE SERÁ ATRIBUÍDA NOTA ZERO, SEM CHANCE DE RECURSO OU REVISÃO DAS QUESTÕES RESPONDIDAS.

FICA ESCLARECIDO QUE O(A) ACADÊMICO(A) QUE FALTAR EM QUALQUER DOS DIAS DE PROVA , APÓS DEFERIMENTO DO COORDENADOR DO CURSO, PODERÁ EFETUÁ-LA NO ÚLTIMO DIA DE AULA DO SEMESTRE, PODENDO A MESMA, A CRITÉRIO DA PROFESSORA, SER ESCRITA E/OU ORAL.

* EXERCÍCIOS: Pouco antes do término de cada encontro, serão aplicados exercícios para resolução em classe ou em casa. Cada exercício valerá até 3.33 pontos. Na M1, serão levados em conta apenas 3 exercícios para compor uma nota parcial. Caso sejam efetuados os 5 exercícios propostos, a professora escolherá os três exercícios cuja nota for mais alta e desprezará os demais do cálculo final. O mesmo se repetirá para o cálculo da M2.

Em caso de falta do(a) acadêmico(a), o exercício que foi dado em sala de aula NÃO poderá ser recuperado posteriormente, pois objetiva observar, exatamente, conteúdo apreendido na sala de aula.

A média composta pelos exercícios terá peso 3 (três) e será somada à nota da prova escrita (que tem peso 7).

Serão avaliados, também, tanto nas provas, como nos exercícios relizados em sala de aula ou fora dela:
a) Raciocínio lógico, clareza e objetividade;
b) Utilização correta das regras da Língua Portuguesa, do vocabulário jurídico e da metodologia, principalmente, em atividades escritas;
c) Domínio teórico e legal do conteúdo trabalhado;
d) Capacidade de realizar interpretação jurídica.

* DEBATES: Os alunos apresentarão e debaterão temas atuais de Direito de Família, previamente determinados pela professora. A avaliação dos debates, que produzirá uma nota (com peso 3) que será somada à nota da prova para formar a M3, levará em conta:
a) Organização, entrosamento e harmonia entre os membros da equipe;
b) Utilização de recursos multimídias na apresentação do tema;
c) Aprofundamento do conteúdo apresentado;
d) Originalidade/criatividade/ atualidade da questão polêmica apresentada à sala, ensejando o debate.

FINALMENTE: EM TODOS os trabalhos escritos entregues à professora, além da correção do conteúdo jurídico e metodologia, será descontado do(a) acadêmico(a)/autor(a) 0,10 ponto para cada erro referente à LÍNGUA PORTUGUESA.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1. Ao longo do semestre, deverá o(a) acadêmico(a) realizar LEITURAS COMPLEMENTARES sobre o conteúdo que está sendo ministrado, apresentar, se solicitado pela professora, NOTÍCIAS DE REVISTAS, JORNAIS OU SITES na temática de Direito de Família, com o objetivo de facilitar a aquisição dos conhecimentos nesta área e melhor responder aos exercícios e avaliações escritas propostas.

2. O professor é um articulador do estudo e aprendizado dos acadêmicos, logo, um parceiro no processo pedagógico .

3. Os acadêmicos que estiverem regularmente matriculados terão o direito de examinar as atividades depois de corrigidas.

4. Para o desenvolvimento da ética e melhor exercício da convivência intelectual, não será permitido e nem tolerado o uso de telefones celulares durante a ministração da aula. ESTÁ PROIBIDA A GRAVAÇÃO e/ou REPRODUÇÃO de voz e/ou imagem, total ou em parte, das aulas de Direito de Civil-Família, ministradas pela professora, salvo com a sua autorização expressa, nos casos em que for necessário.

5. Os acadêmicos obedecerão aos prazos estipulados pelo professor e por este plano de ensino.

6. Abonos de falta e segundas chamadas de atividades avaliativas obedecerão aos regulamentos da UNIVALI.

7. Poderão ocorrer atividades de extensão durante o semestre letivo, ocasião em que o cronograma de atividades será alterado e comunicado aos acadêmicos (SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO).

8. O calendário acadêmico é parte integrante deste plano de ensino.

9. Por se tratar de um planejamento, o presente Plano de Ensino está sujeito a modificações posteriores à sua divulgação, baseado em eventuais necessidades da turma ou a critério da professora. Todavia, qualquer alteração será previamente informada aos alunos que estiverem presentes em sala de aula (de maneira oral e seguida das devidas justificativas).

10. Nos dias 17 a 21 de Novembro de 2014, será realizada a Semana da Iniciação Científica, nas dependências do Curso de Direito/UNIVALI. Tal semana é dedicada, exclusivamente, às atividades de iniciação científica, especialmente, apresentação e defesa de trabalhos de iniciação científica (TIC). A presença é obrigatória dos alunos da Disciplina Direito de Família, inclusive com a entrega de trabalho a ser solicitado pela professora.

11. Dia 11 de Agosto se comemora o dia do Advogado.

12. Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.

13. As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

14. O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Exercícios em sala * 3,00 + Prova Escrita * 7,00) / 10,00
M2 = (Exercício em sala * 3,00 + Prova escrita * 7,00) / 10,00
M3 = (Debates * 7,00 + Prova Final * 3,00) / 10,00

Média Final = 6,00

Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1692 - DIREITO PENAL - PARTE ESPECIAL

Professor(es): JONATHAN CARDOSO REGIS

Período: 4º	Ano/Sem.: 2014 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Desenvolver a habilidade de interpretar e aplicar a Parte Especial do Código Penal Brasileiro aos casos concretos, com uma visão crítica e humanista. Analisar os tipos penais previstos do artigo 121 ao artigo 234-A do Código Penal, articulando o discurso dogmático e sua operacionalidade a fim de resolver casos jurídico-penais

EMENTA

Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Crimes contra a dignidade sexual.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
- Ter ciência da importância dos bens personalíssimos do ser humano e, consequentemente, entender a preocupação do Direito Penal na tutela desses bens. - Identificar o objeto material, o bem juridicamente protegido, o elemento subjetivo, a ação penal, assim como, os sujeitos ativos e passivos dos crimes contra a vida; - Constatar o momento em que se consumam os crimes contra a vida, reconhecendo, ou não, a possibilidade de tentativa; - Reconhecer as espécies de homicídio (simples, privilegiado, culposo, qualificado e majorado) e possibilidade de aplicação do perdão judicial; - Identificar a competência para julgamento dos crimes contra vida; - Verificar a possibilidade de homicídio qualificado-privilegiado; - Constatar o caráter hediondo, ou não, dos crimes contra a pessoa; - Avaliar as tipificações para	UNIDADE 1 - Crimes contra a pessoa. 1. Crimes Contra a Vida 2. Lesões Corporais 3. Perclitação da Vida e da Saúde. Rixa 4. Contra a Honra 5. Dos Crimes Contra a Liberdade Individual	24 h/a 0 h/ext	- Aula inaugural com apresentação e discussão do plano de ensino. - Aulas expositivas e dialogadas, com a utilização de meios auxiliares (data show). - Atividades de fixação de aprendizagem (análise de casos/jurisprudências e resolução de problemas complexos formulados pelo Professor. - Correção e discussão das respostas apresentadas pelos alunos nas atividades por eles desenvolvidas. - Pesquisa e Análise a Jurisprudências referente aos temas propostos e relacionados a disciplina. - Pesquisa Bibliográfica e/ou fichamentos	M1: Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova Objetiva em sala de aula, sem consulta a qualquer material e de forma individual. Esta prova será realizada das 19h00min às 20h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado. M1: Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova discursiva em sala de aula, com consulta à legislação seca e de forma individual. Esta prova será realizada das 20h50min às 22h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado.	(1) (2) (3) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
situações de: a) transmissão dolosa do vírus HIV; b) suicídio conjunto (Pacto de morte); - Aplicar o art. 20, §3º (erro sobre a pessoa) ao delito de infanticídio (art. 123 do Código Penal); - Verificar a possibilidade de concurso de pessoas no delito de infanticídio; - Identificar as espécies de aborto, aplicabilidade da majorando prevista no art. 127 do Código Penal, assim como, as modalidade de aborto legal (art. 128 do Código Penal; - Avaliar os aspectos jurídicos penais das seguintes situações relacionadas ao crime de aborto: a) gestante que perde o filho em acidente de trânsito; b) morte de fetos gêmeos; c) agressão à mulher sabidamente grávida, d) gestante que tenta o suicídio, e) desistência voluntária e arrependimento eficaz; f) gestante que morre ao realizar o aborto, sendo que o feto sobrevive; - Reconhecer as espécies de lesões corporais (leve, grave, gravíssima, seguida de morte, culposa, no âmbito da violência doméstica), aplicabilidade das formas majorada e minorada, assim como, a possibilidade de emprego do perdão judicial; - Analisar se o consentimento do ofendido, no caso de lesão corporal, como causa supralegal de exclusão da ilicitude; - Analisar o concurso de crimes entre a rixa (simples e qualificada) e as lesões corporais leves ou graves, e o homicídio; - Distinguir os crimes de calúnia, difamação e injúria (artigos: 138, 139 e 140 do Código Penal);					

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
- Distinguir os crimes de constrangimento ilegal (art. 146 do Código Penal) e ameaça (art. 147 do Código Penal)					
- Entender a preocupação do Direito Penal na tutela do patrimônio. - Identificar as peculiaridades, o objeto material, o bem juridicamente protegido, o elemento subjetivo, a ação penal, assim como, os sujeitos ativos e passivos dos crimes contra o patrimônio; - Constatar o momento em que se consumam os crimes contra o patrimônio, reconhecendo, ou não, a possibilidade de tentativa; - Constatar o caráter hediondo, ou não, dos crimes contra o patrimônio; - Aplicar as qualificadoras do crime de furto; - Acerca do crime de furto, analisar as seguintes situações: a) furto de uso; b) furto famélico; c) diferença entre furto de pequeno valor e subtração insignificante; d) furto de sinal de TV em canal fechado; e) furto de automóveis e rompimento de obstáculo; f) subtração de cadáver; g) diferença do crime de furto com fraude do estelionato; - Conceituar roubo próprio e roubo impróprio; - Aplicar as causas de aumento e qualificadoras do crime de roubo; - Distinguir os crimes de roubo (art. 157 do Código Penal) e extorsão (art. 158 do Código Penal); - Aplicar as qualificadoras do crime de extorsão mediante seqüestro (art. 159 do Código Penal), assim como, a causa de diminuição de pena (delação premiada); - Aplicar as causas de aumento	UNIDADE 2 - Crimes contra o patrimônio. 1. Furto, roubo e extorsão 2. Dano, Apropriação Indébita, Estelionato e Outras Fraudes 3. Receptação	16 h/a 0 h/ext	- Aulas expositivas e dialogadas, com a utilização de meios auxiliares (data show). - Atividades de fixação de aprendizagem (análise de casos/jurisprudências e resolução de problemas complexos formulados pelo Professor. - Correção e discussão das respostas apresentadas pelos alunos nas atividades por eles desenvolvidas. - Pesquisa e Análise a Jurisprudências referente aos temas propostos e relacionados a disciplina. - Pesquisa Bibliográfica e/ou fichamentos.	M2: Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova discursiva em sala de aula, com consulta à legislação seca e de forma individual. Esta prova será realizada das 20h50min às 22h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado. M2: Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova Objetiva em sala de aula, sem consulta a qualquer material e de forma individual. Esta prova será realizada das 19h00min às 20h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado.	(1) (2) (3) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
do crime de apropriação indébita (art. 168 do Código Penal); - Distinguir a apropriação indébita (art. 168 do Código Penal)das seguintes figuras típicas: furto (art. 155 do Código Penal), estelionato (art. 171 do Código Penal); - Acerca da figura típica receptação (art. 180 do Código Penal), aplicar as qualificadoras, reconhecer as figuras equiparadas, sua forma culposa e a possibilidade de aplicação do perdão judicial; - Aplicar as disposições gerais relativas aos crimes contra o patrimônio (artigos 181, 182 e 183 do Código Penal);					
- Entender a preocupação do Direito Penal na tutela da propriedade imaterial. - Conhecer os aspectos gerais dos dispositivos legais que tratam dos crimes contra a propriedade imaterial.	UNIDADE 3 - Crimes contra a propriedade imaterial. 1. Crimes Contra: a Propriedade Intelectual, o Privilégio de Invenção, as Marcas de Indústria e Comércio. Da Concorrência Desleal	2 h/a 0 h/ext	- Aulas expositivas e dialogadas, com a utilização de meios auxiliares (data show). - Atividades de fixação de aprendizagem (análise de casos/jurisprudências e resolução de problemas complexos formulados pelo Professor. - Correção e discussão das respostas apresentadas pelos alunos nas atividades por eles desenvolvidas. - Pesquisa e Análise a Jurisprudências referente aos temas propostos e relacionados a disciplina. - Pesquisa Bibliográfica e/ou fichamentos.	M2: Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova discursiva em sala de aula, com consulta à legislação seca e de forma individual. Esta prova será realizada das 20h50min às 22h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado. M2: Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova Objetiva em sala de aula, sem consulta a qualquer material e de forma individual. Esta prova será realizada das 19h00min às 20h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado.	(1) (2) (3) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11)
- Entender a preocupação do Direito Penal na tutela da organização do trabalho. - Compreender os aspectos básico dos dispositivos legais que tratam dos crimes contra a organização do trabalho.	UNIDADE 4 - Crimes contra a organização do trabalho. 1. Aspectos gerais dos crimes contra a organização do trabalho	2 h/a 0 h/ext	- Aulas expositivas e dialogadas, com a utilização de meios auxiliares (data show). - Atividades de fixação de aprendizagem (análise de casos/jurisprudências e resolução de problemas complexos formulados pelo Professor. - Correção e discussão	M2: Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova discursiva em sala de aula, com consulta à legislação seca e de forma individual. Esta prova será realizada das 20h50min às 22h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado. M2: Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita	(1) (2) (3) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
			das respostas apresentadas pelos alunos nas atividades por eles desenvolvidas. - Pesquisa e Análise a Jurisprudências referente aos temas propostos e relacionados a disciplina. - Pesquisa Bibliográfica e/ou fichamentos.	(Peso: 2,00) Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova Objetiva em sala de aula, sem consulta a qualquer material e de forma individual. Esta prova será realizada das 19h00min às 20h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado.	
- Entender a preocupação do Direito Penal na tutela do sentimento religioso e o respeito aos mortos. - Compreender os aspectos básicos dos dispositivos legais que tratam desses crimes, especificamente, da conduta típica prevista no art. 211 (destruição, subtração ou ocultação de cadáver).	UNIDADE 5 - Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. 1. Destruição, Subtração ou Ocultação de Cadáver. Vilipêndio a Cadáver	2 h/a 0 h/ext	- Aulas expositivas e dialogadas, com a utilização de meios auxiliares (data show). - Atividades de fixação de aprendizagem (análise de casos/jurisprudências e resolução de problemas complexos formulados pelo Professor. - Correção e discussão das respostas apresentadas pelos alunos nas atividades por eles desenvolvidas. - Pesquisa e Análise a Jurisprudências referente aos temas propostos e relacionados a disciplina. - Pesquisa Bibliográfica e/ou fichamentos.	M2: Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova discursiva em sala de aula, com consulta à legislação seca e de forma individual. Esta prova será realizada das 20h50min às 22h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado. M2: Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova Objetiva em sala de aula, sem consulta a qualquer material e de forma individual. Esta prova será realizada das 19h00min às 20h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado.	(1) (2) (3) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11)
- Entender a preocupação do Direito Penal com a dignidade sexual de cada indivíduo. - Identificar o objeto material, o bem juridicamente protegido, o elemento subjetivo, a ação penal, assim como, os sujeitos ativos e passivos dos crimes contra a dignidade sexual; - Reconhecer o momento em que se consumam os crimes contra a dignidade sexual e a possibilidade de tentativa; - Empregar as causas de aumento de pena previstas nos artigos 226 e 234-A do Código Penal; - Distinguir os crimes de “Estupro” (art. 213 do Código Penal) e “Estupro de	UNIDADE 6 - Crimes contra a dignidade sexual. 1. Crimes contra a liberdade sexual 2. Crimes sexuais contra vulneráveis 3. Do lenocínio e do tráfico de pessoas para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual	14 h/a 0 h/ext	- Aulas expositivas e dialogadas, com a utilização de meios auxiliares (data show). - Atividades de fixação de aprendizagem (análise de casos/jurisprudências e resolução de problemas complexos formulados pelo Professor. - Correção e discussão das respostas apresentadas pelos alunos nas atividades por eles desenvolvidas. - Pesquisa e Análise a Jurisprudências referente aos temas propostos e relacionados a disciplina. - Pesquisa Bibliográfica	M3: Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova Legal (Objetiva) - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova Objetiva em sala de aula, sem consulta a qualquer material e de forma individual. Esta prova será realizada das 19h00min às 20h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado. M3: Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova Legal (Discursiva) - Prova Escrita (Peso: 3,00) Prova discursiva em sala de aula, com consulta à legislação seca e de forma individual. Esta prova será realizada das 20h50min às 22h30min. Será avaliado o aproveitamento do acadêmico quanto ao conteúdo da disciplina até então ministrado.	(1) (2) (3) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
vulnerável" (art. 217-A do Código Penal), do mesmo modo que, o crime de "Estupro" e a contravenção penal "Importunação ofensiva ao pudor" (art. 61 do Decreto-Lei n 3.688/41); - Distinguir o delito de ato obsceno (art. 233 do Código Penal) e a contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor (art. 61 do Decreto-Lei n 3.688/41).			e/ou fichamentos.		

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(2) PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro 2: parte especial : arts. 121 a 249. 11. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, c2013. 1019 p. ISBN 9788520346273.

(6) GRECO, Rogério. Código penal comentado. 7. ed. rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, c2013. 1173 p. ISBN 9788576266693.

(7) GRECO, Rogério. Código penal comentado. 8. ed. rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2014. 1236 p. ISBN 9788576267546.

(8) NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal: parte geral : parte especial. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, c2013. 1182 p. ISBN 9788520346426.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(1) BRASIL; CURIA, Luiz Roberto; NICOLETTI, Juliana; CÉSPEDES, Livia. Civil e empresarial: civil ; comercial ; processo civil ; Constituição Federal + legislação complementar. 10. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. xxxviii, 1691 p. (4 em 1 Saraiva). ISBN 9788502212206.

(3) GRECO, Rogério. Curso de direito penal 2: parte especial : (arts. 121 a 154 - B do CP). 10. ed. rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2013. 643 p. ISBN 9788576266617.

(5) GRECO, Rogério. Curso de direito penal 3: parte especial : (arts. 155 a 249 do CP). 10. ed, rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2013. 759 p. ISBN 9788576266624.

(9) NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. 10. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Forense, c2014. xlv, 1182 p. ISBN 9788530953898.

(10) BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal 2: parte especial, dos crimes contra a pessoa. 12. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 510 p. ISBN 9788502153516 (v.2).

(11) BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal 2: parte especial, dos crimes contra a pessoa. 14. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 536 p. ISBN 9788502216020(v.2).

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- A avaliação do conteúdo da disciplina será realizado a cada 6 (seis) encontros (aulas previstas), denominada "PROVA LEGAL" dividida em duas notas: PRIMEIRA: uma prova de "PESO 2",

individual, composta por questões objetivas, nos padrões de concursos e provas da OAB ou nesse estilo, não sendo permitida consulta a qualquer material; SEGUNDA: de “PESO 3”, composta por questões dissertativas, nos padrões de concursos e provas da OAB ou nesse estilo, para a qual será autorizada a consulta à legislação seca.

- Pesquisa e Análise a Jurisprudências a ser definido pelo Professor e mediante consulta à bibliografia indicada, tendo como prazo de entrega as datas definidas posteriormente

1. As datas e horários das atividades serão pré-agendadas no calendário acadêmico e comunicadas em sala pelo professor com antecedência mínima de uma semana, sendo que na aula posterior a aplicação daquela em que foi realizada a avaliação, será feita a correção e respectiva discussão das questões da avaliação.

- Datas das Avaliações:

M1 - 10.09.2014 (6º encontro)
M2 - 29.10.2014 (12º encontro)
M3 - 03.12.2014 (17º encontro)

2. O acadêmico deverá seguir o regimento interno da Instituição para a segunda chamada de provas, bem como para as justificativas de faltas. Sendo que esta prova compreenderá o conteúdo da avaliação que o acadêmico não realizou oportunamente, podendo, dependendo da atividade não realizada, consultar a legislação pertinente.

3. Há a necessidade de ser solicitadas 2ª Chamada junto à Secretaria em caso de ausência em qualquer atividade no prazo regimental.Pontualidade; Participação em sala de aula (intervenções); Observações relacionadas ao tema exposto; Materiais apresentados pelo acadêmico para discussão em sala de aula, desde que correlatos com os temas em estudo.

4. Quando da aplicação dos critérios expostos acima, a média será apurada com a soma do resultado da M1, M2 e/ou M3.

5. Ainda, em caso de avaliações, não será permitida entrada de alunos na sala de aula para realização da prova após a saída de sala de algum acadêmico que já tenha finalizado a atividade.

6. Via de regra, as atividades desenvolvidas em sala serão individuais. Caso alguma atividade curricular seja desenvolvida em duplas ou equipe, essa será definida pelo Professor, bem como aquele acadêmico que chegar atrasado em sala de aula, ou seja, após já iniciada a avaliação, realizará a atividade de forma individual.

7. Não será permitido o uso de celular e/ou aparelhos eletrônicos nos dias de prova, sendo que o descumprimento (desobediência) deste, ensejará, em particular, a retirada do acadêmico da sala de aula, bem como o recolhimento do aparelho eletrônico para a mesa do Professor e o encaminhamento à Coordenação para as providências legais, sem o prejuízo da nota 0 (ZERO) na prova.

8. No decorrer do semestre poderão ser realizados exercícios de fixação do conteúdo em sala de aula, com atribuição de nota ou não, a critério do Professor, todavia, serão contemplados apenas os alunos presentes em sala de aula, não havendo possibilidade de reposição.

9. O aluno que comprovar a PUBLICAÇÃO de artigo científico em periódico enquadrado em relatórios indicativos da qualidade A1; A2; B1; B2; B3; B4 ou B5 da CAPES, de sua autoria e que verse sobre a disciplina ministrada, poderá requerer ao Professor o acréscimo de 01 (um) ponto na M3.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1. Este plano poderá sofrer alterações no decorrer do semestre e, neste caso, os acadêmicos serão devidamente comunicados.

2. As chamadas (frequência) serão realizadas em duas oportunidades, a primeira, sempre 15 (quinze) minutos após o início das aulas, ou seja, 19h15min e a segunda, ao término das aulas, 22h15min. O acadêmico que ingressar na sala de aula após a chamada, deverá aguardar o término da aula para requisitar ao Professor, quando for o caso, sua presença parcial.

3. Outras referências bibliográficas poderão ser indicadas pelo Professor, conforme a evolução da matéria e necessidade de aprofundamento dos estudos. Além disso, os alunos deverão ter a diligência necessária para aprofundar o conhecimento com obras e legislação atualizadas.

4. Ainda acerca da bibliografia, como exposto acima, aquela indicada não exaure a infinidade (gama) de obras (livros, trabalhos acadêmicos, artigos científicos, periódicos, etc.), que versam sobre a matéria, servindo de como referencial ao acadêmico que pode (e deve) ser complementado.

5. Caso seja realizado algum trabalho a título de avaliação, deverá ele obedecer as regras e metodologias adotadas pela Universidade, via de regra, a obra “PASOLD, Cesar Luiz. Metodologia da Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática. 11 ed. Florianópolis: Conceito Editorial/MIllenium, 2008”.

6. Ao acadêmico que não comportar qualquer falta ao longo dos 18 encontros, será somado 1 (um) ponto em qualquer das médias (M1, M2 ou M3), a critério do acadêmico.

7. O PROCESSO DE APRENDIZAGEM SERÁ PAUTADO POR UMA RELAÇÃO DE RESPEITO, CUMPLICIDADE E COMPANHEIRISMO ENTRE OS ALUNOS, ESTES E O PROFESSOR. COM ISSO, OBJETIVA-SE FAZER DA SALA DE AULA UM AMBIENTE DE APRENDIZAGEM SAUDÁVEL, ALEGRE, DE COOPERAÇÃO E QUESTIONAMENTOS.

8. Eventuais reposições de atividades perdidas ao longo do semestre serão realizadas no 18º encontro.

9. Não serão aceitos trabalhos/atividades em atraso, quando solicitados pelo Professor para qualquer avaliação.

10. A segunda chamada de prova por falta justificada ao longo do semestre serão realizadas

individualmente, no 18º encontro.

11. Em não havendo, eventualmente, aula em alguma data estabelecida no referido plano, a atividade passará para o dia de aula da disciplina imediatamente posterior.

12. 13/08/2014 (Quarta-feira), 13:30hs às 18hrs OAB-Fpolis OAB/SC Comissão de Assistência Social Tema: O papel do advogado no Sistema Único de Assistência Social e sua atuação na equipe multidisciplinar dos serviços ofertados nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). Palestrante: Hélio Abreu Filho.

13. 27/08/2014 (Quarta-feira), 19hs Auditório Projeto “OAB Compartilhando” Tema: Noções Gerais do Processo Licitatório. Palestrante: Sivonei Simas.

14. 09/08/2014 (Sábado), Programa de Rádio Tema: Direito Previdenciário Palestrante: Magali Regina Fuck Negosek.

15. 30/08/2014 (Sábado), 9 hs, Sala 104 Bloco I 51° Sábado Jurídico Tema: As decisões liminares no processo civil: um estudo comparado entre as normas vigentes e o projeto do novo Código de Processo Civil Ministrante: Aldo Bonatto Filho

16. 06/09/2014 (Sábado), 8 hs, Sala 104 Bloco I Seminário - Aula Tema: Filosofia nas Dimensões Públicas e Privadas Professor: Josemar Sidnei Soares.

17. 10/09/2014 (Quarta-feira), 19hs Auditório Aula Magna Tema: Aspectos destacados do Código de Ética e do Estatuto da Advocacia de acordo com a Lei nº 8.906 de 4.7.1994 Palestrante: João Leonel Machado Pereira.

18. 13/09/2014 (Sábado), 8 hs, Sala 104 Bloco I Seminário - Aula Tema: Filosofia nas Dimensões Públicas e Privadas Professor: Josemar Sidnei Soares.

19. 13/09/2014 (Sábado), Programa de Rádio Tema: Direito Eleitoral Palestrante: Fernando Francisco Afonso Fernandez.

20. 19/09/2014 (Sexta-feira) 19hrs Auditório Palestra Tema: Direito Previdenciário Palestrante: formalizando os contatos

21. 20/09/2014 (Sábado), 8 hs, Sala 104 Bloco I Seminário - Aula Tema: A Municipalização da politica de atendimento aplicada à criança e ao adolescente Professor: Walter Amaro Baldi

22. 27/09/2014 (Sábado), 8 hs, Sala 104 Bloco I Seminário - Aula Tema: A Municipalização da politica de atendimento aplicada à criança e ao adolescente Professor: Walter Amaro Baldi

23. 04/10/2014 (Sábado), 9 hs, Sala 104 Bloco I Projeto “Dialogando com a Ciência” Tema: Estado e política econômica no Brasil e seus reflexos na vida de cidadãos e empresas. Palestrante: Sidnei Silva

24. 06 a 10/10/2014 Semana Auditório, 19 horas XVI Congresso Jurídico Organização do Acadêmicos do 10º Período

25. 18/10/2014 (Sábado) Programa de Rádio Tema: Direito do Consumidor Palestrante: Deymes Cachoeira de Oliveira

26. 18/10/2014 (Sábado), 8 hs, Sala 104 Bloco I Seminário - Aula Tema: Tópicos Especiais de Direito Constitucional Professor: Luiz Bráulio F. Benítez

27. 22/11/2014 (Sábado), Programa de Rádio Tema: Direito Penal Palestrante: Maria Carolina T. S. de Paula

28. 25/10/2014 (Sábado), 8 hs, Sala 104 Bloco I Seminário - Aula Tema: Tópicos Especiais de Direito Constitucional Professor: Luiz Bráulio F. Benítez

29. Durante a Semana da Iniciação Científica, que ocorrerá entre os dias 17 e 21 de novembro de 2014 nas dependências do Curso de Direito/UNIVALI, a qual é dedicada, exclusivamente, às atividades de iniciação científica, especialmente, apresentação e defesa de trabalhos de conclusão de curso (TCC), porém as aulas ocorrerão normalmente.

30. 29/11/2014 (Sábado), 9 hs, Sala 104 Bloco I 52º Sábado Jurídico Tema: Calúnia, Difamação e Injúria, Diferenças e Consequências: Aspectos Destacados no Âmbito Penal e Civil. Palestrante: Silvia Cristina Wanderlinde Benvenutti

31. O Grupo de Pesquisa Paideia incentiva há 11 anos a pesquisa no CEJURPS, instigando a comunidade acadêmica no desenvolvimento da pesquisa jurídica com grupos de estudos e participação em editais, como PROBIC, PIBIC, art. 171 (CESC), entre outros.

32. ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA - O acadêmico do Curso de Direito poderá realizar atividades de extensão comunitária nas mais diversas áreas, tendo por finalidade aproximar o Acadêmico do Curso de Direito com a Comunidade e o Mercado de Trabalho (Projeto que insere o acadêmico em entidades sem fins lucrativos, atuando juridicamente).

33. Não será permitido o uso de celular e/ou aparelhos eletrônicos em sala de aula e, em especial, nos dias de prova, salvo se estabelecido (autorizado) a utilização pelo Professor.

34. Não está autorizado o registro de imagem (filmagem, fotografia), nem tão pouco gravação em áudio das aulas e/ou o Professor, salvo de devidamente permitido expressamente por este.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova Legal (Objetiva) * 2,00 + Prova Legal (Discursiva) * 3,00) / 5,00
M2 = (Prova Legal (Discursiva) * 3,00 + Prova Legal (Objetiva) * 2,00) / 5,00
M3 = (Prova Legal (Objetiva) * 2,00 + Prova Legal (Discursiva) * 3,00) / 5,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1699 - DIREITO DO TRABALHO I

Professor(es): SILVIO NOEL DE OLIVEIRA JUNIOR

Período: 4º	Ano/Sem.: 2014 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Conhecer o Direito do Trabalho através da sua evolução histórica até a legislação atual e interpretação jurisprudencial, bem como analisar os eventos sociais contemporâneos que permeiam a relação de emprego e os direitos dos trabalhadores, inclusive aqueles decorrentes dos conteúdos étnicos-raciais previstos na Lei 11.645/08 e das políticas de educação ambiental previstas na Lei 9.795/99 e Decreto 4.281/02.

EMENTA

Noções gerais do Direito do Trabalho. Princípios do Direito do Trabalho. Relação de emprego. Empregado. Empregador. Contratos de Trabalho. Medicina e Segurança do Trabalho. Alterações do Contrato de Trabalho. Suspensão e interrupção do contrato de Trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Reconhecer o Direito do Trabalho e a estrutura do ordenamento jurídico trabalhista vigente.	UNIDADE 1 - Noções gerais do Direito do Trabalho 1. História do Direito do Trabalho 2. Divisão do Direito do Trabalho 3. Fontes, hierarquia, classificação das normas jurídicas	6 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com demonstração das especificidades do Direito do Trabalho em comparação com os demais ramos do direito no Brasil.	M1: 1a Atividade Cooperativa - Estudo de Caso (Peso: 4,00) Habilidade, linguística, coerência textual, uso do padrão culto da Língua Portuguesa e dos fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso. M1: 1a Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas.	(1) (2) (3) (4)
Conhecer os princípios gerais do Direito do Trabalho.	UNIDADE 2 - Princípios do Direito do Trabalho 1. Conceito e funções dos princípios 2. Princípio da proteção 3. Princípio da irrenunciabilidade de direitos 4. Princípio da continuidade da relação de emprego 5. Princípio da primazia da realidade	10 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com abordagem teórica e prática para aplicação dos princípios gerais do direito do trabalho.	M1: 1a Atividade Cooperativa - Estudo de Caso (Peso: 4,00) Habilidade, linguística, coerência textual, uso do padrão culto da Língua Portuguesa e dos fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso. M1: 1a Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas. M2: 2a. Atividade Cooperativa - Estudo de Caso (Peso: 4,00) Habilidade, linguística, coerência textual, uso do padrão culto da Língua Portuguesa e dos fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso. M3: 3a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas.	(1) (2) (3) (4) (5)
Reconhecer e diferenciar as relações de trabalho e de emprego.	UNIDADE 3 - Relação de emprego 1. Definição da relação de trabalho	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com abordagem teórica e prática suportanda nos	M1: 1a Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas.	(1) (2) (3) (4) (5) (6)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
	2. Definição da relação de emprego. 3. Reconhecimento do trabalho subordinado. 4. Reconhecimento do trabalho autônomo.		dispositivos da CRFB e da CLT sobre relação de trabalho e relação de emprego.	M2: 2a. Atividade Cooperativa - Estudo de Caso (Peso: 4,00) Habilidade, linguística, coerência textual, uso do padrão culto da Língua Portuguesa e dos fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso. M2: 2a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas. M3: 3a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas.	
Identificar os pressupostos do trabalho com subordinação jurídica e reconhecer o vínculo empregatício.	UNIDADE 4 - Empregado 1. Conceito e requisitos 2. Espécies de trabalhadores e empregados.	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com abordagem teórica e prática baseada nos artigos da CLT.	M2: 2a. Atividade Cooperativa - Estudo de Caso (Peso: 4,00) Habilidade, linguística, coerência textual, uso do padrão culto da Língua Portuguesa e dos fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso. M2: 2a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas. M3: 3a Atividade Cooperativa - Estudo de Caso (Peso: 4,00) Habilidade, linguística, coerência textual, uso do padrão culto da Língua Portuguesa e dos fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso. M3: 3a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7)
Abordar o conceito de sociedade empresária, do empregador por equiparação e das responsabilidades solidária e subsidiária decorrentes do disposto nos artigos 10 e 448 da CLT.	UNIDADE 5 - Empregador 1. Conceito de empregador e da sociedade empresária 2. Espécies de empregadores 3. Empregador por equiparação 4. Alteração na estrutura jurídica da sociedade empresária	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com abordagem teórica e prática suportada nos dispostos da CLT que dispõem sobre o empregador e sobre as alterações na estrutura jurídica da sociedade empresária.	M2: 2a. Atividade Cooperativa - Estudo de Caso (Peso: 4,00) Habilidade, linguística, coerência textual, uso do padrão culto da Língua Portuguesa e dos fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso. M2: 2a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas. M3: 3a Atividade Cooperativa - Estudo de Caso (Peso: 4,00) Habilidade, linguística, coerência textual, uso do padrão culto da Língua Portuguesa e dos fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso. M3: 3a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas.	(1) (2) (3) (4)
Identificar o pressupostos do contrato de emprego, diferenciando-o dos contratos de trabalho sem vínculo empregatício.	UNIDADE 6 - Contratos de Trabalho 1. Conceito de contrato de trabalho com vínculo empregatício	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com abordagem teórica e prática fundamentada nos dispositos da CLT.	M2: 2a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas. M3: 3a Atividade Cooperativa - Estudo de	(1) (2) (3) (4) (5) (6)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
	2. Contrato por prazo determinado e por prazo indeterminado 3. Espécies de contrato por prazo determinado 4. Terceirização de mão de obra.			Caso (Peso: 4,00) Habilidade, linguística, coerência textual, uso do padrão culto da Língua Portuguesa e dos fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso. M3: 3a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas.	
Analisar os fundamentos da medicina e segurança do trabalho, as medidas preventidas para a saúde e segurança do empregado, bem como, a responsabilidade civil do empregador em caso de doença ocupacional ou acidente do trabalho.	UNIDADE 7 - Medicina e Segurança do Trabalho 1. Conceito e fundamentos legais da medicina e da segurança do trabalho. 2. Órgãos de segurança e medicinada do trabalho 3. Trabalho em ambiente insalubre e trabalho em área de risco ou com produtos perigosos. 4. Responsabilidade civil e trabalhista do empregado no acidente do trabalho e na doença ocupacional.	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com abordagem teórica e prática suportada nos dipositivos da CLT, das Normas Regulamentadoras do MTe e Súmulas do TST.	M3: 3a Atividade Cooperativa - Estudo de Caso (Peso: 4,00) Habilidade, linguística, coerência textual, uso do padrão culto da Língua Portuguesa e dos fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso. M3: 3a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas.	(1) (2) (3) (4) (5) (6)
Analisar e reconhecer o poder de direção do empregado em confronto com o princípio da imodificabilidade das princípias cláusulas do contrato de emprego.	UNIDADE 8 - Alterações do Contrato de Trabalho 1. Alterações de cláusulas do contrato de emprego - prejuízo direito e indireto 2. Alteração do local da prestação de serviços - transferência de empregados.	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com abordagem teórica e prática suportada nos artigos da CLT que tratam da alteração das cláusulas do contrato de emprego.	M3: 3a Atividade Cooperativa - Estudo de Caso (Peso: 4,00) Habilidade, linguística, coerência textual, uso do padrão culto da Língua Portuguesa e dos fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso. M3: 3a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas.	(1) (2) (3) (4) (5) (6)
Conceitura, identificar e distinguir a suspensão e interrupção das cláusulas do contrato de emprego.	UNIDADE 9 - Suspensão e interrupção do contrato de Trabalho 1. Conceito de suspensão e de interrupção das cláusulas do contrato de emprego. 2. Hipóteses de suspensão e interrupção das cláusulas do contrato de emprego.	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com abordagem teórica e prática suportada nos artigos da CLT e na legislação previdenciária aplicável aos contratos de emprego durante sua vigência.	M3: 3a. Prova Individual - Prova Escrita (Peso: 6,00) Aplicação dos fundamentos jurídicos e temas discutidos em sala de aula para solução das questões propostas.	(1) (2) (3) (4) (5)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) SÜSSEKIND, Arnaldo. Instituições de direito do trabalho: volume 2. 22. ed. atual. São Paulo, SP: LTr, 2005. 752-1645 p. ISBN 8536106549.

(2) SÜSSEKIND, Arnaldo. Instituições de direito do trabalho 1. 22. ed. atual. São Paulo, SP: LTr, 2005. 743 p. ISBN 8536106549.

(3) SÜSSEKIND, Arnaldo. Instituições de direito do trabalho 1. 22. ed. atual. São Paulo, SP: LTr,

2005. 743 p. ISBN 8536106549.

(4) MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 29. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013. xxxiv, 980 p. ISBN 9788522475391.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(5) MARTINS, Sérgio Pinto. Comentários à CLT. 17. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013. xv, 1282 p. ISBN 9788522475230.

(6) NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho. 28. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. 1515 p. ISBN 9788502203167.

(7) MARTINEZ, Luciano. Curso de direito do trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 781 p. ISBN 9788502155800.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Para obtenção das médias (M1, M2 e M3) serão realizadas duas atividades em sala de aula para cada MÉDIA, com os seguintes critérios:
1) uma atividade cooperativa (estudo de caso) na qual será exigido o reconhecimento do conteúdo ministrado em sala de aula para identificação do direito aplicável ao problema e análise dos fundamentos jurídicos respectivos, podendo ser utilizado livremente doutrina e CLT Comentada, cuja nota terá peso quatro (4) na composição da respectiva média;
2) uma prova individual, com consulta à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sem comentários, com questões objetivas e discursivas que abordarão as matérias discutidas em sala de aula, cuja nota terá peso seis (6) na composição da respectiva média;
As atividades cooperativas ocorrerão no terceiro, nono e décimo quinto encontros.
As provas individuais ocorrerão no sexto, décimo segundo e décimo sétimo encontros.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Os alunos que não realizarem as atividades cooperativas e provas individuais nas datas fixadas no presente plano de ensino, poderão fazê-lo na primeira aula subsequente ou no décimo oitavo encontro.

A Semana de Iniciação Científica 2014/II, que ocorrerá entre os dias 17 e 21 de novembro, poderá implicar na antecipação ou prorrogação das atividades previstas para o período, o que será oportunamente ajustado em sala de aula.

Não será permitido utilizar equipamento eletrônico ou aparelhos de telefonia móvel durante as provas individuais.

O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (1a Atividade Cooperativa * 4,00 + 1a Prova Individual * 6,00) / 10,00
M2 = (2a. Atividade Cooperativa * 4,00 + 2a. Prova Individual * 6,00) / 10,00

M3 = (3a Atividade Cooperativa * 4,00 + 3a. Prova Individual * 6,00) / 10,00

Média Final = 6,00

Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1704 - DIREITO PROCESSUAL PENAL I

Professor(es): FABIANO OLDONI

Período: 4º	Ano/Sem.: 2014 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Conhecer e entender o Direito Processual Penal através do estudo da sua formação, do conceito e finalidade, da ação, da jurisdição e competência e dos processos incidentais, com aporte no Código de Processo Penal, na Constituição Federal, na doutrina e nos julgados.

EMENTA

Noções gerais de processo penal. Inquérito policial. Ação penal. Jurisdição e competência. Questões e processos incidentais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Compreender a importância do Direito Processual Penal, tendo em vista o estudo de sua origem, a evolução doutrinária, o conceito e a finalidade. Analisar os princípios do Direito Processual Penal.	UNIDADE 1 - Noções gerais de processo penal 1. História do Direito Processual Penal, Conceito; Finalidade; Relações de Direito Processual Penal 2. Fontes do Direito Processual Penal; A Lei Processual Penal no Tempo e no Espaço; A Lei Processual Penal em relação às pessoas; 3. Interpretação da Lei Processual Penal; Princípios Processuais Penais.	10 h/a 0 h/ext	Aula expositiva; Utilização de recursos audivisuais; Disponibilização de material de apoio para estudos complementares; Estudo de casos e correção em sala de aula das atividades.	M1: Petição - Prova Prática (Peso: 4,00) Metodologia empregada, conforme critérios informados no Plano de Aulas, que se encontra no Ambiente Sophia, pontualidade na entrega das atividades, escrita correta, fundamentação e argumentação jurídica empregada nas Peças Processuais, interpretação de texto. M1: Prova objetiva/dissertativa - Prova Escrita (Peso: 6,00) Metodologia empregada, conforme critérios informados no Plano de Aulas, que se encontra no Ambiente Sophia, pontualidade na entrega das atividades, escrita correta, fundamentação e argumentação jurídica empregada nas Peças Processuais, interpretação de texto.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11) (12) (13)
Identificar a importância do Inquérito Policial para a apuração da infração penal e autoria. Entender a formação do Inquérito Policial, sua natureza jurídica e finalidade.	UNIDADE 2 - Inquérito policial 1. Noções preliminares; Abertura do Inquérito Policial 2. Notícia Crime, Representação Criminal 3. Formação e Desenvolvimento do Inquérito Policial	14 h/a 0 h/ext	Aula expositiva; Utilização de recursos audivisuais; Disponibilização de material de apoio para estudos complementares; Estudo de casos e correção em sala de aula das atividades.	M1: Petição - Prova Prática (Peso: 4,00) Metodologia empregada, conforme critérios informados no Plano de Aulas, que se encontra no Ambiente Sophia, pontualidade na entrega das atividades, escrita correta, fundamentação e argumentação jurídica empregada nas Peças Processuais, interpretação de texto. M1: Prova objetiva/dissertativa - Prova Escrita (Peso: 6,00) Metodologia empregada, conforme critérios informados no Plano de Aulas, que se encontra no Ambiente Sophia, pontualidade na entrega das atividades, escrita correta, fundamentação e argumentação jurídica empregada nas Peças Processuais, interpretação de texto.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Compreender a importância da ação penal, diferenciando a ação penal pública, a ação penal privada e a ação penal privada subsidiária da pública. Demonstrar que a "ação" é um instrumento constitucional incondicionado que tem por objetivo provocar a tutela jurisdicional.	UNIDADE 3 - Ação penal 1. Ação na teoria geral do processo 2. Conceito; Ação penal pública condicionada e incondicionada 3. Ação penal privada e subsidiária 4. Denúncia; Queixa-crime 5. Perempção, Perdão, Renúncia	16 h/a 0 h/ext	Aula expositiva; Utilização de recursos audivisuais; Disponibilização de material de apoio para estudos complementares; Estudo de casos e correção em sala de aula das atividades.	M2: Petição Inicial (Denúncia) - Prova Prática (Peso: 4,00) Metodologia empregada, conforme critérios informados no Plano de Aulas, que se encontra no Ambiente Sophia, pontualidade na entrega das atividades, escrita correta, fundamentação e argumantação jurídica empregada nas Peças Processuais, interpretação de texto. M2: Prova objetiva/dissertativa - Prova Escrita (Peso: 6,00) Metodologia empregada, conforme critérios informados no Plano de Aulas, que se encontra no Ambiente Sophia, pontualidade na entrega das atividades, escrita correta, fundamentação e argumantação jurídica empregada nas Peças Processuais, interpretação de texto.	(1) (2) (3) (4) (5) (7) (8)
Compreender a atuação do Estado através dos órgãos jurisdicionais. Entender a delimitação do poder de julgar.	UNIDADE 4 - Jurisdição e competência 1. Noções gerais; Conceitos 2. Jurisdição e Competência (ratione loci, ratione materiae, ratione personae)	10 h/a 0 h/ext	Aula expositiva; Utilização de recursos audivisuais; Disponibilização de material de apoio para estudos complementares; Estudo de casos e correção em sala de aula das atividades.	M3: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 4,00) Metodologia empregada, conforme critérios informados no Plano de Aulas, que se encontra no Ambiente Sophia, pontualidade na entrega das atividades, escrita correta, fundamentação e argumantação jurídica empregada nas Peças Processuais, interpretação de texto. M3: Prova objetiva/dissertativa - Prova Escrita (Peso: 6,00) Metodologia empregada, conforme critérios informados no Plano de Aulas, que se encontra no Ambiente Sophia, pontualidade na entrega das atividades, escrita correta, fundamentação e argumantação jurídica empregada nas Peças Processuais, interpretação de texto.	(1) (2) (3) (4) (5) (7) (8)
Examinar as questões e processos incidentais. Detectar as controvérsias que surgem no curso de um processo e que devem ser solucionadas pelo juízo antes do julgamento da causa principal.	UNIDADE 5 - Questões e processos incidentais 1. Questões prejudiciais; Exceções; Conflito de Jurisdição 2. Restituição de coisa apreendida; Medidas assecuratórias; 3. Incidente de falsidade; Incidente de insanidade mental do acusado	10 h/a 0 h/ext	Aula expositiva; Utilização de recursos audivisuais; Disponibilização de material de apoio para estudos complementares; Estudo de casos e correção em sala de aula das atividades.	M3: Estudo de Caso - Estudo de Caso (Peso 4,00) Metodologia empregada, conforme critérios informados no Plano de Aulas, que se encontra no Ambiente Sophia, pontualidade na entrega das atividades, escrita correta, fundamentação e argumantação jurídica empregada nas Peças Processuais, interpretação de texto. M3: Prova objetiva/dissertativa - Prova Escrita (Peso: 6,00) Metodologia empregada, conforme critérios informados no Plano de Aulas, que se encontra no Ambiente Sophia, pontualidade na entrega das atividades, escrita correta, fundamentação e argumantação jurídica empregada nas Peças Processuais, interpretação de texto.	(1) (2) (3) (4) (5) (7) (8)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal 2. 31. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. xix, 853 p. ISBN 9788502076761 (v. 2).

(2) NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. 6. ed., rev. , atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2010. 1070 p. ISBN 9788520336410.

(3) LOPES JÚNIOR, Aury. Direito processual penal e sua conformidade constitucional 1. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2010. xlvi, 729 p. ISBN 9788537507568.

(7) TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal 1. 33. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. 713 p. ISBN 9788502021846 (obra completa).

(8) LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal 1. Niterói, RJ: Impetus, 2011. 1540 p. ISBN 9788576265122.

(12) ROSA, Alexandre Morais da. Guia compacto do processo penal conforme a teoria dos jogos. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2013. 176 p. ISBN 9788537522356.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) LOPES JÚNIOR, Aury. Introdução crítica ao processo penal (fundamentos da instrumentalidade constitucional). 4. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2006. xl, 315 p. ISBN 8573879114.

(5) BONFIM, Edilson Mougenot. Curso de processo penal. 5. edição revista e atualizada. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 887 p. ISBN 9788502089426.

(9) ZAFFARONI, Eugenio Raúl. O inimigo no direito penal. Rio de Janeiro, RJ: Revan, ©2007. 222 p. ((Pensamento criminológico); 14). ISBN 8571063583.

(10) ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2012. 281p. ISBN 8571060320.

(11) OLIVEIRA, Álvaro Borges de; OLDONI, Fabiano. Aquisição da propriedade ilícita pela usucapião. [1. ed]. Jundiaí, SP: Paco Editorial, c2013. 125 p. ISBN 9788581481142.

(13) CHAVES JUNIOR, Airto; OLDONI, Fabiano. Para que(m) serve o Direito Penal? uma análise criminológica da seletividade dos segmentos de controle social. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2014. 243 p. ISBN 9788567595962.

(6) ROSA, Alexandre Morais da; SILVEIRA FILHO, Sylvio Lourenço da. Para um processo penal democrático: crítica à metástase do sistema de controle social. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2011.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Participação nas aulas; metodologia empregada nos trabalhos, conforme critérios informados no Plano de Aulas; pontualidade na entrega das atividades; escrita correta; fundamentação e argumentação jurídica empregada nas peças processuais; interpretação de texto.

O Projeto Direito e Literatura busca analisar o direito a partir de obras literárias escritas ou filmadas, entrelaçamento possível e necessário para a melhor compreensão prática e teórica da disciplina. O critério de avaliação será a participação do acadêmico na aula e na elaboração de análise coerente com o assunto proposto.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1) O aluno que obtiver entre 16,8 e 17,3 pontos na soma das três Médias Parciais, poderá apresentar fichamento com mínimo de 05 folhas (letra times, fonte 12, espaço 1,5 cm entre linhas, sem capa), sobre texto disponibilizado pelo professor com o nome de TRABALHO EXTRA. O fichamento poderá ter no máximo 3 citações literal do texto com até 5 linhas cada. O texto privilegiará o entendimento do aluno acerca do conteúdo lido. O fichamento deverá ser enviado para o e-mail oldoni@univali.br na data limite informada pelo professor. Trabalhos após esta data não serão aceitos. Para a obtenção dos pontos necessários para a complementação da média final o fichamento deverá alcançar a nota 08 (oito).

2) De 17 a 21 de novembro de 2014 será realizada a Semana de Iniciação Científica. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso o professor componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pelo professor. Outros casos de participação serão acordados com o professor da aula que coincide com a referida banca.

3) O material de apoio será disponibilizado no espaço da disciplina denominado material didático.

4) Nas aulas, conforme os conteúdos, serão trabalhados de forma transversal os conteúdos étnico-raciais conforme Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e em cumprimento a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004.

5) As políticas de educação ambiental serão tratadas de forma transversal em atendimento a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

6) O acadêmico do Curso de Direito pode realizar atividades de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas. Informe-se com o seu Professor ou com a Coordenação como participar.

7) Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Petição * 4,00 + Prova objetiva/dissertativa * 6,00) / 10,00
M2 = (Petição Inicial (Denúncia) * 4,00 + Prova objetiva/dissertativa * 6,00) / 10,00
M3 = (Estudo de Caso * 4,00 + Prova objetiva/dissertativa * 6,00) / 10,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 6188 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

Professor(es): FERNANDA SELL DE SOUTO GOULART FERN

Período: 4º	Ano/Sem.: 2014 / 2 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Capacitar profissionais do Direito, direcionados ao exercício das diversas atividades da área jurídica para o compromisso com o ideal de Justiça e com o processo de transformação da ordem sócio-política e técnico-jurídica. Conhecer a Lei Adjetiva visando a prática do cotidiano.

EMENTA

Processo e Procedimento. Ação e partes. Despesas processuais. Litisconsórcio e Assistência. Intervenção de terceiros. Ministério Público. Auxiliares da Justiça. Competência. Juiz. Atos processuais. Nulidades Processuais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 54 h.a. + Total C.H. Avaliações: 18 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conhecer, identificar e diferenciar Processo e Procedimento	UNIDADE 1 - Processo e Procedimento 1. Conceito, distinções, pressupostos para fundamentação teórica	3 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas. Recursos: textos, fichamento, transparências e/ou data show	M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M1: Prova Oral - Prova Oral (Peso: 6,00) A prova será oral, envolvendo questões já realizadas em concursos públicos da área jurídica, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões orais. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M1: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso:	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) A prova será discursiva, envolvendo questões já realizadas em concursos públicos da área jurídica, nos moldes da OAB, Magistratura, Ministério Público, Procurador, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões discursivas. A avaliação serão somente com consulta da legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M3: Apresentação de Seminário - Fichamento (Peso: 3,00) Os acadêmicos, em grupos, apresentarão seminário sobre a obra Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Nesta data, ainda, entregarão fichamento com interpretação crítica (caderno 4) sobre a obra. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) Clareza, objetividade e demonstração de conhecimento.A prova desta unidade será objetiva e discursiva, abrangendo toda a matéria do semestre. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M3: Atividade Curricular - Atividade	

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.	
Compreender a conceituação de ação e partes no processo. Identificar as teorias do direito de ação. Verificar os requisitos para ser parte no processo.	UNIDADE 2 - Ação e partes 1. Conceito e identificação de ação na CRFB/88 e CPC 2. Partes: fundamentação e demonstração prática.	6 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas. Recursos: textos, transparências e/ou data show, além de aulas no laboratório se necessário.	M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M1: Prova Oral - Prova Oral (Peso: 6,00) A prova será oral, envolvendo questões já realizadas em concursos públicos da área jurídica, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões orais. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M1: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) A prova será discursiva, envolvendo questões já realizadas em concursos públicos da área jurídica, nos moldes da OAB, Magistratura, Ministério Público, Procurador, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões discursivas. A avaliação serão somente com consulta da legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M3: Apresentação de Seminário - Fichamento (Peso: 3,00) Os acadêmicos, em grupos, apresentarão seminário sobre a obra Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Nesta data, ainda, entregarão fichamento com interpretação crítica (caderno 4) sobre a obra. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) Clareza, objetividade e demonstração de conhecimento.A prova desta unidade será objetiva e discursiva, abrangendo toda a matéria do semestre. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.	
Identificar as despesas processuais conforme o vigente Código de Processo Civil. Verificar a distinção entre taxas e custas. Analisar o acesso a justiça em face das despesas.	UNIDADE 3 - Despesas processuais 1. Analisar as categorias correspondentes as despesas processuais no CPC	2 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas. Recursos: textos, transparências e/ou data show, além de aulas no laboratório se necessário.	M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M1: Prova Oral - Prova Oral (Peso: 6,00) A prova será oral, envolvendo questões já	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				realizadas em concursos públicos da área jurídica, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões orais. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M1: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) A prova será discursiva, envolvendo questões já realizadas em concursos públicos da área jurídica, nos moldes da OAB, Magistratura, Ministério Público, Procurador, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões discursivas. A avaliação serão somente com consulta da legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa	

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M3: Apresentação de Seminário - Fichamento (Peso: 3,00) Os acadêmicos, em grupos, apresentarão seminário sobre a obra Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Nesta data, ainda, entregarão fichamento com interpretação crítica (caderno 4) sobre a obra. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) Clareza, objetividade e demonstração de conhecimento.A prova desta unidade será objetiva e discursiva, abrangendo toda a matéria do semestre. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.	
Conhecer, identificar e diferenciar os institutos do Litisconsórcio e da Assistência conforme o Código de Processo Civil Brasileiro.	UNIDADE 4 - Litisconsórcio e Assistência 1. Definição e Posição Teórica 2. Causas e Efeitos	6 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas. Recursos: textos, transparências e/ou data show, além de aulas no laboratório se necessário.	M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M1: Prova Oral - Prova Oral (Peso: 6,00) A prova será oral, envolvendo questões já realizadas em concursos públicos da área jurídica, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões orais. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M1: Atividade Curricular - Atividade	(1) (2) (3) (4)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) A prova será discursiva, envolvendo questões já realizadas em concursos públicos da área jurídica, nos moldes da OAB, Magistratura, Ministério Público, Procurador, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões discursivas. A avaliação serão somente com consulta da legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M3: Apresentação de Seminário - Fichamento (Peso: 3,00) Os acadêmicos, em grupos, apresentarão seminário sobre a obra Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Nesta data, ainda, entregarão fichamento com interpretação crítica (caderno 4) sobre a obra. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) Clareza, objetividade e demonstração de conhecimento.A prova desta unidade será objetiva e discursiva, abrangendo toda a matéria do semestre. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação.	

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.	
Conhecer os fundamentos e a importância da categoria referente a intervenção de terceiros no processo. identificar e diferencia-las quanto a utilidade no processo.	UNIDADE 5 - Intervenção de terceiros 1. Definição, meio de de defesa e técnicas aplicáveis. 2. Análise de acórdão	6 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas. Recursos: textos, transparências e/ou data show, além de aulas no laboratório se necessário.	M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) A prova será discursiva, envolvendo questões já realizadas em concursos públicos da área jurídica, nos moldes da OAB, Magistratura, Ministério Público, Procurador, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões discursivas. A avaliação serão somente com consulta da legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo	(5) (6) (7) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M3: Apresentação de Seminário - Fichamento (Peso: 3,00) Os acadêmicos, em grupos, apresentarão seminário sobre a obra Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Nesta data, ainda, entregarão fichamento com interpretação crítica (caderno 4) sobre a obra. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) Clareza, objetividade e demonstração de conhecimento.A prova desta unidade será objetiva e discursiva, abrangendo toda a matéria do semestre. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.	
Situar o Ministério Público na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e no Código de Processo Civil.	UNIDADE 6 - Ministério Público 1. Definição, importância, atuação, particularidades garantias e pressupostos de validade no processo.	3 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas. Recursos: textos, transparências e/ou data show, além de aulas no laboratório se necessário.	M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) A prova será discursiva, envolvendo questões já realizadas em concursos públicos da área jurídica, nos moldes da OAB, Magistratura, Ministério Público, Procurador, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões discursivas. A avaliação serão somente com consulta da legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda	(5) (6) (7) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M3: Apresentação de Seminário - Fichamento (Peso: 3,00) Os acadêmicos, em grupos, apresentarão seminário sobre a obra Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Nesta data, ainda, entregarão fichamento com interpretação crítica (caderno 4) sobre a obra. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) Clareza, objetividade e demonstração de conhecimento.A prova desta unidade será objetiva e discursiva, abrangendo toda a matéria do semestre. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.	
Conhecer e identificar os auxiliares da Justiça conforme o Código de Processo Civil e a estrutura do Poder Judiciário Catarinense.	UNIDADE 7 - Auxiliares da Justiça 1. Identificação e funções conforme artigos do CPC	2 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas. Recursos: textos, transparências e/ou data show, além de aulas no laboratório se necessário.	M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) A prova será discursiva, envolvendo questões já realizadas em concursos públicos da área jurídica, nos moldes da OAB, Magistratura, Ministério Público, Procurador, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese	(1) (2) (3) (4)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões discursivas. A avaliação serão somente com consulta da legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M3: Apresentação de Seminário - Fichamento (Peso: 3,00) Os acadêmicos, em grupos, apresentarão seminário sobre a obra Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Nesta data, ainda, entregarão fichamento com interpretação crítica (caderno 4) sobre a obra. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) Clareza, objetividade e demonstração de conhecimento.A prova desta unidade será objetiva e discursiva, abrangendo toda a matéria do semestre. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.	
Conceituar competência e reconhecer a sua importância para o Processo Civil Brasileiro.	UNIDADE 8 - Competência 1. Definição e importância para a Ciência Processual 2. Forma de estabelecimento e consequências	10 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas. Recursos: textos, transparências e/ou data show, além de aulas no laboratório se necessário.	M3: Apresentação de Seminário - Fichamento (Peso: 3,00) Os acadêmicos, em grupos, apresentarão seminário sobre a obra Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Nesta data, ainda, entregarão fichamento com interpretação crítica (caderno 4) sobre a obra. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) Clareza, objetividade e demonstração de conhecimento.A prova desta unidade será objetiva e discursiva, abrangendo toda a matéria do semestre. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização	(1) (2) (3) (4)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.	
Reconhecer o Juiz como dirigente do Processo.	UNIDADE 9 - Juiz 1. Definição e posição segundo a CRFB/88 e CPC 2. Juiz	2 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas. Recursos: textos, transparências e/ou data show, além de aulas no laboratório se necessário.	M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 3,00) A prova desta unidade será objetiva e discursiva. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) A prova será discursiva, envolvendo questões já realizadas em concursos públicos da área jurídica, nos moldes da OAB, Magistratura, Ministério Público, Procurador, bem como questões de livre elaboração do professor. Os critérios a serem avaliados serão: 1ºaplicação dos conceitos teóricos; 2º clareza na descrição dos casos e nas respostas; 3º Argumentação; 4º Apresentação de alternativas e soluções hábeis e lícitas ao caso proposto; 5º Capacidade de síntese e objetividade; 6º Fundamentação em todas as questões discursivas. A avaliação serão somente com consulta da legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M2: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. M3: Apresentação de Seminário - Fichamento (Peso: 3,00) Os acadêmicos, em grupos, apresentarão seminário sobre a obra Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Nesta data, ainda, entregarão fichamento com interpretação crítica (caderno 4) sobre a obra. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) Clareza, objetividade e demonstração de conhecimento.A prova desta unidade será	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				objetiva e discursiva, abrangendo toda a matéria do semestre. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.	
Identificar e conceituar os atos processuais.	UNIDADE 10 - Atos processuais 1. Definição, importância e reflexos no andamento do processo	2 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas. Recursos: textos, transparências e/ou data show, além de aulas no laboratório se necessário.	M3: Apresentação de Seminário - Fichamento (Peso: 3,00) Os acadêmicos, em grupos, apresentarão seminário sobre a obra Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Nesta data, ainda, entregarão fichamento com interpretação crítica (caderno 4) sobre a obra. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) Clareza, objetividade e demonstração de conhecimento.A prova desta unidade será objetiva e discursiva, abrangendo toda a matéria do semestre. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)
Conhecer e identificar as nulidades Processuais no Código de Processo Civil e as conseqências jurídicas das mesmas.	UNIDADE 11 - Nulidades Processuais. 1. Conceito e localização no CPC 2. Nulidades Processuais 3. Nulidades Processuais	12 h/a 0 h/ext	Aulas expositivas e dialogadas. Recursos: textos, transparências e/ou data show, além de aulas no laboratório se necessário.	M3: Apresentação de Seminário - Fichamento (Peso: 3,00) Os acadêmicos, em grupos, apresentarão seminário sobre a obra Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Nesta data, ainda, entregarão fichamento com interpretação crítica (caderno 4) sobre a obra. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 6,00) Clareza, objetividade e demonstração de conhecimento.A prova desta unidade será objetiva e discursiva, abrangendo toda a matéria do semestre. Não será permitido o uso de qualquer material, nem legislação. O não comparecimento ao dia de prova levará o acadêmico a proceder os requisitos institucionais, e a realização	(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				da segunda chamada dar-se-á no dia da última prova, por PROVA ORAL. M3: Atividade Curricular - Atividade Curricular (Peso: 1,00) SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OU ANÁLISE DE CASO: situa problema ou julgados selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.	

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(3) DESTEFENNI, Marcos. Curso de processo civil 1: processo de conhecimento e cumprimento da sentença. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. xxxiv, 474 p. ISBN 978850206976 (v.1).

(4) THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil 1: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 47. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2007. xvi, 861 p. ISBN 9788530925369.

(5) WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil 1: teoria geral do processo e processo de conhecimento. 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2007. 652 p. ISBN 9788520330425 (v. 1).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(1) ARAÚJO JUNIOR, Gediel Claudino de. Prática no processo civil: cabimento / ações diversas; competência; procedimentos; petições, modelos. 12. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2009. x, 774p. ISBN 97885224453207.

(2) DESTEFENNI, Marcos. Curso de processo civil 1: processo de conhecimento e cumprimento da sentença. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. xxxiv, 474 p. ISBN 978850206976 (v.1).

(6) NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. Volume único. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Método, 2013. liv, 1502 p. ISBN 9788530944735.

(7) DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil 1: Teoria geral do processo e processo de conhecimento. 11. ed., rev., ampl. e atual. Salvador, BA: Editora Juspodivm, 2009. 600 p. (Curso de direito processual civil ; v.1). ISBN 8577611639 (v.1).

(8) CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. Volume 1. 16. ed. rev. atual. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2007. 549 p. ISBN 9788537500293.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Para fins da avaliação da aprendizagem individual de cada aluno serão adotados os critérios de avaliação definidos neste Plano de Ensino, conforme cada atividade (individual ou grupal) e levando-se em consideração o instrumento de avaliação utilizado.

MÉDIA 1:

SOLUÇÃO DE PROBLEMAS: situação problema selecionada pelo professor a ser solucionada

(individual ou grupal) no término de cada aula.
Peso da atividade: peso 1.

AVALIAÇÃO ESCRITA: Prova com questões objetivas e/ou discursivas.
Data:22/08
Peso da atividade: peso 3.
Conteúdo: Matéria dos encontros 1, 2 e 3.

AVALIAÇÃO ORAL: Prova oral individual.
Data: 12/09
Peso da atividade: peso 6.
Conteúdo: Matéria dos encontros 1, 2, 3, 4 e 5.

MÉDIA 2:

SOLUÇÃO DE PROBLEMAS: situação problema selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula.
Peso da atividade: peso 1.

AVALIAÇÃO ESCRITA: Prova com questões objetivas e/ou discursivas.
Data:03/10
Peso da atividade: peso 3.
Conteúdo: Matéria dos encontros da M1, 7, 8 e 9.

AVALIAÇÃO ESCRITA: Prova com questões discursivas.
Data: 24/10
Peso da atividade: peso 6.
Conteúdo: Matéria dos encontros da M1, 7, 8, 9, 10 e 11.

MÉDIA 3:

SOLUÇÃO DE PROBLEMAS: situação problema selecionada pelo professor a ser solucionada (individual ou grupal) no término de cada aula. Peso da atividade: peso 1.

APRESENTAÇÃO DE SEMINÁRIO: A turma será dividida em grupos para apresentação de seminário e debate acerca da Obra: Estrita Legalidade e Atividade Jurisdicional. Os alunos deverão, ainda, entregar Fichamento com interpretação crítica sobre a obra com o referente Democracia e/ou Acesso à justiça, que deverá ser entregue, improrrogavelmente, nesta data.
Data: 07/11

AVALIAÇÃO ESCRITA: Prova com questões objetivas e/ou discursivas.
Data:28/11
Peso da atividade: peso 6.
Conteúdo: Matéria de todos os encontros (M1, M2 e M3).

Objetivos de aprendizagem:

Prova Escrita:

Discursiva: exigir do aluno habilidades que envolvem além da aquisição do conhecimento, da análise e da síntese, a organização, comunicação e expressão do pensamento.

Objetiva: o aluno deverá demonstrar habilidade de interpretar, analisando diversos aspectos da situação problema, relacionados entre si para indicar os procedimentos.

Solução de Problema: trabalhar o pensamento reflexivo e crítico, o levantamento de hipóteses, a descoberta de soluções alternativas para determinado problema e a utilização da capacidade criativa.

Prova Oral: Domínio do Conteúdo.

OBSERVAÇÕES GERAIS

1) ESTE PLANO DE ENSINO PODERÁ SOFRER ALTERAÇÕES DE ACORDO COM O DESENVOLVIMENTO DAS AULAS, DISPONIBILIDADE DE TEMPO E IMPORTÂNCIA DOS CONTEÚDOS, BEM COMO LEVARÁ EM CONSIDERAÇÃO AS NOVAS REFORMULAÇÕES DAS EMENTAS DA DISCIPLINA.

2) NO PERÍODO DE 17 A 21 DE NOVEMBRO, CASO A PROFESSORA ESTEJA EM BANCA, OS ALUNOS DEVERÃO PARTICIPAR DA SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO, COMPUTANDO-SE COMO HORA-AULA E CUJA PRESENÇA SERÁ OBRIGATÓRIA, CONFORME DETERMINAÇÕES DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO.

3) O AMBIENTE "MATERIAL DIDÁTICO" SERÁ UTILIZADO COMO FERRAMENTA DE APOIO PARA AS AULAS.

Aspectos importantes:

a) incentivar o aluno a ter uma visão crítica do Direito propiciando a criação de raciocínio jurídico;
b) o conhecimento deve ser construído conjuntamente pelo Professor e aluno;
c) utilizar a legislação, doutrina e jurisprudência na criação e transmissão do conhecimento;
d) sempre que possível fazer uso da interdisciplinaridade;
e) abordar sobre as soluções não jurisdicionais dos conflitos de interesse;
f) eliminação de atitudes autoritárias e estímulo ao diálogo,
g) incentivar os alunos a participarem de grupos de estudos, seminários, congressos, concursos de monografias, semanas científicas, artigos científicos, etc.;
h) abordar sempre que possível a importância dos estágios, da realização da monografia ao final do curso, Exames da OAB e demais concursos jurídicos;
i) estimular a pesquisa e a leitura.

Observações importantes:

a) Durante o presente semestre duas aulas poderão ser utilizadas para atividades de extensão.
b) os horários das aulas deverão ser obedecidos rigorosamente pelos alunos e pelo Professor;

c) o controle de freqüência será feito pelo Professor da disciplina, de forma verbal e individual, através do Diário On Line (conforme normas da Universidade) sendo de inteira responsabilidade do aluno o seu controle;
d) não haverá abono de faltas, salvo nos casos previstos e autorizados pelo Regimento da Universidade;
e) não será permitido o uso de aparelhos de telefone celular no interior da sala durante o desenvolvimento das aulas.
f) os pedidos de revisão de provas e justificativa de faltas deverão ser feitos na forma regimental.
g) os pedidos regulamentares de segunda chamada de prova se realizarão através de prova oral no 18º encontro.
h) qualquer tentativa de uso ou uso efetivo de meios ilícitos de consulta nas provas acarretará nota ZERO ao acadêmico infrator.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova Escrita * 3,00 + Prova Oral * 6,00 + Atividade Curricular * 1,00) / 10,00
M2 = (Prova Escrita * 3,00 + Prova Escrita * 6,00 + Atividade Curricular * 1,00) / 10,00
M3 = (Apresentação de Seminário * 3,00 + Prova Escrita * 6,00 + Atividade Curricular * 1,00) / 10,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

Digitally signed by FATIMA CATARINA BARBI:06110548928
Date: 2024.05.13 18:12:00 -03:00

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
www.univali.br/validadoc
Para isso, informe o código do documento digital: 835641 e a chave de acesso: 5122368.

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1547 - METODOLOGIA CIENTÍFICA

Professor(es): SILVANO PEDRO AMARO

Período: 1º	Ano/Sem.: 2013 / 1 Classe: 3
CH Teórica: 30 (36 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 30 (36 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 2

OBJETIVO GERAL

Compreender o conhecimento científico aplicando suas técnicas de pesquisa no desenvolvendo da iniciação científica por meio da elaboração de trabalhos acadêmico-científicos em respeito às normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas e as normativas institucionais.

EMENTA

Conhecimento. Métodos e Técnicas de Pesquisa. Trabalhos Acadêmico-Científicos. Normas Técnicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 19 h.a. + Total C.H. Avaliações: 8 h.a. = 27 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conceituar conhecimento. Compreender os diferentes tipos de conhecimento. Conceber o conhecimento científico como objeto de estudo jurídico.	UNIDADE 1 - Conhecimento 1. Conceito de conhecimento 2. Tipos de Conhecimento (empírico, filosófico e científico)	2 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada.	M1: Mapa Conceitual - Mapa Conceitual (Peso: 10,00) Domínio do conteúdo estudado em classe, criatividade, clareza na exposição de idéias e raciocínio lógico, uso da linguagem acadêmica e padrão culto da norma, ortografia e aplicação de normatizações solicitadas no material utilizado durante a apresentação. M1: Paper - Outros Instrumentos (Peso: 10,00) Domínio do conteúdo estudado em classe, criatividade, clareza na exposição de idéias e raciocínio lógico, uso da linguagem acadêmica e padrão culto da norma, ortografia e aplicação de normatizações solicitadas no material utilizado durante a apresentação. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 10,00) Domínio de conteúdo, interpretação e leitura das proposições, atenção e raciocínio lógico na organização de ideias, uso do padrão culto da linguagem.	(1) (2) (3) (5) (6)
Aplicar os métodos de pesquisa e seus quadros metodológicos. Distinguir as técnicas adequadas para cada tipo de trabalho acadêmico. Relacionar metodologias com problemas jurídicos e seu objeto de estudo.	UNIDADE 2 - Métodos e Técnicas de Pesquisa. 1. Pesquisa 2. Tipos de pesquisa 3. Referências e citações	6 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada com uso de recursos tecnológicos.	M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 10,00) Domínio de conteúdo, interpretação e leitura das proposições, atenção e raciocínio lógico na organização de ideias, uso do padrão culto da linguagem.	(1) (2) (6) (9)
Diferenciar os tipos de trabalhos acadêmicos-científicos. Conceituar a monografia e outras formas de comunicação	UNIDADE 3 - Trabalhos Acadêmico-Científicos. 1. Fichamento 2. Paper 3. Resenha	9 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada seguida de atividades práticas para elaboração de elementos obrigatórios utilizados	M1: Paper - Outros Instrumentos (Peso: 10,00) Domínio do conteúdo estudado em classe, criatividade, clareza na exposição de idéias e raciocínio lógico, uso da linguagem acadêmica e padrão culto da	(1) (2) (5) (6)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
acadêmica para divulgação de seus resultados.	4. Resenha e Fichamento. 5. Estrutura dos trabalhos acadêmico-científicos.		na elaboração dos trabalhos acadêmico-científicos.	norma, ortografia e aplicação de normatizações solicitadas no material utilizado durante a apresentação. M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 10,00) Domínio de conteúdo, interpretação e leitura das proposições, atenção e raciocínio lógico na organização de ideias, uso do padrão culto da linguagem. M3: Resenha Crítica - Outros Instrumentos (Peso: 10,00) Domínio do conteúdo, uso do padrão culto da linguagem, capacidade de aplicação prática das técnicas, assiduidade e participação efetiva e capacidade de expressão oral.	
Conhecer a NBR 14724 relativa a elaboração de trabalhos acadêmicos. Distinguir as partes que compõem o TIC. Aplicar as normas da ABNT e as instruções de elaboração da monografia jurídica.	UNIDADE 4 - Normas Técnicas. 1. Apresentação gráfica de trabalhos acadêmico científicos.	2 h/a 0 h/ext	Aula expositiva com a exemplificação de materias ilustrativos que façam referência ao conteúdo da unidade.	M3: Resenha Crítica - Outros Instrumentos (Peso: 10,00) Domínio do conteúdo, uso do padrão culto da linguagem, capacidade de aplicação prática das técnicas, assiduidade e participação efetiva e capacidade de expressão oral.	(1) (2) (6)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(5) CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil, c2007. xii, 162 p. ISBN 9788576050476.

(6) AZEVEDO, Celicina Borges. Metodologia científica: ao alcance de todos . 2. ed. Barueri, SP: Manole, c2009. 47, [1] p. ISBN 9788520428979.

(8) MÁTTAR, João. Metodologia científica na era da informática. 3. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2008. xxviii, 308 p. ISBN 9788502064478.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(3) MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2011. 314 p. ISBN 9788522466252.

(4) MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. 297 p. ISBN 9788522457588.

(7) CASTANHO, Sérgio; CASTANHO, Maria Eugênia (Orgs.). Temas e textos em metodologia do ensino superior. 6. edição. Campinas, SP: Papirus, 2009. 182 p. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico.) ISBN 8530806379.

(9) MÁTTAR, João. Metodologia científica na era da informática. 3. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2008. xxviii, 308 p. ISBN 9788502064478.

(1) PROEN. Orientações para elaboração de trabalhos acadêmicos-científicos. Disponível em: <WWW.univali.br/biblioteca>.

(2) UNIVALI. Caderno de elaboração de trabalhos acadêmicos. Disponível em: <www.univali.br/sibium>

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Pontualidade, assiduidade e permanência em sala de aula.
Participação oral com intervenções, questionamentos, observações pertinentes ao tema.
Posse e utilização, em sala de aula, do material solicitado para desenvolvimento dos conteúdos.
Cumprimento das leituras recomendadas, com antecedência.
Domínio, identificação e aplicação dos conceitos científicos estudados em situações concretas.
Raciocínio lógico na descrição de ideias e viabilidade dos estudos realizados.
Riqueza e clareza na argumentação escrita e oral, bem como capacidade de síntese das ideias.
Observância da norma padrão da língua portuguesa.
Identificação dos pressupostos fundamentais à temática.
Postura acadêmica que compreende: não usar celular dentro da sala e durante as aulas; não interromper os momentos de estudos e de concentração com conversas paralelas, saídas e entradas desnecessárias durante as aulas.
Observância das orientações formais dos exercícios/atividades propostos, de forma que receberão nota 0 (zero), os acadêmicos cujos trabalhos e provas apresentarem sinais de cópia de outros acadêmicos, contiverem evidências de materiais retirados de meio digital, copiados de livros ou outras fontes de pesquisa sem a indicação bibliográfica, ou ainda o acadêmico que realizar consulta não autorizada ao material, em atividade de avaliação.
Após o início do semestre, poderão ser estabelecidos outros critérios de avaliação, sem prejuízo ao amplo e prévio conhecimento por parte dos acadêmicos.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Recomenda-se a leitura do Guia Acadêmico e da Legislação Institucional.
No 1° (primeiro) dia de aula será discutido o presente plano de ensino, que poderá ser modificado, a qualquer tempo, no curso da disciplina. Caso isso ocorra, os acadêmicos serão comunicados.
Para que o(a) acadêmico(a) atinja os objetivos propostos, é importante que: acompanhe as atividades da disciplina através das aulas e da realização da leitura dos textos correspondentes aos temas tratados, fazendo o respectivo fichamento e anotando as dúvidas para discuti-las em sala de aula; esteja atualizado com as atividades de sala de aula; exponha suas dificuldades ao professor e busque fontes suplementares de pesquisa; realize as leituras e as atividades didáticas de acordo com as técnicas e os métodos de elaboração científica, cujo conteúdo é objeto de disciplina específica.
As chamadas (frequência) serão feitas sempre entre 19h30min e 20h (primeira) e entre 21h30min e 22h (segunda). O acadêmico que ingressar na sala de aula após a chamada, deverá aguardar o término da aula para requisitar, quando for o caso, sua presença parcial.
As justificativas de faltas serão aceitas somente mediante prévio processo administrativo deferido.
A 2.ª chamada (exercícios e avaliações) - desde que efetuado e deferido o processo de justificativa - poderá ser realizada de forma escrita ou oral, a critério do professor.
Não é permitido qualquer tipo de gravação (de imagem ou som) das aulas ministradas.
Não havendo, eventualmente, aula em alguma data estabelecida no referido plano, a atividade passará para o dia de aula da disciplina imediatamente posterior.
A bibliografia indicada não exaure a gama de obras (livros, trabalhos acadêmicos, artigos, periódicos, etc.) que tratam sobre a matéria, servindo como mero referencial a(o) acadêmico(a), que pode (e deve) ser complementado.
Outras referências bibliográficas poderão ser indicadas pelo professor, conforme a evolução do

conteúdo e necessidade de aprofundamento dos estudos. Além disso, os acadêmicos deverão ter a diligência necessária para aprofundar seus estudos com obras e legislação atualizadas.
Eventual material de apoio disponibilizado será considerado como conteúdo para fins de avaliação.
Não será permitido o uso de computador/ tablet / celulares e/ou similares durante a realização das avaliações, salvo nos casos de orientação expressa do professor. Nestes dias, caso seja permitida alguma consulta, o(a) acadêmico(a) deverá trazer legislação (ou outro material) impressa em papel.
De 1.º a 04 de julho de 2013 será realizada a Semana de Iniciação Científica. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso o professor componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pelo professor. Outros casos de participação serão acordados com o professor da aula que coincide com a referida banca.
E-mail encaminhado ao docente será respondido de acordo com sua disponibilidade.
Este plano poderá ser alterado no decorrer do semestre.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Mapa Conceitual * 10,00 + Paper * 10,00) / 20,00
M2 = (Prova Escrita * 10,00) / 10,00
M3 = (Resenha Crítica * 10,00) / 10,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1550 - CIÊNCIA POLÍTICA

Professor(es): CAMILA MONTEIRO SANTOS

Período: 1º	Ano/Sem.: 2013 / 1 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Analisar as noções fundamentais da Ciência Política, Teoria Política e História do Pensamento Político para obter uma visão crítica do fenômeno, com especial ênfase nas relações de poder e nas organizações políticas, proporcionando a identificação de categorias fundamentais do Estado Moderno/Contemporâneo, realizando a interface do conteúdo com o Direito.

EMENTA

Noções Gerais de Ciências Política. Poder Político. Sociedade e Estado. Regimes Políticos e Sistemas Políticos de Governo. Formação Política Brasileira.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 66 h.a. + Total C.H. Avaliações: 5 h.a. = 71 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Identificar as definições e conceitos operacionais da disciplina e seu campo de atuação.	UNIDADE 1 - Noções Gerais de Ciências Política. 1. Definição de Ciência Política 2. Relação da Ciência Política com outras áreas do conhecimento 3. Evolução da Ciência Política	6 h/a 0 h/ext	Contextualização histórica; apresentação dos principais argumentos; debate em sala	M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 2,00) Domínio conceitual, raciocínio lógico e análise consistente dos destaques. M1: Trabalho - Outros Instrumentos (Peso: 1,00)	(6) (7)
1. Examinar a definição e a evolução do Poder Político; 2. Analisar o conceito e a classificação do Poder Constituinte; 3. Identificar o conceito e as principais classificações da Constituição.	UNIDADE 2 - Poder Político. 1. . Definição de Poder Político 2. Evolução do Poder Político 3. Política e Moral 4. Política e Moral 5. A Constituição e o Poder Constituinte	12 h/a 0 h/ext	Aulas dispositivas dialógicas; debates sobre textos e documentários relacionados com a unidade.	M1: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 2,00) Domínio conceitual, raciocínio lógico e análise consistente dos destaques. M1: Trabalho - Outros Instrumentos (Peso: 1,00)	(1) (6) (7) (9)
1. Desenvolver a definição e examinar os elementos do Estado; 2. Analisar a evolução do Estado e do Direito; 3. Identificar as Formas de Estado, Formas de Governo e as Funções do Estado 4. Destacar os aspectos essenciais do pensamento político clássico	UNIDADE 3 - Sociedade e Estado. 1. Definição e elementos do Estado 2. Evolução do Estado e do Direito 3. Formas de Estado e de Governo 4. Os clássicos da política: pensadores gregos, Maquiavel, Hobbes, Rousseau, Locke, Tocqueville e Marx	24 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada. Apresentação de esquema conceitual e de relações com a atualidade jurídica. Leitura investigativa de texto indicado.	M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 2,00) Domínio conceitual, raciocínio lógico e análise consistente dos destaques. M2: Trabalho - Outros Instrumentos (Peso: 1,00)	(1) (2) (3) (4) (6) (7)
1. Analisar o Regime	UNIDADE 4 - Regimes	8 h/a	Aula expositiva e	M2: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso:	(1) (6)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Representativo; 2. Examinar os Sistemas de Governo.	Políticos e Sistemas Políticos de Governo. 1. Regime Representativo 2. Sistemas de Governo	0 h/ext	dialogada. Apresentação de esquema conceitual e de relações com a atualidade jurídica. Leitura investigativa de texto indicado	2,00) Domínio conceitual, raciocínio lógico e análise consistente dos destaques. M2: Trabalho - Outros Instrumentos (Peso: 1,00)	(7) (9)
1. Examinar a formação política brasileira; 2. Analisar as seguintes fases históricas: Brasil Colônia; Império, República Velha; Estado Novo; Redemocratização (1946); Regime Militar; Redemocratização (a partir da década de 70); Constituição de 1988.	UNIDADE 5 - Formação Política Brasileira. 1. Formação histórica do Brasil 2. Período Republicano; Era Vargas; Ditadura de 1964; processo de democratização 3. Formação dos Partidos Políticos no Brasil	16 h/a 0 h/ext	Aulas dispositivas dialógicas; seminários.	M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 0,00) Domínio conceitual, raciocínio lógico e análise consistente dos destaques. M3: Prova Escrita - Prova Escrita (Peso: 2,00)	(6)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(5) WEFFORT, Francisco C. Os clássicos da política: 2. volume: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx. 10. ed. São Paulo, SP: Ática, 2005. 278 p. (Fundamentos ; 63). ISBN 8508035438.

(6) CHEVALLIER, Jean-Jacques. Historia do pensamento politico. Rio de Janeiro, RJ: ZAHAR, 1983. 2 v ISBN Broch..

(7) CHEVALLIER, Jean-Jacques. Historia do pensamento politico. Rio de Janeiro, RJ: ZAHAR, 1983. 2 v ISBN Broch..

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(1) BOBBIO, Norberto; VARRIALLE, Carmen C; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. 13. ed. Brasília, DF: Editora UnB, c1983. 2 v ISBN 9788523003081 (Obra comp

(2) BOBBIO, Norberto; VARRIALLE, Carmen C; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. 13. ed. Brasília, DF: Editora UnB, c1983. 2 v ISBN 9788523003081 (Obra comp

(3) Aristóteles. Constituição dos atenienses. Lisboa [Portugal]: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 151 p. (Textos clássicos) ISBN 9723110164.

(4) Aristóteles. Ética a Nicômaco: texto integral. 6.ed. São Paulo, SP: M. Claret, 2001. 230 p. (Coleção a obra-prima de cada autor ; 53). ISBN 8572324305.

(8) STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, José Luis Bolzan de. Ciência política e teoria geral do estado. 4. ed. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2004. 195 p. ISBN 857348313X.

(9) CRUZ, Paulo Márcio. Política, poder, ideologia e estado contemporâneo. Florianópolis, SC: Diploma Legal, 2001. 283 p. ISBN 8587514148.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- A avaliação será contínua em todo o processo de ensino-aprendizagem, com foco no aspecto qualitativo, destacando-se a participação nas aulas, as leituras programadas dos conteúdos, os trabalhos e dinâmicas em grupo, o interesse do aluno pelos assuntos abordados, a assiduidade nas aulas e a pontualidade nas entregas das atividades.

- Critérios para os trabalhos a serem entregues: criatividade, domínio conceitual, uso das normas cultas e com base no caderno de elaboração de trabalhos acadêmico-científicos da UNIVALI.

- As datas de provas e trabalhos serão marcados em sala, com até uma semana de antecedência.

- Ainda sempre que mostrarem-se pertinentes e viáveis, serão acrescidos atividades em aula como leituras, exercícios, vídeos e dinâmicas.

OBSERVAÇÕES GERAIS

- No primeiro dia de aula será discutido o presente plano de ensino, que poderá ser modificado, a qualquer tempo, no curso da disciplina. Caso isso ocorra, os acadêmicos serão comunicados.
- Para que o(a) acadêmico(a) atinja os objetivos propostos, é importante que: acompanhe as atividades da disciplina através das aulas e da realização da leitura dos textos correspondentes aos temas tratados, fazendo o respectivo fichamento e anotando as dúvidas para discuti-las em sala de aula; esteja atualizado com as atividades de sala de aula; exponha suas dificuldades ao professor e busque fontes suplementares de pesquisa; realize as leituras e as atividades didáticas de acordo com as técnicas e os métodos de elaboração científica, cujo conteúdo é objeto de disciplina específica.
- As justificativas de faltas serão aceitas somente mediante prévio processo administrativo deferido. Em caso de falta, é obrigação do aluno se informar sobre o conteúdo lecionado em classe, colocando-se a Professora à disposição pelo e-mail: camila.stohrer@univali.br,
- A 2.ª chamada (exercícios e avaliações) - desde que efetuado e deferido o processo de justificativa - será realizada através de a ser agendada com a Professora.
- A bibliografia indicada não exaure a gama de obras (livros, trabalhos acadêmicos, artigos, periódicos, etc.) que tratam sobre a matéria, servindo como mero referencial a(o) acadêmico(a), que pode (e deve) ser complementado.
- Outras referências bibliográficas poderão ser indicadas pelo professor, conforme a evolução do conteúdo e necessidade de aprofundamento dos estudos.
- De 05 a 09 de novembro de 2012 será realizada a Semana de Iniciação Científica. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Prova Escrita * 2,00 + Trabalho * 1,00) / 3,00
M2 = (Prova Escrita * 2,00 + Trabalho * 1,00) / 3,00
M3 = (Prova Escrita * 0,00Prova Escrita * 2,00 + Trabalho * 1,00) / 3,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 1553 - INTRODUÇÃO AO DIREITO

Professor(es): CLOVIS DEMARCHI

Período: 1º	Ano/Sem.: 2013 / 1 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Conhecer os conceitos fundamentais do Direito, necessários à compreensão do fenômeno jurídico, em seus aspectos epistemológico, objetivo e subjetivo.

EMENTA

Noções Gerais do Direito. Direito Natural e Direito Positivo. Norma Jurídica. Ordenamento Jurídico. Fontes do Direito. Interpretação e Aplicação do Direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 56 h.a. + Total C.H. Avaliações: 16 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Conhecer o programa da disciplina. Conhecer e distinguir as diferentes concepções e contextos do Direito. Identificar a relação entre Sociedade, Estado e Direito. Compreender o significado do Direito como objeto do conhecimento. Conceituar Direito.	UNIDADE 1 - Noções Gerais do Direito. 1. Categoria, Conceito operacional e Referente 2. Direito e conhecimento 3. Sociedade, Estado e Direito	12 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada. Utilização de recursos audiovisuais.	M1: leitura de texto - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) MÉDIA 1 (M1) Primeira atividade: Leitura do capítulo 2- "A Ciência do Direito", da página 27 até a página 53 da obra: NUNES, Rizzatto. Manual de introdução ao Direito. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Na aula do dia 09 de abril de 2013 será realizada atividade em sala após o intervalo. Esta atividade tem peso um (1). A Atividade será individual. Os demais critérios e formato desta atividade serão apresentados no dia da atividade, ou seja 09 de abril de 2013. M1: Prova - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova escrita, individual, sem consulta. Será trabalhado todo o conteúdo visto até a aula anterior. Prova durante todo o período de aula do dia 16 de abril de 2013. M2: leitura de texto - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Leitura da Lição 13 "Fato, ato, relação e negócio no direito". Obra: DIMOULIS, Dimitri. Manual de introdução ao Estudo do Direito. Editado pela Editora Revista dos Tribunais. Na aula do 21 de maio de 2013, após o intervalo será realizada atividade em sala. A atividade tem peso um (1). A Atividade será individual. Os demais critérios e formato desta atividade serão apresentados no dia da atividade, ou seja 21 de maio de 2013. M2: prova - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova escrita. Individual. Sem consulta. Todo o conteúdo estudado até a aula	(2) (3) (5) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				anterior. Prova durante todo o período de aula do dia 28 de maio de 2013. M3: Resumo - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Fazer um resumo do conteúdo do semestre (não incluir no resumo o conteúdo dos textos solicitados para leitura para as atividades 1 da M1 e M2). Com o máximo de 08 páginas de papel A4. Peso 1. Atividade a ser entregue no dia da prova. A nota do resumo será aplicada em conformidade com a nota da prova da M3. Maiores explicações sobre os procedimentos serão repassados em sala de aula. M3: prova - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova escrita sobre todo o conteúdo do semestre. Prova individual. Será permitida a consulta ao resumo da Atividade 1 para a M3. Prova no dia 25 de junho de 2013.	
Diferenciar o direito natural do direito positivo. Identificar as características do Direito Natural e do Direito Positivo. Reconhecer os princípios basilares do direito natural e do direito positivo. Identificar as várias conceituações de Direito. Identificar as principais famílias (sistemas) do Direito. Relacionar a evolução histórica do Brasil com a evolução do direito. Identificar algumas características das diversas constituições brasileiras. Conhecer as famílias (sistemas) do Direito Diferenciar direito público de direito privado. Identificar os ramos do direito e seu enquadramento quanto a público ou privado. Identificar algumas características dos principais ramos do Direito.	UNIDADE 2 - Direito Natural e Direito Positivo. 1. Considerações sobre o Direito Natural 2. Considerações sobre o Direito Positivo 3. Conceito de direito 4. As famílias do Direito (Civil law, common law, direitos socialistas) 5. Origem do Direito no Brasil e evolução constitucional 6. Direito público e Direito privado	20 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada com utilização de recursos audiovisuais. Uso de textos complementares para estudo de caso .	M1: leitura de texto - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) MÉDIA 1 (M1) Primeira atividade: Leitura do capítulo 2- "A Ciência do Direito", da página 27 até a página 53 da obra: NUNES, Rizzatto. Manual de introdução ao Direito. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Na aula do dia 09 de abril de 2013 será realizada atividade em sala após o intervalo. Esta atividade tem peso um (1). A Atividade será individual. Os demais critérios e formato desta atividade serão apresentados no dia da atividade, ou seja 09 de abril de 2013. M1: Prova - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova escrita, individual, sem consulta. Será trabalhado todo o conteúdo visto até a aula anterior. Prova durante todo o período de aula do dia 16 de abril de 2013. M2: leitura de texto - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Leitura da Lição 13 "Fato, ato, relação e negócio no direito". Obra: DIMOULIS, Dimitri. Manual de introdução ao Estudo do Direito. Editado pela Editora Revista dos Tribunais. Na aula do 21 de maio de 2013, após o intervalo será realizada atividade em sala. A atividade tem peso um (1). A Atividade será individual. Os demais critérios e formato desta atividade serão apresentados no dia da atividade, ou seja 21 de maio de 2013. M2: prova - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova escrita. Individual. Sem consulta. Todo o conteúdo estudado até a aula anterior. Prova durante todo o período de	(2) (3) (4) (6) (7)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				aula do dia 28 de maio de 2013. M3: Resumo - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Fazer um resumo do conteúdo do semestre (não incluir no resumo o conteúdo dos textos solicitados para leitura para as atividades 1 da M1 e M2). Com o máximo de 08 páginas de papel A4. Peso 1. Atividade a ser entregue no dia da prova. A nota do resumo será aplicada em conformidade com a nota da prova da M3. Maiores explicações sobre os procedimentos serão repassados em sala de aula. M3: prova - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova escrita sobre todo o conteúdo do semestre. Prova individual. Será permitida a consulta ao resumo da Atividade 1 para a M3. Prova no dia 25 de junho de 2013.	
Diferenciar norma moral de norma jurídica. Conceituar norma jurídica. Identificar as características da norma jurídica. Identificar os tipos de norma jurídica. Compreender a diferença entre validade, vigência e eficácia da norma jurídica. Verificar a formação da norma no tempo e espaço.	UNIDADE 3 - Norma Jurídica. 1. Definição e dimensões da norma jurídica 2. Características da Norma jurídica. 3. Tipos de norma jurídica 4. Validade, Vigência e Eficácia da Norma jurídica	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada com utilização de recursos audiovisuais.	M2: leitura de texto - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Leitura da Lição 13 "Fato, ato, relação e negócio no direito". Obra: DIMOULIS, Dimitri. Manual de introdução ao Estudo do Direito. Editado pela Editora Revista dos Tribunais. Na aula do 21 de maio de 2013, após o intervalo será realizada atividade em sala. A atividade tem peso um (1). A Atividade será individual. Os demais critérios e formato desta atividade serão apresentados no dia da atividade, ou seja 21 de maio de 2013. M2: prova - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova escrita. Individual. Sem consulta. Todo o conteúdo estudado até a aula anterior. Prova durante todo o período de aula do dia 28 de maio de 2013. M3: Resumo - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Fazer um resumo do conteúdo do semestre (não incluir no resumo o conteúdo dos textos solicitados para leitura para as atividades 1 da M1 e M2). Com o máximo de 08 páginas de papel A4. Peso 1. Atividade a ser entregue no dia da prova. A nota do resumo será aplicada em conformidade com a nota da prova da M3. Maiores explicações sobre os procedimentos serão repassados em sala de aula. M3: prova - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova escrita sobre todo o conteúdo do semestre. Prova individual. Será permitida a consulta ao resumo da Atividade 1 para a M3. Prova no dia 25 de junho de 2013.	(2) (4) (5) (6) (8)
Caracterizar Regras e princípios.	UNIDADE 4 - Ordenamento Jurídico.	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada com utilização de	M2: leitura de texto - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Leitura da Lição 13 "Fato,	(1) (2) (5) (6)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Identificar a diferença entre conflito de regras e conflito de princípios.	1. Princípios e regras 2. Conflito entre princípios e conflito entre regras.		recursos audiovisuais.	ato, relação e negócio no direito". Obra: DIMOULIS, Dimitri. Manual de introdução ao Estudo do Direito. Editado pela Editora Revista dos Tribunais. Na aula do 21 de maio de 2013, após o intervalo será realizada atividade em sala. A atividade tem peso um (1). A Atividade será individual. Os demais critérios e formato desta atividade serão apresentados no dia da atividade, ou seja 21 de maio de 2013. M2: prova - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova escrita. Individual. Sem consulta. Todo o conteúdo estudado até a aula anterior. Prova durante todo o período de aula do dia 28 de maio de 2013. M3: Resumo - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Fazer um resumo do conteúdo do semestre (não incluir no resumo o conteúdo dos textos solicitados para leitura para as atividades 1 da M1 e M2). Com o máximo de 08 páginas de papel A4. Peso 1. Atividade a ser entregue no dia da prova. A nota do resumo será aplicada em conformidade com a nota da prova da M3. Maiores explicações sobre os procedimentos serão repassados em sala de aula. M3: prova - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova escrita sobre todo o conteúdo do semestre. Prova individual. Será permitida a consulta ao resumo da Atividade 1 para a M3. Prova no dia 25 de junho de 2013.	(8)
Identificar os tipos de fontes jurídicas. Caracterizar as fontes materiais. Caracterizar as fontes formais. Conhecer o funcionamento do processo legislativo.	UNIDADE 5 - Fontes do Direito. 1. Fontes materiais 2. Fontes formais	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada com apresentação de casos práticos relacionados ao tema.	M3: Resumo - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Fazer um resumo do conteúdo do semestre (não incluir no resumo o conteúdo dos textos solicitados para leitura para as atividades 1 da M1 e M2). Com o máximo de 08 páginas de papel A4. Peso 1. Atividade a ser entregue no dia da prova. A nota do resumo será aplicada em conformidade com a nota da prova da M3. Maiores explicações sobre os procedimentos serão repassados em sala de aula. M3: prova - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova escrita sobre todo o conteúdo do semestre. Prova individual. Será permitida a consulta ao resumo da Atividade 1 para a M3. Prova no dia 25 de junho de 2013.	(1) (3) (4) (5) (8)
Diferenciar os métodos de interpretação jurídica. Verificar as consequências da interpretação jurídica.	UNIDADE 6 - Interpretação e Aplicação do Direito. 1. Métodos de interpretação 2. Consequências da	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada; apresentação de textos e leitura recomendada.	M3: Resumo - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Fazer um resumo do conteúdo do semestre (não incluir no resumo o conteúdo dos textos solicitados para leitura para as atividades 1 da M1 e M2). Com o máximo	(3) (4) (5) (6) (8)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
	interpretação			de 08 páginas de papel A4. Peso 1. Atividade a ser entregue no dia da prova. A nota do resumo será aplicada em conformidade com a nota da prova da M3. Maiores explicações sobre os procedimentos serão repassados em sala de aula. M3: prova - Prova Escrita (Peso: 2,00) Prova escrita sobre todo o conteúdo do semestre. Prova individual. Será permitida a consulta ao resumo da Atividade 1 para a M3. Prova no dia 25 de junho de 2013.	

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) DINIZ, Maria Helena. Compendio de introducao a ciencia do direito. 16. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2004. xvi, 581 p il ISBN 8502045911 (broch.).

(2) REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 25. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2001. 393 p. ISBN 850202051X.

(3) GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo do direito. 33. ed. rev. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2003. 459 p. ISBN 8530917367.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) VENOSA, Sílvio de Salvo. Introdução ao estudo do direito: primeiras linhas. São Paulo, SP: Atlas, 2004. 349 p. ; 24 cm ISBN 852243896X.

(5) VENOSA, Sílvio de Salvo. Introdução ao estudo do direito: primeiras linhas. São Paulo, SP: Atlas, 2004. 349 p. ; 24 cm ISBN 852243896X.

(6) DIMOULIS, Dimitri. Manual de introdução ao estudo do direito. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2008. 348 p. ISBN 9788520329924.

(7) FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2001. 364 p. ISBN 8522427593 (Broch.).

(8) NUNES, Rizzatto. Manual de introdução ao estudo do direito: com exercícios para sala de aula e lições de casa. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2005. xx, 391 p. ISBN 8502052187.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

MÉDIA 1 (M1)

Primeira atividade: Leitura do capítulo 2- "A Ciência do Direito", da página 27 até a página 53 da obra: NUNES, Rizzatto. Manual de introdução ao Direito. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Na aula do dia 09 de abril de 2013 será realizada atividade em sala após o intervalo. Esta atividade tem peso um (1). A Atividade será individual. Os demais critérios e formato desta atividade serão apresentados no dia da atividade, ou seja 09 de abril de 2013.

Segunda atividade: Prova escrita, individual, sem consulta. Será trabalhado todo o conteúdo visto até a aula anterior. Prova durante todo o período de aula do dia 16 de abril de 2013.

MÉDIA 2 (M2)

Primeira atividade: Leitura da Lição 13 "Fato, ato, relação e negócio no direito". Obra: DIMOULIS, Dimitri. Manual de introdução ao Estudo do Direito. Editado pela Editora Revista dos Tribunais. Na aula do 21 de maio de 2013, após o intervalo será realizada atividade em sala. A atividade tem peso um (1). A Atividade será individual. Os demais critérios e formato desta atividade serão apresentados no dia da atividade, ou seja 21 de maio de 2013.
Segunda atividade: Prova escrita. Individual. Sem consulta. Todo o conteúdo estudado até a aula anterior. Prova durante todo o período de aula do dia 28 de maio de 2013.

MÉDIA 3 (M3)
Primeira atividade: Fazer um resumo do conteúdo do semestre (não incluir no resumo o conteúdo dos textos solicitados para leitura para as atividades 1 da M1 e M2). Com o máximo de 08 páginas de papel A4. Peso 1. Atividade a ser entregue no dia da prova, ou seja, dia 25 de junho. A nota do resumo será aplicada em conformidade com a nota da prova da M3. Maiores explicações sobre os procedimentos serão repassados em sala de aula.
Segunda atividade: Prova escrita sobre todo o conteúdo do semestre. Prova individual. Será permitida a consulta ao resumo da Atividade 1 para a M3 que deverá ser entregue junto com a prova no dia 25 de junho de 2013.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Semana de Iniciação Científica no período de 01 a 04 de julho de 2013.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (leitura de texto * 1,00 + Prova * 2,00) / 3,00
M2 = (leitura de texto * 1,00 + prova * 2,00) / 3,00
M3 = (Resumo * 1,00 + prova * 2,00) / 3,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 8735 - LINGUAGEM JURÍDICA

Professor(es): ELIANA CAMARGO MOREIRA UTZIG

Período: 1º	Ano/Sem.: 2013 / 1 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Compreender a semântica jurídica e suas relações morfossintáticas na produção textual escrita e na articulação da verbalização pública.

EMENTA

Pontuação nos Textos Jurídicos. Semântica Jurídica e Expressões Latinas. Texto Narrativo, Descritivo e Dissertativo. Documentos Jurídicos. Processo Argumentativo - Oratória. Gramática Expositiva.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Usar adequadamente os sinais de pontuação na produção de textos jurídicos	UNIDADE 1 - Pontuação nos Textos Jurídicos 1. Uso da vírgula nas prduções textuais forenses 2. Questões gramaticais que envolvem a pontuação nos textos forenses 3. Nova ortografia	18 h/a 0 h/ext	Aula expositiva,utilização do data-show,exercícios escritos e análise textual	M1: Verbalização Pública - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Objetividade, fundamentos pertinentes, domínio da linguagem e da nova ortografia, lógica frasal. M1: Narrativa Jurídica - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Apresentação adequada da temática solicitada, adequação formal, respeito às normas da ABNT, capacidades argumentativa.	(1) (2)
Conhecer o significado dos principais verbetes jurídicos e sua correlação Entender a relevância do Latim na elaboração de dos textos jurídicos	UNIDADE 2 - Semântica Jurídica e Expressões Latinas 1. Tópicos da teoria semântico-jurídica 2. Distinção entre o léxico e o vocabulário 3. Expressões latinas forenses 4. Aplicabilidade da Reforma Ortográfica	16 h/a 0 h/ext	Uso do dicionário Jurídico,projeção de transparências,exercícios escritos para dsenvolvimento da capacidade mnemônica.Pesquisa de expressões latinas no contexto.	M1: Narrativa Jurídica - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Apresentação adequada da temática solicitada, adequação formal, respeito às normas da ABNT, capacidades argumentativa. M2: Seminário - Seminário (Peso: 1,00) Objetividade, fundamentos pertinentes, domínio da linguagem e da nova ortografia, coesão e coerência, verbalização adequada ao tema.	(1) (3) (4)
Construir adequadamente textos dissertatiivos,descritivos e narrativos	UNIDADE 3 - Texto Narrativo, Descritivo e Dissertativo 1. Texto Dissertativo 2. Texto Narrativo 3. Texto Descritivo	6 h/a 0 h/ext	Leitura e interpretação textual,aula expositiva,discussão sobre as princicpais caracteristicas dos textos	M2: Seminário - Seminário (Peso: 1,00) Objetividade, fundamentos pertinentes, domínio da linguagem e da nova ortografia, coesão e coerência, verbalização adequada ao tema. M2: Júri Simulado - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Adequação formal, utilização das técnicas redacionais apresentadas, capacidade argumentativa, coesão e coerência. M3: Análise Peticional e Trabalhos - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Domínio do conteúdo estudado, organicidade, uso	(2) (3)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				adequado da linguagem formal, estabelecimento de coesão e coerência.	
Compreender a relevância da precisão vocabular na elaboração de documentos jurídicos	UNIDADE 4 - Documentos Jurídicos 1. Ofício,exposição de motivos, parecer	2 h/a 0 h/ext	Compreender a relevância da precisão vocabular na elaboração de documentos jurídicos	M2: Júri Simulado - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Adequação formal, utilização das técnicas redacionais apresentadas, capacidade argumentativa, coesão e coerência. M3: Análise Peticional e Trabalhos - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Domínio do conteúdo estudado, organicidade, uso adequado da linguagem formal, estabelecimento de coesão e coerência.	(1) (2)
Compreender a importância da construção do argumento no contexto jurídico e como usá-lo com competência. Utilizar adequadamente as técnicas da oratória na exposiçãio oral.	UNIDADE 5 - Processo Argumentativo - Oratória 1. Conceito 2. Características do texto argumentativo 3. Texto dissertativo e argumentativo 4. Técnicas interpretativas na oratória 5. Técnicas para a verbalização pública (retórica)	16 h/a 0 h/ext	Projeção de DVD sobre oratória e argumentação. Exercícios práticos.Oficina com fonodióloga	M3: Prova Escrita - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Utilização das técnicas retóricas, dicção, postura, entonação, coerência argumentativa. M3: Análise Peticional e Trabalhos - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Domínio do conteúdo estudado, organicidade, uso adequado da linguagem formal, estabelecimento de coesão e coerência.	(1) (5) (6)
Entender noções básicas de morfologia e sintaxe.	UNIDADE 6 - Gramática Expositiva 1. Os cem erros mais comuns na linguagem jurídica	2 h/a 0 h/ext	Entender noções básicas de morfologia e sintaxe.	M3: Análise Peticional e Trabalhos - Outros Instrumentos (Peso: 1,00) Domínio do conteúdo estudado, organicidade, uso adequado da linguagem formal, estabelecimento de coesão e coerência.	(1) (2)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) BITTAR, Eduardo C. B. Linguagem jurídica. 3. ed. rev. e aum. São Paulo, SP: Saraiva, 2008. xix, 407 p. ISBN 9788502064744.

(2) CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Analia Cochar. Gramática reflexiva: texto, semântica e interação. 2. ed. São Paulo, SP: Atual, 2005. 448 p. ISBN 853570633X.

(3) NASCIMENTO, Edmundo Dantes. Linguagem forense: a língua portuguesa aplicada à linguagem do foro. 11. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2007. xvii, 347 p. ISBN 9788502051492.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) HENRIQUES, Antonio. Prática da linguagem jurídica: solução de dificuldades, expressões latinas. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006. 222 p. ISBN 8522445141.

(5) KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Argumentação e linguagem. 6. ed. São Paulo, SP: Editora CORTEZ, 2000. 240 p. ISBN 8524903295.

(6) POLITO, Reinaldo. Oratória: para advogados e estudantes de direito. 1. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2008. 247 p. ISBN 9788502071216.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

*Participação verbal pertinente durante as aulas;

*Respeito às datas estipuladas para entrega dos trabalhos;

*Atenção ao calendário de avaliações;

*Postura acadêmica.

OBSERVAÇÕES GERAIS

* A leitura da obra: "O Caso dos Exploradores de Cavernas" de Lon Füller é obrigatória.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3

M1 = (Verbalização Pública * 1,00 + Narrativa Jurídica * 1,00) / 2,00

M2 = (Seminário * 1,00 + Júri Simulado * 1,00) / 2,00

M3 = (Prova Escrita * 1,00 + Análise Peticional e Trabalhos * 1,00) / 2,00

Média Final = 6,00

Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 8736 - HISTÓRIA DO DIREITO

Professor(es): LUCIENE DAL RI

Período: 1º	Ano/Sem.: 2013 / 1 Classe: 3
CH Teórica: 30 (36 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 30 (36 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 2

OBJETIVO GERAL

Compreender a importância do Direito na formação e organização social, analisando as linhas de continuidades e descontinuidades dos institutos jurídicos da antiguidade até os dias de hoje.

EMENTA

Formação do Direito como conquista dos povos. Famílias Jurídicas. Direito Romano. Formação e características do Direito Anglo-saxônico e Romano-germânico. Formação do Direito Moderno. O processo de codificação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 32 h.a. + Total C.H. Avaliações: 4 h.a. = 36 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Identificar os princípios básicos do surgimento do Direito Analisar o surgimento do Direito nas principais civilizações da antiguidade	UNIDADE 1 - Formação do Direito como conquista dos povos. 1. Direito e sociedade	2 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada. Leitura dirigida de texto para desenvolvimento das habilidades de compreensão e síntese.	M1: Material utilizado em aula e o - Resenha (Peso: 1,00) Domínio do conteúdo, raciocínio lógico, interpretação, coerência na aplicação dos conceitos. M2: comparativo entre antigo e con - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Domínio do conteúdo, raciocínio lógico, interpretação, coerência na aplicação dos conceitos. M3: Material disponível p/ Prof.a - Resenha (Peso: 1,00) Domínio do conteúdo, raciocínio lógico, interpretação, coerência na aplicação dos conceitos.	(1)
Identificar os aspectos axiológicos das famílias jurídicas nos processos de formação das sociedade	UNIDADE 2 - Famílias Jurídicas. 1. Sistemas Romanos 2. Sistemas Common Law 3. Sistemas Socialistas 4. Sistema Islâmico	6 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada utilizando datashow para estrutura de texto. Leitura de textos selecionados para identificação do Sistema Jurídico e após a produção de textos em grupos Elaboração de temas selecionado sobre “Direito Romano”, para debate em sala de aula	M1: Material utilizado em aula e o - Resenha (Peso: 1,00) Domínio do conteúdo, raciocínio lógico, interpretação, coerência na aplicação dos conceitos. M2: comparativo entre antigo e con - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Domínio do conteúdo, raciocínio lógico, interpretação, coerência na aplicação dos conceitos. M3: Material disponível p/ Prof.a - Resenha (Peso: 1,00) Domínio do conteúdo, raciocínio lógico, interpretação, coerência na aplicação dos conceitos.	(2) (3)
Identificar as diversas fases do Direito Romano. Contextualizando as mudanças que ocorreram. Analisar os principais pressupostos que contribuíram para as fases seguintes da formação do	UNIDADE 3 - Direito Romano. 1. História do Direito Romano 2. Instituições de Direito Romano	8 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada.	M1: Material utilizado em aula e o - Resenha (Peso: 1,00) Domínio do conteúdo, raciocínio lógico, interpretação, coerência na aplicação dos conceitos. M2: comparativo entre antigo e con - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Domínio do conteúdo, raciocínio lógico,	(1) (2)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Direito. Relacionar os principais Institutos que hoje estão inseridos no Direito Brasileiro.				interpretação, coerência na aplicação dos conceitos. M3: Material disponível p/ Prof.a - Resenha (Peso: 1,00) Domínio do conteúdo, raciocínio lógico, interpretação, coerência na aplicação dos conceitos.	
Estudar as principais características que se apresentam nas Instituições do Direito Common Law e do Direito Romano-Germanico. Analisar as principais diferenças existentes. Compreender as contribuições destes sistemas jurídicos para o Direito no Brasil.	UNIDADE 4 - Formação e características do Direito Anglo-saxônico e Romano-germânico. 1. Introdução ao Direito Anglo-saxônico 2. Introdução ao Direito Romano Germânico	4 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada.	M2: comparativo entre antigo e con - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Domínio do conteúdo, raciocínio lógico, interpretação, coerência na aplicação dos conceitos. M3: Material disponível p/ Prof.a - Resenha (Peso: 1,00) Domínio do conteúdo, raciocínio lógico, interpretação, coerência na aplicação dos conceitos.	(1)
Compreender a estrutura do Direito brasileiro desde o período colonial aos dias atuais. Estudar as fontes do Direito no Brasil	UNIDADE 5 - Formação do Direito Moderno. 1. Formação do Estado e do Império Português 2. Direito no Brasil Colonial 3. Ordenações manoelinas, afonsinas e filipinas	6 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada utilização de datashow.	M2: comparativo entre antigo e con - Estudo de Caso (Peso: 1,00) Domínio do conteúdo, raciocínio lógico, interpretação, coerência na aplicação dos conceitos. M3: Material disponível p/ Prof.a - Resenha (Peso: 1,00) Domínio do conteúdo, raciocínio lógico, interpretação, coerência na aplicação dos conceitos.	(1) (2) (3)
Compreender a forma que ocorreu o processo de codificação nas diferentes civilizações.	UNIDADE 6 - O processo de codificação. 1. Processo de Codificação nos tempos medievais e modernos 2. Processo de codificação nos tempos contemporâneos 3. Direito Brasileiro	6 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e dialogada Leitura de textos sobre os documentos apresentados em aula.	M3: Material disponível p/ Prof.a - Resenha (Peso: 1,00) Domínio do conteúdo, raciocínio lógico, interpretação, coerência na aplicação dos conceitos.	(1) (2) (3)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) Fustel de Coulanges. A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito, as instituicoes da Grecia e de Roma. 7.ed. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 1996. 266p (Classicos de bolso) ISBN 8500114932 (broch.).

(2) DAVID, René. Os grandes sistemas do direito contemporaneo. 4.ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2002. 687 p. (Coleção justiça e direito) ISBN 8533615639 (broch.).

(3) ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2000. 215 p. ISBN 8528605183.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(4) WIEACKER, Franz. Historia do direito privado moderno: traducao de A.M.Botelho Hespanha. 2. ed. Lisboa [Portugal]: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. 768p ISBN Broch..

(5) WOLKMER, Antonio Carlos. Historia do direito no Brasil. Uberaba, MG: Forense, 1998. 170p ISBN

8530906330 (broch.).

(6) ALVES, José Carlos Moreira. Direito romano 1: (história do Direito Romano) - Instituições de Direito Romano: A) - Parte Geral; B) - Parte Especial: Direito das Coisas). 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 1983. 448 p.

(7) MADEIRA, Hélcio Maciel França. História da advocacia: origens da profissão de advogado no direito romano. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2002 149 p. ISBN 8520322891.

(8) LOPES, José Reinaldo de Lima. O direito na história: lições introdutórias . 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008. xiv, 452 p. ISBN 9788522451784.

(9) MADEIRA, Hélcio Maciel França. Digesto de Justiniano, liber primus : introdução ao direito romano. 4. ed. rev. da tradução. São Paulo, SP: 2009. 157p. ISBN 9788520334171.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O aluno será aprovado se obtiver média 6.0. Esta média será obtida pela soma das parciais divididas por 3, obedecendo a seguinte fórmula:
M1 + M2 + M3 : 3 = MF

OBSERVAÇÕES GERAIS

Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.
De 01 a 04/07/13 será realizada a Semana de Iniciação Científica. A participação discente nesta atividade, como ouvinte, contará horas para as atividades complementares, conforme regulamento, e deverá ser comprovada por meio de relatório. Caso o professor componha alguma banca, o acadêmico deverá participar da referida banca ou de outra, comprovando a presença com relatório ou outra atividade solicitada pelo professor. Outros casos de participação serão acordados com o professor da aula que coincide com a referida banca.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3
M1 = (Material utilizado em aula e o * 1,00) / 1,00
M2 = (comparativo entre antigo e con * 1,00) / 1,00
M3 = (Material disponível p/ Prof.a * 1,00) / 1,00
Média Final = 6,00
Limite de Falta = 25%

PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO SUJEITO A REVISÃO PEDAGÓGICA

Curso: 4 - DIREITO

Disciplina: 8737 - SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA

Professor(es): EDUARDO GUERINI

Período: 1º	Ano/Sem.: 2013 / 1 Classe: 3
CH Teórica: 60 (72 horas-aula) CH Prática: 0 (0 horas-aula) CH Total: 60 (72 horas-aula) (0 horas-extensão)	Créditos: 4

OBJETIVO GERAL

Descrever a Sociologia como ciência , suas teorias clássicas e as bases interpretativas da realidade socio-cultural do mundo jurídico, destacando as possibilidades de diálogo entre Sociologia e Direito.

EMENTA

História do Pensamento Sociológico. Sociologia Clássica. Temas Atuais em Sociologia e Direito. Sociologia Juridica. Produção e reconhecimentos sociais do Direito. Sociologia Jurídica no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Total C.H. Unidades: 60 h.a. + Total C.H. Avaliações: 12 h.a. = 72 h.a.)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
Compreender o processo de racionalização na modernidade e a origem da Sociologia. Relacionar os fatos históricos das revoluções burguesas com a Sociologia.	UNIDADE 1 - História do Pensamento Sociológico. 1. Revolução Industrial 2. Revoluçao Francesa	3 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada com a utilização de recursos visuais; -Resolução de problemas a partir da leitura dos textos.Utilização de filmes para compreensão histórica.	M1: Interpretação de Fatos Sociais - Atividade Curricular (Peso: 1,00) capacidade de interpretação e síntese, clareza e coerência nas respostas. M1: Prova Analitiva-Descritiva - Prova Escrita (Peso: 2,00) compreensão da disciplina, capacidade interpretativa e relacional dos conteúdos.	(1) (4) (7)
Conhecer os autores clássicos da Sociologia.	UNIDADE 2 - Sociologia Clássica. 1. Emile Durkheim 2. Max Weber 3. Karl Marx	32 h/a 0 h/ext	Teleduc e aula expositiva dialogada.	M1: Interpretação de Fatos Sociais - Atividade Curricular (Peso: 1,00) capacidade de interpretação e síntese, clareza e coerência nas respostas. M1: Prova Analitiva-Descritiva - Prova Escrita (Peso: 2,00) compreensão da disciplina, capacidade interpretativa e relacional dos conteúdos. M2: Problemática Social - Atividade Curricular (Peso: 1,00) capacidade de interpretação e síntese, clareza e coerência nas respostas. M2: Prova - Prova Escrita (Peso: 2,00) compreensão da disciplina, capacidade interpretativa e relacional dos conteúdos. M3: Seminário Temas Atuais - Seminário (Peso: 2,00) compreensão da disciplina, capacidade interpretativa e relacional dos conteúdos. M3: Temas Atuais do Mundo Juridico - Seminário (Peso: 1,00) Domina o conteúdo do texto (segurança e respostas adequadas) 2.0 Utilizou técnica adequadamente (lousa, retroprojetor, power point, teatro, música, filme, etc) 1.0	(1) (4) (5) (6) (7)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				Postura adequada, espírito de equipe (horário, divisão das tarefas etc.) 1.0 Cumprimento dos prazos 1.0	
Distinguir as teorias aprendidas e refletir sobre temas atuais escolhidos pelos alunos.	UNIDADE 3 - Temas Atuais em Sociologia e Direito. 1. Seminários	8 h/a 0 h/ext	Debate em sala com texto elaborado pelos alunos.	M2: Problemática Social - Atividade Curricular (Peso: 1,00) capacidade de interpretação e síntese, clareza e coerência nas respostas. M2: Prova - Prova Escrita (Peso: 2,00) compreensão da disciplina, capacidade interpretativa e relacional dos conteúdos. M3: Seminário Temas Atuais - Seminário (Peso: 2,00) compreensão da disciplina, capacidade interpretativa e relacional dos conteúdos. M3: Temas Atuais do Mundo Juridico - Seminário (Peso: 1,00) Domina o conteúdo do texto (segurança e respostas adequadas) 2.0 Utilizou técnica adequadamente (lousa, retroprojetor, power point, teatro, música, filme, etc) 1.0 Postura adequada, espírito de equipe (horário, divisão das tarefas etc.) 1.0 Cumprimento dos prazos 1.0	(2) (3) (5)
Introduzir o aluno ao universo da Sociologia Jurídica.Compreender as possibilidades de interpretação da relação entre Sociologia e Direito, as teorias sociologicas mais importantes pra a produção e o reconhecimento sociais do Direito.	UNIDADE 4 - Sociologia Juridica. 1. Conceitos básicos - os juristas sociólogos 2. Eficácia, efeitos sociais da norma, judicialização e controle social 3. Sociedade e Direito, Direito Alternativo	10 h/a 0 h/ext	Aula expositiva dialogada	M2: Problemática Social - Atividade Curricular (Peso: 1,00) capacidade de interpretação e síntese, clareza e coerência nas respostas. M2: Prova - Prova Escrita (Peso: 2,00) compreensão da disciplina, capacidade interpretativa e relacional dos conteúdos. M3: Seminário Temas Atuais - Seminário (Peso: 2,00) compreensão da disciplina, capacidade interpretativa e relacional dos conteúdos. M3: Temas Atuais do Mundo Juridico - Seminário (Peso: 1,00) Domina o conteúdo do texto (segurança e respostas adequadas) 2.0 Utilizou técnica adequadamente (lousa, retroprojetor, power point, teatro, música, filme, etc) 1.0 Postura adequada, espírito de equipe (horário, divisão das tarefas etc.) 1.0 Cumprimento dos prazos 1.0	(2) (3) (4)
Avaliar a produção e o reconhecimento social do Direito através da Sociologia Jurídica.	UNIDADE 5 - Produção e reconhecimentos sociais do Direito. 1. seminários	4 h/a 0 h/ext	Debates em sala e aula expositiva.	M3: Seminário Temas Atuais - Seminário (Peso: 2,00) compreensão da disciplina, capacidade interpretativa e relacional dos conteúdos. M3: Temas Atuais do Mundo Juridico - Seminário (Peso: 1,00) Domina o conteúdo	(2) (3)

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	C.H.	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	REF.
				do texto (segurança e respostas adequadas) 2.0 Utilizou técnica adequadamente (lousa, retroprojetor, power point, teatro, música, filme, etc) 1.0 Postura adequada, espírito de equipe (horário, divisão das tarefas etc.) 1.0 Cumprimento dos prazos 1.0	
Conhecer e analisar a sociologia jurídica brasileira.	UNIDADE 6 - Sociologia Jurídica no Brasil. 1. Principais autores e temas	3 h/a 0 h/ext	Aula expositiva e seminários com utilização de recursos didáticos, análise, interpretaçao e aplicação dos conceitos.	M3: Seminário Temas Atuais - Seminário (Peso: 2,00) compreensão da disciplina, capacidade interpretativa e relacional dos conteúdos. M3: Temas Atuais do Mundo Juridico - Seminário (Peso: 1,00) Domina o conteúdo do texto (segurança e respostas adequadas) 2.0 Utilizou técnica adequadamente (lousa, retroprojetor, power point, teatro, música, filme, etc) 1.0 Postura adequada, espírito de equipe (horário, divisão das tarefas etc.) 1.0 Cumprimento dos prazos 1.0	(2) (6)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

(1) WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2005. 335 p. ISBN 8535904700.

(2) SABADELL, Ana Lucia. Manual de sociologia jurídica: introdução a uma leitura externa do direito. 2. ed rev., atual.. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2002. 238 p. ISBN 8520323103.

(7) SELL, Carlos Eduardo. Sociologia clássica: Durkheim, Weber [e] Marx. Itajaí, SC: Ed. da Univali, 2001. 214 p. ISBN 8586447498.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES INTERNAS (disponível no sistema de biblioteca da Univali - SIBIUN)

(3) ROSE, Caroline Baer. Iniciacao ao estudo da sociologia. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: ZAHAR, 1976. 150p (Biblioteca de Ciencias Sociais. Sociologia e Antropologia) ISBN Broch..

(4) MOURA, Clovis. A Sociologia posta em questao. São Paulo, SP: Liv. Ed. Ciencias Humanas, 1978. 133p

(5) LAGO, Benjamim Marcos. Curso de sociologia e politica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 222p ISBN 8532617174 (broch.).

(6) JOHNSON, Allan G. Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, c1997. xiii, 300 p. ISBN 9788571103931.

OUTROS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O aluno será aprovado se obtiver a média final 6,0.Esta média será obtida pela soma das três médias parciais divididas por 3, obedecendo a seguinte fórmula: M1 + M2 + M3 : 3 = MF.As notas

de cada M (1, 2 e 3) serão o resultado das notas obtidas pelas Atividades Curriculares e provas efetuadas em sala de aula.A participação do aluno nos debates em sala de aula será computada como nota de participação para as Atividades Curriculares e não para a nota da prova.As atividades curriculares terão peso 1. As provas serão objetivas e terão peso 2. A média é obtida com a soma das notas multiplicadas pelo seu peso e divididas por 3. Exemplo: Nota do trabalho- 7.0 x 1.0 (peso) + nota da prova - 7.0 x 2.0 (peso) = 21/3 (soma dos pesos) = média 7.0

O aluno que perder a prova ou faltar em dia de trabalho ou seminário deverá entrar com requerimento para marcar nova data, DENTRO DO PRAZO. IMPORTANTE - NÃO SERÃO ACEITOS TRABALHOS DEPOIS DO FECHAMENTO DAS MÉDIAS, exceto em casos expecionais que deverão ser encaminhados via justificativa na Secretaria.O aluno deve observar o prazo regimental de 3 dias após a publicação para a revisão das notas digitadas na internet, pois NÃO SERÃO ACEITAS CORREÇÕES FORA DO PRAZO. Da mesma forma, o aluno que perder a prova deverá requerer a segunda chamada DE PROVA, E ESTA PODERÁ SER ORAL.

Observar o horário de início das aulas - o aluno deverá estar atento aos percentuais de faltas para não ser surpreendido numa reprovação, sendo este um outro critério muito importante para a avaliação do aluno. Este plano poderá sofrer alterações pela professora de acordo com as necessidades do semestre.

A participação nos mesmos contará como aula dada e será cobrada uma atividade curricular. Os celulares deverão estar DESLIGADOS no horário da aula. O uso de redes sociais quando não solicitado pelo professora acarretará em advertência oral e poderá ter sua nota de participação em sala de aula alterada pelo professor.

No período de 01 a 04/07/2013 , as atividades curriculares serão de acompanhamento nas apresentações de TIC - Trabalhos de Iniciação Científica dos acadêmicos do curso de graduação.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Este Plano de Ensino poderá ser alterado no decorrer do semestre.

COMPOSIÇÃO DAS MÉDIAS

MF=(M1+M2+M3)/3

M1 = (Interpretação de Fatos Sociais * 1,00 + Prova Analitiva-Descritiva * 2,00) / 3,00

M2 = (Problemática Social * 1,00 + Prova * 2,00) / 3,00

M3 = (Seminário Temas Atuais * 2,00 + Temas Atuais do Mundo Juridico * 1,00) / 3,00

Média Final = 6,00

Limite de Falta = 25%

Digitally signed by FATIMA CATARINA BARBI:06110548928
Date: 2024.05.13 18:10:57 -03:00

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
www.univali.br/validadoc
Para isso, informe o código do documento digital: 835635 e a chave de acesso: 5122368.